



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1932

Segunda-feira - 15 de Fevereiro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Gaspar .....	204	Pinheiro Preto .....	505
Alto Bela Vista.....	7	Grão Pará .....	210	Planalto Alegre.....	510
Antônio Carlos .....	10	Guaraciaba .....	212	Pomerode.....	512
Arabutã .....	12	Guaramirim .....	214	Ponte Serrada .....	513
Ascurra.....	17	Guarujá do Sul .....	244	Porto Belo.....	515
Atalanta.....	18	Herval d'Oeste .....	245	Porto União.....	516
Barra Bonita.....	19	Ilhota .....	247	Rio das Antas.....	517
Barra Velha.....	23	Imbituba .....	249	Rio do Sul.....	518
Bela Vista do Toldo.....	24	Indaial.....	252	Rio Fortuna.....	527
Benedito Novo .....	27	Irineópolis .....	267	Romelândia.....	528
Biguaçu .....	28	Itapiranga.....	273	Salto Veloso.....	529
Blumenau .....	48	Jacinto Machado .....	274	Santa Cecília .....	530
Bom Jesus do Oeste .....	67	Jaraguá do Sul .....	281	Santa Rosa do Sul .....	531
Braço do Trombudo .....	68	Joaçaba .....	296	Santa Terezinha do Progresso .....	532
Brunópolis .....	71	Lacerdópolis.....	302	São Bento do Sul.....	533
Brusque.....	72	Lages .....	311	São Domingos.....	536
Caçador.....	86	Laguna.....	312	São João do Oeste .....	538
Camboriú.....	93	Lauro Muller .....	313	São José.....	539
Campo Alegre .....	94	Lebon Regis .....	324	São José do Cedro.....	570
Campos Novos.....	112	Leoberto Leal.....	362	São Lourenço do Oeste.....	571
Canoinhas.....	113	Luzerna .....	368	São Miguel do Oeste.....	573
Capinzal .....	114	Mafra .....	375	São Pedro de Alcântara.....	574
Catanduvas.....	118	Maracajá .....	376	Schroeder .....	580
Caxambu do Sul.....	144	Maravilha.....	383	Seara .....	582
Chapadão do Lageado .....	157	Marema .....	384	Sombrio.....	588
Chapecó .....	161	Massaranduba.....	388	Sul Brasil .....	596
Cocal do Sul.....	163	Meleiro .....	395	Tigrinhos .....	597
Concórdia .....	166	Modelo .....	400	Timbó .....	599
Cordilheira Alta .....	168	Mondai .....	402	Três Barras .....	612
Coronel Martins.....	172	Monte Carlo .....	404	Treze Tilias .....	614
Correia Pinto.....	174	Morro da Fumaça .....	441	Trombudo Central.....	682
Corupá .....	175	Navegantes.....	442	Tunápolis.....	685
Curitibanos .....	179	Nova Trento .....	446	União do Oeste .....	686
Dionísio Cerqueira .....	181	Novo Horizonte .....	459	Urussanga .....	688
Ermo .....	182	Orleans .....	460	Vargem Bonita .....	689
Flor do Sertão.....	184	Ouro Verde .....	464	Videira.....	694
Forquilha.....	192	Palhoça .....	467	Vitor Meireles.....	704
Fraiburgo.....	195	Papanduva.....	472	Xanxerê.....	705
Garopaba.....	202	Penha.....	474	Xavantina .....	708
Garuva .....	203	Petrolândia .....	504	Xaxim.....	709

### Associações

AMAI .....	711	AMMVI .....	712
AMERIOS.....	711	AMOSC.....	713

### Consórcios

CIDEMA.....	716	CIS/AMOSC.....	724	CVC.....	726
CIGA .....	716	CIS/AMUREL.....	725	CIS/AMERIOS .....	751
CIS/AMMVI.....	722	CIS/AMURES.....	725		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o (a) Senhor (a) Gisele Simone da Silva, aprovado no Concurso Público 011/2015, no cargo de Atendente de Farmácia para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 12 de fevereiro de 2016

Novelli Sganzerla  
Prefeito

Gisele Simone da Silva

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### CONVOCAÇÃO CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o (a) Senhor (a) Anderson Paulo Pavelski, aprovado no Concurso Público 011/2015, no cargo de Motorista para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 12 de fevereiro de 2016

Novelli Sganzerla  
Prefeito

Anderson Paulo Pavelski

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### DECRETO Nº 011-A/2016

DECRETO Nº 011-A/2016 - DE 21 DE JANEIRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALTER VALENTIN RAMPAZZO, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 68.399,15 (sessenta e oito mil e trezentos e noventa e nove reais e quinze centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação do superávit 2015 ref. recursos de alienação de bens.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00699/154 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

13 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	
08.244.0024.2.038 Manutenção Depto.de Promoção Social	
4.4.90.00.00.0699/154 Aplicações Diretas.....	
.....	R\$ 68.399,15
TOTAL .....	
.....	R\$ 68.399,15

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de janeiro de 2016.  
VALTER VALENTIN RAMPAZZO  
Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO Nº 015/2016

DECRETO Nº 015/2016 – DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.407, de 11 de fevereiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor R\$40.000,00 (quarenta mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde. Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce e aplicação de Recursos Vinculados.

Art. 2º. Ficam criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
4.4.90.00.0.3.0673.0/60 Aplicações Diretas .....	
.....	R\$40.000,00
TOTAL .....	
.....	R\$40.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2015 verificado na rubrica: 0.1.0627 – Rec. Programa Nacional da Melhoria e Qualidade da Atenção Básica - PMAQ.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro de 2016.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 016/2016

DECRETO Nº 016/2016 – 11 DE FEVEREIRO 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.408, de 11 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$56.757,31 (cinquenta e seis mil e setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas: Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE  
08.244.0045.2.061 PROGRAMA BPC - ESCOLA  
3.3.90.00.0.3.0134.0/25 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 702,31

08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL – IGD/PETI E OUTROS

3.1.90.00.0.3.0651.0/26Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.830,00

3.3.90.00.0.3.0651.0/27Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 3.198,06

3.3.90.00.0.3.0661.0/28Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.728,57

3.3.90.00.0.3.0050.0/29Aplicações Diretas .....  
..... R\$15.777,60

3.3.90.00.0.3.0052.0/30Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.698,67

3.3.90.00.0.3.0063.0/31Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.000,00

4.4.90.00.0.3.0063.0/32Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 7.000,00

4.4.90.00.0.3.0695.0/33 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 7.822,10

TOTAL .....R\$56.767,31

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit 2015 verificado nas rubricas: 0.1.0681 Recursos Programa BPC Escola, 0.1.0052 Recursos CRAS, 0.1.0651 Transferência de Recursos do Serviços de Fortalecimento de Vínculos, 0.1.0050 Recursos Petti, 0.1.0043 Recursos IGD SUAS, 0.1.0063 Recursos Bolsa Família e 0.1.0695 Recursos do Co- Financiamento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro 2016  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 017/2016

DECRETO Nº 017/2016 – 11 DE FEVEREIRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.409, de 11 de fevereiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Assistência de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA  
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE- SIMA  
08.244.0045.2.064 MANUTENÇÃO DO SIMA – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
3.3.90.00.0.3.000.0/4 Aplicações Diretas .....  
..... R\$560.000,00

TOTAL .....  
.....R\$ 560.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2015 verificado na rubrica: 0.1.0000 Recursos de Contribuição dos Associados, Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, Outras restituições e Remuneração Bancária.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro de 2016.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2016 – DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

“ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 059/2009, DE 09 DE JUNHO DE 2009, A QUAL ALTEROU A LEI COMPLEMENTAR DE 11 DE SETEMBRO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1.o O Inciso I do Artigo 1.º da lei Complementar n. 059, de 09 de junho de 2009, que integra a estrutura da Lei Complementar n. 11, de 22 de setembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1.º [...]”

I. Psicopedagogo, pertencendo ao Grupo dos Especialistas em Assuntos Educacionais [...]”

Artigo 2.º O Anexo I da Lei Complementar n. 059, de 09 de junho de 2009, que integra a estrutura da Lei Complementar n. 11, de 22 de setembro de 1998, em seu Anexo I, passa a vigorar com a seguinte redação:

Anexo I

(Anexo I da Lei Complementar n. 11/98)

QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

#### CARGOS

Grupo Operacional	Cargo	Área de atuação	nível	Ref.	C.H	C	P	V
Magistério	Professor	Ed. Infantil	1 a 9	A a E	20	40	20	20
		1.a a 5.a série	1 a 9	A a E	20	57	36	21
		6.a a 9.a série	1 a 9	A a E	20	13	10	03
		Ed. Adultos	1 a 9	A a E	20	08	04	04
		6.a a 9.a série	4 a 9	A a E	10	05	00	05
		6.a a 9.a série	4 a 9	A a E	30	05	00	05
	Professor	Ed. Física	6 a 9	A a E	40	07	04	03
	Professor	Ed. Física	6 a 9	A a E	20	07	04	03
	Especialistas em educação	1.a a 5.a série	1 a 9	A a E	40	02	02	-
		Adm. Escolar	6 a 9	A e E	40	03	02	01
		Orient. Escolar	6 a 9	A e E	40	05	03	02
		Suporte Pedagógico	6 a 9	A e E	40	04	02	02
		Psicopedagogo	6 a 9	A e E	40	02	02	00

C.H – Carga Horária.

C – total de vagas.

P – vagas providas.

V – vagas em aberto.

Artigo 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

#### LEI Nº 2.407/2016

LEI Nº 2.407/2016 – DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor R\$40.000,00 (quarenta mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce e aplicação de Recursos Vinculados.

Art. 2º. Ficam criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS

4.4.90.00.0.3.0673.0/60 Aplicações Diretas ..... R\$40.000,00

TOTAL ..... R\$40.000,00



Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do superávit financeiro do exercício de 2015 verificado na rubrica: 0.1.0627 – Rec. Programa Nacional da Melhoria e Qualidade da Atenção Básica - PMAQ.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro de 2016.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.408/2016

LEI Nº 2.408/2016 – 11 DE FEVEREIRO 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$56.757,31 (cinquenta e seis mil e setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas: Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE  
08.244.0045.2.061 PROGRAMA BPC - ESCOLA  
3.3.90.00.0.3.0134.0/25 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 702,31

08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL – IGD/PETI E OUTROS

3.1.90.00.0.3.0651.0/26Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.830,00

3.3.90.00.0.3.0651.0/27Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 3.198,06

3.3.90.00.0.3.0661.0/28Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.728,57

3.3.90.00.0.3.0050.0/29Aplicações Diretas .....  
..... R\$15.777,60

3.3.90.00.0.3.0052.0/30Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.698,67

3.3.90.00.0.3.0063.0/31Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.000,00

4.4.90.00.0.3.0063.0/32Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 7.000,00

4.4.90.00.0.3.0695.0/33 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 7.822,10

TOTAL .....R\$56.767,31

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o superávit 2015 verificado nas rubricas: 0.1.0681 Recursos Programa BPC Escola, 0.1.0052 Recursos CRAS, 0.1.0651 Transferência de Recursos do Serviços de Fortalecimento de Vínculos, 0.1.0050 Recursos Petti, 0.1.0043 Recursos IGD SUAS, 0.1.0063 Recursos Bolsa Família e 0.1.0695 Recursos do Co- Financiamento.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro 2016  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.409/2016

LEI Nº 2.409/2016 – 11 DE FEVEREIRO DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Assistência de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA  
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE- SIMA  
08.244.0045.2.064 MANUTENÇÃO DO SIMA – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
3.3.90.00.0.3.000.0/4 Aplicações Diretas .....  
..... R\$560.000,00

TOTAL .....  
.....R\$ 560.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do superávit financeiro do exercício de 2015 verificado na rubrica: 0.1.0000 Recursos de Contribuição dos Associados, Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, Outras restituições e Remuneração Bancária.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro de 2016.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.410/2016

LEI Nº 2.410/2016 – DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA DOCE – APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social, a título de auxílio financeiro, no valor de R\$

12.000,00 (doze mil reais), para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA DOCE - APAE inscrita no CNPJ sob o nº 78.487.238/0001-80, com o objetivo de auxiliar na manutenção dos serviços prestados pela entidade.

Art. 2º. O valor da subvenção social de que trata o artigo 1º será repassado em 03 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em até 10 dias após a assinatura do termo de convênio e demais parcelas nos meses subsequentes.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei serão empenhadas para pagamento por conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.367.0014.2.031 APOIO A APAE

3.3.50.00.00.0679/83 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá apresentar regularidade funcional e fiscal no ato de recebimento da parcela, bem como prestar contas no prazo de trinta dias do recebimento, na forma da Lei Municipal nº 1.812/2009.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 18/2016

PREGÃO PRESENCIAL 12/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 18/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 12/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de uniformes para atletas do Grupo da Terceira Idade, o qual será processado e julgado no dia 25 de fevereiro de 2016 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 12 de janeiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

## **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº73/2015**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 73/2015

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 73/2015, para construção de casas populares no município de Água Doce, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, e de outro lado a empresa GR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME estabelecida na Rua Adão Knakiewicz, 02 – Sala 01 Bairro Francisca Cremonini – Nova Erechim – SC, CNPJ n. 16.951.247/0001-23, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor JHAM MICHEL GOSH, brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 084.988.319-97, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica aditado o valor total do contrato em R\$ 9.850,76, conforme laudo de engenharia em anexo.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 12 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA JHAM

Prefeito Municipal

Contratante

MICHEL GOSH

GR Indústria e Comércio Ltda ME

Contratada

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.135 DE 10 FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando: o afastamento da servidora Catia Tessmann Reichert para assumir cargo eletivo.

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. KATIA REGINA PATZLAFF, para exercer o cargo de PROFESSOR II – 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 1º lugar no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de Fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.138 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. MARA REGINA BUDKE, para exercer o cargo de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA - NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.139 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. JURIELA NISSOLA DE SIMAS, para exercer o cargo de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA - NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 3º lugar no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.140 DE FEVEREIRO DE 2016**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. ADELAI-DE ERCI MÜLLER, para exercer o cargo de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA - NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 4º lugar no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.141 DE FEVEREIRO DE 2016**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. MICHELI REINHEIMER, para exercer o cargo de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA - NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 5º lugar no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.142 DE FEVEREIRO DE 2016**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. NERCIA MERI SGANDERLA, para exercer o cargo de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA - NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 8º lugar no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.143 DE FEVEREIRO DE 2016**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. JULIANA MARIA BALDASSO, para exercer o cargo de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA - NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 10º lugar no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### **DECRETO Nº 2.144 DE FEVEREIRO DE 2016**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. SINTIA SCHNEIDER SCHÖNELL para exercer o cargo de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA - NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 11º lugar no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 11 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### **DECRETO Nº 2134, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. IVONI SCHNEIDER KAPLAN, para exercer o cargo de PROFESSOR II - 10

HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### **PORTARIA Nº DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 82 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações e ao constante do requerimento protocolado com o nº 217/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal, JULIANA VALERIA LERMEN STECKLING, ocupante de dois cargos efetivos de PROFESSOR II – 20 HORAS, matrículas 54 e 385, lotada na Gerência de Educação e Esportes.

Art. 2º Matrícula 54, período aquisitivo de 23/08/2010 a 23/08/2015, período de gozo de 10 de fevereiro a 09 de março de 2016.

Art. 3º Matrícula 385, Período aquisitivo de 10/03/2008 a 10/02/2016, período de gozo de 10 de fevereiro a 09 de março de 2016.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 72º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

72º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 15/02/2016 a 15/03/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 15 de fevereiro de 2016.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MOTORISTA (CATEGORIA D)

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
20º	ILISEU JOSÉ PADILHA	1683
21º	FERNANDO DE MEDEREIROS RIGONI	0708

Cargo: PROFESSOR LICENCIATURA PLENA (PEDAGOGIA 30H)

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
16º	ANA CAROLINE KONS SPINDOLA	1443

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 009/2016; Modalidade: Pregão Presencial nº 007/2016 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição parcelada de gêneros alimentícios (Merenda Escolar) para uso das Unidades Escolares da Rede Municipal de Antônio Carlos, SC, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no Anexo I, parte integrante deste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 29 de fevereiro 2016 às 9:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@

antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 12 de fevereiro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### PORTARIA N 058/2016

PORTARIA Nº 058/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor JOSE WALTER MACHADO, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, a partir de 29 de fevereiro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2014 a 02/08/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 12 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de fevereiro de 2016.

### PORTARIA N 059/2016

PORTARIA Nº 059/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora JOCILENE IRENE GUESSER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 01 de março de 2016, relativo ao período aquisitivo de 03/11/2014 a 02/11/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 12 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de fevereiro de 2016.

**PORTARIA N 060/2016**

PORTARIA Nº 060/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor LUCIANY JOSE GONÇALVES, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 01 de março de 2016, relativo ao período aquisitivo de 17/12/2014 a 16/12/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 12 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de fevereiro de 2016.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 15 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de fevereiro de 2016.

**PORTARIA N 061/2016**

PORTARIA Nº 061/2016

Exonera servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, LEONARDO MOTA BELARMINO, do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 12 de fevereiro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de fevereiro de 2016.

**PORTARIA N 062/2016**

PORTARIA Nº 062/2016

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2016,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, SOLENE KUHN, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, a partir de 16 de fevereiro de 2016 até a realização do concurso.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

# Arabutã

## PREFEITURA

### ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 006/2016 SEQUÊNCIA 002

ATA 002

Processo Licitatório nº. 006/2016 – Tomada de Preços nº 002/2016  
Objeto: Contratação da execução de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de sistema de abastecimento de água com rede de distribuição e ligações até os hidrômetros para a comunidade de Linha Guaraipo, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente Edital.

A Comissão Permanente de Licitações se reuniu para analisar a documentação das empresas PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA, ROANI COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA, SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA e LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA, como também as impugnações registradas na ata anterior, constatou que:

a) Sobre a ausência do exigido no item 8.3, II – “Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da proponente, já exigíveis e apresentado na forma da Lei”, pela empresa LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA esta Comissão, ao analisar a documentação apresentada pela licitante confirmou tal ausência.

Assim, a este respeito, tecemos algumas ponderações:

Em uma licitação o licitante não apresentou registro do balanço patrimonial e nem termo de abertura e encerramento. Ele pode ser habilitado?

Se o Edital exigia a apresentação do balanço patrimonial para fins de habilitação, a apresentação do balanço sem os requisitos legais, ou seja, sem o registro e termos de abertura e encerramento, impede a habilitação da empresa. (Disponível em: <http://www.portaldelicitacoes.com.br/questoes-sobre-licitacoes/habilitacao/11254-inabilitacao-da-empresa-falta-balanco-patrimonial-e-termo-de-abertura.html#sthash.X1zg2wVM.dpuf>. Acesso em 11 de novembro de 2015).

Nesse sentido, Joel de Menezes Niebuhr prescreve:

O art. 31 da Lei nº 8.666/93 assevera o seguinte:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; (grifo acrescentado)

A Lei de Licitações exige a apresentação do balanço apresentado na forma da lei, que não se confunde com documento assinado pelo contador e administrador não registrado. Portanto, o licitante que não apresenta o balanço devidamente registrado deve, a princípio, ser inabilitado.

Isso porque vem à tona o caput do artigo 41 da mesma Lei, cujo texto é o seguinte:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Ou seja, em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deve dar cumprimento ao edital. Portanto, se o edital exige documento a ser apresentado de acordo com as formalidades legais e o licitante não o apresenta, em princípio, ele deve ser inabilitado. (...) (NIEBUHR, Joel de

Menezes. Parecer nº 51, Consultoria Fecam. Disponível em: [http://www.fecam.org.br/consultoria/pareceres.php?cod\\_parecer=1185](http://www.fecam.org.br/consultoria/pareceres.php?cod_parecer=1185). Acesso em 11 de novembro de 2015).

Ante ao exposto, opinamos pela inabilitação da empresa pela empresa LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA, pois descumpriu parcialmente o item 8.3, II – “registro na Junta Comercial do Estado sede da proponente”.

b) Sobre a ausência de autenticação do contrato social da empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA, esta Comissão, verificou que o referido contrato está autenticado e arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

Além do mais, sobre a falta de autenticação de documentos, decidiu a Primeira Câmara Cível deste Tribunal, por ocasião do julgamento do Agravo de Instrumento nº 70048200125, interposto nos autos do presente mandamus, de relatoria do Em. Des. Jorge Maraschin dos Santos, em 05 de setembro de 2012, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ATO CONVOCATÓRIO. INABILITAÇÃO. EXCESSO DE FORMALISMO. (...) Por outro lado, pondera-se que a exigência quanto à autenticação dos documentos constituiu mera formalidade, não podendo seu simples descumprimento gerar a inabilitação no processo licitatório, sendo mera irregularidade. O procedimento licitatório deve possibilitar a participação do maior número possível de interessados, de forma a satisfazer o interesse da coletividade, sendo inoportuno que o excesso de formalismo prejudique a competitividade do certame. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

Ainda:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. PRELIMINARES. AUSÊNCIA DE AUTENTICAÇÃO EM DOCUMENTO. EXCLUSÃO DA CONCORRENTE. RIGORISMO FORMAL. A licitante que exibiu certidão negativa de débitos tributários, sem a devida autenticação, deveria ter sido considerada habilitada no certame licitatório, pois se trata de requisito meramente formal contido no ato convocatório, podendo tal irregularidade, se necessário, ser posteriormente suprida. Preliminares rejeitadas. Apelo desprovido.” (Apelação Cível Nº 70017701525, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Armando Bezerra Campos, Julgado em 28/03/2007)

A esse propósito, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que:

(...) o procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial”. (Mandado de Segurança nº 5631-DF, Rel. Min. José Delgado, Primeira Seção, in D.J.U, 17.08.98, p. 7).

Ante ao exposto, opinamos pela habilitação da empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA, pois não descumpriu o item 7.1 do Edital.

c) No que se refere à ausência no contrato social de atividade compatível com o objeto da licitação da empresa SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA, esta Comissão, ao analisar os documentos apresentados pela empresa de forma global, constou que o

mesmo está registrado no CREA e possui atividades no ramo da construção civil e de instalações hidráulicas (que significa sistema de abastecimento, distribuição e escoamento de água), e ainda, prestou serviços semelhantes, conforme comprovado em Atestado de Capacidade Técnica.

Sobre a comprovação de atividade compatível basta que seja pertinente, portanto não precisa ser idêntica, basta ser similar.

Ainda, este problema foi suscitado no Tribunal de Contas da União, que assim determinou:

Ao examinar a questão, a unidade técnica compreendeu que a representante fora impedida de participar apenas porque seu cadastro na Receita Federal do Brasil apontava atividade não exatamente igual à atividade licitada, embora houvesse grande proximidade entre ambas, sendo certo, para a unidade instrutiva, tratar-se de transportes de pessoas e cargas. Para ela, "o cadastro de atividades na Receita Federal do Brasil não é motivo suficiente para impedir a participação da empresa, ainda mais que tal cadastro não era totalmente discrepante do objeto do certame (...). É certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro". Para o relator, "em princípio, até parecia razoável a exigência fixada no edital, no sentido de que somente poderiam participar do pregão empresas legalmente estabelecidas e especializadas no respectivo ramo". Todavia, não haveria, na espécie, qualquer indicação no edital de que o cadastro de atividades junto à Receita Federal seria utilizado como o meio de identificação do ramo de atuação dos licitantes, o que significou, conforme o relator, "ampliação não prevista do poder do pregoeiro de decidir quem participaria do certame". Nesse quadro, ainda para o relator, "não havia razão jurídica ou administrativa para conferir-se arbitrariamente tamanha proeminência à formalidade da anotação cadastral". Além disso, existiriam outros fatores que indicavam a aptidão da licitante em participar da licitação e em oferecer propostas que aumentariam a competitividade do certame, tal como um contrato firmado anteriormente com a própria Suframa, na qual a representante já houvera provido a instituição com serviços de transporte. Em consequência, votou o relator pela procedência da representação, bem como pelo encaminhamento de determinação à Suframa para que se abstinhasse de prorrogar o contrato decorrente do Pregão nº 05/2008, e, caso houvesse por parte da instituição em contratar os mesmos serviços, realizasse nova licitação, o que foi acolhido pelo Plenário. Acórdão n.º 1203/2011-Plenário, TC-010.459/2008-9, rel. Min. José Múcio Monteiro, 11.05.2011.

Assim, sendo, opinamos pela habilitação da empresa SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA, pois não descumpriu o item 1.8 do Edital.

Ante o exposto, opinamos pela habilitação das empresas SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA, PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA e ROANI COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA e pela inabilitação da empresa LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA.

Por fim, a Comissão Permanente de Licitações ressalta que recebeu no dia 05 de fevereiro de 2016 recurso oriundo da empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA que em síntese, justificou a "impugnação contra a si intitulada em relação à ausência de autenticação do contrato social, além de ter salientado em relação à empresa SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA, que não consta no contrato social atividade compatível com o objeto licitado e em relação à empresa LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA, que não apresentou o registro das demonstrações contábeis", sendo que tais ponderações serão objeto de apreciação no momento oportuno, podendo as razões já explanadas, inclusive, serem complementadas, com a consequente tramitação de tais irresignações na forma prevista no Estatuto Licitatório.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai

assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Arabutã, 12 de fevereiro de 2016.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

Membros: DULCI DRIEMEIER  
FELIPE PATZLAFF  
DELSI DRIEMEIER

## **ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 011/2016 SEQUÊNCIA 002**

ATA 002

Processo Licitatório nº. 011/2016 – Pregão Presencial nº 007/2016  
Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar Universitário (Linha 02), em conformidade com as especificações, quantidades e preços máximos definidos no Formulário-Proposta.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio analisaram a documentação apresentada pela empresa licitante e constataram que a empresa cumpriu com as exigências do Edital.

O licitante deverá encaminhar a documentação solicitada no item 9.2.1 do Edital, em até cinco dias (19/02/2016) através dos e-mails administração@arabuta.sc.gov.br ou licitacoes@arabuta.sc.gov.br.

Arabutã, 12 de fevereiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI  
DULCI DRIEMEIER  
FELIPE PATZLAFF  
DELSI DRIEMEIER

## **CONTRATO ACT 013/2016**

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 13/2016

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e CANDICE VENANCIO, inscrita no CPF/MF sob o nº. 082.230.059-13, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento da vaga para o cargo de Agente de Creche, em função de atestado médico da servidora titular do cargo e para atender as necessidades temporárias conforme Edital de Processo Seletivo nº. 007/2015, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 15 de fevereiro de 2016 até 29 de abril de 2016;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1501,95 (um mil quinhentos e um reais e noventa e cinco centavos) conforme Lei Complementar nº. 158, de 29 de dezembro de 2014, anexo III;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Agente de creche;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação



–E.E.I.C.M

7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 40h, pelo turno matutino e vespertino;

8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;

9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Candice Venancio  
Contratada

Jackson Luiz Patzlaff  
Prefeito

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi  
CPF/MFnº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier  
CPF/MFnº. 009.112.609-60

### **PORTARIA 045/2016**

PORTARIA Nº 045/2016

#### **SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a partir de 16 de fevereiro de 2016, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 27/2016, de 28 de janeiro de 2016, da servidora ROSANGELA PRESOTTO, inscrita no CPF sob nº. 053.926.389-37, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Médico Veterinário, sendo que os 15 (quinze) dias remanescentes de férias ora suspensas será gozado em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 12 de fevereiro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação

### **PORTARIA 046/2016**

PORTARIA Nº 046/2016

#### **CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Jackson Luiz Patzlaff Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor FRANCLY JUNIOR CUPRINSKI, inscrito no CPF sob nº. 067.347.929-35, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Odontologo, férias referentes ao período aquisitivo de 06 de janeiro de 2014 a 05 de janeiro de 2015, para serem gozadas no período de 15 de fevereiro de 2016 a 15 de março de 2016.

Art.2º Fica reduzido em 14 e 1/2 (catorze) dias e meio, o período de férias do mesmo em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse

particular devendo, portanto apresentar-se ao serviço a partir do dia 01/03/2016 no período vespertino.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 12 de fevereiro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 047/2016**

PORTARIA Nº. 47/2016

#### **ALTERA ADICIONAL DE QUINQUÊNIO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR os termos do Anexo Único, Sub anexo VI, Centro de Custo: Diretoria de Administração e Fazenda, do Decreto nº 1663, de 26 de janeiro de 2015, no que se refere à servidora MARCIA ELISA SCHEER, inscrita no CPF sob nº. 949.178.179-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Psicóloga, mais especificamente aos anos de serviço, passando de 6 para 19 e a percentagem dos quinquênios, passando de 2,88% para 9,12% sobre o vencimento conforme artigo 32, § 3º da Lei Complementar nº158/2014.

Art.2º Os efeitos dessa portaria retroagem a data de 01 de janeiro 2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,  
12 de fevereiro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sontag  
Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 048/2016**

PORTARIA Nº 048/2016

#### **CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Jackson Luiz Patzlaff Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora SILVIA PETRY KLAUS inscrita no CPF sob nº. 019.863.819-19, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente, férias referentes ao período aquisitivo de 09 de junho de 2014 a 08 de junho de 2015, para serem gozadas no período de 15 de fevereiro de 2016 a 15 de março de 2016.

Art.2º Fica reduzido em 24 (vinte quatro) dias, do período de férias da mesma em função de autorização de afastamento



anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto apresentar-se ao serviço a partir do dia 21/02/2016.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 12 de fevereiro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 049/2016**

PORTARIA Nº 049/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor PAULO DIETRICH inscrito no CPF sob nº. 044.292.459-32, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Serviço Gerais,, férias referentes ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2015 a 17 de fevereiro de 2016, para serem gozadas no período de 15 de fevereiro de 2016 a 15 de março de 2016.

Art. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 12 de fevereiro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 050/2016**

PORTARIA Nº 050/2016

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar o servidor NEUDI EINSWEILER, inscrito no CPF sob nº. 567.922.719-34, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo e o servidor HÉLIO LOSCH, inscrito no CPF sob nº. 430.319.279-15, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Infraestrutura e Urbanismo para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preços nº. 055/2016, nas quais o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de fevereiro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

### **PORTARIA 051/2016**

PORTARIA Nº 051/2016

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora CRISTIANE PETRY DELALIBERA, inscrita no CPF sob nº. 037.748.609-47, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Enfermeira e o servidor LAIRTON SIDINEY BUENO, inscrito no CPF-MF sob nº 521.135.150-91, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preços nº 49, 50, 51, 52, 53 e 54/2016, no qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2016.  
JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA Nº. 52/2016**

PORTARIA Nº 052/2016

##### **DESIGNA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

##### **RESOLVE:**

Art.1º. Designar a servidora CRISTIANE MICHAELSEN, inscrita no CPF sob nº. 027.860.559-11, para o cargo de Auxiliar Administrativo e o servidor LAIRTON SIDINEY BUENO, inscrito no CPF-MF sob nº 521.135.150-91, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 008/2016, no qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2016.  
JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação.

#### **PORTARIA Nº. 53/2016**

PORTARIA Nº 053/2016

##### **DESIGNA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

##### **RESOLVE:**

Art.1º. Designar a servidora CRISTIANE MICHAELSEN, inscrita no CPF sob nº. 027.860.559-11, para o cargo de Auxiliar Administrativo e o servidor LAIRTON SIDINEY BUENO, inscrito no CPF-MF sob nº 521.135.150-91, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 009/2016, no qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2016.  
JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação.

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 14/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de dispensa de licitação 14/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: José Henrique da Silva Junior – "HENRICOPY"

Objeto: Locação e manutenção de impressoras com franquia mínima de 8.000 páginas por mês, pelo prazo de 12 (doze) meses, a serem utilizadas pelas Secretárias de Administração, Educação e Cultura e pelo Setor da Assistência Social.

Valor: R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais) mais as folhas excedentes – R\$ 0,06 (seis centavos por folha).

Vigência: até 15/2/2017.

Ascurra, 15 de fevereiro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 15/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 15/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 26/2/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISIÇÃO DE LÂMINAS, DENTES E UNHAS QUE SERÃO UTILIZADOS PELAS MÁQUINAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, conforme Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 15 de fevereiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N. 16/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 25/2/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISIÇÃO DE PNEUS, QUE SERÃO UTILIZADOS PELAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE, OBRAS, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, PARA O EXERCÍCIO DE 2016 conforme Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 15 de fevereiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 10/2016

EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 10/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 24/2/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR JUNTO AS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, COMO TAMBÉM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS UTILIZADOS JUNTO: A COPA DO PAÇO MUNICIPAL; A COPA DO CRAS; A COPA DO CONSELHO TUTELAR CONSELHO TUTELAR E PARA A COPA ANEXA AO CENTRO DE EVENTOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CME (COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, conforme informações previstas no Edital.

Maiores informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 15 de fevereiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

### LEI Nº 1460/2016

LEI Nº 1460/2016

"Ratifica a filiação do Município de Atalanta à AMAVI realizada quando de sua fundação e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ratificada a filiação do Município de Atalanta à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI realizada na data de sua criação, nos termos da Ata de Fundação lavrada no dia 7 de novembro de 1964.

Parágrafo Único - O Município cumprirá as disposições estatutárias da AMAVI.

Art. 2º - A contribuição financeira do Município de Atalanta à AMAVI será limitada a 1,5 % sobre as cotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM de cada exercício, cujos pagamentos serão feitos mensalmente.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 11 de fevereiro de 2016.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1461/2016

LEI Nº 1461/2016

"Autoriza o Município de Atalanta a Firmar Convênio, com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – EPAGRI e dá Outras Providências."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, do Município de Atalanta, autorizado a firmar convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI, objetivando a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para o Município de Atalanta.

Parágrafo Único – O valor do repasse à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI, visando à execução do objeto descrito no "caput" deste Artigo, será de um total de 24.736,80, dividido em 10 parcelas mensais durante o ano de 2016, com retenção do Imposto Sobre Serviços -ISS e Imposto de Renda - IR.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15/04/2009.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta (SC), 11 de fevereiro de 2016.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N. 828/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO N. 828/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

REGULAMENTA O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO (LEI FEDERAL Nº 12.527/2011) E LEI MUNICIPAL 717/2014, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o Plano Diretor Municipal, artigo 54, §1 da Lei Complementar 29, de 16 de abril de 2009 e em conformidade ao inciso VI do art. 73 da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

#### DECRETA:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de BARRA BONITA, segundo ditames da Lei Federal nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, da lei municipal 717/2014 e deste Decreto.

Parágrafo Único - Para estes efeitos considera-se administração indireta além das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, ou com este mantenha contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 2º Este Decreto estabelece procedimentos para que a Administração Municipal, no âmbito do Poder Executivo, cumpra com eficiência e efetividade as determinações da Lei Federal 12.527/11 e Lei Municipal 717/14, estabelecendo regras para a gestão das informações e documentos públicos e sigilosos gerados por este Poder.

§ 1º Como documentos sigilosos podem exemplificar a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público, os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal, o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados, o prontuário médico de pacientes, as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto contagiosas.

§ 2º Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas no parágrafo anterior, o acesso somente poderá se dar após a concordância do titular do órgão.

Art. 3º A título de orientação, praticidade e segurança na execução das normas ditadas por este Decreto, reproduz-se as definições para os termos utilizados, dadas no art. 4º da Lei Federal 12.527/11, a saber:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 4º O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal será coordenado pela Secretaria de Administração e Fazenda, a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos na prestação deste serviço.

§ 1º Compete à Secretaria de Administração e Fazenda, também, divulgar orientação ao cidadão quanto a forma de procedimento para o acesso a informação pública, utilizando, para tanto:

I - O Diário Oficial do Município;

II - A página da Prefeitura Municipal de Barra Bonita na "internet".

§ 2º Todos os órgãos da Administração municipal elencados no Parágrafo Único do art. 1º deste Decreto ficam subordinados a Secretaria de Administração e Fazenda no que se referir à eficiência e eficácia no cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 5º Cada órgão da Administração direta e indireta do Município deverá ser convocado pela Secretaria de Administração e Fazenda para designar servidor titular com um substituto, lotados no órgão, que serão responsáveis por receber a solicitação da informação correspondente ao seu setor ou que estiver a sua disposição, bem como disponibilizá-la ao interessado no tempo, modo e forma aqui regulamentado.

§ 1º Compete Secretaria de Administração e Fazenda receber o Requerimento de Informação, por meio físico ou eletrônico, e encaminhá-lo ao responsável do setor a que se refere a solicitação, e, após a apresentação da informação remetê-la ao solicitante.

§ 2º Na página oficial na "internet" cada órgão deverá fazer constar em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, bem como



o nome do servidor responsável pelo serviço, inclusive o número do telefone através do qual este poderá ser contatado no horário de expediente.

§ 3º O servidor designado como substituto atenderá nos impedimentos do titular.

§ 4º Os servidores designados para este trabalho serão permanentemente capacitados para atuarem na implementação e correto funcionamento desta política de acesso à informação.

Art. 6º O SIC funcionará conforme a demanda e a necessidade de atendimento o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, com o objetivo de:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades.

Art. 7º Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio, acordo com entidade privada sem fins lucrativos esta deverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso a informação.

Art. 8º O pedido da informação pública deverá ser feito formalmente por meio físico ou por meio virtual, nele devendo constar, obrigatoriamente:

I - O nome, qualificação e número do documento de CPF ou identidade do solicitante;

II - O endereço completo do solicitante, inclusive o virtual se tiver;

III - A descrição clara e completa da informação ou do documento desejado.

§ 1º No caso do solicitante ser pessoa jurídica, este deverá informar obrigatoriamente junto ao pedido de informação pública os seguintes dados:

I - O nome da pessoa jurídica solicitante e o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - O nome do representante solicitante da pessoa jurídica e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

III - O endereço completo da pessoa jurídica solicitante, inclusive o virtual se tiver e telefone;

IV - A descrição clara e completa da informação ou do documento desejado.

Parágrafo Único - A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo implicará na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto para que possa ter prosseguimento.

Art. 9º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Art. 10 - No caso de o interessado desejar cópia de documento,

esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento do seu custo.

§ 1º Se o volume de documentos solicitados for significativo e o solicitante tiver urgência em tê-los poderá indicar, no requerimento, a empresa especializada neste serviço para a extração das cópias, desde que sediada neste Município.

§ 2º Igual procedimento previsto no parágrafo anterior se dará, neste caso obrigatoriamente, quando o documento desejado estiver fora dos parâmetros da capacidade de extração do equipamento existente na Prefeitura.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores o original do documento público somente sairá do órgão por ele responsável sob a guarda de um servidor público que acompanhará a extração da(s) cópia(s). Neste caso as cópias serão entregues ao interessado independentemente da autenticação prevista no caput deste artigo.

§ 4º As cópias extraídas em equipamento da Prefeitura somente poderão ser executadas após a comprovação do recolhimento do seu custo em favor da Prefeitura.

§ 5º A Secretaria de Administração e Fazenda estabelecerá, por Portaria, tabela de preço por fotocópia, usando como parâmetro o preço praticado pelas empresas especializadas sediadas na Região. Havendo divergência de mercado entre estas, o preço a ser praticado deverá ser igual a do menor custo.

§ 6º A Secretaria de Administração e Fazenda estabelecerá o documento adequado para o recolhimento do ônus previsto nos parágrafos anteriores.

Art. 11 Quando possível e o requerente assim aceitar, a informação poderá ser fornecida em formato digital através da "internet".

Parágrafo Único - Na hipótese de a informação solicitada já constar na página oficial virtual da Prefeitura, o servidor somente dará esta informação ao requerente, indicando o endereço correto para encontrá-la.

Art. 12 - A informação disponível deverá ser respondida no prazo máximo de 24 horas da data em que se deu o protocolo, sendo prudente que se faça de forma imediata.

§ 1º Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I - disponibilizá-la no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II - O prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 2º Em se tratando de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser, no prazo estabelecido no caput deste artigo, informado da negativa do fornecimento, bem como da possibilidade de recurso, prazo e condições para sua interposição, indicando a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 13 - O interessado na informação pública que por qualquer motivo não for atendido satisfatoriamente em suas pretensões terá direito a recurso no prazo de 10 (dez) dias da data da ciência da resposta.

§ 1º O recurso previsto no caput deste artigo será formal, contendo as razões do inconformismo, e dirigido ao Chefe do Poder Executivo, que deverá se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do protocolo.

§ 2º Mantida a recusa pela autoridade competente, esta deverá remeter o apelo juntamente com sua decisão à Comissão Mista de Reavaliação de Informações que, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou atenderá o acesso à informação desejada.

Art. 14 O servidor público municipal responsável pelo acesso à informação e que descumprir, sob qualquer pretexto, as determinações deste Decreto, destruir ou alterar informação pública, recusar de fornecê-la, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou que de má-fé divulgar informação sigilosa fica sujeito as penas previstas no art. 32 e seguintes da Lei 12.527/11, bem como as previstas na lei municipal 717/2014 que deverão ser aplicadas obedecendo-se as formalidades previstas estatutariamente.

Parágrafo Único - Idêntica responsabilidade recairá sobre qualquer servidor público municipal que destruir ou alterar informação pública ou facilitar o acesso àquelas de natureza sigilosa.

Art. 15 - Comissão de Avaliação de Informações-CAI, instituída nos termos deste Decreto, será formada:

- I – um representante da Assessoria Jurídica;
- II – um representante de cada secretaria;

Parágrafo Único - Cada órgão indicará suplente, devendo todos os membros ser nomeados por ato próprio do Poder Executivo.

Art. 16 - Comissão de Avaliação de Informações-CAI decidirá, no âmbito da Administração Pública Municipal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e tendo competência para em última instância apreciar os recursos negados em instância inferior.

Art. 17 - É dever dos órgãos e entidades públicas continuarem a promover a divulgação de todos os atos da Administração na conformidade do que prevê o art. 37 e seus incisos da Constituição Federal c/c art. 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

Parágrafo Único - As divulgações de que trata o caput deste artigo deverão ser feitas, independentemente da utilização de outros meios, em sítio oficial da Prefeitura na internet, sendo o titular de cada órgão responsável direto pela atualização diária desta página, bem como pela autenticidade e disponibilidade da mesma.

Art. 18 - A Secretaria de Administração e Fazenda manterá o "Portal da Internet da Prefeitura" como um canal de comunicação entre a Administração e a sociedade, facilitando a esta o acesso aos portais, tais como: execução orçamentária; recursos públicos recebidos e ou transferidos de outros órgãos com a exposição da origem, valores e favorecidos; atos de gestão com o servidor público municipal, respeitando aqueles considerados sigilosos; celebração de contratos e convênios (minuta) e outras avenças correlatas.

Art. 19 - Ao final de cada mês e até o quinto dia do mês subsequente, todos os órgãos da Administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal remeterão à Secretaria da Fazenda e Administração relatório de atendimento do mês, para fins estatísticos.

Art. 20 - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

BARRA BONITA (SC), 11 de fevereiro de 2016  
DARCI JOÃO FRIZON  
Prefeito Municipal

## **DECRETO N. 829/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

DECRETO N. 829/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

APROVA O DESDOBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o Plano Diretor Municipal, artigo 54, §1 da Lei Complementar 29, de 16 de abril de 2009 e em conformidade ao inciso VI do art. 73 da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

Decreta:

Art. 1º Aprova o "Desdobramento" do imóvel de propriedade de NELCIR ANTONIO MARTINELLI, CPF nº 345.349.979-49, lote no 42 com área total de 1.303,84m<sup>2</sup>, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 43.364, da Comarca de São Miguel do Oeste - SC, desdobrando em 3 (três) partes:

I - Lote urbano no42-A, com área de 545,84m<sup>2</sup> (sendo 388,94m<sup>2</sup> edificável e 156,90m<sup>2</sup> não edificável), confrontando: ao nordeste, com a Rua Buenos Aires, medindo 6,50 metros; ao sudeste, com o lote urbano no 45-B, por linha seca medindo 30,53 metros; novamente ao nordeste, com o lote urbano no 45-B, por linha seca medindo 18,14 metros; novamente ao nordeste, com parte do lote urbano no 42-C, por linha seca medindo 15,00 metros; ao sudoeste, com parte do lote urbano no 97, por linha seca medindo 18,00 metros; ao noroeste, com parte do lote rural no 14, por linha seca medindo 55,49 metros.

II - Lote urbano no 42-B, com área de 540,43 m<sup>2</sup>, confrontando: ao nordeste, com a Rua Buenos Aires, medindo 29,50 metros; ao sudeste, com parte do lote urbano no 42-C, por linha seca medindo 20,83 metros; ao sudoeste, com o lote urbano no 42-A, por linha seca medindo 18,94 metros; ao noroeste, com área não edificável do lote urbano no 42-A, por linha seca medindo 30,53 metros.

III - Lote urbano no 42-C, com área de 217,57 m<sup>2</sup>, confrontando: ao nordeste, com a Rua Buenos Aires, medindo 4,12 metros ao sudeste, com parte do lote urbano no 97, por linha seca medindo 33,16 metros; ao sudoeste, com parte do lote urbano no 97, por linha seca medindo 9,08 metros; ao noroeste, com o lote urbano no 42-A, medindo 15,00 metros e com o lote urbano no 42-B, medindo 20,83 metros, por linha seca;

Art. 2º Aprova o "reembramento" dos imóveis de propriedade de NELCIR ANTONIO MARTINELLI, constante do lote urbano no 42-C com área de 217,57m<sup>2</sup> (desdobrado conforme art. 1o, III do presente Decreto), com Parte do lote urbano no 97 com área de 2.156,86m<sup>2</sup>, matriculado no Registro de Imóveis sob nº43.360, que passam a ter a seguinte denominação, área e confrontações:

Parte do lote urbano no97 com área de 2.156,86m<sup>2</sup> e o lote urbano no42-C com área de 217,57m<sup>2</sup>, num total de 2.374,43m<sup>2</sup>, confrontando em conjunto: ao nordeste: com a Rua Buenos Aires medindo 33,30m; ao sudeste, com a Rua Buenos Aires, medindo 17,15m; ao sudoeste, com parte do lote urbano no96 e com parte do mesmo lote urbano no97, por linha seca medindo 16,40m; novamente ao sudeste, com o mesmo lote urbano no97, por linha seca medindo 50,00m; novamente ao sudoeste, com lote urbano no68, por linha seca medindo 28,20m; ao noroeste, com parte do lote rural no14,

por linha seca; novamente ao nordeste, com o lote urbano no42-A, por linha seca medindo 18,00 m; novamente ao noroeste, com os lotes urbanos nos. 42-A e 42-B, por linha seca medindo 35,83m

Art. 3 Esta decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 Revoga-se o Decreto 827/2016;

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, em 01 de fevereiro de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

# Barra Velha

## CÂMARA MUNICIPAL

### **DIVULGA LOCAL E HORÁRIO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA**

Ato 009/CP/ED/001/15

DIVULGA LOCAL E HORÁRIO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA  
DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO CÂMARA DE VEREADORES

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 21 de Fevereiro de 2016 para a prova escrita objetiva, no seguinte local e horário conforme cargo:

CARGOS	PERÍODO DE PROVA	FECHAMENTO PORTÃO	LOCAL DE PROVA
Advogado	Matutino	08h50	Escola Básica Municipal Professora Antonia Gasino de Freitas Rua João Pedro de Oliveira, Nº 440, Bairro São Cristóvão Barra Velha - SC
Analista de Compras	Matutino	08h50	Escola Básica Municipal Professora Antonia Gasino de Freitas Rua João Pedro de Oliveira, Nº 440, Bairro São Cristóvão Barra Velha - SC
Assistente Adm Legislativo	Vespertino	13h50	Escola Básica Municipal Professora Antonia Gasino de Freitas Rua João Pedro de Oliveira, Nº 440, Bairro São Cristóvão Barra Velha - SC
Controlador	Matutino	08h50	Escola Básica Municipal Professora Antonia Gasino de Freitas Rua João Pedro de Oliveira, Nº 440, Bairro São Cristóvão Barra Velha - SC
Motorista	Vespertino	13h50	Escola Básica Municipal Professora Antonia Gasino de Freitas Rua João Pedro de Oliveira, Nº 440, Bairro São Cristóvão Barra Velha - SC
Recepcionista	Vespertino	13h50	Escola Básica Municipal Professora Antonia Gasino de Freitas Rua João Pedro de Oliveira, Nº 440, Bairro São Cristóvão Barra Velha - SC
Servente	Matutino	08h50	Escola Básica Municipal Professora Antonia Gasino de Freitas Rua João Pedro de Oliveira, Nº 440, Bairro São Cristóvão Barra Velha - SC
Vigia	Matutino	08h50	Escola Básica Municipal Professora Antonia Gasino de Freitas Rua João Pedro de Oliveira, Nº 440, Bairro São Cristóvão Barra Velha - SC

Barra Velha, 11 de fevereiro de 2016  
Marciel Berlin  
Presidente da Câmara

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### PORTARIA 93 - 104/2016

PORTARIA Nº 93/2016, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

#### AUTORIZA SERVIDORA

Art. 1º. Fica autorizada a servidora FERNANDA RUSKE DE SIQUEIRA, ocupante do cargo de Engenheira Civil, a conduzir os veículos da Secretaria Municipal de Administração, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 05 de fevereiro de 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA Nº 94/2016, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016

"NOMEIA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Municipal de levantamento e reavaliação do patrimônio mobiliário e imobiliário, instituído pelo Decreto nº 098/2013 e, posteriormente alterado pelos Decretos nº 196/2014 e 312/2016, composta pelos seguintes servidores públicos municipais:

Presidente: ANDREIA CRISTINA DUMKE TISCZKA  
Secretária: PATRICIA IURKIV  
Membro: IVANILDA LILER  
Membro: FERNANDA RUSKE DE SIQUEIRA  
Membro: ARILDA MIELKE  
Membro: MARCELA ADRIANA CZERNIAK

Art. 2º. Os membros da Comissão não receberão nenhuma remuneração, sendo as funções consideradas de relevante interesse público.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 05 de fevereiro de 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA Nº 95/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

#### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º. Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a JÉSSICA ALBERTI, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 11/02/2016 à 25/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 11 de fevereiro de 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA Nº 96/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

#### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º. Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a SANTILHA CARVALHO DE LIMA, comissionada no cargo de Diretora de Turismo, junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 11/02/2016 à 11/03/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 11 de fevereiro de 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA Nº 97/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:



**EXONERA A PEDIDO**

Art. 1º. Fica exonerada a pedido DAIANE JUSILENE SCHIESSL, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de funcionários estatutários desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 11 de fevereiro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 98/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º. Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias a GIOVANI MARIA SCHIESSL WACHHOLZ, efetiva no cargo de Nutricionista, junto à Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 15/02/2016 à 05/03/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 15 de fevereiro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 99/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º. Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a JOSETE KOGG, efetiva no cargo de Analista de Tributos, junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 15/02/2016 à 15/03/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 15 de fevereiro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 100/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º. Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias a JEFFERSON DAVIS WACHHOLZ, efetivo no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 15/02/2016 à 05/03/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 15 de fevereiro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 101/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º. Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a IVONETE CARVALHO DE LIMA, efetiva no cargo de Agente de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 15/02/2016 à 15/03/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 15 de fevereiro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 102/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º. Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a GILCIONE MAZAROVICZ, efetivo no cargo de Farmacêutico, junto à Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 15/02/2016 à 29/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 15 de fevereiro de 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 103/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

NOMEAR DIRETORA

Art. 1º. Fica nomeada MARINA SOARES DA ROCHA para exercer cargo em comissão de Diretora de Administração Educacional lotada na Secretaria Municipal Educação, nos termos da Lei Municipal nº 978/2013, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 15 de fevereiro de 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 104/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Ficam autorizada a conversão de 2/3 de férias em abono pecuniário a MARIO CESAR CORRÊA, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com base no art. 79, §1º da Lei nº 004, de 27 de janeiro de 1997, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 15 de fevereiro de 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA  
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 19/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL nº. 19/2016 - SRP

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA OS DIVERSOS EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 29 de fevereiro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura. ABERTURA: às 09:05h do dia 29 de fevereiro de 2016, na Sala de Reuniões, 2º Piso, no Prédio da Prefeitura de Benedito Novo. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 12 de fevereiro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

### EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 16/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 11/2015  
Contratada: ROBERTO GNICH  
Objeto: PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA ESTRADA GERAL BAIXO SANTA MARIA, RIBEIRÃO DAS CABRAS, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE ROBERTO GNICH, TENDO COMO OBJETO A EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO  
Valor Total Contratado: R\$ 17.336,00  
Vigência: 02/01/2016 a 30/11/2016  
Data Assinatura: 15/12/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 2/2016 - CÂMARA DE VEREADORES

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC  
Referente: Processo licitatório nº 1/2016  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2016  
Contratada: LAURA ANITA DE OLIVEIRA ROEDER  
Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM APROXIMADAMENTE 141,39², EM PAVIMENTO TÉRREO, CONTENDO SALAS, AUDITÓRIO, SANITÁRIOS E ESTACIONAMENTO, LOCALIZADA NA RUA RUDOLFO KLITZKE, Nº 54, SALA B, CENTRO, BENEDITO NOVO, PARA FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES.  
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 22.680,00 (vinte e dois mil e seiscentos e oitenta reais).  
VIGÊNCIA: 02/01/2016 a 31/12/2016.  
DATA DE ASSINATURA: 21/01/2016  
IVANDRO KLITZKE - PRESIDENTE DA CÂMARA

### EXTRATO DE CONTRATO 3/2016 - CÂMARA DE VEREADORES

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2016  
Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.  
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 2.808,00 (dois mil, oitocentos e oito reais)  
VIGÊNCIA: 01/02/2016 a 31/12/2016.  
DATA DE ASSINATURA: 01/02/2016  
IVANDRO KLITZKE - PRESIDENTE DA CÂMARA

### EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL 88/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL  
Rescisão do Contrato nº 88/2015, assinado em 18 de maio de 2015.  
Referente: Processo Licitatório nº 38/2015  
Contratada: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VB LTDA EPP  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM EXTENSÃO DE 85 METROS E PONTE DE CONCRETO COM EXTENSÃO DE 10 METROS NA RUA GUILHERME DOEGE, NESTE MUNICÍPIO, (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA), NO ÂMBITO DO PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 789820/2013, PROCESSO Nº 2622.1008334-17/2013, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO  
Finalidade do Aditivo: RESCISÃO DO CONTRATO  
Data Assinatura: 15/12/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 64/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DO (PRIMEIRO) ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 23/2015  
Contratada: ROSANE WITTHOEFT PANOCHE ME  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO  
Finalidade do Aditivo: CORREÇÃO DE KM DO ITEM I, AJUSTANDO O VALOR REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO  
Valor Total Contratado: R\$ 23.200,00  
Vigência: 29/01/2016 a 31/12/2016  
Data Assinatura: 29/01/2016  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2015 - FMS**

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2016 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 15/02/2016, às 13h59min do dia 25/02/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 25/02/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (25/02/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (25/02/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 15/02/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 12 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira  
Secretário de Saúde

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 245-2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PP 245/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 245/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU", informamos que houve alterações no capítulo V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA no itens 5, 6 e 7 e nas especificações de alguns itens do Anexo nº 01, de modo que as empresas deverão retirá-lo novamente no site do Município de Biguaçu.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 29/02/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 29/02/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016 - PREVBIGUAÇU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – PREVBIGUAÇU  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016 – PREVBIGUAÇU  
OBJETO: Locação de Sistema de Informática na área de Contabilidade pública, Folha de Pagamento e de Transparência para PREVBIGUAÇU.

CONTRATADO: Betha Sistemas

PAGAMENTO: Mensal

VALOR MENSAL: R\$ 640,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação: X – para a compra ou locação de serviços ou equipamentos destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/94)

Biguaçu, 01 de fevereiro de 2016.

Nagib Abrahão Salum Netto  
Diretor Administrativo e Financeiro



**EXTRATO ATA - PP 271-2015-PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016 DO PP 271/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CASA LAR E RECREIA

EMPRESA: L &amp; M Comércio Atac. De Prod. Alimentícios.

VALOR TOTAL: R\$ 43.329,80

EMPRESA: Copal Alimentos Ltda

VALOR TOTAL: R\$ 89.600,00

EMPRESA: Distribuidora Nova Esperança Ltda

VALOR TOTAL: R\$ 63.420,01

EMPRESA: Elo Comercio e Serviços Ltda-Me

VALOR TOTAL: R\$ 17.383,93

EMPRESA: Bhurthan Comercial Ltda.

VALOR TOTAL: 39.575,04

VIGÊNCIA: 12/02/2016 A 12/02/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

CIVIL LTDA. - ME

Vigência: 26/01/2016 a 25/04/2016.

ANGELO RAMOS VIEIRA - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**PORTARIA Nº 266/2016**

PORTARIA nº 266 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARMELI MARIA DA LUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.015/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 66/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.015/2016

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 66/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ INFANTIL PARA FORNECIMENTO A CRIANÇAS EXPOSTAS AO HIV CADASTRADAS NO SAE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2016

Fornecedor: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA.

Valor: R\$ 3.228,00 (três mil duzentos e vinte e oito reais).

Vigência: 10/02/2016 a 31/12/2016.

ANGELO RAMOS VIEIRA

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 267/2016**

PORTARIA nº 267 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSA MARIA RIBEIRO DA CRUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.035/2014 - PROCESSO: CONVITE - CV Nº 24/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 10.035/2014

Processo: Convite - CV Nº 24/2014 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARCO ANTONIO, CONSOANTE DISPOSTO NA PORTARIA Nº. 1.382, DE 09 DE JULHO DE 2013, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: TNH - PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO

**PORTARIA Nº 268/2016**

PORTARIA nº 268 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA SELMA DE SOUZA ROCHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 269/2016**

PORTARIA nº 269 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANTA MARIA ALVES SAGAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 270/2016**

PORTARIA nº 270 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELINETE JOCELI DE ABREU LEMES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 271/2016**

PORTARIA nº 271 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NATALIA MARTINS DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir

de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 272/2016**

PORTARIA nº 272 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SCHIRLEI DA CONCEIÇÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 273/2016**

PORTARIA nº 273 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIRLEI DE SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 274/2016**

PORTARIA nº 274 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BERNADETE DA SILVA ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada

de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 275/2016**

PORTARIA nº 275 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ARIADENE QUEIROZ MAGALHÃES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 276/2016**

PORTARIA nº 276 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SCHEILA PEREIRA SCHÜ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 277/2016**

PORTARIA nº 277 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANESSA CATARINA AMORIM PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo

temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 278/2016**

PORTARIA nº 278 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA TEREZINHA GOMES CORREIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 279/2016**

PORTARIA nº 279 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANE NEIS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 280/2016**

PORTARIA nº 280 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SONIA TERESINHA DE MELO

FIRMO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 281/2016**

PORTARIA nº 281 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TANIA NAIR DO AMARAL de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 282/2016**

PORTARIA nº 282 de 10 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) INGRID KOTZIAS DE SOUZA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 356/2016**

PORTARIA nº 356 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARINA MORALLES CALDEIRA DE ANDRADA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/02/2016 a 09/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 357/2016**

PORTARIA nº 357 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANETE VANDA FORTE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/02/2016 a 01/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 358/2016**

PORTARIA nº 358 de 11 de fevereiro de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRAZIELA ELIAS ALCANTARA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/02/2016 a 08/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 359/2016**

PORTARIA nº 359 de 11 de fevereiro de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IRIA MARIA SAUSEN, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 07/01/2016 a 06/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/01/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 360/2016**

PORTARIA nº 360 de 11 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Silvana Mara Santana Locks, detentor do cargo de provimento temporário de Especialista em Assuntos Educacionais, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 361/2016**

PORTARIA nº 361 de 11 de fevereiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Fabiola Mara Rodrigues, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Exatária, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 362/2016**

PORTARIA nº 362 de 11 de fevereiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Janete de Faria Maria, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 363/2016**

PORTARIA nº 363 de 11 de fevereiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Karina Ana da Silva Feijó, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 364/2016**

PORTARIA nº 364 de 11 de fevereiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**



Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Genivalda Ronconi de Amorim, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Superintendente de Engenharia, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 365/2016**

PORTARIA nº 365 de 11 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Genivalda Ronconi de Amorim, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Relações Institucionais, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a contar de 10/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 366/2016**

PORTARIA nº 366 de 11 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Karoline Wollinger, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Governo, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 367/2016**

PORTARIA nº 367 de 11 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Salete Amaral Li, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Engenharia, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a contar de 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 368/2016**

PORTARIA nº 368 de 11 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Francisco de Souza Pereira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Turismo, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 369/2016**

PORTARIA nº 369 de 11 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Cecília Adami Tanaka, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Cadastro Técnico, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a contar de 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 370/2016**

PORTARIA nº 370 de 11 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Kátia Milene Wiese Peres, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Escolar I, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 371/2016**

PORTARIA nº 371 de 11 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Maria Adriana da Silva, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Escolar I, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 372/2016**

PORTARIA nº 372 de 11 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Bruna Manes, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Escolar II, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 373/2016**

PORTARIA nº 373 de 11 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Ana Cristina Espindola, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Escolar II, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 374/2016**

PORTARIA nº 374 de 11 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Joyce Lúcia Moreira Souza, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Escolar II, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 375/2016**

PORTARIA nº 375 de 11 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Alexandre Martins de Souza, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 377/2016**

PORTARIA nº 377 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSELI FATIMA CARDOSO DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 398/2016**

PORTARIA nº 398 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANESSA FELICIO GUEDES SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 399/2016**

PORTARIA nº 399 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ACIONE IRACI VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 400/2016**

PORTARIA nº 400 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELITA AZENIR SEIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 401/2016**

PORTARIA nº 401 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BRUNA DA CUNHA NICOLAU, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 402/2016**

PORTARIA nº 402 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BRUNA MARIA FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 403/2016**

PORTARIA nº 403 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KARLA MARIA GHIDINI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 404/2016**

PORTARIA nº 404 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KATIANI ROSA ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 405/2016**

PORTARIA nº 405 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARINA HEINZ QUILIN DE LIMA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 406/2016**

PORTARIA nº 406 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA HELENA VIDAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 407/2016**

PORTARIA nº 407 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANE ADRIANA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 408/2016**

PORTARIA nº 408 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GEOVANE SOARES MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 409/2016**

PORTARIA nº 409 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DEBORA ALEXANDRE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 410/2016**

PORTARIA nº 410 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAINE OLIVEIRA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 411/2016**

PORTARIA nº 411 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAILANE ARAUJO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 413/2016**

PORTARIA nº 413 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) APARECIDA SANTOS DA COSTA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 423/2016**

PORTARIA nº 423 de 12 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Ivonete Weber, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Escolar III, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 430/2016**

PORTARIA nº 431 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADRIANA APARECIDA SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 431/2016**

PORTARIA nº 431 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADRIANA APARECIDA SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 432/2016**

PORTARIA nº 432 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSEMEIRE BUENO DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 433/2016**

PORTARIA nº 433 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA HELENA DE SOUZA MORENO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 434/2016**

PORTARIA nº 434 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSMARA PEREIRA COSTA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 435/2016**

PORTARIA nº 435 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARGARIDA CATARINA SIMAS TEIXEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 436/2016**

PORTARIA nº 436 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FRANCISCA MARLEY AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de



AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 437/2016**

PORTARIA nº 437 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIANA HEINZ QUILIN DE LIMA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 438/2016**

PORTARIA nº 438 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KELLI ROBERTA FARIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 412/2016**

PORTARIA nº 412 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GEANE MARIA DE LIMA, de acordo

com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 376/2016**

PORTARIA nº 378 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIANA DA ROCHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 378/2016**

PORTARIA nº 379 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANE KUHN DE SOUZA ROCHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 379/2016**

PORTARIA nº 380 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELA APARECIDA COELHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de

AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 380/2016**

PORTARIA nº 381 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DE LOURDES NEVES DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 381/2016**

PORTARIA nº 382 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELA DEZIDÉRIO CAMILO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 382/2016**

PORTARIA nº 383 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DARLENE WOLFF DE CASTRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais,

na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 383/2016**

PORTARIA nº 384 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) THAIS SILVA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 384/2016**

PORTARIA nº 386 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CATIANE ZANDONÁ KRETZER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 385/2016**

PORTARIA nº 385 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIANA CRISTINA CAMPOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais,

na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 386/2016**

PORTARIA nº 386 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CATIANE ZANDONÁ KRETZER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 387/2016**

PORTARIA nº 387 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GEANE MARA CUNHA CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 388/2016**

PORTARIA nº 388 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DAYANA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria

Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 389/2016**

PORTARIA nº 389 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JHENIFER DE ANDRADE MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 390/2016**

PORTARIA nº 390 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRA APARECIDA CHALCOWSKI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 391/2016**

PORTARIA nº 391 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) THAYSA TEIXEIRA WESSLER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de

AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 392/2016**

PORTARIA nº 392 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JESSICA FURTADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 393/2016**

PORTARIA nº 393 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NAZIDE DOS ANTOS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 394/2016**

PORTARIA nº 194 de 03 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALTAIR JOSE KREICH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria

Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 11/02/2016.

Biguaçu, 03 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 395/2016**

PORTARIA nº 395 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BRUNA BRAULINA RODRIGUES DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 396/2016**

PORTARIA nº 396 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MERCEDES MARTA VARGAS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 397/2016**

PORTARIA nº 397 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:



Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIMONE IVONILDE DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 414/2016**

PORTARIA nº 414 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA MARGARETE PEPPLER BESEN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 415/2016**

PORTARIA nº 415 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIA AMABLIA VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 416/2016**

PORTARIA nº 416 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JANICE DA ROSA RÉGIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 417/2016**

PORTARIA nº 417 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE PERIN HENRIQUE FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 418/2016**

PORTARIA nº 418 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSETE VILMA DE ANDRADE DE ABREU, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.



Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 419/2016**

PORTARIA nº 419 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA OLIVEIRA DUARTE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 420/2016**

PORTARIA nº 420 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) THAISI CRISTHINA COSTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 421/2016**

PORTARIA nº 421 de 11 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FLAVIA RODRIGUES COSTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 424/2016**

PORTARIA nº 424 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCOS VINICIUS RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 425/2016**

PORTARIA nº 425 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIDINEI RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 426/2016**

PORTARIA nº 426 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANDERLEI CARDOSO PAMPLONA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com

jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 427/2016**

PORTARIA nº 427 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GERALDO CESAR MATOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 428/2016**

PORTARIA nº 428 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JUVIANO RAMOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 429/2016**

PORTARIA nº 429 de 12 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADELMO ROS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PP24-2016-PMB-1**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 24/2016 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS PARA O PRÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E EDUCAÇÃO INFANTIL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 2 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 2 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONVITE Nº 001/2016****TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO****CONVITE Nº 001/2016**

Circunstanciado pela ata de julgamento e pelo relatório conclusivo apresentado pela Comissão de Licitação, da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, datada de 05 de fevereiro de 2016, venho ADJUDICAR e HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, o resultado da licitação na modalidade – CONVITE n. 001/2016, de acordo com o parecer daquela Comissão, que aponta como vencedora do certame as Empresas: Pereira Comércio de Artigos Descartáveis Ltda EPP (CNPJ n. 07.589.610/0001-11); Radames Pereira Espindola EPP - HP & Comercial (CNPJ n. 09.342.831/0001-16); Rafabela Comercial e Distribuidora Eireli ME (CNPJ n. - 23.533.261/0001-72); Bozzano e Bozzano Ltda Me - Guigo & Zinho (CNPJ n. 85.323.392/0001-82) e FGH Distribuidora de Artigos para Departamentos Eirelli EPP (CNPJ n. 21.063.346/0001-09), contratadas para fornecimento de matérias de expediente e/ou Consumo, conforme descrições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (anexo I e II) da Carta Convite n. 001/2016. Vigência dos contratos: até o dia 31/12/2016, a contar da assinatura do contrato pelas partes. Pelo que se lavrou o presente Termo. Valor Global do certame: R\$ 41.776,12 (quarenta e um mil, setecentos e setenta e seis reais e doze centavos).

Biguaçu/SC, 12 de fevereiro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.794/2015

DECRETO Nº 10.794, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

3303 – Diretoria DE Transito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Transito

Modalidade 3.1.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Modalidade 3.1.91 (51) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Fonte de Recursos 0300.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.803/2015

DECRETO Nº 10.803, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, no valor de R\$ 15.640.128,41 (quinze milhão, seiscentos e quarenta mil, cento e vinte e oito reais e quarenta e um centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 36.281,10

Fonte de Recursos 0100.00000

03 – GABINETE DO VICE PREFEITO

0301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 03.01.04.122.0002.2268 – Manut. Ativ. Administrativas do Gavice

Modalidade 3.1.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 24.730,98

Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.1.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 386.539,66

Fonte de Recursos 0100.00000

0406 – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Atividade 04.06.14.422.0002.2016 – Manut. Ativ. Fundo Def. Dir. Difusos

Modalidade 3.3.90 (653) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Adm. Sedead

Modalidade 3.1.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 647.996,19

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administrativas da Sefaz

Modalidade 3.1.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 3.286,60

Fonte de Recursos 0100.00000

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. Ativ. Receita

Modalidade 3.1.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 334.922,85

Fonte de Recursos 0100.00000

Oper. Esp. 06.02.28.843.00000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Modalidade 4.6.90 (86) Aplicações Diretas R\$ 1.635.000,00

Modalidade 4.6.91 (87) Aplicações Diretas R\$ 282.773,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 – Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Adm. Segg

Modalidade 3.1.90 (91) Aplicações Diretas R\$ 78.381,19

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 – Administrativo do Gabinete

Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Manut. Ativ. Administrativas da Secom

Modalidade 3.1.90 (117) Aplicações Diretas R\$ 14.227,70

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 09.01.12.122.0004.2035 – Manut. Ativ. Administr. Semed

Modalidade 3.1.90 (129) Aplicações Diretas R\$ 187.223,93

Modalidade 3.3.91 (132) Aplicações Diretas R\$ 200,00  
Fonte de Recursos 0101.00000

0902 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados  
Atividade 09.02.12.122.0004.2039 – Manut. Ativ. Prog. e Proj. Integrados  
Modalidade 3.1.90 (145) Aplicações Diretas R\$ 35.515,37  
Fonte de Recursos 0101.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica  
Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental  
Modalidade 3.1.90 (160) Aplicações Diretas R\$ 1.880.362,60  
Fonte de Recursos 0101.00000  
Atividade 09.03.12.361.0004.2043 – Man. Des. Ens. Educ. Bás. – Fundeb/EF  
Modalidade 3.1.90 (170) Aplicações Diretas R\$ 4.170.384,15  
Fonte de Recursos 0118.00000  
Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil  
Modalidade 3.1.90 (180) Aplicações Diretas R\$ 2.081.499,12  
Fonte de Recursos 0101.00000  
Atividade 09.03.12.365.0004.2046 – Man. Des. Ens. Educ. Bás. – Fundeb/EI  
Modalidade 3.1.90 (190) Aplicações Diretas R\$ 1.832.647,26  
Fonte de Recursos 0118.00000  
Modalidade 3.1.90 (191) Aplicações Diretas R\$ 138.457,84  
Fonte de Recursos 0119.00000

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO  
1001 – Diretoria de Defesa Civil  
Atividade 10.01.04.122.0002.2302 – Manut. Ativ. Adm. Sedeci  
Modalidade 3.1.90 (204) Aplicações Diretas R\$ 68.718,30  
Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
1101 – Diretoria Administrativo – Financeira  
Atividade 11.01.04.122.0002.2277 – Manut. Ativ. Administrativas da Semob  
Modalidade 3.1.90 (252) Aplicações Diretas R\$ 154.614,67  
Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
1206 – Diretoria Administrativo Financeira  
Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Adm. Financeira Semudes  
Modalidade 3.1.90 (430) Aplicações Diretas R\$ 496.639,94  
Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO  
1301 – Administrativo do Gabinete  
Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Administrativas da Seplan  
Modalidade 3.1.90 (459) Aplicações Diretas R\$ 552.083,00  
Fonte de Recursos 0100.00000  
1304 – Diretoria de Fiscalização  
Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Manut. Ativ. Fiscalização  
Modalidade 3.1.90 (476) Aplicações Diretas R\$ 2.500,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

1308 – FUNDO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO  
Atividade 13.08.15.122.0005.2071 – Man. Ativ. Fundo Mun. Planejamento Urb.  
Modalidade 3.3.90 (678) Aplicações Diretas R\$ 2.550,00  
Fonte de Recursos 0606.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS  
1401 – Diretoria Administrativo - Financeira  
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Man. Ativ. Adm. e Financeiras da Sesur

Modalidade 3.1.90 (497) Aplicações Diretas R\$ 376.603,01  
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico  
Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Des. Econômico  
Modalidade 3.1.90 (538) Aplicações Diretas R\$ 136.207,86  
Fonte de Recursos 0100.00000

1504 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas  
Atividade 15.04.11.334.0003.2087 – Manut. Ativ. Micro e Pequenas Empresas  
Modalidade 3.3.90 (568) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO  
1601 – Administrativo do Gabinete  
Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Administrativas da Setur  
Modalidade 3.1.90 (605) Aplicações Diretas R\$ 45.962,27  
Fonte de Recursos 0100.00000

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITOUPAVA  
1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava  
Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administrativas da Idivi  
Modalidade 3.1.90 (620) Aplicações Diretas R\$ 21.347,91  
Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDÊNCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA  
1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia  
Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Administrativas do Idigg  
Modalidade 3.1.90 (627) Aplicações Diretas R\$ 2.471,91  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

02 – GABINETE DO PREFEITO  
0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação  
Atividade 02.01.04.122.0002.2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação  
Modalidade 3.1.91 (2) Aplicações Diretas R\$ 36.281,10  
Fonte de Recursos 0100.00000

03 – GABINETE DO VICE PREFEITO  
0301 – Administrativo do Gabinete  
Atividade 03.01.04.122.0002.2268 – Manut. Ativ. Administrativas do Gavice  
Modalidade 3.1.91 (17) Aplicações Diretas R\$ 24.730,98  
Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO  
0401 – Gabinete do Procurador Geral  
Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador  
Modalidade 3.1.91 (22) Aplicações Diretas R\$ 386.539,66  
Fonte de Recursos 0100.00000

0406 – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos  
Atividade 04.06.14.422.0002.2016 – Man. Ativ. Fundo Def. Direitos Difusos  
Modalidade 4.4.90 (664) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
Fonte de Recursos 0606.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



0501 – Administrativo do Gabinete  
Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Administr. Sede ad  
Modalidade 3.1.91 (51) Aplicações Diretas R\$ 647.996,19  
Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
0601 – Administrativo do Gabinete  
Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administrativas da Sefaz  
Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 592,60  
Modalidade 4.4.90 (73) Aplicações Diretas R\$ 2.694,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

0602 – Diretoria de Receita  
Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. Ativ. Receita  
Modalidade 3.1.91 (81) Aplicações Diretas R\$ 334.922,85  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Oper. Esp. 06.02.28.843.00000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida  
Modalidade 3.2.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 1.917.773,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL  
0701 – Administrativo do Gabinete  
Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Administr. Segg  
Modalidade 3.1.91 (92) Aplicações Diretas R\$ 78.381,19  
Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
0801 – Administrativo do Gabinete  
Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Manut. Ativ. Administrativas da Secom  
Modalidade 3.1.91 (118) Aplicações Diretas R\$ 14.227,70  
Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
0901 – Diretoria Administrativo – Financeira  
Atividade 09.01.12.122.0004.2035 – Manut. Ativ. Administr. Semed  
Modalidade 3.1.91 (130) Aplicações Diretas R\$ 141.033,26  
Modalidade 3.3.90 (131) Aplicações Diretas R\$ 44.565,52  
Modalidade 3.3.91 (132) Aplicações Diretas R\$ 115,15  
Modalidade 4.4.90 (133) Aplicações Diretas R\$ 1.710,00  
Fonte de Recursos 0101.00000

0902 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados  
Atividade 09.02.12.122.0004.2039 – Man. Ativ. Prog. e Projetos Integrados  
Modalidade 3.3.90 (146) Aplicações Diretas R\$ 33.175,87  
Modalidade 4.4.90 (147) Aplicações Diretas R\$ 2.339,50  
Fonte de Recursos 0101.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica  
Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental  
Modalidade 3.1.91 (161) Aplicações Diretas R\$ 1.412.407,00  
Modalidade 3.3.90 (162) Aplicações diretas R\$ 279.270,60  
Modalidade 3.3.91 (164) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00  
Modalidade 4.4.90 (165) Aplicações Diretas R\$ 28.685,00  
Fonte de Recursos 0101.00000  
Atividade 09.03.12.361.0004.2043 – Man. Des. Ens. Educ. Bás. – Fundeb/EF  
Modalidade 3.1.90 (171) Aplicações Diretas R\$ 481.303,50  
Fonte de Recursos 0119.00000  
Modalidade 3.1.91 (172) Aplicações Diretas R\$ 3.068.446,62  
Fonte de Recursos 0118.00000  
Modalidade 3.1.91 (173) Aplicações Diretas R\$ 455.841,14  
Modalidade 3.3.90 (174) Aplicações Diretas R\$ 164.792,89  
Fonte de Recursos 0119.00000  
Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.1.91 (181) Aplicações Diretas R\$ 1.534.827,37  
Modalidade 3.3.50 (182) Transf.Inst.Priv. S/Fins Luc. R\$ 164.996,23  
Modalidade 3.3.90 (183) Aplicações Diretas R\$ 269.675,52  
Modalidade 3.3.91 (185) Aplicações Diretas R\$ 112.000,00  
Fonte de Recursos 0101.00000  
Atividade 09.03.12.365.0004.2046 – Man. Des. Ens. Educ. Bás. – Fundeb/EI  
Modalidade 3.1.91 (192) Aplicações Diretas R\$ 1.832.647,26  
Fonte de Recursos 0118.00000  
Modalidade 3.3.90 (195) Aplicações Diretas R\$ 138.457,84  
Fonte de Recursos 0119.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO  
1001 – Diretoria de Defesa Civil  
Atividade 10.01.04.122.0002.2302 – Manut. Ativ. Adm. Sedeci  
Modalidade 3.1.91 (205) Aplicações Diretas R\$ 68.718,30  
Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
1101 – Diretoria Administrativo – Financeira  
Atividade 11.01.04.122.0002.2277 – Manut. Ativ. Administrativas da Semob  
Modalidade 3.1.91 (253) Aplicações Diretas R\$ 154.614,67  
Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
1206 – Diretoria Administrativo Financeira  
Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Adm. Financeira Semudes  
Modalidade 3.1.91 (431) Aplicações Diretas R\$ 496.639,94  
Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO  
1301 – Administrativo do Gabinete  
Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Administrativas da Seplan  
Modalidade 3.1.91 (460) Aplicações Diretas R\$ 552.083,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

1304 – Diretoria de Fiscalização  
Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Manut. Ativ. Fiscalização  
Modalidade 4.4.90 (478) Aplicações Diretas R\$ 2.500,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

1308 – FUNDO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO  
Atividade 13.08.15.122.0005.2071 – Man. Ativ. Fundo Mun. Planej. Urb.  
Modalidade 4.4.90 (676) Aplicações Diretas R\$ 2.550,00  
Fonte de Recursos 0606.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS  
1401 – Diretoria Administrativo - Financeira  
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Man. Ativ. Adm. e Fin. da Se-sur  
Modalidade 3.1.91 (498) Aplicações Diretas R\$ 376.603,01  
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico  
Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Des. Econômico  
Modalidade 3.1.91 (539) Aplicações Diretas R\$ 136.207,86  
Fonte de Recursos 0100.00000

1504 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas  
Atividade 15.04.11.334.0003.2087 – Manut. Ativ. Micro e Pequenas Empresas  
Modalidade 4.4.90 (569) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO  
1601 – Administrativo do Gabinete  
Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Administrativas da Sectar  
Modalidade 3.1.91 (606) Aplicações Diretas R\$ 45.962,27  
Fonte de Recursos 0100.00000

17 – INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITOUPAVA  
1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava  
Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administrativas da Idivi  
Modalidade 3.1.91 (621) Aplicações Diretas R\$ 21.347,91  
Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDÊNCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA  
1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia  
Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Administrativas do Idig  
Modalidade 3.1.91 (628) Aplicações Diretas R\$ 2.471,91  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de dezembro de 2015  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.394/2016**

PORTARIA Nº 19.394, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA OSCAR RAUTENBERG DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE HABITAÇÃO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR, a contar de 17 de fevereiro de 2016, OSCAR RAUTENBERG, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Habitação, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeado pela Portaria nº 18.745, de 11 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de fevereiro de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.395/2016**

PORTARIA Nº 19.395, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.  
NOMEIA OSCAR RAUTENBERG PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, atendendo ao Memorando

Chefia do Gabinete do Prefeito nº 00017/2016, de 10/02/2016, resolve:

NOMEAR

OSCAR RAUTENBERG, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 18 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de fevereiro de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.396/2016**

PORTARIA Nº 19.396, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA PAULO ROGÉRIO DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR

PAULO ROGÉRIO DA SILVA, do cargo em comissão de Assessor Especial de Articulação Política, símbolo CC-2, do Gabinete do Prefeito - GAPREF, nomeado pela Portaria nº 17.678, de 28 de março de 2014, no dia 17 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de fevereiro de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.397/2016**

PORTARIA Nº 19.397, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.  
CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSALETE ANDRIOLI RAYMUNDI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal ROSALETE ANDRIOLI RAYMUNDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 15 de janeiro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 446/01/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de fevereiro de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.398/2016**

PORTARIA Nº 19.398, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADILSON KREITLOW PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL HELENA MARTHA NATALIA WINCKLER.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 291/2015, de 07/08/2015, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR,

a contar de 01 de fevereiro de 2016, o servidor público municipal ADILSON KREITLOW, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretário Escolar da Escola Básica Municipal "Helena Martha Natalia Winckler", concedendo-lhe a gratificação de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de fevereiro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.399/2016**

PORTARIA Nº 19.399, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA RUBIA GOEDERT EGER PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA EBM "VIDAL RAMOS" E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando nº 035/2016, de 10/02/2016, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

NOMEAR,

a contar de 05 de fevereiro de 2016, RUBIA GOEDERT EGER, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função de Diretor Adjunto da EBM "Vidal Ramos", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de fevereiro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO Nº 002/16**

EXTRATO – CONTRATO Nº 002/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME.

OBJETO: Contratação empresa para instalação quadro elétrico para

os condicionadores de ar, nas salas de aula da escola EBM Vidal Ramos (Rua Antonio Treis, 144 – Vorstadt), localizada no Município de Blumenau/SC, conforme Memorial Descritivo e demais especificações constantes no edital de Tomada de Preços 022/2015 (ITEM 02) – SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 022/2015.

PRAZO: 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 32.133,92 (trinta e dois mil cento e trinta e três reais e noventa e dois centavos).

DATA: 21 de janeiro de 2016.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 050/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS PÚBLICOS (ITEM I – MANUTENÇÃO DE CANTEIRO AJARDINADO COM RE-PLANTIO DE NOVAS MUDAS DE FLORES DA ÉPOCA; II – MANUTENÇÃO DE CANTEIRO AJARDINADO COM RE-PLANTIO DE NOVAS MUDAS DE FLORES DA ÉPOCA).

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-008/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 12 de fevereiro de 2016 até 11 de fevereiro de 2017.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 115.524,65 (cento e quinze mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 1.386.295,80 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

DATA: 05 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2011**

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 169/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU.

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO NOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-121/2011.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 1º de fevereiro até 31 de julho de 2016.

PREÇO: Renova o valor dos serviços que se mantém em R\$

62.471,75 (sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 374.830,50 (trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta centavos), pelo período prorrogado.

DATA: 04 de fevereiro de 2016.

#### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2013**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 171/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-008/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 26 de novembro de 2015 até 25 de novembro de 2016.

PREÇO: Renova o valor estimado do contrato que se mantém em R\$ 930.000,00 (novecentos e trinta mil reais).

DATA: 30 de novembro de 2015.

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2013**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 172/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ONEWG MULTICOMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA (LOTE IV).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-008/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 26 de novembro de 2015 até 25 de novembro de 2016

PREÇO: Renova o valor estimado do contrato que se mantém em R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais).

DATA: 30 de novembro de 2015.

#### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2013**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 171/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-008/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 26 de novembro de 2015 até 25 de novembro de 2016.

PREÇO: Renova o valor estimado do contrato que se mantém em R\$ 930.000,00 (novecentos e trinta mil reais).

DATA: 30 de novembro de 2015.

#### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 177/2013**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 177/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO LOTEAMENTO DONA EDITH.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-010/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 28 de novembro de 2015 até o dia 27 de novembro de 2016.

DATA: 1º de dezembro de 2015.

#### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2013**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 178/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO LOTEAMENTO FRITZ KOEGLER.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-010/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 28 de novembro de 2015 até o dia 27 de novembro de 2016.

DATA: 1º de dezembro de 2015.



**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2014**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 184/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO ENGEPLAN FREEDOM.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA PROFº JACOB INEICHEN (TRECHO RUA RODOLFO WALTER ATÉ A RUA RICARDO GEORG).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-007/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 120 (cento e vinte) dias, ou seja, de 03 de fevereiro até o dia 01 de junho de 2016.

DATA: 26 de janeiro de 2016.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 301/2015**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 301/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

LOCASIM LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (DIÁRIA E MENSAL).

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa 08-161/2015.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 4.520,88 (quatro mil quinhentos e vinte reais e oitenta e oito centavos).

DATA: 27 de janeiro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 331/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 331/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRTA. DANIELA CRISTIANE MORSH

OBJETO: Eleição da 1ª PRINCESA do evento Oktoberfest, que ocorreu no dia 25 de outubro de 2015, em concurso público realizado nas dependências do Parque Vila Germânica - PROEB, sendo que seu mandato será de 01 de novembro de 2015 à 31 de outubro de 2016.

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso nº 01-002/2015.

PRAZO: 01 de novembro de 2015 à 31 de outubro de 2016.

PREÇO: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), sendo R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) mensais,

DATA: 18 de dezembro de 2015.

**ATAS REGISTRO DE PREÇOS/2015 - SEDEAD**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-185/2014

Registro de Preços para medicamentos em atendimento a Rede Básica Municipal de Saúde, período de 01 (um) ano - SEMUS/FMS. EMPRESAS VENCEDORAS:

ANGEOMED:

Item 01 – R\$ 19,00

Item 07 – R\$ 0,5170

Item 08 – R\$ 2,46

Item 10 – R\$ 10,40

Item 12 – R\$ 1,67

Item 16 – R\$ 0,25

Item 17 – R\$ 0,252

Item 24 – R\$ 4,99

Item 29 – R\$ 0,14

Item 36 – R\$ 0,308

Item 37 – R\$ 2,15

Item 38 – R\$ 9,30

PROHOSP:

Item 27 – R\$ 9,00

ALTERMED:

Item 28 – R\$ 0,116

MEDILAR:

Item 26 – R\$ 0,16.

PROMEFARMA:

Item 19 – R\$ 0,349

Item 30 – R\$ 1.911,34

ANDRÔMEDA:

Item 18 – R\$ 1,69

Item 20 – R\$ 1,147

Item 25 – R\$ 0,69

PROFARMA SPECIALTY

Item 34 – R\$ 258,10

ESTRELA:

Item 02 – R\$ 0,68

Item 03 – R\$ 6,99

Item 05 – R\$ 0,175

Item 11 – R\$ 0,247

Item 13 – R\$ 0,54

Item 15 – R\$ 0,48

Item 21 – R\$ 10,60

Item 22 – R\$ 15,40

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-128/2015

Registro de Preço para prestação de serviços de emissão de laudos para profissionais expostos à radiação dos aparelhos de RX Odontológico das Unidades de Saúde Bucal da Rede Municipal, pelo período de 12 meses - FMS/SEMUS

EMPRESAS VENCEDORAS:

BRASILRAD – CONSULTORIA EM RADIOPROTEÇÃO LTDA

Item: 02 – R\$ 1.700,00

VALOR TOTAL: R\$ 25.500,00

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-167/2015

Registro de Preços para Insumos Agrícolas pelo período de 01 ano - SESUR - SETERB.

EMPRESAS VENCEDORAS:

DISK GRAMA COMERCIAL LTDA ME

Item 11 – R\$ 8,55

Item 12 – R\$ 10,40

Item 13 – R\$ 6,30

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2015 – PREGÃO PRESENCIAL



Nº 06-142/2015

Registro de preços para uniformes escolares, para distribuição a alunos da Rede Municipal de Ensino, pelo período de 01 (um) ano. SEMED.

EMPRESAS VENCEDORAS:

J Dias Comércio e Confecções Ltda ME

Item 01 – R\$ 9,17

Item 02 – R\$ 9,25

Item 03 – R\$ 7,91

Item 04 – R\$ 8,00

Item 05 – R\$ 14,16

Item 06 – R\$ 15,00

Item 07 – R\$ 17,94

Item 08 – R\$ 17,75

Item 09 – R\$ 25,48

Item 10 – R\$ 25,66

Item 11 – R\$ 9,89

Item 12 – R\$ 9,62

Item 13 – R\$ 9,72

Item 14 – R\$ 9,68

Item 15 – R\$ 27,25

Item 16 – R\$ 27,41

Item 17 – R\$ 27,25

Item 18 – R\$ 27,19

Item 19 – R\$ 8,19

Item 20 – R\$ 8,55

Item 21 – R\$ 8,26

Item 22 – R\$ 8,26

Item 23 – R\$ 18,97

Item 24 – R\$ 18,76

Item 25 – R\$ 18,68

Item 26 – R\$ 18,65

Item 27 – R\$ 14,39

Item 28 – R\$ 15,42

Item 29 – R\$ 14,64

Item 30 – R\$ 14,38

VALOR TOTAL GLOBAL DE 979.714,00 (Novecentos e setenta e nove mil. Setecentos e quatorze reais).

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-163/2015

Registro de preços para tiras e lancetas para teste de glicemia capilar, com fornecimento de aparelho medidor e demais componentes e condições especificados no edital, pelo período de 01 (um) ano. - SEMUS/FMS.

EMPRESAS VENCEDORAS:

COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALARES LTDA

Item 01 – no valor unitário de R\$ 32,60

DANIELE DAGIOS EPP

Item 02 - no valor unitário de R\$ 0,24

Item 03 - no valor unitário de R\$ 0,34

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-163/2015

Registro de Preços para equipamentos e materiais médicos hospitalares para usuários do SUS nas Unidades de Saúde, pelo período de 01 ano - FMS/SEMUS.

EMPRESAS VENCEDORAS:

M H M do Couto Comercial ME

Item 01 - Valor unitário de R\$ 1.780,00

Item 11 - Valor unitário de R\$ 69,00

Althis Comércio de Medicamentos e Materiais Médico Hospitalares LTDA EPP

Item 12 - Valor unitário de R\$ 3,96

Item 15 - Valor unitário de R\$ 355,00

Item 18 - Valor unitário de R\$ 393,00

Item 19 - Valor unitário de R\$ 2,12

Item 21 - Valor unitário de R\$ 23,00

Item 24 - Valor unitário de R\$ 2,77

Item 25 - Valor unitário de R\$ 2,77

Item 26 - Valor unitário de R\$ 2,77

Item 27 - Valor unitário de R\$ 2,77

Item 28 - Valor unitário de R\$ 2,77

Item 29 - Valor unitário de R\$ 3,81

Dimaci SC Material Cirúrgico LTDA

Item 22 - Valor unitário de R\$ 0,49

Item 23 - Valor unitário de R\$ 0,49

Cointer Material Médico Hospitalar LTDA

Item 13 - Valor unitário de R\$ 13,40

Valor total R\$ 245.460,60

Olimedica Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares LTDA EPP

Item 06 – Valor Unitário: R\$ 1.640,00

Item 10 - Valor unitário de R\$ 120,00

Item 16 - Valor unitário de R\$ 229,60

Item 17 - Valor unitário de R\$ 259,60

Daniele Dagios EPP

Item 14 - Valor unitário de R\$ 2,00

Item 20 - Valor unitário de R\$ 540,00

OS ITENS 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09 e 30 RESTARAM DESERTOS.

VALOR TOTAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2015: R\$ 767.829,90

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-168/2015

Registro de Preços para Materiais Hospitalares, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano - SEMUS/FMS - FMAS – SEDECI.

EMPRESAS VENCEDORAS:

SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

Item 02 – R\$ 5,90

Item 03 – R\$ 15,00

Item 04 – R\$ 12,50

Item 05 – R\$ 14,00

Item 11 – R\$ 68,00

Item 13 – R\$ 28,00

Item 14 – R\$ 120,00

Item 15 – R\$ 90,00

Item 16 – R\$ 39,00

Item 17 – R\$ 10,00

Item 19 – R\$ 160,00

Item 20 – R\$ 160,00

Item 21 – R\$ 160,00

Item 26 – R\$ 360,00

Item 27 – R\$ 3,00

Item 29 – R\$ 10,50

Item 38 – R\$ 195,00

Item 40 – R\$ 6,00

Item 41 – R\$ 3,25

Item 42 – R\$ 3,25

Item 43 – R\$ 3,25

Item 44 – R\$ 3,25

Item 45 – R\$ 3,25

Item 46 – R\$ 3,25

Item 47 – R\$ 149,00

Item 53 – R\$ 40,00

Item 56 – R\$ 11,90

Item 57 – R\$ 200,00

Item 58 – R\$ 370,00

Item 61 – R\$ 1,15

Item 62 – R\$ 1,85

Item 63 – R\$ 900,00

DANIELE DAGIOS EPP

Item 01 – R\$ 2,91

Item 06 – R\$ 174,00

Item 24 – R\$ 44,00

ALTHIS COMERCIO DE MED E MATERIAL MED HOSPITALARLTDA

## EPP

Item 08 – R\$ 55,00  
 Item 12 – R\$ 54,00  
 Item 22 – R\$ 0,18  
 Item 23 – R\$ 20,00  
 Item 30 – R\$ 6,26  
 Item 31 – R\$ 22,17  
 Item 32 – R\$ 1,35  
 Item 33 – R\$ 1,22  
 Item 34 – R\$ 1,22  
 Item 35 – R\$ 22,00  
 Item 36 – R\$ 315,00  
 Item 39 – R\$ 4,97  
 Item 48 – R\$ 1,53  
 Item 51 – R\$ 3,82  
 Item 52 – R\$ 2,76  
 Item 55 – R\$ 22,00  
 Item 59 – R\$ 35,97  
 Item 60 – R\$ 0,63  
 Item 64 – R\$ 13,00  
 Item 65 – R\$ 17,00  
 Item 66 – R\$ 5,79  
 Item 67 – R\$ 10,58  
 Item 68 – R\$ 12,38  
 Item 69 – R\$ 270,00  
 Item 72 – R\$ 0,72  
 Item 73 – R\$ 1,08  
 Item 74 – R\$ 1,02  
 Item 75 – R\$ 1,82

VALOR TOTAL DO PREGÃO PRESENCIAL 168/2015: R\$ 139.355,90  
 Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-141/2015

Registro de preços para uniformes, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano - SETERB - SEPLAN.  
 EMPRESAS VENCEDORAS:

RP Comércio e representações Ltda ME

Item 01 – R\$ 100,00  
 Item 19 – R\$ 168,00  
 Item 26 – R\$ 473,00

Broccato Comércio de Uniformes Ltda EPP

Item 02 – R\$ 19,99  
 Item 03 – R\$ 24,99  
 Item 14 – R\$ 20,90  
 Item 16 – R\$ 47,75

Lecruz Roupas Profissionais Ltda EPP

Item 04 – R\$ 118,90  
 Item 05 – R\$ 82,75  
 Item 06 – R\$ 59,63  
 Item 08 – R\$ 38,80  
 Item 09 – R\$ 49,80  
 Item 10 – R\$ 34,93  
 Item 11 – R\$ 149,09  
 Item 28 – R\$ 14,78

Wooluê Confecções Ltda EPP

Item 12 – R\$ 77,50  
 Item 13 – R\$ 81,70

H.A. Erbe & Cia Ltda EPP

Item 17 – R\$ 648,00

Backes Confecções Ltda EPP

Item 21 – R\$ 19,80  
 Item 22 – R\$ 70,90  
 Item 23 – R\$ 175,50  
 Item 27 – R\$ 90,95  
 Item 29 – R\$ 39,95

Foot Comercial Ltda ME

Item 24 – R\$ 178,00

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-186/2015

Registro de preços de roupas íntimas para incontinência urinária, para usuários em atendimento da Secretaria, pelo período de 01 (um) ano – SEMUDES/FMAS.RP

EMPRESA VENCEDORA:

DOMINATTO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

Item 01 – R\$ 155,60  
 Item 02 – R\$ 155,60  
 Item 03 – R\$ 155,60  
 Item 04 – R\$ 155,60  
 Item 05 – R\$ 155,60  
 Item 06 – R\$ 155,60  
 Item 07 – R\$ 155,60  
 Item 08 – R\$ 155,60  
 Item 09 – R\$ 155,60  
 Item 10 – R\$ 155,60  
 Item 11 – R\$ 155,60.

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-175/2015

Registro de preços para alimentos especiais (suplementos, dietas, laticínios, fórmulas e outros) conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano. SEMUS/FMS - SEMED - FMAS.

EMPRESA VENCEDORA:

CM Hospitalar Ltda

Item 01 – R\$ 0,0820  
 Item 28 – R\$ 0,64  
 Item 32 – R\$ 0,325

Nutrimil Comércio de Produtos Alimentícios Ltda ME

Item 05 – R\$ 0,0910  
 Item 13 – R\$ 0,36  
 Item 23 – R\$ 0,175  
 Item 29 – R\$ 0,091  
 Item 30 – R\$ 0,355  
 Item 31 – R\$ 0,355  
 Item 33 – R\$ 0,0725  
 Item 35 – R\$ 0,0946  
 Item 36 – R\$ 0,056  
 Item 37 – R\$ 0,0946  
 Item 39 – R\$ 0,399  
 Item 41 – R\$ 0,175

PFG Comercial Ltda ME

Item 15 – R\$ 0,0299  
 Item 16 – R\$ 0,0268  
 Item 19 – R\$ 0,0210  
 Item 21 – R\$ 9,08  
 Item 24 – R\$ 0,0507  
 Item 25 – R\$ 0,0339

Nutriport Comercial Ltda

Item 20 – R\$ 0,18

Bruthan Comercial Ltda

Item 27 – R\$ 0,3189

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-087/2015

Registro de Preços para manutenção preventiva e corretiva, reparos e assistência mecânica, elétrica, latoaria e pintura em geral, e serviços de guincho, com fornecimento de peças, para Frota do SETERB, Polícia Civil e Militar, Conforme Termo de Referência e demais especificações constantes neste edital, pelo período de 01ano – SETERB (Convenio nº 2013TN003517).

EMPRESAS VENCEDORAS:

A. G Racing Ltda. – ME.

Item 03 – (serviço) R\$ 19,15  
 Item 07 – (Peças) – R\$ 410.000,00  
 Valor Total dos itens R\$ 582.350,00

Guinchos Itoupava Ltda. – ME.

Item 01 – (serviço) R\$ 99,97

Valor total dos itens R\$ 139.958,00

Auto Mecânica EJ Ltda. – EPP.

Item 04 – (serviço) R\$ 28,90

Item 08 – (peças) – R\$ 2.125.000,00

Valor total dos itens R\$ 2.772.360,00

Auto Mecânica Nascar Ltda. – ME.

Item 05 – (serviço) R\$ 64,50

Item 09 – (peças) – R\$ 1.350.000,00

Valor total dos itens R\$ 2.156.250,00

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-153/2015

Registro de preços para reagentes químicos, específicos para desinfecção, conforme especificações constantes no edital, para atendimento do SAMU e Rede Municipal de Saúde.

EMPRESAS VENCEDORAS:

SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA ME

Item 01 – R\$ 326,00

Item 02 – R\$ 1.760,00

Item 03 – R\$ 390,00

Item 04 – R\$ 1.980,00

BRAZIL HEALTH PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

Item 05 – R\$ 165,00

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-170/2015

Registro de Preços para manutenção em diversos motores, bombas, moto abrasivos e afins, estofaria e serralheria em veículos, com fornecimento de peças, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano – SEDECI.

EMPRESA VENCEDORA:

AUTO CAPA 2000 LTDA – EPP

Lote 01 – Valor R\$ 35.000,00. Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-185/2015

Registro de preços de materiais para sinalização semafórica, pelo período de 01(um) ano – SESUR.

EMPRESA VENCEDORA:

TERRA SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI EPP

1 - 12,90

2 - 14,00

3 - 306,00

4 - 360,00

5 - 36,00

6 - 40,20

7 - 40,04

8 - 40,04

9 - 50,56

10 - 55,00

11 - 54,56

12 - 2.000,00

13 - 1.210,00

14 - 1.392,00

15 - 125,00

16 - 125,00

17 - 125,00

18 - 127,00

19 - 116,00

20 - 100,00

21 - 80,00

22 - 81,00

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-056/2015

Registro de preços - produtos de cama e banho, pelo período de 01 (um) ano, para atendimento de diversas Secretarias - FMAS - FMD - PRO-FAMÍLIA – SETERB.

EMPRESA VENCEDORA:

H. A Erbe & Cia. Ltda. – EPP

Item 01 – R\$ 10,19

Item 16 – R\$32,90

Item 17 – R\$ 16,98

Item 22 – R\$ 21,65

Item 23 – R\$ 20,52

Item 24 – R\$ 4,54

Item 25 – R\$ 7,38

Item 27 – R\$ 11,15

Item 30 – R\$ 5,50

MM Comércio de Equipamentos Ltda ME

Item 02 – R\$ 60,00

Item 14 – R\$ 6,50

GTA – Atacado e Varejo Eireli EPP

Item 03 – R\$ 39,90

Item 13 – R\$ 5,90

Bagatoli Comércio de Móveis Ltda ME

Item 04 – R\$ 47,88

Item 05 – R\$ 40,30

Item 10 – R\$37,85

Item 18 – R\$ 15,03

Item 19 – R\$ 11,87

Item 21 – R\$ 12,80

Item 26 – R\$ 8,25

Item 29 – R\$ 3,99

Item 32 – R\$ 8,07

MRG Pascualini & Cia Ltda

Item 06 – R\$69,00

Recimar Colchões e Espumas Ltda Me

Item 07 – R\$180,00

Bozzano e Bozzano Ltda. – ME

Item 08 – R\$36,00

Item 31 – R\$15,00

Distribuidora de Alimentos Oliveira Ltda. – ME.

Item 09 – R\$30,00

Item 15 – R\$9,90

Suprema Comercial Ltda – EPP

Item 11 – R\$24,90

Pampa Comércio e Distribuidora Eireli Me

Item 12 – R\$26,95

Item 20 – R\$12,80

Lecruz Roupas Profissionais Ltda EPP

Item 28 – R\$3,60

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-165/2015

Registro de preços de materiais para sinalização semafórica, pelo período de 01(um) ano – SESUR.

EMPRESA VENCEDORA:

STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP

Item 01 – R\$ 65,90

Item 04 – R\$ 9,40

Item 05 – R\$ 320,00

Item 08 – R\$ 25,00

Item 29 – R\$ 2,40

Item 30 – R\$ 2,15

Item 31 – R\$ 2,00

Item 39 – R\$ 5,85

Item 48– R\$ 2,90  
 ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO  
 HOSPITALARES LTDA EPP

Item 03 – R\$ 0,2290

Item 07– R\$ 41,00

Item 09 – R\$ 0,21

Item 10 – R\$ 0,21

Item 11 – R\$ 0,21

Item 13 – R\$ 93,95

Item 17 – R\$ 31,75

Item 19 – R\$ 0,91

Item 20 – R\$ 66,27

Item 21 – R\$ 30,93

Item 23 – R\$ 32,40

Item 28– R\$ 8,26

Item 32 – R\$ 0,21

Item 34 – R\$ 0,49

Item 35 – R\$ 0,52

Item 38 – R\$ 11,97

Item 40 – R\$ 25,00

Item 42 – R\$ 14,73

Item 44 – R\$ 5,60

Item 45– R\$ 5,22

Item 46 – R\$ 8,75

Item 49 – R\$ 5,60

Item 50 – R\$ 3,08

CREMER S.A.

Item 26 – R\$ 169,90

DANIELE DAGIOS EPP

Item 14 – R\$ 1,40

Item 15 - R\$1,87

Item 24 – R\$ 1,65

Item 25 – R\$ 2,15

Item 36 – R\$ 231,00

Item 41– R\$ 4,09

Item 43 – R\$ 1,88

COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item 37 – R\$ 1.520,00

DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

Item 51 – R\$ 66,74

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2015 – PREGÃO PRESEN-  
 CIAL Nº 06-158/2015

Registro de Preços de confecção de placas, faixas, banners e afins,  
 pelo período de 01 ano - Diversas Secretaria - FMS/SEMUS - SE-  
 TERB - PROEB - PRO FAMILIA - FCB - FMD – FAEMA.

EMPRESA VENCEDORA:

ARAQUARI IMPRESSÕES LTDA – ME

Item 03 – R\$ 137,00

Item 18 – R\$ 59,00

Item 21 – R\$ 89,90

Item 27 – R\$ 98,00

Item 28 – R\$ 97,00

Item 29 – R\$ 288,00

Item 39 – R\$ 167,00

Item 41 – R\$ 443,00

Item 43 – R\$ 214,00

Item 45 – R\$ 258,00

Item 46 – R\$ 30,00

Item 47 – R\$ 49,00

Item 50 – R\$ 237,00

Item 51 – R\$ 89,00

Item 53 – R\$ 198,00

Item 55 – R\$ 154,80

Item 64 – R\$ 39,90

Item 68 – R\$ 16,30

ACN LOCADORA NAUTICA LTDA –EPP

Item 05 – R\$ 114,90

Item 19 – R\$ 14,90

Item 31 – R\$ 139,90

Item 36 – R\$ 89,90

Item 54 – R\$ 250,00

Item 59 – R\$ 24,90

Item 61 – R\$ 429,90

Item 62 – R\$ 179,90

WEBERGRAFIC COMERCIO DE MATERIAIS GRAFICOS LTDA – ME

Item 01 – R\$ 21,90

Item 02 – R\$ 19,80

Item 04 – R\$ 160,00

Item 06 – R\$ 29,90

Item 07 – R\$ 36,50

Item 08 – R\$ 120,00

Item 09 – R\$ 16,00

Item 10 – R\$ 6,20

Item 11 – R\$ 11,00

Item 12 – R\$ 14,75

Item 13 – R\$ 14,50

Item 14 – R\$ 17,00

Item 15 – R\$ 15,80

Item 16 – R\$ 10,60

Item 17 – R\$ 9,50

Item 20 – R\$ 38,00

Item 22 – R\$ 75,00

Item 23 – R\$ 40,00

Item 24 – R\$ 99,00

Item 25 – R\$ 390,00

Item 26 – R\$ 500,00

Item 30 – R\$ 27,90

Item 32 – R\$ 1.100,00

Item 33 – R\$ 280,00

Item 34 – R\$ 26,00

Item 35 – R\$ 36,00

Item 37 – R\$ 35,00

Item 38 – R\$ 21,00

Item 40 – R\$ 97,00

Item 42 – R\$ 289,80

Item 44 – R\$ 19,80

Item 48 – R\$ 20,00

Item 49 – R\$ 107,00

Item 52 – R\$ 248,00

Item 56 – R\$ 120,00

Item 57 – R\$ 1.089,00

Item 58 – R\$ 72,00

Item 60 – R\$ 120,00

Item 63 – R\$ 19,00

Item 65 – R\$ 2,14

Item 66 – R\$ 90,00

Item 67 – R\$ 0,47

Valor total dos itens R\$ 381.288,72

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016 – PREGÃO PRESEN-  
 CIAL Nº 06-184/2015

Registro de Preços para Materiais de Laboratório, pelo período de  
 01 ano - FMS/SEMUS.

EMPRESA VENCEDORA:

ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA.

Valor total: R\$ 242.997,56

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016 – PREGÃO PRESEN-  
 CIAL Nº 06-169/2015

Registro de Preços para pneus, câmaras de ar e protetor de aro,  
 conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de  
 01 ano - Diversas Secretarias - FMD, FMAS, SETERB.

EMPRESA VENCEDORA:

IGF COMERCIO DE PNEUS LTDA – ME

Item 01 – R\$ 45,00  
Item 05 – R\$220,00  
Item 36 – R\$ 599,90  
Item 39 – R\$ 1.625,00  
Item 59 – R\$ 392,00  
Item 61 – R\$ 278,00  
Item 62 – R\$ 130,00  
Item 63 – R\$ 70,00  
Item 64 – R\$ 40,00  
Item 67 – R\$ 28,00  
Item 77 – R\$ 326,00  
Item 96 – R\$ 314,00  
Item 100 – R\$ 545,00  
Item 101 – R\$ 784,00

**ABS PEÇAS E ACESSORIOS EMPRESARIA LTDA – EPP**

Item 02 – R\$ 74,90  
Item 03 – R\$ 135,00  
Item 04 – R\$ 190,00  
Item 06 – R\$150,00  
Item 07 – R\$ 230,00  
Item 08 – R\$ 150,00  
Item 10 – R\$ 230,00  
Item 12 – R\$ 225,00  
Item 14 – R\$ 570,00  
Item 16 – R\$ 430,00  
Item 19 – R\$ 379,00  
Item 23 – R\$ 1.250,00  
Item 25 – R\$ 32,00  
Item 27 – R\$ 410,00  
Item 28 – R\$ 16,00  
Item 33 – R\$ 85,00  
Item 35 – R\$ 60,00  
Item 37 – R\$ 1.197,00  
Item 40 – R\$ 1.360,00  
Item 41 – R\$ 1.173,00  
Item 43 – R\$ 1.310,00  
Item 44 – R\$ 700,00  
Item 45 – R\$650,00  
Item 46 – R\$ 18,00  
Item 47 – R\$ 22,00  
Item 50 – R\$ 79,00  
Item 52 – R\$ 370,00  
Item 53 – R\$ 500,00  
Item 54 – R\$ 497,00  
Item 55 – R\$ 190,00  
Item 56 – R\$ 368,00  
Item 57 – R\$ 120,00  
Item 68 – R\$ 255,00  
Item 69 – R\$80,00  
Item 70 – R\$160,00  
Item 71 – R\$ 150,00  
Item 73 – R\$ 160,00  
Item 74 – R\$ 120,00  
Item 75 – R\$ 187,00  
Item 85 – R\$ 145,00  
Item 88 – R\$ 160,00  
Item 89 – R\$ 130,00  
Item 90 – R\$ 230,00  
Item 91 – R\$ 300,00  
Item 92 – R\$ 372,00  
Item 93 – R\$ 230,00  
Item 99 – R\$ 320,00  
Item 107 – R\$ 2.000,00  
**BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI – EPP**  
Item 09 – R\$ 258,00  
Item 11 – R\$ 199,00  
Item 13 – R\$258,00  
Item 15 – R\$ 465,00  
Item 20 – R\$ 625,00

Item 21 – R\$ 465,00  
Item 22 – R\$ 1.347,00  
Item 24 – R\$ 625,00  
Item 29 – R\$ 1.595,00  
Item 34 – R\$ 36,19  
Item 38 – R\$ 389,00  
Item 42 – R\$ 899,00  
Item 51 – R\$ 385,00  
Item 58 – R\$ 399,00  
Item 65 – R\$ 450,00  
Item 66 – R\$ 420,00  
Item 94 – R\$ 389,00  
Item 95 – R\$ 620,00  
Item 97 – R\$ 275,00  
Item 98 – R\$ 389,00  
Item 106 – R\$ 1.140,00  
Item 109 – R\$ 389,00  
**LUDA PNEUS LTDA – EPP**  
Item 48 – R\$535,00  
Item 60 – R\$ 400,00  
Item 72 – R\$ 260,00  
Item 76 – R\$208,00  
Item 78 – R\$ 37,00  
Item 79 – R\$ 37,00  
Item 80 – R\$ 34,00  
Item 81 – R\$ 32,00  
Item 82 – R\$ 32,00  
Item 83 – R\$ 35,00  
Item 84 – R\$ 34,00  
Item 86 – R\$ 32,00  
Item 102 – R\$ 652,00  
**PNEU BOM LTDA – EPP**  
Item 30 – R\$2.095,00  
Item 31 – R\$ 900,00  
Item 32 – R\$ 65,00  
Item 103 – R\$1.250,00  
Item 104 – R\$ 2.000,00  
Item 105 – R\$ 2.098,00  
Item 108 – R\$900,00

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-179/2015**

Registro de preços de exames e consultas, para atendimento a usuários do SUS atendidos pela Rede de Atenção à Saúde do Município, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano. - SEMUS/FMS.

**EMPRESAS VENCEDORAS:****COMPLEXO DE PREVENÇÃO DIAGNÓSTICO TERAPIA E REABILITAÇÃO RESPIRATÓRIA S/S LTDA**

Item 03 – R\$ 75,80  
Item 04 – R\$ 95,00  
Item 05 – R\$ 108,00  
Item 06 – R\$ 110,00  
Item 07 – R\$ 323,00

**UNISON CLINICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA**

Item 11 – R\$ 60,00  
Item 12 – R\$ 100,00  
Item 13 – R\$ 60,00  
Item 14 – R\$ 60,00  
Item 15 – R\$ 80,00  
Item 16 – R\$ 70,00  
Item 17 – R\$ 60,00  
Item 18 – R\$ 60,00  
Item 19 – R\$ 75,00

**CLÍNICA MÉDICA OFTALMOLÓGICA BLUMENAU LTDA**

Item 20 – R\$ 200,00Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016 – PREGÃO PRESENCIAL**



Nº 06-195/2015

Registro de preços para coffe break e coquetel, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano. Para atendimento de diversas Secretarias - FMAS - FMD.

EMPRESA VENCEDORA:

MB CONFEITARIA LTDA ME

Item 01 – R\$ 14,90;

Item 02 – R\$ 15,20;

Item 03 – R\$ 16,40;

Item 04 – R\$ 19,80;

Item 05 – R\$ 26,80;

Item 06 – R\$ 30,50.

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-156/2015

REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO PARA EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS SEM EXCLUSIVIDADE, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO. PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS SECRETARIAS. SETERB - ISSBLU - FMD - PRO-FAMILIA - FCB – FMAS.

EMPRESAS VENCEDORAS:

TELESYSTEM TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Item 01 – R\$ 65,00

Item 02 – R\$ 85,00

Item 03 – R\$ 1,00

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-157/2015

Registro de Preços para contratação de empresa para serviço de transporte escolar eventual, com veículos de capacidade mínima de 45 lugares, e com um condutor por veículo, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano - SEMED.

EMPRESAS VENCEDORAS:

CANDY TUR FRETAMENTOS LTDA – EPP

Item 01 – R\$ 29,47

Item 02 – R\$ 29,33

Valor total dos itens R\$ 764.400,00

BIRO TURISMO E PUBLICIDADE LTDA – ME

Item 03 – R\$ 29,19

Valor total dos itens R\$ 379.470,00

PROGRESSOTUR EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA – EPP

Item 04 – R\$ 27,05

Valor total dos itens R\$ 351.650,00

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-156/2015

REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO PARA EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS SEM EXCLUSIVIDADE, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO. PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS SECRETARIAS. SETERB - ISSBLU - FMD - PRO-FAMILIA - FCB – FMAS.

EMPRESAS VENCEDORAS:

TELESYSTEM TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Item 01 – R\$ 65,00

Item 02 – R\$ 85,00

Item 03 – R\$ 1,00

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-174/2015

Registro de Preços para alimentos perecíveis (coxa e sobrecoxa de frango, carne, filé de cação, fígado de frango), pelo período de 01 ano - Pró - Família, FMAS, SEMED.

EMPRESAS VENCEDORAS:

Alimentar Distribuidora LTDA ME

Item 01 – R\$ 15,50

Schulz Comércio de Alimentos LTDA

Item 02 – R\$ 8,30

L &amp; E Comércio Varejista LTDA EPP

Item 04 – R\$ 26,37 Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Blumenau, 12 de Fevereiro de 2016.

FABIO WEIDGENANT

Gerência de Compras

HELOISA CASTANHEIRA

Central De Atas

## HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2264/2015 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitação PREGÃO PRESENCIAL 2264/2015

Registro de preços para aquisição de produtos químicos para uso no tratamento de água para abastecimento do município, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

Contratadas:

Mazzarollo Indústria Química Ltda. CNPJ: 05.963.469/0002-20

Valor Total R\$ 261.699,98

Dryller Ind. Com. De Hidróxidos Ltda. CNPJ: 08.444.204/0002-04

Valor Total R\$ 567.600,00

Avanex Indústria E Comércio Ltda. CNPJ: 78.668.969/0001-22

Valor Total R\$ 3.476.400,00

Hidromar Indústria Química Ltda. CNPJ: 46.481.156/0004-85

Valor Total R\$ 582.012,06

SNF do Brasil Ltda. CNPJ: 00.834.286/0001-82

Valor Total R\$ 52.800,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 01 de Fevereiro de 2016.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

## HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2261/15 E 2248/15 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitação PREGÃO PRESENCIAL 2261/2015

Registro de Preços para aquisição de café e açúcar, conforme especificações constantes no Edital, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Contratada:

Distribuidora de Alimentos Oliveira. CNPJ: 80.413.479/0001-27

Valor Total R\$ 34.920,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 01 de Fevereiro de 2016.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitação PREGÃO PRESENCIAL 2248/2015

Aquisição de materiais hidráulicos tubos e conexões para implantação de rede na Rua São Paulo- SAMAE.

Contratada(s):

SUL, AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor total R\$ 2.129,00

HIDROLUNA MAT. PARA SANEAMENTO LTDA.

Valor Total R\$ 320,00

CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA.

Valor Total R\$ 135.888,00

ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.

Valor Total R\$ 2.304,00

SAINT GOBAIN CANALIZAÇÕES LTDA.

Valor Total R\$ 2.097,70

HDS COMERCIAL HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA.

Valor Total R\$ 23.805,60

INASA INDÚSTRIA NACIONAL DE SANEAMENTO LTDA.

Valor Total R\$ 2.137,80

AGF FIGUEIREDO VÁLVULAS EPP

Valor Total R\$ 22.440,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04 subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 15 de Dezembro de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente

## **HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2263/15 - SAMAE**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitação PREGÃO PRESENCIAL 2263/2015

Registro de preço para aquisição materiais hidráulicos para manutenção da Rede de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Contratada(s):

SUL, AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor total R\$ 175.379,85

BERMAD BRASIL INDÚSTRIA DE VÁLVULAS LTDA.

Valor Total R\$ 23.785,00

ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.

Valor Total R\$ 11.520,00

HDS COMERCIAL HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA.

Valor Total R\$ 10.608,00

VCW VÁLVULAS IND. COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Valor Total R\$ 58.914,00

AGF FIGUEIREDO VÁLVULAS EPP

Valor Total R\$ 120.750,00

RD COM. DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI ME

Valor Total R\$ 39.926,50

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 01 de Fevereiro de 2016.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 5.108/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5108/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENA MESSINA BROWER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de

22 de dezembro de 2000,

A favor de MARILENA MESSINA BROWER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00106/13-9, em 07/06/2013, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	11/12/1990 a 20/02/1994
FURB- Fundação Universidade Regional de Blumenau	21/02/1994 a 31/05/2000

Totaliza o tempo de 3455 (três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 5 (cinco) meses, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 03079/12/2015.

Blumenau, 18 de dezembro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 5.109/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5109/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE ALBERTO MÜLLER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

JORGE ALBERTO MÜLLER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 12.237,12 (Doze mil, duzentos e trinta e sete reais e doze centavos), a partir de 11 de janeiro de 2016, conforme Processo n.º 02842/11/2015.

Blumenau, 18 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 5.110/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5110/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PEDRO WILSON BERTELLI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

PEDRO WILSON BERTELLI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 14.046,61 (Quatorze mil, quarenta e seis reais e sessenta e um centavos), a partir de 11 de janeiro de 2016, conforme Processo n.º 02936/11/2015.

Blumenau, 18 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5.111/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5111/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA TERESA PRADE FRONZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 26, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.ºs 732, de 19 de outubro de 2009, e 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 58, seus incisos, da Lei Complementar n.º 01, de 4 de junho de 1990, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA TERESA PRADE FRONZA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.800,93 (Três mil, oitocentos reais e noventa e três centavos), a partir de 18 de janeiro de 2016, conforme Processo n.º 03023/12/2015.

Blumenau, 18 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5.112/2015 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5112/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEZIO MARIO SCHLOGL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CLEZIO MARIO SCHLOGL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00200/15-1, em 15/12/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Hospital 9 de Julho S.A.	05/10/1968 a 03/09/1969
INSS - Instituto Nacional de Previdência Social	12/04/1970 a 30/09/1970 13/01/1972 a 05/02/1975
Sociedade de Beneficência Hospital Matarazzo	11/03/1975 a 22/10/1975
CIONE - Companhia Industrial de Óleos do Nordeste	01/12/1980 a 30/03/1985 02/05/1985 a 02/12/1987
SAMEAC- Sociedade de Assistência a Maternidade Escola Assis Chateaubriand	01/04/1987 a 15/05/1987

Totaliza o tempo de 4369 (quatro mil, trezentos e sessenta e nove) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 11 (onze) meses, e 24 (vinete e quatro) dias, conforme Processo n.º 03080/12/2015.

Blumenau, 18 de dezembro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5.113/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5113/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSE MARY SOARES VOLTOLINI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar



n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 1.º, § único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ROSE MARY SOARES VOLTOLINI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.879,27 (Quatro mil, oitocentos e setenta e nove reais e vinte e sete centavos), a partir de 18 de janeiro de 2016, conforme Processo nº 02965/11/2015.

Blumenau, 18 de janeiro de 2016.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5.114/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5114/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VOLNETI CADORE GREUEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### **CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar nº 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 58, seus incisos, da Lei Complementar nº 01, de 4 de junho de 1990, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

VOLNETI CADORE GREUEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.710,61 (Dois mil, setecentos e dez reais e sessenta e um centavos), a partir de 18 de janeiro de 2016, conforme Processo nº 02946/11/2015.

Blumenau, 18 de janeiro de 2016.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5.115/2016 - ISSBLU**

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA MARIA CORRÊA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### **CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar

n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 846, de 5 de abril de 2012, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 58, seus incisos, da Lei Complementar nº 01, de 4 de junho de 1990, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

ANA MARIA CORRÊA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.491,83 (Três mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos), a partir de 18 de janeiro de 2016, conforme Processo n.º 02994/12/2015.

Blumenau, 18 de janeiro de 2016.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5.116/2016 - ISSBLU**

PORTARIA Nº 5116/2016

REVOGA A PORTARIA Nº 5046/2015 QUE REVERTEU A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA ANDRÉA SALVADOR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o art. 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos desta Comarca, nos autos nº 0318966-46.2015.8.24.0008, que deferiu o pedido de antecipação de tutela para fins de restabelecimento do benefício de aposentadoria, resolve  
REVOGAR

a Portaria Nº 5046/2015, de 3 de novembro de 2015, que reverteu a aposentadoria por invalidez concedida à servidora pública municipal SANDRA ANDRÉA SALVADOR, pertencente ao quadro do Poder Executivo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, restabelecendo os efeitos da Portaria Nº 3877/2013, de 11 de outubro de 2013, a contar de 18 de janeiro de 2016.

Blumenau, 18 de janeiro de 2016.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5.117/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5117/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGUIT KEUNECKE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar nº 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 18, 19, e 20, da Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010, combinado com o artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar nº 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

MARGUIT KEUNECKE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 13.270,38 (Treze mil, duzentos e setenta reais e trinta e oito centavos), a contar de 21 de janeiro de 2016, conforme Processo nº 02993/12/2015.

Blumenau, 18 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5.118/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5118/2016

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À ZITA LUCIANO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

**CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA**

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ZITA LUCIANO, cônjuge de JOSÉ ANTONIO LUCIANO, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, lotado na Procuradoria Geral do Município, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 11 de novembro de 2015, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 6.536,15 (Seis mil, quinhentos e trinta e seis reais e quinze centavos) a contar da data do óbito.

Blumenau, 18 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5.119/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5119/2016

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À MARLY GOMES DE BORBA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000

**CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA**

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei

Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso II, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARLY GOMES DE BORBA, cônjuge de SIDNEI DE BORBA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 21 de dezembro de 2015, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 7.515,91 (Sete mil, quinhentos e quinze reais e noventa e um centavos), a contar da data do óbito.

Blumenau, 18 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5.120/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5120/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MAURICIO DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

**MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MAURICIO DA SILVA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encadernador, lotado na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00202/15-4, em 17/12/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cristal Blumenau S.A.	07/04/1982 a 04/06/1982
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau	06/08/1983 a 28/02/1993

Totaliza o tempo de 3548 (três mil, quinhentos e quarenta e oito) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 8 (oito) meses, e 23 (vinte e três) dias, conforme Processo n.º 03135/01/2016.

Blumenau, 21 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5.121/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5121/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CELIA MARIA PIAZERA SCHNAIDER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que



lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CELIA MARIA PIAZERA SCHNAIDER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Governamental, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00008/16-1, em 19/01/2016, prestado às seguintes entidades

Empresa	Período
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/11/1977 a 06/12/1979
	01/04/1986 a 03/04/1989
	14/04/1981 a 22/05/1981
Souza Cruz S.A.	01/08/1981 a 01/06/1984

Totaliza o tempo de 2939 (dois mil, novecentos e trinta e nove) dias, correspondente a 8 (oito) anos, e 19 (dezenove) dias, conforme Processo n.º 03146/01/2016.

Blumenau, 21 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### PORTARIA Nº 5.122/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5122/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LORETE MARGARIDA BERNARDES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de LORETE MARGARIDA BERNARDES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 03/2015, de 11/02/2015, expedida pelo IPRESP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras, no período de 01/02/2007 a 01/02/2012, um total de 1827 (mil, oitocentos e vinte e sete) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, e 2 (dois) dias, conforme Processo n.º 02899/11/2015.

Blumenau, 21 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### PORTARIA Nº 5.123/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5123/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VELEDA SIEWERDT FUNKE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de VELEDA SIEWERDT FUNKE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00207/15-6, em 23/12/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Escola Brasil Jovem S/C Ltda.- ME	01/08/1983 a 13/12/1996
	02/02/1998 a 21/12/1998 17/02/1999 a 21/12/1999 16/02/2000 a 22/12/2000 14/02/2001 a 19/12/2001

Totaliza o tempo de 6131 (seis mil, cento e trinta e um) dias, correspondente a 16 (dezesesseis) anos, 9 (nove) meses, e 21 (vinte e um) dias, conforme Processo n.º 03142/01/2016.

Blumenau, 21 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### PORTARIA Nº 5.124/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5124/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CECILIA MARIA DA CONCEIÇÃO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CECILIA MARIA DA CONCEIÇÃO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00002/16-3, em 13/01/2016, prestado à Prefeitura

Municipal de Blumenau, no período de 26/09/1985 a 21/06/1995, um total de 3551 (três mil, quinhentos e cinquenta e um) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 8 (oito) meses, e 26 (vinte e seis) dias, conforme Processo n.º 03153/01/2016.

Blumenau, 21 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5.125/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5125/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA FRANZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

#### **MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA FRANZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00266/14-4, em 16/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Prefeitura Municipal de Blumenau	01/01/1977 a 31/12/1977
	11/02/1992 a 02/01/1993
	14/02/1993 a 31/12/1993
	07/02/1994 a 01/03/1994
	01/04/1981 a 30/07/1982
Cantinho da Vovó	

Totaliza o tempo de 1524 (mil, quinhentos e vinte e quatro) dias, correspondente a 4 (quatro) anos, 2 (dois) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 00504/08/2014.

Blumenau, 21 de janeiro de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 037/2016**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 037/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Valor: R\$ 7.320,00

Vigência: 10.02.2016 a 31.12.2016.

Assinatura: 10 de fevereiro de 2016.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2015

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Número do Registro de Preços: 16/2015		Data do Registro: 14/05/2015		Válido até: 14/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada em Serviço dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas escolas da rede Municipal de Ensino e Refeitório dos Funcionários Públicos Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Dedetização da escola Básica Adriano Mosimann e limpeza de caixa da água. (16019)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
2	Dedetização da Escola Nucleada Braço do Trombudo Km 15 e Limpeza de Caixa da água. (16020)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
3	Dedetização da Escola Nucleada Braço do Trombudo Km e limpeza de caixa da água. (16021)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
4	Dedetização do Centro de Educação Infantil Tia Edith e Limpeza de Caixa da água. (16022)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
5	Dedetização do Centro de Educação Infantil Emília Rinnert e Limpeza de caixa da água. (16023)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
6	Dedetização do Centro de Educação Infantil Teda Georg e Limpeza de Caixa da água. (16024)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
7	Dedetização do Centro de Educação Infantil Edison Arndt e Limpeza de Caixa da água. (16025)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 16/2015		Data do Registro: 14/05/2015		Válido até: 14/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada em Serviço dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas escolas da rede Municipal de Ensino e Refeitório dos Funcionários Públicos Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Dedetização do Refeitório Municipal (16083)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02745790980 (9395)		0	250,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Número do Registro de Preços: 16/2015					Data do Registro: 14/05/2015		Válido até: 14/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada em Serviço dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas escolas da rede Municipal de Ensino e Refeitório dos Funcionários Públicos Municipais.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015  
PROCESSO Nº 23/2015

(9395) - INGOIMAR KARDAUKE 02749790980

Braço do Trombudo, 14 de Maio de 2015.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 07/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 08/2016

Objeto: Contratação de Serviços de Engenharia, com fornecimento de Materiais, para Implantação/Expansão de Rede de Energia Elétrica no Loteamento Parque das Rosas. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 26/02/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 158/2016

PORTARIA Nº 158/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. CAROLINE GISELE GADOTTI, matrícula nº 4239954-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, lotada na Secretaria da Fazenda, por 60 (sessenta) dias, a contar de 20/05/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de janeiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 10.500, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.500, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de MONITOR ESCOLAR, conforme abaixo nominados:

EDIANE IZABEL CAPPELLARO FRANSCISCO
-------------------------------------

JOSEANE CERQUEIRA DOS SANTOS
------------------------------

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/02/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 10.501, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.501, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Chefe Operacional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear Mara Juciane Souza Pereira para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda/SINE.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 10.502, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.502, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Chefe Operacional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear Danieli Secati para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda/SINE.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.503, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.503, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Claudemir José da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-4, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.504, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.504, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Coordenador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Vilson Bohn para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-5, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.505, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.505, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Coordenador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Sílvia Bernardo para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.506, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.506, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Norberto Laurindo para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.507, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.507, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Coordenador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Claudinei da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.508, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.508, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Coordenador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Valério Crespi para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.509, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.509, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Isabela Albani para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.511, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.511, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Coordenadora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Rosana Hassmann Bertoldi para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.512, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.512, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Chefe Operacional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Pedro Tiago Zanella para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.513, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.513, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Atilde Martinenghi para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.514, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.514, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Alexandre Adriano Amorim para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.515, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.515, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Coordenador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Antônio da Luz para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-IV, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.516, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.516, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Coordenador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Luiz Carlos Brehm para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-IV, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.517, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.517, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Antônio Carlos Tillmann para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Controladoria-Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.519, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.519, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Aurélio Augusto Batista Tormena para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Diretoria de Compras.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.522, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.522, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de ENFERMEIRO, conforme abaixo nominados:

FRANCIELE RACHEL PROVIN
MARIA ALICE DE FREITAS
FRANCINE ZORZO

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05/02/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.523, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.523, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme abaixo nominados:

CLAUDIA MARA CAETANO
CLEITON VALENTIM STOCKER
DEBORA DA LUZ SCHEFFER

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05/02/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.524, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.524, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de COORDENADOR PEDAGÓGICO e PROFESSOR, conforme abaixo nominados:

COORDENADOR
PEDAGÓGICO
GRASIELA DONINI
DOUGLAS ELY
ELIANE GATTO
GREICE KELLY RECH

#### **PROFESSOR**

LUANA GONCALVES
LUCINEIA SCALVIN
ANA CAROLINA FRANCO CAVICHIOLI
MAINDRA DA SILVA
SILMARA COLZANI
LUCIANA BOHN SABINO
FABIANA BATISTA SANTIAGO
JULIANA PEDROSO
TERESINHA APARECIDA RUDOLFO
DEISE FREITAS DE OLIVEIRA PEREIRA
RAQUEL RESINI CEZARIO
LUCIANA REGIS
ANGELA CRISTINA SILVEIRA GAMBA AZEVEDO
IZABEL CRISTINA MACEDO
ROSANGELA DE SOUZA
JULIANA GONCALVES MASTRANDREAS
EDIMARA MARCOS
ANDREIA DE OLIVEIRA LARA
FABRICIA PETERMANN TOMASSIA
ANA CARLA BARCELOS
ALEXANDRA GEANINY TASSO ISIDORO
ADRIELE MORAIS
MARIA ELENA FUCHTER RECH
MARIA LUIZA GIOSELE NOVAIS
PALOMA APARECIDA MINATTI
ELIZETE DA SILVA MATOS SEVERINO
EMANUELE DE LIMA BORBA
ANDREZA TACHINI MERICO
JOCELI APARECIDA DE SOUZA
ANA FLAVIA CAVALHEIRO
ROSANA VECHINI
JACQUELINE DE MIRANDA SANTANA
DENISE APARECIDA LYRA FAGUNDES
MARINES HELLMANN CHEROBIN
FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO
ADELINE BELLO
JULIANA FISCHER DA SILVA
ROSILEI SCHMINSKI ELIAS
JULIANA STOCKI DOS SANTOS
LUCIANI MARA FLORIANI
REGIANE HILGENSTIELER
GERUSA DE OLIVEIRA
ANA CLAUDIA SCHMITZ
DANIELI DOS SANTOS COSTA

FABIANE NOEMIA LEMOS
ANA MARA SCHMIDT
HELLEN CRISTINA TEOTONHO BARROS
SONIA APARECIDA DA SILVA JORGE
SUZANA CAVICHIOLO
SANDRA AGUIAR KNIHS

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/02/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 108/2016**

PORTARIA Nº 108/2016

O Contador da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto nº 7.735/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ANTÔNIO ADEMIR DE OLIVEIRA, matrícula nº 177415-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 14/01/2016 de 16 (dezesseis) dias, sendo seu afastamento no dia 29/01/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de janeiro de 2016.

Cristiano Bittencourt  
Contador - Decreto 7.735/2016

### **PORTARIA Nº 133/2016**

PORTARIA Nº 133/2016

O Contador da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto nº 7.735/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença

– concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ALESSANDRA HECKERT, matrícula nº 16110-13, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 19/01/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 03/02/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de janeiro de 2016.

Cristiano Bittencourt  
Contador - Decreto 7.735/2016

### **PORTARIA Nº 236/2016**

PORTARIA Nº 236/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento decorrerência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MARISA ANDRADE NEGRUNI, matrícula nº 408611-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 01/02/2016 de 180 (cento e oitenta) dias, sendo seu afastamento no dia 01/02/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de fevereiro de 2016.  
Cristiano Bittencourt  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwanberger  
Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 251/2016**

PORTARIA Nº 251/2016

Considerando o requerimento emitido pela servidora em 03 de fevereiro de 2016 o qual solicita cancelamento do benefício previdenciário em auxílio-doença junto ao IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, encaminhado ao IBPREV em 15/12/2015 pela Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque nos termos do Ofício nº 266/2015;  
Considerando que a servidora retornou ao trabalho no dia 11 de janeiro de 2016, após as férias coletivas 2015/2016, nos termos do Decreto nº 7.690/2015;  
O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Anular a Portaria nº 2946/2015 e todos os efeitos dela decorrentes, que afastou a servidora Sra. DORLI MARIA DE ABREU

FEIX, matrícula nº 1053159-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 09/12/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 24/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 223/2016**

PORTARIA Nº 223/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. CARLINE FERNANDA SCHEEREN, matrícula nº 744050-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 28/05/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de janeiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 125/2016**

PORTARIA Nº 125/2016

O Contador da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto nº 7.735/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. JOSE MIGLIOLI, matrícula nº 632023-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 18/01/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 02/02/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de janeiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Contador - Decreto 7.735/2016

### **PORTARIA Nº 157/2016**

PORTARIA Nº 157/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CAROLINE GISELE GADOTTI, matrícula nº 4239954-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, lotada na Secretaria da Fazenda, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 21/01/2016.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de janeiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 159/2016**

PORTARIA Nº 159/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento decorrente de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. NAIR TERESINHA DELLAGNOLO, matrícula nº 16586-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 21/01/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 21/01/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de janeiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 222/2016**

PORTARIA Nº 222/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CARLINE FERNANDA SCHEEREN, matrícula nº 744050-01, ocupante do



cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29/01/2016.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de janeiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 2946/2015**

PORTARIA Nº 2946/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. DORLI MARIA DE ABREU FEIX, matrícula nº 1053159-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 09/12/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 24/12/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de dezembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 310/2016**

PORTARIA Nº 310/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. CLAUDETE ROSELI SAUERESSIG BORGES, matrícula nº 342491-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, a contar de 10/02/2016.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 340/2016**

PORTARIA Nº 340/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. ANA MARIA BEUTING, matrícula nº 674990-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 15/02/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

### **DECRETO Nº. 7.745, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016**

DECRETO Nº. 7.745, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 944.246,12 (Novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais e doze centavos), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.3.62.55 Transferências de Convênios - Estado/Educação

VALOR R\$ 89.924,29

0012.0365.0335.2021 Manutenção de Creches

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.3.37.08 Outras Transf. FNDE – Apoio Creches/Brasil Carinhoso

VALOR R\$ 200.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.3.37.08 Outras Transf. FNDE – Apoio Creches/Brasil Carinhoso  
VALOR R\$ 100.000,00  
0012.0306.0040.2049 Manut. Prog. De Alimentação Escolar do Ensino Fundamental  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.3.37.01 Outras Transf. FNDE – Apoio Creches/Brasil Carinhoso  
VALOR R\$ 6.800,62  
0.3.37.02 Outras Transf. FNDE – Apoio Creches/Brasil Carinhoso  
VALOR R\$ 302,19  
0.3.37.03 Outras Transf. FNDE – Apoio Creches/Brasil Carinhoso  
VALOR R\$ 184,99  
0.3.37.04 Outras Transf. FNDE – Apoio Creches/Brasil Carinhoso  
VALOR R\$ 660,29  
0.3.37.05 Outras Transf. FNDE – Apoio Creches/Brasil Carinhoso  
VALOR R\$ 43,68  
0.3.37.06 Outras Transf. FNDE – Apoio Creches/Brasil Carinhoso  
VALOR R\$ 23.210,23  
0.3.37.07 Outras Transf. FNDE – Apoio Creches/Brasil Carinhoso  
VALOR R\$ 183,82  
0.3.37.00 Outras Transf. FNDE – Apoio Creches/Brasil Carinhoso  
VALOR R\$ 22.149,64  
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.01.00 Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ  
VALOR R\$ 500.000,00  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.3.18.00 Transferências do Fundeb-(aplic.profis)  
VALOR R\$ 786,37

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação  
09.001 Secretaria Municipal de Educação  
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.01.00 Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ  
VALOR R\$ 500.000,00

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2015
32.541-8	B.Brasil – Transp. Escolar	0.1.62.55 0.3.62.55	88.817,07 20.188,61
TOTAL GERAL			109.005,68

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.62.55/0.3.62.55	18.985,94
DDO à Pagar	0.1.62.55/0.3.62.55	38,45
Restos à Pagar	0.1.62.55/0.3.62.55	57,00
TOTAL	0.1.62.55/0.3.62.55	19.081,39

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.62.55	89.924,29
TOTAL		89.924,29

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2015
71.035-8	B.Brasil – Apoio As Creches/Brasil Carinhoso	0.1.37.08 0.3.37.08	24.864,06 276.795,41
TOTAL GERAL			301.659,47

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.37.08/0.3.37.08	457,85
DDO à Pagar	0.1.37.08/0.3.37.08	0,00
Restos à Pagar	0.1.37.08/0.3.37.08	0,00
TOTAL	0.1.37.08/0.3.37.08	457,85

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
-------	-------------------	-----------

Superávit Financeiro	0.3.37.08	301.201,62
TOTAL		301.201,62

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2015
71.922-6	B.Brasil – PMB/PNAE	0.1.37.01	0,00
		0.1.37.02	409,87
		0.1.37.03	5.096,74
		0.1.37.04	208,46
		0.1.37.05	0,00
		0.1.37.06	2.250,23
		0.1.37.07	183,82
672.009-8	CEF – PMB/PNAE	0.1.37.01	6.800,62
		0.1.37.02	2.168,32
		0.1.37.03	4.381,00
		0.1.37.04	6.828,58
		0.1.37.05	447,68
		0.1.37.06	960,00
		0.1.37.07	0,00
TOTAL GERAL		0.3.37.00	22.149,64
		0.1.37.01	6.800,62
		0.1.37.02	2.578,19
		0.1.37.03	9.477,74
		0.1.37.04	7.037,04
		0.1.37.05	447,68
		0.1.37.06	3.210,23
		0.1.37.07	183,82
		0.3.37.00	22.149,64

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.37.01/0.3.37.01	0,00
	0.1.37.02/0.3.37.02	2.276,00
	0.1.37.03/0.3.37.03	9.292,75
	0.1.37.04/0.3.37.04	6.376,75
	0.1.37.05/0.3.37.05	404,00
	0.1.37.06/0.3.37.06	0,00
	0.1.37.07/0.3.37.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.37.00/0.3.37.00	0,00
	0.1.37.01/0.3.37.01	0,00
	0.1.37.02/0.3.37.02	0,00
	0.1.37.03/0.3.37.03	0,00
	0.1.37.04/0.3.37.04	0,00
	0.1.37.05/0.3.37.05	0,00
	0.1.37.06/0.3.37.06	0,00
Restos à Pagar	0.1.37.07/0.3.37.00	0,00
	0.1.37.00/0.3.37.00	0,00
	0.1.37.01/0.3.37.01	0,00
	0.1.37.02/0.3.37.02	0,00
	0.1.37.03/0.3.37.03	0,00
	0.1.37.04/0.3.37.04	0,00
	0.1.37.05/0.3.37.05	0,00
TOTAL	0.1.37.06/0.3.37.06	0,00
	0.1.37.07/0.3.37.00	0,00
	0.1.37.00/0.3.37.00	0,00
	0.1.37.01/0.3.37.01	0,00
	0.1.37.02/0.3.37.02	2.276,00
	0.1.37.03/0.3.37.03	9.292,75
	0.1.37.04/0.3.37.04	6.376,75
	0.1.37.05/0.3.37.05	404,00
	0.1.37.06/0.3.37.06	0,00
	0.1.37.07/0.3.37.00	0,00
	0.1.37.00/0.3.37.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
-------	-------------------	-----------

Superávit Financeiro	0.3.37.01	6.800,62
	0.3.37.02	302,19
	0.3.37.03	184,99
	0.3.37.04	660,29
	0.3.37.05	43,68
	0.3.37.06	3.210,23
	0.3.37.07	183,82
	0.3.37.00	22.149,64
TOTAL		33.535,46

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2015
40.808-5	B.Brasil – Fundeb	0.1.18.00	391.211,00
TOTAL GERAL			391.211,00

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.18.00/0.1.19.00	143.137,33
DDO à Pagar	0.1.18.00/0.1.19.00	224.107,77
Restos à Pagar	0.1.18.00/0.1.19.00	23.179,53
TOTAL	0.1.18.00/0.1.19.00	390.424,63

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.18.00	786,37
TOTAL		786,37

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

## PORTARIA Nº 329/2016

PORTARIA Nº 329/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

### RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias a(o) servidor(a) JEISIANE MARTINS DOS SANTOS ERTAL, matrícula nº 719447, ocupante do cargo provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada(o) na Secretaria Municipal de Educação, por 30 dias, no período compreendido entre 15/02/2016 a 15/03/2016, referente ao período aquisitivo de 08/02/2015 a 07/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/02/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Fevereiro de 2016

1.

2.

3. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 10.518, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.518, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Coordenadora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Ananda Cristina Voltolini para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Trânsito e Mobilidade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 2, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016  
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 2, de 10 de fevereiro de 2016.

Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE**

1 - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao funcionário Reinaldo dos Santos Cordeiro, ocupante do cargo de Assessor Legislativo Administrativo do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2015 a 2016, na seguinte forma:

- usufruídos 21 (vinte e um) dias no período compreendido entre 21 de dezembro de 2015 a 10 de janeiro de 2016 – férias coletivas;  
- para usufruir de 09 (nove) dias no período compreendido entre 11/02/2016 a 19/02/2016.

2 - Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal ao Servidor em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 10 de fevereiro de 2016.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 235/2016**

PORTARIA Nº 235/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. SILVIA DECKER TEIXEIRA, matrícula nº 2747-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 01/02/2016 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 16/02/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 249/2016**

PORTARIA Nº 249/2016

Considerando o requerimento emitido pelo servidor em 02 de fevereiro de 2016 o qual solicita retorno às atividades laborais e o cancelamento do benefício previdenciário em auxílio-doença junto ao IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, encaminhado ao IBPREV em 11/01/2016 pela Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque nos termos do Ofício nº 01/2016; O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Anular a Portaria nº68/2016 e todos os efeitos dela decorrentes, que afastou o servidor Sr. PAULO CLEMENTE WINK JUNIOR, matrícula nº 776017-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, em decorrência do atestado do dia 28/12/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 12/01/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 3, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016  
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 3, de 10 de fevereiro de 2016.  
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE**

1 - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao funcionário Fabio Augusto Cardoso, ocupante do cargo de Agente de Transporte do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2015 a 2016, na seguinte forma:

- usufruídos 21 (vinte e um) dias no período compreendido entre 21 de dezembro de 2015 a 10 de janeiro de 2016 – férias coletivas;  
- para usufruir de 09 (nove) dias no período compreendido entre 11/02/2016 a 19/02/2016.

2 - Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal ao Servidor em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 10 de fevereiro de 2016.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 4, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016  
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 4, de 10 de fevereiro de 2016.  
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE**

1 - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao funcionário Jefferson Silveira, ocupante do cargo de Técnico Legislativo do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2015 a 2016, na seguinte forma:

- usufruídos 21 (vinte e um) dias no período compreendido entre 21 de dezembro de 2015 a 10 de janeiro de 2016 – férias coletivas;  
- para usufruir de 09 (nove) dias no período compreendido entre 11/02/2016 a 19/02/2016.

2 - Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal ao Servidor em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 10 de fevereiro de 2016.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 5, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016  
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 5, de 10 de fevereiro de 2016.  
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE**

1 - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao funcionário Rafael Matheus, ocupante do cargo de Assistente de Administração do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2015 a 2016, na seguinte forma:

- usufruídos 21 (vinte e um) dias no período compreendido entre 21 de dezembro de 2015 a 10 de janeiro de 2016 – férias coletivas;  
- para usufruir de 09 (nove) dias no período compreendido entre 18/02/2016 a 26/02/2016.

2 - Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal ao Servidor em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 10 de fevereiro de 2016.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 6, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016  
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 6, de 10 de fevereiro de 2016.  
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE**

1 - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao funcionário Ronei Zancanaro, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2015 a 2016, na seguinte forma:

- usufruídos 21 (vinte e um) dias no período compreendido entre 21 de dezembro de 2015 a 10 de janeiro de 2016 – férias coletivas;  
- para usufruir de 09 (nove) dias no período compreendido entre 18/02/2016 a 26/02/2016.

2 - Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal ao Servidor em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 10 de fevereiro de 2016.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba  
Diretor Geral

# Caçador

## PREFEITURA

### AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO – PROCESSO 99 – 2015 CONCORRÊNCIA 06-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO – PROCESSO 99 – 2015 CC 06-2015 - PREFEITURA

FICA ANULADO O PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 99/2015 NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA Nº 06/2015 - TIPO: MENOR TÉCNICA E PREÇO, COM OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO AO MUNICÍPIO DE CAÇADOR DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA CONSULTIVA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, RELATIVOS À ASSESSORIA E APOIO NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA, PLANO DE MOBILIDADE URBANA, OBRAS CIVIS, ESTUDOS AMBIENTAIS E MONTAGEM DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO INTERNACIONAL E SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIAL. MOTIVO: parecer jurídico de nº 013/2016 orientando a anulação do certame, e posicionamento favorável da comissão especial de julgamento às considerações contidas no documento. Maiores informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 05 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

### EDITAL 001/2016 - IPPUC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº01/2016

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

A presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador torna público que, a partir da data desta publicação, ficam os senhores proprietários, possuidores a qualquer título ou responsáveis pelos imóveis abaixo relacionados, NOTIFICADOS A CONSTRUIR OU ADEQUAR O PASSEIO PÚBLICO (calçada) em frente aos seus respectivos lotes, no prazo máximo de 6 meses, contados a partir da publicação deste Edital.

Tal imposição visa assegurar ao pedestre - especialmente às pessoas com mobilidade reduzida - o uso do passeio público com a necessária segurança, conforme determina a Lei Federal Nº 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto Nº 5.296/2004 e ainda a Lei Municipal nº3.249/2015. Os imóveis, com seu respectivo proprietário conforme cadastro imobiliário municipal, são os seguintes:

PROPRIETÁRIO  
ENDEREÇO  
INSC. IMOBILIÁRIA  
Nº NOT.

ADEMILDE DA SILVA  
ORLEANS, Nº15, BOM JESUS  
001.05.030.0104.001.001  
630

ADROALDO THOMÉ  
CAMPOS NOVOS, Nº451, CENTRO

001.01.048.0484.001.001  
567

ADROALDO THOMÉ E OUTROS  
CURITIBANOS, Nº520, CENTRO  
001.01.0448.0106.001.001  
588

ALBINA PEGORARO FORESTI  
CAMPOS NOVOS, Nº176, CENTRO  
001.01.050.0183.001.001  
563

ALCIDES TONIETO  
PORTO UNIÃO, S/N, CENTRO  
001.01.071.0037.001.001  
602

ALEQUESSANDRO ROSA  
RIO DAS ANTAS, S/N, BERGER  
001.04.198.0207.001.000  
674

ANIBAL CRISTINO ACHILLES PADILHA  
MARIA D. COSTA NEVES, Nº158, CENTRO  
001.01.055.0088.001.001  
596

ANIBAL CRISTINO ACHILLES PADILHA  
MARIA D. COSTA NEVES, S/N, CENTRO  
001.01.055.0043.001.000  
595

ANNELIZE POHLENZ  
HENRIQUE J. BERGER, Nº785, BERGER  
001.04.025.1730.001.001  
651

ANTONIO VALDECIR JOHANN  
ADÉLIA THOMÉ JOÃO, Nº72, BERGER  
001.04..108.0358.001.001  
698

ARCANGELO MARANGONI  
HENRIQUE J. BERGER, S/N, BERGER  
001.04.013.0218.001.000  
656

AUGUSTO MANDELLI  
AMÉRICO WORDEL, S/N, CENTRO  
001.01.057.0133.001.000  
558

CAMEL ABDALLA  
HERMÍNIO MAFESSONI, S/N, BERGER  
001.04.108.0092.001.000  
688

CAMEL ABDALLA  
OSORIO TIMERMANN, S/N, CENTRO  
001.01.007.0781.001.000  
584

CESAR LAURINDO VERONESE ORESTES P. GOMES, Nº279, PARAÍSO 001.05.042.0044.001.001 708	637
CLENIR A. DRIESSEN E OUTROS CONSELHEIRO MAFRA, Nº573, CENTRO 001.01.031.0215.001.001 603	JOÃO OTÁVIO CARNEIRO SANTA CATARINA, Nº480, CENTRO 001.01.051.0152.001.001 578
ELCY TEREZINHA VIVAN URUSSANGA, S/N, BOM JESUS 001.05.023.0194.001.000 629	JOÃO PAULO DALL BOSCO HENRIQUE J. BERGER, S/N, BERGER 001.04.025.1591.001.000 642
ERCILDA LUIZA VIVAN DE MORAES IRMÃO TOMAZ, S/N, BOM JESUS 001.05.023.0129.001.000 611	JOSÉ ADAMI NETO VICTOR B. ADAMI, Nº400, CENTRO 001.01.048.0304.001.001 591
ESPORTE CLUBE JUVENTUDE FADHO THOMÉ, Nº1595, BOM JESUS 001.05.008.0132.001.001 613	JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES ADELMIR PRESSANTO, Nº281, CENTRO 001.01.069.0445.001.001 539
FERNANDO C. GRANEMANN DRIESSEN AMERICO WORDEL, S/N, CENTRO 001.01.058.0382.001.000 573	JULIANO MARTELLO E CLAUDETE T. DICK ABDALLA JOÃO, S/N, BERGER 001.04.137.0126.001.000 664
FERNANDO LUIZ POPIA CAMPOS NOVOS, S/N, CENTRO 001.01.046.0323.001.000 564	JULIO TOMAZI HERCULANO C. DE SOUZA, Nº778, REUNIDAS 001.02.050.0060.001.001 717
FERNANDO RICARDO FENDT ADÉLIA THOMÉ JOÃO, S/N, BERGER 001.04.183.0082.001.000 705	JULITA CLARICE DE MORAES SCHNEIDER ERNESTO MARTELLO, S/N, CENTRO 001.01.060.0279.001.000 541
GENI TREVISAN PIERDONÁ E OUTRO MARIA D. COSTA NEVES, Nº96, CENTRO 001.01.055.0024.001.001 594	JUNIOR DOS SANTOS ALMEIDA ATÍLIO FAORO, S/N, CENTRO 001.01.056.0246.001.000 550
GENOVEVA R. BRUSTOLIN BASEGGIO S. FRANCISCO DE ASSIS, S/N, BOM JESUS 001.05.036.0269.001.000 532	LEONILDA MARIA SANTOS PAYERL FERNANDO MACHADO, S/N, CENTRO 001.01.013.0266.001.000 521
IRONI TEREZINHA BASSANI HERCULANO C. DE SOUZA, S/N, REUNIDAS 001.02.058.0280.001.000 716	LUANA TONIETO ABDALLA JOÃO, S/N, BERGER 001.04.183.0265.001.000 670
IZENA KUTCHER GEMELLI S. FRANCISCO DE ASSIS, S/N, BOM JESUS 001.05.036.0185.001.000 530	LUCIANO STAZIAK HERMINIO MAFESSONI, Nº84, BERGER 001.04.011.0143.001.001 672
JOÃO LUIZ GRANEMANN DRIESSEN AMERICO WORDEL, S/N, CENTRO 001.01.058.0402.001.000 574	LUIZ DE CAMARGO DRIESSEN JOÃO PEDRO RODRIGUES, S/N, CENTRO 001.01.058.0362.001.000 560
JOÃO MELEK HENRIQUE J. BERGER, S/N, BERGER 001.04.141.0273.001.000	LUIZ EDUARDO ROCHA E OUTROS MARIA D. COSTA NEVES, S/N, CENTRO 001.01.071.0516.001.000 601
	MADEIRAS LEIMA CONSELHEIRO MAFRA, Nº454, CENTRO

001.01.039.0230.001.001  
605

MARCELO RUARO BORTOLI  
HENRIQUE C. GARCIA, S/N, CENTRO  
001.01.072.0330.001.000  
547

MARCIO A. ZINI E OSORIO TIMERMANN  
HENRIQUE CRUZ GARCIA, S/N, CENTRO  
001.01.072.0290.001.000  
548

MARCIO A. ZINI E OUTROS  
CONSELHEIRO MAFRA, Nº436, CENTRO  
001.01.039.0210.001.001  
606

MARCIO ANDRÉ ZINI  
MARIA D. COSTA NEVES, S/N, CENTRO  
001.01.056.0135.001.000  
597

MARCOS A. GUIMARÃES BRANDALIZE  
ATÍLIO FAORO, S/N, CENTRO  
001.01.056.0166.001.000  
549

MARIZA MARIA DUTRA CARARO  
M. FLORIANO PEIXOTO, Nº18, CENTRO  
001.01.025.0207.002.001  
525

MARJURIE APARECIDA BUSANELLO  
HENRIQUE J. BERGER, Nº705, BERGER  
001.04.025.0035.001.001  
658

MATILDE GUILHERMINA DE PAULA  
JOÃO PEDRO RODRIGUES, Nº100, CENTRO  
001.01.064.0703.001.001  
562

MAURI ZOLDAN MELOTTI  
JOÃO P. RODRIGUES, S/N, CENTRO  
001.01.064.0688.001.000  
561

NADIR VIVAN  
ORLEANS, Nº71, BOM JESUS  
001.05.030.0070.001.001  
627

NADIR VIVAN  
ORLEANS, S/N, BOM JESUS  
001.05.023.0228.001.000  
628

NELSON P. REGINATTO E FILHOS  
ERNESTO KIRSCHNER, Nº121, CENTRO  
001.01.055.0148.001.001  
545

NILTON MACHADO  
HENRIQUE J. BERGER, Nº942, BERGER  
001.04.139.0028.001.001  
638

OLGA BELTRAMI VIVAN

IRMÃO TOMAZ, S/N, BOM JESUS  
001.05.023.0068.001.000  
612

OSWALDO DE MATIAS  
SALGADO FILHO, Nº654, BERGER  
001.04.031.0011.001.001  
660

PAULINO DALL BOSCO  
HENRIQUE J. BERGER, S/N, BERGER  
001.04.025.1551.001.000  
640

PAULINO DALL BOSCO  
HENRIQUE J. BERGER, S/N, BERGER  
001.04.025.1576.001.000  
641

PLÍNIO FABIANI E OUTROS  
HERCULANO C. DE SOUZA, Nº181, BOM JESUS  
001.05.008.0446.001.001  
721

PRESTADORA DE SERVIÇOS RURAIS SILVA  
ORESTES P. GOMES, Nº50, PARAÍSO  
001.05.040.0410.001.001  
714

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A  
OSÓRIO TIMERMANN, S/N, CENTRO  
001.01.004.0200.001.001  
585

ROMULO BERNARDI  
AMÉRICO WORDEL, S/N, CENTRO  
001.01.057.0193.001.000  
559

ROSANA HAYMUSSI REGGES  
ATÍLIO FAORO, S/N, CENTRO  
001.01.061.0250.001.000  
551

RUDI TOMICKI  
SÃO FRANCISCO DE ASSIS, Nº199, PARAÍSO  
001.05.040.0296.001.001  
534

SANDRA AP. MEDEIROS E OUTROS  
ELIAS ABDALLA, S/N, CENTRO  
001.01.064.0750.001.000  
553

SARILANE MOSCHETTA DA S. FRIGERI  
IRMÃO TOMAZ, S/N, BOM JESUS  
001.05.016.0035.001.000  
618

SERGIO KAMIENSKI  
HENRIQUE J. BERGER, Nº827, BERGER  
001.04.025.1674.001.001  
646

SERGIO VIVAN  
ORLEANS, S/N, BOM JESUS  
001.05.029.0134.001.000  
626

SIRLEI MARIA RUBINI  
HENRIQUE J. BERGER, S/N, BERGER  
001.04.025.1788.001.000  
655

THIAGO MUNIZ DE LIMA  
MARIA D. COSTA NEVES, S/N, CENTRO  
001.01.059.0232.001.000  
599

TITO LIVIO BARICHELLO  
CURITIBANOS, S/N, CENTRO  
001.01.039.0468.001.000  
590

UADY ABDALLA  
7 DE SETEMBRO, Nº489, CENTRO  
001.01.022.0243.001.001  
583

VANIRA DUARTE GRUTZMANN  
ADÉLIA THOMÉ JOÃO, Nº96, BERGER  
001.04.108.0382.001.001  
699

VERA LUCIA JUSTE LARA  
HENRIQUE J. BERGER, S/N, BERGER  
001.04.025.1753.001.000  
652

ZULEMA PALOSCHI CANALLE  
MARIA D. COSTA NEVES, S/N, CENTRO  
001.01.042.0273.001.000  
600

De salientar que a obrigação de executar ou adequar o passeio, pelos proprietários ou possuidores a qualquer título dos lotes acima discriminados, está prevista no Art. 177 do Código de Obras do Município (Lei Nº 130/86), Art. 154 §2º do Código de Posturas (Lei nº 33/80) e Art.52 da Lei nº3.249/2015, sendo que o seu descumprimento sujeita o responsável à penalidade prevista no Art.53 §1º Lei nº3.249/2015. Assim, o não atendimento desta Notificação dentro do prazo previsto implicará em multa de 1/5 (um quinto) do Valor de Referência Municipal (VRM – Atualmente R\$224,00) por metro quadrado de passeio. Após a emissão da multa, será concedido mais 60 dias de prazo para execução dos serviços e, caso não sejam executados, o município fica autorizado a fazê-lo cobrando-lhes os custos da obra através de Contribuição de Melhoria nos termos da Lei Tributária Municipal.

Ficam os proprietários igualmente cientificados de que a construção dos passeios deverá respeitar as disposições legais previstas na Lei nº3.249/2015, a qual encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Caçador, na aba "Leis Municipais", ou ainda no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador, situado à Av. Santa Catarina, nº195, sala 207.

Thaelys Olsen  
Presidente do IPPUC

#### **PORTARIA Nº 26.489**

PORTARIA Nº 26.489, de 05 de fevereiro de 2016.  
Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã DENISE BERNADETE SCOLARO BATALLON, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, Referência 01, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação e de posse no dia 05 de fevereiro de 2016 e data de início do exercício no dia 11 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de fevereiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 26.490**

PORTARIA Nº 26.490, de 05 de fevereiro de 2016.  
Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã LINDAMIR GONÇALVES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, Referência 01, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação e de posse no dia 05 de fevereiro de 2016 e data de início do exercício no dia 11 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de fevereiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 26.496**

PORTARIA Nº 26.496, de 10 de fevereiro de 2016.  
Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o



previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 76, de 22/12/2005, que dá nova redação à Lei nº 1.582, de 26/01/2001, que institui a Fundação Municipal de Esportes,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã DANIELE CARLOS DA SILVA, para ocupar o cargo de Professor de Educação Física, da Fundação Municipal de Esportes - FME, Referência 25, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 10 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.497**

PORTARIA Nº 26.497, de 10 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão EVONEI CASSIANO BARROSO, para ocupar o cargo de Agente de Serviços e Obras Especiais - PMC, do Grupo Ocupacional – Serviços Gerais do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 10 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.498**

PORTARIA Nº 26.498, de 10 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe

sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão ALEXANDRE ZOTTO, para ocupar o cargo de Motorista, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Referência 10, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 10 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.499**

PORTARIA Nº 26.499, de 10 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão FLAVIO SCALCON, para ocupar o cargo de Médico, do Grupo Ocupacional – Superior do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 40, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 10 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.500**

PORTARIA Nº 26.500, de 10 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão THIAGO MUNIZ DE LIMA, para ocupar o cargo de Médico, do Grupo Ocupacional – Superior do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 40, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 10 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.501**

PORTARIA Nº 26.501, de 10 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo nominada, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, número de dias e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Familiar	Nº de Dias	A contar de - A partir de:
4273	Ana Maria Miozzo Vidal	Auxiliar Creche Berçário	Esposo	30	09/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.505**

PORTARIA Nº 26.505, de 11 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 76, de 22/12/2005, que dá nova redação à Lei nº 1.582, de 26/01/2001, que institui a Fundação Municipal de Esportes,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã CARINE MARLA BOSETTI, para ocupar o cargo de Professor de Educação Física, da Fundação Municipal de Esportes - FME, Referência 25, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 11 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.506**

PORTARIA Nº 26.506, de 11 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 76, de 22/12/2005, que dá nova redação à Lei nº 1.582, de 26/01/2001, que institui a Fundação Municipal de Esportes,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã LAÍS SOUZA DE MORAES, para ocupar o cargo de Professor de Educação Física, da Fundação Municipal de Esportes - FME, Referência 25, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 11 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de fevereiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.507**

PORTARIA Nº 26.507, de 11 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, conforme Lei Complementar nº 292, de 14 de maio de 2015,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão RODRIGO ROCHA DA SILVA, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, do Grupo Ocupacional – Superior do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 41, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 11 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de fevereiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.508**

PORTARIA Nº 26.508, de 11 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONTRATAR, por tempo determinado, a cidadã, a seguir relacionada, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período – A contar de:
Susana Ribeiro	Psicóloga	37	35	Secretaria Assistência Social e Habitação	VV. Valdiléia Aparecida Ferreira, Licença Tratamento Saúde	11/02/2016 a 30/06/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de fevereiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 001/2016 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 009/2016- FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO PRONTO ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CAMBORIÚ: CONSULTAS DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA PARA USUÁRIOS DO SUS QUE BUSCAM O ATENDIMENTO HOSPITALAR, SENDO DE CLIENTELA REFERENCIADA E DE DEMANDA ESPONTÂNEA, COM MANUTENÇÃO DE PLANTÃO MÉDICO 24 HORAS/DIA, 7 DIAS POR SEMANA, ININTERRUPTAMENTE, COM ESCALA DE 1 PROFISSIONAL MÉDICO POR TURNO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA MINUTA CONTRATUAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/02/2017

1ª Publicação.

### PR 002/2016 - FUNDESP

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2016-FUNDESP - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, PARA OS ATLETAS DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES QUE IRÃO PARTICIPAR DE JOGOS REPRESENTANDO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME CRONOGRAMA EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 04 (Quatro) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 12 de Fevereiro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 002/2016

ADITIVO Nº 002/2016

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 061/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO DARIO MUNHOZ

CONTRATADO: DARIO MUNHOZ, no cargo público exercendo a função de Motorista da Saúde, portador do CPF/MF nº 040.903.999-39, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, s/nº, Bairro Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII e IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002. Contratação temporária para atuar em substituição ao servidor Claudio Athayde, que encontrasse afastado pelo motivo de processo administrativo.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 13 de Fevereiro de 2016;

Término: 12 de Maio de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC., 13 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	DARIO MUNHOZ Contratado
--	----------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de filtros para os veículos e máquinas da frota do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa J. MARANGONI COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ: 20.649.395/0001-65, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 103/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	10	Unidade	Filtro, referência: AP 9834	31,99	319,90
02	5	Unidade	Filtro, referência: ARL 4147	15,39	76,95
03	5	Unidade	Filtro, referência: ARL 9603	11,99	59,95
04	4	Unidade	Filtro, referência: ARS 3003	43,99	175,96
05	20	Unidade	Filtro, referência: ARS 9839	95,91	1.918,20
06	4	Unidade	Filtro, referência: ASR 203	58,37	233,48
07	10	Unidade	Filtro, referência: ASR 839	30,99	309,90
08	20	Unidade	Filtro, referência: PF 420	43,99	879,80
09	10	Unidade	Filtro, referência: PL 519	20,76	207,60
10	20	Unidade	Filtro, referência: PSC 72/2	9,95	199,00
11	20	Unidade	Filtro, referência: PSC 75	23,99	479,80
12	10	Unidade	Filtro, referência: PSC 877	89,99	899,90
13	5	Unidade	Filtro, referência: PSD 450/1	35,99	179,95
14	5	Unidade	Filtro, referência: PSD 530/1	38,99	194,95
15	20	Unidade	Filtro, referência: PSD 960/1	37,99	759,80



16	5	Unidade	Filtro, referência: PSL 144	19,99	99,95
17	20	Unidade	Filtro, referência: PSL 283	45,99	919,80
18	20	Unidade	Filtro, referência: PSL 300	53,64	1.072,80
19	5	Unidade	Filtro, referência: PSL 55	10,11	50,55
20	10	Unidade	Filtro, referência: PSL 560	11,09	110,90
21	10	Unidade	Filtro, referência: PSL 675	18,24	182,40
22	4	Unidade	Filtro, referência: PSL 962	15,59	62,36
VALOR TOTAL				R\$ 9.393,90	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

J. MARANGONI COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de livros, CDs e tatames para os Centros Municipais de Educação Infantil do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ÊXITO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE LIVROS LTDA, CNPJ: 08.065.700/0001-76, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 112/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	3	UN	Mundo Pequeno: Meus Amigos Filhotes, formato em pano, tamanho 12x18,5cm; 6 páginas, autor: Edicart, Editora: Todo Livro, Coleção: Mundo pequeno.	14,70	44,10
02	3	UN	Mundo Pequeno - Um livro de pano: Meu Mundo, formato em pano, tamanho 12x18,5cm; 6 páginas, autor: Edicart, Editora: Todo Livro, Coleção: Mundo Pequeno.	18,35	55,05
03	3	UN	Mundo Pequeno - Livro de pano: Minhas Férias, formato em pano, tamanho 12x18,5cm; 6 páginas, autor: Edicart, Editora: Todo Livro, Coleção: Mundo Pequeno	14,70	44,10
04	3	UN	Mundo Pequeno - Livro de pano: Hora de Dormir, formato em pano, tamanho 12x18,5cm; 6 páginas, autor: Edicart, Editora: Todo Livro, Coleção: Mundo Pequeno	18,35	55,05
05	3	UN	Riki & Gabi-Festa Banheira! Riki Sabe Contar, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	9,00	27,00
06	3	UN	Riki & Gabi - Festa Banheira! Qual é a cor? Formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	9,00	27,00
07	3	UN	Riki & Gabi - Festa Banheira! Bom dia, Riki! Formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	8,94	26,82
08	3	UN	Festa Banheira! Riki Sabe as Palavras formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	8,94	26,82
09	3	UN	Brincando no Banho: Porquinho, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	8,94	26,82
10	3	UN	Brincando no Banho: Patinho, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	8,94	26,82
11	3	UN	Brincando no Banho: Gatinha, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	8,94	26,82
12	3	UN	Brincando no Banho: Cãozinho, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	8,94	26,82
13	3	UN	Amiguinhos livro de banho: Mamães e filhotes, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	8,94	26,82
14	3	UN	Amiguinhos livro de banho: Amiguinhos do Zoo, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	10,95	32,85

15	3	UN	Amiguinhos livro de banho: Amiguinhos do Mar, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	8,94	26,82
16	3	UN	Amiguinhos livro banho: Amiguinhos da Fazenda, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
17	3	UN	Ler e Ouvir: CLASSICOS (8 TITULOS), formato sonoro, tamanho 23,5x20cm; 12 páginas, Autor: Marques, Cristina, Editora: Todo Livro, Coleção: Ler e ouvir	319,20	957,60
18	3	UN	Supersons: Banda da Selva, A; formato sonoro, tamanho 26,5 x 26,5 cm; 8 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Super Sons	29,94	89,82
19	3	UN	Supersons: Diversão na Fazenda, formato sonoro, tamanho 26,5 x 26,5 cm; 8 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Super Sons	49,90	149,70
20	3	UN	Aperte e Ouça: (4 TITULOS), formato sonoro, tamanho 12,8 x 16 cm; 12 páginas, Autor: c Todolivre Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Aperte e Ouça	42,99	128,97
21	3	UN	Megassons: Roda do Ônibus, A; formato sonoro, tamanho 23,5 x 22 cm; 8 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Megassons	29,94	89,82
22	3	UN	Megassons: Seu Lobato tinha um Sítio, formato sonoro, tamanho 23,5 x 22 cm; 8 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Megassons	33,00	99,00
23	3	UN	Megassons: Veículos Barulhentos, Os; formato sonoro, tamanho: 23,5 x 22cm; 8 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Megassons	34,28	102,84
24	3	UN	Trim Trim - O Sino Do Bezerrinho – Libris, formato chocalho, capa dura, 10 páginas, Autor: Rebecca mãe Donatella D Angelo, Editora: Libris Editora Ltda	14,90	44,70
25	3	UN	Trim Trim - O Rabo Do Porquinho – Libris, formato chocalho, capa dura, 10 páginas, Autor: Rebecca mãe Donatella D Angelo, Editora: Libris Editora Ltda	14,90	44,70
26	3	UN	Trim Trim - A Coleira Do Gatinho – Libris, formato chocalho, capa dura, 10 páginas, Autor: Rebecca mãe Donatella D Angelo, Editora: Libris Editora Ltda	14,90	44,70
27	3	UN	Trim Trim - O Presente Do Cachorrinho – Libris, formato chocalho, capa dura, 10 páginas, Autor: Rebecca mãe Donatella D Angelo, Editora: Libris Editora Ltda	14,90	44,70
28	3	UN	Chocalho Divertido! Fazenda, formato chocalho e cartonado com alça, 12 páginas, Autor: Grandreams/NPP, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalho Divertido	20,70	62,10
29	3	UN	Chocalho Divertido! Mar, formato chocalho e cartonado com alça, 12 páginas, Autor: Grandreams/NPP, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalho Divertido	20,70	62,10
30	3	UN	Chocalho Divertido! Selva, formato chocalho e cartonado com alça, 12 páginas, Autor: Grandreams/NPP, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalho Divertido	20,70	62,10
31	3	UN	Animais Bebês - Um Livro com Alça: Cãezinhos, formato: cartonado com alça, Autor: Bueno, Tatiana Reiter; Editora: Todo Livro, Coleção: Animais bebês – um livro com alça	7,49	22,47
32	3	UN	Animais Bebês - Um Livro com Alça: Patinhos, formato: cartonado com alça, Autor: Bueno, Tatiana Reiter; Editora: Todo Livro, Coleção: Animais bebês – um livro com alça	7,49	22,47
33	3	UN	Animais Bebês - Um Livro com Alça: Coelhinhos, formato: cartonado com alça, Autor: Bueno, Tatiana Reiter; Editora: Todo Livro, Coleção: Animais bebês – um livro com alça	7,49	22,47
34	3	UN	Animais Bebês - Um Livro com Alça: Gatinhos, formato: cartonado com alça, Autor: Bueno, Tatiana Reiter; Editora: Todo Livro, Coleção: Animais bebês – um livro com alça	7,50	22,50
35	3	UN	Um Livro de girar 4 em 1: Animais, formato 4 em 1, tamanho 15 x 15 cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc, Editora: Todo Livro, Coleção: Um livro de girar 4 em 1	11,90	35,70
36	3	UN	Um Livro de girar 4 em 1: Cores, formato 4 em 1, tamanho 15 x 15cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, INC, Editora: Todo Livro, Coleção: Um livro de girar 4 em 1	11,94	35,82
37	3	UN	Um Livro de girar 4 em 1: Formas, formato 4 em 1, tamanho 15 x 15cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, INC, Editora: Todo Livro, Coleção: Um livro de girar 4 em 1	11,90	35,70
38	3	UN	Um Livro de girar 4 em 1: Estações do Ano, formato 4 em 1, tamanho 15 x 15cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, INC, Editora: Todo Livro, Coleção: Um livro de girar 4 em 1	12,00	36,00
39	3	UN	Canções Clássicas-Toque e Sinta: Seu Lobato..., formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Canções clássicas – toque e sinta	12,00	36,00
40	3	UN	Canções Clássicas-Toque e Sinta: Roda do..., formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Canções clássicas – toque e sinta	11,94	35,82
41	3	UN	Canções Clássicas-Toque e Sinta: Dona Aranha, formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Canções clássicas – toque e sinta	12,00	36,00
42	3	UN	Canções Clássicas-Toque e Sinta: Brilha..., formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Canções clássicas – toque e sinta	11,94	35,82
43	3	UN	Amo você, mamãe! Macaquinho carinhoso, formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Amo você mamãe!	17,94	53,82
44	3	UN	Amo você, mamãe! Coelhinho carinhoso, formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Amo você mamãe!	17,94	53,82

45	3	UN	Amo você, mamãe! Cãozinho carinhoso, formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Amo você mamãe!	17,94	53,82
46	3	UN	Animais Bebês - Toque e Sinta: Patinhos, formato: toque e sinta, tamanho 19,5 x 16 cm, 8 páginas, Autor: Tatiana Reiter, Editora: Todo Livro, Coleção: Animais Bebês – toque e sinta	8,94	26,82
47	3	UN	Animais Bebês - Toque e Sinta: Gatinhos, formato: toque e sinta, tamanho 19,5 x 16 cm, 8 páginas, Autor: Tatiana Reiter, Editora: Todo Livro, Coleção: Animais Bebês – toque e sinta	8,94	26,82
48	3	UN	Animais Bebês - Toque e Sinta: Coelhinhos, formato: toque e sinta, tamanho 19,5 x 16 cm, 8 páginas, Autor: Tatiana Reiter, Editora: Todo Livro, Coleção: Animais Bebês – toque e sinta	8,94	26,82
49	3	UN	Animais Bebês - Toque e Sinta: Cãezinhos, formato: toque e sinta, tamanho 19,5 x 16 cm, 8 páginas, Autor: Tatiana Reiter, Editora: Todo Livro, Coleção: Animais Bebês – toque e sinta	10,00	30,00
50	3	UN	Abas e Texturas: Você é a Minha Mamãe?, formato: toque e sinta, tamanho 19,6 x 14,6 cm, 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc, Editora: Todo Livro, Coleção: Abas e Texturas	8,94	26,82
51	3	UN	Zoo Sonoro: Tigres, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Zonoro	8,94	26,82
52	3	UN	Zoo Sonoro: Pandas, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Zonoro	8,94	26,82
53	3	UN	Zoo Sonoro: Hipopótamos, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Zonoro	8,94	26,82
54	3	UN	Zoo Sonoro: Elefantes, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Zonoro	8,94	26,82
55	3	UN	Quem é você? Um livro sonoro: Oinc! Sou um Porco, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Zonoro	8,94	26,82
56	3	UN	Quem é você? Um livro sonoro: Muu! Sou uma Vaca formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Zonoro	8,94	26,82
57	3	UN	Quem é você? Um livro sonoro: Iiihhh! Sou um Pônei formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Zonoro	8,94	26,82
58	3	UN	Quem é você? Um livro sonoro: Béé!Sou uma Ovelha, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Zonoro	8,94	26,82
59	3	UN	Chacoalhe-me! Porquinho, A; formato: Squeaky, tamanho 14,5 x 13 cm; 12 páginas, Autor: c Todolivro Ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalhe-me	16,00	48,00
60	3	UN	Chacoalhe-me! Ovelhinha, A; formato: Squeaky, tamanho 14,5 x 13 cm; 12 páginas, Autor: c Todolivro Ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalhe-me	16,00	48,00
61	3	UN	Chacoalhe-me! Macaquinho, O; formato: Squeaky, tamanho 14,5 x 13 cm; 12 páginas, Autor: c Todolivro Ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalhe-me	17,73	53,19
62	3	UN	Chacoalhe-me! Elefantinho, O; formato: Squeaky, tamanho 14,5 x 13 cm; 12 páginas, Autor: c Todolivro Ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalhe-me	14,00	42,00
63	3	UN	Olhinhos Espertos! Um livro pop-up: Quem Muge? Formato: que se movem, tamanho 12,7 x 19,7 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Espertos! Um livro pop-up	11,00	33,00
64	3	UN	Olhinhos Espertos! Um livro pop-up: Dias do Cãozinho, Os; Formato: que se movem, tamanho 12,7 x 19,7 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Espertos! Um livro pop-up	11,00	33,00
65	3	UN	Olhinhos Espertos! Um livro pop-up: Pegadas do Tigre, As; Formato: que se movem, tamanho 12,7 x 19,7 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Espertos! Um livro pop-up	11,30	33,90
66	3	UN	Olhinhos Espertos! Um livro pop-up: Sons da Floresta, Os; Formato: que se movem, tamanho 12,7 x 19,7 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Espertos! Um livro pop-up	12,50	37,50
67	3	UN	Olhinhos: Acampamento do Vagalume, O; Formato: que se movem, tamanho 12,7 x 19,7 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Espertos! Um livro pop-up	8,78	26,34
68	3	UN	Olhinhos: Esportes do Gafanhoto, OS; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Esbugalhados	8,71	26,13
69	3	UN	Olhinhos: Noite do Pijama da Joaninha, A; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Esbugalhados	8,90	26,70
70	3	UN	Olhinhos: Piquenique da Formiga, O; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Esbugalhados	8,90	26,70
71	3	UN	Olhinhos Brincalhães: Coelhinho; formato que se movem; tamanho 12,7 x 15,7 cm; Autor: c Todo Livro Ltda, Coleção: Olhinhos Brincalhães	11,00	33,00
72	3	UN	Olhinhos Brincalhães: Joaninha; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Brincalhães	11,50	34,50
73	3	UN	Olhinhos Brincalhães: Pintinho; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Brincalhães	11,25	33,75
74	3	UN	Olhinhos Brincalhães: Ursinho; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Brincalhães	11,75	35,25
VALOR TOTAL				R\$ 3.988,29	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

ÊXITO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE LIVROS LTDA  
Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de livros, CDs e tatames para os Centros Municipais de Educação Infantil do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE, CNPJ: 14.682.896/0001-40, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 112/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
76	100	UN	Tatame de EVA encaixe e 3 bordas, medida 1000x1000x100mm, várias cores	24,39	2.439,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.439,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE  
Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos para as cozinhas e salas de aula para novas e atuais escolas da Rede Municipal de Educação para o ano de 2016, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 75.796.706/0001-00, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 113/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	12	Unidade	Forno elétrico, 32 litros, com time de 60 minutos com desligamento automático, com grelha deslizante com regulagem de altura. Possui controle de temperatura ajustável de 90 a 230 graus., com 3 funções de aquecimento, 2 elementos de aquecimento na parte superior e 2 na parte inferior. Aquece, assa, tosta, gratina, grelha e descongela. Voltagem 220v. Dimensões: (LxAxP) 51x31x42cm, garantia de 1 ano.	277,90	3.334,80
07	20	Unidade	Ventilador de parede 220v, silencioso 60 cm 3 Pás	128,00	2.560,00
VALOR TOTAL				R\$ 5.894,80	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
Representante legal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos para as cozinhas e salas de aula para novas e atuais escolas da Rede Municipal de Educação para o ano de 2016, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, CNPJ: 09.053.748/0001-27, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 113/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	10	Unidade	Micro-ondas 30 litros, 3 níveis de potência, 220v, na cor branca	398,00	3.980,00
05	12	Unidade	Batedeira profissional Planetária - batedeira com 3 batedores, um batedor balão, um batedor folha e um batedor gancho de metal; essas peças devem ser em aço inoxidável. Recipiente com capacidade de 4 litros. 300w de potência. Voltagem 220v. Velocidades 8. Tigela em metal com trava na base e bocal alimentador para adicionar ingredientes durante o preparo. Pés com ventosas que fixam a batedeira durante o preparo.	431,39	5.176,68
06	5	Unidade	Freezer horizontal 2 portas 404 litros - Freezer horizontal na cor branca com duas portas, voltagem 220v, profundidade 78cm Largura 119,5cm Altura 94cm, 4 pés com rodízio. De congelamento rápido. Dreno frontal para limpeza. Dupla função com acionamento frontal. Armazenamento líquido 404 litros e capacidade bruta 411 litros.	2.000,00	10.000,00
09	20	Unidade	Aparelho de DVD player com USB e RIPPING, para utilização com pendrive de qualquer tamanho e faz cópia de um CD para o pendrive e vice versa. – Formatos compatíveis: DVD, VCD, CD, CD-R, CD-RW, MP3 e foto CD- 220v	147,00	2.940,00
10	10	Unidade	Aparelho de TV Led 32" – HD com conversor digital integrado, entrada 2HDMI e USB DTV	1.100,00	11.000,00
11	14	Unidade	Multiprocessador – potência 500w, 2 velocidades 1,2l,, pulsar, processa, bate, mói, pica, fatia, mistura, emulsifica, rala, 220v na cor preta, garantia de 1 ano.	260,00	3.640,00
12	4	Unidade	Fogão a gás 4 bocas automático, forno auto-limpante bivolt, vidro total na porta do forno, puxador de metal, grade de fixa no forno com 2 regulagens de altura, queimadores esmaltados, tampa de vidro sem puxador, mesa em aço inox, válvula de segurança no forno, 2 queimadores família, classificação energética A.	387,00	1.548,00
VALOR TOTAL				R\$ 38.284,68	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME  
Representante legal



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos para as cozinhas e salas de aula para novas e atuais escolas da Rede Municipal de Educação para o ano de 2016, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa BRASIDAS EIRELI, CNPJ: 20.483.193/0001-96, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 113/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	14	Unidade	Liquidificador –Profissional -Potencia do motor - 2HP - 1500W no mínimo. Tensão 220v. Capacidade 2 litros. controle de velocidade, função turbo para aumentar a potência do motor chegando a 2000W ou mais. Lâmina dupla em aço inoxidável de alto poder de corte apoiada em rolamentos de esferas blindadas. Alto poder de trituração e rolamento que permitam que as lâminas girem em altíssima rotação com 22500 giros por minuto ou mais. Encaixes metálicos para mais durabilidade. Diferentes velocidades. Jarra em material resistente e de fácil higienização.	471,00	6.594,00
13	3	Unidade	Balança Mecânica com régua antropométrica para pesar adultos Capacidade 150kg; Divisão 100g; carga mínima 2kg; Estrutura em chapa de aço carbono 1020. Cursores em aço inoxidável polido. Material imune a oxidação. Sistema de réguas Menor/de cima: Régua lisa para as menores divisões. Construção em perfil de alumínio com escalas de alumínio embutidas em ambos os lados, para visualização nítida do peso por parte do operador e do paciente. Maior/de baixo: Régua dentada para as maiores divisões. Latão polido com dureza e durabilidade elevada. Pintura com tratamento anti-ferruginoso. Piso de borracha antiderrapante Reveste a superfície superior da plataforma de pesagem proporcionando maior segurança e conforto aos usuários. Com Pés antiderrapantes e reguláveis para nivelamento. Deve ter Régua antropométrica Prático sistema para medir altura construído em tubo de aço carbono pintado na cor da balança, com régua antropométrica retrátil em alumínio anodizado, medindo até 2,00m com graduação de 0,5 cm. Cabecote da régua antropométrica em plástico ABS injetado, com desenho ergonômico especialmente desenvolvido para garantir máxima segurança ao paciente.	744,98	2.234,94
14	12	Unidade	FILTRO DE ÁGUA - Purificador de água Modo de filtragem: Tripla Filtragem. Funções: Filtra e purifica a água Composição/Material:Plástico Atóxico. Conteúdo da Embalagem, deve vir com o produto: filtro de água, 1 mangueira para galão, manual e certificado de garantia Cor Preto, branco ou prata. Dimensões aproximadas do produto (cm) - AxLxP 25x17x28,-5cm. Dimensões aproximadas da embalagem (cm) - AxLxP 25x17x28,-5cm Peso líq. aproximado do produto (kg) 1,8kg Peso aproximado da embalagem do produto (kg) 1,8 kg Mais Informações relevantes: O filtro do Purificador deve fornecer tripla filtragem e foi desenvolvido com água potável, pré-tratada e clorada, dentro das normas ditadas pela portaria nº 518, de março de 2004, do ministerio da saúde. Tipo de instalação: simples e prática em local nivelado, bem arejado, e protegido da luz direta do sol e de qualquer fonte de calor.	137,89	1.654,68
VALOR TOTAL				R\$ 10.483,62	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

BRASIDAS EIRELI

Representante legal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos para as cozinhas e salas de aula para novas e atuais escolas da Rede Municipal de Educação para o ano de 2016, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DANNA COMERCIAL EIRELI ME, CNPJ: 13.550.358/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 113/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
08	4	Unidade	Fogão Industrial 6 bocas - fogão com 6 bocas, sendo destas 3 bocas com chama dupla. Mesa esmaltada à fogo com easy clean. Corpo reforçado em aço carbono com acabamento em pintura a pó eletrostática com base fosfatizada. Queimador e grelhas em ferro fundido o. Espalha chamas do queimador central em cobre. Queimadores duplos frontais e simples traseiros. Isolamento térmico em lã de rocha. Acabamento interno esmaltado à fogo. Duas grelhas com limitador. ALTURA: 780mm LARGURA: 1200mm PROFUNDIDADE: 800mm. Cor cinza claro	893,99	3.575,96
VALOR TOTAL				R\$ 3.575,96	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

DANNA COMERCIAL EIRELI ME

Representante legal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos para as cozinhas e salas de aula para novas e atuais escolas da Rede Municipal de Educação para o ano de 2016, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa J L FREESE - ME, CNPJ: 94.827.557/0001-44, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 113/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	1	Unidade	GELADEIRA COMERCIAL 6 PORTAS - temperatura de 2 a 10, em inox. Medida: 164x59x208 Isolamento: poliuretano injetado Termômetro: digital Utilização: bebidas e alimentos, em cozinhas, hotéis e restaurantes Sistema de refrigeração: ar forçado ou estático Revestimento interno: galvanizado Revestimento externo: inox na frente laterais plastico injetado Termômetro: digital Voltagem: 220V Aquecimento nas colunas frontais ( 6 portas ) Temperatura: 2 a 7 graus Sist. Refrigeração: Ar forçado Capacidade (L): 1020 aproximadamente Motor: ¼ Consumo (Kwh/mês): 298 Peso Líq.: 138 Peso Bruto: 175	4.140,00	4.140,00
VALOR TOTAL				R\$ 4.140,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

J L FREESE - ME

Representante legal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos para as cozinhas e salas de aula para novas e atuais escolas da Rede Municipal de Educação para o ano de 2016, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ: 15.275.465/0001-22, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 113/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	10	Unidade	Refrigerador 322l com 1 porta, frost free, painel de controle blue touch e espaço extra frio, 3 prateleiras removíveis, prateleira latas removíveis, gaveta de frutas e legumes transparente, cesta para porta ovos, painel digital, controle de temperatura refrigerador e congelador externo, separador de gavetas, iluminação interna, pés niveladores, alimentação 220v, potência 60kw/mês, classificação energética A.	1.400,00	14.000,00
16	10	Unidade	Escada de alumínio multiuso articulada 4x3, dobrável 8 posições, multifuncional, altura 0,80 x 3,39m, dobrável em quatro partes, 4x3 degraus, múltiplas funções de uso, fabricada em alumínio, pés antiderrapante, peso 10,6kg, suporta 150kg.	265,00	2.650,00
VALOR TOTAL				R\$ 16.650,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Representante legal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para as escolas e creches do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ: 19.554.960/0001-21, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 111/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
07	01	UN	Nobreak Senoidal. Potência (VA/W) 1500va 1050w. Tomadas: 8. Bateria 4x 7ah Selada. Exp. Bateria Opcional. Tensão Bateria 48v. Carga Típica 6 Micros. Autonomia Típica: 12 Minutos. Dimensões Aprox. Mm/Kg 415x192x236 26kg. Controlado Por DSP (DIGITAL Signal Processor). Pode Ser Ligado Em Grupo Gerador 47Hz A 63Hz. Faixa De Entrada Ampliada. Alta Performance Com True RMS e Gerenciador De Baterias. Onda Senoidal Pura. Fatores De Potência: 0,7. Bivolt De Entrada E Saída. Alta Tecnologia Com Placa SMT. Senoidal De Baixa Distorção Harmônica.	2.204,79	2.204,79
VALOR TOTAL				R\$ 2.204,79	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA ME

Representante legal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para as escolas e creches do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa H L P COMÉRCIO ELETRO-FONIA LTDA - EPP, CNPJ: 16.866.828/0001-67, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 111/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
09	10	UN	Roteador Wireless N 300Mbps. Interface 4 Portas LAN 10/100Mbps 1 Porta WAN 10/100Mbps. Botão Liga/Desliga o Wireless, Botão Liga/Desliga WPS, Botão Liga/Desliga para energia. Fonte de alimentação externa 9VDC / 0.6A. Padrões Wireless IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b. Antena Três (3) antenas Onidirecionais destacáveis de 3dBi. Dimensões aproximadas (L X C X A) 200 x 140 x 28mm (7,9 x 5,5 x 1,2 pol). Frequência 2,4 a 2,4835 GHz. Taxa do Sinal 11n: Até 300Mbps (dinâmico)/11g: Até 54Mbps (dinâmico)/ 11b: Até 11Mbps (dinâmico). Sensibilidade da Recepção 270M: EIRP <20dBm(EIRP). Funções Wireless Ativa/desativa rádio, wireless, bridge WDS, WMM, Estatísticas. Segurança Wireless WEP / WPA / WPA2, WPAPSK / WPA2-PSK 64/128/152 bits. Tipo de WAN IP dinâmico/ IP estático/ PPPoE/PPTP/L2TP BigPond. DHCP Servidor, Cliente, Lista de clientes. DHCP, Reserva de Endereços. Qualidade do Serviço WMM, Controle de largura de banda. Encaminhamento de Porta Servidor virtual, Acionamento de Portas, UPnP, DMZ, DNS Dinâmico DynDns, Comexe, NO-IP. Passagem VPN PPTP, L2TP, IPSec. (Cabeçalho ESP). Controle de Acesso Controle Parental, Controle de Gerenciamento Local, Lista de Hosts, Programação de Acesso, Gerenciamento de Regras, Segurança Firewall DoS, Firewall SPI, Filtragem de Endereço IP/Mac Filtro de endereços, Filtro de domínios, Junção de Endereço IP e MAC. Gerenciamento Controle de Acesso, Gerenciamento Local, Gerenciamento Remoto. Certificação CE, FCC, RoHS. Conteúdo do Pacote 3 antenas onidirecionais destacáveis, Fonte de alimentação, Guia de Rápida Instalação. Ambiente Temperatura de Operação: 0º a 40ºC (32º a 104ºF), Temperatura de armazenamento: -40º a 70ºC (-40º a 158ºF), Umidade de operação: 10% a 90% sem condensação. Umidade de armazenamento: 5% a 90% sem condensação.	189,99	1.899,90
VALOR TOTAL				R\$1.899,90	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

H L P COMÉRCIO ELETRO-FONIA LTDA - EPP  
Representante legal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para as escolas e creches do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME, CNPJ: 20.081.724/0001-14, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 111/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	50	UN	Mouse Óptico USB – Cor Preto. Scroll macio, Design ergonômico. Informações técnicas: Compatível com: Windows 98, 2000, ME, XP, Vista, 7 / Macos x 9.0 ou Superior. Resolução: 800 dpi. Dimensões aprox. do produto: 97 x 55 x 34mm.	8,29	414,50
02	30	UN	Teclado Multimídia USB - Cor Preto. Teclas slim, 105 teclas. Compatível com Windows 7/98/ 2000/ XP/ VISTA/ ME. Multimídia.	29,98	899,40

04	08	UN	Impressora, copiadora e scanner. Tecnologia de Impressão: Jato de Tinta. REDE: Não. Wireless: SIM. Tamanho de Papel: A4. Duplex: Não. Página por Minuto em Preto: 33 ppm. Página por Minuto em Color: 15 ppm. Resolução de Impressão: 5760 x 1440 dpi. Capacidade de Papel: Entrada 100fls /Saída 30 fls. Voltagem: BIVOLT. Rendimento em Páginas: 4.000 páginas PRETO/ 6.500 páginas COLOR. Garantia: 1 ano (ou 15 mil páginas, o que ocorrer primeiro).	999,99	7.999,92
06	02	UN	Telefones Sem Fio – Cor Preto. Tecnologia DECT 6.0 (1,910 –1,920 GHz). Identificação de chamadas DTMF e FSK. Display alfanumérico, não luminoso. Capacidade para até 7 ramais (base + 6 ramais). Agenda para 70 nomes/números. Discagem rápida para 10 números (teclas 0 - 9). Bloqueio de teclado. Som de teclado (on/off). Registro de 15 chamadas atendidas, 20 chamadas não atendidas e 15 realizadas. Bloqueio de discagem com uso de senha. Data, hora e despertador. Pre dialing. Atendimento programável (ao retirar o fone da base ou tecla liga). 4 opções de volume de toque + silencioso. 7 tipos de toque. 3 opções de volume de recepção de áudio. Menu trilingue em português, espanhol e inglês. Indicador de carga de bateria (ícone no display). Temporização de chamadas. Duração da chamada (cronômetro). Código de área. Flash programável. Tom/Pulso. Funções: flash, rediscador e Mudo. LED no fone. LED na base (carregando e em uso). Page (localizador) na base.	134,98	269,96
VALOR TOTAL				R\$ 9.583,78	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME  
Representante legal

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para as escolas e creches do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa SCROCCA ELETROELETRÔNICOS EIRELI ME, CNPJ: 21.630.814/0001-80, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 111/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	06	UN	Projetor Multimídia – Cor Preto. Sistema de Projeção - DLP®; Resolução Nativa 1024x768; Resoluções máximas: UXGA (1.600 x 1.200), WUXGA (1.920 x 1.200), Modos de Vídeo: 480p, 720p, 1080i, 1080p, 480i, 576i, 576p; 3000 ANSI Lumens (Standard), 2400 ANSI Lumens (ECO); Entradas/conexões: 1 HDMI (vídeo, áudio, HDCP) * 2- RGB/Video Componente (D-sub) * 1- S-Vídeo (Mini DIN) * 1-Vídeo Composto (RCA) * 2 PC Audio (Stereo); Tela projetada (diagonal): 24 (61cm) ~ 300 (762cm); Compatibilidade: IBM PC e Compatíveis, Apple iMac/MacBook e VESA Standards; Suporte de Cor: 1,07 bilhões de cores; Tipo de lâmpada: Osram 190W; Duração da Lâmpada: Duração: 5.000 horas (Standard) 6.000 horas (ECO) 10.000 horas (ExtremeEco); Fonte de alimentação: AC input 100~240V; Bivolt automático; Consumo de energia: 235 Watts (Operação), <0.5Watts (Standby); Digital Connectivity-HDMI™; MHL™ Conectividade; Botão Função 3D; DLP 3D preparado (BD); HDMI 3D ready; Gerenciamento 3D; 24p (HDMI) Real; Baixo nível de ruído; Dual D-Sub Input (VGA); Instant Pack; Incluso: AC Power Cord, Cabo VGA, Controle Remoto, Maleta para transporte, apresentador multimídia.	2.406,00	14.436,00
VALOR TOTAL				R\$ 14.436,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

SCROCCA ELETROELETRÔNICOS EIRELI ME  
Representante legal



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para as escolas e creches do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa VINICIUS ANDRE PETRY - ME, CNPJ: 21.630.814/0001-80, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 111/2015, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	15	UN	Telefones Com Fio – Cor preto. Modo de operação PABX. Funções: flash, rediscador, pause e mudo. 3 Níveis de Volume de Campainha. 2 tipos de toque. Uso em mesa ou parede. Design moderno e ergonômico.	30,00	450,00
08	04	UN	Notebook. Com Teclado Numérico. Processador Intel Core i3-4005U (3M Cache, 1.70 GHz). Sistema Operacional: Windows 7 PRO. Tela: 15.6 HD 1366 x 768 LCD. Intel® HD Graphics. Memória RAM: 4GB, expansível até 8GB. 500GB de HD. Wi-Fi - 802.11b/g/n. Dois alto-falantes estéreo. Áudio de Alta Definição. Touchpad Multitoque (Movimento circular, rolamento de página, zoom, mudança de página). Leitor SD™ Card. Bateria de 6 células (5000 mAh). 1 Conexão USB 3.0. 2 Conexões USB 2.0. 1 Saída para Headphone/alto-falante. 1 Entrada para cabo de energia. 1 Conexão Ethernet (RJ-45). 1 Saída VGA. 8X DVD-Super Multi Double-Layer Drive Peso aproximado: 2,5 kg. Mouse e Maleta para Transporte.	2.200,00	8.800,00
VALOR TOTAL				R\$ 9.250,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

VINICIUS ANDRE PETRY - ME

Representante legal

**DECRETO Nº 9.629 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.629 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seus Artigos 61, § 2º e 3º, 69 Inciso I, 72 e 153; Decreta:

Art.1º) Autorizar alteração da carga horária de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, á Servidora Pública Municipal SONIA BERNADO CORDEIRO, Registro no Sistema sob o nº 955591, ocupante do Cargo Público de Professor IV, exercendo a Função de Professor de Inglês, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de Fevereiro de 2016.

Parágrafo único – A alteração de que trata o caput deste Artigo, em atenção ao Ofício nº 018/2016, devidamente assinado pela Secretária Municipal de Educação e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal sob nº 318 em data de 12 de Fevereiro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

12 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.630 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.630 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Incisos IV e VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com Sr. DARIO MUNHOZ, para exercer o Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde, Registro no Sistema sob nº 955539, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 1.042,36 (um mil, quarenta e dois reais, quarenta e seis centavos) mensais.

Parágrafo único – A prorrogação de que trata o caput deste artigo pelo período de 13 de Fevereiro de 2016 a 12 de Maio de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de Fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.631 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.631 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora Pública Municipal VIVIANA APARECIDA BUENO, Matrícula Funcional nº 000864, Registro no Sistema sob nº 955563, ocupante do Cargo Público de Professor VIII, na Função de Professor de Geografia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, declarando vacância no respectivo Cargo Público, a partir de 12 de Fevereiro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de Fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.632 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.632 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seus Artigos 61, § 2º e 3º, 69 Inciso I, 72 e 153; Decreta:

Art.1º) Autorizar alteração da carga horária de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, á Servidora Pública Municipal ANA KAMILA RODRIGUES, Registro no Sistema sob o nº 955591, ocupante do Cargo Público de Professor IV, exercendo a Função de Professor de Língua Inglesa, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12 de Fevereiro de 2016.

Parágrafo único – A alteração de que trata o caput deste Artigo, em atenção ao Ofício nº 020/2016, devidamente assinado pela Secretária Municipal de Educação e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal sob nº 335 em data de 12 de Fevereiro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de Fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.633 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.633 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar CRISTIANE OLIVEIRA BAYERL, para exercer o Cargo Público de Professor I, "Não Habilitado", na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955588, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Piso Nacional no valor de R\$ 1.917,78 (um mil novecentos e dezessete reais, setenta e oito centavos) mensais, em cumprimento a Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, pelo período de 10 de Fevereiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 11º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de Fevereiro de 2016.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de Fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 9.634 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016**

### **GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.634 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora Pública Municipal ANDRÉA APARECIDA FARIAS, Matrícula Funcional nº 000768, Registro no Sistema sob nº 955381, ocupante do Cargo Público e Função de Especialista em Assuntos Educacionais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, declarando vacância no respectivo Cargo Público, a partir de 15 de Fevereiro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de Fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PREGÃO ELETRÔNICO 06/2016 FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016 FMAS

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de materiais diversos (agulhas de tricô, aviamentos, tecidos, pincéis, materiais para artesanato e outros) para as oficinas desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UN. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 2,5.	2,60	52,00
02	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 3,5.	2,75	55,00
03	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 4,5.	2,86	57,20
04	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 5,5.	3,03	60,60
05	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 6,5.	3,20	64,00
06	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 2.	2,50	50,00
07	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 3.	2,64	52,80
08	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 4.	2,85	57,00
09	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 5.	2,95	59,00
10	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 6.	3,00	60,00
11	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 7.	3,40	68,00
12	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 8.	3,50	70,00
13	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 9.	3,63	72,60
14	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 10.	4,18	83,60
15	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 11.	4,25	85,00
16	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 12.	4,39	87,80
17	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 15.	5,00	100,00
18	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 18.	6,00	120,00
19	20	PAR	Agulha de tricô em plástico resistente 25 cm de comprimento, tamanho, Nº 20.	7,00	140,00
20	25	UN	Agulha para tapeçaria, aço inox, ponta romba, tamanho Nº 16.	0,50	12,50
21	25	UN	Agulha para tapeçaria, aço inox, ponta romba, tamanho Nº 18.	0,50	12,50
22	25	UN	Agulha para tapeçaria, aço inox, ponta romba, tamanho Nº 20.	0,50	12,50
23	25	UN	Agulha para tapeçaria, aço inox, ponta romba, tamanho Nº 22.	0,50	12,50
24	25	UN	Agulha para tapeçaria, aço inox, ponta romba, tamanho Nº 24.	0,50	12,50
25	25	UN	Agulha para tapeçaria, aço inox, ponta romba, tamanho Nº 26.	0,50	12,50
26	25	UN	Agulhas de crochê de alumínio, tamanho 2 mm.	5,00	125,00
27	25	UN	Agulhas de crochê de alumínio, tamanho 2,5 mm.	5,00	125,00
28	25	UN	Agulhas de crochê de alumínio, tamanho 3 mm.	5,00	125,00
29	25	UN	Agulhas de crochê de alumínio, tamanho 3,5 mm.	5,00	125,00
30	25	UN	Agulhas de crochê de alumínio, tamanho 4 mm.	5,00	125,00
31	25	UN	Agulhas de crochê de alumínio, tamanho 4,5 mm.	5,00	125,00
32	25	UN	Agulhas de crochê de alumínio, tamanho 5 mm.	5,00	125,00
33	25	UN	Agulhas de crochê de alumínio, tamanho 5,5 mm.	5,00	125,00
34	25	UN	Agulhas de crochê de alumínio, tamanho 7 mm.	5,00	125,00
35	25	UN	Agulhas de crochê de alumínio, tamanho 8 mm.	5,00	125,00
36	25	UN	Agulhas de crochê de alumínio, tamanho 9 mm.	5,00	125,00
37	20	PCT	Agulhas para costura a mão em aço niquelado nº 18 pacotes com 10.	4,00	80,00
38	20	PCT	Agulhas para costura a mão em aço niquelado nº 8 pacotes com 10.	4,00	80,00
39	20	PCT	Agulhas para costura a mão em aço niquelado nº 1 pacotes com 10.	4,00	80,00
40	20	PCT	Agulhas para costura a mão em aço niquelado nº 2 pacotes com 10.	4,00	80,00
41	20	PCT	Agulhas de ponto cruz, em aço niquelado, pacotes com 10.	4,30	86,00
42	20	PCT	Alfinetes para trabalhos pesados, com cabeça redonda, pacotes com 50 e número 10 cm.	10,00	200,00
43	20	PCT	Alfinetes para trabalhos pesados, com cabeça redonda, pacotes com 50, e número 50mm.	9,00	180,00
44	20	PCT	Alfinetes para trabalhos pesados, com cabeça redonda, pacotes com 50 e número 35mm.	8,00	160,00
45	20	PCT	Alfinetes para trabalhos pesados, com cabeça redonda, pacotes com 50 e número 40mm.	8,50	170,00
46	60	UN	Tesoura para cortar tecido com asas longas, em aço inox, montadas com parafuso, tamanho aproximado 25 cm.	18,00	1.080,00
47	50	UN	Estilete multiuso compacto, clip de fixação, trava de segurança com lâmina de aço carbono, tamanho aproximado 12 cm.	7,00	350,00
48	2	UN	Placa de corte para patchwork de 60X45 cm, com camadas de "autocura".	100,00	200,00

49	2	UN	Cortador circular de tecido com lamina afiadas de 45mm empunhadura ergonômica.	66,00	132,00
50	10	UN	Passador de elástico, fitas e cordões em aço-inox, comprimento 8 cm.	1,20	12,00
51	10	UN	Abridor de casas e desmancha costura com tampa, nº 9, com 10 cm de comprimento.	2,00	20,00
52	20	UN	Régua para costura de acrílico, medindo 15X60 cm e marcação de ângulos.	140,00	2.800,00
53	20	UN	Fita métrica com 0,10 cm de altura X 2:00cm de largura e 1,50 m de comprimento.	2,00	40,00
54	20	UN	Giz de costura para marcação de tecido, feltro e TNT. Altura 1,00cm X 6 cm de largura x 6 cm de comprimento.	1,00	20,00
55	20	JG	Alicate para bijuteria, jogo com 3 peças, mordedores em aço carbono, formato ergonômico (1 com bico redondo nº5/1 com corte diagonal e um meia cana nº5).	25,00	500,00
56	20	UN	Pistola elétrica de cola quente bivolt, cabo homologado pelo Inmetro, para bastão de 11mm x 300mm	35,00	700,00
57	10	KG	Fibra siliconada para enchimento de bonecas, almofadas, bichinho, branca de poliéster.	36,00	360,00
58	50	MT	Juta para artesanato, várias cores, 1,00 mt de largura	12,00	600,00
59	50	MT	Tecido algodão cru, 1,50mt de largura, com tratamento pré- encolhimento.	23,00	1.150,00
60	250	MT	Tecido para patchwork, estampas diversas com 1,40mt de largura.	30,00	7.500,00
61	50	MT	Tecido Oxford, cores lisas, 1,50m de largura	9,00	450,00
62	50	MT	Tecido étamine, cores lisas, 1,40m de largura, 100% algodão.	21,00	1.050,00
63	50	MT	Tecido para vagonite, 1,40mt de largura 100% algodão, cores lisas.	20,00	1.000,00
64	50	MT	Tecido, feltro, 1,40m de largura, cores diversas, 100% poliéster, cores diversas.	14,00	700,00
65	50	MT	Tecido de algodão, cores lisas e coloridas, 1,40m de largura 100% algodão.	15,00	750,00
66	250	MT	Tecido para panos de prato, algodão, 70 cm de largura, cor branco.	4,00	1.000,00
67	50	MT	Talagarça 100% algodão, 1,40mt de largura, 4 x 4 mm, cor branca.	29,00	1.450,00
68	150	UN	Toalha de rosto felpuda, 100% algodão, 48 x 68 cm, com barrado para bordar. Cores lisas.	16,00	2.400,00
69	250	UN	Tela para pintar 30 x 20 de algodão tratado, com base firme, cor branca, acabamento de tecido.	10,50	2.625,00
70	20	MT	Entretela dupla face 45 cm de largura, com adesivo termocolante, protegida por papel antiaderente. Cor branca.	6,00	120,00
71	150	UN	Tela de talagarça pintada com diversos motivos para bordar, tamanho aproximado 90 x 70.	75,00	11.250,00
72	20	KG	Cola quente em bastão, 11 mm x 300 mm, transparente	44,00	880,00
73	50	UN	Cola branca para artesanato, 250 gr. Com bico aplicador	6,50	325,00
74	20	UN	Cola para lantejoulas, miçangas e canutinhos, cola também tecidos, resistente a lavagem. Tubos com 30 gr.	3,00	60,00
75	30	UN	Cola gel para decoupage e guardanapos sobre madeira, vidros, acrílicos e plásticos. Tubo com 60 gr.	5,50	165,00
76	30	UN	Cola com glitter para pintura estêncil em moldes vazados, com bico aplicador, com aproximadamente 30 gr.	3,00	90,00
77	30	UN	Cola colorida em bisnaga plástica, com bico aplicador para trabalhos artesanais, não toxica, tubos com 40 gramas.	3,00	90,00
78	30	UN	Cola especial EPS e similares, ideal para trabalho em isopor. 40 gr	3,00	90,00
79	100	UN	Fios grossos de lã para bordado em tapeçaria, meadas com aproximadamente 10 fios, 100% algodão.	12,00	1.200,00
80	50	UN	Linha para bordar em meadas, 100%poliester com tons luminosos – aproximadamente 8 metros.	2,00	100,00
81	50	UN	Linha para bordar em meadas, 100% algodão- aproximadamente 8 metros.	2,00	100,00
82	50	UN	Linhas para costura fio 120. Cone de 5000m. 100% poliéster.	15,00	750,00
83	50	UN	Linhas para crochê- 100% algodão, 1.000 met. TEX 145	9,00	450,00
84	150	UN	Linhas para macramê 91 metros, 100% poliamida	10,00	1.500,00
85	50	UN	Fios de barbante cru e colorido- Nº 6- Aproximadamente 600m.	20,00	1.000,00
86	15	UN	Fio mágico com aproximadamente 20g. Para trabalhos com meia de seda.	14,00	210,00
87	350	UN	Fios de lã, novelos com 100g. 70% acrílico e 30% poliéster, com comprimento aproximado 250 m.	12,00	4.200,00
88	15	PEÇA	Fita de cetim nº 1 - 7mm com aproximadamente 100m, 100% poliéster.	10,00	150,00
89	15	PEÇA	Fita de cetim nº 2 - 100% poliéster - 10 mm- peça com aproximadamente 10m.	2,40	36,00
90	15	PEÇA	Fitas de cetim nº5- 100% poliéster-22mm- face simples- peça com 10 metros.	4,00	60,00
91	15	PEÇA	Fita sinhaninha para aplicação, largura 9 mm, 100% viscose- peça com 10 metros.	8,00	120,00
92	15	PEÇA	Passamanaria metalizada, 1,2 cm de largura, peça com 10 metros.	12,50	187,50
93	10	PEÇA	Passamanaria 100% algodão, 10 mm, peça com 50 metros.	13,00	130,00
94	15	PEÇA	Renda de algodão 1,5 cm, colorida, 100% algodão, peças com 10 metros.	21,00	315,00
95	15	PEÇA	Renda de algodão 2,5 cm, 100% algodão, peça com 10 metros.	28,00	420,00
96	15	PEÇA	Linha de nylon texturizada, rolos com 100mt. 0,35 mm ideal para artesanato, incolor.	4,00	60,00
97	10	UN	Termolina leitosa 100 ml, impermeabilizante a base de agua, acabamento incolor quando seco.	4,50	45,00



98	150	UN	Tinta para tecido 37 ml, não toxica, pronta para usar, solúvel em agua a base de látex/pva, secagem rápida	2,50	375,00
99	50	UN	Tinta para madeira, PVA, a base de agua, usada também sobre gesso e MDF. 37 ml.	2,50	125,00
100	20	UN	Verniz acrílico a base de agua, não toxico, secagem incolor 37 ml.	5,00	100,00
101	30	UN	Tinta guache a base de água, não tóxica, cores diversas, 50 ml	3,00	90,00
102	20	UN	Betume a base de água, não toxico, para uso em gesso e madeira 50 ml.	5,00	100,00
103	150	UN	Guardanapos para decoupage motivos diversos, medida 25 x 25 cm.	2,00	300,00
104	150	UN	Papel para decoupage 35 x 50 com diversos motivos e temas.	4,00	600,00
105	50	UN	Papel arte francesa 30 x 30, gramatura 170g/m², temas diversos.	4,00	200,00
106	100	UN	Papel camurça ou camurçado, tamanho 40 x 60, com gramatura fina e maleável, cores diversas.	0,50	50,00
107	50	UN	Papel laminado tamanho 40 x 60 colorido somente de um lado, cores metalizadas.	1,25	62,50
108	50	UN	Papel lustroso (para dobradura) colorido somente de um lado, 50 x 60, cores brilhantes.	2,00	100,00
109	50	UN	Papel celofane, transparente com gramatura fina e maleável, cores fortes, tamanho 70 x 80.	1,00	50,00
110	50	UN	Papel cartão com gramatura firme e grossa, cores fortes, 48 x 65cm.	1,00	50,00
111	20	UN	Papel vergê, A4, 90 gramas, branco 21 x 29 cm, pacotes com 100 folhas.	12,00	240,00
112	05	Rolo	Papel craft cenário, largura 66 cm, rolos com 50 metros	40,00	200,00
113	50	UN	Cartolina dupla face, gramatura 120 gramas, tamanho 48 x 65 cm, coloridos.	0,50	25,00
114	50	UN	Papel crepom ou crepado, 2m x 60cm, cores fortes e diversas.	2,00	100,00
115	50	UN	Papel seda, 48 x 60 cm, cores fortes e firmes.	0,20	10,00
116	20	CX	Caixa de giz de cera com 6 unidades, anatômicos, cores firmes e brilhantes.	1,00	20,00
117	20	CX	Caixa de lápis de cor hexagonal, longo, 12 cores miscíveis entre si, traço suave.	9,00	180,00
118	5	PCT	Lantejoulas furta-cor 6mm, cubeta irisada, pacotes com 1.000 unidades	3,00	15,00
119	50	MT	Lantejoulas em metro, 06 mm produzidos em PVC, cores diversas.	1,00	50,00
120	5	POT	Lantejoulas coloridas, 0,3mm, modelo cubeta, potes com aproximadamente 500 g.	30,00	150,00
121	10	POT	Miçangas tamanho médio, cores diversas. 9.0 cristal transparente pote com aproximadamente 300 gramas.	35,00	350,00
122	10	POT	Vidrilhos coloridos, cristal transparente. 9.0, potes com aproximadamente 300 gramas	40,00	400,00
123	03	PCT	Meia pérola com 2 furos, 6mm x 3mm- pacotes com aproximadamente 500 g.	45,00	135,00
124	03	PCT	STRASS para bordados em chinelos 3mm, pacotes com aproximadamente 500 gramas.	50,00	150,00
125	03	PCT	Pedras de vidro, cores diversas, com furo para bordar 4 mm, pacote com aproximadamente 500g.	50,00	150,00
126	06	PCT	Perolas coloridas 10 mm, com furo para bordar, cores diversas, pacotes com 300 gramas.	45,00	270,00
127	12	UN	Carimbos para artesanato, motivos diversos de madeira 4cm x 4cm	15,00	180,00
128	200	MT	Elástico cru 4 mm 69% algodão + 31% látex, no 6.	0,25	50,00
129	200	MT	Elástico cru, nº 12- 07mm - 69% algodão + 31% látex.	0,30	60,00
130	300	PCT	Botão sortido diversos, de 11mm a 25mm, cores diversas, cores lisas, foscas e trabalhadas. Pacote com 100g.	6,00	1.800,00
131	50	PCT	Botão para patchwork, motivos diversos, cores sortidas 11mm. Pacote com 100g.	8,00	400,00
132	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, tamanho 00.	1,94	29,10
133	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, tamanho 02.	1,99	29,85
134	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, tamanho 04.	2,18	32,70
135	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, tamanho 06.	2,28	34,20
136	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, peças tamanho 08.	2,52	37,80
137	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, peças tamanho 10.	2,86	42,90
138	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, peças tamanho 12.	3,19	47,85
139	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, peças tamanho 14.	3,78	56,70
140	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, peças tamanho 16.	4,41	66,15
141	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, tamanho 18.	4,89	73,35
142	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, tamanho 20.	6,34	95,10
143	15	UN	Pincel chato com cerda natural, com fixação dos pelos por cabo de cinta metálica, cabo de plástico ou madeira, virola de alumínio, formato chato, tamanho 24.	8,52	127,80

144	15	UN	Pincel redondo com cerda natural, cabo longo amarelo, virola de alumínio, tamanho 00.	1,94	29,10
145	15	UN	Pincel redondo com cerda natural, cabo longo amarelo, virola de alumínio, tamanho 02.	1,99	29,85
146	15	UN	Pincel redondo com cerda natural, cabo longo amarelo, virola de alumínio, tamanho 06.	2,28	34,20
147	15	UN	Pincel redondo com cerda natural, cabo longo amarelo, virola de alumínio, tamanho 08.	2,52	37,80
148	15	UN	Pincel redondo com cerda natural, cabo longo amarelo, virola de alumínio, tamanho 10.	2,86	42,90
149	15	UN	Pincel redondo com cerda natural, cabo longo amarelo, virola de alumínio, tamanho 12.	3,19	47,85
150	15	UN	Pincel redondo com cerda natural, cabo longo amarelo, virola de alumínio, tamanho 14.	3,78	56,70
151	15	UN	Pincel redondo com cerda natural, cabo longo amarelo, virola de alumínio, tamanho 16.	4,41	66,15
152	15	UN	Pincel redondo com cerda natural, cabo longo amarelo, virola de alumínio, tamanho 18.	4,89	73,35
153	15	UN	Pincel redondo com cerda natural, cabo longo amarelo, virola de alumínio, tamanho 20.	6,34	95,10
154	15	UN	Pincel redondo com cerda natural, cabo longo amarelo, virola de alumínio, tamanho 24.	8,52	127,80
155	150	UN	Caixas em madeira MDF /CRU, com acabamento pronto para lixar, tamanho 20 x20 x 10, com tampa.	7,00	1.050,00
156	150	UN	Caixas em madeira MDF - CRU- tamanho 10 x 14 x 09, com tampa.	3,00	450,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 64.904,90	

**Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM**

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 15/02/2016, às 09h45min do dia 01/03/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 01/03/2016 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias classificadas como material de consumo disponíveis para o exercício vigente.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **LEI Nº. 4.242/16 DE 12/02/2016 DECLARA UTILIDADE PUBLICA A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.242/2016 DE 12/02/16

declara de utilidade pública a entidade que menciona e dá outras providências

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a Comunidade Terapêutica São Francisco, entidade com sede na Rodovia BR 282, Km 341, no município de Campos Novos.

Art. 2º. A entidade mencionada no artigo 1º está inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.722.291/0002-29, e registrada no ofício do registro civil das pessoas jurídicas da comarca de Videira sob nº 4288, às folhas 98, livro A-20 em 16 de junho de 2015.

Art. 3º. Fica assegurado à Comunidade Terapêutica São Francisco os benefícios, previstos na legislação vigente do município.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 12 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 03/2016**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 16/2016  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 3/2016  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da TOMADA DE PREÇO Nº 3/2016, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA LAURO MULLER, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Motivo: Os preços da planilha orçamentária estão em desacordo com os preços de mercado. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMC 22/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a rescisão da ata de Registro de Preços oriundo do Pregão Presencial n.º PMC 45/2015 firmado entre o Município de Canoinhas e a empresa QUARK ENGENHARIA LTDA, (CNPJ 12.496.490/0001-48) relativamente ao processo licitatório n.º PMC 75/2015, Pregão Presencial n.º PMC 45/2015. Data de rescisão: 11/02/2016. O termo de rescisão encontra-se apenso ao processo licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Canoinhas.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### FMS TERMO ADITIVO 002/2016 C68

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 002/2016 C68 - Contrato Nº: 0068/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: FRANK SERVICOS DE ANESTESIOLOGIA DE CAMPOS NOVOS L	
Valor ..... : 31.350,00 (trinta e um mil trezentos e cinquenta reais)	
Vigência ..... : Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2015 Processo_Licitatório....: 00032 / 2015	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a supressão do item 01, em 19% (dezenove pontos percentuais) passando o valor mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para R\$ 12.150,00 (doze mil cento e cinquenta reais), conforme solicitação com justificativa, parecer jurídico.	
Capinzal, 12 de Fevereiro de 2016	

### FMS TERMO ADITIVO 003/2016 C19

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 003/2016 C19 - Contrato Nº: 0019/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: GINECLIN CLINICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA SC L	
Valor ..... : 6.893,04 (seis mil oitocentos e noventa e três reais e quatro centavos)	
Vigência ..... : Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório....: 0008 / 2015	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o reajuste anual do item 09, de até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; passando o valor mensal de R\$ 7.043,33 (sete mil e quarenta e três reais e trinta e três centavos) para R\$ 7.669,97 (sete mil seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos). Conforme solicitação com justificativa, parecer jurídico.	
Capinzal, 12 de Fevereiro de 2016	

### FMS TERMO ADITIVO 003/2016 C17

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 003/2016 C17 - Contrato Nº: 0017/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: CLINIMED - CLINICA MEDICA CAPINZAL SOCIEDADE SIMPL	
Valor ..... : 6.966,30 (seis mil novecentos e sessenta e seis reais e trinta centavos)	
Vigência ..... : Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório....: 0008 / 2015	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o reajuste anual do item 11, de até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; passando o valor mensal de R\$ 7.036,67 (sete mil e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos) para R\$ 7.669,97 (sete mil seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos). Conforme solicitação com justificativa, parecer jurídico.	
Capinzal, 12 de Fevereiro de 2016	

### PMC CHAMAMENTO PÚBLICO 0001/2016

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2016.

Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009.

Andevir Isganzella, Prefeito de Capinzal, no uso de suas atribuições legais torna público o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, Resolução FNDE/CD nº 26 de 17 de Junho de 2013 e Resolução nº4, de 2 de abril de 2015.

OBJETO: O Edital de chamamento público tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais de Agricultores Familiares, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal – Santa Catarina, com verba FNDE/PNAE, durante o ano de 2016, na forma condições e cronograma estabelecidos no presente Edital e seus Anexos, abrangendo o fornecimento dos gêneros alimentícios, nas quantificações e nos preços máximos, tudo conforme discriminado no edital.

Entrega e abertura: documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 08/03/2016

Informações e entrega do edital de chamamento: Prefeitura Municipal de Capinzal, setor de licitação, Rua Carmelo Zócolli, 155 e no sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br), telefone no (049)3555-8739.

Horário: das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal, 15 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal



**PMC CONTRATO 0037/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
-----	
Contrato Nº.: 0037/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: CERÂMICA JR LTDA	
Valor ..... : 14.750,00 (quatorze mil setecentos e cinquenta reais)	
Vigência ..... : Início: 10/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016 Processo_Licitatório.....: 00016 / 2016	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de cimento e material britado, para manutenção das atividades da Secretaria de Infraestrutura e da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes (Creches, Centros de Educação Infantil e Ginásios Esportivos juntos às escolas), com Recursos Municipais e Federais	
Capinzal, 12 de Fevereiro de 2016	

**PMC CONTRATO 0038/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
-----	
Contrato Nº.: 0038/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: PEDREIRA ENGENHOS LTDA EPP	
Valor ..... : 117.045,00 (cento e dezessete mil e quarenta e cinco reais)	
Vigência ..... : Início: 10/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016 Processo_Licitatório.....: 00016 / 2016	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de cimento e material britado, para manutenção das atividades da Secretaria de Infraestrutura e da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes (Creches, Centros de Educação Infantil e Ginásios Esportivos juntos às escolas), com Recursos Municipais e Federais	
Capinzal, 12 de Fevereiro de 2016	

**PMC CONTRATO 0039/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
-----	

Contrato Nº.: 0039/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: BRITAGEM GASPAR LTDA	
Valor ..... : 78.400,00 (setenta e oito mil e quatrocentos reais)	
Vigência ..... : Início: 10/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2016 Processo_Licitatório.....: 00017 / 2016	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição fracionada de CAUQ faixa "c" do DNIT (concreto asfáltico usinado à quente) utilizado para construção de lombadas, restauração da camada asfáltica, tapa buraco em vias urbanas do município de Capinzal/SC, com Recursos Próprios	
Capinzal, 12 de Fevereiro de 2016	

**PMC CONTRATO 0040/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
-----	
Contrato Nº.: 0040/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: SOS ASFALTOS LTDA - EPP	
Valor ..... : 9.590,00 (nove mil quinhentos e noventa reais)	
Vigência ..... : Início: 10/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016 Processo_Licitatório.....: 0006 / 2016	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Massa Asfáltica Usinada à Quente (CBUQ) para aplicação à frio utilizado na manutenção de pavimentos (aplicação em tapa-buracos) em vias urbanas do Município embalados em sacas de rafia com 25kg, para o exercício de 2016, com Recursos Próprios	
Capinzal, 12 de Fevereiro de 2016	

**PMC CONTRATO 0041/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
-----	
Contrato Nº.: 0041/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: LERIO BONATO SHOW E SONORIZACAO LTDA - ME	
Valor ..... : 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)	
Vigência ..... : Início: 12/02/2016 Término: 12/05/2016	
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2016 Processo_Licitatório.....: 00026 / 2016	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para serviços de sonorização para atuar nos eventos em comemoração aos 67º (Sexagésimo sétimo) Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Capinzal/SC, no dia 14 de fevereiro de 2016 na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favoritto, com Recursos Próprios	
Capinzal, 12 de Fevereiro de 2016	

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0039/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0011/2016**

Processo Licitatório Nº 0039/2016

Dispensa de Licitação Nº 0011/2016

ISRAEL BONIEK GONÇALVES, Secretário de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº 0039/2016, conforme segue:

**OBJETO**

Contratação de Show para atuar no evento em Comemoração aos 67º (Sexagésimo Sétimo) Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Capinzal/SC, no dia 14 de Fevereiro de 2016, na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favoritto.

**FORNECEDOR**

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Show para atuar no Evento em comemoração aos 67º (Sexagésimo Sétimo) Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Capinzal/SC, no dia 14 de fevereiro de 2016, na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favoritto	ALVARO & DANIEL	5.900,00	5.900,00
Total						5.900,00

**VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR**

Fornecedor	Itens
PAZ E BEM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME	001
5.900,00(cinco mil e novecentos reais)	

**PREVISÃO LEGAL**

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

**DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA**

Despesa: 106 - Eventos anuais da Cultura

Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 2 - DIRETORIA DE CULTURA

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Programa: 95 - RAIZES CULTURAIS

Projeto/Atividade: 2.143 - Eventos anuais da Cultura

Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 12 de fevereiro de 2016

ISRAEL BONIEK GONÇALVES

Secretário de Educação, Cultura e Esportes

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0040/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0027/2016****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0040/2016

Pregão Presencial Nº 0027/2016

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de lavagem de veículos leves e utilitários, ônibus, caminhões, máquinas leves e pesadas da Municipalidade. Com Recursos Federal, Estadual e Municipal.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 01/03/2016.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

**TELEFONE** Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 15 de fevereiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0041/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0028/2016****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0041/2016

Pregão Presencial Nº 0028/2016

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção Mecânica e Elétrica de máquinas pesadas da Frota da Municipalidade

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 02/03/2016.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

**TELEFONE** Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 15 de fevereiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

**PMC TERMO ADITIVO 001/2016 C56**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 001/2016 C56 - Contrato Nº: 56/2011	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: GERESTAR OPERACAO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO LTDA	
Valor ..... : 57.660,00 (cinquenta e sete mil seiscentos e sessenta reais)	
Vigência ..... : Início: 12/02/2016 Término: 15/02/2021	
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2010 Processo_Licitatório....: 000133 / 2010	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 15/02/2021, conforme solicitação, parecer jurídico.	
Capinzal, 12 de Fevereiro de 2016	

**PMC TERMO ADITIVO 002/2016 C260**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 002/2016 C260 - Contrato Nº: 0260/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: ENERBRAS INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	
Valor ..... : 12.905,82 (doze mil novecentos e cinco reais e oitenta e dois centavos)	
Vigência ..... : Início: 11/02/2016 Término: 19/02/2016	
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2015 Processo_Licitatório....: 000148 / 2015	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 12.905,82 (doze mil novecentos e cinco reais e oitenta e dois centavos). Conforme solicitação, justificativa técnica e parecer jurídico.	
Capinzal, 11 de Fevereiro de 2016	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL 003/2016**

CHAMADA PÚBLICA

EDITAL Nº 003/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isgazella homologa o resultado final da Chamada Pública originada pelo Edital nº 003, de 29 de janeiro de 2016, para preenchimento de vagas para o cargo de Técnico em Enfermagem.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

# Catanduvas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.130 DE 22 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 2.130, de 22 de janeiro de 2016.

“NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALBERTO BROLL, Prefeito em exercício do Município de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada Comissão para Supervisionar o Concurso Público para o ano de 2016, composta pelos seguintes membros:

- I - CAROLINE JOANA LESNIESKI JOHANN - presidente;
- II – ELIA APARECIDA BRANCO DE CAMARGO – secretária;
- III – JANICE MAKOWSKI SPASSINE - membro;
- IV – GENICE TEREZINHA RODRIGUES - membro; e
- V – MICHEL CRISTOFFER FAVERO - membro.

Parágrafo único. Compete à Comissão, o acompanhamento e execução do Concurso Público, e demais atos pertinentes, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Pelo desempenho das atribuições previstas no presente Decreto, os membros da Comissão não serão remunerados, sendo considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 22 de janeiro de 2016.

ALBERTO BROLL  
Prefeito em exercício

Davi Pecinato  
Resp. Secretaria Municipal de Administração e Fianças

Registrado e publicado nesta data.

### DECRETO Nº 2.131 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 2.131, de 27 de janeiro de 2016.

“ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL A SER SEGUIDO PELO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALBERTO BROLL, Prefeito em exercício do Município de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I  
Das Disposições Gerais

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos para o licenciamento ambiental a ser seguido pelo Município de Catanduvas - SC.

CAPÍTULO II  
Do Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCEI

Art. 2º O preenchimento do Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCEI no Sistema de Informações Ambientais on line deverá ser realizado:

I - pelas atividades ou empreendimentos indicados no Anexo I da Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente CONSEMA nº 014/2012, licenciadas pelo município, como requisito prévio ao licenciamento ambiental municipal;

II - pelas atividades ou empreendimentos não constantes de nenhuma listagem de atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, nos casos em que se requeira manifestação do município.

§ 1º No caso de empreendimentos ou atividades já licenciados, o o preenchimento de FCEI, deverá ser efetuado por ocasião do pedido de renovação da licença.

§ 2º O preenchimento do formulário FCEI e a entrega de todos os documentos referidos no art. 10 deste Decreto constituem condições para a formalização do requerimento e sua posterior análise pelo órgão ambiental municipal.

§ 3º A formalização do requerimento constante do inciso III deste artigo somente se dará com a entrega de documento que confirme as coordenadas geográficas da atividade ou empreendimento.

Art. 3º O FCEI poderá ser obtido do na sede do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), ou via Internet.

Art. 4º O empreendimento ou atividade cadastrada na forma do art. 2º deste Decreto e que não proceder à entrega da documentação, será objeto de ação fiscalizatória pelos agentes fiscais do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 5º Efetuado o cadastro do empreendimento on line, o mesmo indicará, com base no código da atividade constante da listagem de atividades e empreendimentos potencialmente causadores de degradação ambiental e/ou atividades florestais, a Instrução Normativa - IN aplicável ao licenciamento da atividade ou empreendimento, assim como o Termo de Referência - TR para os estudos ambientais necessários, para que seja dado início ao procedimento de licenciamento.

### CAPÍTULO III

#### Do Licenciamento Ambiental

Art. 6º São passíveis de licenciamento ambiental pelo município, por meio de Resolução do CONSEMA, ou do órgão ambiental municipal definido segundo a política municipal de meio ambiente, as atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental.

Art. 7º A expansão de atividade licenciada também necessita do competente licenciamento ambiental, nos termos de resolução do CONSEMA, ou do órgão ambiental municipal definido segundo a política municipal de meio ambiente.

Art. 8º O licenciamento ordinário será efetuado por meio da emissão de Licença Ambiental Prévia - LAP, Licença Ambiental de Instalação - LAI e Licença Ambiental de Operação - LAO.

§ 1º O órgão ambiental municipal poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LAP, LAI e LAO) em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o seguinte:

I - para a concessão da Licença Ambiental Prévia - LAP, o prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da formalização do requerimento, ressalvados os casos em que houver Estudo/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 120 (cento e vinte) dias;

II - para a concessão da Licença Ambiental de Instalação - LAI, o prazo máximo de 90 (noventa) dias; e

III - para a concessão da Licença de Operação - LAO, o prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração de estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

§ 3º A suspensão prevista no parágrafo anterior terá início com o recebimento, pelo empreendedor, da solicitação de elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos e findará com entrega deles no protocolo junto ao órgão ambiental municipal ou ao sistema de licenciamento on line.

Art. 9º O procedimento interno de licenciamento ambiental deverá atender aos seguintes prazos, para processos em fase de LAP e LAI:

I - 5 (cinco) dias para a abertura do processo administrativo e encaminhamento ao Gerente de Meio Ambiente;

II - 5 (cinco) dias para a nomeação da equipe técnica e encaminhamento da documentação;

III - 50 (cinquenta) dias, para a realização de vistoria técnica, análise dos documentos e estudos ambientais e elaboração do parecer técnico conclusivo, sendo que nos licenciamentos sujeitos a EIA/RIMA esse prazo será de 80 (oitenta) dias;

IV - 15 (quinze) dias para a realização de parecer jurídico, caso necessário;

V - 10 (dez) dias para decisão da Comissão sobre deferimento ou indeferimento da licença ambiental; e

VI - 5 (cinco) dias para emissão da licença ou ato de indeferimento.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo serão controlados por meio de licenciamento on line.

#### Seção I

##### Da Abertura do Processo de Licenciamento Ambiental

Art. 10. A abertura do processo se dará com a entrega nos protocolos do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), ou via sistema de licenciamento on line da:

I - documentação completa prevista em Instrução Normativa - IN e no Termo de Referência - TR aplicáveis ao licenciamento da atividade ou do empreendimento; e

II - localização do empreendimento ou atividade, por meio de suas coordenadas geográficas ou planas conforme especificado no Anexo Único deste Decreto.



§ 1º É admitido o envio dos documentos para formalização do processo de licenciamento via correio, com aviso de recebimento – AR, considerando-se como data de protocolo, a data chegada da postagem no órgão ambiental.

§ 2º Serão designados, mediante portaria específica, do Gerente de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), os servidores responsáveis pelo protocolo e formalização dos processos de licenciamento e autorização ambiental.

§ 3º Fica vedada a abertura e a tramitação de processos sem que sejam feitos os registros e atualizações correspondentes no sistema de licenciamento on line.

Art. 11. No caso de licenciamento de atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, submetida a EIA/RIMA, o empreendedor deverá, antes da abertura do processo de licenciamento ambiental, protocolizar na sede do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), por meio de ofício, termo de referência para o EIA/RIMA, que será submetido à análise e manifestação da Diretoria de Meio Ambiente.

§ 1º A protocolização do termo de referência não implica abertura do processo de licenciamento.

§ 2º A aprovação do termo de referência pela Diretoria de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) não exclui a possibilidade de solicitação de estudos complementares ao EIA/RIMA apresentado pelo empreendedor, conforme disposto no § 2º do art. 8º deste Decreto.

Art. 12. Ao receber a documentação, o responsável pela abertura do processo deverá conferi-la, a fim de verificar sua adequação às exigências constantes em instrução normativa e termo de referência aplicáveis ao licenciamento da atividade ou empreendimento, efetuando a paginação sequencial, devidamente carimbada e rubricada, nos casos em que a documentação esteja completa.

Parágrafo único. A documentação apresentada deverá ser ordenada na mesma sequência estabelecida por instrução normativa de que trata o caput.

Art. 13. Os processos de licenciamento, autorização ambiental, ou autorização para corte de vegetação, deverão tramitar, concomitantemente, em meio físico e no sistema de licenciamento on line.

Parágrafo único. O sistema de licenciamento on line gerará o número sequencial identificador do processo, assim como indicará o código da atividade e o município responsável.

Art. 14. Aberto o processo, deverá ser ele remetido ao Gerente de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) para que este despache dando o encaminhamento devido segundo a natureza do licenciamento pretendido.

Art. 15. Na hipótese da atividade ou empreendimento abranger mais de um município, sendo algum destes não pertencente a área de competência de atuação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), o processo de licenciamento deverá ser instaurado e julgado em conjunto com a FATMA.

## Seção II

### Da Instrução e Análise do Processo de Licenciamento

Art. 16. A instrução e análise dos processos cabem exclusivamente à equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), sob a supervisão e responsabilidade da Gerência de Meio Ambiente.

Art. 17. Aberto o processo, o Gerente de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) indicará o técnico ou equipe técnica responsável pela análise do procedimento de licenciamento.

§ 1º O responsável pelo processo será o coordenador da equipe técnica.

§ 2º No caso de licenciamento submetido a EAS e/ou EIA/RIMA, a equipe técnica designada para a análise do processo deverá ter caráter multidisciplinar, com técnicos habilitados, sendo que as substituições devem ser justificadas.

§ 3º A designação do técnico ou da equipe técnica e seu coordenador, responsável pela análise do procedimento administrativo deverá ser registrada nos autos do processo administrativo e no Sistema de Licenciamento on line do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 18. Poderá ser solicitado formalmente pelo coordenador do processo de licenciamento, à Gerência de Meio Ambiente, desde que justificado, apoio técnico ou jurídico.

Parágrafo Único - Em razão da matéria submetida à análise, poderá ser solicitado formalmente pelo coordenador do processo de licenciamento, à Gerência de Meio Ambiente, desde que justificado, a contratação de consultoria externa para apoiar a equipe técnica de análise e elaboração do parecer técnico conclusivo.

Art. 19. Durante o procedimento de licenciamento ambiental poderão ser realizadas reuniões técnicas entre a equipe responsável pelo licenciamento ambiental e o empreendedor e/ou seus representantes.

Parágrafo único. As reuniões técnicas deverão ser documentadas por meio de ata, a ser juntada ao respectivo processo de licenciamento

ambiental.

Art. 20. A ausência ou inadequação de documentos apresentados e necessários à análise do processo administrativo de licenciamento ou autorização ambiental não será razão suficiente para o seu imediato indeferimento, devendo ser notificado o empreendedor para que apresente os documentos faltantes ou substitua aqueles considerados inadequados em prazo razoável, nunca inferior a 20 (vinte) dias.

Art. 21. O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, caso contrário, o processo de licenciamento ambiental será arquivado definitivamente.

Parágrafo único. O prazo estipulado no caput deste artigo poderá ser prorrogado desde que haja solicitação fundamentada do empreendedor e concordância expressa da Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 22. Toda documentação juntada ao processo deverá receber a paginação sequencial, devidamente carimbada e rubricada.

Art. 23. É obrigatória a execução de prévia vistoria in loco durante o procedimento de licenciamento ambiental, devendo, após a sua realização, ser preenchido o Relatório de Vistoria, conforme modelo descrito no Anexo Único deste Decreto, o qual deverá ser anexado ao processo de licenciamento.

Parágrafo único. Poderá ser dispensada realização de vistoria técnica para as atividades definidas em portaria pela Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 24. O coordenador da equipe responsável ou o técnico responsável pela análise do processo deverá verificar, antes da elaboração do parecer técnico conclusivo, a necessidade de:

I - solicitar ao empreendedor a apresentação da outorga preventiva de recursos hídricos, como requisito para a concessão da Licença Ambiental Prévia - LAP;

II - solicitar ao empreendedor a apresentação de outorga de direito de uso de recursos hídricos, no caso de atividades ou empreendimentos em que os usos ou interferências nos recursos hídricos sejam necessários para sua implantação, como condição para a concessão da Licença Ambiental de Instalação - LAI;

III - solicitar ao empreendedor a apresentação de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para a concessão da Licença Ambiental de Operação - LAO e sua renovação;

IV - solicitar anuência do órgão gestor da Unidade de Conservação - UC afetada, na forma da legislação vigente, sempre que a atividade ou empreendimento submetido ao licenciamento ambiental afetá-la ou sua zona de amortecimento, como condição para concessão da Licença Ambiental Prévia - LAP; e

V - solicitar manifestação do órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural nos casos de licenciamento ambiental com EIA/RIMA e/ou nos casos definidos por portaria da FATMA, ou da Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 25. Nos casos em que o pedido de Autorização de Corte - AuC de vegetação estiver vinculado a uma atividade licenciável, a AuC deve ser ela analisada com a Licença Ambiental Prévia - LAP e expedida conjuntamente com a Licença Ambiental de Instalação - LAI ou Autorização Ambiental - AuA da atividade.

Art. 26. É obrigatória a elaboração de parecer técnico conclusivo, embasador da concessão ou indeferimento das licenças e autorizações, emitido pelo técnico ou equipe técnica responsável, conforme os modelos constantes no Anexo Único deste Decreto.

§ 1º A conclusão pelo indeferimento da licença ou autorização ambiental poderá fundamentar-se na insuficiência de subsídios técnicos, inviabilidade jurídica ou ambiental.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, poderá o responsável técnico, entendendo serem os defeitos sanáveis, notificar o empreendedor para que proceda as alterações, sendo que, não procedidas satisfatoriamente no prazo concedido, deverá indeferir o pedido arquivando o processo, sem possibilidade de recurso ao órgão administrativo superior da CPIMMOC.

§ 3º As informações e os pareceres técnicos devem ser elaborados no Sistema de Licenciamento on line do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) e juntados ao processo físico.

§ 4º Após sua emissão, o parecer técnico referido no caput deste artigo deverá ser encaminhado à comissão competente, que irá deferir ou indeferir o pedido de licença ou autorização ambiental requerida.

### Seção III Do EIA/RIMA e sua Audiência Pública

Art. 27. Será obrigatória a realização de audiência pública para toda atividade ou empreendimento que exigir o EIA/RIMA, para fins de licenciamento ambiental.

Art. 28. A Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), a partir da avaliação preliminar da adequação do EIA/RIMA, oficiará ao empreendedor para que ele publique edital no Diário Oficial do Estado e na imprensa local comunicando a abertura do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para consulta dos estudos.

Parágrafo único. A audiência pública somente poderá ser realizada após o decurso do prazo mencionado no caput deste artigo e seu

agendamento deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, na imprensa local e nos sites oficiais na internet, do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) e do município, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 29. A audiência pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito, não possuindo caráter deliberativo.

Art. 30. A audiência pública deverá ocorrer em local acessível aos interessados, definido pela Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), preferencialmente na localidade de instalação do empreendimento.

§ 1º Em função da localização geográfica do empreendimento e da complexidade do tema, a Gerência de Meio Ambiente poderá agendar mais de uma audiência pública sobre a mesma atividade submetida a EIA/RIMA.

§ 2º Deverá o empreendedor cumprir os requisitos exigidos pela Gerência de Meio Ambiente para a realização da audiência pública, constantes no Anexo Único, deste Decreto, sob pena de adiamento da audiência pública.

Art. 31. A audiência pública será dirigida por representante da Gerência de Meio Ambiente que, após a exposição objetiva do projeto e do seu respectivo RIMA, abrirá as discussões com os interessados presentes.

Art. 32. Ao final de cada audiência pública será lavrada ata sucinta.

§ 1º Serão anexados à ata todos os documentos escritos e assinados que forem entregues ao presidente dos trabalhos durante a sessão.

§ 2º No prazo de 7 (sete) dias após a realização da audiência pública, poderão ser encaminhadas manifestações escritas referentes à reunião pública.

Art. 33. A ata da audiência pública, seus anexos, assim como os documentos enviados na forma prevista no § 2º do artigo anterior, deverão ser considerados, juntamente com o EIA/RIMA, na elaboração do parecer técnico conclusivo.

#### Subseção Única

##### Das demais Audiências Públicas e das Reuniões Técnicas Informativas

Art. 34. A Gerência de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública nos casos de atividade/empreendimento passível de licenciamento mediante apresentação de EAS, sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado, motivadamente, por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos.

Art. 35. Nos processos de licenciamento ambiental, sempre que necessário, a Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) poderá determinar ao empreendedor a realização de reuniões técnicas informativas.

#### Seção IV

##### Do Deferimento ou Indeferimento do Pedido de Licenciamento

Art. 36. Ficam criadas a Comissão Central de Licenciamento Ambiental - CCLA, na sede do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), e a Comissão Municipal de Licenciamento Ambiental - CMLA.

Art. 37. Compete à Comissão Municipal de Licenciamento Ambiental - CMLA:

- I - decidir, após apreciação do parecer técnico conclusivo referido no art. 26 deste Decreto, sobre o deferimento ou indeferimento de licença ambiental de atividades submetido à seu julgamento;
- II - requerer complementação do parecer técnico conclusivo ou novas informações, ao responsável pelo processo;
- III - requerer, conforme a matéria submetida à análise, a inclusão de novos técnicos na equipe ou a contratação de consultoria externa para apoiar a análise do processo e elaboração do parecer técnico conclusivo;
- IV - Requerer a realização de audiência pública sempre que entenderem necessária.

Art. 38. A Comissão Municipal de Licenciamento Ambiental - CMLA será composta pelos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sendo presidida pelo presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, o qual terá voto qualificado.

§ 1º A CMLA, havendo processos a serem julgados, reunir-se-á semanalmente, com a presença mínima de 3 (três) membros, lavrando-se ata de suas reuniões, as quais deverão ser juntadas nos processos de licenciamento ambiental sob análise no sistema de licenciamento ambiental.

Art. 39. Compete à Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) a emissão de Certidões e Autorizações ambientais, mediante a apresentação de RAPs, e demais deliberações relacionadas ao licenciamento ambiental, que fujam da competência da CMLA ou da CCLA.

Parágrafo único - Compete à Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) após a decisão final da CMLA ou quando for o caso da CCLA, a emissão da competente licença ambiental.

Art. 40. Compete à Comissão Central de Licenciamento Ambiental - CCLA:

- I - julgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua protocolização, os recursos contra as decisões da Comissão Municipal de Licenciamento Ambiental, assim como, os recursos das decisões da Gerência de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC);

Art. 41. A Comissão Central de Licenciamento Ambiental - CCLA será composta no mínimo pelo Diretor de Meio Ambiente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC); pelo Consultor Jurídico, um analista de meio ambiente, sendo presidida pelo primeiro.

§ 1º A CCLA, havendo recursos a serem julgados, reunir-se-á semanalmente, com a presença mínima de 3 (três) membros, lavrando-se ata de suas reuniões, as quais deverão ser juntadas nos processos de licenciamento ambiental sob análise no sistema de licenciamento ambiental.

§ 2º O Gerente de Meio Ambiente terá voto qualificado no caso de empate na deliberação da CCLA.

Art. 42. Após o deferimento da licença ou autorização ambiental, o técnico responsável pelo processo elaborará no sistema de licenciamento on line a minuta de licença ou autorização, conforme o Anexo Único deste Decreto, com base na decisão proferida pela Comissão.

Art. 43. No caso do indeferimento da licença ou autorização ambiental, o técnico responsável pelo processo elaborará o ato de indeferimento com base na decisão proferida pela Comissão, que deverá ser encaminhado ao empreendedor.

Parágrafo único. O ato de indeferimento da licença ou autorização ambiental deverá ser inserido no sistema de licenciamento on line.

#### Seção V

##### Da Emissão da Licença, Autorização ou Ato de Indeferimento

Art. 44. As licenças e autorizações ambientais emitidas serão a Licença Ambiental Prévia - LAP, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, a Licença Ambiental de Operação - LAO, a Autorização Ambiental - AuA, a Autorização de Corte de Vegetação - AuC; e outras certidões, conforme os modelos constantes no Anexo Único deste Decreto, nos padrões do sistema on line.

Parágrafo único. Licenças e autorizações ambientais serão expedidas em papel, diretamente no sistema on line, ou retiradas junto ao Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC);

Art. 45. O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), por seu Programa Ambiental, estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

I - o prazo de validade da Licença Ambiental Prévia - LAP deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos;

II - o prazo de validade da Licença Ambiental de Instalação - LAI deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos;

III - o prazo de validade da Licença Ambiental de Operação - LAO deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos;

IV - o prazo de validade da Autorização Ambiental - AuA não poderá ser superior a 4 (quatro) anos; e

V - o prazo de validade da Autorização de Corte de Vegetação - AuC não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 1º A LAP e a LAI poderão ter os prazos de validade prorrogados, desde que não ultrapassem os prazos máximos estabelecidos nos incisos I e II deste artigo.

§ 2º O Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) poderá estabelecer prazos de validade específicos para a LAO de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores.

§ 3º Na renovação da LAO de uma atividade ou empreendimento, Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior, respeitados os limites estabelecidos no inciso III deste artigo.

§ 4º A renovação da LAO e da Autorização Ambiental de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva o Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 5º Decorrido o prazo de validade da LAP, LAI, AuC sem que haja solicitação de prorrogação ou de renovação nos casos de AuA ou LAO, e respeitados os prazos máximos a que se refere este artigo, a continuidade das atividades dependerá da formulação de novo pedido de licença.

Art. 46. O vencimento da licença ambiental deverá ser informado pelo sistema de licenciamento on line, em campo específico, bem como deverá ser emitido aviso ao Gerente de meio ambiente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), 150 (cento e cinquenta) dias antes do vencimento da licença.

Art. 47. Transcorrido o prazo de validade da LAO ou AuA, sem o devido pedido de renovação, deverá ser comunicado à Fiscalização.

Art. 48. As licenças, autorizações, certidões ambientais ou ofícios de indeferimento deverão ser entregues por intermédio de carta com Aviso de Recebimento - AR ou diretamente ao empreendedor ou seu representante legal pelo protocolo do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Parágrafo único. O AR ou recibo contendo o nome legível, assinatura e data de entrega do documento deverão ser juntados ao processo administrativo.

Art. 49. As publicações dos pedidos e da concessão de licenças de atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de significativo impacto ambiental, devem ser feitas no órgão de imprensa oficial e em periódico de circulação local.

Parágrafo único. Nos demais casos, as publicações dos pedidos e da concessão de licenças devem ser feitas na página da Internet do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

#### Seção VI Do Recurso Administrativo

Art. 50. O empreendedor poderá impetrar recurso administrativo à CCLA, no prazo de 20 (vinte) dias contados da comunicação do deferimento ou indeferimento do pedido de licença ou autorização ambiental.

§ 1º Havendo o deferimento do recurso, a CCLA remeterá o processo ao técnico ou à equipe responsável por sua análise, para as providências necessárias à emissão ou reformulação da licença ou autorização ambiental, com o devido registro no sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 2º Havendo o indeferimento do recurso administrativo, o empreendedor será notificado da decisão e o processo arquivado, com o devido registro no sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 51. Ultrapassado o prazo recursal disposto no art. 50 deste Decreto, sem manifestação do empreendedor, o processo administrativo deverá ser encaminhado para arquivamento, com o devido registro no sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

#### Seção VII Do Arquivamento

Art. 52. A Presidência do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) deve designar, mediante portaria, para a sede do próprio consórcio, servidor responsável pelo arquivamento de processos de licenciamento.

Art. 53. São considerados de valor mediato não evidente e de guarda temporária, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994, os processos administrativos com documentação incompleta, que deverão ser mantidos em arquivo por 5 (cinco) anos.

Art. 54. Os demais processos administrativos de licenciamento ambiental são considerados de valor mediato evidente e guarda permanente, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994, devendo ser mantidos em arquivo.

Art. 55. A consulta a qualquer processo administrativo arquivado deverá ser requerida formalmente ao Gerente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), para consulta in loco nas unidades de arquivo.

Parágrafo único. O requerimento de consulta, com os dados do requerente deverá ser juntado aos autos do processo.

Art. 56. Estão autorizados a fazer a retirada, no caso de processos de licenciamento físicos, nas dependências do arquivo do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), ou de ter acesso e praticar atos no processo eletrônico, os técnicos responsáveis pela análise, os procuradores jurídicos, o Gerente e o Presidente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), os auditores e controladores internos, os agentes responsáveis pelo licenciamento e de fiscalização, salvo nos casos de vistoria de atividades ou empreendimentos submetidos à fiscalização ou licenciamento.

§ 1º Os demais interessados na retirada física do processo de licenciamento das dependências do arquivo, na visualização e prática de atos no processo on line, deverão encaminhar requerimento formal ao Gerente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), o qual constatando não haver prejuízo aos requerentes do processo, determinará a forma e limites do acesso.

§ 2º Os requerimentos previstos nos parágrafos anteriores deverão ser juntado aos autos do processo, com os dados do requerente.

§ 3º Caso haja solicitação do Ministério Público ou do Poder Judiciário de remessa do processo de licenciamento original, será, quando necessária, providenciada sua cópia, que permanecerá na sede no sistema do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 4º Caso haja solicitação do Ministério Público ou do Poder Judiciário, de acesso ao processo on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), o Gerente do Programa Ambiental deste órgão efetuará a cópia eletrônica e fornecerá à autoridade solicitante.

#### CAPÍTULO IV Das Disposições Finais

Art. 57. Toda e qualquer tramitação do processo de licenciamento deverá ser registrada no sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), e no caso do processo físico, o protocolo gerado será devidamente



rubricado pelo recebedor e juntado ao processo.

Art. 58. Os prazos estabelecidos neste Decreto serão controlados por meio do sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 59. O pedido de cópia de processo de licenciamento ou de parte dele por qualquer interessado deverá ser realizado mediante requerimento justificado, com identificação do requerente, ao Gerente do Meio Ambiente da CPIMMOC.

Art. 60. É vedado copiar o projeto técnico ou parte dele, no caso de sigilo industrial, assim solicitado pelo empreendedor e deferido pelo Gerente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 61. No caso de atividades ou empreendimentos licenciados mediante EIA/RIMA, Relatório Ambiental Prévio - RAP, Estudo Ambiental Simplificado - EAS e Estudo de Conformidade Ambiental - ECA, o empreendedor deverá apresentar ao Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), relatório de acompanhamento do cumprimento das condicionantes de implantação e/ou operação, conforme estabelecido nas licenças, e de acordo com a periodicidade estabelecida em instrução normativa aplicável.

Parágrafo único. O relatório de acompanhamento deverá ser registrado sistema on line do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 62. O Documento de Arrecadação de Receitas Municipais dos valores referentes à taxa de prestação de serviços ambientais, será emitido on line pelo Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 63. O Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) disponibilizará para consulta, na sua página na Internet, cópia da licença ou da autorização ambiental.

Art. 64. O presente Decreto entrará em vigor a data de sua publicação.

Catanduvas (SC), 27 de janeiro de 2016.

ALBERTO BROLL

Prefeito Municipal em exercício

Davi Pecinato

Resp. Secretaria Municipal de Administração e Fianças

Registrado e publicado nesta data.

#### ANEXO ÚNICO

#### DOCUMENTOS E ROTEIROS DO RITO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1. Formato de coordenadas geográficas e planas
2. Exigências mínimas para audiências públicas
3. Relatórios de vistoria
  - 3.1. Relatórios de Vistoria para LAP ou LAP/LAI
  - 3.2. Relatórios de Vistoria de acompanhamento da LAI
  - 3.3. Relatórios de Vistoria para primeira LAO
  - 3.4. Relatórios de Vistoria para renovação de LAO
  - 3.5. Relatórios de Vistoria para LAO Corretiva
  - 3.6. Relatórios de Vistoria de acompanhamento de empreendimentos licenciados
4. Pareceres técnicos
  - 4.1. Pareceres Técnicos para LAP
  - 4.2. Pareceres Técnicos para LAP/LAI
  - 4.3. Pareceres Técnicos para LAI
  - 4.4. Pareceres Técnicos para LAO
  - 4.5. Pareceres Técnicos para LAO corretiva
5. Licenças Ambientais
  - 5.1. Licença Ambiental Prévia - LAP
  - 5.2. Licença Ambiental Prévia com dispensa de LAI
  - 5.3. Licença Ambiental de Instalação - LAI
  - 5.4. Licença Ambiental de Operação - LAO
6. Documentos referentes ao Corte de Vegetação
  - 6.1. Guia dos conteúdos do Relatório de Vistoria / Parecer Técnico para AuC
  - 6.2. Modelo do formulário da Autorização de Corte de Vegetação
  - 6.3. Modelo do formulário da Autorização Ambiental - AuA

**1. Formato de coordenadas geográficas ou planas UTM****Coordenadas Geográficas:**

Apresentados em graus, minutos e segundos.

Datum: SAD 69.

Referenciados a Greenwich, Longitude W; Latitude S.

**Coordenadas Planas Universal Transversa Mercator - UTM**

Apresentados sem decimais (exemplo: 627.412 E; 6.932.415 N)

Datum: SAD 69

Referenciados no Meridiano Central 51°W (500.000 m) e no Equador (10.000.000 m) - Fuso 22.

**2. Exigências mínimas para audiências públicas**

- Apresentar local fechado com capacidade para no mínimo 30 (trinta) pessoas sentadas, e com banheiros.
- Gravação audiovisual da audiência na íntegra.
- Colocação de duas faixas, de convite à audiência, conforme o modelo abaixo identificado.
- Circulação de carro ou moto de som volante no município em que está sendo proposto o empreendimento, um dia antes e no dia da realização da audiência, priorizando os bairros mais próximos do local em que está sendo proposto o empreendimento.
- Colocação de faixas e cartazes relativos à audiência, próximo ao local, e na área de influência do futuro empreendimento, com os dizeres:

CONVITE (modelo)
Município de: Catanduvas - SC
Sistema Municipal de Meio Ambiente(SMMA)/CPIMMOC.
Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Unidade ... ..
LOCAL: ... ..
ENDEREÇO: ... ..
DATA: ... ..
HORÁRIO: ... ..

**3. Relatórios de vistoria****3.1. Relatórios de Vistoria para LAP ou LAP/LAI****DADOS GERAIS DO PROCESSO**

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

**DO RELATO**

10. Topografia;
11. Observações sobre o solo;
12. Recursos hídricos;
13. Cobertura vegetal e biodiversidade;
14. Infraestruturas existentes no local;
15. Observações do entorno;
16. Outras observações e/ou informações relevantes;
17. Auto de infração;
18. Local, data e equipe técnica; e
19. Relatório fotográfico.

**3.2. Relatórios de Vistoria de acompanhamento da LAI****DADOS GERAIS DO PROCESSO**

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;

5. Endereço/local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

#### DO RELATO

10. Situação do cronograma de execução da obra;
  11. Atendimento aos projetos;
  12. Conflitos nos procedimentos de implantação;
  13. Acompanhamento dos programas ambientais;
  14. Outras observações e/ou informações relevantes;
  15. Auto de infração;
  16. Local, data e equipe técnica; e
  17. Relatório fotográfico.
- 3.3.Relatórios de Vistoria para primeira LAO

#### DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

#### DO RELATO

10. Atendimento aos projetos aprovados;
  11. Acompanhamento dos programas ambientais;
  12. Outras observações e/ou informações relevantes;
  13. Auto de infração;
  14. Local, data e equipe técnica; e
  15. Relatório fotográfico.
- 3.4. Relatórios de Vistoria para renovação de LAO

#### DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

#### DO RELATO

10. Conformidade de operação;
  11. Controles ambientais;
  12. Acompanhamento dos programas ambientais;
  13. Outras observações e/ou informações relevantes;
  14. Auto de infração;
  15. Local, data e equipe técnica; e
  16. Relatório fotográfico.
- 3.5.Relatórios de Vistoria para LAO Corretiva

#### DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;

8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

**DO RELATO**

10. Situação ambiental da área;
  11. Conformidade de operação;
  12. Controles ambientais;
  13. Uso de APP e existência de área verde;
  14. Programas ambientais;
  15. Outras observações e/ou informações relevantes;
  16. Auto de infração;
  17. Local, data e equipe técnica; e
  18. Relatório fotográfico.
- 3.6. Relatórios de Vistoria de acompanhamento de empreendimentos licenciados

**DADOS GERAIS DO PROCESSO**

1. Relatório de vistoria n°;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Número do processo;
4. Empreendimento;
5. Endereço local do empreendimento;
6. Coordenadas geográficas ou planas;
7. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
8. Pessoas contatadas; e
9. Condições do tempo.

**DO RELATO**

10. Aspectos objeto da vistoria;
11. Outras observações e/ou informações relevantes;
12. Auto de infração;
13. Local, data e equipe técnica;
14. Relatório fotográfico;

4. Pareceres técnicos
- 4.1. Pareceres Técnicos para LAP

**DADOS GERAIS DO PROCESSO**

1. Parecer técnico n°;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de conservação;
16. Zona Costeira/Zona Núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

**DO PARECER**

20. Descrição do empreendimento;
21. Descrição e caracterização da área:
  - Meio Físico;
  - Meio Biótico;
  - Meio Sócio-Econômico;
22. Aspectos florestais:
  - Reserva Legal;
  - Uso de APP;

- Autorização de Corte de Vegetação;
- Espécies da flora e/ou fauna ameaçadas de extinção;
- Área verde;
- 23. Descrição dos principais impactos e medidas mitigadoras;
- 24. Programas ambientais;
- 25. Medidas compensatórias:
  - Compensação pelo uso de APP;
  - Compensação pelo corte da Mata Atlântica;
  - Compensação do SNUC;
- 26. Análise técnica;
- 27. Conclusão;
- 28. Condições específicas e condicionantes:
  - Condições específicas da LAP;
  - Condicionantes para LAI;
- 29. Documentos que fundamentam o parecer;
- 30. Local e data; e
- 31. Equipe técnica.
- 4.2. Pareceres Técnicos para LAP/LAI

#### DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico n°;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de Conservação;
16. Zona Costeira/Zona Núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

#### DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Atividades da implantação;
22. Descrição e caracterização da área:
  - Meio Físico;
  - Meio Biótico;
  - Meio Sócio-econômico;
23. Aspectos florestais:
  - Reserva Legal;
  - Uso de APP;
  - Autorização de Corte de Vegetação;
  - Espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção;
  - Área verde;
24. Descrição dos principais impactos e medidas mitigadoras;
25. Controles Ambientais;
26. Programas ambientais;
27. Medidas compensatórias:
  - Compensação pelo uso de APP;
  - Compensação pelo corte da Mata Atlântica;
  - Compensação do SNUC;
28. Análise técnica;
29. Conclusão;
30. Condições específicas e condicionantes:
  - Condições específicas da LAP/LAI;
  - Condicionantes para LAO;
31. Documentos que fundamentam o parecer;
32. Local e data; e
33. Equipe técnica.



#### 4.3.Pareceres Técnicos para LAI

##### DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico n°;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de Conservação;
16. Zona Costeira/Zona núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

##### DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Atividades da implantação;
22. Aspectos florestais;
23. Controles ambientais;
24. Programas ambientais;
25. Medidas compensatórias:
  - Compensação pelo uso de APP;
  - Compensação pelo corte da Mata Atlântica;
  - Compensação do SNUC;
26. Atendimento das condições de validade da licença anterior
27. Análise técnica
28. Conclusão
29. Condições de validade e condicionantes
  - Condições de validade da LAI
  - Condicionantes para LAO
30. Documentos que fundamentam o parecer
31. Local e data
32. Equipe técnica

#### 4.4.Pareceres Técnicos para LAO

##### DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico n°;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio
15. Unidades de Conservação;
16. Zona Costeira/Zona núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

##### DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Aspectos florestais;
22. Controles ambientais;
23. Programas ambientais;
24. Medidas compensatórias:
  - Compensação pelo uso de APP;
  - Compensação pelo corte da Mata Atlântica;
  - Compensação do SNUC;
25. Atendimento das condições de validade da licença anterior;
26. Análise técnica;
27. Conclusão;
28. Condições específicas e condicionantes:
  - Condições específicas da LAO;
  - Condicionantes da próxima LAO;
29. Documentos que fundamentam o parecer;
30. Local e data; e
31. Equipe técnica.

#### 4.5. Pareceres Técnicos para LAO corretiva

#### DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Parecer técnico nº;
2. Fase do processo de licenciamento;
3. Objetivo do parecer;
4. Número do processo;
5. Empreendedor e CNPJ/CPF;
6. Endereço do empreendedor para correspondência;
7. Empreendimento e CNPJ/CPF;
8. Endereço local do empreendimento;
9. Coordenadas geográficas ou planas;
10. Código da atividade e descrição;
11. Processos vinculados;
12. Licenças vinculadas;
13. Histórico de licenças;
14. Bacia Hidrográfica/Rio;
15. Unidades de conservação;
16. Zona Costeira/Zona núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
17. Relatório de vistoria;
18. Atendimento da instrução normativa; e
19. Responsabilidades técnicas.

#### DO PARECER

20. Descrição do empreendimento;
21. Aspectos florestais:
  - Reserva Legal;
  - Uso de APP;
  - Área Verde;
22. Controles Ambientais;
23. Programas ambientais;
24. Medidas Compensatórias;
25. Análise técnica;
26. Conclusão;
27. Condições específicas e condicionantes:
  - Condições específicas da LAO;
  - Condicionantes da próxima LAO;
28. Documentos que fundamentam o parecer;
29. Local e data; e
30. Equipe técnica.

#### 5. Licenças Ambientais

##### 5.1. Licença Ambiental Prévia - LAP

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP nº /

O Município de Catanduvas - SC no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, XIV da Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, com base no processo de licenciamento ambiental nº ..... e parecer técnico nº ...  
....., concede a presente Licença Ambiental Prévia à: Empreendedor:

Nome:



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Endereço:

Município:

CNPJ:

Para Atividade de:

Descrição das atividades:

Códigos:

Nome do empreendimento: Localizada em:

Endereço:

Coordenadas Geográficas ou planas: Da Viabilidade

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara viabilidade locacional do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do órgão ambiental municipal.

II. O órgão ambiental municipal, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 49 do Decreto nº 2.131, de 27 de janeiro de 2016.

Prazo de validade

( ) meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data:

Município de Catanduvas \_\_\_\_ de \_\_\_\_ 2016.

Nome Completo

Cargo ocupado

Nº de matrícula

Documentos anexos

Condições de validade:

1. Descrição do empreendimento:

2. Ações Mitigadoras:

3. Aspectos florestais:

4. Programas ambientais:

5. Medidas compensatórias:

6. Condições específicas:

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. A Licença Ambiental de Instalação - LAI deve ser requerida antes do vencimento desta LAP.

V. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada órgão ambiental municipal sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.

5.2. Licença Ambiental Prévia com dispensa de LAI

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP nº /

O Município de Catanduvas - SC no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, XIV da Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, com base no processo de licenciamento ambiental nº ..... e parecer técnico nº ...  
....., concede a presente Licença Ambiental Prévia com dispensa de Licença Ambiental de Instalação à: Empreendedor:

Nome:

Endereço:

Município:

CNPJ:

Para Atividade de

Descrição da atividade:

Códigos:

Nome do empreendimento: Localizada em



## Endereço:

Coordenadas Geográficas ou planas: Da Viabilidade e Instalação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade locacional e de implantação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

## Condições gerais

I. Esta Licença dispensa a Licença Ambiental de Instalação – LAI.

II. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do órgão ambiental.

III. O órgão ambiental municipal, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

IV. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 49 do Decreto nº 2.131, de 27 de janeiro de 2016.

## Prazo de validade

( ) meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data: Município de Catanduvas - SC, de de .	Nome Completo Cargo ocupado Nº de matrícula
--	---

## Documentos anexos

## Condições gerais de validade

1. Descrição do empreendimento:
2. Atividades de implantação:
3. Aspectos florestais:
4. Ações mitigadoras:
5. Controles ambientais:
6. Programas ambientais:
7. Medidas compensatórias:
8. Autorização de Corte de Vegetação Nº:
9. Condições específicas:

## Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAP.

V. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a ao órgão ambiental sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

5.3.Licença Ambiental de Instalação - LAI

## LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI nº /

O Município de Catanduvas - SC no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, XIV da Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, com base no processo de licenciamento ambiental nº ..... e parecer técnico nº ...  
....., concede a presente Licença Ambiental de instalação à: Empreendedor:

Nome:
Endereço:
Município:
CNPJ:

## Para Atividade de

Descrição das atividades:

Códigos:

Nome do empreendimento: Localizada em

Endereço:

Coordenadas Geográficas ou planas:

Da Instalação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade de implantação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

## Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do órgão ambiental.

II. O órgão ambiental municipal, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 49 do Decreto nº 2.131, de 27 de janeiro de 2016.

Prazo de validade

( ) meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data: Município de Catanduvas - SC, de de .	Nome Completo Cargo ocupado Nº de matrícula
--	---

Documentos anexos

Condições gerais de validade

1. Descrição do empreendimento:
2. Atividades da fase de implantação:
3. Aspectos florestais:
4. Controles ambientais:
5. Programas ambientais:
6. Medidas compensatórias:
7. Autorização de Corte de Vegetação Nº:
8. Condições específicas:

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAI.

V. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao órgão ambiental municipal sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

5.4.Licença Ambiental de Operação - LAO

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO nº /

O Município de Catanduvas - SC no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, XIV da Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, com base no processo de licenciamento ambiental nº ..... e parecer técnico nº ...  
....., concede a presente Licença Ambiental de Operação à: Empreendedor:

Nome:
Endereço:
Município:
CNPJ:

Para Atividade de

Descrição das atividades:

Códigos:

Nome do empreendimento:

Localizada em

Endereço:

Coordenadas Geográficas ou planas:

Da Operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade de operação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do órgão ambiental municipal.

II. O órgão ambiental municipal, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;



- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 49 do Decreto nº 2.131, de 27 de janeiro de 2016.

Prazo de validade

( ) meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data: Município de Catanduvas - SC, de de .	Nome Completo Cargo ocupado Nº de matrícula
--	---

Documentos anexos

Condições gerais de validade

1. Descrição do empreendimento;
2. Aspectos florestais;
3. Controles ambientais;
4. Programas ambientais;
5. Medidas compensatórias;
6. Condições específicas;

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 45, Inciso V, § 4 do Decreto nº 2.131, de 27 de janeiro de 2016 a renovação desta Licença Ambiental de Operação – LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao órgão ambiental municipal, sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/ empreendimento licenciado por este documento.

6. Documentos referentes ao Corte de Vegetação

6.1. Guia dos conteúdos do Relatório de Vistoria / Parecer Técnico para AuC

DADOS GERAIS DO PROCESSO

1. Relatório de vistoria/Parecer técnico nº;
2. Objetivo;
3. Número do processo;
4. Empreendedor ou proprietário e CPF/CNPJ;
5. Endereço para correspondência;
6. Empreendimento e CPF/CNPJ;
7. Endereço local do imóvel;
8. Coordenadas geográficas ou planas;
9. Código da atividade e descrição;
10. Processos vinculados/Licença vinculada/Histórico de AuC;
11. Bacia Hidrográfica;
12. Unidades de Conservação;
13. Zona costeira/Zona Núcleo da Mata Atlântica/Área Rural ou Urbana;
14. Atendimento da instrução normativa; e
15. Responsabilidades técnicas.

DA VISTORIA DE CAMPO

16. Participantes externos incluindo representantes do empreendedor;
17. Pessoas contatadas;
18. Condições do tempo;
19. Características da área e da vegetação objeto de extração/supressão/corte/manejo;
20. Características das demais áreas;
21. Outras observações e/ ou informações relevantes;
22. Auto de infração; e
23. Relatório Fotográfico.

DO PARECER

24. Matrícula e área total do imóvel;
25. Caracterização do imóvel;

26. Da área objeto de extração/supressão/corte/manejo;  
27. Reserva Legal, Reposição Florestal e Área verde;  
28. Medidas compensatórias:  
• Área de compensação pelo uso de APP;  
• Área de compensação pelo corte da Mata Atlântica;  
29. Análise dos técnicos;  
30. Conclusão;  
31. Documentos que fundamentam o parecer;  
32. Local, data e equipe técnica;

## 6.2. Modelo do formulário da Autorização de Corte de Vegetação

Catanduvas - SC Gerência de Meio Ambiente - CPIMMOC Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro CEP: 89.670-000 Telefone/fax: (49) 3525-1144		AuC Nº / /		selo	
Identificação do Proprietário					
CPF OU CNPJ:		NOME DO PROPRIETÁRIO:			
RG:	DATA EXPEDIÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	Nº. CTF/IBAMA:		
Endereço					
CEP:	LOGRADOURO:			COMPLEMENTO:	
BAIRRO:	MUNICÍPIO:			TELEFONE:	
Localização da Atividade					
ENDEREÇO DA ATIVIDADE:					
MUNICÍPIO:				PROCESSO FATMA: VEG//	
Dados do Imóvel					
Latitude(S): G: M: S:		Longitude(W): G: M: S:		MATRÍCULA NO CRI:	
ÁREA TOTAL:		ÁREA PRESERVAÇÃO PERMANENTE:		RESERVAL FLORESTAL LEGAL:	
ÁREA AUTORIZADA:		ÁREA REMANESCENTE:			
Dados da AuC					
FINALIDADE:				VALIDA ATÉ:	
TIPO DE EXPLORAÇÃO: Especificação de outro tipo de exploração:				dia/mês/ano	
Matéria Prima a Ser Extraída					
VOLUME TOTAL (toras especificar no verso):					
CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO:					
ENQUADRAMENTO / RESPONSÁVEL TÉCNICO:					
Assinaturas					
LOCAL E DATA: Local,xx dextx dextxxx .			PARECER TÉCNICO Nº:		

TÉCNICO ANALISTA / MATRÍCULA:	CARIMBO E ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Importante:

- Este documento ou cópia deverá permanecer no local de sua autorização.
- Deverão ser respeitadas as áreas de Preservação Permanente, previstas na Lei 12.651/2012 (Código Florestal).
- O técnico responsável pela elaboração do projeto deverá acompanhar periodicamente as atividades de supressão de vegetação.
- Ao término das atividades encaminhar ao órgão ambiental municipal o relatório técnico conclusivo das operações realizadas.
- O transporte de produtos ou subprodutos florestais deverá ser acompanhado do respectivo DOF – Documento de Origem Florestal.

### Relação dos Volumes Totais por Espécie Autorizados

ESPÉCIE		Nº DE ÁRVORES	VOLUME (M3)
NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO		
TOTAL			

Condições de Validade / Observações:

Adotar todas as medidas para minimizar os impactos junto às Áreas de Preservação Permanente.  
Todos os trabalhos deverão ser acompanhados por técnicos habilitados  
Deverão ser resgatadas parte das bromélias que por ventura forem encontradas nas áreas de supressão e implantadas em áreas apropriadas, em quantidade suficiente, visando garantir a manutenção das espécies nas áreas remanescentes de floresta.  
Observar as condicionantes da Licença Ambiental de Instalação.

Catanduvas - SC Gerência de Meio Ambiente - CPIMMOC Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro CEP: 89.670-000 Telefone/fax: (49) 3525-1144		AuA Nº			
O Município de Catanduvas - SC no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, XIV da Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, com base no processo de licenciamento ambiental nº ..... e parecer técnico nº ..... , concede a presente Licença Ambiental Prévia à:					
EMPREENDEDOR:					
Nome		CPF / CNPJ			
Endereço					
Bairro		Município		CEP	
PARA ATIVIDADE DE:					
Descrição da atividade:					
Código:					
Nome do empreendimento					
Endereço:					
Coordenadas geográficas ou planas:					
CONDIÇÕES GERAIS:					
A presente autorização Ambiental concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade locacional e técnica do empreendimento, equipamento ou atividade quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.					
Condições gerais					
I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do órgão ambiental municipal.					
II. O órgão ambiental municipal, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente autorização ambiental, caso ocorra:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;</li> <li>• A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;</li> <li>• Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.</li> </ul>					
III. Cópia da presente autorização deverá ser exposta em local visível do empreendimento.					
DAS CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO:					
Esta Autorização Ambiental é válida pelo período de meses a contar da presente data, conforme Processo n.					
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:					
Local e Data: Município de Catanduvas - SC, de de .			Nome Completo Cargo ocupado Nº de matrícula		

**DECRETO Nº 2.132 DE 27 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 2.132, de 27 de janeiro de 2016.

"DISCIPLINA O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SMMA E INSTITUI O COMITÊ DE JULGAMENTO - CJ E O COMITÊ CENTRAL DE JULGAMENTO - CCJ."

ALBERTO BROLL, Prefeito em exercício do Município de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO COMITÊ DE JULGAMENTO - CJ E DO COMITÊ CENTRAL DE JULGAMENTO - CCJ

Art. 1º O Comitê de Julgamento - CJ será constituído por (um) representante da Assessoria Jurídica, (um) representante dos analistas em meio ambiente da CPIMMOC, e pelo Gerente de meio ambiente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado.

Art. 2º Será atribuição do Comitê de Julgamento - CJ a aplicação das sanções administrativas através do despacho de penalidade em fase de decisão do processo em primeira instância.

§ O analista em meio ambiente componente do CJ será nomeado pelo Gerente de Meio Ambiente da CPIMMOC.

Art. 3º O Comitê Central de Julgamento - CCJ - será constituído por (um) representante da Assessoria Jurídica, (dois) representantes dos analistas em meio ambiente da CPIMMOC, pelo Gerente de meio ambiente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado e por um representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente designado pelo presidente do Conselho.

Art. 4º Qualquer membro do Comitê de Julgamento, ou do Comitê Central de Julgamento, que de algum modo tenha interesse direto ou indireto na questão a ser julgada estará automaticamente impedido de atuar perante os Comitês.

Art. 5º São atribuições do Comitê Central de Julgamento - CCJ o conhecimento, a análise e a aquiescência ou não das decisões prolatadas pelo Comitê de Julgamento.

Parágrafo único. Deverá o CCJ homologar todos os termos de compromissos firmados entre o autuado e o CJ.

## CAPÍTULO II

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Art. 6º O processo administrativo de fiscalização ambiental inicia-se de ofício, em razão do conhecimento da ocorrência de infração às regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, por meio da emissão de notificação ao administrado, lavratura de auto de infração ou termos próprios que visem aplicar medidas decorrentes do poder de polícia e sanções de caráter administrativo ambiental.

Art. 7º Será instaurado processo para apuração de infrações ambientais com a primeira via do auto de infração.

Parágrafo único. A instauração do processo dar-se-á na sede do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado.

Art. 8º O processo administrativo de fiscalização ambiental será formado isolada ou conjuntamente, conforme o caso, de:

- I - auto de infração ambiental;
- II - relatório de fiscalização;
- III - defesa prévia;
- IV - manifestação; e
- V - tomada de decisão.

§ 1º Quando necessários outros documentos, pareceres ou esclarecimentos, a autoridade administrativa os solicitará através de despacho.

§ 2º Todos os documentos devem ser anexados no respectivo processo, sendo que, no caso de implantação de processo eletrônico deverão ser inseridos no sistema informatizado utilizado no âmbito do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 3º Os processos administrativos devem ser instaurados e mantidos na unidade operativa do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado CPIMMOC.

§ 4º Todo processo administrativo que necessitar de laudo técnico específico terá seu encaminhamento direcionado pelo Gerente de

Meio Ambiente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, para o técnico habilitado que produzirá o laudo.

Art. 9º Os processos administrativos de fiscalização ambiental deverão obedecer à numeração gerada fisicamente ou por sistema informatizado utilizado no âmbito do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado das instituições.

§ 1º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo agente que proceder à juntada de qualquer documento aos autos.

§ 2º Eventuais falhas ou omissões não constituirão motivo de nulidade, cabendo à autoridade administrativa mandar supri-las.

§ 3º A autuação do processo será formalizada em sua capa, pelo profissional que o procedeu, dando o número do processo.

## CAPÍTULO III

### DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

Art. 10. Toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

Art. 11. As infrações administrativas ambientais serão apuradas pela lavratura do auto de infração ambiental ou qualquer outro documento a que der origem.

§ 1º A lavratura do auto de infração ambiental será exercida pelo agente fiscal credenciado, assim definido pela legislação vigente no ato da assinatura da presente.

§ 2º São agentes fiscais no âmbito do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado os técnicos credenciados portadores de carteira específica de identificação a ser expedida pela Presidência do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 3º São agentes fiscais no âmbito do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado da Polícia Militar Ambiental agentes públicos indicados para atividade de fiscalização ambiental através de portaria interna.

Art. 12. O agente fiscal poderá solicitar, antes da lavratura do auto de infração ambiental, a elaboração de parecer jurídico, parecer técnico e/ou a realização de análises laboratoriais referentes às infrações administrativas ambientais constatadas que devem ser elaborados por profissionais devidamente habilitados.

§ 1º Os pareceres jurídicos poderão ser solicitados à Consultoria Jurídica do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 2º As análises laboratoriais referentes às infrações administrativas ambientais poderão ser solicitadas à Gerência do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

Art. 13. O auto de infração ambiental deverá ser lavrado em impresso próprio do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) nele devendo constar:

- I - a identificação do órgão fiscal autuante;
- II - os dados do autuado;
- III - o local da infração administrativa ambiental, bem como a hora, dia, mês e ano da constatação da infração administrativa ambiental;
- IV - a descrição sumária e o indicativo do grau de gravidade da infração administrativa ambiental;
- V - o fundamento legal referente à infração administrativa ambiental;
- VI - identificação e assinatura do autuado/preposto e das testemunhas, caso existam; e



VII - identificação e assinatura do agente fiscal autuante.  
Parágrafo único. O auto de infração deverá ser lavrado para cada pessoa que tenha participado da prática da infração, individualizadamente, sendo-lhes imputadas às sanções, na medida de sua culpabilidade.

Art. 14. O auto de infração ambiental será expedido em 3 (três) vias, com a seguinte destinação:

- I - a primeira via, servirá para a formação do processo administrativo de fiscalização ambiental;
- II - a segunda via, ao autuado;
- III - a terceira via, ao agente autuante.

Art. 15. Ao ser entregue o auto de infração ambiental, o dirigente ou preposto, no caso de pessoa jurídica ou o responsável, no caso de pessoa física, deverá lançar o seu recebido.

§ 1º No caso de recusa do autuado em assinar o auto de infração, e demais termos inerentes à infração, estes deverão ser lavrados na presença de duas testemunhas, certificando o ocorrido em seus versos e entregando as vias correspondentes ao autuado.

§ 2º No caso da ausência do autuado ou da recusa do mesmo em receber a via correspondente ao auto de infração e seu respectivo termo, o agente de fiscalização certificará o ocorrido em seus versos, remetendo-o, por via postal com o Aviso de Recebimento - AR, ou outro meio válido que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 3º Na hipótese de evasão do infrator, o agente de fiscalização deverá lavrar os termos pertinentes ao caso concreto, certificando o ocorrido e encaminhando todo o material à unidade do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 4º Deverá ser informado ao autuado, quando da comunicação da multa a ser paga, que terá o prazo de até 20 (vinte) dias, para pagar a multa indicada com 30% (trinta por cento) de desconto ou interpor defesa prévia.

Art. 16. Após o agente autuante ter encaminhado as vias do auto de infração à Gerência do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC), a autoridade determinará a inserção dos dados no sistema de informação e a autuação do processo administrativo infracional, na forma dos artigos 8º, parágrafo 2º.

§ 1º O auto de infração não deve conter rasuras, devendo conter todos os dados conforme o art. 13 deste Decreto.

§ 2º No caso de rasuras ou ausência de informações, será determinada ao agente autuante a substituição do auto de infração, antes da instauração do processo para a apuração de infrações ambientais prevista no art. 7º.

Art. 17. O auto de infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela autoridade julgadora, mediante despacho saneador.

Parágrafo único. Constatado o vício sanável, sob alegação do autuado, ou de ofício, o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Art. 18. O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo.

§ 1º Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§ 2º Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto, observadas as regras relativas à prescrição.

§ 3º O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela autoridade julgadora,

mediante decisão fundamentada que retifique o auto de infração.

Art. 19. São nulos os atos nos casos de:

- I - incompetência;
- II - vício de forma;
- III - ilegalidade do objeto;
- IV - inexistência dos motivos; e
- V - desvio de finalidade.

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade, observar-se-ão as seguintes normas:

- I - a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;
- II - o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;
- III - a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;
- IV - a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido; e
- V - o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Art. 20. No caso de devolução do auto de infração, termos próprios ou demais intimações pelos Correios, com a informação de que não foi possível efetuar sua entrega o responsável pela autuação processual promoverá, nesta ordem:

- I - a busca de endereço atualizado e nova intimação, se constatada alteração de endereço, uma única vez; e
- II - a intimação por edital ou entrega pessoal.

Art. 21. Quando o comunicado dos Correios indicar a recusa do recebimento, o autuado será dado por intimado.

Art. 22. Cada auto de infração lavrado corretamente originará um processo administrativo infracional.

Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio de infratores, será lavrado um auto de infração para cada infrator que será apensado no processo administrativo infracional.

#### CAPÍTULO IV DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 23. Após a lavratura do auto de infração ambiental, o agente fiscal que participou da vistoria deverá elaborar o relatório de fiscalização.

Parágrafo único. No relatório de fiscalização deverão constar:

- I - o número e a data em que o relatório de fiscalização foi elaborado;
- II - a identificação e endereço do infrator;
- III - o local da infração administrativa ambiental;
- IV - as coordenadas geográficas;
- V - o motivo pelo qual foi realizada a vistoria e a data da vistoria;
- VI - as infrações administrativas ambientais constatadas;
- VII - as medidas adotadas;
- VIII - a assinatura do agente fiscal ou dos agentes fiscais que participaram da vistoria e outras informações necessárias para a elucidação dos fatos (croquis de localização, fotografias e/ou imagens digitalizadas);
- IX - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;
- X - antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; e
- XI - situação econômica do infrator.

## CAPÍTULO V DA DEFESA PRÉVIA

Art. 24. A defesa prévia referente ao auto de infração ambiental lavrado deverá ser protocolizada na sede do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC).

§ 1º O protocolo de recebimento deve conter a data de recebimento e o agente que o procedeu.

§ 2º A defesa deve ser apensada no processo administrativo e encaminhada ao agente fiscal responsável pela lavratura do auto de infração ambiental, para análise e elaboração de manifestação acerca das razões de defesa apresentadas.

Art. 25. A defesa prévia referente ao auto de infração ambiental lavrado deverá ser protocolizada nos seguintes prazos:

I - 20 (vinte) dias, contados da data da comunicação do valor da multa a ser paga, quando entregue imediatamente ao autuado; e  
II - 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação do valor da multa por via postal registrada, com Aviso de Recebimento - AR, iniciando-se o referido prazo da juntada do aviso de recebimento ao processo administrativo de fiscalização ambiental.

Art. 26. Se o infrator não protocolizar a defesa prévia referente à comunicação do valor da multa, lavrada nos prazos estipulados no artigo anterior, deverá ser certificado no processo administrativo de fiscalização ambiental a sua revelia, sendo o feito encaminhado ao Comitê Julgador do processo administrativo, no intuito de ser dado prosseguimento à sua análise.

Art. 27. Cabe ao autuado a prova dos fatos que tenha alegado em sua defesa prévia, sem prejuízo do dever atribuído à autoridade julgadora para instrução do processo.

Parágrafo único. Na fase da defesa prévia, o autuado deve fazer as alegações de fato e de direito, demonstrar as provas que possuir, arrolar testemunhas e indicar outros meios de prova.

Art. 28. O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.

Parágrafo único. O autuado poderá requerer prazo de até 15 (quinze) dias para a juntada do instrumento a que se refere o caput deste artigo.

Art. 29. A defesa não será conhecida quando apresentada:

- I - fora do prazo;
- II - por quem não seja legitimado; ou
- III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

## CAPÍTULO VI DA MANIFESTAÇÃO ACERCA DA DEFESA PRÉVIA

Art. 30. Compete ao agente fiscal que lavrou o auto de infração ambiental, após o recebimento da defesa prévia, elaborar a manifestação sobre ela.

Art. 31. Na referida manifestação sobre a defesa prévia deverão constar:

- I - o número e a data em que a manifestação foi elaborada;
- II - a origem do processo e a área de interesse;
- III - o assunto a ser manifestado, a data e hora da inspeção de campo;
- IV - a identificação da pessoa física/jurídica autora dos fatos;
- V - a manifestação, favorável ou não à manutenção do auto de infração ambiental lavrado, fundamentada na legislação ambiental

vigente; e

VI - o local, a data e assinatura do agente fiscal ou dos agentes fiscais que participaram da elaboração da mesma; outras informações necessárias à elucidação dos fatos.

Art. 32. Após a elaboração, pelo agente fiscal autuante, da manifestação sobre a defesa prévia, o processo administrativo de fiscalização ambiental será encaminhado ao Gerente de meio ambiente do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) da Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental.

## CAPÍTULO VII DA TOMADA DE DECISÃO

Art. 33. Ao receber o processo administrativo, o órgão executor deverá encaminhá-lo para o Comitê Julgador - CJ, acompanhado da minuta de decisão sobre penalidades previstas no § 2º do art. 75 da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, para seu julgamento.

§ 1º A decisão será encaminhada ao infrator, através de ofício, por via postal registrada, com Aviso de Recebimento - AR.

§ 2º Na impossibilidade da intimação da decisão por AR, deverá esta ser feita pessoalmente.

§ 3º Considerando-se, ainda, a impossibilidade de intimação pessoal do autuado, após 2 (duas) tentativas devidamente certificadas nos autos, deverá ela ser feita através de publicação no órgão de imprensa oficial.

Art. 34. O julgamento do processo será feito pelo Comitê Julgador - CJ do processo administrativo ambiental.

§ 1º O Comitê seguirá a constituição conforme disposto no art. 1º deste Decreto.

§ 2º A decisão do Comitê se dará por maioria simples, sendo que o parecer do voto contrário deverá ficar consignado no processo.

Art. 35. Na decisão deverá constar:

- I - o número do auto de infração ambiental, do termo de embargo/interdição ou suspensão e/ou do termo de apreensão e depósito;
- II - a data em que foram lavrados os autos de infração ambiental;
- III - o prazo de pagamento;
- IV - a denominação do infrator;
- V - o endereço do local em que ocorreu a infração;
- VI - o fundamento legal da multa; e
- VII - as medidas a serem adotadas.

Art. 36. Dentre as medidas a serem adotadas, deverão estar incluídas:

- I - as sanções previstas para a conduta;
- II - o valor da multa aplicada;
- III - a expedição da guia oficial de recolhimento da multa;
- IV - a solicitação para providenciar o licenciamento ambiental da respectiva atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais ou para recuperação da área degradada.

§ 1º Nos casos de infrações administrativas ambientais em que haja necessidade de recuperação de área degradada, a mesma deve ser licenciada, conforme legislação municipal e a lei 12.651 de 25 de maio de 2012.

§ 2º No caso de haver necessidade do estabelecimento de medidas de compensação ambiental decorrentes de usos ilegais de áreas de preservação permanente, deverão ser seguidos os critérios estabelecidos na legislação municipal, e na lei 12.651 de 25 de maio de 2012.

Art. 37. O Comitê Julgador do processo administrativo poderá solicitar a elaboração de parecer jurídico, parecer técnico e/ou a realização de análises laboratoriais, assinados por profissionais devidamente habilitados, no intuito de obter mais informações para fundamentar a tomada de decisão.

Art. 38. O valor da multa será definido pelo Comitê Julgador do processo administrativo após análise da manifestação sobre a defesa prévia elaborada pelo agente fiscal, desde que sejam respeitados os limites estabelecidos no Decreto nº 9.605/1998, devendo a tomada de decisão ser devidamente justificada.

Art. 39. Caso sejam constatadas que não foram cumpridas no prazo estipulado as determinações estabelecidas na decisão expedida pelo Comitê Julgador do processo administrativo relativamente a obrigações ambientais, deverá o processo administrativo de fiscalização ambiental ser remetido à Consultoria Jurídica do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) para que ingresse com a competente ação civil pública ou qualquer outra medida judicial acerca dos fatos constatados no processo administrativo ambiental.

Art. 40. A multa estabelecida na decisão deverá ser paga pelo infrator dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º O recolhimento deverá ser feito em conta própria do fundo municipal de meio ambiente, mediante guia oficial a ser gerada pelo comitê julgador do processo administrativo.

Art. 41. Caso não tenha sido realizado o recolhimento da multa no prazo fixado, o processo administrativo de fiscalização ambiental deverá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança na forma usualmente utilizada pelo município.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. A multa estabelecida na decisão poderá ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso, obrigar-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§ 1º A correção do dano de que trata este artigo será feita mediante a apresentação de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD, juntamente com a respectiva defesa prévia do auto de infração lavrado.

§ 2º O Comitê Julgador do processo administrativo competente pode dispensar o infrator de apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 3º Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa será reduzida em 90% (noventa por cento) do valor atualizado monetariamente.

§ 4º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente.

§ 5º Os valores apurados nos §§ 3º e 4º serão recolhidos no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento da notificação.

§ 6º A comprovação da recuperação da área degradada deverá ser feita através de relatório assinado por profissional habilitado, obrigatoriamente acompanhado de Anotação de Responsabilidade - ART ou Função Técnica - AFT expedida pelo conselho regional de classe do profissional, comprovando a atribuição técnica profissional do relatado.

§ 7º A comprovação da recuperação da área degradada e o cumprimento do termo de compromisso deverão ser feitos pelo infrator, nos termos do parecer técnico da análise do PRAD.

§ 8º Quando da assinatura de termo de compromisso, será nomeado, por portaria do Programa Ambiental do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) o responsável por acompanhar o seu cumprimento.

Art. 43. No termo de compromisso deverão constar:

I - número do processo administrativo de autuação e licenciamento, se houver;

II - o nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

III - histórico sucinto, com descrição detalhada de seu objeto, o valor do investimento previsto e o cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas;

IV - considerações, como o prazo de vigência do compromisso que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas poderá variar entre o mínimo de 90 (noventa) dias e o máximo de 3 (três) anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;

V - modo e cronograma de adequação legal e técnica do infrator;

VI - fixação de multa diária pelo descumprimento, como as multas que podem ser aplicadas à pessoa física ou jurídica compromissada e os casos de rescisão, em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas;

VII - suspensão das penalidades impostas na decisão final;

VIII - prazo de vigência;

IX - data, local e assinatura do infrator;

X - o foro competente para dirimir litígios entre as partes; e

XI - previsão de prazo para a publicação do termo de compromisso, mediante extrato, no órgão de imprensa oficial do CPIMMOC, às expensas do infrator, sob pena de ineficácia, sendo que nos casos de infrações de pequeno potencial ofensivo e de infratores de poucas condições econômicas será admissível a publicação do extrato no mural do órgão fiscalizador e no site oficial do órgão na rede mundial de computadores.

Art. 44. O termo de compromisso deverá ser firmado em até 90 (noventa) dias, contados da protocolização do requerimento.

§ 1º O requerimento deverá ser protocolizado no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de recebimento da comunicação do valor da multa a ser paga.

§ 2º A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

Art. 45. Da data da protocolização do requerimento, e enquanto perdurar a vigência do correspondente termo de compromisso, ficarão suspensas, em relação aos fatos que deram causa à celebração do instrumento, a aplicação de sanções administrativas contra a pessoa física ou jurídica que o houver firmado.

Art. 46. Por ocasião da lavratura do termo de compromisso, deverá ser expedido boleto bancário no valor de 10% (dez por cento) do valor indicado no auto de infração.

Parágrafo único. O compromissado deverá efetuar o pagamento do referido boleto bancário dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de expedição do boleto.

Art. 48. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvás (SC), 27 de janeiro de 2016.

ALBERTO BROLL

Prefeito Municipal em exercício

Davi Pecinato  
Resp. Secretaria Municipal de Administração e Fianças

Registrado e publicado nesta data.

### **DECRETO Nº 2.134 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

DECRETO Nº 2.134, de 04 de fevereiro de 2016.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALBERTO BROLL, Prefeito em exercício do Município de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que o próximo dia 09 de fevereiro de 2016, terça-feira, por força da Lei nº 2.211, de 09 de junho de 2009, é Feriado de Carnaval, celebração que antecede o pesar das cinzas da quarta-feira, dia 10 de fevereiro de 2016;

CONSIDERANDO, que por ocasião das festas carnavalescas, tradicionalmente é estabelecido o chamado feriadão de carnaval, em todas as repartições públicas, mesma situação deste ano, o que torna improdutiva a manutenção do expediente normal,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal no dia 08 de fevereiro (dia todo) e dia 10 de fevereiro de 2016 até o meio dia, portanto, segunda-feira e quarta-feira, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 04 de fevereiro de 2016.

Alberto Broll  
Prefeito em exercício

Davi Pecinato  
Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

### **DECRETO Nº 2.135 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

DECRETO Nº 2.135/2016 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

“ESTABELECE JORNADA DE TRABALHO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALBERTO BROLL, Prefeito Municipal em Exercício de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do art. 103, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida jornada de trabalho das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e as situações de emergência.

Parágrafo único. A jornada de trabalho de que trata este artigo iniciar-se-á na data de 15 de fevereiro de 2016, e terá duração por prazo indeterminado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.125, de 28 de dezembro de 2015.

Catanduvas-SC, 12 de fevereiro de 2016.

ALBERTO BROLL  
Prefeito Municipal em Exercício

DAVI PECINATO  
Resp. pela Secretaria de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 12/02/2016.

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO 06 CONTRATO 05/2013

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 06 AO CONTRATO Nº. 05/2013

O MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL – SC, com sede na Rua Índio Condá nº 55, Centro, na Cidade de Caxambu do Sul - SC inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29 neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor Vilmar Foppa, doravante denominada LOCATÁRIO e o Senhor IVAN DOMINGO MUCELINI, residente na(o) Rua selvino Burtet 221, centro, na Cidade de Caxambu do Sul/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº. 573.718.579-68, doravante denominado LOCADOR, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2013, visando à correção dos valores, sujeição às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro/2015 a janeiro/2016) calculado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM que foi de 10,41 % (dez vírgula quarenta e um por cento).

O preço anteriormente pactuado para o objeto do presente contrato fica acrescido em 10,41%, passando de R\$ 822,66 (oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos) mensais para R\$ 908,29 (novecentos e oito reais e vinte e nove centavos) mensais, de conformidade com a cláusula Quarta, Item 4.1, do contrato originário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul – SC, 10 de fevereiro de 2016.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal  
LOCATÁRIO

IVAN DOMINGO MUCELINI  
CPF nº 573.718.579-68  
LOCADOR

Testemunhas: 1) Nome:  
CPF:

2) Nome:  
CPF:

### EXTRATO ATA 01 A 15/2016 - FMS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, NÃO BÁSICOS E CONTROLADOS PARA ATENDER A FARMÁCIA DA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DURANTE O ANO DE 2016.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 01/2016

Participante:

234 - PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ATA Nº 01/2016 – VIGÊNCIA: 05/02/2016 A 31/12/2016.

4	ÁCIDO FÓLICO 5 MG COMP.	un	12.000,00	NATULAB	0,0000	0,037	444,00
49	DEXAMETASONA ELIXIR	fr	500,00	SOBRAL	0,0000	1,10	550,00
55	DIPIRONA 500MG/ML GOTAS	un	800,00	FARMACE	0,0000	0,513	410,40
84	IBUPROFENO 300 MG COMP.	un	7.000,00	TEUTO	0,0000	0,038	266,00
85	IBUPROFENO 600 MG COMP.	un	35.000,00	TEUTO	0,0000	0,063	2.205,00
132	PARACETAMOL 200 MG/ML GOTAS	fr	1.000,00	SOBRAL	0,0000	0,519	519,00
137	PREDNISOLONA 5mg CPR	un	5.000,00	VITAPAN	0,0000	0,073	365,00
154	SULFA+TRIMETROPINA SUSP ORAL 40/8MG/ML	un	600,00	TEUTO	0,0000	0,91	546,00
268	FLUNARIZINA 10 MG	un	5.000,00	VITAPAN	0,0000	0,056	280,00
305	NISTATINA CREME VAGINAL 60g	tb	350,00	TEUTO	0,0000	2,188	765,80
383	TRAMADOL CLORIDRATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1ML	un	150,00	TEUTO	0,0000	0,788	118,20
429	TRAMADOL 50MG/ML INJETÁVEL	un	100,00	TEUTO	0,0000	0,788	78,80

Total do Participante -----> 6.548,20





Participante:

407 - CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA - ATA Nº 02/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016.

5	ALBENDAZOL 400 MG COMP.	un	2.000,00	GREEN PHAR-MA	0,0000	0,69	1.380,00
10	ALOPURINOL 300 MG	un	1.500,00	PRATI D.	0,0000	0,117	175,50
11	AMIODARONA 200 MG COMP.	un	5.000,00	GEOLAB	0,0000	0,235	1.175,00
14	AMOXICILINA 250MG/ML 150ML	un	300,00	PRATI D.	0,0000	3,49	1.047,00
15	AMOXICILINA 50 MG SUSP ORAL 60 ML	fr	500,00	PRATI D.	0,0000	1,95	975,00
24	AZITROMICINA 600 MG SUSPENSÃO	fr	300,00	PHARLAB	0,0000	2,20	660,00
33	CARBONATO DE CÁLCIO 600MG + VITAMINA D	un	30.000,00	VITAMED	0,0000	0,069	2.070,00
42	CIPROFLOXACINO 500 MG COMP.	un	1.000,00	PRATI D.	0,0000	0,158	158,00
48	DEXAMETASONA 4MG COMP.	un	500,00	TEUTO	0,0000	0,075	37,50
52	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO SOL. ORAL OU XAROPE 0,4 MG/ML	un	1.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,77	770,00
53	DIGOXINA 0,25 MG COMP.	un	7.000,00	PHARLAB	0,0000	0,032	224,00
64	ERITROMICINA 50MG/ML SUSPENSÃO	un	100,00	PRATI D.	0,0000	4,39	439,00
75	GLIBENCLAMIDA 5 MG COMP.	un	25.000,00	GEOLAB	0,0000	0,02	500,00
81	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO SUSPENSÃO	un	600,00	IFAL	0,0000	1,44	864,00
91	IVERMECTINA 6MG COMP	un	800,00	VITAPAN	0,0000	0,265	212,00
96	LEVONORGESTREL 0,15MG+ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMP.	un	1.600,00	MABRA	0,0000	0,464	742,40
106	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG COMP.	un	35.000,00	GEOLAB	0,0000	0,03	1.050,00
118	METRONIDAZOL SUSPENSÃO ORAL 4,0%	un	100,00	PRATI D.	0,0000	1,54	154,00
124	NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 100.000 UI	un	300,00	PRATI D.	0,0000	1,77	531,00
136	PREDNISOLONA 3 MG/ML SOL. ORAL FRASCO 100 ML	un	500,00	PRATI D.	0,0000	5,45	2.725,00
151	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME	tb	100,00	PRATI D.	0,0000	3,15	315,00
153	SULFAMETROPINA + TRIMETROPINA COMP. 400+80 MG	un	10.000,00	PRATI D.	0,0000	0,083	830,00
155	SULFATO FERROSO 40MG COMP.	un	25.000,00	NATULAB	0,0000	0,031	775,00
176	BENZOATO DE BENZILA EMULSÃO 0,25%	un	50,00	IFAL	0,0000	1,41	70,50

Participante:

407 - CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA- ATA Nº 02/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	----------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

CALCIO 1000MG COMP. EFERVECENTE

Total do Participante -----&gt; 47.984,00

Participante:

908 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA- ATA Nº 03/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	----------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

AMPOLA 1 ML

Total do Participante -----&gt; 33.492,71

Participante:

913 - MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI - EPP- ATA Nº 04/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	----------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

21 ATENOLOL 50 MG COMP. un 30.000,00 VITAPAN 0,0000 0,028 840,00

23 AZITROMICINA 500 MG COMP. un 7.000,00 PRATI 0,0000 0,37 2.590,00

28 BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % un 10,00 SAMTEC 0,0000 0,473 4,73

34 CARVEDILOL 3,125 MG COMP un 4.000,00 LEGRAND 0,0000 0,097 388,00

35 CARVEDILOL 6,25MG COMP un 4.000,00 EMS 0,0000 0,113 452,00

37 CARVEDILOL 25 MG COMP. un 8.000,00 LEGRAND 0,0000 0,21 1.680,00

40 CEFALEXINA 500 MG CAP un 1.800,00 RAMBAXY 0,0000 0,277 498,60  
 45 CLORETO DE SÓDIO 0,9% AMPOLA 10ml un 100,00 SAMTEC 0,0000 0,199 19,90  
 58 DOXAZOSINA 2MG COMP. un 15.000,00 EMS 0,0000 0,089 1.335,00  
 80 HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMP un 60.000,00 TEUTO 0,0000 0,013 780,00  
 86 ISOFRAVONA DE SOJA 150 MG CÁPSULA /COMP un 1.200,00 PHARMASCIE 0,0000 0,262 314,40  
 102 LIDOCAINA S/ VASO CONSTRUTOR 2% FRASCO 20ML un 150,00 HIPOLABOR 0,0000 2,08 312,00  
 111 METOCLOPRAMIDA 10 MG COMP. un 10.000,00 HIPOLABOR 0,0000 0,036 360,00  
 119 METRONIDAZOL 250 MG COMP. un 3.000,00 PRATI 0,0000 0,083 249,00  
 133 PENTOXIFILINA 400MG COMP. un 2.500,00 EMS 0,0000 0,41 1.025,00

163 ACETATO DE RETINOL 10000UI+AMINOÁCIDOS 2,5  
 %+METIONINA 0,5% + CLORANFENICOL 0,5% POMADA OFTÁLMICA  
 un 5,00 LATINOFARM 0,0000 8,168 40,84

164 ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO 200mg un 320,00 EMS 0,0000 0,132 42,24  
 168 AMPICILINA 500 MG COMP. un 3.000,00 PRATI 0,0000 0,135 405,00  
 169 AMPICILINA 250 MG/5ML un 100,00 PRATI 0,0000 2,015 201,50  
 174 ATENOLOL + CLORTALIDONA 50 / 12,5 MG un 6.000,00 EMS 0,0000 0,126 756,00  
 193 CASTANHA DA INDIA COMPOSTA 100mg CAPSULA un 5.000,00 CIFARMA 0,0000 0,115 575,00  
 205 CINARIZINA 25mg un 1.000,00 NEOQUIMICA 0,0000 0,043 43,00

250 ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 10/250 MG COMP (SEDALOL)  
 un 12.000,00 PHARLAB 0,0000 0,275 3.300,00

273 GLICOSAMINA (SULFATO) 1,5G SACHES un 1.500,00 EMS 0,0000 1,136 1.704,00  
 282 LEVOFLOXACINO 500 MG un 2.000,00 LEGRAND 0,0000 0,66 1.320,00  
 300 NIFEDIPINO RETARD 20MG CÁPSULAS un 150,00 MEDQUIMICA 0,0000 0,071 10,65  
 302 NIMESULIDA GOTAS FRASCO un 500,00 VITAPAN 0,0000 0,827 413,50

311 OXIMETAZOLINA CLORIDRATO 0,5MG/ML SOLUÇÃO NASAL GOTAS  
 un 40,00 TEUTO 0,0000 3,436 137,44

319 PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO 120 ML un 50,00 MOPH 0,0000 7,527 376,35  
 371 GABAPENTINA 300MG CPASULAS un 900,00 GERMED 0,0000 0,268 241,20  
 375 LAMOTRIGINA 100 MG COMP un 4.000,00 CRISTALIA 0,0000 0,386 1.544,00  
 378 RISPERIDONA 1 MG COMP un 3.000,00 CRISTALIA 0,0000 0,202 606,00  
 389 BUPROPIONA 150 MG COMP. un 4.000,00 EMS 0,0000 0,369 1.476,00  
 394 CITALOPRAN 20 MG COMP. un 12.000,00 AUROBINDO 0,0000 0,149 1.788,00  
 396 CLOMIPRAMINA 75mg CPR un 900,00 EMS 0,0000 0,773 695,70  
 407 CABAPENTINA 200MG CAP un 240,00 GERMED 0,0000 0,281 67,44  
 410 IMIPRAMINA 25 MG COMP un 5.000,00 CRISTALIA 0,0000 0,201 1.005,00  
 417 OLANZAPINA 10mg CPR un 600,00 EMS 0,0000 0,626 375,60  
 422 PAROXETINA 20 MG COMP. un 10.000,00 ZYDUS 0,0000 0,155 1.550,00

425 RISPERIDONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML  
 un 50,00 PRATI 0,0000 13,91 695,50

427 SERTRALINA 100 MG COMP. un 2.000,00 EMS 0,0000 0,282 564,00  
 437 TENORETIC 100/25MG un 388,00 EMS 0,0000 0,144 55,87

Total do Participante -----> 30.838,46

Participante:

922 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - ATA Nº 05/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

2	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMP.	un	80.000,00	Imec	0,0000	0,016	1.280,00
17	AMOXICILINA + CLAV POTASSIO 50/12,5MG/ML SUSPEN- SÃO 75ML	un	300,00	GlaxoSmithKlin	0,0000	8,50	2.550,00
18	AMOXICILINA + CLAV POTASSIO 50/12,5MG/ML SUSPEN- SÃO 100ML	un	200,00	GlaxoSmithKlin	0,0000	8,50	1.700,00
22	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLA 1 ML	un	10,00	Hypofarma	0,0000	0,777	7,77
31	CAPTOPRIL 25 MG COMP	un	60.000,00	Teuto	0,0000	0,014	840,00
32	CARBONATO DE CALCIO 500 MG COMP.	un	15.000,00	Imec	0,0000	0,042	630,00
36	CARVEDILOL 12,5 MG COMP.	un	8.000,00	Torrent	0,0000	0,143	1.144,00
43	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA	un	100,00	Samtec	0,0000	0,268	26,80
57	DOPAMINA 5MG/ML(CLORIDRATO) AMPOLA	un	10,00	Teuto	0,0000	1,25	12,50

79	HIDROCORTISONA 500 MG AMPOLA	un	200,00	Blausiegel	0,0000	5,25	1.050,00
87	ISOSSORBIDA 5MG (DINITRATO) COMP. SUBLINGUAL	un	200,00	Baldacci	0,0000	0,367	73,40
103	LIDOCAINA GELEIA ESTERIL TUBO	un	40,00	Hipolabor	0,0000	1,412	56,48

Participante:

922 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA- ATA Nº 05/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

105	LORATADINA XAROPE	un	400,00	Mariol	0,0000	1,73	692,00
110	METILDOPA 250 MG COMP.	un	5.000,00	Sanval	0,0000	0,10	500,00
131	PARACETAMOL 500 MG	un	15.000,00	Hipolabor	0,0000	0,038	570,00
145	RANITIDINA 15MG/ML	un	80,00	Nativita	0,0000	4,095	327,60
156	SULFATO FERROSO 25MG/ML GOTAS	un	100,00	Hipolabor	0,0000	0,77	77,00
170	AMINOFILINA 100 MG COMP.	un	7.000,00	Vitapan	0,0000	0,036	252,00
228	DELTAMETRINA SHAMPOO 0,02% 100ml	un	250,00	Santa	0,0000	1,212	303,00

248 DUTASTERIDA 0,5mg + TANSULOSINA 0,4mg  
(COMBODART)

Terezinha

un 1.500,00 GlaxoSmithKlin 0,0000 2,41 3.615,00

261 ETILEFRINA 10MG/ML AMPOLA un 20,00 União Quimica 0,0000 1,045 20,90

COMP.

Total do Participante -----&gt; 25.459,25

Participante:

925 - S &amp; R DISTRIBUIDORA LTDA - ATA Nº 06/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

7	ALCACHOFRA CÁPSULAS	un	100,00	VITAMED	0,0000	0,168	16,80
12	AMIODARONA 50MG AMPOLAS 3ML	un	10,00	HIPOLABOR	0,0000	1,56	15,60
13	AMOXICILINA 500 MG CP	un	15.000,00	PRATI	0,0000	0,11	1.650,00
26	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.00 INJETÁVEL	un	500,00	TEUTO	0,0000	5,70	2.850,00
29	BUDESONIDA 64MCG AEROSOL NASAL	un	25,00	BIOSINTETICA	0,0000	30,10	752,50
38	CASCARA SAGRADA CAPSULAS	un	90,00	HERBARIUM	0,0000	0,597	53,73
50	DEXAMETASONA CREME 0,1%	un	1.000,00	MULTILAB	0,0000	0,57	570,00
62	EPINEFRINA 1 MG/ML AMP.	un	10,00	HIPOLABOR	0,0000	2,98	29,80
63	ERITROMICINA 500 MG COMP	un	1.000,00	PRATI	0,0000	0,554	554,00
65	ESPINHEIRA SANTA CÁPSULAS	un	90,00	HERBARIUM	0,0000	0,638	57,42
68	ESTRIOL 1MGG CREME VAGINAL	un	150,00	SANVAL	0,0000	5,00	750,00
74	GARRA DO DIABO CÁPSULAS	un	90,00	HERBARIUM	0,0000	0,716	64,44
77	HEPARINA SÓDICA EV 5000UI AMPOLA 0,25ML	un	10,00	CRISTALIA	0,0000	4,327	43,27
90	ITRACONAZOL 100MG CÁPSULAS	un	600,00	BRAINFORMA	0,0000	0,52	312,00
93	LEVODOPA + CARBIDOPA 25/250 MG COMP.	un	2.000,00	TEUTO	0,0000	0,182	364,00
117	METOPROLOL TARTARATO 100MG	un	2.000,00	MULTILAB	0,0000	0,20	400,00
120	METRONIDAZOL 400 MG COMP.	un	4.000,00	TEUTO	0,0000	0,26	1.040,00
121	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 2%	tb	300,00	TEUTO	0,0000	2,30	690,00
122	MICONAZOL 2% CREME TÓPICO	un	200,00	PRATI	0,0000	1,365	273,00
129	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA	un	60.000,00	TEUTO	0,0000	0,035	2.100,00
134	PERMETRINA LOÇÃO 1%	un	100,00	STA. TEREZI-NHA	0,0000	1,00	100,00
139	PROMETAZINA 25 MG COMP.	un	7.000,00	TEUTO	0,0000	0,071	497,00
141	PROPAFENONA, CLORIDRATO 300MG	un	900,00	ALTHAIA	0,0000	0,758	682,20
146	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL SACHE COM SABOR	un	800,00	NATULAB	0,0000	1,42	1.136,00
158	TIMOLOL (MALEATO) COLÍRIO 0,5 %	un	100,00	TEUTO	0,0000	1,066	106,60
159	VARFARINA SÓDICA 5MG COMP.	un	5.000,00	TEUTO	0,0000	0,078	390,00
165	ACIDO GAMA-AMINO BUTÍLICO XAROPE 100ml	un	50,00	NIKKO	0,0000	29,90	1.495,00
171	AMINOFILINA 24 MG/ML 10ml	un	30,00	TEUTO	0,0000	0,825	24,75
172	AMIODARONA 200MG AMPOLA	un	20,00	HIPOLABOR	0,0000	1,56	31,20
177	BICARBONATO DE SÓDIO CAP. 500MG	fr	2.000,00	MANIPULADO	0,0000	0,79	1.580,00
182	BUCLIZINA (DICLORIDRATO) + ASSOCIAÇÕES COMP	un	400,00	ACHE	0,0000	0,60	240,00
188	CALAMINA LOÇÃO	un	30,00	CIMED	0,0000	5,12	153,60
196	CETOCONAZOL CREME TÓPICO	un	300,00	SOBRAL	0,0000	1,222	366,60

203	CIMETIDINA INJETÁVEL	un	800,00	TEUTO	0,0000	0,639	511,20
-----	----------------------	----	--------	-------	--------	-------	--------

Participante:

925 - S &amp; R DISTRIBUIDORA LTDA - ATA Nº 06/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	----------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

FRASCO 10 ML

DOSES.

Total do Participante -----&gt; 65.557,57

Participante:

1346 - AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ATA Nº 07/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	----------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

94 LEVODOPA + BENZERAZIDA 200/50MG

Total do Participante -----&gt; 4.000,00

Participante:

1939 - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - ATA Nº 08/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

128	ÓLEO MINERAL FRASCO 100 ML	un	500,00	NATULAB	0,0000	1,80	900,00
148	SALBUTAMOL (SULFATO) 2MG/5ML FRASCO 100 ML	un	600,00	SOBRAL	0,0000	0,999	599,40
152	SULFADIAZINA 500MG COMP.	un	600,00	SOBRAL	0,0000	0,14	84,00
301	NIMESULIDA 100 MG COMP.	un	40.000,00	VITAPAN	0,0000	0,045	1.800,00
328	SECNIDAZOL 1000MG COMP.	un	2.000,00	PHARLAB	0,0000	0,423	846,00
374	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML INJETAVEL	un	100,00	UNIAO	0,0000	9,00	900,00
				QUIMICA			

Total do Participante -----&gt; 5.129,40

Participante:

2294 - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ATA Nº 09/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	----------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

PRÉ-CARREGADA + AGULHA

5MG +50MG/ML AMPOLA 1 ML

Total do Participante -----&gt; 17.722,00

Participante:

2295 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ATA Nº 10/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

16	AMOXILINA + CLAV POTASSIO 500+125 MG COMP	un	5.000,00	GLAXO	0,0000	0,79	3.950,00
44	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL 30ml	un	100,00	NATULAB	0,0000	0,582	58,20
236	DICLOFENACO SÓDICO 50MG COMP	un	4.000,00	VITAMED	0,0000	0,022	88,00
334	TEOFILINA 100mg	un	900,00	ABBOTT	0,0000	0,37	333,00
335	TEOFILINA 200 MG CAP	un	1.500,00	ABBOTT	0,0000	0,59	885,00
384	VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG COMP.	un	1.200,00	ABBOTT	0,0000	0,24	288,00
430	TRAZODONA (CLORIDRATO) 50MG COMP	un	600,00	APSEN	0,0000	0,86	516,00
431	TRAZODONA (CLORIDRATO) 150MG RETARD COMP.	un	1.500,00	APSEN	0,0000	2,58	3.870,00

Total do Participante -----&gt; 9.988,20

Participante:

2577 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ATA Nº 11/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

9	ALOPURINOL 100MG COMP.	un	1.000,00	PRATI	0,0000	0,044	44,00
25	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 INJETÁVEL	un	200,00	TEUTO	0,0000	2,88	576,00
30	BROMETO DE IPRATRÓPIO GTS (APROVENT)	un	80,00	TEUTO	0,0000	0,63	50,40
56	DIPIRONA SÓDICA 500mg CPR	un	10.000,00	CIFARMA	0,0000	0,063	630,00
76	GUACO (MIKANIA GLOMERATA) XAROPE FRASCO 100ML	un	500,00	NATULAB	0,0000	1,74	870,00
88	ISOSSORBIDA 20MG COMP.	un	1.500,00	ZYDUS	0,0000	0,069	103,50
125	NITROFURANTOÍNA 100 MG CÁPSULAS	un	600,00	TEUTO	0,0000	0,129	77,40
135	POLIVITAMINAS LIQUIDA 100 ML	un	100,00	NATURELIFE	0,0000	2,30	230,00
138	PREDNISOLONA 20mg CPR	un	7.000,00	BRAINFARMA	0,0000	0,123	861,00
142	PROPANOLOL 40 MG COMP.	un	30.000,00	OSORIO	0,0000	0,013	390,00
160	VERAPAMIL CLORIDRATO 80 MG COMP.	un	1.000,00	TEUTO	0,0000	0,053	53,00
162	ACETATO DE CIPROTERONA 2MG+ETINILESTRADIOL 0,035MG	un	2.100,00	MABRA	0,0000	0,078	163,80
179	BISACODIL 5MG COMP	un	1.200,00	BRAINFARMA	0,0000	0,09	108,00

Participante:

2577 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ATA Nº 11/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	----------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

FRASCO 240 ML

3,5 GR

NIKKHO

Total do Participante -----&gt; 22.384,60

Participante:

2826 - A G KIENEN &amp; CIA LTDA - ATA Nº 12/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	----------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

(TRIQUILAR)

COLÍRIO 3ML

Participante:

2826 - A G KIENEN &amp; CIA LTDA - ATA Nº 12/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	----------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

(MAXIDEX)

50 MG AMPOLA EV

241 DIMENIDRINATO 3MG+CLORIDRATO DE PIRODOXINA  
5MG+GLICOSE 100MG + FRUTOSE 100 MG AMPOLA 10  
ML EV

un 200,00 TAKEDA 0,0000 2,55 510,00

245 DOBESILATO DE CÁLCIO 500 MG un 900,00 APSEN 0,0000 1,67 1.503,00

255 ESPIROMICINA 500MG (ROVAMICINA) CÁPSULA un 500,00 NOVARTIS 0,0000 2,81 1.405,00

257 ESTRADIOL 1 MG + DROSPERINONA 2 MG COMP (ANGELIC)

277 GLUCONATO DE CÁLCIO 10% (100MG/ML) EV AMPOLA  
10 ML

un 900,00 BAYER 0,0000 2,46 2.214,00



un 10,00 ISOFARMA 0,0000 1,35 13,50

283 LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG un 300,00 MERCK 0,0000 0,14 42,00

ML

Total do Participante -----> 65.501,80

Participante:

2829 - COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - ATA Nº 13/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

46 CLOPIDOGREL 75 MG COMP.	un	4.000,00	SANDOZ	0,0000	0,369	1.476,00
66 ESPIROLONOLACTONA 25 MG COMP.	un	20.000,00	ASPEN	0,0000	0,104	2.080,00
70 FINASTERIDA 5MG	un	3.000,00	AUROBINDO/ FA	0,0000	0,272	816,00
108 METFORMINA 500 MG COMP.	un	10.000,00	MULTILAB	0,0000	0,054	540,00

Participante:

2829 - COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - ATA Nº 13/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

112	METOCLOPRAMIDA SOL. ORAL 4 MG/ML	un	600,00	MARIOL	0,0000	0,495	297,00
147	SALBUTAMOL 100 MCG - AEROSOL INALATÓRIO	un	300,00	TEUTO	0,0000	5,44	1.632,00
157	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE	un	50,00	NATULAB	0,0000	1,224	61,20
173	AZATIOPRINA 50MG COMP.	un	1.500,00	CRISTALIA	0,0000	1,36	2.040,00
221	CLORANFENICOL COLÍRICO 10ml	un	150,00	ALLERGAN	0,0000	7,55	1.132,50
231	DEXAMETASONA 4 MG/ML AMPOLA	un	1.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,78	780,00
247	DOXICICLINA 100 MG COMP	un	1.200,00	PHARLAB	0,0000	0,109	130,80
278	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG	un	7.000,00	PHARLAB	0,0000	0,034	238,00
307	NORFLOXACINO 400 MG COMP	un	5.000,00	MEDQUIMICA	0,0000	0,143	715,00
372	HALOPERIDOL 1 MG COMP.	un	2.000,00	CRISTALIA	0,0000	0,121	242,00
399	CLOXAZOLAM 2 MG B1	un	2.000,00	SANDOZ	0,0000	0,286	572,00
404	ESCITALOPRAM 10MG	un	1.500,00	GERMED/EMS	0,0000	0,258	387,00
420	PARACETAMOL+CODEÍNA 500/7,5MG	un	720,00	UNIÃO QUI- MICA	0,0000	0,612	440,64
426	SERTRALINA 50 MG COMP.	un	25.000,00	EMS	0,0000	0,15	3.750,00

Total do Participante -----> 17.330,14

Participante:

2831 - DIMEVA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ATA Nº 14/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	-------------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

114 METOPROLOL SUCCINATO 25MG un 1.200,00 ASTRAZENECA 0,0000 0,625 750,00

115 METOPROLOL SUCCINATO 50 MG un 6.000,00 ASTRAZENECA 0,0000 1,26 7.560,00

116 METOPROLOL SUCCINATO 100MG un 1.200,00 ASTRAZENECA 0,0000 2,10 2.520,00

161 HIDROXIQUINOLINA BORATO

0,04MG+TRIETANOLAMINA 140NG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA 8 ML (CERUMIN)

184 BRINZOLAMIDA 10MG/ML+MALEATO DE TIMOLOL 5MG FRASCO 5 ML

187 BRONFENIRAMINA (MALEATO) 12MG+CLORIDRATO DE FENILEFRINA 15MG GOTAS (DECONGEX)

194 CARMELOSE 5MG/ML+GLICEROL

10MG/ML+POLISSORBATO 80 5MG/ML FRASCO 10 ML (REFRESH ADVANCED) COLÍRIO

un 100,00 NOVARTIS 0,0000 9,40 940,00

un 30,00 NOVARTIS 0,0000 53,00 1.590,00 un 150,00 ELOFAR 0,0000 6,50 975,00 un 10,00 ALLERGAN 0,0000 27,80 278,00

233 DIACERÉINA 50 MG (ARTRODAR) CP un 1.200,00 TRB PHARMA 0,0000 3,10 3.720,00

237 DICLOFENACO DIETILAMONIO GEL 11,6mg/g 60g tb 300,00 GERMED 0,0000 2,50 750,00

263 FENILEFRINA + BRONFENIRAMINA 2,5/2MG 20ML fr 300,00 ELOFAR 0,0000 6,30 1.890,00

267 FOSFATO DE SITAGLIPTINA+CLORIDRATO DE METFORMINA 50/100MG COMP

269 FLUOCINOLONA ACETONIDA+SULFATO DE POLIMIXINA+SULFATO DE NEOMICINA+CLORIDRATO DE LIDOCAINA GOTAS OTOLÓGICO

un 480,00 MERCK 0,0000 2,90 1.392,00 un 200,00 ELOFAR 0,0000 1,55 310,00

274 GLICOSAMINA 500MG + CONDRITINA 400MG COMP un 1.200,00 ZODIAC 0,0000 1,54 1.848,00

275 GLICOSAMINA 1,5G + CONDRITINA 1,2G SACHES un 3.000,00 ZODIAC 0,0000 3,50 10.500,00

281 LANSOPRAZOL 30MG+CLARITROMICINA  
500MG+AMOXICILINA 500MG CAPSULAS COM 7  
BLISTERS

un 100,00 PRATIDONAD 0,0000 33,00 3.300,00

289 LOSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 100/25 MG COMP un 3.000,00 EUROFARMA 0,0000 0,419 1.257,00

293 METFORMINA CLORIDRATO ASSOCIADO A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000M + 50 MG

308 OLMESARTANA MEDOXOMILA+HIDROCLOROTIAZIDA  
40/12,5MG

un 600,00 MERCK 0,0000 2,94 1.764,00

un 720,00 EUROFARMA 0,0000 0,70 504,00

321 RAMIPRIL 5 MG COMP. un 3.000,00 MEDLEY 0,0000 0,68 2.040,00

330 TADALAFILA 5 MG COMP un 500,00 MEDLEY 0,0000 2,00 1.000,00

357 CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO  
100 ML

un 100,00 MEDLEY 0,0000 3,95 395,00

360 CLONAZEPAN 2,5 MG/ML GOTAS fr 400,00 HIPOLABOR 0,0000 1,40 560,00

377 NORTRIPTILINA 50 MG CÁPS un 2.000,00 MEDLEY 0,0000 0,30 600,00

393 CELEBRA 200 MG CÁPSULA un 600,00 TEUTO 0,0000 1,30 780,00

398 CLOXAZOLAM 1 MG B 1 un 2.000,00 EUROFARMA 0,0000 0,21 420,00

406 FLUOXETINA 20MG/ML FRASCO 20 ML GOTAS un 120,00 MEDLEY 0,0000 7,60 912,00

438 GALVUSMET 50/1000 un 360,00 NOVARTIS 0,0000 2,89 1.040,40

Total do Participante -----> 49.595,40

Participante:

3084 - CIRURGICA SANTA CRUZ COM DE PROD HOSPITALARES LTDA - ATA Nº 15/2016 – VIGÊNCIA 05/02/2016 A 31/12/2016

19	ANLODIPINO BESILATO 5MG COMP.	un	10.000,00	TEUTO	0,0000	0,019	190,00
20	ANLODIPINO BESILATO 10 MG COMP.	un	2.000,00	VITAPAN	0,0000	0,04	80,00
54	DIPIRONA SÓDICA 500mg/ml INJETAVEL 2ml	un	800,00	FARMACE	0,0000	0,33	264,00
67	ESPIRONOLACTONA 100MG COMP.	un	3.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,20	600,00
71	FUROSEMIDA 40 MG COMP.	un	35.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,02	700,00
113	METOICLOPRAMIDA 5MG/ML INJETAVEL	un	600,00	ISOFARMA	0,0000	0,23	138,00
140	PROMETAZINA 50mg 2ml AMP.	un	200,00	TEUTO	0,0000	0,45	90,00
144	RANITIDINA 150 MG	un	10.000,00	TEUTO	0,0000	0,058	580,00
166	ÁGUA BI-DESTILADA 05ml	un	600,00	ISOFARMA	0,0000	0,15	90,00
167	ÁGUA BI-DESTILADA 10ml	un	600,00	ISOFARMA	0,0000	0,15	90,00
206	CINARIZINA 75 MG COMP.	un	4.000,00	NEO QUI-MICA	0,0000	0,114	456,00
217	COLAGENASE 0,6U/g SEM LORANFENICOL 30G POMADA	un	80,00	CRISTALIA	0,0000	10,08	806,40
253	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG COMP	un	1.500,00	UNIAO QUI-MICA	0,0000	0,38	570,00
414	METILFENIDATO (CLORIDRATO) 10 MG COMP	un	1.800,00	CRISTALIA	0,0000	0,33	594,00
418	OXCARBAMAZEPINA 300MG COMP.	un	300,00	UNIAO	0,0000	0,34	102,00
				QUIMICA			

Total do Participante -----> 5.350,40

Caxambu do Sul, 05 de fevereiro de 2016.

VILMAR FOPPA  
GESTOR FMS

**EXTRATO ATA 01-2016**

Estado de Santa Catarina										
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL										
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS										
Ata Nº.:	01/2016									
Detento- ra:	EUNICE LESSA CHIARELLO ME.									
Objeto ..... :	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNI- CIPAL DE ENSINO DE CAXAMBU DO SUL/SC, REF. ANO DE 2016.									
Fornecedor: 166 - EUNICE LESSA CHIARELLO ME										
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário			Preço T Total		
10	BEBIDA LACTEA 01 LITRO, com data de fabricação e validade de no mínimo 1 mês, a contar da data de entrega.	pt	TIROL	600,000	2,9400			1.764,00		
16	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª, em pct de 1kg com selo de inspeção sanitária, com registro nos órgãos vigentes.	kg	BOVINA	800,000	14,8800			11.904,00		
17	CARNE BOVINA BIFE TIPO (PATINHO), sem gorduras e nervuras, em pct de 1 kg, com selo de inspeção sanitária, com registro nos órgãos vigentes.	kg	BOVINA	250,000	18,9500			4.737,50		
19	CARNE DE FRANGO PEITO SEM OSSO, congelada e sem tempero, com selo de inspeção sanitária e com registros nos órgaos vigentes.	kg	AURORA	250,000	11,8800			2.970,00		
20	CARNE SUINA TIPO PER- NIL SEM PELE, congelada sem tempero,	kg	SUINA	250,000	11,4000			2.850,00		
	com selo de inspeção sa- nitária e com registro nos órgãos vigentes.									
42	QUEIJO MUSARELA FATIADO EM KG, prazo de validade minimo	un		AURORA	160,000			29,8000	4.768,00	
	de 15 dias a contar da data de entrega.									

Vigência ..... : Início : 15/02/2016 Término : 31/12/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 02/2016.

CAXAMBU DO SUL, 15 de Fevereiro de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA 02/2016**

Estado de Santa Catarina			
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL			
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Ata Nº.:	02/2016		
Detentora:	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.		
Objeto ..... :	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXAMBU DO SUL/SC, REF. ANO DE 2016.		
Fornecedor: 1341 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.			

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade		Preço Unitário		Preço Total			
2	ACHOCOLATADO EM PÓ 400G INSTANTANEO, ENRIQUECIDO COM 06 VITAMINAS NO MÍNIMO, EMBALAGEM COM 400G, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	pt		4866 DARATI	90,000		2,6100	234,90			
5	AMIDO DE MILHO 500G embalagem resistente, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.	pt		2458 DAJU	70,000		2,5700	179,90			
7	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 EMBAL. DE 05 KG, beneficiado, longo fino, com selo da ABIAP, prazo de validade mínimo de 5 meses, a contar da data de entrega.	pt		1260 MINUTI	90,000		12,9200	1.162,80			
12	BISCOITO DOCE MARIA 370 GR, embalada em porções, prazo de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	pt		2131 PRODA	300,000		3,5900	1.077,00			
13	BOLACHA ÁGUA E SAL PCT DE 370GR, em embalagem plástica e resistente, prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega.	un		2092PRODAS	200,000		3,9000	780,00			
15	CAFÉ EM PÓ EMBAL. DE 500 GR, prazo de validade de no mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	un		3798 CREMO	50,000		7,2200	361,00			
23	COLORAU 500G, em embalagem plastica polietileno resistente, prazo de validade de 10 meses a contar da data de entrega.	pt		2665 DAJU	80,000		3,1700	253,60			
24	DOCE DE LEITE 400G prazo de validade minima de 10 meses a contar da data de entrega.	un		3126 DO-CITO	75,000		3,5600	267,00			
28	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMB. 05KG, com prazo de validade minima de 5 meses a contar da data de entrega.	pt		2877 GARDE	50,000		10,6300	531,50			
29	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 EMBAL. DE 01 KG, novo, de primeira qualidade, com prazo de validade mínima de 5 meses a contarda data de entrega	un		1255 BRINGU	45,000		4,2700	192,15			
30	FEIJÃO PRETO TIPO 1 EMBAL. DE 01 KG, novo de primeira qualidade, com prazo de validade minima de 5 meses a contar da data de entrega.	pt		1274 BRINGU	85,000		4,8400	411,40			

34	LEITE UHT - SEM LACTOSE- semidesnatado para dietas com restrição a lactose, 0¢ de latose, em embala- gem tetra pack, com prazo de validade minima de 2 meses a contar da data de entrega.	l	4298 AUROR	50,000	4,6400	232,00			
36	MARGARINA VEGETAL EMBAL. DE 01 KG, com registro no ministério da agricultura, devendo constar data de fabricação e prazo de validade mínimo de 9 meses a contar da data de entrega.	un	1233 PRIME	30,000	4,5000	135,00			
40	OLÉO DE SOJA EM EMBAL. DE 900 ML, prazo de valida- de mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.	un	2745 COAMO	120,000	3,9500	474,00			
44	SAL REFINADO IODADO EMBAL. DE 01 KG, com prazo de validade minimo de 10 meses a contar da data de entrega.	pt	GARCA	40,000	1,2500	50,00			
45	CEREAL MATINAL 300G, flocos de milho açucarados, com prazo	pt	4552 GOLD F	300,000	4,9700	1.491,00			
	de validade minimo de 10 meses a contar da datade entrega.								

Vigência ..... : Início : 15/02/2016 Término : 31/12/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 02/2016.

CAXAMBU DO SUL, 15 de fevereiro de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA 03/2016

Estado de Santa Catarina																
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL																
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS																
Ata Nº.:		03/2016														
Detentora:		ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME.														
Objeto ..... :		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXAMBU DO SUL/SC, REF. ANO DE 2016.														
Fornecedor: 2334 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME																
Item		Especifica- ção	Unid		Marca		Quantidade		Preço Unitário		Preço Total					
1	ABOBRINHA TIPO ITALIANA		kg	real	70,000		4,9500		346,50							
3	AÇÚCAR CRISTAL EM EMBAL. DE 05 KG, não refinado, pacote com 5kg, origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, em		pt	daju	60,000		13,9300		835,80							
	fabricação e validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega.															
4	ALHO		kg	real	10,000		18,9000		189,00							



6	APRESUNTADO SUINO 200G, fatiado de boa qualidade, embalado a vácuo e submetido ao processo de cozimento, prazo de validade mínimo de 5 dias a contar da data de entrega.	un	aurora	350,000	5,1900	1.816,50		
8	BANANA CATURA, de primeira qualidade, com grau de amadurecimento médio.	kg	real	900,000	1,5800	1.422,00		
9	Batata inglesa	kg	real	150,000	3,9600	594,00		
11	BETERRABA	kg	real	200,000	4,2500	850,00		
14	BISCOITO SORTIDO 720G C/ no mínimo 4 sabores, cada um dos	un	ninfa	300,000	7,9500	2.385,00		
	sabores em quantidades semelhantes, tipos: rosquinha, rosquinha							
18	CARNE DE FRANGO COXA E SOBRECORA, sem dorso, congelada e sem tempero, com selo de inspeção sanitária e com	kg	nat	800,000	6,8700	5.496,00		
	registro nos órgãos vigentes.							
21	CEBOLA	kg	real	180,000	4,9100	883,80		
22	Cenoura de 1º qualidade	un	real	150,000	4,2500	637,50		
25	ERVILHA EMBAL 200G, em conserva com conservantes artificiais, peso líquido, com validade mínima de 1 ano a contar da data de entrega.	lt	stella	90,000	1,9700	177,30		
26	EXTRATO DE TOMATE 350 GR, peso líquido, com prazo de validade mínimo de 2 anos a contar da data de entrega.	lt	stella	90,000	2,9600	266,40		
27	FARINHA DE MILHO EMB. 05KG, com prazo de validade mínimo de 5 meses a contar da data de entrega.	pt	daju	30,000	9,9400	298,20		
31	FERMENTO EM PÓ 250G, lacerado, com prazo de validade mínimo de 5 meses a contar da data de entrega.	un	royal	35,000	6,3200	221,20		
32	FERMENTO BIOLÓGICO SECO P/ PÃO EMB. DE 125G, com prazo de validade mínimo de 5 meses a contar da data de entrega.	un	apti	20,000	4,2400	84,80		
33	LEITE INTEGRAL TIPO C 01 LITRO, embalagem tetra pack, longa vida, com prazo de validade mínimo de 2 meses a contar da data de entrega.	un	terra viva	1.800,000	2,6500	4.770,00		
35	MAÇÃ NACIONAL	kg	real	650,000	5,9500	3.867,50		
37	MILHO VERDE EMBAL. DE 200G, peso líquido, com prazo de validade mínimo de 2 anos a contar da data de entrega.	un	stella	90,000	1,8900	170,10		
38	MAMÃO FORMOSA	kg	real	600,000	4,6500	2.790,00		
39	MORANGA CABOTIÁ	kg	real	80,000	2,3500	188,00		
41	OVO DE GALINHA	dz	real	120,000	5,8900	706,80		
43	Repolho de boa qualidade	un	real	60,000	6,8900	413,40		
46	TOMATE	kg	real	250,000	4,4600	1.115,00		

47	VINAGRE DE UVA EM EMBALAGEM DE 750 ml, com prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.	un	koller	100,000	2,9400	294,00		
----	--	----	--------	---------	--------	--------	--	--

Vigência ..... : Início : 15/02/2016 Término : 31/12/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 02/2016.

CAXAMBU DO SUL, 15 de Fevereiro de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 06/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	06/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	COMERCIAL AUTOMOTIVA S/A
Objeto ..... :	FORNECIMENTO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DOS CAMINHÕES E MAQUINAS A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.
Valor ..... :	R\$ 63.296,00 (sessenta e três mil duzentos e noventa e seis reais).
Vigência ..... :	Início : 02/02/2016 Término : 29/02/2016.
CAXAMBU DO SUL, 02 de Janeiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

### NOTA ANULAÇÃO 08/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL	
NOTA ANULAÇÃO	
Processo Adm. Nº.: 08/2016	
Edital: Pregão Presencial Nº.: 03/2016	
Tipo: Menor Preço/Por Item.	
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE CONCRETO USINADO FCK 20MPA.	
Motivo: Não houve interessados em participar do certame.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 23h00min às 18h00min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .	
CAXAMBU DO SUL, 12 DE FEVEREIRO DE 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

AVISO DE SUSPENSÃO DE TODOS OS ATOS RELACIONADOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

OBJETO: Selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de dois veículos 0 (zero) km, ano/modelo no mínimo 2016, sendo um para atender as necessidades da Estrutura do Gabinete do Prefeito e outro para o transporte de pacientes para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão de Lageado/SC a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência.

CONSIDERANDO, o que preceitua o art. 12 do Decreto n.º 3.555/2000 c/c o art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO, o recebimento pelo Município de Chapadão do Lageado do Pedido de Impugnação apresentado pela Empresa Olegário Motors Ltda; e

CONSIDERANDO, que os fundamentos que embasam a Impugnação apresentada tratam-se de questões técnicas e demandam estudo;

O Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, vem por meio deste expediente, TORNAR PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a SUSPENSÃO, de todos os atos relacionados ao Processo Licitatório n. 21/2016 – Pregão Presencial n. 10/2016 – Objeto: aquisição de dois veículos 0 (zero) km, ano/modelo no mínimo 2016, sendo um para atender as necessidades da Estrutura do Gabinete do Prefeito e outro para o transporte de pacientes para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão de Lageado/SC a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência, inclusive a data da realização da sessão pública designada para às 10:30hrs do dia 17 de fevereiro de 2016;

Ante a suspensão do certame referido, o Município de Chapadão do Lageado informa que a nova data e horário à realização da sessão pública serão publicados posteriormente nos meios oficiais e no site do Município.

Maiores informações poderão ser solicitadas das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br).

Chapadão do Lageado-SC, 12 de fevereiro de 2016.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### Portaria 059/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 059/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 02/02/2015 à 01/02/2016, a MARCIA MACIEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 15.02.2016 à 15.03.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### Portaria 060/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 060/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 02/02/2015 à 01/02/2016, a ALLAN JUNIOR FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 15.02.2016 à 15.03.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Portaria 061/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 061/2016

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga – 20 horas;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal da Saúde;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da servidora, JOICI DEMETRIO COAVILLA, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga – 20 horas na Secretaria Municipal da Assistência Social, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 15.02.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria 062/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 062/2016

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos – 40 horas;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal da Saúde;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do servidor, ROGERIO CAPISTRANO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos – 40 horas na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 15.02.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria 063/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 063/2016

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola - 40 horas;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos de rotina da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II alínea "g" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor Público, ADILSON HEINZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Agrícola - 40 horas, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo, para exercer suas funções, junto à Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, a partir de 15.02.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria 064/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 064/2016

DESIGNA PARA EXERCER FUNÇÕES NA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar DANIELY APARECIDA ESSER, ocupante do cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Compras, Contratos e Licitações, na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função de Secretária da Junta de Serviço Militar no Município de Chapadão do Lageado, a partir de 12.02.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 269/2009, e demais disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria 065/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 065/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 15, (quinze) dias, datado de 11.02.2016;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública CRISLEI SEBOLD, ocupante da Função de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, pelo período de 11.02.2016 a 25.02.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 11.02.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria 066/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 066/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15/09/2014 à 14/09/2015, a MAICSON MONTIBELLER, Matriculado sob o nº 1460/06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial de Nível Médio, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 15.02.2016 à 15.03.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria 067/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 067/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art.

50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/10/2014 à 30/09/2015, a ANGELA DA SILVA PAUL, Matricula nº 1278/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias de férias no período de 15.02.2016 à 15.03.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria 068/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 068/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01.09.2014 a 31.08.2015, a JOÃO ALOIR FRANÇA DE OLIVEIRA, matriculado sob o nº 240303, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 15.02.2016 à 15.03.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria 069/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 069/2016

- CONSIDERANDO, a concessão do Benefício Previdenciário de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

- CONSIDERANDO, a impossibilidade de acumulação da remuneração de cargo, emprego ou função com proventos de aposentadoria, ressalvadas as acumulações previstas no art.37, inciso XVI, da Constituição Federal/88;

- CONSIDERANDO, que o cargo público ocupado pelo servidor não é passível de acumulação remunerada;

- CONSIDERANDO, o disposto no inciso IV, do art. 29, da Lei



Complementar n. 008, de 23.12.1999;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 29, inciso IV e art. 32, da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública LUCÉLIA KEMPNER INÁCIO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, nomeada pela Portaria nº 0531/2001, de 03.04.2001, a partir de 15.02.2016.

Art. 2º Declarar a vacância do Cargo de Provimento Efetivo acima especificado, em decorrência da concessão pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS do Benefício Previdenciário de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Servidora Pública LUCÉLIA KEMPNER INÁCIO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

# Chapécó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 32.080, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 32.080, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, que nomeia os membros que constituem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica Municipal de Chapécó,

DECRETA :

Art. 1º. O item 1 da alínea "h" do inciso IV do artigo 1º do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....

IV - .....

h) .....:

1. Titular - Francine Garghetti - Universidade do Oeste de Santa Catarina/UNOESC;."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 32.101, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 32.101, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, que nomeia os membros que constituem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica Municipal de Chapécó,

DECRETA :

Art. 1º. Os itens 1 e 2 da alínea "d" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....

I - .....

d) .....:

1. Titular - Diana Augusta Três;

2. Suplente - Marcelina Lucho Van Caeneghem."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina,  
em 12 de fevereiro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

### RESUMO DE DECRETOS - 15/02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

#### RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
32081	03/02/2016	Exoneração de OLI BERGHAHN
32082	03/02/2016	Nomeação de OLI BERGHAHN
32083	05/02/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 31.933, de 06 de janeiro de 2016, que nomeou DIANA PATRICIA BARANZELLI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32084	05/02/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 31.941, de 06 de janeiro de 2016, que nomeou MIRIAN FICAGNA RODRIGUES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32085	05/02/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal ORILDE FATIMA DE MENEZES
32086	05/02/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal VALENTINA MACHADO
32087	05/02/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal ADRIANA REGINA SARTORI
32088	05/02/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal MARLI CIDILEI MARCHEZE CIOTTA
32089	05/02/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal INELDE TERESINHA ENDERLE
32089	05/02/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal LAURA VERONICA HOHN
32090	05/02/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal SANTINA EDITE SIRINO
32091	05/02/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal ANA LUCIA DE DEUS ECCO
32092	05/02/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal ROSELI BALDO KLAUS
32093	05/02/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao servidor público municipal FELISBINO FERREIRA
32094	05/02/2016	Fica concedida Aposentadoria voluntária por Idade, à servidora pública municipal LUBIA MORAES BARCELLOS

32095	05/02/2016	Concede, pensão pelo falecimento do servidor público municipal ativo INACIO ANTONIO BOMBANA, à sua esposa EVA CONCEIÇÃO DA SILVA BOMBANA
32097	11/02/2016	Exoneração, a pedido, de SULIANE MELLO
32098	12/02/2016	Exoneração, a pedido, de GUSTAVO FIORENTIN
32099	12/02/2016	Exoneração, a pedido, de MATEUS MELLER DE OLIVEIRA
32100	12/02/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal DARCI MARIA SOUZA

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/PMCS/2016 (CHAMADA PÚBLICA)**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/PMCS/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/PMCS/2016 (Chamada Pública)

Objeto: Chamada para recebimento de habilitação e projeto de venda para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2016 no Município de Cocal do Sul/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009, Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013 e Resolução do FNDE nº. 04/2015 de 02/04/2015.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 10/03/2016.

Abertura: Dia 10/03/2016, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 12 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMAS/2016 (REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/FMAS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMAS/2016 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de tecidos e aviamentos, no atendimento a Secretaria de Assistência Social de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 26/02/2016.

Abertura: Dia 26/02/2016, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 12 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### **DECRETO SAF/N. 56/16**

DECRETO SAF/Nº. 56/16, de 04 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 71, da Lei Complementar nº. 06, de 14 de outubro de 2003, resolve

CONCEDER a

ADAIR DE OLIVEIRA, Professor, nomeada pelo Decreto SAF/nº. 43/03, de 06 de março de 2003, Licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 57/16**

DECRETO SAF/N. 57/16, de 05 de janeiro de 2016.

CRIA A COMISSÃO DE QUE TRATA O ART. 18, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N. 1.226, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014 – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREAS PÚBLICAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve,

DECRETAR:

Art 1º. Fica criada a Comissão Multitécnica de servidores do Município, de que trata o art. 18, Parágrafo único, da Lei n. 1.226, de 09 de outubro de 2014 – Programa de Regularização Fundiária de Áreas Públicas, que tem a seguinte composição:

I – Patrícia de Lucca Baschiroto – Assistente Social;

II – Rafael Uggioni Colombo – Advogado;

III – Tarciso De Noni – Departamento de Patrimônio;

IV – Homero de Bonna Filho – Equipe Técnica Topográfica do Município;

V – Érica Fabro Oening – Departamento de Tributação.

Art 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto 393/15, de 08 de outubro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 58/16**

DECRETO SAF/Nº. 58/16, de 10 de fevereiro de 2016.

REAJUSTA VALORES REFERENTES À COBRANÇA DE SERVIÇOS PRESTADOS POR EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS A TERCEIROS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 4º, da Lei Nº. 1.021, de 01 de dezembro de 2010, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Ficam reajustados os valores referentes a serviços prestados a agricultores, com máquinas de propriedade do Município de Cocal do Sul, que passam a vigorar com os seguintes valores:

- a) hora trabalhada por máquina trator agrícola ..... R\$ 38,00;
- b) hora trabalhada por máquina retro-escavadeira(agricultura) ..... R\$ 53,00;
- c) hora trabalhada por máquina carregadeira ..... R\$ 69,00;
- d) hora trabalhada caminhão HS ..... R\$ 60,00;
- e) hora trabalhada patrôla ..... R\$ 91,00.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de fevereiro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 59/16**

DECRETO SAF/Nº. 59/16, de 10 de fevereiro de 2016.

DEFINE O VALOR REFERENTE AO LITRO DO OLEO DIESEL PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DESCRITOS NO ARTIGO 8º DA LEI 1.008, DE 24 DE AGOSTO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica definido o valor referente ao litro do óleo diesel para utilização da máquina – escavadeira hidráulica S-90 – consoante determina o artigo 8º da Lei 1.008, de 24 de agosto de 2010.

- a) Litro Óleo Diesel ..... R\$ 2,97(dois reais e noventa e sete centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de fevereiro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas**DECRETO SAF/N. 60/16**

DECRETO SAF/Nº. 60/16, de 10 de fevereiro de 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso publico o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato á posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de fevereiro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO



**PROFESSOR AEE**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	241991	Morgana Silva Da Cruz

**PROFESSOR CIÊNCIAS**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	263840	Selma Bonetti Carara

**PROFESSOR HISTÓRIA**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	258579	Julio Cesar Alves Da Cruz

**PROFESSOR INGLÊS**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	238115	Aline Casagrande Rosso Cardoso

**PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	259195	Guilherme Medeiros Honorato

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA**

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	234741	Lucas Marcelino Dos Anjos

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de fevereiro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 61/16**

DECRETO SAF/ Nº. 61/16, de 10 de fevereiro de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.293, de 23 de dezembro de 2015, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria de Desenv. Econ., Meio Ambiente, Turis. e Comunicações.

1.013 – Aquisição de área e incentivos para implantação e ampliação de indústrias.

4.4.90.00.00.00.00.00.0049 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000.000,00
---	------------------

TOTAL .....	R\$ 1.000.000,00
.....	

Parágrafo único. A suplementação acima ocorre por conta do excesso de arrecadação de recursos no exercício financeiro, na fonte de recursos TCE 83 – Operações de créditos internas – outros programas, conforme Lei n. 1.284, de 29 de outubro de 2015, Agente Financeiro-BADESC Cidades.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de fevereiro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 – PMC

Objeto: aquisição e aplicação de vacina trivalente, contra a influenza (fragmentada e inativada), para o ano 2016, para os servidores público municipais de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 29/02/2016.

Abertura: dia 29/02/2016 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 12 de fevereiro de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016-FUMDEMA**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA  
DO MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016 – FUMDEMA

Objeto: Contratação de empresas especializadas na execução de esquetes teatrais e assessoria para contratação de palestrante engenheiro ambiental e/ou biólogo, visando à educação ambiental dos estudantes jovens e adolescentes, sobre o tema "Floresta e Água", conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até às 16h00min do dia 29/02/2016.

Abertura: dia 1º/03/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 11 de fevereiro de 2016.

EDNO GONÇALVES  
Diretor Superintendente da FUMDEMA

### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 3/2016 – FMAS**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 3/2016 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.455.823/0001-65, representado por seu Gestor, ALESSANDRO VERNIZE e a ASSOCIAÇÃO DE FISSURAS LÁBIO PALATAIS - PROFIS, inscrita no CNPJ sob nº 80.630.973/0001-43, representada pelo seu Presidente, senhor JÂNIO GUILHERME SELBACH

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Saúde da Média e Alta Complexidade, destinado à realização do programa de assistência social aos pacientes portadoras de fissuras Lábio Palatais e/ou outras Dismorfias Crâniofaciais e distúrbios relacionados à audição, visão e linguagem.

VALOR: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO 2648/2016**

--	--

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.648, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera, a pedido, o servidor EDEMILSON JOSÉ LAZZARI JUNIOR.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor EDEMILSON JOSÉ LAZZARI JUNIOR do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 11 de fevereiro de 2016.

Mauro Mendes  
Presidente

Vilmar Comassetto  
1º Secretário

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 096/2016

DECRETO Nº096/2016, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao servidor Público Sr. LUCIANO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 02 (dois) dias de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviço no Processo de Eleição do Conselho Tutelar deste município em 04/10/2015, que serão usufruídos dias 11 e 12/02/2016.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 10 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO N. 097/2016

DECRETO Nº097/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Conceder a servidora Pública Sra. SONIA ALBERTON MAGIONI, ocupante do cargo de professora lotada na Secretaria Municipal de Educação, 02 (dois) dias de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2014, 1º turno em 05/10/2014, que serão usufruídos dias 12 e 15/02/2016.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 11 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO N. 098/2016

DECRETO Nº098/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal Sra. SIDONIA SALETE CECON MERISIO ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2015 a 01/01/2016, que serão gozadas a partir de 15/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

SIDONIA SALETE CECON MERISIO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### DECRETO N. 099/2016

DECRETO Nº099/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. CLAUDIO JOÃO POSSA ocupante do cargo de Secretário Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2015 a 01/01/2016, que serão gozadas a partir de 15/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

CLAUDIO JOÃO POSSA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO N. 101/2016**

DECRETO Nº101/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE FARMACÊNTICA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida a partir de 11/02/2016, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. VANISE DAL PIVA, na função de Farmacêutica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social..

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 102/2016**

DECRETO Nº102/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 7º - CF/88:

DECRETA

Art. 1º Concede Licença Maternidade a Servidora Sra. ADRIANA MARTINI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o documento anexo.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será pelo período de 120 dias a partir do dia 10/02/2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 10/02/2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento



**RESULTADO PROCESSO 14/2016 - ARBITRAGEM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>  CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 1/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 14/2016 Processo de Licitação: 14/2016 Data do Processo: 04/01/2016
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE NO EXERCÍCIO DE 2016.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 3 de Fevereiro de 2016, às 08:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 038, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 14/2016, Licitação nº 1/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aberta a sessão pela pregoeira, a mesma saudou os membros da equipe de apoio bem como o representante da empresa Liga Oeste de Futebol Sete. Logo após procedeu-se a abertura do envelope contendo a proposta de preços da única empresa proponente. Analisada a proposta constatou-se que a mesma foi apresentada dentro do exigido no edital e, portanto, foi considerada aceita e válida. O representante da empresa se manifestou negativamente ao ser questionado sobre a possibilidade de melhorar o preço ofertado, alegando não ser possível melhorar o preço ofertado na proposta escrita, o mesmo manifestou verbalmente desistência de recurso.

**Participante:** 1593 - LIGA OESTE DE FUTEBOL SETE

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTSAL MASCULINO LIVRE COM EQUIPE COMPOSTA POR 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO.	jg	100,00		0,0000	136,66	13.666,00
2	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTSAL INFANTIL LIVRE COM EQUIPE COMPOSTA POR 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO.	jg	80,00		0,0000	110,00	8.800,00
3	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTEBOL SETE LIVRE MASCULINO COM EQUIPE COMPOSTA POR 02 ÁRBITROS E 01 MESÁRIO.	jg	100,00		0,0000	136,66	13.666,00
4	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGO DE BOCHA 48 COM EQUIPE COMPOSTA POR 01 ÁRBITRO E 01 MESÁRIO.	jg	100,00		0,0000	30,00	3.000,00
5	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTEBOL DE CAMPO COM EQUIPE COMPOSTA POR 01 ÁRBITRO, 01 MESÁRIO E 02 BANDEIRINHAS.	jg	40,00		0,0000	280,00	11.200,00

**Total do Participante** —————→ 50.332,00

**Total Geral** —————→ 50.332,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>  CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 1/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 14/2016 Processo de Licitação: 14/2016 Data do Processo: 04/01/2016
Folha: 2/2	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 3 de Fevereiro de 2016

**COMISSÃO:**

Adriana de Cezaro Moresco	- ..... - Pregoeiro(a)
SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI	- ..... - SECRETARIA
KELLY CRISTINA RANZAN	- ..... - MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

SIDINEI DAL PIVA  
- ..... - Representante

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 023 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 023 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:  
01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 15/02/2016 à 15/03/2016.

Nome Cargo Referência  
Mareci Angelo Trento Motorista 03/06/2014 à 02/06/2015

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 03 de fevereiro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº. 024 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 024 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:  
01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 10/02/2016 à 10/03/2016.

Nome Cargo Referência  
Vinissius Belatto Motorista 09/07/2014 à 08/07/2015

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 04 de fevereiro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº. 025 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº. 025 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Edirleia Santetti, ocupante do Cargo de provimento em comissão de Assessora de Secretaria, por um período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do dia 04 de fevereiro de 2016 a 19 de março de 2016, ou pelo prazo que perdurar o auxílio doença, se este for menor, após submissão a perícia pelo INSS, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Parágrafo único: pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, a remuneração da servidora corre por conta do Erário municipal e, posteriormente, pela Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 04 de fevereiro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 026 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 026 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 80 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Adicional de Insalubridade a Servidora Pública Municipal, Sr.ª Beatris Bandeira, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, em virtude da prestação de seus serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 04 de Fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 26/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 26/2015  
EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 0540.1/2015

Objeto: REESTRUTURAÇÃO E REFORMA DE BANHEIROS E CHURRASQUEIRA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 791914/2013, ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa J. C. RODRIGUES DE FREITAS - ME

CNPJ: 14.035.035/0001-70

Vigência: 25/11/2015 à 30/03/2016

Correia Pinto/SC 25 de novembro de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 64/2014 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 64/2014  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO

Instrumento:

Contrato nº 0544/2014 PMCP, 0542/2014 FHMCP, 0543/2014 FMAS, 0545/2014 FMS, 0546/2014 FMEC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa GENTE SEGURADORA SA

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Vigência: 01/12/2015 a 31/12/2015.

Correia Pinto/SC 01 de dezembro de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal



# Corupá

## PREFEITURA

### ATO 014/CP/001/2015

ATO 014/CP/001/2015

CONVOCAÇÃO PROVAS PRÁTICAS – DIVULGA LOCAIS E HORÁRIOS

DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Instrutor de Música, Mecânico de Máquinas e Veículos, Merendeira, Motorista "C", Motorista "D", Operador de Escavadeira Hidráulica, Operador de Máquina I (motoniveladora), Operador de Máquina I (trator de esteira), Técnico em Processamento de Dados e Trabalhador Braçal, abaixo listados, para comparecerem no dia 14 de fevereiro de 2016, para realizarem a prova prática, nos seguintes locais e horários conforme cargo:

#### Auxiliar de Serviços Gerais | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Nº INSC	CANDIDATO	Turno	Fechamento Portão	Local
238499	Adriana Gessner Raimundo	Matutino	7h45	Escola Municipal de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira
258967	Bernadete Da Silva Philadelpho	Matutino	7h45	
237465	Denis Roger Goncalves Ribeiro	Matutino	7h45	
252700	Eliane Rosendo Padilha	Matutino	7h45	
246646	Emiliane Caetano Bortoncello Da Silva	Matutino	7h45	
255169	Geovana Carla Stipp	Matutino	7h45	
238215	Grasiane Nilsen Schepke	Matutino	7h45	
251443	Icrair Pereira	Matutino	7h45	
265383	Indiana Moraes De Almeida Pereira	Matutino	7h45	
238902	Ivo Melchert	Matutino	7h45	
242164	Jonatan Pablo Withoft	Matutino	7h45	Rua 25 de Julho nº 114 Bairro Seminário
247747	Jose Carlos Kiatkowski	Matutino	7h45	
250536	Josimare Alves Bueno	Matutino	7h45	
250948	Rosangela Aparecida Dos Santos	Matutino	7h45	
238809	Silvane Leitzke Daniel	Matutino	7h45	
				Corupá - SC

#### Instrutor de Música | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Turno	Fechamento Portão	Local
263168	Augusto Matheus Oliari	Vespertino	13h15	Escola Municipal de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira
253939	Dennis Da Silva Fernandes	Vespertino	13h15	
240536	Gabriel Engler	Vespertino	13h15	
246888	Pablo Emanuel Ferreira	Vespertino	13h15	Rua 25 de Julho nº 114 Bairro Seminário
253946	Paulo Henrique De Souza Costa Wolodozelik	Vespertino	13h15	
238867	Sheyla Cristiane Maciel Daniel	Vespertino	13h15	Corupá - SC
268189	Wagner Francisco Alfredo Correa	Vespertino	13h15	

#### Mecânico de Máquinas e Veículos | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Nº INSC	CANDIDATO	Turno	Fechamento Portão	Local
255658	Fridolin Sohn	Matutino	7h45	Secretaria de Obras/Infraestrutura Rua Francisco Mees, s/n Bairro XV de Novembro (Refeitório) Corupá - SC

#### Merendeira | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Nº INSC	CANDIDATO	Turno	Fechamento Portão	Local
---------	-----------	-------	-------------------	-------

236616	Angela Maria Da Silva	Matutino	10h00	Escola Municipal de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira  Rua 25 de Julho nº 114 Bairro Seminário  Corupá - SC
236638	Avanilda Moreira	Matutino	10h00	
238535	Camila Garcia Da Fonseca	Matutino	10h00	
250673	Carmen Lucia Da Silva	Matutino	10h00	
246669	Judlaine Catarina Dias	Matutino	10h00	
241336	Lindacir Aparecida Do Livramento Vicente	Matutino	10h00	
250599	Marines Salete Groli	Matutino	10h00	
256911	Nilse Felix Dos Santos	Matutino	10h00	
240606	Rizotele Caetano Da Silva	Matutino	10h00	
250559	Rosemari Pinheiro	Matutino	10h00	
255260	Silvana Da Rosa	Matutino	10h00	
257595	Silvana Pereira Pacheco	Matutino	10h00	
242273	Valdirene Langer Vosgerau	Matutino	10h00	
261646	Vilda Alves Ribeiro	Matutino	10h00	

## Motorista categoria "C" | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Nº INSC	CANDIDATO	Turno	Fechamento Portão	Local
255193	Adelson Gomes Ferreira	Matutino	7h45	Secretaria de Obras/Infraestrutura Rua Francisco Mees, s/n Bairro XV de Novembro (Refeitório)  Corupá - SC
249957	Anderson De Araujo	Matutino	7h45	
267218	Clodoaldo Carnaiba Dos Santos	Matutino	7h45	
260598	Delbrai Zickuhr Sievers	Matutino	7h45	
247556	Edil Carlos Dolzan	Matutino	7h45	
259903	Fernando Koenig	Matutino	7h45	
261243	Helio Kobczinski	Matutino	7h45	
255945	Jacinto Luiz Costa	Matutino	7h45	
268424	Julio Cezar Alves	Matutino	7h45	
260960	Lindomar Dos Santos Pires	Matutino	7h45	
257580	Marlon Saturnino Rodrigues	Matutino	7h45	
267974	Neri Heinzen	Matutino	7h45	
251341	Olisses Jantsch	Matutino	7h45	
246035	Renaldo Stammerjohann	Matutino	7h45	

## Motorista categoria "D" | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Nº INSC	CANDIDATO	Turno	Fechamento Portão	Local
---------	-----------	-------	-------------------	-------

256834	Adilson Dias	Matutino	7h45	Secretaria de Obras/Infraestrutura Rua Francisco Mees, s/n Bairro XV de Novembro (Refeitório) Corupá - SC
259644	Andre Vanor Pacheco	Matutino	7h45	
253151	Cesar Jose Dohopiat	Matutino	7h45	
246703	Cleber Rodrigo Dos Santos	Matutino	7h45	
256600	Cleiton Van Den Boom	Matutino	7h45	
256878	Clemente Artur Rovere Junior	Matutino	7h45	
258316	Cristiano Jose Bezerra	Matutino	7h45	
241484	Edson Junior Morozini	Matutino	7h45	
236659	Edson Nunes Ferreira	Matutino	7h45	
246916	Erverson Elicio Dalcoquio	Matutino	7h45	
248139	Fabio Dos Anjos	Matutino	7h45	
264176	Flavio Antonio Bueno De Freitas	Matutino	7h45	
250838	Franklin Linzmeyer	Matutino	7h45	
254919	Giovani Da Silva	Matutino	7h45	
257365	Jailson Bastos	Matutino	7h45	
259117	Joao Paulo Rodrigues	Matutino	7h45	
262594	Jose Alvir Kasteller	Matutino	7h45	
240342	Josevalnison Oliveira Dos Santos	Matutino	7h45	
267379	Leonel Pereira	Matutino	7h45	
264575	Marlos Ratico	Matutino	7h45	
268055	Rafael De Aguiar	Matutino	7h45	
245958	Silvionei Dzirukowski	Matutino	7h45	
256814	Valdecir Valdir Gunther	Matutino	7h45	
260226	Vanderlei Chermack	Matutino	7h45	
256115	Vanderlei Ludwinsky	Matutino	7h45	

## Operador de Escavadeira Hidráulica | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Nº INSC	CANDIDATO	Turno	Fechamento Portão	Local
260795	Carlos Rathunde	Matutino	7h45	Secretaria de Obras/Infraestrutura Rua Francisco Mees, s/n Bairro XV de Novembro (Refeitório) Corupá - SC
241017	Eurico Jose Dos Santos	Matutino	7h45	
236698	Fernando Garcia	Matutino	7h45	
265044	Jair Santos Hoefling	Matutino	7h45	
246116	Jonas Zeferino	Matutino	7h45	
239615	Maickel Fabiano Oliveira De Assis	Matutino	7h45	
240626	Marlo Marquardt	Matutino	7h45	
236958	Rafael Georg	Matutino	7h45	
252246	Tiago Roell	Matutino	7h45	

## Operador de Máquina I (motoniveladora) | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Nº INSC	CANDIDATO	Turno	Fechamento Portão	Local
266210	Alex Wagner Oliveira De Assis	Matutino	7h45	Secretaria de Obras/Infraestrutura Rua Francisco Mees, s/n Bairro XV de Novembro (Refeitório) Corupá - SC
238820	Emilio Alegre	Matutino	7h45	
240580	Jose Djonata Neumann	Matutino	7h45	
251963	Vanderlei Gomes	Matutino	7h45	

## Operador de Máquina I (trator de esteira) | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Nº INSC	CANDIDATO	Turno	Fechamento Portão	Local
238061	Adao Euclides	Matutino	7h45	Secretaria de Obras/Infraestrutura Rua Francisco Mees, s/n Bairro XV de Novembro (Refeitório) Corupá - SC
267943	Cleverton Felipe Sicora Ferreira	Matutino	7h45	

## Trabalhador Braçal | Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Nº INSC	CANDIDATO	Turno	Fechamento Portão	Local
260377	Elias Edegar Toni	Matutino	7h45	Secretaria de Obras/Infraestrutura Rua Francisco Mees, s/n Bairro XV de Novembro (Refeitório) Corupá - SC
251654	Jose Ricardo Linzmeyer	Matutino	7h45	

## Técnico em Processamento de Dados | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Turno	Fechamento Portão	Local
236813	Gilcimar Tamanini	Vespertino	13h15	Escola Municipal de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira Rua 25 de Julho nº 114 Bairro Seminário Corupá - SC
246074	Giovani Antonio Floriani	Vespertino	13h15	
255316	Leonardo Felipe Aguiar Poerner	Vespertino	13h15	

CORUPÁ, 12 de fevereiro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para registro de preços destinados a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, JUNTA MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, SECRETARIA DA AGRICULTURA, POLICIA CIVIL, MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 03/03/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 04/03/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 21 de Janeiro de 2016.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 33/2016

ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 33/2016

O Município de Curitibanos, através de sua autoridade competente entende por ANULAR na sua totalidade o Edital de Concorrência nº 33/2016, que tem como objeto a CONCORRÊNCIA PARA DOAÇÃO DE TERRENO PARA EMPRESA NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, UMA ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NA SC 451, BAIRRO SÃO FRANCISCO, COM OBJETIVO DE INCENTIVO E ESTÍMULO À INSTALAÇÃO DE EMPRESA DISTRIBUIDORA, CONFORME PARECER DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, LEI Nº 4.998/2013 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO. Fica considerado anulado a Concorrência nº 33/2016 por interesse administrativo, conforme art. 49 da Lei nº 8.666/93.

Curitibanos, 12 de Fevereiro de 2016.

De acordo,

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 33/2016

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 33/2016

#### 1 - PREÂMBULO

O Município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Permanente de Licitações, com a devida autorização do Prefeito Municipal, Sr. José Antonio Guidi, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Municipal nº 4.998/2013, cujo projeto é anexado ao presente edital, e legislações aplicáveis, torna público, a quem interessar possa, que fará realizar licitação, na modalidade de Concorrência para a doação de área de terras, com encargos e cláusula de reversão, conforme especificação no objeto deste edital, tipo maior oferta previsto no inciso IV, do § 10, do art. 45, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que para a participação dos interessados haverá a necessidade de apresentação de projeto de empreendimento no Setor de Protocolo junto ao Paço Municipal, localizado na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, neste município, até as 14:00 horas do dia 01 de Abril de 2016, em conformidade com o edital. Para os interessados que tiverem seus projetos aprovados, o recebimento dos envelopes de habilitação e de propostas, ocorrerá as 13:30 horas do dia 08 de Abril de 2016, no Setor de Protocolo junto ao Paço Municipal, localizado na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, neste município, e a abertura da sessão às 14:00 horas do dia 08 de Abril de 2016. A cópia do Edital com seus anexos poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, no endereço acima citado, das 13:00 às 19:00, ou pelo endereço [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas por meio do telefone (49) 3245-7200, durante o horário de expediente acima referido.

Curitibanos, 11 de Fevereiro de 2016.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 07/03/2016, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 07/03/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel.



Vidal Ramos, 860 no horário de expediente(13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 11 de Fevereiro de 2016.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

## **JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2016**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2016

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa AUTO MECÂNICA GERAL LTDA., com o valor total de R\$ 887,83 (Oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DOS 90.000 KM DA VIATURA CHEVROLET S10 PLACAS MLU 9556, EM USO DA POLICIA MILITAR AMBIENTAL DE CURITIBANOS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA ANEXAS.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – “para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII, da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 11 de fevereiro de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto  
Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa  
Membro

### **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 11 de fevereiro de 2016.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

### **AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 11 de fevereiro de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 018/2016. Objeto: Aquisição de Materiais de Expediente e Alimentos para Secretaria de Educação do Município. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 25/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 12/02/2016

Altair Rittes - - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 007/2016. Objeto: Aquisição de suplemento alimentar para o Hospital Municipal Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 25/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 12/02/2016

Bruna Dalo - - Coordenadora HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 019/2016. Objeto: Aquisição de Materiais de elétricos e prestação de serviços elétricos para manutenção da iluminação pública do Município. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 25/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 12/02/2016

Altair Rittes - - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 008/2016. Objeto: Aquisição de materiais gráficos para o Hospital Municipal Entrega da documentação e propostas até as 15:30 horas do dia 25/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 12/02/2016

Bruna Dalo - - Coordenadora HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 012/2016. Objeto: Aquisição de alimentos, materiais de Higiene e limpeza, utensílios e materiais para artesanato do Fundo Municipal de Saúde Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 26/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 12/02/2016

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 020/2016. Objeto: Aquisição de cadernos pedagógicos e jornais impresso para a Secretaria de Educação do Município. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 26/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 12/02/2016

Altair Rittes - - Prefeito Municipal

### RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 041/2015 Modalidade: Pregão nº 004/2016, Objeto Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, materiais de expediente e gás de cozinha para o Hospital Municipal. Vencedores: Rosa e Rosa Cia Ltda. - Valor R\$ 15.272,62 - Olmiro Rosa dos Santos -ME - Valor R\$ 21.609,78 – Nilosul Ind. E Com. Ltda -EPP. - Valor R\$ 2.655,00 - Lotérica e Com. SL Ltda. - ME. - Valor R\$ 11.734,69 – Ladir Luiz Paulett – EI Valor R\$ 32.619,80 – Jackson Ubiratan Vargas-ME – Valor R\$ 3.749,55. - Dionísio Cerqueira 12/02/2016

Bruna Dalo – Coordenadora do HMDC

# Ermo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 032, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 032, de 02 de fevereiro de 2016.

Renova licença para tratar de interesses particulares a servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 89, da Lei Nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

#### RESOLVE:

Art. 1º Renovar a licença para tratar de interesses particulares concedida a Servidora KARINA FONTANA, através da Portaria Nº 016, de 03 de fevereiro de 2014, a partir de 01 de fevereiro de 2016 e seu término em 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 09/2016 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando o aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da alimentação do programa de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), durante o exercício de 2016., com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 09:00, hs do dia 25/02/2016 e abertura às 09:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:00 hs às 12:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

### DECRETO N.º 006, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO N.º 006, de 02 de fevereiro de 2016.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

#### DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais nos

dias 08 de fevereiro (segunda-feira) e 10 de fevereiro (quarta-feira de Cinzas), em virtude do feriado de 09/02/2016 (Carnaval).

Art. 2º Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho de seus servidores, para que os serviços não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 007, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 007, de 02 de fevereiro de 2016.

Estabelece o Horário Normal de Expediente da Prefeitura Municipal de Ermo e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62, inciso VIII e XI da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido a partir de 11 de fevereiro de 2016, horário normal de expediente nas repartições públicas da Administração Direta do Município de Ermo para funcionamento de 2ª (segunda-feira) à 6ª (sexta-feira), assim acordado:

PERÍODO MATUTINO: das 07:30 às 11:30 horas;

PERÍODO VESPERTINO: das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social permanecerá com horário definido no Decreto 055, de 13 de setembro de 2013, das 07:00 às 19:00 horas.

Art. 3º Fica Revogado o Decreto nº 044, de 29 de setembro de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de fevereiro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 008 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 008 de 05 de fevereiro de 2016.

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Processo Seletivo Público e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo Público, integrada pelos(as) Srs(as) Lélis Helena Leonardo, Murialdo Murilo Inácio, Márcia Maria da Silva para sob a presidência do primeiro, supervisionar a execução do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes nas Secretarias Municipais da Administração Direta do Município de Ermo.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo contratará empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Processo Seletivo Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de fevereiro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO Nº. 30/2016

ATA DE JULGAMENTO

Processo Licitatório Nº. 30/2016

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 03/2016

As 10:00 horas do dia 12 de fevereiro de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 152/2015 para analisar recurso apresentado pela empresa A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME, sobre a decisão da comissão de licitação do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

A comissão de Licitação analisou o recurso apresentado pela empresa A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME, e resolveu acatar a decisão do parecer Jurídico em anexo, onde a comissão decidiu credenciar a empresa para participar da próxima fase do certame. Referente à questão levantada pela empresa SCS COMERCIO LTDA, sobre a condição de Atividade Econômica do Contrato Social das empresas MARLI FALKOSKI ME, GELSON LUIZ CARNIEL ME e LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME, onde somente consta Comercio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios – Mini Mercado, a comissão decidiu, solicitar as empresas uma Declaração assinada pelo proprietário e contador responsável pela empresa, que declara que a mesma pode fornecer o devido objeto do processo Licitatório. Ficando estipulado o prazo Maximo de 03 dias úteis para apresentação da presente declaração. Desde já fica marcado para o dia 19 de fevereiro de 2016 as 09:00 a abertura das propostas do processo Licitatório.

Findos os trabalhos a comissão encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão, aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis.

ADRIANO PEREIRA	DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREIBERGER
Membro da comissão	Presidente da comissão	Membro da comissão

De acordo:

### AVISO DE CHAMADA PUBLICA Nº. 02/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Chamada Publica

CHAMADA PUBLICA 02/2016

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE PARA O ANO DE 2016.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 11 de fevereiro de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras e licitações no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes da proposta de preço e documentos de habilitação no departamento de compras e licitações junto ao Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGERIO PERIN	DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO

### CONTRATO Nº. 012/2016

CONTRATO Nº. 012/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa LSW SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.614.299/0001-37, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº. 563 na cidade de São Carlos - SC, neste ato representada pela Sra. Liani Stoffel Wilbert, inscrita no CPF sob o nº 868.115.509-10, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Orgânica Municipal e Licitação nº. 27/2016 Modalidade de Tomada de Preço nº. 02/2016, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:



**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL COM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA COM ÁREA TOTAL DE 700,93m².

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
01	1,00	OBRA	SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL COM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA COM ÁREA TOTAL DE 700,93m².	R\$ 334.555,73

A empresa fica como responsável pela elaboração do projeto Estrutural e ART do projeto, tendo como prazo Máximo de 05 dias úteis para a apresentação do mesmo no setor de projetos do município para análise, sob pena de rescisão de contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS****I – DO PREÇO:**

O valor total do contrato é de R\$ 334.555,73 (Trezentos e trinta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos).

**II – DA FORMA DE PAGAMENTO:**

2.1 – Os pagamentos serão efetuados conforme observada a execução do cronograma físico-financeiro da obra e de acordo com a medição previamente realizada pelo Município.

2.2 – Para efeito de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização do município em cada item;

2.3 – O pagamento será efetuado pelo departamento de tesouraria desta municipalidade mediante recebimento da nota fiscal, apresentação da GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente;

2.4 – Será descontado no ato do pagamento o ISS devido pela prestação dos serviços;

2.5 – As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto do presente contrato correrão por conta do orçamento municipal, na seguinte rubrica contábil:

223340003.1.001000 - MANUT. ATIV. DESENV. ECONOMICO/AREA INDUSTRIAL.

4.4.90.51.99. 0000 – Outras Obras e Instalações.

**III – DO REAJUSTAMENTO:**

O preço global apresentado pela empresa proponente não sofrerá reajuste.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato e prazo de execução da Obra será de 150 dias contados a partir da data da assinatura da Ordem de Serviço.

O prazo de vigência do contrato e prazo de execução da Obra não sofrera aditivo de prazo, no caso da empresa vencedora do processo Licitatório extrapolar os prazos impostos nesse Contrato, à mesma sofrera multas referente ao item 15 do edital do processo Licitatório 27/2015 e Clausula sétima deste contrato, e devera arcar com despesas de aluguel da empresa vencedora do processo Licitatório nº. 1940/2015 na modalidade de Concorrência – Concessão de uso nº. 01/2015, á se instalar no presente barracão.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA**

A empresa vencedora obriga-se a:

A – Assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que realizará, pelo fornecimento de materiais e mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebido;

B – Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais conforme estabelecidos neste edital;

C – Fornecer sempre que solicitado os comprovantes de pagamento de empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

D – Efetuar o pagamento das despesas referentes a taxas e registros em órgãos competentes, bem como cópias dos projetos necessários à obra;

E – Atender as requisições do Município prestando os serviços descrito por neste edital, nos preços constantes de sua proposta;

F – Não transferir a terceiros, quer através de subcontratação, cessão, locação ou qualquer forma de terceirização ou repasse total ou parcial dos serviços objeto deste procedimento licitatório;

G – Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

H – Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

I – Responsabilizar-se por encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a prestação dos serviços, bem como os demais tributos, especialmente ISS (5%), INSS (11%).

J – Obter todas as licenças e franquias para execução dos serviços propostos;

K – Efetuar o pagamento de todos os emolumentos e taxas necessárias, prescritas em lei, e observar os códigos de postura referentes aos serviços objeto do Edital;

L – Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

M – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

N – Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra de forma discriminada;

O – A execução das obras, objeto desta licitação, deverá ter acompanhamento diário, através do diário de obra, a ser adotado pela contratada, conforme modelo a ser disponibilizado pela licitante.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital, e Contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I – O contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicialmente ajustada.

II – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na prestação do serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 90 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês.

II – A multa prevista no item I será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item III, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

D – Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou

até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

I – Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO, mediante acordo escrito obedecido os limites legais permitidos.

II – Ocorrendo modificações e/ou alterações no objeto, a correspondente medição ou ajuste será efetuada no final do mês de sua respectiva execução.

III – Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este CONTRATO serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

IV – Os casos omissos neste Contrato serão dirimidos pela legislação pertinente à matéria, mormente a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da execução deste contrato fica eleito o foro da Comarca de Maravilha – SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilégio ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas (ou mais) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGERIO PERIN		LIANI STOFFEL WILBERT
Prefeito Municipal		Contratada

#### TESTEMUNHAS

LEANDRO NEUHAUS		DIOGO DE BEM
CPF: 015.634.579-03		CPF: 010.389.549-32

### EDITAL DE CHAMAMENTO 2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA ATUALIZAÇÃO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES, EDITAL Nº 001/2016.

Dispõe sobre o chamamento de interessados para promoverem o Registro Cadastral de Fornecedores para fins de participação em Licitação Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando as disposições do Art. 34, §§ 1º e 2º, Arts. 35, 36, §§ 1º e 2º e 37 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizadas pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994;

#### RESOLVE

I – Pelo presente edital de chamamento, ficam convocados os interessados em CONTRATAR JUNTO AO MUNICÍPIO, a promoverem o registro cadastral ou atualização dos existentes;

II – Os interessados em inscreverem-se no Cadastro de Habilitação, deverão apresentar a seguinte documentação:

- A – Habilitação Jurídica;
- B – Qualificação Técnica;
- C – Qualificação Econômico-Financeira;
- D – Regularidade Fiscal.

III – A documentação relativa a Habilitação Jurídica, conforme o caso, constituirá em:

- A – Cédula de Identidade;
- B – Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- C – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de

sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;  
D – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;  
E – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

IV – A documentação relativa à qualificação técnica, limitar-se-á a:

- A – Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- B – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o ramo da empresa;
- C – Comprovação da qualificação do responsável técnico pela empresa;
- D – Prova de atendimento de requisitos previstos em Lei especial, quando for o caso.

V – A documentação relativa à qualificação econômico-financeira, limitar-se-á a:

- A – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- B – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

VI – A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso consistirá em:

- A – Comprovante de regularidade para com o Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- B – Comprovante de regularidade para com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- C – Cópia do documento de Identidade;
- D – Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.);
- E – Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da empresa;
- F – Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa;
- G – Comprovante de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- H – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

VII – Os documentos necessários ao cadastro, poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou pelo Presidente da Comissão de Cadastro ou publicação no órgão de Imprensa Oficial.

VIII – Aos inscritos no Cadastro de Habilitação, será fornecido CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, que constará, necessariamente:

- A – Número do Certificado de Registro Cadastral;
- B – Prazo de validade;
- C – Razão Social;
- D – Denominação Comercial;
- E – Endereço Completo;
- F – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- G – Inscrição Estadual;
- H – Grupo de Qualificação Técnica;
- I – Grupo de Qualificação Econômica;
- J – Data da emissão do Certificado.

IX – O Certificado de Registro Cadastral será assinado pelo Presidente da Comissão de Registro Cadastral e mais dois membros.

X – O prazo de validade do cadastro é de 01 (um) ano, devendo o certificado ser renovado sempre que atualizarem o registro.

XI – No ato de renovação do cadastro, o interessado deverá apresentar a documentação solicitada neste Edital.

XII – A Comissão de Cadastro, após recebido e protocolado a documentação necessária para a inscrição, tem o prazo de até 10 (dez) dias úteis, para a emissão do Certificado de que trata o item VIII, se, atendidas todas as exigências necessárias.

XIII – Fica designada a seguinte Comissão de Registro Cadastral, designada pela Portaria nº. 152/2015, incumbida de proceder à análise da documentação e a expedição do Certificado de Registro Cadastral aos interessados:

Presidente: Diogo de Bem;

XIV – Sempre que necessário, e a qualquer tempo, poderá ser alterada a composição da comissão especial de que trata este item.

XV – Os casos omissos deste Edital serão solucionados pela comissão especial supracitada, aplicando necessariamente as normas contidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de junho de 1994.

Flor do Sertão – SC, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGERIO PERIN  
Prefeito Municipal

DIOGO DE BEM  
Presidente da Comissão

**PORTARIA N° 075/2016**

	PORTARIA N° 075/2016
	CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária PATRICIA DE FREITAS NORONHA, em caráter temporário e de excepcional interesse publico, no cargo de PROFESSORA COM LICENCIATURA ESPECIFICA, com carga horária de 40 horas semanal, a partir de 15/02/2016 a 22/12/2016, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio, conforme a lei do magistério.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA N° 076/2016**

	PORTARIA N° 076/2016
	CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária DELISA ENGEL, em caráter temporário e de excepcional interesse publico, no cargo de PROFESSORA COM LICENCIATURA ESPECIFICA, com carga horária de 20 horas semanal, a partir de 15/02/2016 a 22/12/2016, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio, conforme a lei do magistério.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA N° 080/2016**

	PORTARIA N° 080/2016
	CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária ELI ALVES DE OLIVEIRA WAGNER, em caráter temporário e de excepcional interesse publico, no cargo de PROFESSORA COM LICENCIATURA ESPECIFICA, com carga horária de 30 horas semanal, a partir de 15/02/2016 a 22/12/2016, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio, conforme a lei do magistério.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 081/2016

	PORTARIA Nº 081/2016
	CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária RAQUEL APARECIDA DE LIMA, em caráter temporário e de excepcional interesse publico, no cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FISICA, com carga horária de 40 horas semanal, a partir de 15/02/2016 a 22/12/2016, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio, conforme a lei do magistério.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 073/2016

	PORTARIA Nº 073/2016
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal MICHEL ESTEVÃO AVRELLA, ocupante do Cargo de Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente no período de 15/02/2016 a 15/03/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 074/2016

	PORTARIA Nº 074/2016
	INTERROMPE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO A LICENÇA SEM VENCIMENTOS concedida à servidora Municipal JANAINE POMATTI JUNGLAUS, concedida através da portaria nº 048/2014, retornando ao seu cargo de Professora de Inglês, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - A devida Interrupção foi solicitada pela própria servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 077/2016

	PORTARIA Nº 077/2016
	CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária LAURA MARIA ROGOSKI, em caráter temporário e de excepcional interesse publico, no cargo de PROFESSORA COM LICENCIATURA ESPECIFICA, com carga horária de 20 horas semanal, a partir de 15/02/2016 a 22/12/2016, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio, conforme a lei do magistério.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

#### PORTARIA Nº 078/2016

PORTARIA Nº 078/2016

CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária SANDRA BATISTA MACHADO MERLO, em caráter temporário e de excepcional interesse publico, no cargo de PROFESSORA COM LICENCIATURA ESPECIFICA, com carga horária de 40 horas semanal, a partir de 15/02/2016 a 22/12/2016, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio, conforme a lei do magistério.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

#### PORTARIA Nº 079/2016

PORTARIA Nº 079/2016

CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária ADRIANE DOPKE, em caráter temporário e de excepcional interesse publico, no cargo de PROFESSORA COM LICENCIATURA ESPECIFICA, com carga horária de 40 horas semanal, a partir de 15/02/2016 a 22/12/2016, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio, conforme a lei do magistério.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

#### PORTARIA Nº 082/2016

PORTARIA Nº 082/2016

CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária MICHELI CRISTINA ZAMBIASI, em caráter temporário e de excepcional interesse publico, no cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FISICA, com carga horária de 20 horas semanal, a partir de 15/02/2016 a 22/12/2016, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio, conforme a lei do magistério.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

#### PORTARIA Nº 083/2016

PORTARIA Nº 083/2016

CONTRATA PROFESSOR ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADO o Funcionário CLÉVIO OSVALDO PEREIRA, em caráter temporário e de excepcional interesse publico, no cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA, com carga horária de 20 horas semanal, a partir de 15/02/2016 a 22/12/2016, conforme classificação, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio, conforme a lei do magistério.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2016

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 01/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA GERAL DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL DRA. ZILDA ARNS NEUMANN COM ÁREA DE 960,00 M², NO BAIRRO VILA LOURDES, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às sete horas do dia quinze do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2016. Aberto os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 01 e nº. 02. Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 – Da Proposta de Preço das licitantes CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP, CONSTRUTORA NUNES LTDA e CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, conforme habilitação já estabelecida, para as 11:00 horas do dia 16 de fevereiro de 2016, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). As empresas habilitadas serão comunicadas por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 15 de fevereiro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI RENATA PEREIRA TAINARA REDIVO

Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

### ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/PMF/2016

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 04/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM NA RUA DA LIBERDADE (EXTENSÃO DE 173,87 METROS) E NA RUA RUI BARBOSA (EXTENSÃO DE 244,16 METROS), LOCALIZADAS NO BAIRRO CIDADE ALTA, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME OFÍCIO Nº. 541/2015 EMITIDO PELA SECRETARIA EXECUTIVA DE SUPERVISÃO DE RECURSOS DESVINCULADOS DO

ESTADO DE SANTA CATARINA E PROGRAMA TRANSFERÊNCIA Nº. 2015004656 PUBLICADO NO SIGEF.

Às nove horas do dia doze do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/PMF/2016. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 01. Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 – Da Proposta de Preço das licitantes CONSTRUTORA NUNES LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES SA e BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, conforme habilitação já estabelecida, para as 09:00 horas do dia 16 de fevereiro de 2016, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). As empresas habilitadas serão comunicadas por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 12 de fevereiro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI RENATA PEREIRA TAINARA REDIVO

Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/FMA/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 01/FMA/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de implementos agrícolas (carreta distribuidora de fertilizantes e scraper adaptável a trator agrícola), para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de Forquilha/SC, conforme proposta nº 16206/2016 da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma junto ao Município de Forquilha, cadastrada no SIGEF/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de março de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha, 12 de fevereiro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/PMF/2016;**

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 20/PMF/2016;  
OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), necessários para o atendimento aos colaboradores do Município de Forquilha/SC, por meio das diversas secretarias, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de fevereiro de 2016 às 09:00 horas.  
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 12 de fevereiro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

**EXTRATO DE CONTRATO FMS 02/2016**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 02/2016  
CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRADADO – IND. E COM. DE LATICÍNIOS VENEZA LTDA ME  
DO OBJETO – contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de "gêneros alimentícios", através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades da secretaria de saúde (CAPS) do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.565,60 (hum mil quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO – 1701.2051.3390 (29).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 190/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 06 de janeiro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/PMF/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 03/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ADÃO MARIANA

OBJETO – locação de terreno, situado na Rua Imigrantes Italianos, bairro Sanga do Engenho, que será utilizado para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano de Forquilha/SC.

VALOR – O Locador pagará ao Locatário o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) por mês, perfazendo o valor global de R\$ 10.560,00 (dez mil quinhentos e sessenta reais), que não sofrerá reajuste contratual.

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO – 0701.2032.3390 (118)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 201/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 05 de janeiro de 2016  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO PMF 07/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 07/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – IND. E COM. DE LATICÍNIOS VENEZA LTDA ME

OBJETO – contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de "gêneros alimentícios", através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades de diversas secretarias e órgãos do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 26.158,30 (vinte e seis mil cento e cinquenta e oito reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2016.

DOTAÇÃO – 0401.2011.3390 (31), 1101.2037.3390 (176), 1301.2046.3390 (203), 1301.4028.3390 (211).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 190/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 06 de janeiro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO PMF 15/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 15/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – EUCLIDES FABRIS

OBJETO – locação de terreno, situado na Rua Imigrantes Italianos, bairro Sanga do Engenho, que será utilizado para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 9.680,00 (nove mil seiscentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA – 01/02/2016 à 31/12/2016

DOTAÇÃO – 0701.2010.3390 (118)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 13/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 29 de janeiro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DE CONTRATO PMF 18/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 18/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JORGE RODRIGUES MAT. DE CONST. EPP

OBJETO – aquisição de materiais para fabricação e assentamento de lajotas, por meio da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 59.920,00 (cinquenta e nove mil novecentos e vinte reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO – 0701.2032.3390 (118)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 06/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 29 de janeiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONVÊNIO PMF 04/2016**

EXTRATO DO CONVÊNIO PMF Nº 04/2016

CONVENENTES - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA e SOCIEDADE LITERARIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO

OBJETO – Constitui objeto deste convênio o repasse de R\$ 26.160,00 (vinte e seis mil cento e sessenta reais), destinados a concessão de bolsas de estudos aos alunos do ensino médio, residentes em Forquilha.

VIGÊNCIA – Até 31/12/2016.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei nº 2.147 de 02/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA – Dotação orçamentária vigente.

DATA DA ASSINATURA – 27 de janeiro 2016.

SIGNATÁRIOS – VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal e ANA MARIA DAL TOÉ pela SOCIEDADE LITERARIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO.

VANDERLEI ALEXANDRE  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONVÊNIO PMF 05/2016**

EXTRATO DO CONVÊNIO PMF Nº 05/2016

CONVENENTES – MUNICIPIO DE FORQUILHINHA e SOCIEDADE LITERÁRIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO mantenedora do COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA

OBJETO – O presente Convênio tem por objeto o implemento de ação conjunta entre as partes para atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – à criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-lingüísticos e sociais, mediante repasse de recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com base no número de alunos informados no

Censo Escolar da Educação Infantil de 2014, conforme Lei Federal nº 11.494/2007 e Decreto Federal nº 6.253/2007, art. 116 da Lei 8.666/93, Lei 9394/1996 e Lei Municipal 1.747/2011 no valor de até R\$ 312.649,80 (trezentos e doze mil seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos), referente ao exercício vigente, que poderá ser de forma parcelada, conforme estabelecido no Plano de Trabalho e CLÁUSULA SEXTA deste Convênio.

VIGÊNCIA – até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA – 01 de fevereiro de 2016.

SIGNATÁRIOS – VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal e ANA MARIA DAL TOÉ pela Instituição.

VANDERLEI ALEXANDRE  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03/PMF/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 03/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 131/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CONFER – CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO – Prestação de serviços de pavimentação asfáltica da Rodovia Jacob Westrup, extensão de 2.500 metros (estaca 68 + 020 até estaca 70 + 520) no Município de Forquilha/SC, conforme Convênio nº. 2014TR002540 firmado junto ao Estado de Santa Catarina.

DO VALOR – Fica acrescido o valor de R\$ 64.596,74 (sessenta e quatro mil quinhentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 25 de janeiro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 65/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 65/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 56/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – ROGILDO BORDIGNON

DO OBJETO – Locação de terreno situado no Município de Forquilha, sito em Rio Cedro, Rodovia 108. Com área total de 250.000m², e as seguintes confrontações: sul com o Rio Cedro, Norte com terras de Vitorio Sachetti, leste com terras de Gerson Dagostin e ao Oeste com terras de José Colombo. Matrícula nº 22.848, para extração de cascalho nesta propriedade.

DO PRAZO: A prorrogação do prazo de vigência do contrato 56/PMF/2015 de 31/07/2015 para 31/12/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 30 de julho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### **AVISO DE REPUBLICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0007A/2016**

Aviso de Republicação – Tomada de Preços nº 0007A/2016 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 0007A/2016 – PMF  
PAL 0031/2016 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução do sistema preventivo de incêndio (para-raio), para instalação no Centro de Convivência Flor de Maçã, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 03.03.2016. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) sem ônus.

Fraiburgo(SC), 12 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2016-PMF**

Aviso de Pregão Presencial Nº 0015/2016 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de sonorização mecânica, para encontros semanais do grupo de convivência da terceira idade, realizados no Centro de Convivência da Melhor Idade "Flor de Maçã", no período de março a dezembro de 2016: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 29.02.2016. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 12 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

### **PORTARIA Nº 0363/2016**

PORTARIA Nº 0363, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 018/2016, da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CAROLINA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 081.789.629-50, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 0364/2016**

PORTARIA Nº 0364, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor LUCAS BERTAIOLLI ANDRADE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 080.538.299-29, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 0365/2016**

PORTARIA Nº 0365, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUCAS BERTAIOLLI ANDRADE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 080.538.299-29, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0366/2016**

PORTARIA Nº 0366, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0001 de 04 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DANIELE DE FATIMA FRANCESCHI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 094.861.799-30, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de fevereiro de 2016 até 14 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0367/2016**

PORTARIA Nº 0367, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de VANESSA MATTGE FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 099.927.629-85, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0368/2016**

PORTARIA Nº 0368, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0254/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE DE SOUZA, brasileiro(a),

solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 049.739.349-25, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 29 de fevereiro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0369/2016**

PORTARIA Nº 0369, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 00251/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar o servidor ADRIANO PEDRO DA CUNHA, brasileiro, convivente em união estável, inscrito no CPF sob o nº. 932.248.859-04, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0370/2016**

PORTARIA Nº 0370, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0252/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ADRIANO PEDRO DA CUNHA, brasileiro, convivente em união estável, inscrito no CPF sob o nº 932.248.859-04, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PRESTAÇÃO DE CONTAS PMF 100.000,00 26-01****ANEXO IV****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

**ANEXO TC 28****BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
ORDENADOR DA DESPESA: NILCE PINZ				
ENTIDADE BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA			CNPJ: 17.757.127/0001-52	
ENDEREÇO: AV. JOÃO MARQUES VIEIRA , 975			CEP: 89.580-000	
RESPONSÁVEL: FLÁVIO JOSÉ MARTINS			CPF: 133.199.739-91	
Nota de Empenho:	131	Data: 20/01/2016	Valor Total:	1.804.260,00
Ordem de pagamento:	23	Data: 26/01/2016	Valor:	100.000,00
Projeto Atividade:	2022			
Item/Fonte: 10.3.3.50.41.99.00.00.00				
Histórico da Finalidade: Transferência voluntária de recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde e atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense no exercício de 2016, conforme TACV15PMF0007.				
Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA			
	26/1/2016	REPASSE DA PREFEITURA	100.000,00	
		RECURSOS PRÓPRIOS	36,75	
NF 000281	1/2/2016	J & F Análises Clínicas e Ambientais Ltda - ME		1.500,00
NF 000282	1/2/2016	J & F Análises Clínicas e Ambientais Ltda - ME		3.227,04
NF 000021	1/2/2016	Raimundo Adão Savian - ME		1.750,00
NF 000576	28/1/2016	Clínica Médica Gomes e Fontinele S/S		2.393,18
Guia Unificada	29/1/2016	Prefeitura Municipal de Fraiburgo - ISS		3.736,41
RFIE5230	1/2/2016	Hemocentro Regional de Joaçaba - Hemosc		2.179,36
NF 008862	29/1/2016	OGM Comércio de Produtos Hospitalares		1.065,29
NF 170584	29/1/2016	Cooperativa Central de Cooperativas Unimed RS		1.080,90
NF 148311	28/1/2016	MCW Produtos Médicos e Hospitalares		697,91
NF 150065	29/1/2016	MCW Produtos Médicos e Hospitalares		515,07
NF 078525	28/1/2016	Cirúrgica Santa Cruz Com. De Produtos Hospitalares		760,09
NF 077326	28/1/2016	Cirúrgica Santa Cruz Com. De Produtos Hospitalares		612,58
NF 612604	29/1/2016	Genésio Antônio Mendes & Cia Ltda		347,66
NF 735096	29/1/2016	Genésio Antônio Mendes & Cia Ltda		898,12
NF 758040	29/1/2016	Genésio Antônio Mendes & Cia Ltda		507,15
NF 067838	28/1/2016	A. G. Kienen e Cia Ltda - Promedic		575,37
NF 045685	29/1/2016	Friguzzi Tangará Ltda		437,73
NF 091974	28/1/2016	Luiz Carlos Dalle Cort ME - Tirol		40,80
NF 000816	28/1/2016	Triunfo Industria e Comercio de Aço Ltda		500,00
NF 003125	29/1/2016	Servioeste Serviços e Transporte Ltda - ME		500,88
NF 000619	28/1/2016	R27 Comércio e Prestação de Serviços de Informática Ltda		1.725,48

NF 000793	29/1/2016	G.N Recargas de Cartuchos ME		620,40
NF 063212	29/1/2016	Rio Verde Construção Ltda		441,96
NF 004709	29/1/2016	Supermercados Zornitta Ltda - Filial 4		477,81
NF 004762	28/1/2016	Supermercados Zornitta Ltda - Filial 4		195,73
NF 004769	29/1/2016	Supermercados Zornitta Ltda - Filial 4		743,94
Termo	29/1/2016	Rescisão de Contrato de Trabalho - Ana Cláudia Brandt		4.663,05
Termo	29/1/2016	Rescisão de Contrato de Trabalho - Grasiela Cornelli		16.402,40
GRF	29/1/2016	Guia de Recolhimento do FGTS		22.661,98
GRRF	29/1/2016	Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS		6.441,28
GPS	29/1/2016	Parcelamento INSS		5.761,70
Férias	1/2/2016	Cleberson Castanho		2.670,70
Férias	1/2/2016	Dirceu Job Calgaro		3.907,89
Férias	1/2/2016	Luan Carlo Vicente		2.218,44
Férias	1/2/2016	Márcio Cruz		2.112,58
NF 000042	1/2/2016	Doctor Móvel Serviços Medicos Eireli - ME		162,00
NF 000018	1/2/2016	Nelzi Ferreira de Queiroz Junior		61,15
NF 000019	1/2/2016	Nelzi Ferreira de Queiroz Junior		64,48
NF 000020	1/2/2016	Nelzi Ferreira de Queiroz Junior		1.073,46
NF 002984	1/2/2016	Morgana Chmiel		1.140,00
NF 042874	1/2/2016	Olimed Material Hospitalar Ltda		498,76
NF 100293	1/2/2016	Hospitália Cirúrgica Catarinense Ltda		592,80
NF 067610	1/2/2016	A. G. Kienen e Cia Ltda - Promedic		506,23
NF 008917	1/2/2016	OGM Comércio de Produtos Hospitalares		631,70
GRCSU	1/2/2016	Guia de Recolhimento da Cont. Sindical Urbana - Fehoesc		184,25
NF 079614	1/2/2016	Cirúrgica Santa Cruz Com. De Produtos Hospitalares		530,48
NF 092137	1/2/2016	Luiz Carlos Dalle Cort ME - Tirol		220,56
			<b>100.036,75</b>	<b>100.036,75</b>

\_\_\_\_\_  
Cristiano Tessari - Responsável

\_\_\_\_\_  
Flávio José Martins - Presidente AFSC

Fraiburgo (SC), 03 de fevereiro de 2016.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS PMF 245.000,00**

## ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO TC 28

## BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
ORDENADOR DA DESPESA: NILCE PINZ				
ENTIDADE BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA			CNPJ: 17.757.127/0001-52	
ENDEREÇO: AV. JOÃO MARQUES VIEIRA , 975			CEP: 89.580-000	
RESPONSÁVEL: FLÁVIO JOSÉ MARTINS			CPF: 133.199.739-91	
Nota de Empenho:	131	Data: 20/01/2016	Valor Total:	1.804.260,00
Ordem de pagamento:	14	Data: 21/01/2016	Valor:	245.000,00
Projeto Atividade:	2022			
Item/Fonte: 10.3.3.50.41.99.00.00.00				
Histórico da Finalidade: Transferênica voluntária de recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde e atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense no exercício de 2016, conforme TACV15PMF0007.				
Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENT O	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA			
	21/1/2016	REPASSE DA PREFEITURA	245.000,00	
		RECURSOS PRÓPRIOS	1.312,07	
NF 000041	21/1/2016	Antoniolo & Debarba Soluções Médicas Ltda - ME		49,94
NF 000042	21/1/2016	Antoniolo & Debarba Soluções Médicas Ltda - ME		626,30
NF 000014	21/1/2016	Nelzi Ferreira de Queiroz Junior		6.282,54
NF 000015	21/1/2016	Nelzi Ferreira de Queiroz Junior		462,95
NF 000054	21/10/2016	Calixto Mainardes Serviços Médicos e Hosp. Eireli - ME		209,86
NF 000056	21/10/2016	Calixto Mainardes Serviços Médicos e Hosp. Eireli - ME		1.111,09
NF 000057	21/10/2016	Calixto Mainardes Serviços Médicos e Hosp. Eireli - ME		8.229,76
NF 000058	21/10/2016	Calixto Mainardes Serviços Médicos e Hosp. Eireli - ME		34,40
NF 000020	21/10/2016	Fusatto & Xavier S/S		1.561,45
NF 000235	21/10/2016	Gaya - Ortopedia e Traumatologia Eireli - ME		9.173,51
NF 000236	21/10/2016	Gaya - Ortopedia e Traumatologia Eireli - ME		2.002,16
NF 000033	21/10/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup. S/S Ltda - ME		83,23
NF 000034	21/10/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup. S/S Ltda - ME		89,10
NF 000035	21/10/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup. S/S Ltda - ME		1.576,25
NF 000036	21/10/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup. S/S Ltda - ME		2.792,05
NF 000037	21/10/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup. S/S Ltda - ME		5.349,45
NF 000142	21/10/2016	Medimaciel Serviços Médicos S/S Ltda - ME		1.049,95
NF 000143	21/10/2016	Medimaciel Serviços Médicos S/S Ltda - ME		389,95
NF 000144	21/10/2016	Medimaciel Serviços Médicos S/S Ltda - ME		98,83
NF 000145	21/10/2016	Medimaciel Serviços Médicos S/S Ltda - ME		1.595,45
NF 000146	21/10/2016	Medimaciel Serviços Médicos S/S Ltda - ME		51,62
NF 000149	21/10/2016	Medimaciel Serviços Médicos S/S Ltda - ME		3.209,67
NF 000047	21/10/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		27.164,65



NF 000048	21/10/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		2.112,55
NF 000049	21/10/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		3.497,89
NF 000050	21/10/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		163,13
NF 000051	21/10/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		156,95
NF 000052	21/10/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		2.852,30
NF 000053	21/10/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		480,85
NF 000031	21/10/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		5.855,43
NF 000032	21/10/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		4.592,50
NF 000033	21/10/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		22.512,43
NF 000034	21/10/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		86,73
NF 000035	21/10/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		465,21
NF 000036	21/10/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		158,76
NF 000037	21/10/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		99,20
NF 000038	21/10/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		4.157,47
NF 000040	21/10/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		9.166,63
NF 000010	21/10/2016	Clínica Médica Bordin Calegari Ltda - ME		32,94
NF 000011	21/10/2016	Clínica Médica Bordin Calegari Ltda - ME		5.498,68
NF 000012	21/10/2016	Clínica Médica Bordin Calegari Ltda - ME		127,00
NF 000020	21/10/2016	Thadani Serviços Médicos e Hospitalares Eireli		9.405,44
NF 000021	21/10/2016	Thadani Serviços Médicos e Hospitalares Eireli		413,14
NF 000022	21/10/2016	Thadani Serviços Médicos e Hospitalares Eireli		1.205,01
NF 000023	21/10/2016	Serviços Médicos Kurita Eireli - ME		168,95
NF 000024	21/10/2016	Serviços Médicos Kurita Eireli - ME		6.369,48
NF 000025	21/10/2016	Serviços Médicos Kurita Eireli - ME		4.113,89
NF 000128	21/10/2016	Master Clinic Serviços Médicos S/S		1.788,73
NF 000129	21/10/2016	Master Clinic Serviços Médicos S/S		2.537,34
NF 000358	21/10/2016	Clínica Médica Sant Ana SC Ltda		649,53
NF 000359	21/10/2016	Clínica Médica Sant Ana SC Ltda		3.141,27
NF 000360	21/10/2016	Clínica Médica Sant Ana SC Ltda		57,82
NF 000361	21/10/2016	Clínica Médica Sant Ana SC Ltda		32,63
NF 000362	21/10/2016	Clínica Médica Sant Ana SC Ltda		207,46
NF 000040	21/1/2016	Equipamentos Médicos Dantas Ltda - ME		5.915,00
NF 000090	21/1/2016	Reabilitar - Clínica de Fisioterapia e Reabilitação Ltda		600,00
NF 000155	21/1/2016	Diagmax Joaçaba Clínica Médica Ltda		27.261,42
NF 000025	21/1/2016	Pontes & Vidigal Serviços Médicos Ltda		1.447,59
NF 000024	21/1/2016	Pontes & Vidigal Serviços Médicos Ltda		3.820,04
NF 007112	22/1/2016	Cláudio de Oliveira		3.224,92
FGTS	21/1/2016	GRRF - Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS		2.620,40
NF 25008	21/1/2016	Biometa Com. Equipamentos Médicos e Hospitalares Ltda		2.200,00
NF 000147	21/1/2016	AD Análises Clínicas Ltda - ME		6.213,96
NF 000148	21/1/2016	AD Análises Clínicas Ltda - ME		1.500,00
NF 000149	21/1/2016	AD Análises Clínicas Ltda - ME		1.500,00
NF 000157	21/1/2016	AD Análises Clínicas Ltda - ME		8.211,49
NF 000263	21/1/2016	J & F Análises Clínicas e Ambientais Ltda - ME		1.500,00

NF 000264	21/1/2016	J & F Análises Clínicas e Ambientais Ltda - ME	2.094,93
NF 078686	22/1/2016	Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares Ltda (Tabelionato de Notas e Protesto de Fraiburgo)	521,08
NF 077326	22/1/2016	Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares Ltda (Tabelionato de Notas e Protesto de Fraiburgo)	669,32
NF 169184	22/1/2016	Cooperativa Central de Cooperativas Unimed RS Ltda	765,09
NF 1021944	22/1/2016	Sancapel Soluções para Higiene Profissional	903,44
NF 061136	22/1/2016	Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda	1.257,65
NF 12735096	22/1/2016	Genésio A. Mendes & Cia Ltda	894,55
NF 12735096	22/1/2016	Genésio A. Mendes & Cia Ltda	894,54
NF 308505	22/1/2016	Jomhedica Norte Produtos Medico Hospitalares Ltda	170,00
NF 051340	22/1/2016	IBF Ind. Brasileira de Filmes S/A	850,00
NF 886201	22/1/2016	OGM Comércio de Produtos Hospitalares	1.075,16
NF 879102	22/1/2016	OGM Comércio de Produtos Hospitalares	469,67
NF 040974	22/1/2016	Controller Comércio e Serviços Ltda	1.010,21
NF 8076280003	25/1/2016	Eurofarma Laboratórios Ltda	483,05
NF 067838	25/1/2016	A G Kienen Cia Ltda	576,51
NF 091860	28/1/2016	Luiz Carlos Dalle Cort ME	144,55
Guia	29/1/2016	Taxa de Fiscalização, Localização, Inst. E Funcionamento	2.216,00
TOTAL GERAL			246.312,07

---

 Cristiano Tessari - Responsável

---

 Flávio José Martins - Presidente AFSC

Fraiburgo (SC), 29 de janeiro de 2016.

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE060/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 060/2015

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de órteses simples ou pré fabricadas e meios Auxiliares de locomoção para uso da Secretaria de Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 25/02/2016. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 25/02/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 12 de fevereiro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

# Garuva

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 19/2016**

PORTARIA Nº. 019, de 11 de fevereiro de 2016

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, Processo nº 504/2016;

CONSIDERANDO, Ofício nº 010/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

**RESOLVE:**

ART. 1o. – Alterar a carga horária mensal de 165 horas para 220 horas da servidora JACQUELINE HENSCHER MATSUMOTO, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 11 de fevereiro de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016 CARGO ARTE EDUCADOR DANÇA

		CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016						
		CARGO ARTE EDUCADOR DANÇA						
COLOCAÇÃO	Nº INSC.	NOME	SEMESTRE EM CURSO	CURSO	TÍTULO	TOTAL	DATA DE NASCIMENTO	OBSERVAÇÕES
	59	Marina Andréia Seidel		0	0	0	17/7/1972	Indeferido
	79	Susalin de Vargas Torresani		0	0	0	12/6/1987	Indeferido

### CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016 CARGO CORDENADOR PEDAGOGICO

		CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016						
		CARGO CORDENADOR PEDAGOGICO						
COLOCAÇÃO	Nº INSC.	NOME	SEMESTRE EM CURSO	CURSO	TÍTULO	TOTAL	DATA DE NASCIMENTO	OBSERVAÇÕES
1º	15	Sonia Arriete dos Santos Reis	Graduada	4	8	12	8/8/1945	Deferido
2º	30	Lídia Regina Demmer Schramm	Graduada	4	8	12	1/1/1952	Deferido
3º	36	Sandra Luiza Wanzuit	Graduada	4	8	12	17/8/1961	Deferido
4º	47	Altair de Souza	Graduada	4	8	12	12/2/1964	Deferido
5º	19	Denise Pais	Graduada	4	8	12	18/11/1967	Deferido
6º	18	Simone Chiminelli	Graduada	4	8	12	23/3/1971	Deferido
7º	8	Sandra Mara Zendron Lopes Fortes	Graduada	4	8	12	2/4/1971	Deferido
8º	9	Lucia Margarida Goedert	Graduada	2	8	10	17/10/1959	Deferido
9º	24	Eliane Hoepers Alves	Graduada	2	8	10	3/11/1975	Deferido
10º	60	Claudia Montibeller	Graduada	1	9	10	15/8/1979	Deferido
11º	7	Adreia Lidia Schramm	Graduada	0	8	8	3/2/1968	Deferido
12º	1	Andréia Ferreira Zunino	Graduada		8	8	12/8/1972	Deferido
13º	72	Renata Vianna Brizolara	Graduada	4	0	4	24/4/1981	Deferido
14º	75	Maria Iara Oliveira da Silva	Graduada	2	0	2	24/10/1954	Deferido
15º	41	Jerusa da Costa	Graduada	0	0	0	26/11/1985	Deferido
16º	83	Elaine Lucia Kercher	Graduada	0	0	0	24/4/1994	Deferido
	32	Maura Corrêa Montanari	Graduada	0	0	0	12/10/1962	Indeferido

### CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016 CARGO PROFESSOR DE SUPORTE PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

		CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016							
		CARGO PROFESSOR DE SUPORTE PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL							
Pós Graduação									
COLOCAÇÃO	Nº INSC.	NOME	SEMESTRE EM CURSO	CURSO	TÍTULO	TOTAL	DATA DE NASCIMENTO	OBSERVAÇÕES	
1º	31	Adriani Muhl Parizotto		2	8	10	23/11/1979	Deferido	
2º	38	Maria Teresa Medeiros		0	8	8	25/10/1955	Deferido	



3º	29	Jucilene Reinert Peixer		0	8	8	24/12/1976	Deferido
4º	10	Roseleide Theiss		4	0	4	1/10/1972	Deferido
5º	37	Roseli Soares da Silva		4	0	4	5/10/1977	Deferido
6º	43	Círia Cristina Amarro		4	0	4	27/9/1979	Deferido
7º	5	Carla Vieira		4	0	4	6/9/1985	Deferido
8º	33	Elis Dieniffer Soares Miranda		4	0	4	30/9/1986	Deferido
9º	81	Tatiane Cardoso		3	0	3	2/10/1983	Deferido
10º	66	Mariuz Ivonete Bornhofen		0	0	0	17/2/1958	Deferido
11º	4	Edna Maria Pagani Furlan		0	0	0	8/6/1958	Deferido
12º	76	Rovena Cordeiro		0	0	0	27/7/1960	Deferido

## Cursando Pós

COLOCAÇÃO	Nº INSC.	NOME	SEMESTRE EM CURSO	CURSO	TÍTULO	TOTAL	DATA DE NASCIMENTO	OBSERVAÇÕES
14º	12	Dione Nara Soares		4	8	12	29/9/1979	Deferido
15º	26	Maria da Glória da Silva		0	8	8	16/8/1961	Deferido
16º	80	Juliana de Brito Barboza		4	0	4	5/3/1979	Deferido
17º	82	Hagar de Lara Tiburcio de Oliveira		4	0	4	4/10/1982	Deferido
18º	34	Marina Antunes		4	0	4	18/10/1984	Deferido
19º	74	Jocélia Pamplona Schmidt		3	0	3	4/2/1972	Deferido
20º	68	Ana Paula Freitas Avancini		3		3	11/4/1981	Deferido
21º	22	Roseli Boettger de Borba		1	0	1	13/3/1968	Deferido
22º	3	Schirlei Vitorino		1	0	1	27/6/1989	Deferido
23º	20	Nayara Dall Olmo		0	0	0	25/8/1988	Deferido

**CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016 CARGO PROFESSOR(A) DE FILOSOFIA**

		CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016						
		CARGO PROFESSOR(a) de FILOSOFIA						
COLOCAÇÃO	Nº INSC.	NOME	SEMESTRE EM CURSO	CURSO	TÍTULO	TOTAL	DATA DE NASCIMENTO	OBSERVAÇÕES
1º	64	Cláudio da Costa Dias	Graduado	0	9	9	11/6/1970	Deferido
2º	56	Jean Rafael Giese	Graduado	0	8	8	1/11/1982	Deferido
	44	Renato da Costa Brambilla		0	0	0	22/10/1980	Indeferido
	54	Adelmo Flavio Borges Ferreira		0	0	0	20/5/1986	Indeferido

**CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016 CARGO PROFESSOR(A) ENSINO RELIGIOSO**

		CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016						
		CARGO PROFESSOR(a) ENSINO RELIGIOSO						
COLOCAÇÃO	Nº INSC.	NOME	SEMESTRE EM CURSO	CURSO	TÍTULO	TOTAL	DATA DE NASCIMENTO	OBSERVAÇÕES
Graduado em Ciências da Religião								
1º	11	Nandria Valgas	Graduado	4	8	12	3/6/1964	Deferido
2º	51	Luiz João Firmo	Graduado	0	8	8	11/6/1950	Deferido
3º	27	Sandra Andréia Müller Schroeder	Graduado	4	0	4	25/5/1977	Deferido

Graduados em Filosofia, História e Ciências Sociais								
4º	73	Samuel Moschen	Graduado	4	8	12	28/10/1989	Deferido
5º	46	Alessandra Moraes Cavalheiro	Graduado	0	8	8	24/8/1974	Deferido
6º	78	Sérgio Luiz Keller	Graduado	0	8	8	9/11/1975	Deferido
7º	67	Mara Regina Imroth	Graduado	0	8	8	14/6/1976	Deferido
8º	58	Eliseu Ritter	Graduado	0	8	8	2/7/1978	Deferido
9º	13	Wellington de Souza	Graduado	4	0	4	29/10/1976	Deferido
10º	21	Wilson Edson Pires	Graduado	0	0	0	4/10/1970	Deferido
11º	6	Fernanda Rinaldi	Graduado	0	0	0	15/2/1974	Deferido
12º	57	Pedro Paulo de Oliveira Abreu	Graduado	0	0	0	18/8/1987	Deferido

### CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016 CARGO PROFESSOR(A) INGLÊS

		CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016						
		CARGO PROFESSOR(a) INGLÊS						
COLOCAÇÃO	Nº INSC.	NOME	SEMESTRE EM CURSO	CURSO	TÍTULO	TOTAL	DATA DE NASCIMENTO	OBSERVAÇÕES
1º	49	Francielli Lodi	Graduada	4	8	12	9/8/1981	Deferido
2º	70	Raimund Esser	Graduado	4	8	12	11/9/1982	Deferido
3º	53	Luiz Roberto Liberato	Graduado	0	8	8	24/5/1969	Deferido
4º	2	Simone Beduschi	Graduada	0	0	0	13/4/1956	Deferido
5º	25	Eduardo Schiller	Graduado	0	0	0	9/7/1988	Deferido
6º	14	Eliane Yochico Shimada	10ª Fase	4	0	4	16/9/1983	Deferido
7º	55	Ironaldo Sebastião da Silva	9ª Fase	0	0	0	2/10/1961	Deferido
8º	69	Andressa Regiane Gesser	7ª Fase	2	0	2	19/7/1995	Deferido
9º	23	Sabrina Amaral de Jesus	4ª Fase	0	0	0	19/5/1989	Deferido
10º	28	Vanessa Basei	3ª Fase	0	0	0	22/5/1992	Deferido
11º	61	Amanda Vieira	3ª Fase	0	0	0	9/11/1996	Deferido
	42	Rael Carlos Kraus Wanzvit		0	0	0	16/3/1982	Indeferido
	77	Jabez Wellington Fortes		0	0	0	30/10/1996	Indeferido

### CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016 CARGO PROFESSOR(A) INTERPRETE DE LIBRAS / INSTRUTOR

		CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL EMERGENCIAL Nº 001/2016						
		CARGO PROFESSOR(a) INTERPRETE DE LIBRAS / INSTRUTOR						
COLOCAÇÃO	Nº INSC.	NOME	SEMESTRE EM CURSO	CURSO	TÍTULO	TOTAL	DATA DE NASCIMENTO	OBSERVAÇÕES
1º	84	Rosemere de Souza	Graduado	4	8	12	18/10/1976	Deferido
2º	62	Dulcineia Assis Silva de Paula	Graduada	3	0	3	19/8/1978	Deferido
3º	17	Grasiely Marquetti Brambilla	5ª semestre	4	0	4	9/5/1981	Deferido
4º	16	Jessica Andrade Wirth	5ª semestre	1	0	1	23/5/1988	Deferido

**DECRETO Nº 6.798, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 6.798, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 14 DITRAN – DIRETORIA DE TRÂNSITO	
Função: 26 TRANSPORTE	
SubFunção: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
Programa: 0015 Gestão do Ditrان	
Atividade: 2078 Manutenção da Ditrان	
Dotação: 249 3.3.90.00.00.00.00.00	R\$150.000,00
Dotação: 256 3.3.90.00.00.00.00.00	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 452 SERVIÇOS URBANOS	
Programa: 0015 Gestão do Ditrان	
Atividade: 1147 Manutenção da Área Azul	
Dotação: 254 3.1.90.00.00.00.00.00	R\$60.000,00
Dotação: 255 3.3.90.00.00.00.00.00	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
Dotação: 252 3.3.90.00.00.00.00.00	R\$93.397,57
Dotação: 253 3.3.90.00.00.00.00.00	R\$191.662,35

Art. 2º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0019 Constr.Manut.Melh. na Infra do Munic. Pela Sec. Planej. e Desenv.	
Atividade: 1113 Implantação de Equipamentos Urbanos e Melhorias em vias exis	
Despesa: 250 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 2.254,51

Art. 3º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Unidade: 27 DEFESA CIVIL	
Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA	
SubFunção: 182 DEFESA CIVIL	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e políticas Públicas	
Atividade: 2202 Manutenção da Defesa Civil	
Dotação: 257 3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 31.574,86

Art. 4º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 83 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 77.864,08

Dotação: 258 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 9.874,10
---	--------------

Art. 5º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Função: 17 SANEAMENTO	
SubFunção: 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Atividade: 2114 Coleta de Lixo	
Dotação: 15 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.000.000,00
Atividade: 1157 aquisição de Bombas, Equipos, e Mobília em Geral	
Dotação: 7 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Atividade: 2110 Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia	
Dotação: 12 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 450.000,00

Art. 6º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	
Dotação: 62 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

Art. 7º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Atividade: 2192 Manter Proteção Social Básica	
Dotação: 78 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 15.644,19	
Dotação: 77 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 44.046,96	
Atividade: 2166 Gestão do IGD – Índice de Gestão Descentralizada	
Dotação: 76 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00	
Dotação: 75 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 6.817,39	

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 029/2016

OBJETO: Registro de Preços para a Contratação de empresa prestadora de serviços de Limpeza e Vigilância para Eventos. ENVELOPES: até às 13h30min do dia 25/02/2016. ABERTURA: às 13h45min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras Rua Cel Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 12 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 041/2016

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Alimentação Preparada (Cofee Breack e Almoço) para o IV Encontro da Família Rural Gasparense.

ENVELOPES: até às 9h do dia 25/02/2016. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras Rua Cel Aris-tiliano Ramos, 435, Centro, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 12 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**PROCESSO SELETIVO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA FORMAÇÃO DE QUADRO DE RESERVA EDITAL Nº 001/2016.**

Prefeitura de Gaspar

Processo Seletivo de Caráter Temporário de Profissionais para a Secretaria Municipal de Educação, para Formação de Quadro de Reserva Edital Nº 001/2016.

O Prefeito de Gaspar – SC, Sr. Pedro Celso Zuchi, no uso de suas atribuições legais, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICATÓRIO, do Processo Seletivo destinado a formação de Cadastro de Reserva para as vagas temporárias do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Gaspar- Edital nº. 001/2016, dos cargos e nomes dos candidatos que segue anexo.

GABINETE DO PREFEITO

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito de Gaspar

Registre-se e Publique-se

Carlos Alberto Peixer Vinci

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Marlene Almeida

Secretária Municipal de Educação

# Grão Pará

## PREFEITURA

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 2016-1

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a Associação Grãoparaense de Desenvolvimento Social - AGRADES (Rádio Princesa FM 87.5) condicionou a prestação de serviços para o Município de Grão-Pará, somente ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse da Administração, conforme consta da Nota de Empenho nº 0336; considerando que os avisos veiculados por esse meio de comunicação contemplam o interesse público primário, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedora: ASSOCIAÇÃO GRÃOPARAENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – AGRADES (RÁDIO PRINCESA FM 87.5)  
Empenho nº: 0336  
Valor: R\$ 3.036,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 2016-2

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Ezequiel de Souza Kulkamp condicionou o fornecimento de 01 (um) impressora multifuncional para o Setor de Contabilidade da Prefeitura, ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse da Administração, conforme consta da Nota de Empenho nº 100/16 e da Nota Fiscal nº 000299; considerando que este fornecimento contempla o interesse público, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: EZEQUIEL DE SOUZA KÜLKAMP  
Empenho nº: 100/16  
Valor: R\$ 1.540,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 2016-3

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Serraria e Comércio de Madeiras Costa e Dacoregio Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, estando em atraso os pagamentos, conforme disposto na Cláusula contratual, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica,

consoante adiante descrito:

Fornecedor: SERRARIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS COSTA E DA-COREGIO LTDA  
Restos a Pagar: 0285 e 0839.  
Valor: R\$ 19.207,72

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 2016-4

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Transporte e Comércio de Pneus Oenning Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2014, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que o fornecimento de pneus contempla o interesse público primário, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA  
Restos a Pagar de 2014: 1602, 1637, 1711, 1712, 1718, 1719, 1720, 1784, 1785 e 1786.  
Valor: R\$ 29.094,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 2016-5

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Posto Grão-Pará Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2014, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que o fornecimento de combustível contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: POSTO GRÃO-PARÁ LTDA  
Restos a Pagar de 2014: 1619, 1620, 1621, 1622, 1641, 1642, 1643, 1623, 1708, 1828, 1745, 1746, 1747, 1751, 1752, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762, 1753 e 1754.  
Valor: R\$ 44.499,72

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.



Grão-Pará/SC, 12 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 2016-6**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando a necessidade de fornecimento imediato de madeira para recuperação de pontes, bueiros e pontilhões no Município de Grão-Pará; considerando que o fornecedor condicionou o fornecimento de material somente mediante pagamento à vista; considerando que o fornecimento de madeira contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MADEIREIRA BUSSOLO LTDA

Nota Fiscal nº: 000.000.412

Valor: R\$ 7.927,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 06.2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 06/2016  
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA  
Contratada...: FABIANO GABRIEL DA FONTOURA  
Valor ..... : 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)  
Vigência ..... : Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR DE DANÇA, PARA MINISTRAR  
AULAS DE DANÇA 8 HORAS SEMANAIS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTE QUE FREQUENTAM O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

### EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 09.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016  
PROCESSO Nº 9/2016 HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2016  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, COM CARGA HORÁRIA DE 10 HORAS SEMANAIS, VISANDO A SOCIABILIDADE E BEM-ESTAR DO SCFV-IDOSOS.E CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR DE DANÇA, PARA MINISTRAR AULAS DE DANÇA 8 HORAS SEMANAIS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTE QUE FREQUENTAM O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

CONTRATADO: FABIANO GABRIEL DA FONTOURA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)

### EXTRATOS CONTRATOS 25.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 25/2016  
Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
Contratada...: ADEMIR ANTONIO STANICZUK - EPP  
Valor ..... : 12.400,00 (doze mil quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE, QUE SERÁ  
INSTALADA NA RUA 1º DE MAIO JUNTO AO ESTÁDIO MUNICIPAL OLÍMPICO DAL MAGRO, VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE PARA A POPULAÇÃO DE GUARACIABA/SC.

### EXTRATOS CONTRATOS 13.2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 13/2016  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC  
Contratada...: CHOPERIA E LANCHERIA BALBINOT LTDA ME  
Valor ..... : 10.120,00 (dez mil cento e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE ALMOÇO, BUFÊ  
LIVRE, COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO, SERVIDO EM ESTABELECIMENTO, DESTINADO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM CAMPANHAS DE PREVENTIVO, VACINAÇÃO, COMBATE A FOCO DE DENGUE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC. ESTIMATIVO PARA O ANO DE 2016.

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 31, 32.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016  
PROCESSO Nº 31/2016 HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO QUE SERÃO UTILIZADOS PARA FECHAMENTO DE BARRACÃO COMUNITÁRIO LOCALIZADO NA LINHA WELTER, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC.

CONTRATADO: CRISMAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 41.573,20 (quarenta e um mil quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos)

CONTRATADO: AGRO MOSER LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.897,40 (dez mil oitocentos e noventa e sete reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: JORGENOR ALEXANDRE MAZIERO - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.560,00 (dois mil quinhentos e sessenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016  
PROCESSO Nº 32/2016 HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE, QUE SERÁ INSTALADA NA RUA 1º DE MAIO JUNTO AO ESTÁDIO MUNICIPAL OLÍMPICO DAL MAGRO, VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE PARA A POPULAÇÃO DE GUARACIABA/SC.

CONTRATADO: ADEMIR ANTONIO STANICZUK - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.400,00 (doze mil quatrocentos reais)

**HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 13.2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 13/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

Contratada...: CHOPERIA E LANCHERIA BALBINOT LTDA ME

Valor ..... : 10.120,00 (dez mil cento e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE ALMOÇO, BUFÊ

LIVRE, COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO, SERVIDO EM ESTABELECIMENTO, DESTINADO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM

EM CAMPANHAS DE PREVENTIVO, VACINAÇÃO, COMBATE A FOCO DE DENGUE DO MUNICIPIO DE GUARACIABA SC. ESTIMATIVO PARA

O ANO DE 2016.

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 34.16 AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº34/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 40/16, Edital de Pregão Presencial Nº 34/16, Objeto: Aquisição de Grama Sintética; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 25/02/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 25/02/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 12 de fevereiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 35.16 AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE LETRAS EM CHAPA GALVANIZADA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº35/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 41/16, Edital de Pregão Presencial Nº 35/16, Objeto: Aquisição de Conjunto de Letras em Chapa Galvanizada; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 25/02/16; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 25/02/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 12 de fevereiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 36.16 AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES E ADUBOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº36/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 42/16, Edital de Pregão Presencial Nº 36/16, Objeto: Aquisição de Mudanças de Flores e Adubos; recebimento de propostas até às 11:00 horas do dia 25/02/16; a abertura do Edital será às 11:00 horas do dia 25/02/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 12 de fevereiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 29/2016**

PORTARIA Nº. 029/2016

Contrata Camila Dias pelo Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar Camila Dias, pelo Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente Escolar, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 30/2016**

PORTARIA Nº. 030/2016

Contrata Janaina da Silva Correa pelo Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar Janaina da Silva Correa, pelo Concurso Público nº. 01/2014, na função de Coordenadora Pedagógica, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 31/2016**

PORTARIA Nº. 031/2016

Contrata Ireni Gomes da Silva pelo Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar Ireni Gomes da Silva, pelo Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 32/2016**

PORTARIA Nº. 032/2016

Contrata Edimari Aparecida Wendt pelo Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar Edimari Aparecida Wendt, pelo Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente Escolar, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 33/2016**

PORTARIA Nº. 033/2016

Contrata Rafaela Cristiane Vieira pelo Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar Rafaela Cristiane Vieira, pelo Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente Escolar, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 34/2016**

PORTARIA Nº. 034/2016

Nomeia Gilmar Correia.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Gilmar Correia, na função de Gerente de Unidade Regional, vinculado a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 35/2016**

PORTARIA Nº. 035/2016

Nomeia Jaime Beber.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Jaime Beber, na função de Gerente de Unidade Regional, vinculado a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**REVOGAÇÃO - PROCESSO Nº 146/2015 - PMG**

PROCESSO LICITATORIO N.º 146/2015-PMG

PREGÃO PRESENCIAL

**REVOGAÇÃO DO PREGÃO**

Considerando a manifestação da empresa SPEED PNEUS quanto aos supostos vícios em descritivos do Edital.

Considerando, ainda, a Comunicação Interna firmada por uma servidora da Administração na qual informa que houve erro na digitação e cadastro do item de código 57911 (Balanceamento).

Considerando, também, o que fora exarado no parecer da procuradoria.

E considerando o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

ANULA-SE o lote 01 do processo licitatório em epígrafe.

Assim, considerando que os demais lotes restaram desertos, REVOGA-SE, o presente processo licitatório.

Guaramirim (SC), 11 de fevereiro de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

LAURO FRÖHLICH

**RGF - DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL 2º SEMESTRE****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 68,11504,11505,11506,11507,11508,14720,15192

Poder: Executivo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Semestre Julho-Dezembro

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	49.226.382,70	0,00
Pessoal Ativo	49.036.880,62	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	189.502,08	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	49.226.382,70	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	97.996.505,50	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	49.226.382,70	50,23
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54,00%	52.918.112,97	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,30%	50.272.207,32	51,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	47.626.301,67	48,60

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data 11/fev/2016

Emissão:

Notas:

Hora de

emissão:



**RGF - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR 2º SEMESTRE DE 2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar**

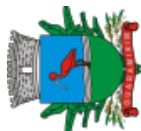
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 68.11504.11505.11506.11507.11508.14720.15192

Período de Referência: Dezembro / 2015

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
01010000 - Receitas de Impostos - Educação	1.084.989,55	979.702,90	7.879,64	16.942,41	81.148,45	(683,85)	0,00	0,00
01020000 - Receitas de Impostos - Saúde	532.403,78	45,95	163.271,22	0,00	10.383,59	358.708,02	80.356,34	0,00
01070000 - Contrib. Interv. Domínio Econ. - Cide	1.134,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.134,97	0,00	0,00
01080000 - Contrib. Custeio Serv. Ilum. públ.-cosip	97.517,24	0,00	0,00	0,00	9.508,33	88.008,91	0,00	0,00
01090000 - Fia Imposto de Renda	112.210,27	0,00	0,00	0,00	0,00	112.210,27	0,00	0,00
01100000 - Convênio de Transito - Militar	166.260,13	0,00	5.168,90	0,00	18,30	161.072,93	0,00	0,00
01110000 - Convênio de Transito - Civil	202.461,97	0,00	2.877,61	0,00	36,86	199.547,50	0,00	0,00
01120000 - Convênio de Transito - Prefeitura	114.158,55	0,00	31.223,31	0,00	699,79	82.235,45	123,99	0,00
01180000 - Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)	3.665,71	0,00	0,00	0,00	944,50	2.721,21	0,00	0,00
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.despensino)	71.282,85	1.000,00	27.414,21	0,00	3.076,47	39.792,17	0,00	0,00
01320000 - Transf.convênios-união/educação	64.742,76	13.316,88	27.520,10	29.054,68	50,00	(5.198,88)	0,00	0,00
01330000 - Transf.convênios-união/saúde	124.900,48	0,00	0,00	0,00	0,00	124.900,48	0,00	0,00
01340000 - Transf.convênios-união/outros Não Rel	123.579,35	0,00	0,00	0,00	25,80	123.553,55	0,00	0,00
01341900 - Convênio Sap/Transito	754,94	0,00	0,00	727,22	27,72	0,00	0,00	0,00
01353000 - Transferência de Recursos do Fnas	12.914,34	0,00	0,00	0,00	0,00	12.914,34	0,00	0,00
01358000 - Prot.e Atend.espec. a Fam. e Ind. PAEFI	6.877,43	0,00	39,68	0,00	0,00	6.837,75	0,00	0,00
01358100 - Piso Fixo Média Complexidade-mse	1.074,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.074,56	0,00	0,00
01358200 - Piso Fixo de Média Complexidade-def.idos	1.498,77	0,00	0,00	0,00	2,44	1.497,33	0,00	0,00
01358400 - Serviço de Convivência e Fort. Vínculos	7.148,47	0,00	0,00	0,00	0,00	7.148,47	0,00	0,00
01358500 - Proteção de Atendimento Integral à Família	945,67	0,00	0,00	0,00	0,69	944,98	0,00	0,00
01358700 - Índice de Gestão Desc. Suas-igd Suas	1.252,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.252,97	0,00	0,00
01358800 - Índice de Gestão Desc. - Bolsa Família	22.983,26	0,00	0,00	0,00	0,00	22.983,26	0,00	0,00
01358900 - Outras Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	4.553,35	0,00	0,00	0,00	0,00	4.553,35	0,00	0,00
01360000 - Tsalário Educação	338.640,71	49.339,95	10.330,42	10.713,90	11.059,16	257.197,28	69.946,30	0,00
01375000 - Programa Dinheiro Direto na Escola - Pdde	4.099,98	0,00	0,00	0,00	0,00	4.099,98	0,00	0,00
01375200 - Prate - Fundamental	58,72	0,00	0,00	0,00	0,00	58,72	0,00	0,00
01375300 - Prate Infantil - Pré Escola	1,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1,06	0,00	0,00
01375500 - Prate Médio	1,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1,10	0,00	0,00
01375600 - Prate - Fundamental	293,08	0,00	8.030,27	0,00	0,00	(7.737,21)	0,00	0,00
01375700 - Pnaef - Infantil Pré Escola	2,25	0,00	3.535,20	0,00	0,00	(3.607,33)	0,00	0,00
01375800 - Pnaec - Infantil Creche	160,92	0,00	9.533,10	0,00	158,33	(9.530,51)	0,00	0,00
01375900 - Pnae - Alimentação Especial	26,10	0,00	0,00	0,00	0,00	26,10	0,00	0,00
01376000 - Pnae - Mais Educação Fundamental	(3.141,56)	0,00	0,00	0,00	111,69	(3.253,25)	0,00	0,00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

## **Relatório de Gestão Fiscal** **Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar**

### **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Entidade: 68.11504.11505.11508.11507.14720.15192

Período de Referência: Dezembro / 2015

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Demais Obrigações Financeiras (e)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)				
01350000 - Transf. - Sus/união	2.072,00	400,00	0,00	0,00	81,72	1.590,28	0,00	0,00
01350800 - Piso de Atenção Básica - Pab	32.602,28	0,00	719,72	0,00	209,40	31.673,16	7.915,52	0,00
01351000 - Programa de Saúde Familiar - Psf	2.154,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2.154,50	0,00	0,00
01351200 - Agentes Comunitários de Saúde - Pacs	16.406,86	0,00	0,00	0,00	65,51	16.341,35	0,00	0,00
01351300 - Farmácia Básica	17.503,40	0,00	36.400,00	0,00	0,00	(18.896,60)	0,00	0,00
01351500 - Vigilância Sanitária	36.660,48	0,00	0,00	0,00	0,00	36.660,48	818,05	0,00
01351600 - Epidemiologia e Controle de Doenças -edc	92.024,61	0,00	0,00	0,00	0,00	92.024,61	3.651,22	0,00
01352300 - Teto Municipal de Média e Alta Complexid	186.729,11	3.500,00	0,00	0,00	0,00	183.229,11	61,00	0,00
01352400 - Teto Municipal Rede de Urgência	187.307,73	0,00	625,00	0,00	0,00	186.682,73	0,00	0,00
01353000 - Média Alta Complex - Mac	1.234,94	0,00	0,00	0,00	127,28	1.107,66	0,00	0,00
01357000 - Núcleo de Apoio à Saúde - Nasf - Fed	6.519,38	0,00	0,00	0,00	620,77	5.898,61	0,00	0,00
01357300 - Piso de Atenção Básica Variável - Pnaq	2.700,71	0,00	0,00	0,00	104,70	2.596,01	0,00	0,00
01358000 - Outras Transf do Fundo Nacional de Saúde	18.970,92	0,00	0,00	0,00	0,00	18.970,92	0,00	0,00
01359900 - Outras Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	14.002,42	0,00	0,00	46.489,06	0,00	(32.486,64)	0,00	0,00
01394300 - Fundo Especial de Petróleo	18.201,51	0,00	0,00	0,00	0,00	18.201,51	0,00	0,00
01394500 - Outras Transf. Exploração Rec. Naturais	352,39	0,00	0,00	0,00	0,00	352,39	0,00	0,00
01620000 - Transf convênio -estado/educação	14.942,47	0,00	0,00	0,00	0,00	14.942,47	0,00	0,00
01640000 - Transf convênio -estado/outros	392,11	0,00	0,00	0,00	0,00	392,11	0,00	0,00
01650000 - Transf sistema Único - Suas/estado	858,77	0,00	0,00	0,00	0,00	858,77	0,00	0,00
01658800 - Proteção Social Básica - Custeio	30.596,47	0,00	0,00	0,00	0,00	30.596,47	0,00	0,00
01658900 - Benefícios Eventuais	34,29	0,00	0,00	0,00	0,00	34,29	0,00	0,00
01660000 - Transf.constit. Desenvolv. Educação	7.301,58	0,00	6.412,12	0,00	889,46	0,00	0,00	0,00
01676900 - Cofinan. da Atenção Básica - Esf	127.474,13	0,00	0,00	0,00	0,00	127.474,13	7.470,50	0,00
01676900 - Cofinan. da Atenção Básica - Nasf - Est.	12.308,22	0,00	0,00	0,00	0,00	12.308,22	5.340,85	0,00
01677100 - Conf. da Assist. Farmacêutica Básica - F	35.810,61	0,00	0,00	0,00	0,00	35.810,61	3.502,00	0,00
01677300 - Cofinanciamento Urgência e emergência - SUS/Estado	80.018,42	0,00	0,00	0,00	0,00	80.018,42	0,00	0,00
01808900 - Serviço Acolhimento Inst. - Municípios	11.580,59	0,00	1.694,70	0,00	619,10	9.266,79	0,00	0,00
01809000 - Idoso - Imposto de Renda	76.853,02	0,00	23.986,35	0,00	0,00	52.866,67	0,00	0,00
01830000 - Oper. Créd. Interna -outros Programas	19.871,03	0,00	109.370,00	0,00	0,00	(89.496,97)	0,00	0,00
01830100 - Oper. Créd. Interna -outros Programas	1.980,80	0,00	0,00	0,00	1.980,80	0,00	0,00	0,00
01890000 - Oalienção Bens Dest.outros Programas	51.959,94	0,00	0,00	0,00	0,00	51.959,94	0,00	0,00
02057400 - Taxa de Vigilância Sanitária	32.049,12	0,00	0,00	0,00	0,00	32.049,12	259,00	0,00
02394000 - Vigilância Sanitária	35.947,71	0,00	0,00	0,00	0,00	35.947,71	0,00	0,00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório de Gestão Fiscal

## **Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 68,11504,11505,11506,11507,11508,14720,15192

Período de Referência: Dezembro / 2015

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados e Inscritos por Insuficiência Financeira
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)			
03010000 - Receitas de Impostos - Educação	62.745,55	62.745,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03020000 - Receitas de Impostos - Saúde	139.944,78	41.707,64	0,00	0,00	98.237,14	0,00	0,00
03060000 - Rec Arrec Administr Indireta e Fundos	3,46	0,00	0,00	0,00	3,46	0,00	0,00
03070000 - Contrib Interv Dominio Econ. - Cide	10,38	0,00	0,00	0,00	10,38	0,00	0,00
03080000 - Contrib Custeio Servilum.publ.-cosip	67.336,25	0,00	0,00	0,00	65.491,09	0,00	0,00
03100000 - Convênio de Trânsito - Militar	17.802,64	0,00	0,00	0,00	1,83	0,00	0,00
03110000 - Convênio de Trânsito - Civil	51.464,96	0,00	0,00	0,00	17.800,81	0,00	0,00
03120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura	8.289,92	0,00	0,00	0,00	51.464,96	0,00	0,00
03320000 - Transf convênios-união/educação	127.216,11	0,00	0,00	0,00	8.289,92	0,00	0,00
03330000 - Transf convênios-união/saúde	152.312,74	0,00	0,00	0,00	127.216,11	74.883,45	0,00
03340000 - Transf convênios-união/outras Não Rel	8,28	0,00	0,00	0,00	152.312,74	0,00	0,00
03341900 - Convênio Ssp/transporte	182.003,35	0,00	0,00	0,00	8,28	0,00	0,00
03350000 - Transf sist Único A. social-suas/união	293.037,23	316,62	0,00	0,00	182.003,35	0,00	0,00
03352000 - Progr. Erradicação Trab. Infantil - Peti	18.586,33	0,00	0,00	0,00	292.720,61	0,00	0,00
03360000 - Tsalário Educação	89.324,01	0,00	0,00	0,00	18.586,33	0,00	0,00
03371000 - Transferência ao Pdde	9.651,34	6.729,32	0,00	0,00	972,15	75.987,16	0,00
03372000 - Transferência Referente ao Phae	13.604,70	0,00	0,00	0,00	81.622,54	0,00	0,00
03375200 - Phate - Fundamental	24,17	0,00	0,00	0,00	9.651,34	0,00	0,00
03379000 - Outras Transf. Fnde	8.750,46	0,00	0,00	0,00	13.604,70	0,00	0,00
03381000 - Programa de Saúde Familiar - Psf	5.957,49	0,00	0,00	0,00	24,17	0,00	0,00
03381200 - Agentes Comunitários de Saúde - Pacs	5.759,52	0,00	0,00	0,00	8.750,46	0,00	0,00
03381500 - Vigilância Sanitária	162.783,98	0,00	0,00	0,00	5.957,49	0,00	0,00
03381600 - Epidemiologia e Controle de Doenças -edc	77.128,13	0,00	0,00	0,00	5.759,52	0,00	0,00
03382000 - Atenção Básica	80.984,35	0,00	0,00	0,00	162.783,98	72.834,88	0,00
03382200 - Saúde Bucal - Psf Odontol	590,57	19.074,22	0,00	0,00	77.128,13	0,00	0,00
03383000 - Assistência Média e Alta Complexidade	13.852,91	0,00	0,00	0,00	61.880,13	48.126,48	0,00
03386000 - Assistência Farmacêutica Básica	282,94	0,00	0,00	0,00	590,57	0,00	0,00
03390000 - Fundo Especial de Petróleo	279,38	0,00	0,00	0,00	13.852,91	13.440,00	0,00
03394500 - Outras Transf. Exploração Rec. Naturais	29,79	0,00	0,00	0,00	282,94	0,00	0,00
03620000 - Transf convênio -estado/educação	14.521,26	0,00	0,00	0,00	279,38	0,00	0,00
03800000 - Outras Especificações	93.070,96	0,00	0,00	0,00	29,79	0,00	0,00
03890000 - Oalienção Bens Dest.outras Programas	61.841,45	0,00	0,00	0,00	14.521,26	0,00	0,00
06670400 - Vigilância em Saúde	418,94	0,00	0,00	0,00	93.070,96	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	6.034.497,76	1.158.488,19	103.927,25	495.422,39	418,94	464.716,74	0,00
01000000 - Recursos Ordinários	1.905.871,91	1.208.981,89	22.775,79	338.524,70	119.369,59	14.289,82	0,00
01000300 - Recursos Ordinários - Águas	1.120.866,29	90.864,81	0,00	84.509,13	883.906,02	0,00	0,00
03000000 - Recursos Ordinários	166.305,93	0,00	0,00	56,00	162.766,33	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.193.144,13	1.299.846,70	22.775,79	423.089,83	281.389,87	14.289,82	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.227.641,89	2.458.334,89	126.703,04	918.512,22	5.317.827,49	485.506,56	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**FONTE:** Sistema Alende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

**Data de Emissão:** 12/fev/2016 **Hora de emissão:** 11h 39m

**Nota:** 'A' disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

## RGF - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA 2º SEMESTRE DE 2015



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 68.11504,11505,11506,11507,11508,14720,15192

Período de Referência: Dezembro / 2015

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea b')

DÍVIDA CONSOLIDADA - DCL	Saldo Exerc. Anterior	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DÍVIDA CONSOLIDADA - DCL	6.015.251,36	5.825.233,64	5.858.007,63	5.652.193,51	5.323.599,56	4.921.184,23	5.128.717,12	4.354.198,89	4.636.162,34	4.344.111,22	4.052.060,10	3.755.381,44	3.543.613,64
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	6.015.251,36	5.825.233,64	5.858.007,63	5.652.193,51	5.323.599,56	4.921.184,23	5.128.717,12	4.354.198,89	4.636.162,34	4.344.111,22	4.052.060,10	3.755.381,44	3.543.613,64
Interna	6.015.251,36	5.825.233,64	5.858.007,63	5.652.193,51	5.323.599,56	4.921.184,23	5.128.717,12	4.354.198,89	4.636.162,34	4.344.111,22	4.052.060,10	3.755.381,44	3.543.613,64
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)*	8.497.399,13	12.193.480,02	14.013.299,37	13.434.635,14	11.335.415,62	10.749.427,77	12.558.238,23	11.288.358,52	10.233.947,00	9.491.128,92	10.355.110,74	9.760.973,59	6.103.352,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.130.596,61	15.951.833,46	16.804.098,68	15.854.422,78	13.755.819,70	13.281.801,15	14.955.679,78	13.789.182,48	12.647.656,46	11.903.000,18	12.763.593,90	12.212.191,02	9.227.641,89
Demais Haveres Financeiros	34.238,67	34.338,37	35.035,37	40.905,37	48.255,37	52.510,37	62.432,06	43.721,06	45.025,43	46.863,63	50.261,73	35.752,38	252.557,35
(-) Restos a Pagar Processados(Exceção Precat.)	4.667.435,85	3.792.711,81	2.825.834,68	2.460.693,07	2.469.659,45	2.584.563,75	2.459.864,61	2.544.545,02	2.458.734,89	2.458.734,89	2.458.734,89	2.486.999,81	3.376.847,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(DCL)=(I-II)	(2.482.147,77)	(6.368.226,38)	(8.155.291,74)	(7.782.441,63)	(6.011.816,06)	(5.828.243,54)	(7.429.521,11)	(6.934.159,63)	(5.597.794,66)	(5.147.017,70)	(6.303.060,64)	(6.005.592,15)	(2.559.738,49)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	98.062.651,25	98.268.461,02	97.989.452,61	98.112.126,84	97.095.823,61	96.493.365,76	98.813.433,84	99.650.013,72	99.620.825,48	99.040.124,23	98.530.497,35	98.145.778,98	97.996.505,50
% da DC sobre a RCL (IR/RCL)	6,13	5,93	5,98	5,76	5,48	5,10	5,19	4,37	4,65	4,39	4,11	3,83	3,61
% da DCL sobre a RCL (II/RCL)	(2,53)	(6,48)	(8,32)	(7,93)	(6,19)	(6,04)	(7,52)	(6,96)	(5,62)	(5,20)	(6,40)	(6,12)	(2,61)
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO	117.675.181,50	117.922.153,22	117.587.343,13	117.734.552,21	116.514.988,33	115.792.035,91	118.576.120,61	119.580.016,46	119.544.990,58	118.848.149,08	118.236.596,82	117.774.934,30	117.595.606,60
LIMITE REAL - 120%	105.907.863,35	106.129.937,90	105.828.608,82	105.961.096,95	104.863.489,50	104.212.835,02	107.622.014,82	107.580.016,46	107.590.491,52	106.963.334,17	106.412.937,14	105.997.440,87	105.836.225,94
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%													
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo Exerc. Anterior	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	6.015.251,36	5.825.233,64	5.858.007,63	5.652.193,51	5.323.599,56	4.921.184,23	5.128.717,12	4.354.198,89	4.636.162,34	4.344.111,22	4.052.060,10	3.755.381,44	3.543.613,64
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	1.022.952,02	1.015.625,00	1.015.625,00	1.006.020,00	998.217,44	995.915,00	993.165,83	975.411,08	972.666,38	969.916,02	967.166,85	969.789,50	960.915,55
De Contribuições Sociais	509.525,24	506.775,47	506.775,47	501.765,02	496.265,48	496.265,48	493.515,71	490.765,94	488.016,17	485.266,40	482.516,63	479.766,98	480.313,48
De Contribuições Sociais	509.525,24	506.775,47	506.775,47	501.765,02	496.265,48	496.265,48	493.515,71	490.765,94	488.016,17	485.266,40	482.516,63	479.766,98	480.313,48
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	368.066,02	363.489,18	363.489,18	358.899,83	356.590,80	354.289,06	354.289,06	339.289,06	339.289,06	339.289,06	339.289,06	334.661,52	335.240,91
Com Instituição Não Financeira	145.361,16	145.361,16	145.361,16	145.361,16	145.361,16	145.361,16	145.361,16	145.361,16	145.361,16	145.361,16	145.361,16	145.361,16	145.361,16
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	4.992.298,94	4.809.607,83	4.842.381,82	4.646.167,50	4.345.833,85	4.135.551,19	4.135.551,19	3.663.495,95	3.663.495,95	3.374.194,60	3.084.893,25	2.795.591,90	2.592.689,09
Interna	4.992.298,94	4.809.607,83	4.842.381,82	4.646.167,50	4.345.833,85	4.135.551,19	4.135.551,19	3.663.495,95	3.663.495,95	3.374.194,60	3.084.893,25	2.795.591,90	2.592.689,09
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(20.451,73)	(210.282,66)	(284.713,22)						(0,00)
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo Exerc. Anterior	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	109.385,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	673.550,23	673.550,23	673.550,23	673.550,23	673.550,23	673.550,23	926.077,11	926.214,02	904.176,02	929.452,49	913.383,62	1.221.542,52	270.773,31
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERC. ANTERIORES	967.772,53	828.167,93	511.279,41	510.719,41	449.937,57	284.070,86	275.900,27	186.576,13	186.576,13	174.022,13	174.022,13	143.816,55	612.209,60
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA-AFO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo Exerc. Anterior	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV. (XI)=(IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Apêndice Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 12/fev/2016 Hora de emissão:

Notas:

**RGF - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 68,11504,11505,11506,11507,11508,14720,15192

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Semestre Julho-Dezembro

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

<b>GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>Saldos do Exercício de 2015</b>	
<b>GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>1º Semestre</b>	<b>2º Semestre</b>
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	98.062.651,25	98.813.433,84	97.996.505,50
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	21.573.783,28	21.738.955,44	21.559.231,21
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>	19.416.404,95	19.565.059,90	19.403.308,09
<b>CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS</b>	<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>1º Semestre</b>	<b>2º Semestre</b>
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII)=(V + VI)	0,00	0,00	0,00

**MEDIDAS CORRETIVAS:****FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**Data Emissão:** 11/fev/2016 **Hora de emissão:**

**RGF - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO 2º SEMESTRE 2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo das Operações de Crédito  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 68,11504,11505,11506,11507,11508,14720,15192  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Semestre Julho-Dezembro

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Período	Até o Período
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	303.409,93	650.014,28
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	303.409,93	650.014,28
Interna	303.409,93	650.014,28
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, P 1º)	0,00	0,00
Outras operações de Crédito	303.409,93	650.014,28
Externas	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrim	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	97.996.505,50	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)= (Ia + III)	650.014,28	0,66
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	15.679.440,88	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%> (90% dos 16%)	14.111.496,79	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.859.755,39	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	650.014,28	0,66

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

**Data Emissão:** 11/fev/2016 **Hora de emissão:** 16h e 48m

**Notas:**

<sup>1</sup> Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

<sup>2</sup> < Medidas Corretivas >



**RGF - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE DE 2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório de Gestão Fiscal  
 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Entidade: 68,11504,11505,11506,11507,11508,14720,15192  
 Período de Referência: Dezembro / 2015

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita corrente líquida	97.996.505,50

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	49.226.382,70	50,23
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	58.797.903,30	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	55.858.008,13	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(2.563.034,88)	(2,62)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	117.595.806,60	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	650.014,28	0,66
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido no Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	15.679.440,88	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/Oper. de Créditoop/ Antecipação da Receita	6.859.755,39	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	485.506,56	5.317.827,49

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**Data emissão:** 12/02/2016**Hora de emissão:** 14:00:02**Notas:**

# RREO - DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 6º BIMESTRE



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos  
Servidores  
Orçamento da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" Exercício Anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00

Pág 1 / 2



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos  
Servidores  
Orçamento da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" Exercício Anterior) + (c)
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**Data Emissão:** 11/fev/2016 **Hora de emissão:****Notas:**

## RREO - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 6º BIMESTRE DE 2015



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Jan/2015	Fev/2015	Março/2015	Abril/2015	Mai/2015	Junho/2015	Julho/2015	Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015		
RECEITAS CORRENTES (I)	9.076.784,45	8.348.573,14	8.354.177,48	9.116.780,00	9.427.385,49	11.120.251,18	9.466.353,08	8.557.997,67	8.595.718,37	9.010.719,20	9.018.835,78	10.615.952,81	110.719.528,65	125.967.820,00
Receita Tributária	426.125,05	461.211,60	508.354,96	826.924,54	849.287,21	3.076.224,07	1.340.472,79	874.191,88	756.398,43	811.811,47	819.581,97	898.475,14	11.649.015,11	12.082.000,00
IPJU	2.519,32	84,21	0,01	0,00	23.570,52	1.421.857,96	377.474,10	98.616,95	112.412,65	111.089,39	98.775,62	55.951,82	2.302.350,55	2.600.000,00
ISS	331.393,24	307.734,17	321.474,18	574.191,84	168.973,60	504.674,43	381.759,76	364.456,99	334.810,60	361.298,20	355.385,67	321.679,86	4.327.832,54	3.600.000,00
ITBI	25.219,36	68.539,18	95.020,80	102.899,76	101.579,18	58.466,77	200.032,50	142.515,81	95.160,99	98.333,83	122.789,13	109.853,63	1.216.411,94	1.400.000,00
IRRF	21.501,26	0,00	0,00	0,00	293.537,38	375.266,53	177.331,09	160.591,58	143.545,65	155.342,53	167.037,46	345.509,56	1.839.463,04	1.800.000,00
Outras Receitas Tributárias	45.491,87	84.854,04	91.859,97	149.432,94	261.628,53	717.958,38	204.230,34	108.010,55	70.469,54	87.747,52	75.598,09	65.680,27	1.962.958,04	2.622.000,00
Receita de Contribuições	165.753,75	146.112,43	155.653,87	169.291,54	178.128,51	181.139,91	180.208,37	178.416,56	173.761,69	176.875,73	183.688,48	179.805,43	2.068.834,27	1.600.000,00
Receita Patrimonial	61.359,42	70.759,95	87.231,37	81.025,65	89.541,05	94.898,25	124.728,51	98.769,24	92.286,93	96.324,10	93.361,49	90.235,73	1.081.516,89	380.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	419.355,25	441.872,61	515.083,47	486.597,93	470.112,40	435.613,72	482.904,63	489.021,16	469.272,77	508.774,49	481.978,34	503.140,59	5.693.727,35	5.260.000,00
Transferências Correntes	7.947.628,67	7.135.577,68	6.995.345,78	7.395.522,28	7.755.976,60	7.227.615,08	7.221.046,65	6.830.841,18	7.012.070,68	7.121.510,81	7.077.850,64	8.053.217,46	87.774.404,11	104.961.320,00
Cota-Parte do FPM	1.798.007,00	1.835.416,80	1.396.831,54	1.442.295,47	1.774.235,96	1.543.765,17	1.143.109,71	1.338.946,74	1.114.620,81	1.268.623,20	1.432.375,17	1.647.067,07	17.673.794,64	24.300.000,00
Cota-Parte do ICMS	3.797.920,44	3.377.998,18	3.392.074,16	3.646.215,20	3.450.248,58	3.306.435,26	3.337.938,88	3.206.440,66	3.346.692,27	3.460.444,22	3.481.212,94	3.398.449,71	41.202.070,50	49.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	160.232,76	233.011,37	388.687,75	364.933,74	379.108,90	387.262,37	434.969,51	412.890,44	377.037,24	335.435,38	228.645,30	177.009,07	3.856.883,83	3.800.000,00
Cota-Parte do ITR	157,40	404,63	325,66	609,42	455,23	355,28	672,83	260,49	6.427,10	53.003,91	576,15	1.538,13	64.786,23	90.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	57.731,35	14.432,84	14.432,84	14.432,84	14.432,84	14.432,84	14.432,84	14.432,84	14.432,84	173.194,07	250.000,00
Transferências da LC 61/1989	63.272,56	37.641,04	36.919,23	38.666,47	43.620,08	41.548,18	38.274,28	40.725,63	40.609,94	47.104,22	42.916,12	42.377,05	513.674,80	560.000,00
Transferências do FUNDEB	1.189.414,62	1.100.796,06	1.073.542,90	1.161.665,23	1.172.346,99	1.113.302,60	1.066.479,55	1.096.231,22	1.045.486,36	1.109.279,62	1.095.650,93	1.128.193,64	13.352.962,12	15.000.000,00
Outras Transferências Correntes	938.624,09	550.309,80	796.954,54	683.465,40	921.528,22	819.913,38	1.185.169,05	722.913,16	1.066.764,12	833.187,22	782.041,19	1.644.149,75	10.935.017,92	11.961.320,00
Outras Receitas Correntes	56.562,11	93.039,67	102.508,03	157.618,06	84.341,52	104.760,15	106.639,13	85.577,65	91.926,87	295.422,60	382.374,86	891.078,47	2.452.029,12	1.684.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.167.081,41	1.098.776,31	1.028.813,40	1.112.055,54	1.134.601,13	1.060.858,79	995.793,11	1.004.414,75	981.994,30	1.038.163,70	1.042.177,33	1.058.293,38	12.723.023,15	15.628.000,00
Contrib. p/o Plano de Prev. do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	1.167.081,41	1.098.776,31	1.028.813,40	1.112.055,54	1.134.601,13	1.060.858,79	995.793,11	1.004.414,75	981.994,30	1.038.163,70	1.042.177,33	1.058.293,38	12.723.023,15	15.628.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I)-(II)	7.909.703,04	7.249.796,83	7.325.364,08	8.004.724,46	8.292.784,36	10.059.392,39	8.470.559,97	7.553.582,92	7.613.724,07	7.972.555,50	7.976.658,45	9.557.659,43	99.996.505,50	110.338.820,00

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 11/fev/2016 Hora de emissão: 13:50

Notas:

# RREO - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS 6º BIMESTRE DE 2015



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)	
RECEITAS					
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		140.000,00	44.200,00		95.800,00
Alienação de Bens Móveis		140.000,00	44.200,00		95.800,00
Alienação de Bens Imóveis		0,00	0,00		0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
DESPESAS DE CAPITAL	271.252,85	86.440,00	86.440,00	86.440,00	0,00	860,00	184.812,85
Investimentos	271.252,85	86.440,00	86.440,00	86.440,00	0,00	860,00	184.812,85
Inversões Financeiras	246.252,85	86.440,00	86.440,00	86.440,00	0,00	860,00	159.812,85
Amortização da Dívida	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2014 (h)	2015 (i) = (Ib - (Ile + Ifi))	SALDO ATUAL (j) = (Ili + Ilii)
VALOR (III)	0,00		(43.100,00)

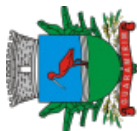
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 11/fev/2016

Hora de emissão: .....

Notas:

## RREO - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS 6º BIMESTRE 2015



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)		REGISTROS EFETUADOS EM 2015		Até o Bimestre (b)		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2015)	No bimestre					
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00

EXERCÍCIO ANTERIOR		EXERCÍCIO CORRENTE (2015)		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DESpesas de PPP												
Do Ente Federado		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Esferas Não-Dependentes		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)		98.062.651,25		97.996.505,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Aende: Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 11/fev/2016 Hora de emissão: .....

Notas:



# RREO - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 6º BIMESTRE DE 2015



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

### Relatório Resumido da Execução Orçamentária

#### Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde

#### Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até Dezembro 2015 (b)	% (b/a) x 100			
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	10.473.000,00	10.473.000,00	10.224.347,40	97,63			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	2.302.350,55	88,55			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	1.216.410,94	86,89			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.600.000,00	3.600.000,00	4.327.832,54	120,22			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.860.000,00	1.860.000,00	1.839.463,04	98,90			
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	97.000,00	97.000,00	72.171,71	74,40			
Dívida Ativa dos Impostos	650.000,00	650.000,00	389.421,15	59,91			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	266.000,00	266.000,00	76.697,47	28,83			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	78.140.000,00	78.140.000,00	63.614.822,71	81,41			
Cota-Parte FPM	24.300.000,00	24.300.000,00	17.673.794,64	72,73			
Cota-Parte ITR	90.000,00	90.000,00	64.786,23	71,98			
Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	3.858.883,83	101,55			
Cota-Parte ICMS	49.000.000,00	49.000.000,00	41.202.070,50	84,09			
Cota-Parte IPI-Exportação	700.000,00	700.000,00	642.093,44	91,73			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	250.000,00	250.000,00	173.194,07	69,28			
Desoneração ICMS (LC 87/96)	250.000,00	250.000,00	173.194,07	69,28			
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	88.613.000,00	88.613.000,00	73.839.170,11	83,33			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até Dezembro 2015 (d)	% (d/c) x 100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	7.047.220,00	7.047.220,00	6.534.802,01	92,73			
Provenientes da União	5.781.220,00	5.781.220,00	5.433.353,89	93,98			
Provenientes dos Estados	866.000,00	866.000,00	452.051,55	52,20			
Provenientes de Outros Municípios	360.000,00	360.000,00	423.911,84	117,75			
Outras Receitas do SUS	40.000,00	40.000,00	225.484,73	563,71			
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	4.850.000,00	4.850.000,00	0,00	0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	127.500,00	127.500,00	530.215,99	415,86			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	12.024.720,00	12.024.720,00	7.065.018,00	58,75			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)
			Até Dezembro (f)	% (f/e) x 100	Até Dezembro (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	28.731.730,00	33.719.023,03	29.160.514,60	86,48	28.985.749,67	85,96	174.764,93
Pessoal e Encargos Sociais	19.178.000,00	17.928.219,19	15.417.739,31	86,00	15.417.739,31	86,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	12.000,00	12.000,00	12.000,00	100,00	12.000,00	100,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.541.730,00	15.778.803,84	13.730.775,29	87,02	13.556.010,36	85,91	174.764,93
DESPESAS DE CAPITAL	1.723.500,00	2.086.683,29	781.885,70	37,47	706.374,79	33,85	75.510,91
Investimentos	1.633.500,00	2.086.683,29	781.885,70	37,47	706.374,79	33,85	75.510,91
Inversões Financeiras	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	30.455.230,00	35.805.706,32	29.942.400,30	83,62	29.692.124,46	82,93	250.275,84

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com**  
**Ações e Serviços Públicos de Saúde**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)
			Até Dezembro (h)	% (h/IVf)x 100	Até Dezembro (i)	% (i/IVg)x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.881.220,00	9.256.734,03	7.169.045,05	23,94	6.999.125,55	23,57	169.919,50
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	6.881.220,00	9.194.042,03	7.169.045,05	23,94	6.999.125,55	23,57	169.919,50
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	62.692,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00			
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00			
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	6.881.220,00	9.256.734,03	7.169.045,05	23,94	6.999.125,55	77,45	169.919,50
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	23.574.010,00	26.548.972,29	22.773.355,25	76,06	22.692.998,91	85,78	80.356,34
TOTAL GERAL						22.773.355,25	
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIIh / IIIf x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)						30,84	
VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIIh - (15 x IIIf) / 100)]						11.697.479,73	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
2014	77.810,09	21.418,60	56.391,49	0,00		77.810,09	
Total	77.810,09	21.418,60	56.391,49	0,00		77.810,09	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
	SALDO INICIAL		Despesas custeadas no exercício de referência (j)		SALDO FINAL (Não Aplicado)		
	Restos Cancelados		21.418,60	-		21.418,60	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com**  
**Ações e Serviços Públicos de Saúde**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO					
		SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		SALDO FINAL (Não Aplicado)		
		0,00	0,00		0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)
			Até Dezembro (l)	% (l/ total l) x 100	Até Dezembro (m)	% (m/ total m) x 100	
Atenção Básica	15.296.500,00	16.598.875,26	13.366.462,84	43,96	13.217.870,04	43,84	148.592,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.922.010,00	18.180.167,16	16.033.579,61	52,74	16.009.459,72	53,09	24.119,89
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	410.720,00	821.647,90	492.650,76	1,62	418.738,83	1,39	73.911,93
Vigilância Epidemiológica	251.000,00	706.000,00	511.247,07	1,68	507.595,85	1,68	3.651,22
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>30.880.230,00</b>	<b>36.306.690,32</b>	<b>30.403.940,28</b>	<b>100,00</b>	<b>30.153.664,44</b>	<b>100,00</b>	<b>250.275,84</b>

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 11/fev/2016 Hora de emissão: 13h e 43m

**Notas:**

- Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- No último bimestre, será utilizada a fórmula:  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ .

# RREO - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 6º BIMESTRE DE 2015



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do  
Ensino - MDE  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS DE ENSINO							
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até Dezembro 2015 (b)	%(b/a)			
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	10.473.000,00	10.473.000,00	10.224.347,40	97,63			
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.325.000,00	3.325.000,00	2.687.889,40	80,84			
1.1.1- IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	2.484.533,36	95,56			
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.000,00	25.000,00	22.996,01	91,98			
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	303.169,50	60,63			
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	61.258,96	30,63			
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	184.068,43	0,00			
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.403.000,00	1.403.000,00	1.216.426,65	86,70			
1.2.1- ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	1.224.412,12	87,46			
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.000,00	2.000,00	15,71	0,79			
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00			
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	8.001,18	0,00			
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.885.000,00	3.885.000,00	4.480.568,31	115,33			
1.3.1- ISS	3.600.000,00	3.600.000,00	4.328.371,47	120,23			
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	70.000,00	70.000,00	51.086,94	72,98			
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	86.251,65	57,50			
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	65.000,00	65.000,00	15.438,51	23,75			
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	580,26	0,00			
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.860.000,00	1.860.000,00	1.839.463,04	98,90			
1.4.1- IRRF	1.860.000,00	1.860.000,00	1.839.463,04	98,90			
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00			
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00			
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	78.140.000,00	78.140.000,00	64.389.807,61	82,40			
2.1- Cota-Parte FPM	24.300.000,00	24.300.000,00	18.448.779,54	75,92			
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	24.300.000,00	24.300.000,00	17.673.794,64	72,73			
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	0,00	0,00	774.984,90	0,00			
2.2- Cota-Parte ICMS	49.000.000,00	49.000.000,00	41.202.070,50	84,09			
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	250.000,00	250.000,00	173.194,07	69,28			
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	700.000,00	700.000,00	642.093,44	91,73			
2.5- Cota-Parte ITR	90.000,00	90.000,00	64.786,23	71,98			
2.6- Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	3.858.883,83	101,55			
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00			
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	88.613.000,00	88.613.000,00	74.614.155,01	84,20			
RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	Até Dezembro 2015 (b)	%(b/a)			
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00			
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.874.800,00	1.874.800,00	2.209.209,57	117,84			
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.380.000,00	1.380.000,00	1.667.619,33	120,84			
5.2- Transferência Diretas do PDDE	10.000,00	10.000,00	3.100,37	31,00			
5.3- Transferência Diretas do PNAE	379.000,00	379.000,00	378.702,00	99,92			
5.4- Transferência Diretas do PNAE	85.800,00	85.800,00	60.241,83	70,21			
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	20.000,00	20.000,00	99.546,04	497,73			
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.050.000,00	1.050.000,00	912.272,49	86,88			
6.1- Transferências de Convênios	1.050.000,00	1.050.000,00	866.843,56	82,56			
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	45.428,93	0,00			
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00			
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.300.000,00	3.300.000,00	213.837,92	6,48			
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.224.800,00	6.224.800,00	3.335.319,98	53,58			
FUNDEB							
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até Dezembro 2015 (b)	%(c) = (b/a)x100			
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	15.628.000,00	15.628.000,00	12.723.023,15	81,41			
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.860.000,00	4.860.000,00	3.534.758,60	72,73			
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	9.800.000,00	9.800.000,00	8.240.413,14	84,09			
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	50.000,00	50.000,00	34.638,75	69,28			
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	140.000,00	140.000,00	128.418,64	91,73			
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	18.000,00	18.000,00	12.957,10	71,98			
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	760.000,00	760.000,00	771.836,92	101,56			
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	15.030.000,00	15.030.000,00	13.480.312,71	89,69			
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	15.000.000,00	15.000.000,00	13.355.108,43	89,03			
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00			
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	125.204,28	417,35			
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	(628.000,00)	(628.000,00)	632.085,28	(100,65)			
DECRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB							
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB							
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até Dezembro (e)	% (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até Dezembro (g)	% (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.174.300,00	12.933.301,00	11.599.251,83	89,69	11.599.251,83	89,69	0,00
13.1- Com Educação Infantil	2.974.300,00	4.483.300,00	3.675.104,14	81,97	3.675.104,14	81,97	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	9.200.000,00	8.450.001,00	7.924.147,69	93,78	7.924.147,69	93,78	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	2.855.700,00	2.226.915,25	1.971.254,17	88,52	1.971.254,17	88,52	0,00
14.1- Com Educação Infantil	600.700,00	510.915,25	390.573,05	76,45	390.573,05	76,45	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.255.000,00	1.716.000,00	1.580.681,12	92,11	1.580.681,12	92,11	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	15.030.000,00	15.160.216,25	13.570.506,00	89,51	13.570.506,00	89,51	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do**  
**Ensino - MDE**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**Entidade: Consolidado**  
**Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro**

17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					130.216,25		
17.1- FUNDEB 60%					130.216,25		
17.2- FUNDEB 40%					0,00		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					130.216,25		
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					13.440.289,75		
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%					85,08		
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%					14,62		
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					0,30		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					130.216,25		
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015					130.216,25		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até Dezembro 2015 (b)	%(b/a)		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)		22.153.250,00	22.153.250,00	18.653.538,75	84,20		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
			Até Dezembro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Dezembro (g)		% (h) = (g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	11.733.900,00	12.507.645,25	10.545.909,23	84,32	10.545.909,23	84,32	0,00
23.1- Creche	11.733.900,00	12.507.645,25	10.545.909,23	84,32	10.545.909,23	84,32	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.575.000,00	4.994.215,25	4.065.677,19	81,41	4.065.677,19	81,41	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	8.158.900,00	7.513.430,00	6.480.232,04	86,25	6.480.232,04	86,25	0,00
23.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	14.252.000,00	13.408.471,00	11.818.026,63	88,14	11.818.026,63	88,14	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.455.000,00	10.166.001,00	9.504.828,81	93,50	9.504.828,81	93,50	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.797.000,00	3.242.470,00	2.313.197,82	71,34	2.313.197,82	71,34	0,00
25- ENSINO MÉDIO	181.000,00	21.000,00	13.388,83	63,76	13.388,83	63,76	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	26.171.900,00	25.942.116,25	22.377.324,69	86,26	22.377.324,69	86,26	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					632.085,28		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					125.204,28		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					130.216,25		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS					19.298,56		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)					906.804,37		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					21.457.131,49		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,76		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até Dezembro (e)	% (f) = (e/d)x100	Até Dezembro (g)	% (h) = (g/d)x100	
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	106.745,26	355,82	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.395.000,00	2.672.062,61	2.548.780,73	95,39	2.402.847,27	89,92	145.933,46
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	7.330.800,00	7.173.132,65	3.191.774,82	44,50	3.113.435,53	43,40	78.339,29
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	8.755.800,00	9.875.195,26	5.740.555,55	58,13	5.623.028,06	56,94	224.272,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	34.927.700,00	35.817.311,51	28.117.880,24	78,50	28.000.352,75	78,18	224.272,75
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2015 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			1.060.390,86		19.298,56		
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			1.059.390,86		17.403,04		
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB			1.000,00		1.895,52		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR					
		FUNDEB(h)		FUNDEF			
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		371.803,63					0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		13.355.108,43					0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		13.769.384,19					0,00
49.1 - Orçamento do Exercício		13.606.582,01					0,00
49.2 - Restos a Pagar		162.802,18					0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		125.204,28					0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES		(7.783,59)					0,00
51 - (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		74.948,56					0,00

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

**Data Emissão:** 11/fev/2016

**Hora de emissão:**

**Notas:**

**RREO - DEMONSTRATIVO DAS RELAÇÕES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL 6º BIMESTRE****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	8.500.000,00	430.024,99	8.069.975,01

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	34.847.673,94	6.639.242,02	6.342.914,20	296.327,82	28.208.431,92
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	34.847.673,94	6.639.242,02	6.342.914,20	296.327,82	28.208.431,92
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(26.347.673,94)	(6.209.217,03)	-	-	(20.138.456,91)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 11/fev/2016

Hora de emissão:

Notas:



**RREO - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 6º BIMESTRE DE 2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo do Resultado Nominal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2014 (a)	Em 31/Outubro/2015 (b)	Em 31/Dezembro/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.399.223,84	4.436.032,58	3.891.509,09
DEDUÇÕES (II)	8.501.075,33	11.082.879,99	6.107.028,33
Disponibilidade de Caixa bruta	13.130.596,61	13.487.676,95	9.227.641,89
Demais Haveres Financeiros	37.914,57	53.937,93	256.233,55
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	4.667.435,85	2.458.734,89	3.376.847,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(2.101.851,49)	(6.646.847,41)	(2.215.519,24)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	(2.101.851,49)	(6.646.847,41)	(2.215.519,24)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Novembro à Dezembro(c-b)	Até Dezembro(c-a)
VALOR	4.431.328,17	(113.667,75)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2014 (a)	Em 31/Outubro/2015 (b)	Em 31/Dezembro/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 11/fev/2016

Hora de emissão: 14:05:00

Notas:

**RREO - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO 6º BIMESTRE DE 2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo do Resultado Primário - Estados, Distrito Federal e Municípios  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	110.024.320,00	96.914.986,81	97.399.065,85
Receitas Tributárias	12.082.000,00	11.649.015,11	11.348.421,80
IPTU	2.600.000,00	2.302.350,55	2.243.622,23
ISS	3.600.000,00	4.327.832,54	3.798.777,30
ITBI	1.400.000,00	1.216.410,94	1.209.825,11
IRRF	1.860.000,00	1.839.463,04	2.259.941,64
Outras Receitas Tributárias	2.622.000,00	1.962.958,04	1.836.255,52
Receitas de Contribuições	1.600.000,00	2.068.834,27	1.529.221,28
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	1.600.000,00	2.068.834,27	1.529.221,28
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	380.500,00	1.081.518,69	653.685,40
(-) Aplicações Financeiras	380.500,00	1.081.518,69	653.685,40
Transferências Correntes	89.333.320,00	75.051.380,96	76.624.862,91
FPM	19.440.000,00	14.139.036,04	13.568.970,95
ICMS	39.200.000,00	32.961.657,36	34.869.682,47
Convênios	2.090.000,00	1.290.755,40	1.953.708,62
Outras Transferências Correntes	28.603.320,00	26.659.932,16	26.232.500,87
Demais Receitas Correntes	7.009.000,00	8.145.756,47	7.896.559,86
Dívida Ativa	900.000,00	604.722,16	659.181,13
Diversas Receitas Correntes	6.109.000,00	7.541.034,31	7.237.378,73
RECEITAS DE CAPITAL (II)	27.520.000,00	1.167.222,57	5.651.767,32
Operações de Crédito (III)	8.500.000,00	430.024,99	2.818.432,18
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	11.640,71	8.798,14
Alienação de Bens (V)	140.000,00	44.200,00	0,00
Transferências de Capital	18.880.000,00	681.356,87	2.770.283,00
Convênios	18.330.000,00	374.000,26	2.557.283,00
Outras Transferências de Capital	550.000,00	307.356,61	213.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	54.254,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18.880.000,00	681.356,87	2.824.537,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	128.904.320,00	97.596.343,68	100.223.602,85

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2014	Até Dezembro 2015	Até Dezembro 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	113.035.258,89	94.487.242,56	91.656.273,80	94.297.597,30	91.392.471,83	189.645,26	263.801,97
Pessoal e Encargos Sociais	56.781.830,19	50.815.231,85	51.415.495,45	50.815.231,85	51.415.495,45	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	387.000,00	297.966,53	520.520,07	297.966,53	520.520,07	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	55.866.428,70	43.374.044,18	39.720.258,28	43.184.398,92	39.456.456,31	189.645,26	263.801,97
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	112.648.258,89	94.189.276,03	91.135.753,73	93.999.630,77	90.871.951,76	189.645,26	263.801,97
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	34.847.673,94	6.639.242,02	10.070.361,72	6.342.914,20	9.407.069,61	296.327,82	663.292,11
Investimentos	31.660.693,94	3.734.282,92	7.932.695,56	3.437.955,10	7.269.403,45	296.327,82	663.292,11
Inversões Financeiras	191.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	191.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.995.980,00	2.904.959,10	2.137.666,16	2.904.959,10	2.137.666,16	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	31.851.693,94	3.734.282,92	7.932.695,56	3.437.955,10	7.269.403,45	296.327,82	663.292,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	144.549.952,83	97.923.558,95	99.068.449,29	97.437.585,87	98.141.355,21	485.973,08	927.094,08
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	(15.645.632,83)	(327.215,27)	1.155.153,56	(327.215,27)	1.155.153,56	0,00	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	6.407.835,48	-	-	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(2.594.000,00)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 11/fev/2016

Hora de emissão:

Notas:

**RREO - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 6º BIMESTRE DE 2015**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

Poder/Órgão	RP Processados e Não Processados Liquidados					RP Não Processados					Saldo Total (a + b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2014				Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)												
Executivo	3.224.660,66	1.442.775,19	2.205.856,77	3.244,19	2.458.334,89	40.678,45	927.094,08	797.837,12	797.837,12	43.232,37	126.703,04	2.585.037,93
Controladoria Geral do Município	3.224.660,66	1.442.775,19	2.205.856,77	3.244,19	2.458.334,89	40.678,45	927.094,08	797.837,12	797.837,12	43.232,37	126.703,04	2.585.037,93
Fundação Cultural de Guarumirim	704,57	6.901,69	7.345,87	0,00	260,39	1.000,09	19,08	19,08	19,08	0,00	1.000,09	1.260,48
Fundação do Meio Ambiente de Guarumirim	3.121,68	8.881,37	8.881,37	0,00	3.121,68	0,00	8.666,90	8.666,90	8.666,90	0,00	0,00	3.121,68
Fundo Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.308,98	6.237,92	6.237,92	0,00	71,06	71,06
Fundo Mun. de Assistência Social de Guarumirim	1.168,30	0,00	54.204,51	0,00	1.168,30	2.669,68	0,00	0,00	0,00	0,00	2.669,68	3.837,98
Fundo Municipal de Saúde	3.900,00	0,00	0,00	0,00	3.900,00	0,00	12.431,88	10.984,17	10.984,17	0,00	1.447,71	1.447,71
Fundo Municipal de Saúde de Guarumirim	0,00	210.099,11	210.053,16	0,00	45,95	0,00	182.299,72	111.608,45	111.608,45	0,00	0,00	3.900,00
Gabinete do Prefeito	9.813,10	14.593,60	14.562,44	0,00	9.844,26	280,00	57.191,55	57.191,55	57.191,55	0,00	280,00	10.124,26
Hospital Municipal Santo Antônio	41.707,64	0,00	0,00	0,00	41.707,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.707,64
Procuradoria	34.165,70	12.284,16	22.354,96	0,00	20.094,90	1.036,86	29.223,82	20.323,55	20.323,55	0,00	1.036,86	25.131,76
Secretaria de Administração e Finanças	209.629,43	123.317,25	230.299,12	0,00	102.647,56	3.041,46	29.223,82	20.323,55	20.323,55	0,00	11.941,73	114.589,29
Secretaria de Agricultura	94.209,61	0,00	71.197,84	0,00	23.011,77	1.087,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.087,40	24.099,17
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	5.508,24	34.264,11	34.495,95	0,00	5.276,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.276,40
Secretaria de Educação	1.239.960,51	0,00	113.153,19	2.575,79	1.124.231,53	27.656,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.151.887,84
Secretaria de Esporte e Lazer	61.536,83	25.784,24	39.293,67	0,00	48.027,40	941,90	93,63	31,80	31,80	0,00	1.003,73	49.031,13
Secretaria de Infra-estrutura	1.497.762,41	215.874,59	676.458,32	0,00	1.037.178,68	1.469,96	11.953,73	11.953,73	11.953,73	0,00	1.469,96	1.038.646,64
Secretaria de Planejamento e Desenvol. Urbano	20.334,02	30.688,24	32.508,27	0,00	18.513,99	1.494,79	122,07	122,07	122,07	0,00	1.494,79	20.008,78
Secretaria Desenvolvimento Social	1.138,62	147,15	873,64	0,00	412,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	412,13
Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	296.404,94	295.457,90	400,00	547,04	0,00	1.943,02	1.943,02	1.943,02	0,00	0,00	547,04
Secretaria Municipal de Educação	0,00	406.729,91	392.116,24	268,40	14.345,27	0,00	616.839,70	568.754,88	568.754,88	19.030,16	29.054,66	43.399,93
Secretaria Municipal de Gestão Estratégica	0,00	2.600,32	2.600,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	3.224.660,66	1.442.775,19	2.205.856,77	3.244,19	2.458.334,89	40.678,45	927.094,08	797.837,12	797.837,12	43.232,37	126.703,04	2.585.037,93

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão:

11/fev/2016

Hora de emissão:

Notas:

**RREO - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6º BIMESTRE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo 14

<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS</b>		<b>Até Dezembro</b>
Previsão Inicial da Receita		137.924.820,00
Previsão Atualizada da Receita		137.924.820,00
Receitas Realizadas		99.163.728,07
Déficit Orçamentário		1.962.756,51
Saldos de Exercícios Anteriores		6.407.835,48

<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS</b>		<b>Até Dezembro</b>
Dotação Inicial		137.924.820,00
Créditos Adicionais		10.008.112,83
Dotação Atualizada		147.932.932,83
Despesas Empenhadas		101.126.484,58
Despesas Liquidadas		101.126.484,58
Despesas Pagas Até Período		99.721.999,28
Superávit Orçamentário		0,00

<b>DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até Dezembro</b>
Despesas Empenhadas		101.126.484,58
Despesas Liquidadas		101.126.484,58

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até Dezembro</b>
Receita Corrente Líquida		97.996.505,50

<b>RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até Dezembro</b>
Regime Geral de Previdência Social		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00

<b>RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO</b>	<b>Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado apurado Até Dezembro(b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Nominal	0,00	(113.667,75)	0,00
Resultado Primário	(2.594.000,00)	(327.215,27)	12,61

<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Canc. Até Dezembro</b>	<b>Pag. Até Dezembro</b>	<b>Saldo a pagar</b>
Por Poder e Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.667.435,85	3.244,19	2.205.856,77	2.458.334,89
Poder Executivo	4.667.435,85	3.244,19	2.205.856,77	2.458.334,89
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	967.772,53	43.232,37	797.837,12	126.703,04
Poder Executivo	967.772,53	43.232,37	797.837,12	126.703,04
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.635.208,38</b>	<b>46.476,56</b>	<b>3.003.693,89</b>	<b>2.585.037,93</b>

<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE</b>	<b>Valor Apurado Até Dezembro</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
		<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado Até Dezembro</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	21.457.131,49	25,00	28,76
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	11.469.035,58	60,00	85,08

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Dezembro	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	430.024,99	8.069.975,01
Despesa de Capital Líquida	6.639.242,02	28.208.431,92

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado Até Dezembro	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	44.200,00	95.800,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	86.440,00	184.812,85

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Dezembro	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Dezembro
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	22.773.355,25	15,00	30,84

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 11/fev/2016 Hora de emissão: 14h e 59m

Notas:

**RREO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 6º BIMESTRE 2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Novembro à Dezembro (b)	%(b/a)	Até Dezembro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	137.859.820,00	137.859.820,00	17.839.591,35	12,94	99.163.728,07	71,93	38.696.091,93
RECEITAS CORRENTES	110.339.820,00	110.339.820,00	17.534.317,88	15,89	97.996.505,50	88,81	12.343.314,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.082.000,00	12.082.000,00	1.718.057,11	14,22	11.649.015,11	96,42	432.984,89
Impostos	9.460.000,00	9.460.000,00	1.576.780,75	16,67	9.686.057,07	102,39	(226.057,07)
Taxas	2.222.000,00	2.222.000,00	141.276,36	6,36	1.962.958,04	88,34	259.041,96
Contribuição de Melhoria	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.600.000,00	1.600.000,00	363.493,91	22,72	2.068.834,27	129,30	(468.834,27)
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	1.600.000,00	1.600.000,00	363.493,91	22,72	2.068.834,27	129,30	(468.834,27)
RECEITA PATRIMONIAL	380.500,00	380.500,00	183.597,22	48,25	1.081.518,69	284,24	(701.018,69)
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	380.500,00	380.500,00	183.597,22	48,25	1.081.518,69	284,24	(701.018,69)
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.260.000,00	5.260.000,00	965.118,92	18,35	5.693.727,35	108,25	(433.727,35)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	89.333.320,00	89.333.320,00	13.030.597,39	14,59	75.051.380,96	84,01	14.281.939,04
Transferências Intergovernamentais	87.093.320,00	87.093.320,00	12.810.169,18	14,71	73.541.103,57	84,44	13.552.216,43
Transferências de Instituições Privadas	150.000,00	150.000,00	14.726,37	9,82	219.521,99	146,35	(69.521,99)
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	2.090.000,00	2.090.000,00	205.701,84	9,84	1.290.755,40	61,76	799.244,60
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.684.000,00	1.684.000,00	1.273.453,33	75,62	2.452.029,12	145,61	(768.029,12)
Multas e Juros de Mora	683.000,00	683.000,00	163.374,45	23,92	843.626,26	123,52	(160.626,26)
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	843.614,32	0,00	989.205,60	0,00	(989.205,60)
Receita da Dívida Ativa	900.000,00	900.000,00	266.265,41	29,59	604.722,16	67,19	295.277,84
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	101.000,00	101.000,00	199,15	0,20	14.475,10	14,33	86.524,90
RECEITAS DE CAPITAL	27.520.000,00	27.520.000,00	305.273,47	1,11	1.167.222,57	4,24	26.352.777,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.500.000,00	8.500.000,00	60.480,00	0,71	430.024,99	5,06	8.069.975,01
Operações de Crédito Internas	8.500.000,00	8.500.000,00	60.480,00	0,71	430.024,99	5,06	8.069.975,01
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00	44.200,00	31,57	44.200,00	31,57	95.800,00
Alienação de Bens Móveis	140.000,00	140.000,00	44.200,00	31,57	44.200,00	31,57	95.800,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	1.191,75	0,00	11.640,71	0,00	(11.640,71)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18.880.000,00	18.880.000,00	199.401,72	1,06	681.356,87	3,61	18.198.643,13
Transferências Intergovernamentais	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	307.356,61	55,88	242.643,39
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	18.330.000,00	18.330.000,00	199.401,72	1,09	374.000,26	2,04	17.955.999,74
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	137.924.820,00	137.924.820,00	17.839.591,35	12,93	99.163.728,07	71,90	38.761.091,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	137.924.820,00	137.924.820,00	17.839.591,35	12,93	99.163.728,07	71,90	38.761.091,93
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	1.962.756,51	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	137.924.820,00	137.924.820,00	17.839.591,35	12,93	101.126.484,58	71,90	38.761.091,93
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	7.328.969,87	0,00	0,00	6.407.835,48	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	7.328.969,87	0,00	0,00	6.407.835,48	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Dezembro (j)	Insc. Em Restos a Pagar Não Processados (k)
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro (f)		Novembro à Dezembro	Até Dezembro (h)			
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	137.859.820,00	147.727.732,83	10.466.552,60	100.994.630,64	46.733.102,19	18.895.086,05	100.508.657,56	47.219.075,27	99.598.776,44	485.973,08
DESPESAS CORRENTES	103.305.420,00	112.830.058,89	12.514.699,97	94.355.388,62	18.474.670,27	16.979.533,17	94.165.743,36	18.664.315,53	93.309.932,34	189.645,26
Pessoal e Encargos Sociais	58.803.200,00	56.752.830,19	10.158.943,12	50.815.231,85	5.937.598,34	10.158.975,35	50.815.231,85	5.937.598,34	50.815.231,85	0,00
Juros e Encargos da Dívida	462.000,00	387.000,00	20.537,10	297.966,53	89.033,47	21.287,43	297.966,53	89.033,47	297.966,53	0,00
Outras Despesas Correntes	44.040.220,00	55.690.228,70	2.335.219,75	43.242.190,24	12.448.038,46	6.799.270,39	43.052.544,98	12.637.683,72	42.196.733,96	189.645,26
DESPESAS DE CAPITAL	34.504.400,00	34.847.673,94	(2.048.147,37)	6.639.242,02	28.208.431,92	1.915.552,88	6.342.914,20	28.504.759,74	6.288.844,10	296.327,82
Investimentos	30.272.400,00	31.660.693,94	(2.640.821,95)	3.734.282,92	27.926.411,02	1.314.807,10	3.437.955,10	28.222.738,84	3.383.885,00	296.327,82
Inversões Financeiras	286.000,00	191.000,00	0,00	0,00	191.000,00	0,00	0,00	191.000,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	3.946.000,00	2.995.980,00	592.674,58	2.904.959,10	91.020,90	600.745,78	2.904.959,10	91.020,90	2.904.959,10	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	65.000,00	205.200,00	(1.149,08)	131.853,94	73.346,06	42.071,55	131.853,94	73.346,06	123.222,84	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	137.924.820,00	147.932.932,83	10.465.403,52	101.126.484,58	46.806.448,25	18.937.157,60	100.640.511,50	47.292.421,33	99.721.999,28	485.973,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	137.924.820,00	147.932.932,83	10.465.403,52	101.126.484,58	46.806.448,25	18.937.157,60	100.640.511,50	47.292.421,33	99.721.999,28	485.973,08
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	137.924.820,00	147.932.932,83	10.465.403,52	101.126.484,58	46.806.448,25	18.937.157,60	100.640.511,50	47.292.421,33	99.721.999,28	485.973,08
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)		
				Novembro à Dezembro (b)	%(b/a)	Até Dezembro (c)	%(c/a)			
RECEITAS CORRENTES		65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00		
RECEITA TRIBUTÁRIA		65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuições Sociais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS		65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas e Juros de Mora		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Indenizações e Restituições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Decorrentes de Aportes Periódicos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL		65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Dezembro (j)	Insc. Em Restos a Pagar Não Processados (k)
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro (f)		Novembro à Dezembro	Até Dezembro (h)			
DESPESAS CORRENTES	65.000,00	205.200,00	(1.149,08)	131.853,94	73.346,06	42.071,55	131.853,94	73.346,06	123.222,84	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.000,00	205.200,00	(1.149,08)	131.853,94	73.346,06	42.071,55	131.853,94	73.346,06	123.222,84	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	65.000,00	205.200,00	(1.149,08)	131.853,94	73.346,06	42.071,55	131.853,94	73.346,06	123.222,84	0,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 11/fev/2016

Hora de emissão: 12h e 43m

Notas:

**RREO DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 6º BIMESTRE 2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM****Relatório Resumido da Execução Orçamentária****Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas				Despesas Liquidadas				Inscritas em Restos a Pagar não Processados (f)
			Novembro a Dezembro	Até Dezembro (b)	%(b) / tot.(b)	Saldo (c) = (a-b)	Novembro a Dezembro	Até Dezembro (d)	%(d) / tot.(d)	Saldo (e) = (a-d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	137.859.820,00	147.727.732,83	10.466.552,60	100.994.630,64	99,87	46.733.102,19	18.895.086,05	100.508.657,56	99,87	47.219.075,27	485.973,08
Legislativa	2.997.000,00	2.117.308,00	332.374,92	2.100.090,49	2,08	17.217,51	382.732,82	2.099.623,97	2,09	17.684,03	466,52
Acao Legislativa	2.997.000,00	2.117.308,00	332.374,92	2.100.090,49	2,08	17.217,51	382.732,82	2.099.623,97	2,09	17.684,03	466,52
Administração	12.363.590,00	13.359.762,85	1.032.677,34	8.834.367,13	8,74	4.525.395,72	1.739.597,98	8.824.909,95	8,77	4.534.852,90	9.457,18
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	660.000,00	695.000,00	93.148,71	632.886,95	0,63	62.113,05	120.614,94	632.886,95	0,63	62.113,05	0,00
Planejamento e Orçamento	1.415.000,00	1.359.490,00	207.917,17	1.226.357,84	1,21	133.132,16	232.834,62	1.226.357,84	1,22	133.132,16	0,00
Administracao Geral	7.079.590,00	7.561.252,85	452.084,69	3.761.962,71	3,72	3.799.290,14	739.360,81	3.752.976,71	3,73	3.808.276,14	8.986,00
Administração Financeira	166.000,00	575.010,00	(66.758,93)	390.295,60	0,39	184.714,40	137.714,36	389.824,42	0,39	185.185,58	471,18
Controle Interno	470.000,00	426.010,00	60.042,37	362.076,19	0,36	63.933,81	68.855,93	362.076,19	0,36	63.933,81	0,00
Normalização e Fiscalização	570.000,00	490.000,00	57.664,08	437.751,95	0,43	52.248,05	72.852,92	437.751,95	0,43	52.248,05	0,00
Tecnologia da Informação	1.275.000,00	1.545.000,00	146.377,28	1.373.731,39	1,36	171.268,61	265.532,83	1.373.731,39	1,36	171.268,61	0,00
Ordenamento Territorial	18.000,00	18.000,00	0,00	1.384,00	0,00	16.616,00	0,00	1.384,00	0,00	16.616,00	0,00
Administração de Receitas	710.000,00	690.000,00	82.201,97	647.920,50	0,64	42.079,50	101.831,57	647.920,50	0,64	42.079,50	0,00
Segurança Pública	892.000,00	1.592.371,03	66.684,66	669.926,93	0,66	922.444,10	142.983,26	669.802,94	0,67	922.568,09	123,99
Policiamiento	462.000,00	1.132.371,03	38.719,20	298.205,65	0,29	834.165,38	80.015,43	298.081,66	0,30	834.289,37	123,99
Defesa Civil	430.000,00	460.000,00	27.965,46	371.721,28	0,37	88.278,72	62.967,83	371.721,28	0,37	88.278,72	0,00
Assistência Social	6.415.300,00	7.492.260,36	674.338,08	4.567.009,04	4,52	2.925.251,32	1.093.799,57	4.567.009,04	4,54	2.925.251,32	0,00
Assistência ao Idoso	312.250,00	319.762,07	36.594,42	149.579,46	0,15	170.182,61	91.066,72	149.579,46	0,15	170.182,61	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	413.450,00	600.962,07	200.027,99	580.027,99	0,57	20.934,08	236.456,57	580.027,99	0,58	20.934,08	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.533.400,00	1.889.828,29	135.594,37	828.505,44	0,82	1.061.322,85	260.767,29	828.505,44	0,82	1.061.322,85	0,00
Assistência Comunitária	4.156.200,00	4.681.707,93	302.121,30	3.008.896,15	2,98	1.672.811,78	505.508,99	3.008.896,15	2,99	1.672.811,78	0,00
Saúde	30.865.230,00	36.281.690,32	4.195.252,33	30.396.258,21	30,06	5.885.432,11	5.572.172,03	30.145.982,37	29,95	6.135.707,95	250.275,84
Atenção Básica	15.281.500,00	16.573.875,26	1.764.447,77	13.358.780,77	13,21	3.215.094,49	2.655.791,54	13.210.187,97	13,13	3.363.687,29	148.592,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.922.010,00	18.180.167,16	2.073.536,07	16.033.579,61	15,85	2.146.587,55	2.608.766,55	16.009.459,72	15,91	2.170.707,44	24.119,89
Vigilância Sanitária	410.720,00	821.647,90	133.532,21	492.650,76	0,49	328.997,14	67.942,08	418.738,83	0,42	402.909,07	73.911,93
Vigilância Epidemiológica	251.000,00	706.000,00	223.736,28	511.247,07	0,51	194.752,93	239.671,86	507.595,85	0,50	198.404,15	3.651,22
Trabalho	206.000,00	1.020,00	0,00	0,00	0,00	1.020,00	0,00	0,00	0,00	1.020,00	0,00
Empregabilidade	206.000,00	1.020,00	0,00	0,00	0,00	1.020,00	0,00	0,00	0,00	1.020,00	0,00
Educação	35.754.700,00	36.765.311,51	3.878.434,07	28.890.899,08	28,57	7.874.412,43	5.269.353,06	28.666.626,33	28,48	8.098.685,18	224.272,75
Alimentação e Nutrição	3.224.000,00	3.103.227,56	149.140,75	2.353.611,24	2,33	749.616,32	361.530,34	2.350.155,40	2,34	753.072,16	3.455,84
Ensino Fundamental	18.154.000,00	18.165.500,06	2.233.269,71	14.450.496,97	14,29	3.715.003,09	2.790.169,00	14.379.373,89	14,29	3.786.126,17	71.123,08
Ensino Médio	506.500,00	348.846,39	12.560,00	227.315,72	0,22	121.530,67	12.560,00	227.315,72	0,23	121.530,67	0,00
Ensino Superior	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Educação Infantil	13.748.200,00	15.025.737,50	1.489.273,98	11.757.602,41	11,63	3.268.135,09	2.090.651,97	11.607.908,58	11,53	3.417.828,92	149.693,83
Educação de Jovens e Adultos	117.000,00	117.000,00	(5.810,37)	101.872,74	0,10	15.127,26	14.441,75	101.872,74	0,10	15.127,26	0,00
Cultura	1.037.000,00	1.127.010,00	33.099,95	670.010,43	0,66	456.999,57	84.572,04	669.980,55	0,67	457.029,45	29,88
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	616.000,00	721.000,00	39.213,71	612.914,83	0,61	108.085,17	84.367,80	612.884,95	0,61	108.115,05	29,88
Diffusão Cultural	421.000,00	406.010,00	(6.113,76)	57.095,60	0,06	348.914,40	204,24	57.095,60	0,06	348.914,40	0,00
Direitos da Cidadania	410.000,00	210.000,00	4.776,30	136.274,29	0,13	73.725,71	17.562,81	136.274,29	0,14	73.725,71	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	410.000,00	210.000,00	4.776,30	136.274,29	0,13	73.725,71	17.562,81	136.274,29	0,14	73.725,71	0,00
Urbanismo	16.927.000,00	18.779.670,85	(2.513.507,75)	5.063.683,51	5,01	13.715.987,34	693.280,66	5.063.683,51	5,03	13.715.987,34	0,00
Infra-Estrutura Urbana	11.537.000,00	13.069.270,85	(2.865.427,01)	433.743,44	0,43	12.635.527,41	86.610,50	433.743,44	0,43	12.635.527,41	0,00
Servicos Urbanos	2.188.000,00	2.758.243,04	259.888,50	2.416.762,67	2,39	341.480,37	405.211,98	2.416.762,67	2,40	341.480,37	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	90.000,00	53.294,10	0,00	3.274,10	0,00	5.020,00	0,00	3.274,10	0,00	5.020,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	182.000,00	213.892,86	(1,50)	197.880,44	0,20	16.012,42	14.438,44	197.880,44	0,20	16.012,42	0,00
Controle Ambiental	2.606.000,00	2.521.010,00	92.032,26	2.012.022,86	1,99	508.987,14	187.019,74	2.012.022,86	2,00	508.987,14	0,00
Turismo	324.000,00	163.960,00	0,00	0,00	0,00	163.960,00	0,00	0,00	0,00	163.960,00	0,00
Habitacao	572.000,00	72.010,00	(7.145,75)	47.144,29	0,05	24.865,71	120,96	47.144,29	0,05	24.865,71	0,00
Habitacao Urbana	572.000,00	72.010,00	(7.145,75)	47.144,29	0,05	24.865,71	120,96	47.144,29	0,05	24.865,71	0,00
Saneamento	10.668.000,00	12.049.970,00	797.257,88	5.272.933,33	5,21	6.777.036,67	1.127.798,46	5.272.933,33	5,24	6.777.036,67	0,00
Saneamento Básico Urbano	10.668.000,00	12.049.970,00	797.257,88	5.272.933,33	5,21	6.777.036,67	1.127.798,46	5.272.933,33	5,24	6.777.036,67	0,00
Gestão Ambiental	556.000,00	556.000,00	(22.956,79)	397.068,42	0,39	158.931,58	23.621,94	395.721,50	0,39	160.278,50	1.346,92
Preservação e Conservação Ambiental	542.000,00	556.000,00	(22.956,79)	397.068,42	0,39	158.931,58	23.621,94	395.721,50	0,39	160.278,50	1.346,92
Recuperação de Áreas Degradadas	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.791.000,00	1.693.637,15	104.898,54	1.251.565,36	1,24	442.071,79	238.162,30	1.251.565,36	1,24	442.071,79	0,00
Promoção da Produção Animal	305.000,00	335.000,00	44.480,70	286.598,65	0,28	48.401,35	48.388,98	286.598,65	0,28	48.401,35	0,00
Extensão Rural	1.486.000,00	1.358.637,15	60.417,84	964.966,71	0,95	393.670,44	187.773,32	964.966,71	0,96	393.670,44	0,00
Indústria	545.000,00	683.520,00	0,00	136.473,92	0,13	547.046,08	133.623,92	136.473,92	0,14	547.046,08	0,00
Promoção Industrial	545.000,00	683.520,00	0,00	136.473,92	0,13	547.046,08	133.623,92	136.473,92	0,14	547.046,08	0,00
Comércio e Serviços	1.875.000,00	1.593.450,00	97.998,93	668.684,52	0,66	924.765,48	123.035,74	668.684,52	0,66	924.765,48	0,00
Empregabilidade	176.000,00	293.500,00	45.653,69	267.639,64	0,26	25.860,36	56.790,87	267.639,64	0,27	25.860,36	0,00
Promoção Comercial	605.000,00	510.000,00	0,00	0,00	0,00	510.000,00	0,00	0,00	0,00	510.000,00	0,00
Turismo	1.094.000,00	789.950,00	52.345,24	401.044,88	0,40	388.905,12	66.244,87	401.044,88	0,40	388.905,12	0,00
Transporte	6.096.800,00	6.375.929,34	1.019.002,10	6.074.880,30	6,01	301.049,04	1.136.360,78	6.074.880,30	6,04	301.049,04	0,00
Transporte Rodoviário	6.096.800,00	6.375.929,34	1.019.002,10	6.074.880,30	6,01	301.049,04	1.136.360,78	6.074.880,30	6,04	301.049,04	0,00
Desporto e Lazer	2.191.000,00	2.304.631,42	149.828,61	1.517.446,91	1,50	787.184,51	232.046,63	1.517.446,91	1,51	787.184,51	0,0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
 Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2015 / Bimestre Novembro-Dezembro

Reserva de contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
-------------------------	-----------	-----------	------	------	------	-----------	------	------	------	-----------	------

**Despesa Intra-Orçamentária**

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (f)
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro (b)	%(b) / tot.(b)		Novembro à Dezembro	Até Dezembro (d)	%(d) /tot.(d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	65.000,00	205.200,00	(1.149,08)	131.853,94	0,13	73.346,06	42.071,55	131.853,94	0,13	73.346,06	0,00
Legislativa	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acao Legislativa	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	6.000,00	(2.761,13)	3.238,87	0,00	2.761,13	1.560,79	3.238,87	0,00	2.761,13	0,00
Administracao Geral	0,00	6.000,00	(2.761,13)	3.238,87	0,00	2.761,13	1.560,79	3.238,87	0,00	2.761,13	0,00
Segurança Pública	0,00	1.200,00	(780,48)	419,52	0,00	780,48	133,70	419,52	0,00	780,48	0,00
Policimento	0,00	1.200,00	(780,48)	419,52	0,00	780,48	133,70	419,52	0,00	780,48	0,00
Assistência Social	20.000,00	20.000,00	(1.022,67)	15.490,56	0,02	4.509,44	1.454,92	15.490,56	0,02	4.509,44	0,00
Assistência Comunitária	20.000,00	20.000,00	(1.022,67)	15.490,56	0,02	4.509,44	1.454,92	15.490,56	0,02	4.509,44	0,00
Saúde	15.000,00	25.000,00	(3.876,66)	7.682,07	0,01	17.317,93	1.852,38	7.682,07	0,01	17.317,93	0,00
Atenção Básica	15.000,00	25.000,00	(3.876,66)	7.682,07	0,01	17.317,93	1.852,38	7.682,07	0,01	17.317,93	0,00
Educação	17.000,00	109.000,00	23.837,81	87.635,11	0,09	21.364,89	32.971,33	87.635,11	0,09	21.364,89	0,00
Ensino Fundamental	7.000,00	77.000,00	18.890,23	60.732,84	0,06	16.267,16	25.033,12	60.732,84	0,06	16.267,16	0,00
Educação Infantil	10.000,00	32.000,00	4.947,58	26.902,27	0,03	5.097,73	7.938,21	26.902,27	0,03	5.097,73	0,00
Cultura	2.000,00	2.000,00	(328,84)	670,36	0,00	1.329,64	159,24	670,36	0,00	1.329,64	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.000,00	2.000,00	(328,84)	670,36	0,00	1.329,64	159,24	670,36	0,00	1.329,64	0,00
Urbanismo	0,00	6.500,00	(1.143,57)	2.356,43	0,00	4.143,57	1.134,43	2.356,43	0,00	4.143,57	0,00
Serviços Urbanos	0,00	6.500,00	(1.143,57)	2.356,43	0,00	4.143,57	1.134,43	2.356,43	0,00	4.143,57	0,00
Agricultura	2.000,00	3.000,00	(784,64)	2.191,86	0,00	808,14	81,39	2.191,86	0,00	808,14	0,00
Extensão Rural	2.000,00	3.000,00	(784,64)	2.191,86	0,00	808,14	81,39	2.191,86	0,00	808,14	0,00
Comércio e Serviços	0,00	7.500,00	(2.189,37)	2.310,63	0,00	5.189,37	879,14	2.310,63	0,00	5.189,37	0,00
Empregabilidade	0,00	1.500,00	(1.069,28)	430,72	0,00	1.069,28	162,78	430,72	0,00	1.069,28	0,00
Turismo	0,00	6.000,00	(1.120,09)	1.879,91	0,00	4.120,09	716,36	1.879,91	0,00	4.120,09	0,00
Transporte	3.000,00	13.000,00	(5.732,67)	5.262,28	0,01	7.737,72	639,41	5.262,28	0,01	7.737,72	0,00
Transporte Rodoviário	3.000,00	13.000,00	(5.732,67)	5.262,28	0,01	7.737,72	639,41	5.262,28	0,01	7.737,72	0,00
Desporto e Lazer	3.000,00	12.000,00	(6.366,86)	4.596,25	0,00	7.403,75	1.204,82	4.596,25	0,00	7.403,75	0,00
Desporto Comunitário	3.000,00	12.000,00	(6.366,86)	4.596,25	0,00	7.403,75	1.204,82	4.596,25	0,00	7.403,75	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>137.924.820,00</b>	<b>147.932.932,83</b>	<b>10.465.403,52</b>	<b>101.126.484,58</b>	<b>100,00</b>	<b>46.806.448,25</b>	<b>18.937.157,60</b>	<b>100.640.511,50</b>	<b>100,00</b>	<b>47.292.421,33</b>	<b>485.973,08</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 11/fev/2016

Hora de emissão: 15:00:00

Notas:

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 06 - FMAS 03

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul – Prefeitura

Fundo Municipal de Assistência Social

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 06/2016 - Pregão Presencial Nº. 06/2016.

Objeto: Aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar para manutenção e conservação da frota de veículos e máquinas do Município de Guarujá do Sul – Prefeitura, Fundo Municipal de Assistência Social, Polícia Militar e Polícia Civil do município de Guarujá do Sul

Propostas e Habilitação: 01/03/2016 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 12 de fevereiro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Adelise de Oliveira,

Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 03/2016 - Pregão Presencial Nº. 01/2016.

Objeto: Contratação de empresa para atender os Grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência da Assistência Social do município de Guarujá do Sul, executando as oficinas a seguir relacionadas: Oficina de Teatro, Oficina de Escultura e Oficina de Muay Thai.

Propostas e Habilitação: 26/02/2016 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 12 de fevereiro de 2016.

Adelise de Oliveira;

Gestora do FMAS.

### COMUNICADO AUDIENCIA

#### COMUNICADO

Ao apresentar nossos especiais cumprimentos, comunicamos a todos ou a quem possa interessar que a Administração Municipal de Guarujá do Sul realizará audiência pública que tem o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais relativas ao Terceiro Quadrimestre de 2015, que se realizará no dia 26 de Fevereiro de 2016, às 14h00min horas nas dependências do Centro de Convivência de Idosos.

Guarujá do Sul, em 12 de Fevereiro de 2016,

Atenciosamente;

Jose Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002A/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002A/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 03 de agosto de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de fevereiro de 2016 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de Frutas, verduras e legumes para as secretarias municipais de Assistência Social, Educação e de Saúde pelo período de 06 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa GUILHERME BRAGHIROLI ME, inscrita no CNPJ nº 10.638.257/0001-27 em decorrência do Processo Licitatório nº 008/2016, modalidade Pregão Presencial nº 002/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Geisa Trombetta Bernardi, nomeada para este fim através da Portaria nº 905/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 108.046,60 (cento e oito mil e quarenta e seis reais e sessenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 05 de fevereiro de 2016.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Olmar Luiz Braghirolli Procurador CPF: 294.839.219-53 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002B/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002B/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 03 de agosto de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de fevereiro de 2016 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de Frutas, verduras e legumes para as secretarias municipais de Assistência Social, Educação e de Saúde pelo período de 06 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ODARI LOPES RODRIGUES ME, inscrita no CNPJ nº 10.365.307/0001-40 em decorrência do Processo Licitatório nº 008/2016, modalidade Pregão Presencial nº 002/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Geisa Trombetta Bernardi, nomeada para este fim através da Portaria nº 905/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 160.407,70 (cento e sessenta mil quatrocentos e sete reais e setenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 05 de fevereiro de 2016.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Luiz Adriani de Andrade Procurador CPF: 774.144.209-06 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**PORTARIA Nº 167/2016**

PORTARIA Nº 167/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 146/2016, da servidora CLARA MARIA SOBOTKA TIEPO (Matr. 62), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível – 5, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 12 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 168/2016**

PORTARIA Nº 168/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

NOMEAR o Senhor TOMAZ ALBERTO CONRADO (Matr. 4204), para ocupar o Cargo de Provisão em Comissão de Secretário de Habitação, Nível – Agente Político, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 15 de Fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



# Ilhota

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 018-2016 PRG 056 - 2015 FME - REGISTRO DE PREÇOS - MERENDA - STONNI

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 018/2016

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 338/2015

Pregão Presencial: 056/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.

Fornecedor: COMERCIAL STONNI LTDA.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	2	1	CARNE MOIDA, MUSCULO BOVINO, 1KG CONGELADA - COTA RESERVADA	12,48	COMERCIAL STONNI LTDA
1	3	1	CARNE DE PALETA, PACOTE COM 1KG	15,58	COMERCIAL STONNI LTDA
1	4	1	MUSCULO BOVINO, SEM OSSO, EMBALADO COM PACOTE DE 1KG PLÁSTICO TRANSPARENTE	14,38	COMERCIAL STONNI LTDA
1	5	1	SALSICHA CONGELADA, PACOTE COM 3KG	4,25	COMERCIAL STONNI LTDA
1	6	1	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO, PACOTE DE 1KG	6,48	COMERCIAL STONNI LTDA
1	7	1	PEITO DE FRANGO SEM OSSO, PACOTE DE 1KG	8,30	COMERCIAL STONNI LTDA
1	8	1	MORTADELA DE FRANGO, SEM GORDURA	4,18	COMERCIAL STONNI LTDA

Valor: R\$ 139.501,00 (cento e trinta e nove mil quinhentos e um reais)

Assinatura: 12/02/2016.

Vigência: até 12/02/2017.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 019-2016 PRG 061 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇOS -MATERIAL DE LIMPEZA - STONNI

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 019/2016

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 343/2015

Pregão Presencial: 061/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE.

Fornecedor: COMERCIAL STONNI LTDA.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	2	1	ÁLCOOL 70% MATERIAL ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, TIPO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: PRODUTO LIMPEZA DOMÉSTICA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM DE 1 LITRO	5,52	COMERCIAL STONNI LTDA
1	3	1	ÁLCOOL EM GEL, MATERIAL: ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, TIPO: GEL SANITIZANTE, APLICAÇÃO: PRODUTO LIMPEZA DOMÉSTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NEUTRALIZANTE, ESPESSANTE E GRAU COSMÉTICO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO DE 500 ML	5,45	COMERCIAL STONNI LTDA
1	7	1	CERA LÍQUIDA, LÍQUIDA AUTO BRILHANTE (NÃO NECESSITANDO SER LUSTRADO), USO , INDICADO PARA: SUPERFÍCIES SINTECADAS, GRANILITE, PAVIFLEX, PISOS VINÍLICOS, LITROS. DENSIDADE (25°C) 0,99 A 1,01 G/ML; PH (25°C) 8,4 A 9,4; RENDIMENTO 60 A 80 M²/L; TEOR DE NÃO VOLTEIS 13,0 A 14,0%. PRODUTO CERA IMMADEIRA E CERÂMICAS VITRIFICADAS. COMPOSIÇÃO: CARNAÚBA, SOLVENTE, TESOATIVO NÃO IÔNICOS, ALCANALIZANTE, COADJUVANTE, 1,2 BENZOISOTIAZOLINONA 3, EMULSÃO DE CERAS NATURAIS E SINTÉTICAS, DISPERÇÃO ACRÍLICA METALIZADA, NIVELADORES, PLASTIFICANTES, FRAGRÂNCIA, PRESERVANTE E ÁGUA. FRAGRÂNCIA DE FLORAL. ACONDICIONADA EM GALÕES DE 02ARDÓSIA, PLURIGOMA, MARMORITE E SIMILARES CONTRA INDICADA PARA: CARPETES DE	21,77	COMERCIAL STONNI LTDA
1	19	1	INSETICIDA EM SPRAY MATA BARATA EMBALAGEM DE NO MINIMO 300 ML	10,15	COMERCIAL STONNI LTDA
1	23	1	LIXEIRO, CAPACIDADE 100 L, DE PLÁSTICO, NA COR BRANCA E COM PEDAL.	165,5	COMERCIAL STONNI LTDA

1	25	1	LUVA MULTIUSO LATEX CANO LONGO (PAR TAM. G) FORRADA MULTIUSO. IDEAL PARA LIMPEZA DE LOUÇAS, PANEAS, BANHEIRO, ETC. FLEXÍVEIS E RESISTENTES. COMPOSIÇÃO: LÁTEX 100% NATURAL. FORRO 100% DE ALGODÃO PARA ABSORVER A TRANSPIRAÇÃO. BORDAS AJUSTADAS QUE AUMENTAM A PROTEÇÃO, EVITANDO A ENTRADA DE ÁGUA. EMBALAGEM PLÁSTICA, COM DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO.	3,9	COMERCIAL STONNI LTDA
1	26	1	LUVA MULTIUSO LATEX CANO LONGO (PAR TAM. MÉDIO) FORRADA MULTIUSO. IDEAL PARA LIMPEZA DE LOUÇAS, PANEAS, BANHEIRO, ETC. FLEXÍVEIS E RESISTENTES. COMPOSIÇÃO: LÁTEX 100% NATURAL. FORRO 100% DE ALGODÃO PARA ABSORVER A TRANSPIRAÇÃO. BORDAS AJUSTADAS QUE AUMENTAM A PROTEÇÃO, EVITANDO A ENTRADA DE ÁGUA. EMBALAGEM PLÁSTICA, COM DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO.	3,94	COMERCIAL STONNI LTDA
1	30	1	PÁ DE LIXO, DE PLÁSTICO RESISTENTE; QUALQUER COR PÁ DE LIXO COM CABO LONGO DE PLÁSTICO RESISTENTE. DIMENSÕES (APROX.): CABO: 75,5 CM, PÁ: COMP. 23 CM X LARGURA 19 CM X ALTURA 9 CM	7,5	COMERCIAL STONNI LTDA
1	34	1	PASTA CRISTAL, PASTA (TIPO CRISTAL) EMBALAGEM COM MÍNIMO 300 GRAMAS	4,9	COMERCIAL STONNI LTDA
1	38	1	RODO DE BORRACHA, RODO DE BORRACHA DUPLA COM CABO E BASE DE MADEIRA. MEDIDA DA BASE: 50 CM	10,58	COMERCIAL STONNI LTDA
1	39	1	RODO DE ESPUMA, 30CM DE BASE COM CABO ROSQUEÁVEL COM CABO DE NO MÍNIMO 1,8 METROS COM SUPERFÍCIE ESPONJOSA DE NO MÍNIMO 30CM X 10CM QUE PERMITE O USO DE DETERGENTES E DESINFETANTES	8,65	COMERCIAL STONNI LTDA
1	43	1	SABONETE LÍQUIDO, SABONETE LÍQUIDO ANTI-SÉPTICO. PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO DAS MÃOS, SEM PERFUME, NEUTRO, HIDRATANTE. EMBALAGEM COM 2 LITROS COM TAMPÃO QUE NÃO PERMITA O VAZAMENTO	19,4	COMERCIAL STONNI LTDA
1	44	1	SABONETE LÍQUIDO, NEUTRO, ANTISSÉPTICO, CONCENTRADO, EMBALAGEM COM 5 LITROS	36,7	COMERCIAL STONNI LTDA

Valor: R\$ 62.083,75 (sessenta e dois mil e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos)

Assinatura: 12/02/2016.

Vigência: até 12/02/2017.

Tatiana R.Reichert  
Secretária da Administração

# Imbituba

## PREFEITURA

### EDITAL 001.16 COMDIM ELEIÇÃO 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO COMDIM Nº. 01/2016

#### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM - DE IMBITUBA

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM, Sra. M<sup>a</sup> de Lourdes de Souza Pires, CONVOCA nos termos da LEI Nº 4163, DE 05 DE MARÇO DE 2013, que dispõe sobre sua criação, as entidades Não – Governamentais, com sede no município de Imbituba, para Assembleia de Escolha dos Conselheiros titulares e respectivos suplentes, de conformidade com o art. 2º, inciso 2º, da referida Lei, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM/ Biênio 2016 – 2018, com o objetivo de realizar a escolha de instituições representantes da Sociedade Civil, conforme normas previstas neste Edital.

#### 1- Informações Gerais

1.1 - Data da Assembleia de Escolha das Entidades: 17/03/2016.

Horário: 14h00min

Local: Câmara de Vereadores - Município de Imbituba, Rua Ernani Cotrin, nº555, Centro, Imbituba/SC.

1.2 - Número de Vagas: quatro (04) vagas para Conselheiros Não – Governamentais titulares e quatro (04) vagas para seus respectivos suplentes, devendo contemplar as diversas expressões do movimento organizado de mulheres: como associações, fóruns, sindicatos, e outros.

1.3 - Duração do mandato: 02 anos.

1.4 - Dentre os Conselheiros do COMDIM da Gestão 2013–2015 haverá uma Comissão Especial, composta por Conselheiros Não – Governamentais que coordenará o processo de Escolha;

#### 2 . Da inscrição de candidatos e credenciamento de delegados:

2.1 - Data: 19/02/2016 a 15/03/2016.

2.2 - Horário: 7h30min às 12h (ininterruptamente)

2.3 - Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho e Renda - SEAST, Rua: Av. Dr. João Rimsa, nº535, Centro - Imbituba-SC.

#### 3.0 - Dos documentos para inscrição das Entidades e credenciamento de delegados:

3.1 - Cópia dos documentos que comprovem a existência da Entidade: Estatuto da Entidade e Ata de Posse da última Diretoria registrados em cartório;

3.2 – Plano de Ação do ano vigente e Relatório Quantitativo das Atividades do ano anterior;

3.3 - Cópia do Comprovante de Inscrição no CNPJ;

3.4 - Requerimento com o timbre ou carimbo da Entidade, à Comissão Especial, assinado pelo representante legal da entidade solicitando a inscrição da Entidade e/ou de credenciamento de delegado e de suplente de delegado;

3.5 - Cópia da Carteira de Identidade do candidato, do delegado e suplente de delegado, no caso de estrangeiros apresentarem também o visto de permanência válido;

Observação:

a) Os funcionários públicos em cargo de confiança ou de direção, na esfera pública, não poderão ser membros do Conselho representando algum segmento que não o do poder público;

3.6- Os modelos de requerimento e fichas de inscrição e credenciamento estarão disponíveis na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda - SEAST, Rua: Av Dr. João Rimsa, Nº 535, Centro - Imbituba/SC.

3.7 - As entidades que tiverem seus pedidos deferidos, serão informadas através de ofícios, pela Comissão Especial até dia 15/03 as 13h00min. A referida Comissão providenciará também a publicação nos meios de comunicação impresso do município e no mural informativo da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda – SEAST.

3.8 – Os eleitores deverão apresentar, no local de votação, antes da mesma, documento oficial de identificação com foto.

3.9 - O voto é pessoal e intransferível, não sendo aceito o voto por procuração.

3.9.1 - Poderão habilitar-se como eleitores cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos

3.9.2 - As entidades não governamentais devidamente credenciadas e aprovadas estarão aptas a votar e receberem votos.

3.9.3 - Encerrada a votação, será lavrada ata em que constará a contagem dos votos e sua apuração, bem como relação anexa com nomes e assinaturas dos eleitores e dos candidatos que tiverem participado do pleito.

3.9.4 - Serão considerados eleitos as entidades com maior votação e as

subseqüentes serão suplentes até o número de 04 (quatro).

3.9.5 - Em caso de empate, será considerado eleito o candidato cuja entidade tiver sido fundada há mais tempo.

3.9.6 - Em caso de não completarem alguma vaga para Conselheiros Não – Governamentais do COMDIM, será convocada nova Assembleia para preenchimento da vaga;

3.9.7 - Os conselheiros escolhidos serão aclamados pela Comissão Especial;

3.9.9 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial.

#### 4.0 - Da Posse

4.1 - Os Conselheiros escolhidos serão empossados pelo Prefeito Municipal de Imbituba.

#### 4.2 - Disposições Finais

4.3 - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM, não serão remunerados, sendo considerado seu serviço de interesse público relevante.

4.4 - Após a realização da Assembleia, serão afixados em locais públicos os nomes das entidades eleitas titulares e suplentes.

Imbituba, 15 de fevereiro de 2016.

M<sup>a</sup> de Lourdes de Souza Pires

Presidente do COMDIM

Célia David

Secretária M. de Assistência Social, Trabalho e Renda - SEAST

### ERRATA EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CMPC – IMBITUBASC

Errata EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CMPC – IMBITUBA/SC

#### ERRATA

O Conselho Municipal de Política Cultural de Imbituba/SC torna público que, devido a erro de digitação, na publicação do Edital de Convocação acima citado, publico neste Diário, no dia 12/02/2016, onde se lê 31ª Sessão Ordinária do CMPC, leia-se 32ª Sessão Ordinária do CMPC – Imbituba/SC.

Rodrigo de Souza Foti

Presidente do CMPC

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Correa Pacheco  
Secretária-Geral do CMPC

### **ERRATA NOTIFICAÇÃO CMPC Nº 012016**

Errata NOTIFICAÇÃO CMPC Nº 01/2016  
ERRATA

O Conselho Municipal de Política Cultural de Imbituba/SC torna público que, devido a erro de digitação, na publicação da notificação acima citada, publico neste Diário, no dia 12/02/2016, onde se lê 31ª Sessão do CMPC, leia-se 32ª Sessão Ordinária do CMPC.

Rodrigo de Souza Foti  
Presidente do CMPC

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Correa Pacheco  
Secretária-Geral do CMPC

### **ERRATA NOTIFICAÇÃO CMPC Nº 022016**

Errata NOTIFICAÇÃO CMPC Nº 02/2016  
ERRATA

O Conselho Municipal de Política Cultural de Imbituba/SC torna público que, devido a erro de digitação, na publicação da notificação acima citada, publico neste Diário, no dia 12/02/2016, onde se lê 31ª Sessão do CMPC, leia-se 32ª Sessão Ordinária do CMPC.

Rodrigo de Souza Foti  
Presidente do CMPC

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Correa Pacheco  
Secretária-Geral do CMPC

### **EXTRATO DE ABERTURA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC Nº 02/2016**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC Nº 02/2016

#### **EXTRATO DE ABERTURA**

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, considerada a ausência de candidatos habilitados e/ou aprovados no Processo Seletivo Simplificado objeto do Edital PMI/CERSP/PSS nº 14/2015, conforme aferido pela Secretaria Municipal de Educação, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais para

suprir vacâncias temporárias no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação.

#### **1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

0.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas na área de Educação Especial e Ciências da Religião.

Disciplina	Formação mínima exigida
Professor II de Educação Especial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciatura em Pedagogia da Educação Especial, ou,</li> <li>• Licenciatura em Pedagogia com Complementação em Educação Especial.</li> </ul>
Professor I de Educação Especial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciatura em Pedagogia com Especialização em Educação Especial, ou,</li> <li>• Licenciatura em Pedagogia, ou,</li> <li>• Histórico escolar e atestado de frequência de, no mínimo, o 5º semestre de Licenciatura em Pedagogia da Educação Especial ou</li> <li>• Histórico escolar e atestado de frequência de, no mínimo, o 5º semestre de Licenciatura em Pedagogia</li> </ul>
Professor II de Ensino Religioso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciatura em Ciências da Religião</li> <li>• Licenciatura em História</li> <li>• Licenciatura em Filosofia</li> <li>• Licenciatura e/ou Bacharel em Teologia</li> </ul>
Professor I de Ensino Religioso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atestado de frequência de, no mínimo, o 5º semestre de Licenciatura em Ciências da Religião</li> <li>• Atestado de frequência de, no mínimo, o 5º semestre de Licenciatura em História;</li> <li>• Atestado de frequência de, no mínimo, o 5º semestre de Licenciatura em Filosofia;</li> <li>• Atestado de frequência de, no mínimo, o 5º semestre de Licenciatura e/ou Bacharel em Teologia.</li> </ul>

\*RT = Reserva Técnica

1.2 Para candidatar-se às vagas em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

As inscrições serão realizadas no período de 16 a 29 de Fevereiro de 2016 na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Localizada a Rua : Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina das 07:00 às 13:00 e/ou via SEDEX.

Edital completo: Disponível na internet [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) / Editais / Editais Seduc/ Editais Seduc

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 23/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 25 de fevereiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "fornecimento de plantas, insumos, materiais e mão de obra necessários ao plantio, junto aos canteiros da rua Ernani Cotrim e reformulação dos canteiros da rua Irineu Bornhausen, no centro da cidade de Imbituba".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 15 de Janeiro de 2016.  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário Municipal da SEAPI

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº. 18/2016 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 24/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 09:00 horas, do dia 25 de fevereiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de 01 (um) veículo zero km, 4(quatro) portas, ano 2015/2016, cor azul metálico, para sorteio da campanha "compre aqui – Imbituba legal".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 15 de Janeiro de 2016.  
Ivan Vitória  
Secretário Municipal da fazenda

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA DE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 03/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 03/2016, que tem como objeto a "aquisição de tubos, blocos de concreto, lajota, meio-fio e calha para uso da SEAPI, e superintendências sul, norte e oeste". A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 25 de Fevereiro de 2016, às 10:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 15 de fevereiro de 2016.  
Dilson Petrassem Junior  
Pregoeiro Oficial

**EXTRATO: SEMUSA 2016/03 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2016/03 A00  
Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE  
CNPJ: 83.291.807/0001-58  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA-SC DE PACIENTES DO SUS NO PROCEDIMENTO 03.01.07.007-5  
Prazo: 31/12/2016 Valor: O VALOR A SER PAGO REFERENTE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, SERÁ AQUELE CONSTANTE NA TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, BEM COMO SEUS REAJUSTES  
Fundamento: Processo nº. 02/2016 Inexigibilidade 01/2016

Imbituba, 26 de Janeiro de 2016.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de Saúde  
Credenciante

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE  
Representante legal  
Credenciada

**PORTARIA PMI/GGP Nº 61/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 61, de 11 de fevereiro de 2016.  
Dispõe sobre pedido de retorno da Licença Sem Vencimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 70, de 05 de janeiro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º Retornar a pedido, a servidora SCHEILA REGINA MARQUES PIRES ALVES, inscrita no CPF sob o n.º 037.053.809-90, Professora, matrícula n.º 5206, afastada por LICENÇA SEM VENCIMENTOS através da PORTARIA PMI/GGP Nº 401, de 07 de julho de 2015, para retorno de suas atividades funcionais, a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 11 de fevereiro de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 009/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 009/2016

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação de seguros, nas modalidades Compreensiva, RCF-V – Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos, para a frota de veículos, motocicletas, utilitários, caminhões, tratores para construção e tratores agrícolas, da Prefeitura do Município de Indaial, Fundos, Fundações e Convênios.

VALOR: R\$ 58.500,00

PRAZO: 04 de janeiro de 2016 até 04 de janeiro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 04/01/2016.

### CONTRATO Nº 015/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 015/2016

CONTRATADA: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de 01 (uma) vaga para adulto, masculino, para o acolhimento de C. W., vítima de acidente vascular cerebral, que necessita de atenção integral por encontrar-se com seus direitos violados e estar com vínculos familiares rompidos, de acordo com declaração de Assistente Social em anexo.

VALOR: R\$ 50.400,00

PRAZO: 29 de janeiro de 2016 até 29 de janeiro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 29/01/2016.

### TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 045/2014

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 045/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 95.766.598/0001-30, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 140, Bairro Centro, na cidade de Brusque – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Sr. Josemir Perin, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF sob nº 787.031.749-72 e Cédula de Identidade nº 5.168.198-3-SSP/PR, residente à Rodovia Antonio Heil, nº 2905, Bairro Limoeiro, na cidade de Itajaí – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, através do Processo Licitatório nº 25/2014 – Termo de Inexigibilidade nº 001/2014 - 18201 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente Termo Aditivo de contrato, o qual reger-se-á pelas condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas quarta item 4 e sexta item 6.2, do

contrato original que tem como objeto a contratação de 01 (uma) vaga feminino para idoso para o acolhimento da Sra. Asta Horn, que necessita de proteção integral por encontrar-se com seus direitos violados, vínculos familiares rompidos, de acordo com laudo de Assistente Social em anexo, passam a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

4. O preço unitário (mensal) contratado é de R\$3.380,00 (três mil trezentos e oitenta reais), e descontado o valor de 70% do BPC, sendo de responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social, o valor de R\$2.764,00 (dois mil setecentos e sessenta e quatro reais), perfazendo o valor total anual de R\$33.168,00 (trinta e três mil cento e sessenta e oito reais).

#### CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO

6.2. O prazo de vigência do presente contrato será de 07 de fevereiro de 2016 até 07 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogado até o limite do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial (SC), 05 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA Josemir Perin Contratada
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC Nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

### TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 046/2014

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 046/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à



Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.354.317/0001-54, estabelecida à Rua Professor Francisco Bodenmuller, nº 100, Bairro Centro, na cidade de Brusque – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua representante legal Sra. Maria de Lourdes Dalago, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob nº 506.988.699-15 e Cédula de Identidade nº 1.119.361-1-SESP/SC, residente à Rua ST 007, nº 50, Bairro Santa Terezinha, na cidade de Brusque – Estado de Santa Catarina. doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, através do Processo Licitatório nº 026/2014 – Termo de Inexigibilidade nº 002/2014 - 18201 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato, o qual reger-se-á pelas condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas quarta, item 4 e sexta item 6.2, do contrato original que tem como objeto a contratação de 02 (duas) vagas para adultos para os acolhimentos da Sra. Simone Malkowski, e Sra. Neiva Maria da Silva, que necessitam de proteção integral por encontrar-se com seus direitos violados, vínculos familiares rompidos, de acordo com laudo de Assistente Social em anexo, passam a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

4.1. O preço unitário (mensal/vaga) contratado é de R\$4.200,00 (quatro mil duzentos reais), e descontado o valor de 100% do BPC, sendo de responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social, o valor de R\$3.320,00 (três mil trezentos e vinte reais), perfazendo o valor total mensal de R\$6.640,00 (seis mil seiscentos e quarenta reais), o valor total anual de R\$ 79.680,00 (setenta e nove mil seiscentos e oitenta reais).

#### CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO

6.2. O prazo de vigência do presente contrato será de 07 de fevereiro de 2016 até 07 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogado até o limite do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial (SC), 05 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI Maria deLourdes Dalago Contratada
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 259/2014

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 259/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que fazem entre si MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação da Rua Heinz Wanser, com área total de 7.927,58m², passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 17 de fevereiro de 2016 até 15 de maio de 2016, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 11 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
--	---

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
--	--

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

### **TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 260/2014**

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 260/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que fazem entre si MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação da Rua São Vicente, com área total de 1.027,86m<sup>2</sup>, passa a vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:**

5.1. O prazo de execução das obras é de 17 de fevereiro de 2016 até 15 de maio de 2016, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 11 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada

SECRETARIA DE OBRAS  
Carlos Henrique Nagel  
Secretário Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO  
Miguel Soar  
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

### **TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 026/2013**

TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 026/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução terraplenagem e drenagem pluvial, constante do sistema mutirão do município, das seguintes ruas:

a) - Rua Teresina: início na interseção com a Rua Boa Vista (estaca 14+0,00 PP), e término nas proximidades da residência nº 136 (estaca 32+16,00 PF), com extensão total de 376,00 metros; e,

b) - Rua Córdoba: início na interseção com a Rua Teresina (estaca 0+0,00 PP), e término defronte à residência nº 83 (estaca 4+7,50 PF), com extensão total de 87,50 metros.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:**

5.1. O prazo total do presente contrato é de 08 de fevereiro de 2016 até 07 de abril de 2016.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único

efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 05 de fevereiro de 2016.  
MUNICÍPIO DE INDAIAL  
Sérgio Almir dos Santos  
Contratante

ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA  
Denilson Hoepers  
Contratada

SECRETARIA DE OBRAS  
Carlos Henrique Nagel  
Secretário Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO  
Miguel Ângelo Soar  
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

### **TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 027/2013**

TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 027/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo a cláusula quinta item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem pluvial, constante do sistema mutirão do município, das ruas - Rua Bariloche e Rua Formosa, passa a vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:**

5.1. O prazo para a execução total das obras é de 08 de fevereiro de 2016 até 07 de abril de 2016.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.  
E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 05 de fevereiro de 2016.  
MUNICÍPIO DE INDAIAL  
Sérgio Almir dos Santos  
Contratante

ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA  
Denilson Hoepers  
Contratada

SECRETARIA DE OBRAS  
Carlos Henrique Nagel  
Secretário Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO  
Miguel Ângelo Soar  
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016****ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2016****Processo Licitatório Nº 15/00000201****Pregão Nº 2/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.2/2016**

Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, de um lado o **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.789.410/0001-02, com sede na Rua Olímpia, nº 41, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Mário Withoeft**, Prefeito em exercício legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479-20 e Cédula de Identidade nº 3/R-757.931, residente e domiciliado à Rua Viçosa, nº 125, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000201 - Pregão Nº 2/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 MINISTER SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.913.862/0001-29, estabelecida à RUA MARCILIO DIAS, nº 98 – Bairro JARDIM AMÉRICA, no município de Rio do Sul – Santa Catarina.

**2. DO OBJETO:**

- 2.1. CONTRATAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA DESARMADA, PARA EVENTOS ESPORTIVOS.  
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

## 3.1.1.

**517607 - MINISTER SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA****Lote: -**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE AGENTES PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA. CONFORME ANEXO V DO TERMO DE REFRÊNCIA DO EDITAL.	HORA		1.500	R\$25,90	R\$38.850,00
Total Lote:						R\$38.850,00

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2016**

Total Fornecedor:	R\$38.850,00
Total Homologação:	R\$38.850,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. **REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. **EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterà as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. **FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar



---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2016**

---

profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 201/2015 - Edital de Pregão nº 2/2015.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:



---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2016**

---

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

**11. RESCISÃO DA ATA:**

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2016**

---

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 12 de janeiro de 2016.

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.2/2016**

---

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Mário Withoeft  
Prefeito em exercício

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Ademir Packer  
Diretor Executivo

**MINISTER SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA**

SERGIO LUCIANO KUEHL  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1785/2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1785/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMJ1894	55723199E	5274/1	04/12/2015	175
IHL1961	55723965E	5010/0	22/12/2015	162 * I
IHL1961	55723966E	6599/2	22/12/2015	230 * V
IHL1961	55723968E	5061/0	22/12/2015	163 c/c 162 * I
IHL1961	55723972E	5274/1	22/12/2015	175
IOP0950	55489080E	6912/0	16/12/2015	232
LCB0150	55724006E	6599/2	20/12/2015	230 * V
LYQ1982	55724013E	6599/2	26/12/2015	230 * V
LYU7075	55723593E	5010/0	23/12/2015	162 * I
LZB9090	55724009E	6610/2	22/12/2015	230 * VII
LZG6383	55722850E	6599/2	01/12/2015	230 * V
MAD7966	55723962E	6912/0	22/12/2015	232
MAD7966	55723963E	6726/1	22/12/2015	230 * XVIII
MAD7966	55723964E	6637/1	22/12/2015	230 * IX
MAE4975	55723676E	6599/2	26/12/2015	230 * V
MAG4693	55724011E	6599/2	26/12/2015	230 * V
MAG4693	55724012E	5010/0	26/12/2015	162 * I
MAV0619	55723196E	6599/2	02/12/2015	230 * V
MAV0619	55723197E	5010/0	02/12/2015	162 * I
MAW7911	55489159E	5010/0	29/12/2015	162 * I
MAW7911	55489160E	6599/2	29/12/2015	230 * V
MBP7679	55489169E	6580/0	04/01/2016	230 * IV
MBP7679	55489170E	6599/2	04/01/2016	230 * V
MBP7679	55489173E	6912/0	04/01/2016	232
MBP7679	55489174E	6637/1	04/01/2016	230 * IX
MBP7679	55489175E	6653/1	04/01/2016	230 * XI

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDJ3655	55723311E	6610/2	25/11/2015	230 * VII
MEP2139	55723955E	5010/0	20/12/2015	162 * I
MEP2139	55723956E	5061/0	20/12/2015	163 c/c 162 * I
MEP2139	55723960E	6556/1	20/12/2015	230 * I
MJA9395	55723674E	6599/2	26/12/2015	230 * V
MLM0579	55489139E	7340/0	23/12/2015	252 * IV
MLM0579	55489140E	5037/1	23/12/2015	162 * III
MLM0579	55489141E	6599/2	23/12/2015	230 * V
MLM0579	55489144E	5134/1	23/12/2015	164 c/c 162 * III
MMM6969	55489165E	6599/2	30/12/2015	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 6 DE FEVEREIRO DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

**TERMO ADITIVO 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2015****TERMO ADITIVO 001 DA  
ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.45/2015****Processo Licitatório Nº 15/00000168****Pregão Nº 14/2015****TERMO ADITIVO 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.45/2015**

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e quinze, de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, com sede na Rua Leoberto Leal, nº 166, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000168 - Pregão Nº 14/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.477.571/0001-47, estabelecida à RUA ANNE FRANK, nº 5223 – Bairro BOQUEIRÃO, no município de CURITIBA – Paraná.
- 1.1.1 O presente termo aditivo tem por objeto a correção do atual endereço do fornecedor citado no item 1.1.

**2 AS PARTES:**

- 2.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 11 de fevereiro de 2016.

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL**

Adriane Machado Ferrari  
Secretária de Saúde



**TERMO ADITIVO 001 DA  
ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.45/2015**

**DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS  
LTDA**

SERGIO MIGUEL SKRZYIEC  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL****PROCESSO LICITATÓRIO 05/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE

Câmara Municipal de Indaial

SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial

Processo Licitatório: 005/2016

Objeto: Bandeiras

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 005/2016 – Termo de Dispensa nº 005/2016 consoante termo anexo.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 11 de fevereiro de 2016.

**PROCESSO LICITATÓRIO 05/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE

Câmara Municipal de Indaial

SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial

Processo Licitatório: 005/2016

Objeto: Bandeiras

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 005/2016 – Termo de Dispensa nº 005/2016: ECCO INDUSTRIA DE ARTEFATOS PLASTICOS LTDA-ME, com CNPJ nº 04.087.392/0001-29, com sede na Rua Professora Yeda Lunardi, 14, Bairro Scharlau – CEP 93140-140 – município de São Leopoldo/RS., para aquisição de 6 (seis) bandeiras do Brasil – tamanho: 0,90m x 1,28m; 6 (seis) bandeiras do estado de Santa Catarina - tamanho: 0,90m x 1,28m; 8 (oito) bandeiras do município de Indaial - tamanho: 0,90m x 1,28m; 15 (quinze) bandeiras para mesa, confeccionadas em tecido 100% poliéster, toda duplada, com costuras duplas nas bordas, no tamanho 14x20cm, com base e mastro de madeira torneados, medindo 31cm de altura, com um mastro; e 40 metros de corda trançada de fibras de polipropileno, com espessura de 6mm, de alta resistência, para hasteamento de bandeira em mastros com mais de 5 metros de altura, com o valor total de R\$1.912,00.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 11 de fevereiro de 2016.

**PROCESSO LICITATÓRIO 06/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 006/2016 – Termo de Dispensa nº 006/2016 consoante termo anexo.

Indaial/SC, 11 de fevereiro de 2016.

Vereador Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

**PROCESSO LICITATÓRIO 06/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 006/2016 – Termo de Dispensa nº 006/2016: SANDRO GUILHERMO MATIAS 00406956979, com o valor de R\$158,33 (cento e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), por sessão ordinária gravada, constituindo-se como objeto, a locução e gravação dos resumos das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Indaial, sendo o total de 43 sessões ordinárias, de até 15 minutos cada, previstas para a gravação durante o ano de 2016, totalizando R\$6.808,19 (seis mil oitocentos e oito reais e dezenove centavos).

Indaial/SC, 11 de fevereiro de 2016.

Vereador Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

# Irineópolis

## PREFEITURA

### 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 05/2014

3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 05/2014

"CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC E O LAR DOS IDOSOS SANT'ANA".

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 827.405 -SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado CONCEDENTE, e o LAR DOS IDOSOS SANT'ANA, com sede no Bairro Colonia Velha, s/n, inscrito no CNPJ nº 81.648.362/0007-80, representado por sua Presidente, Senhora LUCIA MARGARETE GRABOVE, inscrita no CPF nº 029.987.819-85, RG nº 7.071.569-4, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, firmam o presente Convênio, em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender os seguintes quesitos, amparados pela Lei Municipal nº 1.791/2014, de 16 de Abril de 2014.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem o presente Termo Aditivo objetivo de alterar o prazo de vigência do Convênio nº 03/2014, conforme autoriza a Lei Municipal nº 1.791/2014, de 16 de Abril de 2014, iniciando em 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas a que a CONVENIENTE está obrigada a realizar observará as seguintes condições:

- I) Deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data do repasse de cada parcela pelo Município, mediante a apresentação de cópia documental das despesas realizadas em função dos recursos recebidos;
- II) As eventuais parcelas repassadas no mês de Novembro de cada ano deverão ter a prestação de contas realizada até o dia 10 (dez) do mês de Dezembro;
- III) A não prestação de contas dentro dos prazos fixados nesta cláusula implicará na perda do direito ao recebimento da parcela subsequente, sendo que as demais vincendas somente serão liberadas após o recebimento da prestação em atraso;
- IV) O atraso de 02 (duas) prestações de contas, consecutivas ou não, implicará na rescisão motivada do Convênio, por parte do Município, independentemente de notificação ao Conveniente;
- V) A não observância na correta aplicação dos recursos recebidos, implicará na rescisão do Convênio e na consequente devolução dos valores aplicados incorretamente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se

cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 01º de Janeiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal	Lucia Margarete Grabove Presidente do Lar dos Idosos Sant'Ana
Testemunhas:	
Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF: 037.425.669-11	Nome: Rosani R. da Silva Mischka CPF: 664.622.159-68

### CONVÊNIO Nº 02/2016

CONVÊNIO N.º 002/2016.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE IRINEÓPOLIS.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 23ªR 827.405-SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE IRINEÓPOLIS, com sede na localidade de Vila Nova do Timbó, inscrita no CNPJ nº 11.556.122/0001-85, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Edirlei João Hoíça, inscrito no CPF nº 030.757.519-52, RG nº 3.991.189 - SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, firmam o presente Convênio, em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender os seguintes quesitos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio, a transferência de recursos financeiros, através de repasse auxílio financeiro para fins de cooperação técnica, do CONCEDENTE ao CONVENIENTE, objetivando:

- I – Disponibilização de serviços, insumos e equipamentos a grupos organizados através da cessão de uso, comodato ou parcerias;
- II – Capacitação dos produtores e técnicos envolvidos no Programa;
- III – Melhoramento animal através de ações que viabilizem o uso de inseminação artificial e demais tecnologias;
- IV – Incentivo a pecuária leiteira a pasto;
- V – Transporte para visitas técnicas e capacitações fora do Município de Irineópolis;
- VI – Orientação técnica e assistência médico-veterinária.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE, o valor total de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas, do orçamento em vigor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

As ações a serem implementadas em decorrência do presente instrumento terão por finalidade constituir as seguintes obrigações:

##### I - DA CONCEDENTE

- Promover o repasse dos recursos financeiros;
- Fixar e dar ciência aos executores dos Procedimentos Técnicos e Operacionais que regem a execução dos serviços, programas e projetos;
- Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços, programas e projetos de forma articulada;
- Receber os Relatórios e as Prestações de Contas da Entidade e promover o seu encaminhamento conforme estabelecem as determinações de ordem legal.

##### II - DO CONVENIENTE:

- A não observância na correta aplicação de recursos recebidos, implicará na rescisão deste Termo e na conseqüente devolução dos valores aplicados incorretamente;
- Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, dentro dos prazos previstos, efetuando a respectiva Prestação de Contas, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do recebimento do valor, conforme prejugado 1843 TCE/SC.
- Movimentar os recursos através de conta corrente específica junto à uma instituição bancária, devidamente identificada dentro do programa;
- Manter atualizado o cadastro dos atendimentos efetuados, bem como, prontuários e relatórios;
- Permitir à qualquer tempo, a fiscalização das ações, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, bem como da Secretaria Municipal de Agricultura.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31/12/2016.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste convênio poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo CONCEDENTE, ou suspensão do atendimento pela CONVENIENTE.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido com aviso prévio de 30 (trinta) dias, por inadimplência, caso o CONCEDENTE não repasse o valor acordado no prazo determinado.

§ 1º - Ocorrendo a inadimplência por parte do CONCEDENTE, aguardar-se-á pelo prazo 30 (trinta) dias para que o mesmo efetue o repasse devido. Expirado esse prazo e não ocorrido o pagamento, serão interrompidos os atendimentos até que se salde o débito.

§ 2º - Poderá também, haver rescisão do presente Convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior, ou ainda, por mútuo consenso das partes à qualquer época.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIENTE, será feita através de protocolo. Nenhuma outra

forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis, 10 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	EDIRLEI JOÃO HOIÇA Presidente da Associação dos Produtores de Leite de Irineópolis
Testemunhas	
Nome: Andressa Bendlin CPF 077.840.849-35	Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF 037.425.669-11

**DECRETO N.º 2.949/2015**

DECRETO Nº 2.949/2016, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

**"ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 2.403/2013, COM ALTERAÇÕES DADAS PELO DECRETO Nº 2.604/2014, QUE ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À EXAME ADMISSIONAL, PARA INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o ANEXO I do Decreto nº 2.403/2013, com modificações dadas pelo Decreto nº 2.604/2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO I**

DECRETO Nº 2403/2013, DE 10 DE MAIO DE 2013.

**EXAMES ADMISSIONAIS PARA CARGOS PROVENIENTES DE CONCURSO PÚBLICO**

- Hemograma Completo, Glicemia em jejum, EAS
- Colesterol Total
- Creatinina
- Ácido Úrico
- Raios- X de coluna lombo sacra e bacia
- Raios-X Tórax PA e Perfil
- Laudo dermatológico
- Laudo de Exame Toxicológico Laboratorial de larga janela de detecção (últimos 180 dias)
- Acuidade visual
- Audiometria
- Hepatite B e C
- Gama GGT
- TGO/TGP

Para candidatos com idade acima de 40 (quarenta) anos, além dos exames acima descritos:

- ECG (Eletrocardiograma com Laudo);

Para os candidatos para os cargos de Professor e Pedagogo, além dos exames acima descritos:

- Laringoscopia com Laudo.

Art. 2º - O Anexo II - Solicitação de Exames Médicos Ambulatoriais, instituído pelo Decreto nº 2.403/2013, passa a ter a composição estabelecida no Anexo único, parte integrante Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, (SC), 10 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 2.949/2016.****ANEXO II – DECRETO Nº 2.403, DE 10/05/2013.**


<b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b>		
Nome:	Data de Nascimento:	Sexo:
Situação Funcional:	Cargo:	
Ato:	Regime Jurídico:	
Documento de Identidade:	Órgão Expedidor:	C.P.F:
Lotação:		
FINALIDADE DOS EXAMES Ingresso, sob a forma de convocação no Quadro de Pessoal AMBULATORIAIS: Aptidão Física e Mental		

**EXAMES A SEREM REALIZADOS**

Para todos os cargos:

Hemograma Completo, Glicemia em jejum, EAS

Colesterol Total

Creatinina

Ácido Úrico

Raios- X de coluna lombo sacra e bacia

Raios-X Tórax PA e Perfil

Laudo dermatológico

Laudo de Exame Toxicológico Laboratorial de larga janela de detecção (últimos 180 dias)

Acuidade visual

Audiometria

Hepatite B e C

Gama GGT

TGO/TGP

Outros:

ECG (Eletrocardiograma com Laudo) – Candidatos acima de 40 anos

Laringoscopia com Laudo – Professor e pedagogo.

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável:

**PORTARIA N.º 034/2016 - REPUBLICAÇÃO**

PORTARIA N.º 034/2016.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, e, amparado nas disposições contidas no Art. 181 da LC 01/97, de 30/12/1997,

**RESOLVE:**

Art 1st - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, nº 003/2015, instaurado através da Portaria nº 355/2015 de 11/11/2015.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 05 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.



**DECRETO N.º 2.949/2015**

**DECRETO Nº 2.949/2016, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.**

**“ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 2.403/2013, COM ALTERAÇÕES DADAS PELO DECRETO Nº 2.604/2014, QUE ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À EXAME ADMISSIONAL, PARA INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Senhor **JULIANO POZZI PEREIRA**, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica alterado o ANEXO I do Decreto nº 2.403/2013, com modificações dadas pelo Decreto nº 2.604/2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO I**

**DECRETO Nº 2403/2013, DE 10 DE MAIO DE 2013.**

**EXAMES ADMISSIONAIS PARA CARGOS PROVENIENTES DE CONCURSO PÚBLICO**

- Hemograma Completo, Glicemia em jejum, EAS
- Colesterol Total
- Creatinina
- Ácido Úrico
- Raios- X de coluna lombo sacra e bacia
- Raios-X Tórax PA e Perfil
- Laudo dermatológico
- **Laudo de Exame Toxicológico Laboratorial de larga janela de detecção (últimos 180 dias)**
- Acuidade visual
- Audiometria
- Hepatite B e C
- Gama GGT
- TGO/TGP
- Para candidatos com idade acima de 40 (quarenta) anos, além dos exames acima descritos:
- ECG (Eletrocardiograma com Laudo);
- Para os candidatos para os cargos de Professor e Pedagogo, além dos exames acima descritos:
- Laringoscopia com Laudo.

**Art. 2º** - O Anexo II - **Solicitação de Exames Médicos Ambulatoriais**, instituído pelo Decreto nº 2.403/2013, passa a ter a composição estabelecida no Anexo único, parte integrante Decreto.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, (SC), 10 de Fevereiro de 2016.

**JULIANO POZZI PEREIRA**

Prefeito Municipal.

**ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 2.949/2016.**

ANEXO II – DECRETO Nº 2.403, DE 10/05/2013.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
IRINEÓPOLIS**  
Secretaria Municipal de Administração  
CNPJ: 83.102.558/0001-05



**SOLICITAÇÃO DE EXAMES  
MÉDICOS AMBULATORIAIS**

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

<b>Nome:</b>	<b>Data de Nascimento:</b>	<b>Sexo:</b>
<b>Situação Funcional:</b>	<b>Cargo:</b>	
<b>Ato:</b>	<b>Regime Jurídico:</b>	
<b>Documento de Identidade:</b>	<b>Órgão Expedidor:</b>	<b>C.P.F:</b>
<b>Lotação:</b>		
<b>FINALIDADE DOS EXAMES AMBULATORIAIS:</b> <input type="checkbox"/> Ingresso, sob a forma de convocação no Quadro de Pessoal <input type="checkbox"/> Aptidão Física e Mental		

**EXAMES A SEREM REALIZADOS****Para todos os cargos:**

- ☐ Hemograma Completo, Glicemia em jejum, EAS
- ☐ Colesterol Total
- ☐ Creatinina
- ☐ Ácido Úrico
- ☐ Raios- X de coluna lombo sacra e bacia
- ☐ Raios-X Tórax PA e Perfil
- ☐ Laudo dermatológico
- ☐ Laudo de Exame Toxicológico Laboratorial de larga janela de detecção (últimos 180 dias)
- ☐ Acuidade visual
- ☐ Audiometria
- ☐ Hepatite B e C
- ☐ Gama GGT
- ☐ TGO/TGP

**Outros:**

- ☐ ECG (Eletrocardiograma com Laudo) – Candidatos acima de 40 anos
- ☐ Laringoscopia com Laudo – Professor e pedagogo.

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 13, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 13, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS - FUNDEB e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Portaria nº 430, de 10 de dezembro de 2008, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na Lei Municipal nº 2.395 de 05 de junho de 2007, alterada pela Lei Municipal 2.768, de 2 de maio de 2012;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS - FUNDEB no município de Itapiranga com a seguinte composição:

#### I. representantes do Poder Executivo:

- a) Cláudia Luísa Stefanello – efetivo;
- b) Ane Rohden – suplente;

representantes do Poder Executivo – Secretaria Municipal de Educação

- a) Ricardo Kraemer – efetivo;
- b) Janice Buche Fank – suplente;

#### II. representantes dos Professores da Educação Básica Públicas:

- a) Elenice Ana Kirchner – efetivo;
- b) Cléria Maria Deters – suplente;

#### III. representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

- a) Maria Salete Andrade – efetivo;
- b) Lori Müller – suplente;

#### IV. representantes dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas:

- a) Elenice Reimann – efetivo;
- b) Marinês Klein Reichert – suplente;

#### VI. representantes de Pais e Alunos de Educação Básica Pública:

- a) Liege Eli Jurach – efetivo;
- b) Mauro José Delavy – suplente;
- c) Flavio Antonio dos Santos – efetivo;
- d) Adrissa Arnhold – suplente;

#### VII. representantes de Estudantes da Educação Básica Pública:

- a) Solange Junges Eyng – efetivo;
- b) Nielca da Rosa Chaves – suplente;

#### VIII. representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) Carlise Diell – efetivo;
- b) Camila Fassbinder – suplente;

#### IX. representantes do Conselho Tutelar:

- a) Bruno Toillier – efetivo;
- b) Angela Clara Zinn Weis – suplente.

Parágrafo único. O mandato dos membros do CACS – FUNDEB será até o dia 5 de fevereiro de 2018, com direito à recondução.

Art. 2º As funções dos membros do CACS-FUNDEB não serão remuneradas e constituirão relevantes serviços prestados ao município, com preponderância sobre outras atribuições do cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 222, de 22 de novembro de 2013.

Itapiranga – SC, 5 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

### ERRATA Nº 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

#### ERRATA

Na edição do Jornal em circulação no dia 28 de janeiro de 2016, publicado o extrato da Dispensa de Licitação nº 14/2016.

Onde se lê:

Valor: R\$:715,00 mensais

Leia-se:

Valor: R\$: 595,00 mensais

Itapiranga – SC., 12 de fevereiro de 2016

Milton Simon

Prefeito Municipal

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC  
Valor: R\$ 321.506,40 (trezentos e vinte e um mil quinhentos e seis reais e quarenta centavos).  
Vigência: Início: 04/01/2016 Término: 30/06/2016  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 009/2015 - DL  
Dotação: 2.023.3390.00 - 95 - 18/2016 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA 2.023.3390.00 - 94 - 17/2016 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA 2.023.3390.00 - 80 - 16/2016 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA 2.020.3390.00 - 80 - 7/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC (CIS AMESC) PARA SEREM DISTRIBUIDOS PELA FARMÁCIA PÚBLICA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 4 de Janeiro de 2016.  
ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES ME  
Valor: R\$ 3.759,13 (três mil setecentos e cinquenta e nove reais e treze centavos).  
Vigência: Início: 11/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - PR  
Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO E PELAS UNIDADES DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 11 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: L A DALLA PORTA JUNIOR  
Valor: R\$ 342,78 (trezentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos).  
Vigência: Início: 11/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - PR  
Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO E PELAS UNIDADES DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 11 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: L A DALLA PORTA JUNIOR  
Valor: R\$ 1.648,80 (um mil seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).  
Vigência: Início: 12/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 - PR  
Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 80 - 7/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS COM DECISÃO JUDICIAL PARA SEREM ENTREGUES PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 12 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: PAULO JOSÉ ANTONELI & CIA LTDA ME  
Valor: R\$ 69.482,10 (sessenta e nove mil quatrocentos e oitenta e dois reais e dez centavos).  
Vigência: Início: 12/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 - PR  
Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 80 - 7/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS COM DECISÃO JUDICIAL PARA SEREM ENTREGUES PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 12 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA  
Valor: R\$ 2.269,76 (dois mil duzentos e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos).  
Vigência: Início: 12/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 - PR  
Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 80 - 7/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS COM DECISÃO JUDICIAL PARA SEREM ENTREGUES PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 12 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2016/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: BELLENZIER PNEUS LTDA  
Valor Global: R\$ 164.437,00 (cento e sessenta e quatro mil quatrocentos e trinta e sete reais).  
Vigência: Início: 20/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016/PMJM  
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.003.3390.00 - 80 - 4/2016 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE E ASSESSO 2.008.3390.00 - 103 - 32/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.064.3390.00 - 80 - 5/2016 - Manutenção das Ações da Defesa Civil - FUNMDEC 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO 2.008.3390.00 - 95 - 30/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 20 de Janeiro de 2016.

ADELOR EMERICH  
Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: MODELO PNEUS LTDA  
Valor Global: R\$ 18.334,00 (dezoito mil trezentos e trinta e quatro reais).  
Vigência: Início: 20/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016/PMJM  
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.003.3390.00 - 80 - 4/2016 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE E ASSESSO 2.008.3390.00 - 103 - 32/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.064.3390.00 - 80 - 5/2016 - Manutenção das Ações da Defesa Civil - FUNMDEC 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO 2.008.3390.00 - 95 - 30/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 20 de Janeiro de 2016.

ADELOR EMERICH  
Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES ME  
Valor: R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).  
Vigência: Início: 14/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 - PR  
Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE FITAS COM ÁREA DE REAGENTE PARA VERIFICAÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR PARA SEREM DISTRIBUÍDAS PELA FARMÁCIA PÚBLICA DE JACINTO MACHADO/SC, NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 14 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2016/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: PNEU BOM LTDA - EPP  
Valor Global: R\$ 46.034,00 (quarenta e seis mil e trinta e quatro reais).  
Vigência: Início: 20/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016/PMJM  
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.003.3390.00 - 80 - 4/2016 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE E ASSESSO 2.008.3390.00 - 103 - 32/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.064.3390.00 - 80 - 5/2016 - Manutenção das Ações da Defesa Civil - FUNMDEC 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO 2.008.3390.00 - 95 - 30/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 20 de Janeiro de 2016.  
ADELOR EMERICH  
Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
Valor: R\$ 3.939,40 (três mil novecentos e trinta e nove reais e quarenta centavos).  
Vigência: Início: 21/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 - PR  
Dotação: 2.023.3390.00 - 94 - 17/2016 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.023.3390.00 - 80 - 16/2016 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA 2.020.3390.00 - 80 - 7/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES E FISIOTERÁPICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, PELAS UNIDADES DE SAÚDE E PELO CENTRO DE FISIOTERAPIA DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 21 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.  
Valor Global: R\$ 60.184,00 (sessenta mil cento e oitenta e quatro reais).  
Vigência: Início: 20/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016/PMJM  
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.003.3390.00 - 80 - 4/2016 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE E ASSESSO 2.008.3390.00 - 103 - 32/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.064.3390.00 - 80 - 5/2016 - Manutenção das Ações da Defesa Civil - FUNMDEC 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO 2.008.3390.00 - 95 - 30/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 20 de Janeiro de 2016.  
ADELOR EMERICH  
Prefeito Municipal em Exercício



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA  
Valor: R\$ 603,90 (seiscentos e três reais e noventa centavos).  
Vigência: Início: 21/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 - PR  
Dotação: 2.023.3390.00 - 94 - 17/2016 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.023.3390.00 - 80 - 16/2016 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA 2.020.3390.00 - 80 - 7/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES E FISIOTERÁPICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, PELAS UNIDADES DE SAÚDE E PELO CENTRO DE FISIOTERAPIA DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 21 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES ME  
Valor: R\$ 104.073,17 (cento e quatro mil setenta e três reais e dezessete centavos).  
Vigência: Início: 21/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 - PR  
Dotação: 2.023.3390.00 - 94 - 17/2016 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.023.3390.00 - 80 - 16/2016 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA 2.020.3390.00 - 80 - 7/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES E FISIOTERÁPICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, PELAS UNIDADES DE SAÚDE E PELO CENTRO DE FISIOTERAPIA DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 21 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2016/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA  
Valor Global: R\$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais).  
Vigência: Início: 25/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016/PMJM  
Dotação: 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR ON-LINE, INCLUINDO: IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE PÚBLICO I-EDUCAR, IMPLANTAÇÃO DE MÓDULOS ADMINISTRATIVOS INTEGRADOS, SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO E TREINAMENTOS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA, E; TAMBÉM FORNECIMENTO DE SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO, PELO PERÍODO DE 12 (DEZ) MESES, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Jacinto Machado – SC, 25 de Janeiro de 2016.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2016/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: HN PAPELARIA E COPIAS LTDA ME  
Valor Global: R\$ 23.594,15 (vinte e três mil quinhentos e noventa e quatro reais e quinze centavos).  
Vigência: Início: 28/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 002/2016/PMJM  
Dotação: 2.005.3390.00 - 80 - 10/2016 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO COMUM DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 28 de Janeiro de 2016.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: L A DALLA PORTA JUNIOR  
Valor: R\$ 1.356,34 (um mil trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos).  
Vigência: Início: 21/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 - PR  
Dotação: 2.023.3390.00 - 94 - 17/2016 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.023.3390.00 - 80 - 16/2016 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA 2.020.3390.00 - 80 - 7/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES E FISIOTERÁPICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, PELAS UNIDADES DE SAÚDE E PELO CENTRO DE FISIOTERAPIA DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 21 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: BELLENZIER PNEUS LTDA  
Valor: R\$ 8.322,50 (oito mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).  
Vigência: Início: 21/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - PR  
Dotação: 2.020.3390.00 - 100 - 10/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 80 - 7/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SEREM UTILIZADOS PELOS VEÍCULOS DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 21 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: CASA DO ÔNIBUS PEÇAS E VEÍCULOS EIRELI - ME  
Valor Global: R\$ 77.054,00 (setenta e sete mil e cinquenta e quatro reais).  
Vigência: Início: 28/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 003/2016/PMJM  
Dotação: 2.008.3390.00 - 103 - 32/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 705 - 127/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 95 - 30/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 104 - 33/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA GERAL DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ÔNIBUS E MICROÔNIBUS) DA SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 28 de Janeiro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2016/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: MECANICA E ACESSÓRIO TONETTO LTDA EPP  
Valor Global: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais).  
Vigência: Início: 29/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 004/2016/PMJM  
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA EM MÁQUINAS PESADAS DA SEC. DE AGRICULTURA E SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 29 de Janeiro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: MODELO PNEUS LTDA  
Valor: R\$ 8.512,00 (oito mil quinhentos e doze reais).  
Vigência: Início: 21/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - PR  
Dotação: 2.020.3390.00 - 100 - 10/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 80 - 7/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SEREM UTILIZADOS PELOS VEÍCULOS DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 21 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: HN PAPELARIA E CÓPIAS LTDA - ME  
Valor: R\$ 19.021,30 (dezenove mil e vinte e um reais e trinta centavos).  
Vigência: Início: 28/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 001/2016 - CV  
Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.020.3390.00 - 80 - 7/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PELOS POSTOS DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 28 de Janeiro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: MECANICA MR SILVA DIESEL LTDA - ME  
Valor Global: R\$ 77.764,60 (setenta e sete mil setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).  
Vigência: Início: 29/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 005/2016/PMJM  
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 116 - 79/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E PREDITIVAS DOS CAMINHÕES DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 29 de Janeiro de 2016.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2016/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: NAZAMAK PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME  
Valor Global: R\$ 14.751,76 (quatorze mil setecentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos).  
Vigência: Início: 01/02/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 006/2016/PMJM  
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 116 - 79/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 84/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO  
Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTROS PARA SEREM UTILIZADOS NAS MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO.

Jacinto Machado – SC, 1 de Fevereiro de 2016.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2016/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: OEDING CONTABILIDADE LTDA  
Valor Global: R\$ 71.450,00 (setenta e um mil quatrocentos e cinquenta reais).  
Vigência: Início: 01/02/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 007/2016/PMJM  
Dotação: 2.005.3390.00 - 80 - 10/2016 - MANUT. DOS SERV. ADMINIS-  
TRATIVOS E DE PLANEJAMENTO  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
DE ASSESSORIA TECNICA ESPECIALIZADA NAS ÁREAS CONTÁBIL, AD-  
MINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 1 de Fevereiro de 2016.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 166/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 166/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP  
Vigência: Início: 30/12/2015 Término: 30/06/2016  
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 004/2014 - CC  
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO  
DO OBJETO CONTRATADO POR UM PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, COM  
NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/06/2016.

Jacinto Machado – SC, 30 de Dezembro de 2015.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 004/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 004/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado: ANGELINO MONTEIRO  
Valor Aditado: R\$ 1.934,28 (um mil novecentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos).  
Vigência: Início: 28/01/2016 Término: 30/12/2016  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 022/2013 - DL  
Objeto: FICA PACTUADO O REAJUSTE ANUAL PELO ÍNDICE DO IGP-M  
(FGV) DE 10,54% NO VALOR MENSAL DO CONTRATO, PASSANDO DE R\$  
1.528,71 (UM MIL QUINHENTOS E VINTE E OITO REAIS E SETENTA E  
UM CENTAVOS) PARA R\$ 1.689,90 (UM MIL SEISCENTOS E OITENTA E  
NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS), UM ACRÉSCIMO DE R\$ 1.934,28  
(UM MIL NOVECIENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E VINTE E OITO  
CENTAVOS) NO VALOR GLOBAL ANUAL DO CONTRATO.

Jacinto Machado – SC, 28 de Janeiro de 2016.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 156/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 156/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP  
Vigência: Início: 28/12/2015 Término: 29/02/2016  
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 009/2014 -  
TP  
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO  
DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO  
PARA O DIA 29/02/2016.

Jacinto Machado – SC, 28 de Dezembro de 2015.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 112/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 112/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: CLARO S.A.  
Vigência: Início: 30/12/2015 Término: 15/09/2016  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2011 - PR  
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESEN-  
TE CONTRATO COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA  
15/09/2016.

Jacinto Machado – SC, 30 de Dezembro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### ISSEM - PORTARIA Nº 002/2016-ISSEM

PORTARIA Nº 002/2016-ISSEM

De 25.01.2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 691/2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. CEZARINA TEREZINHA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 035.781.339-14 servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, matriculada sob o nº 7439-0, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 1, Letra "G", triênios equivalentes a 36% (trinta e seis por cento) e carga horária de 40 horas semanais/200 horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.02.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de janeiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora-Presidente do Issem  
Portaria nº 701/2014

### ISSEM - PORTARIA Nº 004/2016-ISSEM

PORTARIA Nº 004/2016-ISSEM

De 27.01.2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 40, § 1º Inciso III "a" da Constituição Federal com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 680/2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. ROSANE TEIXEIRA PURNHAGEN, inscrita no CPF sob nº 418.256.839-72, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Licenciatura

Plena, Classe 7, Letra "F", triênios equivalentes a 30% (trinta por cento), carga horária de 100 (cem) horas mensais, matriculada sob nº 7889-1, com proventos integrais sobre o resultado da média aritmética simples.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 01.02.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de janeiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora-Presidente do Issem  
Portaria nº 701/2014

### ISSEM - PORTARIA Nº 005/2016 – ISSEM

PORTARIA Nº 005/2016 – ISSEM

De 27.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. JOEL JOÃO SCHNEIDER, lotado na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 29.12.2015 a 11.02.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 29.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de janeiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

### ISSEM - PORTARIA Nº 006/2016 – ISSEM

PORTARIA Nº 006/2016 – ISSEM

De 27.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

#### RESOLVE:



Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. JULIANA RECH, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 31.12.2015 a 29.01.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de janeiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

#### **ISSEM - PORTARIA Nº 007/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 007/2016 – ISSEM

De 27.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ULISES SEBASTIAN STERNHEIM, lotado na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Agrícola da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 08.01.2016 a 20.06.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de janeiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

#### **ISSEM - PORTARIA Nº 008/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 008/2016 – ISSEM

De 27.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. NEVIO DAL MORO, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 10.01.2016 a 09.03.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de janeiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

#### **ISSEM - PORTARIA Nº 009/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 009/2016 – ISSEM

De 27.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. VALDI WERNER, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 10.01.2016 a 16.03.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de janeiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

#### **ISSEM - PORTARIA Nº 010/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 010/2016 – ISSEM

De 27.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ANA LUIZA DA FONSECA, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 14.01.2016 a 25.01.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de janeiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014



**ISSEM - PORTARIA Nº 011/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 011/2016 – ISSEM

De 27.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA APARECIDA POSSAMAI STINGHEN, lotada na Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.01.2016 a 10.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.01.2016.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 27 de janeiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 012/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 012/2016 – ISSEM

De 28.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. JOACIR DORADA, lotado na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.01.2016 a 19.03.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.01.2016.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 013/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 013/2016 – ISSEM

De 28.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. GENESIO TOMASELI JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 25.01.2016 a 17.02.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25.01.2016.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 014/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 014/2016 – ISSEM

De 28.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. IRENE DZIN, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 25.01.2016 a 24.02.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25.01.2016.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 015/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 015/2016 – ISSEM

De 28.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. JANAINA FATIMA ANACLETO DUWE, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 26.01.2016 a 05.03.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26.01.2016.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 28 de janeiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 016/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 016/2016 – ISSEM

De 29.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. SANDRO CLAUDINIR MARQUARDT, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 19.01.2016 a 17.02.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de janeiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 017/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 017/2016 – ISSEM

De 29.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. DILSON LIPKE, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 29.01.2016 a 13.03.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de janeiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 018/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 018/2016 – ISSEM

De 29.01.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CARLA RANHA DE ALMEIDA COELHO JUSTO, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 29.01.2016 a 12.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de janeiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 019/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 019/2016 – ISSEM

De 29.01.2016.

Concede Licença Adoção

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 2º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA ADOÇÃO à Servidora Pública Municipal, Sra. ANA CRISTINA HILLESHEIM PULGA, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 17.12.2015 a 14.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de janeiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 020/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 020/2016 – ISSEM

De 29.01.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. JEANA DANIELLY MISKIEVICZ, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.12.2015 a 19.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de janeiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 021/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 021/2016 – ISSEM

De 29.01.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. FRANCELIZE DA SILVA PEDROSO SUTIL, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 26.12.2015 a 23.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de janeiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 022/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 022/2016 – ISSEM

De 29.01.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. ALESSANDRA CRISTHINA ESCOPELLI, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 27.12.2015 a 24.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de janeiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 023/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 023/2016 – ISSEM

De 01.02.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRA WELDT SCHROEDER, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 27.12.2015 a 11.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27.12.2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 024/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 024/2016 – ISSEM

De 01.02.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. JULIANE SCARLET QUILANTE, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 04.01.2016 a 02.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 025/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 025/2016 – ISSEM

De 01.02.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. LECI WINCK, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 04.01.2016 a 02.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 026/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 026/2016 – ISSEM

De 01.02.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. GABRIELA REGINA ROSSI, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 12.01.2016 a 10.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 027/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 027/2016 – ISSEM

De 01.02.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. ANGELA MARIA RODRIGUES, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 18.01.2016 a 16.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 028/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 028/2016 – ISSEM

De 02.02.2016.

Suspende atividades no Instituto

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da Lei Complementar nº 033/2003, de 23 de dezembro de 2003 e suas alterações; CONSIDERANDO as disposições do Decreto nº 9.968, de 06 de junho de 2014; e CONSIDERANDO as disposições do Decreto nº 10.703, de 19 de janeiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, em complemento ao disposto no Decreto 10.703/2016, as atividades no Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, no dia 10 de fevereiro de 2016, Quarta-feira de Cinzas, até as 17h.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 2 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora-Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 029/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 029/2016 – ISSEM

De 02.02.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. ALESSANDRA BOLIGON, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 25.01.2016 a 23.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014



**ISSEM - PORTARIA Nº 030/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 030/2016 – ISSEM

De 02.02.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. CAROLINE LIEBERKNECHT HARATI, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 25.01.2016 a 23.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 031/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 031/2016 – ISSEM

De 02.02.2016.

Concede Licença Adoção

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 2º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA ADOÇÃO à Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIANI CRISTINA SIEWERDT STEIN, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 28.01.2016 a 26.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 032/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 032/2016 – ISSEM

De 02.02.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. KARIN DANIELE KREHNKE FUCKS, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 30.01.2016 a 28.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30.01.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 033/2016-ISSEM**

PORTARIA Nº 033/2016-ISSEM

De 04.02.2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 683/2015,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. TEREZINHA BORDIN DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 710.499.169-72, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, matriculada sob o nº 2491, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 2, Letra "J", triênios equivalentes a 54% (cinquenta e quatro por cento) e carga horária de 40 horas semanais/200 horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 15.02.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora-Presidente do Issem

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 034/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 034/2016 – ISSEM

De 04.02.2016

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LAURECI ALVES DE OLIVEIRA KANZLER, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 01.02.2016 a 16.02.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01.02.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de fevereiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 035/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 035/2016 – ISSEM

De 04.02.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. BERNADETE RENGEL, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 01.02.2016 a 10.03.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01.02.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de fevereiro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 036/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 036/2016 – ISSEM

De 04.02.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. ELISABETH ROLIN ESPANHOL BACHMANN, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 01.02.2016 a 30.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01.02.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 037/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 037/2016 – ISSEM

De 04.02.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA DO CARMO, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 01.02.2016 a 22.02.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01.02.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 038/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 038/2016 – ISSEM

De 04.02.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. JOÃO FRANCISCO SEECHIS, lotado na Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 02.02.2016 a 18.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02.02.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014



**ISSEM - PORTARIA Nº 039/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 039/2016 – ISSEM

De 05.02.2016

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. KARIN MIELKE DOS SANTOS, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.02.2016 a 14.02.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.02.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 040/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 040/2016 – ISSEM

De 05.02.2016

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SUELY CRISTINA DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.02.2016 a 02.03.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.02.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 041/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 041/2016 – ISSEM

De 05.02.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SUELI APARECIDA DE CARVALHO, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.02.2016 a 03.03.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.02.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº. 001/2016-ISSEM**

PORTARIA Nº. 001/2016-ISSEM

De 25.01.2016

Anulação de Benefício de Aposentadoria

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº. 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações, motivada pelo Termo de Deliberação formulado pela Comissão Permanente de Processos Administrativos do ISSEM; Resolução nº 017/2015 emitida pelo Conselho de Administração do Issem e pautada nas razões contidas no processo administrativo nº 086/2015,

**RESOLVE:**

Art.1º ANULAR os efeitos da Portaria nº 014/2011-ISSEM de 02.02.2011, que concedeu a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Sra. MARIA BEATRIZ KARING, ocupante do cargo de efetivo de Orientador Educacional, Nível 7, Letra "F".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.02.2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do Issem

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº. 003/2016-ISSEM**

PORTARIA Nº. 003/2016-ISSEM

De 25.01.2016

Concede Aposentadoria por Invalidez

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, inciso I e suas alterações e de conformidade com o disposto no art. 46, parágrafos 2º, 6º e 7º, todos da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003; combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88 c/c Art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 e com base no conteúdo do processo nº 697/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SRA. SANDRA MARIA BLESING, inscrita no CPF sob nº 642.832.249-87, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, matriculada sob nº 2896-7, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição da

ordem de 98,57% (noventa e oito vírgula cinquenta e sete por cento) sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 6, Letra "I", triênios equivalentes a 54% (cinquenta e quatro por cento) e carga horária de 40 horas semanais/200 horas mês.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do FMPS, à conta do ISSEM, nos termos do art. nº 45, Inciso I, "a" da Lei Complementar nº 033/2003 de 23.12.2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.02.2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de janeiro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

### **PMJS - DECRETO Nº 10.720/2016**

D E C R E T O Nº 10.720/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Engenheiro, matrícula 8920; MARCIO BYLARDT, Supervisor de Recursos Físicos, matrícula 1972; e HIDE-  
RALDO COLLE, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 81710, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 560 - Oscar Schneider, bairro Jaraguá 99, com extensão total de 315,38m (trezentos e quinze vírgula trinta e oito metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PMJS - DECRETO Nº 10.721/2016**

D E C R E T O Nº 10.721/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de

Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 001/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 560 - Oscar

Schneider, bairro Jaraguá 99, com extensão total de 315,38m (trezentos e quinze vírgula trinta e oito metros), com fornecimento de materiais e mão de obra;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal UWE ROBERTO BUHR, Engenheiro, matrícula 9466, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 001/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envia-los esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução

no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

## PMJS - DECRETO Nº 10.722/2016

D E C R E T O Nº 10.722/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Engenheiro, matrícula 8920; MARCIO BYLARDT, Supervisor de Recursos Físicos, matrícula 1972; e HIDERALDO COLLE, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 81710, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 766 - Adelaide de Toffol (Loteamento Corupá), bairro Tifa Martins, com extensão total de 310,56m (trezentos e dez vírgula cinquenta e seis metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

## PMJS - DECRETO Nº 10.723/2016

D E C R E T O Nº 10.723/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 005/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 766 - Adelaide de Toffol (Loteamento Corupá), bairro Tifa Martins, com extensão total de 310,56m (trezentos e dez vírgula cinquenta e seis metros), com fornecimento de materiais e mão de obra;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal UWE ROBERTO BUHR, Engenheiro, matrícula 9466, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 005/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

## PMJS - DECRETO Nº 10.724/2016

D E C R E T O Nº 10.724/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Engenheiro, matrícula 8920; MARCIO BYLARDT, Supervisor de Recursos Físicos, matrícula 1972; e HIDEALDO COLLE, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 81710, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia,



com fornecimento de materiais e mão de obra, para a construção de cabeceiras de concreto armado da ponte localizada na JGS 331 - Ribeirão Grande do Norte (próximo ao Hotel Estância Ribeirão Grande), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

## **PMJS - DECRETO Nº 10.725/2016**

D E C R E T O Nº 10.725/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 010/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para a construção de cabeceiras de concreto armado da ponte localizada na JGS 331 - Ribeirão Grande do Norte (próximo ao Hotel Estância Ribeirão Grande);

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal IVAN ANDREIAS WOLTER, Engenheiro, matrícula 8920, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 010/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

#### **PMJS - EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 484/2015 AO CONTRATO Nº 214/2015**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 484/2015 AO CONTRATO Nº 214/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 34/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: TRANSPÉZIA AMBIENTAL LTDA EPP

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para implantação de um espaço de convívio social, paisagismo e enrocamento, localizado na Rua Erwino Menegotti, 478, no Bairro Água Verde, no município de Jaraguá do Sul/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93, e considerada a justificativa do fiscal da obra, Engenheiro Bruno Dilmo de Souza, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 24/11/2015 com término em 21/05/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 21 de julho de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do

pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.410/2015, servidor público Engenheiro Bruno Dilmo de Souza, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo aditivo ao Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas. DATA DA ASSINATURA: 18/12/2015.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Délcio Luís Spézia.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

#### **PMJS - PORTARIA Nº 031/2016**

PORTARIANº 031/2016

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal de Cultura.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 013/2016/FC, de 04/02/2016, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 04/02/2016, MAICON ROBERTO SCHMIDT, como conselheiro titular, em substituição à Joice Maria Henklein de Quadros Demarchi, para representar as Associações Étnicas, na qualidade de Representante da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Municipal de Cultura.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 973/2015, de 28/07/2015, no que se refere a designação de Joice Maria Henklein de Quadros Demarchi.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 07/08/2017.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

#### **PMJS - PORTARIA Nº 032/2016**

PORTARIANº 032/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 364 do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 008/2016/Sema-GAS, de 03/02/2016, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º READAPTAR a servidora pública municipal TALLIS TAIS PERKOWSKI MULLER, matrícula 9366, do cargo de Supervisora de Ensino, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para exercer as atribuições do cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria



Municipal da Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se a Secretaria Municipal da Educação para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.4º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Supervisora de Ensino.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PMJS - PORTARIA Nº 033/2016**

PORTARIANº 033/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 025/2016/Sema, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, CAIUS ANANDA XAVIER DOS SANTOS, servidor público municipal efetivo e estável, matrícula 7337-7, Educador Esportivo, lotado na Secretaria Municipal da Administração, no período de 03 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para a Fundação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PMJS -EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 483/2015 AO CONTRATO Nº 214/2015**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 483/2015 AO CONTRATO Nº 214/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 34/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para implantação de um espaço de convívio social, paisagismo e enrocamento, localizado na Rua Erwino Menegotti, 478, no Bairro Água Verde, no município de Jaraguá do Sul/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei

Federal 8.666/93, e considerada a justificativa do fiscal da obra, Engenheiro Bruno Dilmo de Souza, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 24/11/2015 com término em 21/05/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 21 de julho de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.410/2015, servidor público Engenheiro Bruno Dilmo de Souza, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo aditivo ao Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

DATA DA ASSINATURA: 18/12/2015.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Lincon Truppel Machado.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

### **SAMAE - AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2016**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 28/2016

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que está contratando a empresa SANEGRAPH CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SANEAMENTO LTDA. para locação do software Argos para cadastro técnico de redes de distribuição de água e esgoto, através de inexigibilidade de Licitação, ao valor de R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais);

Fundamento Legal: do Art. 25 da Lei 8.666/93.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 47 2106-9100.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 32/2013 PMJ TA 13

CONTRATO Nº 32/2013/PMJ – TA 13

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ADS SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.190.855/0001-34 estabelecida na Rua Domingos Pedro Hermes, nº 1.109, Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, no Município de São José neste ato representada pelo Sr. Murilo Silveira Fleischmann, portador da Carteira de Identidade nº 2.863.361-0 e CPF nº 807.610.209/00, residente e domiciliado Rua Desembargador Flavio Tavares da Cunha Melo, 186 – Coqueiros, na cidade de Florianópolis - SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 32/2013/PMJ, firmado em 18/02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 90/2012/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 46/2012/PMJ, homologado no dia 01 de fevereiro de 2013, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de serventes de limpeza, destinados às Secretarias Municipais de Educação, de Gestão Administrativa e demais setores vinculados ao Gabinete do Prefeito deste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

O valor unitário do contrato fica reajustado em 7,6791%, correspondentes a variação do INPC/IBGE no período de março de 2014 a fevereiro de 2015, passando de R\$ 2.462,18 para R\$ 2.651,25 (dois mil seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), a contar de 01 de março de 2015.

Observação: Para pagamento da diferença devida, relativa ao reajuste no período de março a dezembro de 2015, foi instaurado o devido processo administrativo para reconhecimento da dívida por parte da Administração Municipal.

O valor mensal do contrato fica suprimido em R\$ 21.210,00 (vinte e um mil duzentos e dez reais), correspondentes a 14,035% do valor atualizado inicialmente contratado, em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º, II, do art. 65 da Lei 8.666/93, relativos à redução de 08 (oito) serventes de limpeza.

Diante da supressão, o valor total mensal passa a ser de R\$ 106.050,00 (cento e seis mil e cinquenta reais), correspondentes a 40 serventes ao custo mensal de R\$ 2.651,25 (dois mil seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos) cada um.

Os efeitos desta supressão passam a contar a partir de 01 de março de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Diante destas adequações tornam-se sem efeito os termos do aditivo TA-12, de 28 de janeiro de 2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 04 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

ADS SERVIÇOS LTDA

MURILO SILVEIRA FLESCHMANN

ADMINISTRADOR

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 4.905 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.905 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 34.625,19 (Trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

(41) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0002

Valor: R\$ 19.214,82

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(42) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0002

Valor: R\$ 2.000,72

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE

(45) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0002

Valor: R\$ 12.545,71

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.125– BLAFB: BLOCO ASSISTENCIA FARMACEUTICA – COMPONENTE BASICO

(46) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0002

Valor: R\$ 863,94

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 11 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### **LEI Nº 4.674 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.**

LEI Nº 4.674 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

DENOMINA PARQUE MUNICIPAL IVAN ORESTE BONATO, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º - Fica denominado como Parque Municipal Ivan Oreste Bonato, aquele localizado na Rua Luiz Specht, Bairro Cruzeiro do Sul, com matrícula imobiliária nº 23.332.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 10 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### **PORTARIA N.º 5283**

PORTARIA Nº 5.283 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANGELA APARECIDA FERRONATO RAMOS durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Tempo de Aprender em vaga para efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 5284**

PORTARIA Nº 5.284 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JOSIANE REGINA HABECH durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Tempo de Aprender na vaga da servidora Clarice Maria Peccin Enderle que atua na direção da unidade escolar.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 5285**

PORTARIA Nº 5.285 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JESSICA APARECIDA CHIAMULERA durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rita Costenaro Petry na vaga da servidora Daniela B. Dalla Lasta que atua na direção da unidade escolar.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5286**

PORTARIA Nº 5.286 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) KEITY MARA GAZZOLA durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Anzolin em vaga para efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5287**

PORTARIA Nº 5.287 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUCIANE CAPEGIANI durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Tempo de Aprender em vaga para efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5288**

PORTARIA Nº 5.288 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ELIANI FATIMA BALESTRIN DAROLD durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Mundo Encantado em vaga para efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5289**

PORTARIA Nº 5.289 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SANDRA MARIA BERTELLI durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rosa Branco na vaga para servidora Cleni Isabel Turra em afastamento médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 5290**

PORTARIA Nº 5.290 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) DANIELLA PATRICIA APARECIDA ANTUNES durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Mundo Encantado em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5291**

PORTARIA Nº 5.291 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARINA BEATRIZ PEREIRA CHAVES durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Mundo Encantado em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5292**

PORTARIA Nº 5.292 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) HETIENE NEVES DOS SANTOS CORDEIRO durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Tempo de Aprender em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5293**

PORTARIA Nº 5.293 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANGELA RODRIGUES DA SILVA SCHMIDT durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 14 de maio de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Nossa Senhora de Lourdes na vaga para servidora Danieli Debus em licença maternidade e férias.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5294**

PORTARIA Nº 5.294 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ROBERTA GABRIELA BUCCO durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rita M. C. Petri em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5295**

PORTARIA Nº 5.295 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JULIANA CRISTINA CHIESA durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rita M. C. Petri em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5296**

PORTARIA Nº 5.296 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ELIZABETE DA CRUZ durante o período de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rita M. C. Petri em vaga de efetivação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 5297**

PORTARIA Nº 5.297 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) ALINE APARECIDA SCHMIDT DAMBROS, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 18 de abril de 2013 a 17 de abril de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de fevereiro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 5298**

PORTARIA Nº 5.298 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) NELSON BOTTCHEER, Mecânico Ajustador, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 15 de outubro de 2014 a 14 de outubro de 2015 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de fevereiro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

---

**PORTARIA JHL 44/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 44/2016 DE 05.02.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Osmar Zampirão (Matr. 107), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-2, Ref.B-4, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.01.2015 a 06.01.2016, para serem fruídas no período de 29.03.2016 a 17.04.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 27 de março de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 05 de Fevereiro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**PREGÃO 0005/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0007/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2016

PROTOCOLO JHL 0347/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0005/2016 – Licitação 0007/2016, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de conexões para consertos de adutoras e redes de água.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14h00min do dia 25/02/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 25/02/2016 às 14h:20min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 15/02/2016 a 25/02/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 12 de Fevereiro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE.

## Lacerdópolis

## PREFEITURA

## ATA FUNDO DE SAÚDE SRP 01-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS

Página: 1/9

Processo Nº.: 1/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2016

No dia 12 do mês de Fevereiro do ano de 2016, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.417.744/0001-22, com sede administrativa localizada na RUA SETE DE SETEMBRO 1600, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) Responsável pela Secretaria de Saúde, o Sr(a). Solange Maria de Assis, inscrito no CPF sob o nº. 800.097.519-04, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2016 Processo Licitatório nº 1/2016. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
6099	G.PASTEUR LABORAT. ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
G.PASTEUR LABORAT. ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA	78.491.172/0001-00	LEANDRO PARIZZI	034.368.259-13

## Fornecedor: 6099 - G.PASTEUR LABORAT. ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	A FRESCO, EXAME	UN		70,000	3,7500	262,50
2	ACIDO CÍTRICO	UN		20,000	38,9600	779,20
3	ACIDO URICO URINARIO	UN		15,000	2,3000	34,50
4	ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	UN		120,000	4,9400	592,80
5	ANATOMO PATOLOGICO	UN		50,000	36,4300	1.821,50
6	ANTI HIV	UN		200,000	10,9800	2.196,00
7	ANTI TIREOGLOBULINA	UN		70,000	18,9600	1.327,20
8	CEA	UN		60,000	16,9200	1.015,20
9	BETA HCG	UN		160,000	8,4900	1.358,40
10	CA 19/9 - EIE	UN		45,000	23,8000	1.071,00
11	CLLF	UN		25,000	2,8700	71,75
12	CCP	UN		30,000	60,0000	1.800,00
13	CICLOSPORINA	UN		20,000	33,8600	677,20
14	CITOMEGALOVIRUS IGG	UN		50,000	15,1000	755,00
15	CITOMEGALOVIRUS IGM	UN		40,000	15,1000	604,00
16	COLINESTERASE	UN		30,000	4,8300	144,90
17	COPROCULTURA	UN		100,000	5,9800	598,00
18	CPK	UN		120,000	6,9100	829,20
19	LDH	UN		150,000	4,2300	634,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS**

Página: 2/9  
 Processo Nº: 1/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 1/2016

**Fornecedor: 6099 - G.PASTEUR LABORAT. ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	EPSTEIN BAAR IGG	UN		12,000	25,0000	300,00
21	EPSTEIN BAAR IGM	UN		12,000	25,0000	300,00
22	FATOR REUMATOIDE - LATEX	UN		150,000	3,7900	568,50
23	FERRO.	UN		120,000	4,7600	571,20
24	FOSFATASE ALCALINA	UN		160,000	2,5900	414,40
25	GAMA-GLUTAMIL TRANSFERASE	UN		250,000	3,9800	995,00
26	GRAM	UN		25,000	3,7500	93,75
27	ANTI HBE	UN		40,000	19,7800	791,20
28	ANTI HBS	UN		100,000	19,7800	1.978,00
29	HBV PCR QUANTITATIVO	UN		50,000	287,1000	14.355,00
30	HEMOGRAMA	UN		2.000,000	5,8900	11.780,00
31	FSH	UN		90,000	9,1200	820,80
32	IGE (TOTAL E ESPECIFICA POR ALERGENO E POR DOSAGEM) (RIE)	UN		50,000	15,1200	756,00
33	IMUNOGLOBULINA IGA	UN		30,000	16,8000	504,00
34	LDL COLESTEROL	UN		1.200,000	3,9400	4.728,00
35	LIPASE	UN		25,000	10,8400	271,00
36	MICOLOGICO	UN		25,000	10,8800	272,00
37	OXIURUS COM COLHEITA PELO SWAB ANAL, PESQUISA DE	UN		20,000	1,9400	38,80
38	PLAQUETAS	UN		250,000	3,3800	845,00
39	PROLACTINA (RIE)	UN		200,000	11,6700	2.334,00
40	PROTEINURIA 24 HORAS	UN		45,000	2,5700	115,65
41	PSA LIVRE E TOTAL	UN		250,000	26,5000	6.625,00
42	RETICULOCITOS	UN		35,000	2,7300	95,55
43	SANGUE OCULTO, PESQUISA DE	UN		300,000	1,9800	594,00
44	SODIO	UN		400,000	1,9800	792,00
45	T-3 LIVRE	UN		200,000	10,9600	2.192,00
46	T4 TOTAL	UN		150,000	9,8000	1.470,00
47	TEMPO SANGRAMENTO	UN		120,000	2,7300	327,60
48	TESTOSTERONA TOTAL (RIE)	UN		120,000	11,8900	1.426,80
49	TOXOPLASMOSE IGG	UN		60,000	20,9400	1.256,40
50	TOXOPLASMOSE IGM	UN		120,000	20,9400	2.512,80
51	TRYPANOSSOMA CRUZI	UN		30,000	10,0000	300,00
52	URINA PARCIAL	UN		900,000	4,1900	3.771,00
53	VDRL, (INCLUIE QUANTITATIVO) REAÇÃO DE, OU OUTROS SIMILARES	UN		700,000	3,7800	2.646,00
54	FENOBARBITAL	UN		10,000	19,9400	199,40
55	RETRAÇÃO DO COAGULO, TESTE DE	UN		10,000	2,2500	22,50
56	17 OH PROGESTERONA	UN		10,000	10,9000	109,00
57	AC DELTA AMINO LEVULINICO	UN		10,000	9,6900	96,90
58	ALBUMINA	UN		100,000	2,1900	219,00
59	ALFA FETO PROTEINA	UN		80,000	18,8600	1.508,80
60	ANDRSTENEDIONA	UN		30,000	11,5300	345,90
61	ANTI HBC IGG	UN		50,000	19,7800	989,00
62	ANTI TPO	UN		80,000	18,9600	1.516,80
63	ANTIGENO HLAB 27	UN		35,000	66,5800	2.330,30
64	BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	UN		180,000	2,6800	482,40
65	CALCIO	UN		150,000	2,3800	357,00
66	CTLF	UN		30,000	2,8700	86,10
67	CITOLOGIA ONCOTICA	UN		200,000	16,9100	3.382,00
68	CKMB	UN		30,000	8,7000	261,00
69	COLESTEROL	UN		2.000,000	2,2800	4.560,00
70	CONT ALMEIDA	UN		20,000	3,9400	78,80
71	COPROLOGIA FUNCIONAL	UN		40,000	2,8800	115,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS**

Página: 3/9  
 Processo Nº: 1/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 1/2016

**Fornecedor: 6099 - G.PASTEUR LABORAT. ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
72	CULTURA	UN		150,000	6,9800	1.047,00
73	DIGOXINA	UN		20,000	15,9600	319,20
74	ESPERMOGRAMA	UN		35,000	13,9300	487,55
75	ESTRADIOL	UN		80,000	10,5600	844,80
76	FATOR RH (FATOR RHO, INCLUIDO OU QUANDO NECESSARIO)	UN		150,000	1,9100	286,50
77	FOSFATASE ACIDA TOTAL	UN		15,000	2,1900	32,85
78	FOSFORO	UN		40,000	1,9600	78,40
79	GENOTIPAGEM HEPATITE	UN		40,000	218,7800	8.751,20
80	GRUPO SANGUINEO ABO, DETERMINAÇÃO DO	UN		250,000	1,9100	477,50
81	HBEAG	UN		50,000	19,7800	989,00
82	HBSAG	UN		150,000	19,7800	2.967,00
83	HCV-PCR QUANTITATIVO	UN		40,000	334,9600	13.398,40
84	HERPES VIRUS I	UN		10,000	19,9600	199,60
85	HERPES VIRUS II	UN		10,000	19,9600	199,60
86	IGE MULTIPLO	UN		150,000	20,0600	3.009,00
87	IND SAT TRANSFERRINA	UN		100,000	7,9600	796,00
88	LEUCÓCITOS FECAIS, PESQUISA DE	UN		50,000	1,9800	99,00
89	LITIO	UN		50,000	4,8000	240,00
90	MICROALBUMINURIA (RIE)	UN		60,000	18,1600	1.089,60
91	PARASITOLÓGICO FEZES	UN		800,000	2,3800	1.904,00
92	POTASSIO	UN		600,000	9,2100	5.526,00
93	PROTEINA C REATIVA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE	UN		200,000	3,9000	780,00
94	PROTEINA C REATIVA-ULTRASENSIVEL	UN		200,000	15,7300	3.146,00
95	PSA TOTAL	UN		600,000	16,4200	9.852,00
96	ROTAVIRUS	UN		15,000	10,8600	162,90
97	SEDIMENTO CORADO	UN		150,000	3,9200	588,00
98	T3 TOTAL	UN		150,000	8,9800	1.347,00
99	TEMPO COAGULAÇÃO	UN		150,000	2,5900	388,50
100	KPTT	UN		180,000	5,9800	1.076,40
101	TESTOSTERONA LIVRE (RIE)	UN		50,000	20,2600	1.013,00
102	TGO	UN		500,000	2,9200	1.460,00
103	TGP	UN		500,000	2,9200	1.460,00
104	TSH	UN		1.100,000	9,2300	10.153,00
105	UROCULTURA	UN		1.000,000	8,6400	8.640,00
106	WIDAL (FREBRE TIFOIDE), REAÇÃO DE	UN		15,000	4,9400	74,10
107	SHBG	UN		20,000	22,4600	449,20
108	PRO BNP	UN		20,000	148,2800	2.965,60
109	HIDROXITAMINA D	UN		450,000	58,9600	26.532,00
110	ACIDO URICO	UN		350,000	2,2200	777,00
111	ALFA-1-ANTITRIPSINA	UN		10,000	10,8600	108,60
112	AMILASE	UN		70,000	2,9600	207,20
113	ANTI HCV	UN		130,000	20,0800	2.610,40
114	ANTI HBC IGM	UN		110,000	19,7800	2.175,80
115	ASLO	UN		90,000	3,9600	356,40
116	BAAR BACTEROSCOPIA	UN		30,000	5,2800	158,40
117	CA 125	UN		50,000	23,8000	1.190,00
118	CALCIO URINARIO	UN		15,000	2,2800	34,20
119	CARIÓTIPO BANDA G	UN		15,000	468,0000	7.020,00
120	CHAMYDIA IGG	UN		25,000	31,9400	798,50
121	CHLAMYDIA IGM	UN		25,000	31,9400	798,50
122	CLERENGE DE CREATININA	UN		30,000	4,1100	123,30
123	COLESTEROL VLDL	UN		700,000	3,2400	2.268,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS**

Página: 4/9  
 Processo Nº: 1/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 1/2016

**Fornecedor: 6099 - G.PASTEUR LABORAT. ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
124	COOMBS INDIRETO	UN		40,000	3,1800	127,20
125	CREATININA	UN		900,000	2,5200	2.268,00
126	DHEA	UN		15,000	11,2400	168,60
127	ELET. DE HEMOGLOBINA	UN		20,000	9,9400	198,80
128	ELETROFORESE DE PROTEINAS	UN		40,000	9,9400	397,60
129	FAN	UN		130,000	17,9300	2.330,90
130	FERRITINA	UN		180,000	15,0600	2.710,80
131	FOSFATASE ALCALINA COM FRACIONAMENTO DE ISOENZIMAS	UN		15,000	79,8000	1.197,00
132	FOSFORO URINARIO	UN		150,000	1,9800	297,00
133	GLICOSE	UN		1.400,000	2,1200	2.968,00
134	HAV IGG	UN		50,000	19,7800	989,00
135	HAV IGM	UN		50,000	19,7800	989,00
136	HBV - PCR QUALITATIVO	UN		25,000	116,7600	2.919,00
137	COLESTEROL (HDL)	UN		1.500,000	4,2900	6.435,00
138	HEMOGLOBINA GLICOSILADA	UN		250,000	9,9700	2.492,50
139	HOMOCISTINA, PESQUISA DE	UN		30,000	42,9600	1.288,80
140	LH	UN		800,000	9,5800	7.664,00
141	IGE TOTAL	UN		180,000	15,1200	2.721,60
142	INSULINA (RIE)	UN		35,000	21,5600	754,60
143	LEVEDURAS, PESQUISA DE	UN		10,000	2,3700	23,70
144	MAGNESIO	UN		25,000	2,6800	67,00
145	MONOTESTE	UN		15,000	3,3300	49,95
146	PARATORMONIO - PTH (RIE)	UN		30,000	43,1300	1.293,90
147	PROGESTERONA	UN		40,000	11,2800	451,20
148	PROTEINAS TOTAIS	UN		30,000	1,7800	53,40
149	PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	UN		40,000	2,5900	103,60
150	RAPAMICINA	UN		30,000	268,7600	8.062,80
151	RUBEOLA - ANTICORPOS IGG, EIE PARA	UN		50,000	18,9400	947,00
152	RUBEOLA - ANTICORPOS IGM, EIE PARA	UN		50,000	18,9400	947,00
153	SDHEA	UN		25,000	14,9600	374,00
154	T4 LIVRE	UN		900,000	11,6000	10.440,00
155	TAP	UN		900,000	7,2800	6.552,00
156	ANTIBIOGRAMA	UN		500,000	13,3300	6.665,00
157	TOXOCARA IGG	UN		10,000	39,6000	396,00
158	TRANSFERRINA	UN		30,000	5,5600	166,80
159	TRIGLICERIDIOS	UN		1.500,000	4,5900	6.885,00
160	UREIA	UN		600,000	2,4600	1.476,00
161	VHS	UN		500,000	3,2900	1.645,00
162	COOMBS DIRETO	UN		10,000	3,7600	37,60
163	iodo	UN		10,000	159,9600	1.599,60
164	ACIDO FOLICO	UN		40,000	17,6800	707,20
165	ALDOSTERONA	UN		10,000	13,9800	139,80
166	ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA CALCULO URINÁRIO	UN		10,000	14,3000	143,00
167	ASPERGILLUS SP. ANTI	UN		10,000	75,2000	752,00
168	BLASTOMICOSE SUL AMERICANA	UN		8,000	10,2800	82,24
169	BRUCELOSE	UN		10,000	4,6600	46,60
170	CA 15/3	UN		20,000	23,8000	476,00
171	CORTISOL	UN		30,000	10,5500	316,50
172	FIBRINOGENIO	UN		20,000	7,5800	151,60
173	GASOMETRIA VENOSA	UN		20,000	59,8000	1.196,00
174	HELICOBACTER PYLORI, ANTICORPO IGG	UN		10,000	28,6000	286,00
175	HELICOBACTER PYLORI, ANTICORPO IGM	UN		10,000	28,6000	286,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS**

Página: 5/9  
 Processo Nº: 1/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 1/2016

**Fornecedor: 6099 - G.PASTEUR LABORAT. ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
176	HISTOPLASMA CAPSULATUM, ANTI	UN		20,000	24,3000	486,00
177	IMUNOGLOBULINA IGG	UN		20,000	18,8600	377,20
178	PARVOVIRUS B19, IGG	UN		20,000	58,5600	1.171,20
179	PARVOVIRUS B19, IGM	UN		20,000	58,5600	1.171,20
180	PEPTIDEO C	UN		2,000	18,7600	37,52
181	PH	UN		20,000	2,8900	57,80
182	VITAMINA B12	UN		150,000	15,6400	2.346,00
183	DOSAGEM DE COMPONENTES URINARIOS	UN		30,000	2,5700	77,10
184	HORMONIO DO CRESCIMENTO	UN		30,000	18,8800	566,40
185	ANTI-SM	UN		20,000	14,9800	299,60
186	ANTIC. ANTI-DNA	UN		10,000	9,7800	97,80
187	ANTIC. ANTI HTLV I e II	UN		10,000	49,5800	495,80
188	ANTIC. ANTI SSA-RO	UN		10,000	19,6000	196,00
189	ANTIC. ANTI SSB-LA	UN		10,000	19,6000	196,00
190	ACIDO METIL MALÔNICO	UN		10,000	256,5800	2.565,80
191	ACIDO OXALICO	UN		10,000	22,9600	229,60
192	CHUMBO	UN		10,000	14,8600	148,60
193	CLEARANCE DE CREATININA	UN		40,000	10,7500	430,00
194	COMPLEMENTO C3	UN		40,000	10,8600	434,40
195	COMPLEMENTO C4	UN		40,000	10,8600	434,40
196	COLINESTERASE ERITROCITÁRIA	UN		20,000	10,4800	209,60
197	COMPLEMENTO CH 50	UN		20,000	20,7400	414,80
198	CULTURA PARA FUNGOS	UN		20,000	9,2800	185,60
199	FATOR DE VON WILLEBRAND	UN		20,000	269,5800	5.391,60
200	GLIADINA IGA	UN		20,000	22,6800	453,60
201	GLIADINA IGG	UN		20,000	22,6800	453,60
202	HCV-GENOTIPAGM	UN		20,000	298,6600	5.973,20
203	HEMÁCIAS DISMÓRFICAS	UN		50,000	5,6800	284,00
204	HEMOGLOBINA H	UN		20,000	11,0200	220,40
205	HISTONA - ANTICORPOS	UN		10,000	32,8400	328,40
206	LACTOSE, TESTE DE TOLERANCIA	UN		15,000	27,8300	417,45
207	LEISHMANIOSE IGG	UN		25,000	24,1200	603,00
208	LEISHMANIOSE IGM	UN		25,000	24,1200	603,00
209	LINFÓCITOS T - CD4	UN		20,000	51,9800	1.039,60
210	MACROPROLACTINA	UN		10,000	28,0200	280,20
211	MANTOUX - PPD	UN		10,000	10,4400	104,40
212	MICOPLASMA	UN		10,000	20,8800	208,80
213	PROLACTINA - POOL	UN		10,000	31,8400	318,40
214	SUBSTÂNCIAS REDUTORAS	UN		10,000	4,4800	44,80
215	TACROLIMUS	UN		20,000	168,9600	3.379,20
216	TRAB	UN		15,000	38,5600	578,40
217	UREAPLASMA	UN		10,000	20,8800	208,80
218	WALER ROSE	UN		10,000	3,9800	39,80
219	ZINCO PROTOPORFIRINA	UN		10,000	46,9100	469,10
220	1,25 DIHIDROXI VITAMINA D	UN		30,000	62,3000	1.869,00
221	ACETILCOLINA, ANTIC. ANTI RECEPTORES	UN		10,000	122,2500	1.222,50
222	ACIDO VALPROICO	UN		10,000	19,5000	195,00
223	BETA 2 MICROGLOBULINA	UN		10,000	42,7500	427,50
224	CÁLCIO IONIZADO	UN		25,000	12,8400	321,00
225	CARBAMAZEPINA	UN		10,000	24,3200	243,20
226	CHLAMYDIA	UN		25,000	35,6500	891,25
227	ENDOMÍDIO IGA	UN		25,000	35,9800	899,50
228	ENDOMÍDIO IGG	UN		25,000	35,9800	899,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS**

Página: 6/9  
 Processo Nº.: 1/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

**Fornecedor: 6099 - G.PASTEUR LABORAT. ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
229	ENDOMÍLIO IGM	UN		25,000	57,6000	1.440,00
230	G6PD	UN		10,000	18,9800	189,80
231	GIARDIA - SOROLOGIA	UN		10,000	335,6200	3.356,20
232	GLIADINA IGM	UN		20,000	36,2200	724,40
233	GLICOSE PÓS DEXTROSE	UN		20,000	11,5600	231,20
234	HANSENÍASE	UN		10,000	17,8600	178,60
235	HEMOGLOBINA A2	UN		10,000	26,4000	264,00
236	HEMOGLOBINA FETAL	UN		10,000	24,3200	243,20
237	INIBIDOR DE C1 ESTERASE FUNCIONAL	UN		10,000	42,6000	426,00
238	INIBIDOR DE C1 ESTERASE QUANTITATIVO	UN		15,000	24,6000	369,00
239	LINFÓCITOS - TIPAGEM	UN		15,000	38,9400	584,10
240	LÍPIDIOS TOTAIS	UN		15,000	6,5400	98,10
241	SELÊNIO	UN		40,000	24,5200	980,80
242	TIREOGLOBULINA	UN		10,000	22,8400	228,40
243	VITAMINA B6	UN		20,000	168,4200	3.368,40
Total						376.946,31

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 1/2016, Processo Licitatório nº 1/2016 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

## 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS**

Página: 7/9  
Processo Nº.: 1/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

## 8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. Os valores a serem pagos pelos itens contratados são aqueles constantes na proposta que instrui o Processo Licitatório nº. 1/2016 - Pregão Presencial nº. 1/2016 com valor global na importância de R\$ 376.946,31 (trezentos e setenta e seis mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos).

8.2. Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que exteme a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 1/2016, Processo Licitatório nº 1/2016 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS**

Página: 8/9  
Processo Nº.: 1/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 1/2016 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 1/2016;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

## **12. DAS PENALIDADES**

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## **13. DAS ALTERAÇÕES**

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS**

Página: 9/9  
Processo Nº.: 1/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

#### **14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### **15. DA PUBLICIDADE**

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

#### **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 1/2016; o Edital do Pregão nº 1/2016 as propostas com preços e especificações.

#### **17. DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 12 de Fevereiro de 2016.

---

**Município de Lacerdópolis**

**Solange Maria de Assis**  
**Responsável pela Secretaria de Saúde**

# Lages

## PREFEITURA

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2016 PML**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
08/2016

Autorizo a abertura do processo de Dispensa N.º 08/2016 de através da Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, para a Celebração de um Contrato com a EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, inscrita no CNPJ sob o nº 00.352.294/0001-10, sito na SCS: Quadra 04 Bloco A – nº 58 –Edifício Infraero – Bairro: Asa Sul – Brasília-DF, para contratação de empresa especializada para execução dos serviços de medição de atrito e macrotextura na pista de pouso e decolagem do Aeroporto Federal Antonio Correia Pinto de Macedo, sito na Rua: Paulo Kauling – BR 282, KM 04 – Bairro: Vila Mariza, no Município de Lages, pelo valor de R\$ 19.056,47(dezenove mil cinqüenta e seis reais e quarenta e sete centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de fevereiro de 2016.

Mushue Dayan Hampel Vieira

Secretário do Meio Ambiente e Serviços Públicos

### **RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mushue Dayan Hampel Vieira, Secretário do Meio Ambiente e Serviços Públicos, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 10 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

### **PP 16-2016 PML E PE 02-2016 PML**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 16-2016 PML

Objeto: Prestação de Serviços Gerais de Roçada Mecanizada Costal

Tipo: Menor Preço Por Hora

Abertura: 25/02/2016 às 17:30

Valor Estimado: R\$ 450.380,00

Modalidade: PE 02-2016 PML

Objeto: Aquisição de Líquido Gerador de Espuma sintética e Pó para extinção de incêndios classes B e C.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 24/02/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 29.540,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 12 de fevereiro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

# Laguna

## PREFEITURA

**DECRETO N.º 4.579 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

DECRETO N.º 4.579 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

"MIGRA SERVIDORA PARA O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso XXV do artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna e,

Considerando os fatos objeto do Processo Administrativo nº 752/2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica acrescida à lista de servidores que optaram por migrar para fazer parte do quadro de servidores no Município de Pescaria Brava, a Sra. Juliana Bento Boa Hora, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais.

Art. 2º Em função da migração deverão ser transferidos ao Poder Executivo do Município de Pescaria Brava, todos os arquivos digitais e físicos que digam respeito à servidora identificada no art. 1º deste Decreto, mantendo-se iguais dados arquivados no Município de Laguna.

Art. 3º A migração extingue o vínculo com o Município de Laguna, porém, não interrompe o tempo de serviço público.

Parágrafo único. A migração dar-se-á a partir de 15 de fevereiro próximo, data na qual ocorrerá também o desligamento do quadro de servidores do Município de Laguna.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA 2/2016 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**

PORTARIA 02/2016 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Laguna, EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, DETERMINA:

Considerando as informações de que teria sido extraviado o processo administrativo n. 506/13 e a possibilidade de infração ao art. 78 e s. da Lei Complementar n. 136/06.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instaurado o INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apuração de possíveis infrações ao art. 78 e s. da Lei Complementar n. 136/06, em virtude do extravio do processo administrativo n. 506/13.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão ora constituída é integrada pelos seguintes membros titulares: André Brunel Paes, Ricardo Augusto Silveira e Reginaldo Demétrio.

Parágrafo Único - A presente comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal e a Coordenadoria de Controle Interno.

Art. 4º Fica determinada a abertura de processo administrativo pela comissão processante ora nomeada.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Laguna, 12 de fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL



**Lauro Muller****PREFEITURA****DECRETO Nº 009/2016**

DECRETO Nº 009/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 20.120,58 (Vinte Mil, Cento e Vinte Reais e Cinquenta e Oito Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

1.008 - Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde

DOTAÇÃO NOVA

4.4.90.00.00.3123 - Aplicação Direta R\$ 20.120,58

Total R\$ 20.120,58

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do Superávit Financeiro do Exercício anterior verificado na Fonte 0023 (Recursos de Convênio/ Saúde);

3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**EDITAL DE PREGAO Nº8 /2016 PMLM**

EDITAL DE PREGAO Nº8 /2016 PMLM

PROCESSO Nº8/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 25 de fevereiro de 2016 às 08:30h, haverá pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de 734 metros quadrados de piso de polipropileno para quadra esportiva para Ginásio Municipal Nelson Righetto, o edital na íntegra está disponível no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 12 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

**RGF 6º SEMESTRE 2015**

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>2.732.821,17</b>	<b>2.698.491,04</b>	<b>2.689.868,60</b>
Dívida Mobiliária	61.583,61	53.854,93	45.232,49
Dívida Contratual	2.671.237,56	2.644.636,11	2.644.636,11
Interna	2.671.237,56	2.644.636,11	2.644.636,11
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.604.710,43</b>	<b>628.248,35</b>	<b>2.071.485,90</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.090.885,14	2.125.962,96	2.439.154,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	486.174,71	1.497.714,61	367.668,14
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>1.128.110,74</b>	<b>2.070.242,69</b>	<b>618.382,70</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>30.052.710,61</b>	<b>31.050.006,72</b>	<b>31.916.577,11</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>9,09%</b>	<b>8,69%</b>	<b>8,43%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>3,75%</b>	<b>6,67%</b>	<b>1,94%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>36.063.252,73</b>	<b>37.260.008,06</b>	<b>38.299.892,53</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>32.456.927,46</b>	<b>33.534.007,26</b>	<b>34.469.903,28</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.671.237,56	2.644.636,11	2.644.636,11
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.671.237,56	2.644.636,11	2.644.636,11
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.671.237,56	2.644.636,11	2.644.636,11
Previdenciárias	2.671.237,56	2.644.636,11	2.644.636,11
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	471.458,36	838.064,15	778.863,32
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	548.886,00	1.800.882,78	183.642,63

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

**MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>30.052.710,61</b>	<b>31.050.006,72</b>	<b>31.916.577,11</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>6.611.596,33</b>	<b>6.831.001,48</b>	<b>7.021.646,96</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>5.950.436,70</b>	<b>6.147.901,33</b>	<b>6.319.482,27</b>
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (V)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>MEDIDAS CORRETIVAS:</b>			
FONTE:			

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>31.916.577,11</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>5.106.652,34</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>4.595.987,10</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.234.160,40</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM Compensação Financeira Esforço Exportador - CEX Conv. Ministério Meio Ambiente Convênio Recursos da União - Hospital Convênio Transito - Militar Convênio Transito - Polícia - Civil Convênio Transito - Prefeitura Estado - NASF FEA ALTA COMPLEXIDADE - ESPECIAL - INVESTIMENTO FEA ATENÇÃO BÁSICA - CUSTEIO FEAS - ALTA COMPLEXIDADE FIA Imposto de Renda FNAS - PBVA/SCFV FNAS - PPD/APAE IGB-PBF - Bolsa Família IGD - SUAS Inc. Ações de Vig. e Prev. e Cont. DST/AIDS Incentivo Pontuais para Ações de Serv. de Vig. em Saúde / IPVS Infra Estrutura Urbana Piso Fixo Vig. Sanitária / FNS Piso Fixo Vigilância em Saúde / PFVS PNAE PNATE Receta do CAPS Recursos de Imposto p/ASPS - 15% Recursos SUS Estado / NASF Salário Educação Superavit Financeiro - PNAE	1.941,09	0,00	0,00	0,00	158,65	1.782,44	0,00	0,00	
	6.281,52	0,00	0,00	0,00	6,50	6.275,02	0,00	0,00	
	147,23	0,00	0,00	0,00	0,00	147,23	0,00	0,00	
	0,00	4.083,00	0,00	0,00	0,00	(4.083,00)	0,00	0,00	
	38.897,02	0,00	0,00	0,00	0,00	38.897,02	0,00	0,00	
	10.575,06	0,00	0,00	0,00	0,00	10.575,06	0,00	0,00	
	54,69	0,00	0,00	0,00	10,03	44,66	0,00	0,00	
	266.200,72	0,00	0,00	0,00	10.267,01	255.933,71	0,00	0,00	
	152,15	0,00	0,00	0,00	0,00	152,15	0,00	0,00	
	8.851,25	0,00	0,00	0,00	0,70	8.850,55	0,00	0,00	
	(242,78)	0,00	0,00	0,00	0,00	(242,78)	0,00	0,00	
	1.725,44	0,00	0,00	0,00	15,46	1.709,98	0,00	0,00	
	3.480,29	0,00	0,00	0,00	132,03	3.348,26	0,00	0,00	
	1.353,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.353,96	0,00	0,00	
	6.086,38	0,00	0,00	0,00	0,00	6.086,38	0,00	0,00	
	2.085,23	0,00	0,00	0,00	0,00	2.085,23	0,00	0,00	
	20.227,94	0,00	0,00	0,00	0,00	20.227,94	0,00	0,00	
	(505,15)	0,00	0,00	0,00	0,00	(505,15)	0,00	0,00	
	0,00	40.936,88	0,00	0,00	0,00	(40.936,88)	0,00	0,00	
	5.584,61	0,00	0,00	0,00	0,00	5.584,61	0,00	0,00	
	7.010,44	0,00	0,00	0,00	42,43	6.968,01	0,00	0,00	
	16.122,67	720,00	0,00	0,00	0,00	15.402,67	0,00	0,00	
	62.152,75	0,00	0,00	0,00	359,94	61.792,81	0,00	0,00	
	(928,46)	0,00	0,00	0,00	371,22	(1.299,68)	0,00	0,00	
	3.128.762,71	0,00	0,00	0,00	0,00	3.128.762,71	0,00	0,00	
	(50.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(50.000,00)	0,00	0,00	
	121.180,14	500,00	8.025,95	0,00	280,93	112.373,26	0,00	0,00	
(16.007,82)	0,00	0,00	0,00	0,00	(16.007,82)	0,00	0,00		

Continua 1/4



**MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Superavit Financeiro - Cosip	(10.811,91)	0,00	0,00	0,00	0,00	(10.811,91)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro - Salário Educação	(51.679,53)	0,00	0,00	0,00	0,00	(51.679,53)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro - Transferência de Convênios	(667.224,30)	0,00	0,00	0,00	2.811,99	(670.036,29)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro / Farmácia Básica SUS	(3.643,69)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.643,69)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro / FEAS	(5.056,15)	0,00	0,00	0,00	0,70	(5.056,85)	0,00	0,00	
SUPERAVIT FINANCEIRO / FEAS ALTA COMP. INVEST.	(2.386,49)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.386,49)	0,00	0,00	
SUPERAVIT FINANCEIRO / FEP	(6.353,57)	0,00	0,00	0,00	4,30	(6.357,87)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro / FIA IMPOSTO DE RENDA	(4.800,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.800,00)	0,00	0,00	
SUPERÁVIT FINANCEIRO / IGD SUAS	(990,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(990,00)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro / MAC SUS	(13.034,70)	0,00	0,00	0,00	0,00	(13.034,70)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro / MAC-SUS	(3.963,15)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.963,15)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro / PAB	(47.550,38)	0,00	0,00	0,00	3.237,53	(50.787,91)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro / Polícia Militar	(15.319,17)	0,00	0,00	0,00	15,10	(15.334,27)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro / SFCV	(3.263,49)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.263,49)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro de Convênios	(75.677,86)	0,00	0,00	0,00	0,00	(75.677,86)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro PMAQ	(40.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(40.000,00)	0,00	0,00	
Superavit Financeiro PNATE	(54.000,69)	0,00	0,00	0,00	126,02	(54.126,71)	0,00	0,00	
TETO MUNICIPAL REDE SAÚDE MENTAL	49.654,07	0,00	0,00	0,00	0,00	49.654,07	0,00	0,00	
Transferência de Recursos do - FNDE	444,45	0,00	0,00	0,00	0,00	444,45	0,00	0,00	
Transferência Direta do FNDE / Programa Brasil Carinhoso	1.780,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.780,01	0,00	0,00	
Transferências Convênios - UNIÃO - Outros	1.369.319,26	154.887,70	0,00	127.843,00	0,00	1.086.588,56	45.891,57	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	(141.594,00)	0,00	0,00	0,00	512,66	(142.106,66)	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Saúde	140.130,03	954,09	0,00	1.804,03	691,38	136.680,53	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Transporte Escolar - Educação	2.092,80	0,00	29.000,00	0,00	1.308,51	(28.215,71)	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEF - 60%	(1.284.717,99)	0,00	0,00	0,00	95.413,76	(1.380.131,75)	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária - ANVISA	(4.187,47)	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.187,47)	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.768.335,16	202.081,67	37.025,95	129.647,03	115.766,85	2.283.813,66	45.891,57	0,00	
Atenção Básica - PAB FIXO	(260.644,92)	0,00	0,00	0,00	608,40	(261.253,32)	0,00	12.000,00	

Continuação 2/4

**MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Atenção Básica - PACS	(12.463,78)	2.661,46	0,00	0,00	1.229,58	(16.354,82)	0,00	0,00
Atenção Básica - Saúde Bucal	112.736,53	0,00	0,00	0,00	0,00	112.736,53	0,00	0,00
Atenção Básica - Saúde da Família (ESF)	86.623,18	0,00	110,04	0,00	2.605,36	83.907,78	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC - SUS	14.497,76	0,00	0,00	0,00	0,00	14.497,76	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção Domínio Econômico - CIDE	5,24	0,00	0,00	0,00	0,00	5,24	0,00	0,00
Contribuição p/Custeio dos Serv.de Iluminação - CO	12.161,20	0,00	0,00	0,00	0,00	12.161,20	0,00	0,00
Estado - ESF	(13.990,05)	0,00	0,00	0,00	66,00	(14.056,05)	0,00	0,00
Estado - Farmácia Básica	15.018,40	273,62	0,00	0,00	0,00	14.744,78	0,00	0,00
Estado - Farmácia Básica	36,81	0,00	0,00	0,00	0,00	36,81	0,00	0,00
Farmácia Básica - SUS União	2.184,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.184,84	0,00	0,00
FNAS - CRAS	20.319,15	0,00	781,04	0,00	0,00	19.538,11	0,00	0,00
FUNDAM	210.062,57	0,00	0,00	0,00	0,00	210.062,57	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	6.482,62	127,26	0,00	0,00	28,20	6.327,16	0,00	0,00
PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - P	131.382,11	0,00	7.178,00	0,00	42.714,01	81.490,10	0,00	0,00
Recursos de Impostos p/ASPS - 15%	(1.754.264,63)	10.619,34	12.632,76	0,00	458.372,64	(2.235.889,37)	0,00	0,00
Recursos de Impostos p/MDEF - 25%	(149.214,64)	0,00	37.957,79	0,00	7.617,02	(194.789,45)	0,00	0,00
Recursos Ordinários	(1.840.687,29)	31.416,80	24.598,67	5.875,53	108.774,35	(2.011.352,64)	2.228,50	14.500,00
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	30.711,52	0,00	0,00	0,00	4.583,32	26.128,20	0,00	0,00
Serviços de Saúde - Hospital	1.744.149,03	0,00	0,00	0,00	20.532,53	1.723.616,50	0,00	0,00
SUS - Vigilância Sanitária	18.069,41	203,74	0,00	0,00	0,00	17.865,67	0,00	0,00
Transferências do FUNDEF - 40%	1.297.643,82	0,00	0,00	0,00	15.965,06	1.281.678,76	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	(329.181,12)	45.302,22	83.258,30	5.875,53	663.096,47	(1.126.713,64)	2.228,50	26.500,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.439.154,04	247.383,89	120.284,25	135.522,56	778.863,32	1.157.100,02	48.120,07	26.500,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 4/4  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida		31.916.577,11
	DESPESAS COM PESSOAL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	VALOR	% SOBRE A RCL
	18.202.835,79	57,03
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	19.149.946,27	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	18.192.448,95	57,00
	DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Consolidada Líquida	VALOR	% SOBRE A RCL
	618.382,70	1,94
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	38.299.892,53	120,00
	GARANTIA DE VALORES	
Total das Garantias Concedidas	VALOR	% SOBRE A RCL
	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.021.646,96	22,00
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
Operações de Crédito Externas e Internas	VALOR	% SOBRE A RCL
	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.106.652,34	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.234.160,40	7,00
	RESTOS A PAGAR	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	48.120,07	1.157.100,02

FONTE:

**MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.667.571,35	0,00
Pessoal Ativo	18.666.711,50	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	859,85	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	464.735,56	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	464.735,56	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	18.202.835,79	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	31.916.577,11	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	18.202.835,79	57,03
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	19.149.946,27	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.192.448,95	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	17.234.951,64	54,00
FONTE:		

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA.

Aos quatro dias de fevereiro de 2016 as 18:00 horas reuniu se Extraordinariamente a Câmara municipal de Lebon Régis, sob a Presidência o Senhor Vereador Pedro Adelmir do Prado e como Secretário o Vereador João Carlos Pierdoná, o Senhor Presidente invocando proteção de Deus declarou abertos trabalhos dá presente Sessão que contou com a presença de oito Vereadores ausente o Vereador Clovis Schregeler Expedientes: Requerimento dos Vereadores infra assinados requerendo a inscrição de chapa para concorrer a eleição para a Mesa Diretora desta Casa para o ano de 2016, Sendo: Para Presidente – Vereador Mauricio Passos Pinheiro PR, Vice – Presidente Vereador João Carlos Pierdoná PTB, 1º Secretário Vereador Djalma Marco da Rocha PMDB, 2º Secretário Vereador Aloir Brasil Moreira – PP, pedem deferimento, Protocolada as 15: 55 minutos do dia 04 de fevereiro 2016 sendo a única chapa inscrita. Presidente deixou a palavra livre aos Senhores Vereadores para pequenos comentários sobre o expediente lido e breves comunicações ao Plenário. Ninguém se manifestou o Presidente mandou passar para a ORDEM DO DIA: Eleição da nova Mesa Diretora da Casa para o ano de 2016, conforme determinações legais. O Presidente disse conforme determinações legais e regimentais, para a eleição da Mesa Diretora para o ano de 2016, explicou que a votação deveria ser aberta e nominal, sendo declarado o voto na chapa, e se vencedora será empossada automaticamente, a partir desta data dia 04 de fevereiro de 2016, consultou os Senhores Vereadores quanto ao processo de votação, perguntando se tinha alguma duvida. Não havendo duvida foi dado inicio ao processo de votação nominal chamando cada Vereador para de forma clara e aberta desse seu voto. Feito isto o Presidente proclamou o resultado foi oito votos a favor da chapa e uma ausência. Declarou vencedora a chapa,(única), Presidente \Mauricio Passos Pinheiro, Vice – Presidente João Carlos Pierdoná, 1º Secretário – Djalma Marco da Rocha e 2º Secretário Aloir Brasil Moreira , solicitou que o Presidente eleito Mauricio Passos Pinheiro e os demais eleitos componentes da Mesa tomasse posse como assim declarou empossados e para que os mesmos dessem continuidade ao trabalho da Sessão. O Presidente Mauricio Passos Pinheiro solicitou que o Vice presidente e o 1º secretário também eleitos tomassem acento em seus lugares para dar prosseguimento a Sessão. Não havendo mais matéria para ser discutida e votadas. O Presidente deixou a palavra livre aos Senhores Vereadores: Usou a Tribuna o Vereador Joaquim Leonir Prestes Caetano que parabenizou todos os Vereadores pela votação que foi unanimidade, acredita também que se o Vereador Clovis estivesse presente seu voto também seria como os demais, disse que torce para que o novo presidente e a Mesa diretora conduza o trabalho da melhor maneira possível, sabe da competência do Vereador e se precisar vai estar a disposição no que precisar, parabenizou o novo Presidente como todos os demais membros da Mesa. Usou a Tribuna o Vereador Pedro Adelmir do Prado, que cumprimentou o Presidente os colegas vereadores, os ex Vereadores e ex Presidente desta Casa, Júlio Gomes e José Idebar Bueno da Silva, cumprimentou a esposa do Vereador Mauricio seu filho e seus familiares que estavam presente, disse que foi feito um acordo entre os Vereadores lá em 2012 e hoje estava contente pois estavam cumprindo a ultima parte deste acordo, disse que a mesma coisa não aconteceu aqui 2007 quando ele era Vereador, descobriu que o acordo que tinham feito estava desfeito, mais como existe ainda homes de palavra e sabia do acordo ele intermediou e

acetou e acabou dando certo, mesmo contrariando alguns Vereadores da época que estavam armando aquela traição, hoje estava realizado porque aquele acordo que foi feito na casa do Vereador João Carlos Pierdoná foi cumprido, honrado, disse que o Vereador Aloir não fez parte dos acordos, mais pela sua maneira de ser como Vereador pessoa simples honesta fez parte da Mesa Diretora nesse ano que passou e agora novamente, disse que o municipio precisa de homes que pensem no municipio de um modo geral, que não pensem somente no seu ego, parabenizou a nova Mesa diretora, desejou um bom trabalho e se colocou a disposição se preciso e solicitado for estará a disposição, disse que tomara que Deus esteja na mente de cada um dos Senhores Vereadores, pois este ano é um ano pesado, mais que seja feito aquilo que for de melhor para a nossa cidade, pensando sempre em nosso municipio agradeceu e encerrou. Usou a Tribuna o Vereador Aloir Brasil Moreira, que cumprimentou o novo presidente os colegas Vereadores os ex Vereadores e os demais presente, parabenizou pela eleição e agradeceu também os votos pera participar pela segunda vez na Mesa Diretora, disse que não participou do acordo, mais parabenizou os demais pelo cumprimento do acordo, desejou a todos uma boa sorte na condução dos trabalhos, agradeceu e encerrou. Usou a Tribuna o Vereador João Carlos Pierdoná, que cumprimentou o novo Presidente da Casa os demais colegas Vereadores, os ex vereadores e ex presidente desta Casa, Júlio Gomes e José Idebar, o popular nego Ade, cumprimentou a família do agora eleito Presidente desta Casa, os demais presente na Sessão, cumprimentou o Valdir Melo que esta trazendo seus familiares a se envolver na politica e para se envolver em politica aqui na nossa cidade tem de que se ter coragem, hombridade é poucos que se envolvem, agradeceu e parabenizou o Vereador Djalma da Rocha pelo bom trabalho que fez como Presidente desta casa neste ultimo ano que passou, mostrou ser um homem de fibra, votou no Vereador Mauricio não porque ele compôs a chapa como Vice, votou pela competência deste Vereador que faz um trabalho firme e dedicado, que com certeza deixa a família em segundo plano para conduzir o trabalho dele como Vereador, criticou a administração pelas mas condições das estradas municipais, disse que ao final deste ano entreguemos o municipio em mão melhores, que queiram bem o povo Lebonregense, que trabalhem para o bem estar do nosso povo, que trabalhem para melhorar a qualidade de vida do povo Lebonregense, coisa que não tem acontecido a muitos anos, falou do atraso do nosso municipio com relação aos municípios vizinhos, parabenizou o Presidente e que Deus esteja com ele na condução dos trabalhos desta Casa, agradeceu e encerrou. Usou a Tribuna o Vereador Djalma Marco da Rocha, que cumprimentou o novo Presidente, os colegas Vereadores, cumprimentou também os ex vereadores e ex presidente desta Casa e companheiros de partido José Idebar Bueno da Silva e Júlio Gomes, cumprimentou seu pai Valter Rocha, os familiares do novo Presidente desta Casa e assim a todos os demais presente na Sessão, parabenizou o Presidente Mauricio que esperou muito por este dia, comentou da conversa que tiveram a um ano atrás que ele também queria ser presidente desta Casa, e lhe foi dado a oportunidade, disse que quando sentou na cadeira de presidente procurou fazer o melhor e o que o municipio precisa, disse que sai da presidência com a certeza de que fez a coisa certa e da melhor maneira possível, sabe que alguns ainda vão lhe criticar, mais o politico tem que estar preparado para as criticas, disse que este ano não vai ser fácil, parabenizou o Presidente disse que conhece o seu trabalho e tem certeza que a Casa esta bem representada, vai estar a disposição para o que for preciso, pois no ano de 2015 trabalharam junto e assim vai ser este ano, agradeceu e encerrou. O Presidente Mauricio, pediu que o Vice Presidente



Vereador João Carlos Pierdoná assumisse a condução dos trabalhos pois iria usar a Tribuna. Usou a Tribuna o Vereador Mauricio Passos Pinheiro, eu cumprimentou o Presidente em exercício, saudou os demais Vereadores, saudou o secretário da casa Carlos Zantotto Prefeito Municipal por dois mandatos, do nosso município saudou os ex Vereadores e ex presidente desta Casa, José Idebar Bueno da Silva e Júlio Gomes, assim estendeu seus cumprimentos aos demais Vereadores, agradeceu a Deus pela vida pela saúde, pela oportunidade de estar vivendo este momento, agradeceu sua família, que é o sustento que é o alicerce, sempre nos momentos difíceis estiveram com ele, comentou que sua mãe não queria que ele se envolvesse em política para preservar o filho, e sempre quem mais sofre é a família a partir que se coloca a disposição da vida pública, muitas vezes criticados injustamente, agradeceu a todos os Vereadores pelo voto de confiança, estava feliz assumindo hoje a presidência desta Casa com o voto de todos, lembrou os 266 pessoas que em 2012 lhe confiaram o voto, fez um relato de como entrou na vida pública que quem lhe filiou no partido na noite do último dia como determina a Lei foi o ex Vereador Júlio Gomes, na eleição retratada Deus não quis que ele se elegeisse e ficou de primeiro suplente, mais nos quatros anos deve ter assistido ai no auditório 80% das reuniões e na eleição passada mais maduro e preparado Deus permitiu que ele fosse eleito como o mais votado dos Vereadores, disse que vai preservar e zelar pelo nome desta instituição, poder Legislativo Câmara Municipal de Lebon Régis, vai defender e dar condição de trabalho para cada um dos Senhores Vereadores, vai estar a disposição e quer sempre ouvi-los, as portas do Legislativo vai estar sempre aberta para a comunidade, pois aqui é a casa do povo e sempre vai trabalhar em prol do povo, agradeceu a presença de todos e agradecer a todos que lhe confiaram esta oportunidade, que Deus continue abençoando a todos para poderem fazer o trabalho com sabedoria, em prol de nossa comunidade e de nosso povo, agradeceu e encerrou. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Vereadores do publico assistente e convocou os Senhores Vereadores para a próxima reunião ordinária dia 11 de fevereiro quinta feira no horário regimental as 18:00 horas e em nome de Deus declarou encerrada a presente Sessão. Eu \_\_\_\_\_ (Djalma Marco da Rocha) 1º secretário mandei digitar a presente ATA que depois de lida e se aprovada irá assinada por todos, bem como a integra da Sessão fica arquivada (gravada) a disposição dos Senhores Vereadores e do publico, mediante requerimento aprovado pelo presidente.

### **AUTOGRAFO DO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº. 001/2016**

AUTOGRAFO DO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº. 001/2016.  
"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo Municipal, autorizado a conceder aos servidores públicos lotados no quadro de pessoal dos servidores do Legislativo Municipal, a título de revisão anual, aumento de 11,28%, incidente sobre a remuneração devida.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis (SC) 15 de janeiro de 2016.  
DJALMA MARCO DA ROCHA  
Presidente

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
1º. Secretário

### **AUTOGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 001/2016**

AUTOGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 001/2016.

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS".

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos Servidores Públicos lotados no quadro de pessoal do município de Lebon Régis, ativos e inativos, a título de revisão anual, um aumento de 11,28 %, incidente sobre a remuneração devida, exceto o quadro de professores que terão o reajuste conforme estabelecido no piso nacional.

Art. 2º-Fica também o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual, aumento de 11,28 % aos agentes Políticos do Município, conforme Art.15 da Lei Municipal 1.265 de 8 de julho de 2008.

Art. 3º As despesas decorrentes de execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2016.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lebon Régis (SC), 15 de Janeiro de 2016.  
DJALMA MARCO DA ROCHA  
Presidente

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
1º secretário

### **AUTOGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 002/2016**

AUTOGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 002/2016.

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA AUTARQUIA HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica concedido aos Servidores Públicos lotados no quadro de pessoal da Autarquia Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, ativos e inativos, a título de revisão anual, um aumento de 11,28% incidente sobre a remuneração recebida.

Art. 2º. As despesas decorrentes de execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento

vigente.

Art. 3º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Lebon Régis (SC), 15 de janeiro de 2016.

DJALMA MARCO DA ROCHA

Presidente

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 002/2016 – de 11 de janeiro de 2016.

#### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

O Projeto de Lei ora submetido à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, tem a finalidade de conceder revisão anual salarial aos servidores do quadro da Autarquia Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio conforme índice do INPC dos últimos 12 (doze) meses.

Sendo o que se apresenta para o momento, solicitamos a análise e aprovação do Projeto de Lei caráter de URGENCIA/URGENTÍSSIMA.

Cordialmente,

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº01/2016

O Município de Lebon Régis, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto 004/2016, torna público que realizará Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios produzidos por Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural Organizados em Grupo Formal/Informal, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Recebimento de documentações e propostas até às 9h do dia 03/03/2016. Abertura das documentações e propostas às 9h10min do mesmo dia. Maiores informações através do e-mail: licitações@lebonregis.sc.gov.br. JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS - Presidente. Lebon Régis, 11 de fevereiro de 2016.

#### EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2016.

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2016.

CONVENIENTES - O Município de Lebon Régis-SC, através Do Fundo de Assistência Social e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis/SC.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros para custear despesas de manutenção da entidade. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – Vigência a partir da assinatura até 31\12\2016.

DATA E ASSINATURAS – Lebon Régis, 03 de Fevereiro de 2016. Ludovino Labas-Prefeito Municipal e Vilmarisa Comper da Silva-Presidenta da Associação.

#### EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2016.

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2016.

CONVENIENTES - O Município de Lebon Régis-SC, através Do Fundo da Criança e Adolescente e Associação dos Amigos da Casa Lar Leonardo Deboni. VALOR R\$: 120.000,00.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros para custear despesas de manutenção da entidade. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – A partir da assinatura.

DATA E ASSINATURAS – Lebon Régis, 11 de fevereiro de 2016. Ludovino Labas-Prefeito Municipal, pelo Município, e Cloci Aparecida Oliveira, pela Associação dos Amigos da Casa Lar Leonardo Muller Deboni.

## RGF 3º QUADRIMESTRE 2015



## MUNICIPIO DE LEBON REGIS

PODER EXECUTIVO

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

## DESPESA COM PESSOAL

## ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro/2015 a Dezembro/2015



RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.667.719,34	14,58
Pessoal ativo	11.505.372,42	14,58
Pessoal inativo e pensionistas	162.346,92	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>11.667.719,34</b>	<b>14,58</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>22.784.497,99</b>	<b>---</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>11.667.733,92</b>	<b>51,21</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>12.303.628,91</b>	<b>54,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95xVI) (parágrafo único do art.22 da LRF)</b>	<b>11.688.447,46</b>	<b>51,30</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90xVI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>11.073.266,02</b>	<b>48,60</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1759-0507-870). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:37.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SÉRGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



# Câmara Municipal de Vereadores de Lebon Régis



## PODER EXECUTIVO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DESPESA COM PESSOAL

### ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro/2015 a Dezembro/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	852.637,80	0,00
Pessoal ativo	852.637,80	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	0,00	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>852.637,80</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.784.497,99	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	852.637,80	3,74
LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	1.367.069,88	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95xVI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	1.298.716,39	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90xVI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.230.362,89	5,40

FONTE: Sistema e-Pública (1290-5237-954). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:38.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.004.940,97	816.066,30	772.677,41	604.111,44
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	567.537,38	421.982,66	277.538,26	133.333,39
Interna	567.537,38	421.982,66	277.538,26	133.333,39
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	430.600,47	387.280,52	387.280,52	387.280,52
Outras Dívidas	6.803,12	6.803,12	107.858,63	83.497,53
CELESC S/A	6.803,12	6.803,12	6.803,12	0,00
INSS - PARCELAMENTO HOSPITAL	0,00	0,00	78.881,04	69.020,92
INSS - PARCELAMENTO PREFEITURA	0,00	0,00	22.174,47	14.476,61
DEDUÇÕES (II)¹	2.457.112,17	4.149.631,46	2.670.597,24	2.051.391,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.173.971,49	4.154.396,41	2.638.179,56	2.226.779,97
Demais Haveres Financeiros	0,00	25.850,26	34.427,70	34.700,68
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	716.859,32	30.615,21	2.010,02	210.088,88
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I-II)</b>	<b>-1.452.171,20</b>	<b>-3.333.565,16</b>	<b>-1.897.919,83</b>	<b>-1.447.280,33</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>22.465.381,74</b>	<b>22.313.986,82</b>	<b>22.673.349,39</b>	<b>22.784.497,99</b>
<b>% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)</b>	<b>4,47</b>	<b>3,66</b>	<b>3,41</b>	<b>2,65</b>
<b>% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)</b>	<b>-6,46</b>	<b>-14,94</b>	<b>-8,37</b>	<b>-6,35</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>26.958.458,09</b>	<b>26.776.784,18</b>	<b>27.208.019,27</b>	<b>27.341.397,59</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>24.262.612,28</b>	<b>24.099.105,76</b>	<b>24.487.217,34</b>	<b>24.607.257,83</b>

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	567.537,38	421.982,66	277.538,26	133.333,39
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	567.537,38	421.982,66	277.538,26	133.333,39
Interna	567.537,38	421.982,66	277.538,26	133.333,39
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	317.003,29	251.273,87	247.436,12	1.978,69
ANTECIPAÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 2



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Quadrimestre Setembro-Dezembro

				Continuação
RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R\$ 1,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (2401-5310-478). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:40.

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada – DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um '-' (traço) nessa linha.

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SERGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO





## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras operações de crédito não sujeitas ao limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>Valor</b>	<b>% Sobre a RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	22.784.497,99	-
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
<b>Do Período de Referência (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)=(Ia+III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.645.519,68	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	3.280.967,71	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.594.914,86	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2010-6188-292). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:44.

LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS  
TÉCNICO CONTÁBIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**MUNICIPIO DE LEBON REGIS****RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

Continuação

**R\$ 1,00**

---

**SERGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

## PODER EXECUTIVO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO). TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA) TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL) TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS/UNIÃO SALÁRIO-EDUCAÇÃO OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIOS) TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/ASSISTÊNCIA SOCIAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/EDUCAÇÃO TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL) TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/ESTADO ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A PROGRAMAS DE SAÚDE	28.868,46	0,00	16.797,45	0,00	53.335,65	-41.264,64	0,00	0,00		
	65.542,13	0,00	6.805,13	0,00	17.472,36	41.264,64	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	194,25	0,00	0,00	0,00	0,00	194,25	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	190.395,63	0,10	1.231,32	861,02	168,10	188.135,09	1.108,97	0,00	0,00	
	63.505,19	0,00	51.465,80	0,00	0,00	12.039,39	1.250,00	0,00	0,00	
	104.040,33	0,00	6.279,85	0,00	0,00	97.760,48	5.445,96	0,00	0,00	
	518.176,64	0,00	70.715,79	0,00	21.520,54	425.940,31	2.692,61	0,00	0,00	
	3.660,45	0,00	0,00	0,00	0,00	3.660,45	0,00	0,00	0,00	
	1.662,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1.662,80	0,00	0,00	0,00	
	7.306,88	0,00	7.306,88	0,00	0,00	0,00	4.016,01	0,00	0,00	
	95.094,69	0,00	0,00	0,00	0,00	95.094,69	0,00	0,00	0,00	
	30.909,24	0,00	0,00	0,00	0,00	30.909,24	0,00	0,00	0,00	
	149.016,91	0,00	0,00	0,00	0,00	149.016,91	0,00	0,00	0,00	
	22.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.450,00	0,00	0,00	0,00	
	34.880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.880,00	0,00	0,00	0,00	
	<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.315.703,60</b>	<b>0,10</b>	<b>160.602,22</b>	<b>861,02</b>	<b>92.496,65</b>	<b>1.061.743,61</b>	<b>14.513,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	RECURSOS ORDINÁRIOS	311.058,33	873,92	227.849,21	883,68	68.957,75	12.493,77	6.255,48	0,00	0,00
	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	73.172,77	0,00	22.722,62	233,99	2.550,34	47.665,82	44.579,80	0,00	0,00
	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	217.653,49	0,00	100.443,95	0,00	27.208,41	90.001,13	61.224,28	0,00	0,00
	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO - CIDE	7.152,98	0,00	0,00	0,00	0,00	7.152,98	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	34.916,24	0,00	0,00	0,00	0,00	34.916,24	0,00	0,00	0,00
	FIA IMPOSTO DE RENDA	152.894,13	0,00	0,00	0,00	0,00	152.894,13	0,00	0,00	0,00
	CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR	17.820,68	0,00	270,00	0,00	0,00	17.550,68	0,00	0,00	0,00
CONVÊNIO DE TRÂNSITO - CIVIL	29.384,76	0,00	3.984,00	0,00	0,00	25.400,76	0,00	0,00	0,00	
CONVÊNIO DE TRÂNSITO - PREFEITURA	45.877,19	0,00	0,00	0,00	0,00	45.877,19	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	21.723,71	0,00	0,00	0,00	0,00	21.723,71	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A OUTROS PROGRAMAS	34.122,77	0,00	0,00	0,00	0,00	34.122,77	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>945.777,05</b>	<b>873,92</b>	<b>355.269,78</b>	<b>1.117,67</b>	<b>98.716,50</b>	<b>489.799,18</b>	<b>112.059,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>2.261.480,65</b>	<b>874,02</b>	<b>515.872,00</b>	<b>1.978,69</b>	<b>191.213,15</b>	<b>1.551.542,79</b>	<b>126.573,11</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

Fonte: Sistema e-Pública (9208-4456-19). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:45.

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS**

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

Continuação  
**R\$ 1,00**

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7**SERGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO

**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS**

PODER EXECUTIVO

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Quadrimestre Setembro-Dezembro



LRF, art. 48 - ANEXO 06

**R\$ 1,00**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>VALOR ATÉ O BIMESTRE</b>	
Receita Corrente Líquida		22.784.497,99	
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP		11.667.733,92	51,21
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		12.303.628,91	54,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)		11.688.447,46	51,30
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida		-1.656.495,19	-7,27
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		27.341.397,59	120,00
<b>GARANTIA DE VALORES</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		7.291.039,36	32,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		3.645.519,68	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.594.914,86	7,00
<b>RESTOS A PAGAR</b>		<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total		126.573,11	1.551.542,79

FONTE: Sistema e-Pública (1659-5739-005). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:47.

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SERGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO

## RREO 6º BIMESTRE 2015



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>	<b>23.540.720,90</b>	<b>23.540.720,90</b>	<b>4.586.242,06</b>	<b>19,48</b>	<b>23.068.705,36</b>	<b>97,99</b>	<b>472.015,54</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>23.460.118,50</b>	<b>23.460.118,50</b>	<b>4.483.634,69</b>	<b>19,11</b>	<b>22.784.497,99</b>	<b>97,12</b>	<b>675.620,51</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	795.657,00	795.657,00	388.048,87	48,77	1.112.877,58	139,87	-317.220,58
Impostos							
Taxas	641.470,00	641.470,00	372.094,57	58,01	914.922,66	142,63	-273.452,66
Contribuição de Melhoria	100.687,00	100.687,00	15.954,30	15,85	197.954,92	196,60	-97.267,92
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	53.500,00	53.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.500,00
Contribuições Sociais	236.470,00	236.470,00	0,00	0,00	225.376,49	95,31	11.093,51
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	236.470,00	236.470,00	0,00	0,00	225.376,49	95,31	11.093,51
RECEITA PATRIMONIAL	21.432,05	21.432,05	29.275,73	136,60	247.783,29	1.156,13	-226.351,24
Receltas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas de Valores Mobiliários	21.432,05	21.432,05	29.275,73	136,60	247.783,29	1.156,13	-226.351,24
Recelta de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.260.279,45	22.260.279,45	3.825.316,84	17,18	20.729.366,77	93,12	1.530.910,68
Transferências Intergovernamentais	21.911.311,31	21.911.311,31	3.720.991,25	16,98	20.259.420,92	92,46	1.651.890,39
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	348.968,14	348.968,14	104.325,59	29,90	469.947,85	134,67	-120.979,71
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 4





Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RRERO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

PREÇO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)										Continuação
OUTRAS RECEITAS CORRENTES										Em Reais
	146.280,00	146.280,00	240.993,25	164,75	469.091,86	320,68	-322.811,86			
Multas e Juros de Mora	50.000,00	50.000,00	6.647,94	13,30	38.809,01	77,62	11.190,99			
Indenizações e Restituições	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070,00			
Recicla da Dívida Ativa	81.000,00	81.000,00	45.298,35	55,92	151.313,09	186,81	-70.313,09			
Recitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recitas Correntes Diversas	14.210,00	14.210,00	189.046,96	1.330,	278.969,76	1.963,	-264.759,76			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>80.602,40</b>	<b>80.602,40</b>	<b>102.607,37</b>	<b>127,30</b>	<b>284.207,37</b>	<b>352,60</b>	<b>-203.604,97</b>			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	32,10	32,10	0,00	0,00	0,00	0,00	32,10			
Operações de Crédito Internas	32,10	32,10	0,00	0,00	0,00	0,00	32,10			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
ALIENAÇÃO DE BENS	6.420,00	6.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.420,00			
Alienação de Bens Móveis	6.420,00	6.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.420,00			
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	74.150,30	74.150,30	102.607,37	138,38	284.207,37	383,29	-210.057,07			
Transferências Intergovernamentais	70.620,00	70.620,00	100.000,00	141,60	181.600,00	257,15	-110.980,00			
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências para o Combate à Fome	3.530,30	3.530,30	2.607,37	73,86	102.607,37	2,96,	-99.077,07			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>23.540.720,90</b>	<b>23.540.720,90</b>	<b>4.586.242,06</b>	<b>19,48</b>	<b>23.068.705,36</b>	<b>97,99</b>	<b>472.015,54</b>			
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>23.540.720,90</b>	<b>23.540.720,90</b>	<b>4.586.242,06</b>	<b>19,48</b>	<b>23.068.705,36</b>	<b>97,99</b>	<b>472.015,54</b>			
<b>DÉFICIT (VI)</b>					<b>422.906,65</b>					
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>23.540.720,90</b>	<b>23.540.720,90</b>	<b>4.586.242,06</b>	<b>19,48</b>	<b>23.491.612,06</b>	<b>99,79</b>	<b>49.108,89</b>			

Continua 2/4



**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)										
Superávit Financeiro										
Reabertura de Créditos Adicionais										
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	23.540.720,90	27.527.131,43	3.706.941,81	23.618.185,12	3.908.946,31	4.146.238,08	23.491.612,01	4.035.519,42	22.975.740,01	126.573,11
DESPESAS CORRENTES	21.952.277,53	24.291.621,30	3.590.172,98	21.901.430,33	2.390.190,97	3.949.304,51	21.774.857,22	2.516.764,08	21.262.424,11	126.573,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.880.400,90	13.073.391,30	2.372.865,31	12.514.535,98	558.855,32	2.386.388,68	12.514.521,40	558.869,90	12.358.738,50	14,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	401.892,00	111.692,00	3.879,66	83.322,22	28.369,78	3.879,66	83.322,22	28.369,78	83.322,22	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.669.984,63	11.106.538,00	1.213.428,01	9.303.572,13	1.802.965,87	1.559.036,17	9.177.013,60	1.929.524,40	8.820.363,39	126.558,53
DESPESAS DE CAPITAL	1.577.743,37	3.224.810,13	116.768,83	1.716.754,79	1.508.055,34	196.933,57	1.716.754,79	1.508.055,34	1.713.315,90	0,00
INVESTIMENTOS	1.032.043,37	2.749.810,13	38.582,53	1.249.840,04	1.499.970,09	118.747,27	1.249.840,04	1.499.970,09	1.246.401,15	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	545.700,00	475.000,00	78.186,30	466.914,75	8.085,25	78.186,30	466.914,75	8.085,25	466.914,75	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	23.540.720,90	27.527.131,43	3.706.941,81	23.618.185,12	3.908.946,31	4.146.238,08	23.491.612,01	4.035.519,42	22.975.740,01	126.573,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	23.540.720,90	27.527.131,43	3.706.941,81	23.618.185,12	3.908.946,31	4.146.238,08	23.491.612,01	4.035.519,42	22.975.740,01	126.573,11
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	23.540.720,90	27.527.131,43	3.706.941,81	23.618.185,12	3.908.946,31	4.146.238,08	23.491.612,01	4.035.519,42	22.975.740,01	126.573,11

FONTE: Sistema e-Pública (1552-7892-511). Unidade Responsável: . Data da emissão: 11/02/2016 e hora de emissão: 23:07.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Continua 3 / 4



**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



Continuação  
**Em Reais**

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SERGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)		Em Reais
					No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)			No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)					
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			23.540.720,90	27.527.131,43	3.706.941,81	23.618.185,12	100,00	3.908.946,31		4.146.238,08	23.491.612,01	100,00	4.035.519,42		126.573,11		
LEGISLATIVA			1.070.000,00	1.070.000,00	183.435,50	976.362,16	4,13	93.637,84		183.435,50	976.362,16	4,16	93.637,84		0,00		
Ação Legislativa			1.070.000,00	1.070.000,00	183.435,50	976.362,16	4,13	93.637,84		183.435,50	976.362,16	4,16	93.637,84		0,00		
ADMINISTRAÇÃO			1.416.642,61	2.123.492,61	422.495,86	2.040.488,01	8,64	83.004,60		456.256,56	2.040.488,01	8,69	83.004,60		0,00		
Planejamento e Orçamento			85.028,97	12.272,37	0,00	12.247,00	0,05	25,37		0,00	12.247,00	0,05	25,37		0,00		
Administração Geral			1.331.613,64	2.111.220,24	422.495,86	2.028.241,01	8,59	82.979,23		456.256,56	2.028.241,01	8,63	82.979,23		0,00		
SEGURANÇA PÚBLICA			152.720,00	167.720,00	19.181,16	92.812,95	0,39	74.907,05		23.518,98	92.812,95	0,40	74.907,05		0,00		
Policimento			120.720,00	120.720,00	16.706,54	66.722,59	0,28	53.997,41		20.564,36	66.722,59	0,28	53.997,41		0,00		
Defesa Civil			32.000,00	47.000,00	2.474,62	26.090,36	0,11	20.909,64		2.954,62	26.090,36	0,11	20.909,64		0,00		
ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.107.735,00	1.157.235,00	151.054,13	926.033,10	3,92	231.201,90		168.510,79	923.364,13	3,93	233.870,87		2.668,97		
Assistência ao Portador de Deficiência			18.190,00	18.190,00	0,00	17.400,00	0,07	790,00		4.350,00	17.400,00	0,07	790,00		0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente			172.901,00	107.201,00	25.695,44	95.712,74	0,41	11.488,26		26.215,98	95.712,74	0,41	11.488,26		0,00		
Assistência Comunitária			916.644,00	1.031.844,00	125.358,69	812.920,36	3,44	218.923,64		137.944,81	810.251,39	3,45	221.592,61		2.668,97		
SAÚDE			5.795.330,30	6.811.478,30	1.091.491,89	6.110.878,32	25,87	700.599,98		1.198.338,14	6.042.945,42	25,72	768.532,88		67.932,90		
Atenção Básica			4.113.256,20	4.818.806,20	680.454,90	4.148.451,26	17,56	670.354,94		819.791,49	4.136.965,07	17,61	681.841,13		11.486,19		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial			1.682.074,10	1.992.672,10	411.036,99	1.962.427,06	8,31	30.245,04		378.546,65	1.905.980,35	8,11	86.691,75		56.446,71		
EDUCAÇÃO			9.944.809,99	10.224.491,99	1.378.331,72	9.130.869,60	38,66	1.093.622,39		1.542.018,38	9.079.593,84	38,65	1.144.898,15		51.275,76		
Alimentação e Nutrição			228.514,92	228.514,92	-6.050,29	214.947,17	0,91	13.567,75		4.635,29	214.947,17	0,91	13.567,75		0,00		
Ensino Fundamental			9.254.094,37	9.048.871,37	1.358.207,98	8.227.157,19	34,83	821.714,18		1.390.370,94	8.180.877,39	34,82	867.993,98		46.279,80		
Ensino Superior			38.520,00	3.125,00	0,00	3.055,00	0,01	70,00		0,00	3.055,00	0,01	70,00		0,00		
Educação Infantil			405.690,00	475.690,00	26.174,03	272.503,33	1,15	203.186,67		68.898,70	267.507,37	1,14	208.182,63		4.995,96		
Educação de Jovens e Adultos			7.280,00	7.280,00	0,00	614,92	0,00	6.665,08		0,00	614,92	0,00	6.665,08		0,00		
Educação Especial			10.710,70	461.010,70	0,00	412.591,99	1,75	48.418,71		78.153,45	412.591,99	1,76	48.418,71		0,00		
CULTURA			2.140,00	2.140,00	0,00	350,00	0,00	1.790,00		0,00	350,00	0,00	1.790,00		0,00		
Difusão Cultural			2.140,00	2.140,00	0,00	350,00	0,00	1.790,00		0,00	350,00	0,00	1.790,00		0,00		
URBANISMO			1.398.580,95	3.024.120,95	120.898,82	1.794.067,14	7,60	1.230.053,81		149.152,57	1.790.400,28	7,62	1.233.720,67		3.666,86		
Infra-Estrutura Urbana			443.049,55	1.929.759,55	-2.083,79	844.926,66	3,58	1.084.832,89		7.172,89	844.926,66	3,60	1.084.832,89		0,00		
Serviços Urbanos			955.531,40	1.094.361,40	122.982,61	949.140,48	4,02	145.220,92		141.979,68	945.473,62	4,02	148.887,78		3.666,86		
HABITAÇÃO			21.421,40	21,40	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	21,40		0,00		
Habituação Urbana			21.421,40	21,40	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	21,40		0,00		



# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	Em Real	
				No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)		
SANEAMENTO	Saneamento Básico Urbano	21.421,40	21,40	0,00	0,00	0,00	21,40	0,00	0,00	0,00	21,40	0,00
	SESTÃO AMBIENTAL	21.421,40	21,40	0,00	0,00	0,00	21,40	0,00	0,00	0,00	21,40	0,00
	Preservação e Conservação Ambiental	81.341,40	21,40	0,00	0,00	0,00	21,40	0,00	0,00	0,00	21,40	0,00
	AGRICULTURA	81.341,40	21,40	0,00	0,00	0,00	21,40	0,00	0,00	0,00	21,40	0,00
	Extensão Rural	438.742,80	557.753,33	126.538,21	501.163,14	2,12	56.590,19	133.541,44	500.934,52	2,13	56.818,81	228,62
	INDÚSTRIA	438.742,80	557.753,33	126.538,21	501.163,14	2,12	56.590,19	133.541,44	500.934,52	2,13	56.818,81	228,62
	Promoção Industrial	133.550,70	133.550,70	-4.712,28	104.990,63	0,44	28.560,07	2.379,72	104.990,63	0,45	28.560,07	0,00
	COMÉRCIO E SERVIÇOS	133.550,70	133.550,70	-4.712,28	104.990,63	0,44	28.560,07	2.379,72	104.990,63	0,45	28.560,07	0,00
	Turismo	14.980,00	14.980,00	-42,00	14.296,00	0,06	684,00	0,00	14.296,00	0,06	684,00	0,00
	TRANSPORTE	14.980,00	14.980,00	-42,00	14.296,00	0,06	684,00	0,00	14.296,00	0,06	684,00	0,00
	Transporte Rodoviário	635.590,70	1.031.890,70	43.401,60	992.140,61	4,20	39.750,09	108.315,84	992.140,61	4,22	39.750,09	0,00
	DESPORTO E LAZER	635.590,70	1.031.890,70	43.401,60	992.140,61	4,20	39.750,09	108.315,84	992.140,61	4,22	39.750,09	0,00
	Desporto Comunitário	186.921,65	375.921,65	62.973,91	178.627,24	0,76	197.294,41	68.876,87	177.827,24	0,76	198.094,41	800,00
	Lazer	86.910,95	275.910,95	39.298,31	144.849,97	0,61	131.060,98	46.001,27	144.849,97	0,62	131.060,98	0,00
	ENCARGOS ESPECIAIS	100.010,70	100.010,70	23.675,60	33.777,27	0,14	66.233,43	22.875,60	32.977,27	0,14	67.033,43	800,00
	Outros Encargos Especiais	1.108.092,00	821.592,00	111.893,29	755.106,22	3,20	66.485,78	111.893,29	755.106,22	3,21	66.485,78	0,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.108.092,00	821.592,00	111.893,29	755.106,22	3,20	66.485,78	111.893,29	755.106,22	3,21	66.485,78	0,00
	Reserva de Contingência	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		23.540.720,90	27.527.131,43	3.706.941,81	23.618.185,12	100,00	3.908.946,31	4.146.238,08	23.491.612,01	100,00	4.035.519,42	126.573,11

Continua 2 / 3



## Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RRERO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

[illegible]

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**SERGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO





# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Jan/2015	Fev/2015	Março/2015	Abril/2015	Mai/2015	Junho/2015	Julho/2015					
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>												
Receita Tributária	2.163.902,18	2.083.827,50	1.857.191,45	2.051.320,37	2.188.710,24	2.011.027,83	2.007.816,24					
IP/TU	28.011,50	53.348,89	69.250,69	78.177,32	61.408,13	59.031,25	55.077,45					
ISS	564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229,42	0,00					
ITBI	21.367,18	17.583,48	16.052,95	24.103,39	33.200,10	21.622,48	37.487,47					
ITR	451,02	3.542,47	9.391,66	33.132,24	14.717,83	20.732,52	10.107,36					
IRRF	2.567,78	3.755,62	2.369,01	1.315,88	1.304,75	1.306,14	1.305,19					
Outras Receitas Tributárias	3.061,52	28.467,32	41.437,07	19.625,81	12.185,45	15.140,69	6.177,43					
Receitas de Contribuições	2.105,36	1.997,39	40.822,51	2.761,49	46.154,42	26.066,52	25.140,61					
Receita Patrimonial	19.259,67	18.962,72	23.643,68	24.832,86	22.766,00	29.964,69	24.499,33					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências Correntes	2.096.251,55	1.994.515,42	1.702.122,28	1.923.277,65	2.040.218,10	1.862.037,17	1.865.312,88					
Cota-Parte FPM	799.114,21	815.740,81	594.147,34	641.242,44	788.549,34	686.117,85	508.048,76					
Cota-Parte do ICMS	407.444,81	363.215,98	364.777,46	392.117,29	371.042,85	355.577,04	358.964,98					
Cota-Parte do IPVA	25.371,37	35.907,30	51.619,00	56.892,84	63.174,46	58.884,17	58.837,74					
Cota-Parte do ITR	7.134,92	175,97	2.444,22	237,45	349,56	584,24	0,00					
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	6.208,48	1.552,12	1.552,12	1.552,12					
Transferências da LC 61/1989	8.503,57	5.059,12	4.962,81	5.197,78	5.863,67	5.885,15	5.145,05					
Transferências do FUNDEB	550.787,03	509.491,99	496.878,17	537.660,00	542.609,54	515.558,27	493.609,03					
Outras Transferências Correntes	297.895,64	264.924,25	187.293,28	283.721,37	267.076,56	238.178,33	439.155,20					
Outras Receitas Correntes	18.274,10	15.003,08	21.352,29	22.271,05	18.163,59	33.928,20	37.785,97					
<b>DEDUÇÕES (II)</b>												
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	249.513,55	244.019,67	203.589,97	220.379,05	246.106,17	221.659,89	186.509,52					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	249.513,55	244.019,67	203.589,97	220.379,05	246.106,17	221.659,89	186.509,52					
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	1.914.388,63	1.839.807,83	1.653.601,48	1.830.941,32	1.942.604,07	1.789.367,94	1.821.306,72					



# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



Continuação

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses					
	Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Total Últimos 12 Meses Previsão atualizada 2015
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	1.916.786,15	2.131.208,31	2.078.273,19	2.010.846,14	2.915.375,10	25.416.284,70
Receita Tributária	38.679,69	207.969,34	73.874,45	55.786,32	332.262,55	1.112.877,38
IPJU	1.047,88	139.019,97	20.569,03	15.561,96	15.534,11	192.526,37
ISS	17.779,42	22.225,03	18.494,90	27.487,59	41.186,52	298.980,51
ITBI	5.528,82	13.690,50	23.450,38	1.224,36	2.502,00	138.471,16
IRRF	1.303,06	1.444,08	75,08	2.738,00	265.860,03	285.344,62
Outras Receitas Tributárias	13.020,51	31.589,76	11.295,06	8.774,41	7.179,89	197.954,92
Receitas de Contribuições	28.546,19	25.296,12	26.485,88	0,00	0,00	225.376,49
Receita Patrimonial	19.018,23	17.384,17	18.176,21	14.559,77	14.715,96	247.783,29
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte FPM	1.810.246,09	1.855.059,48	1.944.211,47	1.926.105,98	2.341.797,41	23.361.155,48
Cota-Parte do ICMS	594.198,55	495.387,02	563.832,53	636.611,19	732.029,81	7.855.019,85
Cota-Parte do IPVA	344.823,53	359.906,31	370.714,90	374.372,81	363.301,36	4.426.259,32
Cota-Parte do ITR	56.048,99	57.350,76	47.804,22	39.084,18	27.380,20	578.355,23
Transferências da LC 87/1996	3.024,72	17.590,02	154.511,49	15.129,75	10.455,39	211.637,73
Transferências da LC 61/1989	1.552,12	1.552,12	1.552,12	1.552,12	1.552,12	18.625,44
Transferências do FUNDEB	5.474,59	5.459,03	6.332,04	5.769,05	5.696,59	69.948,45
Outras Transferências Correntes	507.379,19	483.892,54	513.418,56	507.110,57	522.172,81	6.180.567,70
Outras Receitas Correntes	297.744,40	433.921,68	286.045,61	346.476,31	679.209,13	4.021.641,76
DEDUÇÕES (II)	20.295,95	25.499,20	15.525,18	14.394,07	226.599,18	469.091,86
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	201.024,28	187.448,82	228.949,24	214.503,63	228.082,92	2.631.786,71
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	201.024,28	187.448,82	228.949,24	214.503,63	228.082,92	2.631.786,71
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	1.715.761,87	1.943.759,49	1.849.323,95	1.796.342,51	2.687.292,18	22.784.497,99

FONTE: Sistema e-Pública (1384-6205-423). Unidade Responsável: 23.12.

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SERGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO

2 / 2



# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	960,42	715.898,90	712.612,42	3.372,88	874,02	0,00	317.003,29	313.496,32	313.496,32	1.528,28	1.978,69	2.852,71
EXECUTIVO												
Município de Lebon Régis	0,00	394.939,37	392.495,69	1.763,68	680,00	0,00	260.722,32	259.472,57	259.472,57	132,08	1.117,67	1.797,67
Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	274,32	221.490,65	220.155,77	1.609,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon R	0,10	61.229,61	61.035,69	0,00	194,02	0,00	3.831,30	2.970,28	2.970,28	0,00	861,02	1.055,04
Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio d	686,00	38.239,27	38.925,27	0,00	0,00	0,00	52.449,67	51.053,47	51.053,47	1.396,20	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	874,02	0,00	317.003,29	313.496,32	313.496,32	1.528,28	1.978,69	2.852,71
TOTAL (III) = (I + II)	960,42	715.898,90	712.612,42	3.372,88	874,02	0,00	317.003,29	313.496,32	313.496,32	1.528,28	1.978,69	2.852,71

FONTE: Sistema e-Pública (2129-6240-787). Unidade Responsável: . Data da emissão: 11/02/2016 e hora de emissão: 23:46.

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SERGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS**  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
 Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

**R\$ 1,00**

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	1.004.940,97	694.491,11	604.111,44
Deduções (II)	2.457.112,17	2.499.936,30	2.051.391,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.173.971,49	2.466.311,94	2.226.779,97
Demais Haveres Financeiros	0,00	35.184,38	34.700,68
( - ) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	716.859,32	1.560,02	210.088,88
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-1.452.171,20	-1.805.445,19	-1.447.280,33
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)</b>	<b>-1.452.171,20</b>	<b>-1.805.445,19</b>	<b>-1.447.280,33</b>

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	358.164,86	4.890,87

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-131.083,18

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (2303-8170-124). Unidade Responsável: . Data da emissão: 11/02/2016 e hora de emissão: 23:13.

**LUDOVINO LABAS**  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 CHEFIA DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
 SECRETARIA  
 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
 TÉCNICO CONTÁBIL  
 CRC/SC 16.115/O-7

**SÉRGIO INHAIA**  
 CONTROLADOR  
 CONTROLE INTERNO



**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**RESULTADO PRIMÁRIO**



**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	23.438.686,45	22.536.714,70	22.168.811,17	
Recitas Tributárias	795.657,00	1.112.877,58	973.241,45	
IPTU	160.500,00	192.526,37	146.143,43	
ISS	270.000,00	298.580,51	304.849,50	
ITBI	74.900,00	138.471,16	99.991,81	
IRRF	135.000,00	285.344,62	100.411,80	
Outras Receitas Tributárias	155.257,00	197.954,92	321.844,91	
Recitas de Contribuições	236.470,00	225.376,49	178.838,69	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	
Recita Patrimonial Líquida	236.470,00	225.376,49	178.838,69	
Recita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	
(-) Aplicações Financeiras	21.432,05	247.783,29	296.570,57	
Transferências Correntes	21.432,05	247.783,29	296.570,57	
FPM	22.260.279,45	20.729.368,77	20.755.410,47	
ICMS	7.313.251,80	6.284.016,17	6.365.018,68	
Convênios	4.217.620,70	3.541.008,43	3.380.240,60	
Outras Transferências Correntes	348.968,14	469.947,85	989.745,40	
Demais Receitas Correntes	10.380.438,81	10.434.396,32	10.020.405,79	
Dívida Ativa	146.280,00	469.091,86	261.320,56	
Diversas Receitas Correntes	81.000,00	151.313,09	89.185,72	
	65.280,00	317.778,77	172.134,84	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	80.602,40	284.207,37	2.559.218,58	
Operações de Crédito (III)	32,10	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)	6.420,00	0,00	0,00	
Transferência de Capital	74.150,30	284.207,37	2.559.218,58	
Convênios	3.530,30	102.607,37	610.768,53	
Outras Transferências de Capital	70.620,00	181.600,00	1.948.450,05	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	74.150,30	284.207,37	2.559.218,58	
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>23.512.836,75</b>	<b>22.820.922,07</b>	<b>24.728.029,75</b>	



# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## RESULTADO PRIMÁRIO

### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em2015	Em2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	24.291.621,30	21.901.430,33	20.240.172,85	21.774.857,22	20.271.113,07	126.573,11	620.387,17
Pessoal e Encargos Sociais	13.073.391,30	12.514.535,98	11.591.164,11	12.514.521,40	11.606.071,02	14,58	6.491,74
Juros e Encargos da Dívida (IX)	111.692,00	83.322,22	163.525,63	83.322,22	166.041,59	0,00	8.375,26
Outras Despesas Correntes	11.106.538,00	9.303.572,13	8.485.483,11	9.177.013,60	8.499.000,46	126.558,53	605.520,17
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	24.179.929,30	21.818.108,11	20.076.647,22	21.691.535,00	20.105.071,48	126.573,11	612.011,91
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.224.810,13	1.716.754,79	4.248.067,09	1.716.754,79	4.362.550,20	0,00	869.861,89
Investimentos	2.749.810,13	1.249.840,04	3.721.471,69	1.249.840,04	3.819.255,21	0,00	700.468,96
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.972,54
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.972,54
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anortização da Dívida (XIV)	475.000,00	466.914,75	526.595,40	466.914,75	543.294,99	0,00	1.420,39
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.749.810,13	1.249.840,04	3.721.471,69	1.249.840,04	3.819.255,21	0,00	700.468,96
Reserva de Contingência (XVI)	10.700,00						
Reserva RPPS (XVII)	0,00						
<b>DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	26.940.439,43	23.067.948,15	23.798.118,91	22.941.375,04	23.924.326,69	126.573,11	1.312.480,87
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	-3.427.602,68	-247.026,08	929.910,84	-120.452,97	803.703,06		
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		0,00	0,00	1.487.200,00	0,00	0,00	0,00
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>							
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência						<b>VALOR CORRENTE</b>	919.677,85

FONTE: Sistema e-Pública (2497-6236-153). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:14.

Continua 2 / 3



**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RESULTADO PRIMÁRIO****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação  
**Em Reais**

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
ORC/SC 16.115/O-7**SERGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO

3 / 3



# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS



## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	771.400,00	771.400,00	1.098.977,09	142,47
1.1-Receita resultante do IPTU	261.500,00	261.500,00	293.104,59	112,09
1.1.1-IPTU	160.500,00	160.500,00	192.526,37	119,95
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	0,00	0,00	1.528,21	0,00
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	81.000,00	81.000,00	70.173,20	86,63
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	28.876,81	144,38
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	74.900,00	74.900,00	146.827,23	196,03
1.2.1-ITBI	74.900,00	74.900,00	138.471,16	184,87
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	1.107,77	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	6.302,85	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	945,45	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	300.000,00	300.000,00	357.329,12	119,11
1.3.1-ISS	270.000,00	270.000,00	298.580,51	110,59
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	209,98	0,70
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	58.465,51	0,00
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	0,00	0,00	73,12	0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	135.000,00	135.000,00	285.344,62	211,37
1.4.1-IRRF	135.000,00	135.000,00	285.344,62	211,37
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	16.371,53	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	16.371,53	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	15.245.892,50	15.245.892,50	13.503.383,76	88,57
2.1-Cota Parte FPM	9.389.051,80	9.389.051,80	8.199.457,59	87,33
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	9.068.051,80	9.068.051,80	7.855.019,85	86,62
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	321.000,00	321.000,00	344.437,74	107,30
2.2-Cota Parte ICMS	5.073.620,70	5.073.620,70	4.426.259,32	87,24
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	20.000,00	20.000,00	18.625,44	93,13
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	64.200,00	64.200,00	69.048,45	107,55
2.5-Cota-Parte ITR	96.300,00	96.300,00	211.637,73	219,77
2.6-Cota-Parte IPVA	602.720,00	602.720,00	578.355,23	95,96
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)</b>	<b>16.017.292,50</b>	<b>16.017.292,50</b>	<b>14.602.360,85</b>	<b>91,17</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	1.070,00	1.070,00	2.195,02	205,14
5-Transferências do FNDE	917.603,86	917.603,86	978.496,41	106,64
5.1-Transferências do Salário-Educação	588.500,00	588.500,00	685.428,41	116,47
5.2-Transferências Diretas - PDDE	700,00	700,00	420,00	60,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	174.624,00	174.624,00	173.452,00	99,33

1 / 4



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	89.880,00	89.880,00	67.997,66	75,65
5.5-Outras transferências do FNDE	57.998,80	57.998,80	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	5.901,06	5.901,06	51.198,34	867,61
6-Transferências de convênios	535,00	535,00	0,00	0,00
6.1-Transferências de convênios	535,00	535,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	<b>919.208,86</b>	<b>919.208,86</b>	<b>980.691,43</b>	<b>106,69</b>

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.749.620,00	2.749.620,00	2.631.786,71	95,71
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.754.800,00	1.754.800,00	1.571.003,68	89,53
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	856.000,00	856.000,00	885.250,89	103,42
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	3.725,05	93,13
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	12.840,00	12.840,00	13.809,65	107,55
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	19.260,00	19.260,00	42.327,43	219,77
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	102.720,00	102.720,00	115.670,01	112,61
11-Receitas recebidas do FUNDEB	5.780.140,00	5.780.140,00	6.189.760,84	107,09
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	5.778.000,00	5.778.000,00	6.180.567,70	106,97
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	2.140,00	2.140,00	9.193,14	429,59
<b>12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>3.028.380,00</b>	<b>3.028.380,00</b>	<b>3.548.780,99</b>	<b>117,18</b>

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	4.045.670,00	4.803.609,00	4.619.558,86	96,17	4.619.558,86	96,17	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	4.045.670,00	4.803.609,00	4.619.558,86	96,17	4.619.558,86	96,17	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	1.734.470,00	1.790.470,00	1.600.163,18	89,37	1.600.163,18	89,37	0,00
14.1-Com Educação Infantil	107.000,00	177.000,00	105.263,91	59,47	105.263,91	59,47	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	1.627.470,00	1.613.470,00	1.494.899,27	92,65	1.494.899,27	92,65	0,00
<b>15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)</b>	<b>5.780.140,00</b>	<b>6.594.079,00</b>	<b>6.219.722,04</b>	<b>94,32</b>	<b>6.219.722,04</b>	<b>94,32</b>	<b>0,00</b>

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	41.264,64
16.1- FUNDEB 60%	41.264,64
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	41.264,64
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) <sup>1</sup>	6.178.457,40
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	73,97
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	25,85
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %	0,18
<b>CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE</b>	<b>Valor</b>
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>	0,00

Continua 2 / 4



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)		% c= (b/a)x100		
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³							
		4.004.323,12	4.004.323,12		3.650.590,21		91,17
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	296.390,00	355.690,00	188.780,41	53,07	188.780,41	53,07	0,00
23.1-Creche	296.390,00	355.690,00	188.780,41	53,07	188.780,41	53,07	0,00
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	107.000,00	177.000,00	105.263,91	59,47	105.263,91	59,47	0,00
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	189.390,00	178.690,00	83.516,50	46,74	83.516,50	46,74	0,00
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-ENSINO FUNDAMENTAL	8.247.625,18	7.830.444,18	7.167.964,32	91,54	7.123.384,52	90,97	44.579,80
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	5.673.140,00	6.417.079,00	6.114.458,13	95,28	6.114.458,13	95,28	0,00
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	2.574.485,18	1.413.365,18	1.053.506,19	74,54	1.008.926,39	71,38	44.579,80
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	38.520,00	3.125,00	3.055,00	97,76	3.055,00	97,76	0,00
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	228.514,92	228.514,92	214.947,17	94,06	214.947,17	94,06	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.811.050,10	8.417.774,10	7.574.746,90	89,99	7.530.167,10	89,46	44.579,80
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor	
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						3.548.780,99	
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00	
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						9.193,14	
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						0,00	
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00	
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00	
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						1.606,15	
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						3.559.580,28	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						3.797.164,45	
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						26,00	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	589.570,00	748.813,00	635.058,59	84,81	633.808,59	84,64	1.250,00
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	544.189,89	840.904,89	752.437,41	89,48	746.991,45	88,83	5.445,96
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	1.133.759,89	1.589.717,89	1.387.496,00	87,28	1.380.800,04	86,86	6.695,96
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	9.944.809,99	10.007.491,99	8.962.242,90	89,56	8.910.967,14	89,04	51.275,76
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00		1.606,15
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00		1.140,00
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00		466,15
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR		
					FUNDEB (h)		FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					8.894,85		0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					6.240.324,01		0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					6.134.106,26		0,00

Continua 3 / 4

**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		<b>R\$ 1,00</b>
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	6.125.311,45	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	8.794,81	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.193,14	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	124.305,74	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2134-7175-402). Unidade Responsável: . Data da emissão: 11/02/2016 e hora de emissão: 23:47.

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.**LUDOVINO LABAS**PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**ADAIR DA SILVA MATTOS**TÉCNICO CONTÁBIL  
CRC/SC 16.115/O-7**SERGIO INHAIA**CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	Em Reais	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		32,10	0,00	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	32,10
DESPESAS					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.224.810,13	1.716.754,79	1.716.754,79	0,00	1.508.055,34
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)</b>	<b>3.224.810,13</b>	<b>1.716.754,79</b>	<b>1.716.754,79</b>	<b>0,00</b>	<b>1.508.055,34</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>(a - d)</b>	<b>(b - e)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(c - f)</b>
	<b>-3.224.778,03</b>	<b>-1.716.754,79</b>			<b>-1.508.023,24</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1740-9209-403). Unidade Responsável: . Data da emissão: 11/02/2016 e hora de emissão: 23:59.

Notas:

1 -> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>





# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR	Em Reais
		(a)	(b)				(c) = (a - b)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		5.350,00					12.103,96	-6.753,96
Alienação de Bens Móveis		5.350,00					12.103,96	-6.753,96
Alienação de Bens Imóveis		0,00					0,00	0,00
DESPESAS								
		(d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	SALDO A PAGAR
					(e)		(f)	(g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.750,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.750,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.750,00	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		2014	2015				SALDO ATUAL	
		(h)	(i) = (Ib - (IIf + IIIf))				(j) = (IIIfh + IIIfj)	
VALOR (III)		148.768,92					-82.646,04	
							66.122,88	

FONTE: Sistema e-Pública (1740-3879-166). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:12.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SERGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	771.400,00	771.400,00	1.098.977,09	142,47
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	160.500,00	160.500,00	192.526,37	119,95
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	74.900,00	74.900,00	138.471,16	184,87
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.000,00	270.000,00	298.580,51	110,59
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	135.000,00	135.000,00	285.344,62	211,37
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	30.000,00	30.000,00	2.845,96	9,49
Dívida Ativa dos Impostos	81.000,00	81.000,00	151.313,09	186,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	20.000,00	20.000,00	29.895,38	149,48
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.924.892,50	14.924.892,50	13.158.946,02	88,17
Cota-parte FPM	9.068.051,80	9.068.051,80	7.855.019,85	86,62
Cota-parte ITR	96.300,00	96.300,00	211.637,73	219,77
Cota-parte IPVA	602.720,00	602.720,00	578.355,23	95,96
Cota-parte ICMS	5.073.620,70	5.073.620,70	4.426.259,32	87,24
Cota-parte do IPI - Exportação	64.200,00	64.200,00	69.048,45	107,55
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	18.625,44	93,13
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	18.625,44	93,13
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>15.696.292,50</b>	<b>15.696.292,50</b>	<b>14.257.923,11</b>	<b>90,84</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.611.366,41	2.611.366,41	2.525.129,94	96,70
Provenientes da União	2.030.888,40	2.030.888,40	1.855.821,20	91,38
Provenientes dos Estados	291.050,70	291.050,70	238.062,68	81,79
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	289.427,31	289.427,31	431.246,06	149,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	32,10	32,10	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.611.398,51</b>	<b>2.611.398,51</b>	<b>2.525.129,94</b>	<b>96,70</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	5.403.348,36	6.477.646,36	5.998.311,88	92,60	5.930.378,98	91,55	67.932,90
Pessoal e Encargos Sociais	2.539.037,90	3.438.037,90	3.371.884,65	98,08	3.371.884,65	98,08	0,00
Juros e Encargos da Dívida	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.853.610,46	3.039.608,46	2.626.427,23	86,41	2.558.494,33	84,17	67.932,90
DESPESAS DE CAPITAL	368.227,94	295.077,94	112.566,44	38,15	112.566,44	38,15	0,00
Investimentos	357.527,94	295.077,94	112.566,44	38,15	112.566,44	38,15	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>5.771.576,30</b>	<b>6.772.724,30</b>	<b>6.110.878,32</b>	<b>90,23</b>	<b>6.042.945,42</b>	<b>89,22</b>	<b>67.932,90</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.323.009,10	2.737.559,10	2.243.324,36	36,71	2.236.615,74	3.292,39	6.708,62
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.321.939,10	2.702.289,10	2.243.324,36	36,71	2.236.615,74	3.292,39	6.708,62
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	1.070,00	35.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>2.323.009,10</b>	<b>2.737.559,10</b>	<b>2.243.324,36</b>	<b>36,71</b>	<b>2.236.615,74</b>	<b>3.292,39</b>	<b>6.708,62</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>3.448.567,20</b>	<b>4.035.165,20</b>	<b>3.867.553,96</b>	<b>63,29</b>	<b>3.806.329,68</b>	<b>62,99</b>	<b>61.224,28</b>

<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%<sup>4 e 5</sup></b>	<b>27,13</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]<sup>6</sup></b>	<b>1.728.865,49</b>

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
<b>Total (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
<b>Total (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	4.089.502,20	4.780.052,20	4.129.851,26	67,58	4.118.365,07	68,15	11.486,19
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.682.074,10	1.992.672,10	1.962.427,06	32,11	1.905.980,35	31,54	56.446,71
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3



# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS



## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	18.600,00	0,30	18.600,00	0,31	0,00
<b>Total</b>	<b>5.771.576,30</b>	<b>6.772.724,30</b>	<b>6.110.878,32</b>	<b>100,00</b>	<b>6.042.945,42</b>	<b>100,00</b>	<b>67.932,90</b>

### DESPESA COM SAÚDE EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS

DESPESAS COM SAÚDE EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISAMARP	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100	Até o Bimestre (c)	% (c/a)x100
DESPESAS CORRENTES	0,00	18.600,00	0,00	18.600,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	3.600,00	0,00	3.600,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>18.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.600,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	Até o Bimestre (d)	% (d/Ib)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/Ic)x100
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I - II)</b>	<b>18.600,00</b>	<b>100,00</b>	<b>18.600,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (2290-3173-164). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:17.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ .

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SÉRGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31/12/2014 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015						Saldo Total (c) = (a+b)	R\$ 1,00	
			No bimestre	Até o bimestre(b)							
TOTAL DE ATIVOS											
	Direitos Futuros										
	Ativos Contabilizados na SPE										
	Contrapartida para Provisões de PPP										
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
	Obrigações Não Relacionadas a Serviços										
	Contrapartida para Ativos da SPE										
	Provisões de PPP										
GARANTIAS DE PPP(II)											
	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP(III)=(I-II)										
PASSIVOS CONTINGENTES											
	Contraprestações Futuras										
	Riscos Não Provisionados										
	Outros Passivos Contingentes										
ATIVOS CONTINGENTES											
	Serviços Futuros										
	Outros Ativos Contingentes										
DESPESAS DE PPP											
	Do Ente Federado (IV)										
	Das Estadais Não-dependentes										
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA(RCL)(V)											
TOTAL DAS RECEITAS/RCL(%)=(VI)=(IV)/(V)											
FONTE: Sistema e-Pública (1990-0754-464). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:21.											

FOITE: Sistema e-Pública (1990-0754-464). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:21.

LUDOVINO LABAS

PREFEITO MUNICIPAL

CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

SECRETARIA

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS

TECNICO CONTABIL

CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA

CONTROLADOR

CONTROLE INTERNO



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECETAS					
Previsão Inicial		23.540.720,90			
Previsão Atualizada		23.540.720,90			
Receitas Realizadas		23.068.705,36			
Déficit Orçamentário		422.906,65			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		1.487.200,00			
DESPESAS					
Dotação Inicial		23.540.720,90			
Créditos Adicionais		3.986.410,53			
Dotação Atualizada		27.527.131,43			
Despesas Empenhadas		23.618.185,12			
Despesas Liquidadas		23.491.612,01			
Despesas Pagas		22.975.740,01			
Superávit Orçamentário		0,00			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		23.618.185,12			
Despesas Liquidadas		23.491.612,01			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		22.784.497,99			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		-131.083,18	4.890,87	-3,73	
Resultado Primário		919.677,85	-120.452,97	-13,10	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	716.859,32	3.372,88	712.612,42	874,02	
Poder Executivo	716.859,32	3.372,88	712.612,42	874,02	
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	317.003,29	1.528,28	313.496,32	1.978,69	
Poder Executivo	317.003,29	1.528,28	313.496,32	1.978,69	
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	1.033.862,61	4.901,16	1.026.108,74	2.852,71	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		3.797.164,45	25,00	26,00	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.578.294,22	60,00	73,97	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito		0,00	32,10		
Despesa de Capital Líquida		1.716.754,79	1.508.055,34		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 2




**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS**


RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

LRF, Art. 48 – Anexo 14

**Em Reais**

<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<b>Valor Apurado Até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Realizar</b>	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	12.103,96	-6.753,96	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>	<b>Valor Apurado Até o Bimestre</b>	<b>Limite Constitucional Anual</b>	
		<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado Até o Bimestre</b>
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.806.329,68	15,00	27,13
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>	<b>Valor Apurado no Exercício Corrente</b>		
Total das Despesas/RCL (%)			0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1142-8766-580). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/02/2016 e hora de emissão: 00:29.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**LUDOVINO LABAS**  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 CHEFIA DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
 SECRETARIA  
 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
 TECNICO CONTABIL  
 CRC/SC 16.115/O-7

**SÉRGIO INHAIA**  
 CONTROLADOR  
 CONTROLE INTERNO

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 011/2016

DECRETO Nº 011, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 39.744,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	39.744,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	39.744,00
Função	08	Assistência Social	39.744,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	39.744,00
Programa	07	Vivendo com Amor	39.744,00
Atividade	2022	Apoio à Famílias Carentes	39.744,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	39.744,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	39.744,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	39.744,00
Fonte de Recursos	0.1.0034.000332	Transferências de Convênios – União Outros/ Convênio Trabalho Social – Programa Minha Casa Minha vida – Recursos FAR	39.744,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR .....			39.744,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências de Convênios – União Outros/ Convênio Trabalho Social – Programa Minha Casa Minha vida – Recursos FAR	0.1.0034.000332	39.744,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO .....		39.744,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de fevereiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### DECRETO N.º 012/2016

DECRETO Nº 012, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 7.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.000,00
Função	15	Urbanismo	7.000,00
Sub-função	452	Serviços Urbanos	7.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	7.000,00
Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	7.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			7.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com a seguinte estrutura e

respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.000,00
Função	15	Urbanismo	7.000,00
Sub-função	452	Serviços Urbanos	7.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	7.000,00
Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e Encargos Sociais	7.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	2.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	7.000,00
TOTAL DA SUPELENTAÇÃO .....			7.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de fevereiro de 2016.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 001/2016

Portaria n.º 001, de 04 de janeiro de 2016.

“Designa Membros para Compôr a Comissão Permanente de Licitação e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras abaixo relacionadas para integrar a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, sem prejuízo de suas funções normais, para sob a presidência da primeira, e secretariada pela segunda, providenciarem todos os procedimentos administrativos necessários pertinentes aos processos licitatórios da Administração Municipal, a saber:

I – JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN – Presidenta

II – ALINE KRAUS - Secretaria

III – SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES - Membro

IV – KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA - Membro

Art. 2º Os membros titulares da Comissão Permanente de Licitações desempenharão suas funções concomitantemente com as atribuições de seus cargos, empregos e funções, e não farão jus a nenhuma espécie de gratificação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário especialmente a Portaria nº 001/2015.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de janeiro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal  
Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 002/2016**

Portaria n.º 002, de 04 de janeiro de 2016.  
"Conceder Licença sem Vencimento a Servidora  
Publico Municipal e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 418/1990;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a partir de 04 de janeiro de 2016, Licença Sem Vencimento a servidora BRUNA MARIAN, brasileira, solteira, inscrita sob a matrícula nº 1295, ocupante do cargo em efetivo exercício de Recepcionista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de janeiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 003/2016**

Portaria n.º 003, de 04 de janeiro de 2016.  
"Exonera servidores Municipais e dá outras  
Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonera os servidores Municipais da Prefeitura de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1672	Antenor Farias	Auxiliar de Serviços Gerais	04.01.2016
02	1693	Evani Kreusch Farias	Auxiliar de Serviços Gerais	04.01.2016
03	1651	José de S. Bonfim Ribeiro	Operador de Equipamentos II	04.01.2016
04	1722	Maicon Batista Schvonder	Operador de Trator de Pneu	04.01.2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de janeiro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 004/2016**

Portaria n.º 004, de 11 de janeiro de 2016.

“Nomeia Membro do Conselho Tutelar Municipal e dá Outras Providências”

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Leoberto Leal em exercício, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção aos artigos 131 e seguintes da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90, e as Leis Municipais nº 443, de 20/11/90 e nº 640, de 03 de julho de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Membro do Conselho Tutelar Municipal, a partir de 11 de janeiro de 2016, a senhora LUCEMAR NACIR GUCHERT DE SOUZA, brasileira, portadora do CPF nº 465.084.909-82, residente e domiciliada na Rua Padre Augusto Schwerling, município de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 11 de janeiro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE  
Prefeito Municipal e.e

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 005/2016**

Portaria n.º 005, de 11 de janeiro de 2016.

“Nomeia Membro do Conselho Tutelar Municipal e dá Outras Providências”

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Leoberto Leal em exercício, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção aos artigos 131 e seguintes da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90, e as Leis Municipais nº 443, de 20/11/90 e nº 640, de 03 de julho de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Membro do Conselho Tutelar Municipal, a partir de 11 de janeiro de 2016, a senhora CLAUDIA REGINA DE SOUZA, brasileira, portadora do CPF nº 465.084.909-82, residente e domiciliada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, município de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 11 de janeiro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE  
Prefeito Municipal e.e  
Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 006/2015**

Portaria n.º 006, de 11 de janeiro de 2016.

“Nomeia Membro do Conselho Tutelar Municipal e dá Outras Providências”

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Leoberto Leal em exercício, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção aos artigos 131 e seguintes da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90, e as Leis Municipais nº 443, de 20/11/90 e nº 640, de 03 de julho de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Membro do Conselho Tutelar Municipal, a partir de 11 de janeiro de 2016, a senhora PATRÍCIA MARI DA SILVA, brasileira, portadora do CPF nº 050.690.319-29, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio Veado, município de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 11 de janeiro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE  
Prefeito Municipal e.e  
Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 007/2016**

Portaria n.º 007, de 11 de janeiro de 2016.

“Concede progressão funcional aos servidores Municipais e dá outras providências”

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal em exercício de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 269 de 30 de junho de 2002, e suas alterações,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, em percentual, ao vencimento do servidor relacionado, em cumprimento ao Art.31, Anexo VI, da Lei Municipal 269/2002:

Nome do Servidor	Mat.	Cargo	P.Anterior	P. Atual	Mês de Ref
Adriane E. Scheidt	093	Aux. de Ser. Gerais	G	H	Jan/2016
Celso Jaco Pfeiger	16	Operador. de Equip I	J	L	Jan/2016
Cleomaria de Andrade	19	Aux. Administrativo	H	I	Jan/2016
Irene M. da Cunha Otto	608	Tec. Em Enfermagem	D	E	Jan/2016
Edilson Heerdt	67	Motorista	G	H	Jan/2016
Edson Frutuoso	600	Operador. de Equip II	C	E	Jan/2016
Elizete H. Felipus	623	Aux. de Ser. Gerais	D	E	Jan/2016
Eraci Kreusch	1505	Agente Comunitário	A	B	Jan/2016
Jose Lino França	117	Operador. de Equip I	G	H	Jan/2016
Marcio Kraus	599	Aux. Administrativo	D	E	Jan/2016
Marilda Otto Alves	607	Tec. Em Enfermagem	D	E	Jan/2016
Nivaldo R. Berns	1201	Motorista	B	C	Jan/2016
Zelite M.K. Zimmermann	624	Aux. de Ser. Gerais	D	E	Jan/2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 11 de janeiro de 2016.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE  
Prefeito Municipal e.e

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 008/2016**

Portaria n.º 008, de 11 de janeiro de 2016.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal em exercício de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARISETE MARIA DE SOUZA MARIAN, portadora do CPF nº 867.993.049-00 e RG nº 2.255.084, aprovada no Processo Seletivo nº 003, de 07 de agosto 2015, homologado em 19 de novembro de 2015, para desempenhar as funções de Professor Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 001, de 11 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 11 de janeiro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE  
Prefeito Municipal e.e

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 009/2016**

Portaria n.º 009, de 18 de janeiro de 2016.  
"Contrata Médico Plantonista e dá Outras Providências"

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal em exercício de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor KAHIO CÉSAR KUNTZ NAZARIO, portador do CPF nº 083.752.179-30 e RG nº 5.876.135, para desempenhar as funções de Médico Plantonista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Médicos em Caráter Temporário nº 002, de 18 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de janeiro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE  
Prefeito Municipal e.e

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1 TA ARP PML Nº 041/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL E DOS FUNDOS ESPECIAIS.

Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e a empresa MECÂNICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.110.040/0001-72, com endereço na Rua Frei João, nº 640, Centro, em Luzerna/SC, representada por seu representante legal IDALIR BRESSAN, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.707.829-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 501.242.779-34, residente e domiciliado na Rua Dois Irmãos, nº 86, Vila Alemanha, em Luzerna/SC, denominado FORNECEDOR 3, classificada para a prestação de serviço descrita no Edital de Processo Licitatório nº PML. 013/2015, Pregão Presencial nº PML. 007/2015, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem por objeto, sem aplicação de reajuste, com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência da presente ARP PML nº 043/2015, passando a vigorar até 27 de fevereiro de 2017, conforme estabelecido na Cláusula 9 da susmencionada Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmados no Contrato de o original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 12 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	IDALIR BRESSAN MECÂNICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA FORNECEDOR 3
--	---

#### TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### 1 TA ARP PML Nº 042/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL E DOS FUNDOS ESPECIAIS.

Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e a empresa VALTER GEHM - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.315.230/0001-08, com endereço na Rua ROD. SC 303 KM 55, nº 55, Portal das Flores em Luzerna/SC, representada por seu sócio administrador, VALTER GEHM, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/C-1.071.627-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 386.247.619-72, residente e domiciliado na Rua ROD. SC 303 KM 55, nº 55, Portal das Flores em Luzerna/SC, denominado FORNECEDOR 2, classificada para a prestação de serviço descrita no Edital de Processo Licitatório nº PML. 013/2015, Pregão Presencial nº PML. 007/2015, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem por objeto, sem aplicação de reajuste, com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência da presente ARP PML nº 042/2015, passando a vigorar até 27 de fevereiro de 2017, conforme estabelecido na Cláusula 9 da susmencionada Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmados no Contrato de o original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 12 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	VALTER GEHM VALTER GEHM - ME FORNECEDOR 2
--	---

#### TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

**1 TA ARP PML Nº 043/2015**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL E DOS FUNDOS ESPECIAIS.

Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e a empresa MECÂNICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.110.040/0001-72, com endereço na Rua Frei João, nº 640, Centro, em Luzerna/SC, representada por seu representante legal IDALIR BRESSAN, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.707.829-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 501.242.779-34, residente e domiciliado na Rua Dois Irmãos, nº 86, Vila Alemanha, em Luzerna/SC, denominado FORNECEDOR 3, classificada para a prestação de serviço descrita no Edital de Processo Licitatório nº PML. 013/2015, Pregão Presencial nº PML. 007/2015, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo tem por objeto, sem aplicação de reajuste, com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência da presente ARP PML nº 043/2015, passando a vigorar até 27 de fevereiro de 2017, conforme estabelecido na Cláusula 9 da susmencionada Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmados no Contrato de o original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 12 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	IDALIR BRESSAN MECÂNICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA FORNECEDOR 3
--	---

**TESTEMUNHAS:**

1. _____	2. _____
----------	----------

**2 TA ARP PML Nº 044/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL E DOS FUNDOS ESPECIAIS.

Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e a empresa INCOGIL IND. DE PEÇAS CONS. GIACOMIN LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.395.430/0001-00, com endereço a Rua Celeste Sbruzzi, Centro, em Luzerna/SC, CEP 89609-000, representada por seu representante legal MARCOS ANDRE GIACOMIN, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 2819136-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 828.424.509-49, denominado FORNECEDOR 4, classificada para a prestação de serviço descrita no Edital de Processo Licitatório nº PML. 013/2015, Pregão Presencial nº PML. 007/2015, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo tem por objeto, sem aplicação de reajuste, com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência da presente ARP PML nº 044/2015, passando a vigorar até 27 de fevereiro de 2017, conforme estabelecido na Cláusula 9 da susmencionada Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmados no Contrato de o original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 12 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	MARCOS ANDRE GIACOMIN INCOGIL IND. DE PEÇAS CONS. GIACOMIN LTDA FORNECEDOR 4
--	---

**TESTEMUNHAS:**

1. _____	2. _____
----------	----------

**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DO PROCESSO SELETIVO 0012016**

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 de 01 de fevereiro de 2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, tendo em vista a conclusão dos trabalhos de realização do processo Seletivo por Análise de Currículo - Edital nº 001/2016, e não havendo pendências quanto aos recursos depois de decorridos os prazos legais, HOMOLOGA o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC):

Emprego Público: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADOS							
Inscr.	Candidato	Habilitação	Especialização/Mestrado/Doutorado	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Pontuação Final	Colocação
042	Adão Cezar de Oliveira	2,0	3,0	-	4,5	9,5	1º
129	Gracielle Fin	2,0	4,0	1,0	1,6	8,6	2º
018	Junior Pereira da Silva	2,0	3,0	1,5	1,0	7,5	3º
006	Dionathas R. de Oliveira	2,0	3,0	1,0	-	6,0	4º
068	Fabiane Tais Formigueri	2,0	-	0,5	1,6	4,1	5º
127	Ana Paula Abe (inscrição em duplicidade)	2,0	-	1,0	0,8	3,8	6º
128	Ana Paula Abe (inscrição em duplicidade)	2,0	-	1,0	0,8	3,8	6º
145	Josiane Ap. de Jesus	2,0	-	1,5	-	3,5	7º

Emprego Público: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO							
Inscr.	Candidato	Habilitação	Especialização/Mestrado/Doutorado	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Pontuação Final	Colocação
055	Camila Cecilia V. Peres de Macedo	-	-	1,0	-	1,0	1º
010	Diego da Silveira Padilha	-	-	-	-	-	2º

Emprego Público: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADOS							
Inscr.	Candidato	Habilitação	Especialização/Mestrado/Doutorado	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Pontuação Final	Colocação
060	Beatriz Ap. Beninca Ciarnoschi	2,0	3,0	0,5	21,6	27,1	1º
105	June Bahú Rovêa	2,0	3,0	2,0	17,8	24,8	2º
007	Marisete Vingla de Matos Schaly	2,0	3,0	2,0	16,0	23,0	3º
133	Leila Cezar	2,0	3,0	-	16,8	21,8	4º
135	Solange Fiorio	2,0	-	-	18,9	20,9	5º
126	Lucineia Regina Machado	2,0	3,0	1,0	12,6	18,6	6º
047	Edivani Bizognin	2,0	3,0	1,0	12,2	18,2	7º
022	Rejane Ap. Severgnini Kremer	2,0	3,0	2,0	9,8	16,8	8º
034	Gladir S. C. Mattevi	2,0	3,0	-	9,6	14,6	9º
049	Rosangela Ap. Goulart Ribeira	2,0	3,0	2,0	7,2	14,2	10
080	Joselia Zambiazzi	2,0	3,0	1,5	6,4	12,9	11
087	Sandra M. Pilatti Serena	2,0	3,0	2,0	3,4	10,4	12
089	Regina Tedesco Gehm	2,0	3,0	2,0	2,8	9,8	13
074	Ediane Paviani Hoppen	2,0	3,0	0,5	4,2	9,7	14
113	Claudia Rosane Camara	2,0	3,0	2,0	2,4	9,4	15
101	Angela H. Antunes	2,0	3,0	2,0	2,3	9,3	16
013	Jurema Caricini	2,0	3,0	2,0	1,8	8,8	17
081	Tatiane B. Tessari	2,0	-	-	6,6	8,6	18*
144	Mari S. M. da Luz	2,0	3,0	2,0	1,6	8,6	19*
066	Rosangela S. de Oliveira	2,0	3,0	2,0	1,6	8,6	20*
012	Karen A. de Freitas Thomaz Savaris	2,0	3,0	2,0	1,6	8,6	21*

103	Tami Rafaela P. Dahmer	2,0	3,0	2,0	1,6	8,6	22*
019	Noeli Salete S. Zardo	2,0	3,0	2,0	1,0	8,0	23
031	Francieli Carabolante Pinto	2,0	3,0	2,0	0,8	7,8	24*
091	Denyse Carleti	2,0	3,0	2,0	0,8	7,8	25*
109	Vanessa Alberti Wilmsen	2,0	3,0	2,0	0,8	7,8	26*
014	Juliana Ap. Thomazi Samoura	2,0	3,0	2,0	0,8	7,8	27*
100	Alessandra Colusso	2,0	3,0	2,0	0,8	7,8	28*
061	Sandra Maria Bentelli	2,0	3,0	2,0	0,8	7,8	29*
142	Marisete de Cordova P. Dahmer	2,0	3,0	2,0	0,5	7,5	30
123	Marivete de Moraes Zarpelon	2,0	3,0	1,5	0,8	7,3	31*
011	Ivonete R de Souza Kaczur	2,0	3,0	1,5	0,8	7,3	32*
131	Rute Cardoso da Rocha	2,0	3,0	1,5	0,8	7,3	33*
140	Maria Luiza Dezaneti	2,0	3,0	0,5	1,6	7,1	34
052	Keli Franciscatto Dalla Lana	2,0	3,0	2,0	-	7,0	35*
057	Leila Trevisol	2,0	3,0	2,0	-	7,0	36*
118	Bruna Branco de Camargo	2,0	3,0	2,0	-	7,0	37*
027	Gelise Ciarnoski	2,0	3,0	2,0	-	7,0	38*
025	Juliane Ap. C. Belandi	2,0	-	2,0	2,4	6,4	39
069	Danieli Favaro	2,0	3,0	0,5	0,8	6,3	40*
004	Daiana Alves de Campos	2,0	3,0	0,5	0,8	6,3	41*
065	Eliete Griggio Tonin	2,0	-	2,0	1,8	5,8	42*
063	Juliana Dresch Giusti	2,0	3,0	-	0,8	5,8	43*
041	Sonia Maria Moraes Zenatti	2,0	3,0	-	0,8	5,8	44*
083	Patricia Conceição Matana	2,0	-	2,0	1,6	5,6	45
026	Julie Soares Antunes	2,0	-	2,0	1,5	5,5	46*
107	Angélica Bianchetti da Silva	2,0	3,0	0,5	-	5,5	47*
084	Luciane Cunha	2,0	-	2,0	1,3	5,3	48
082	Sidiane da Silva Ramos	2,0	-	2,0	1,0	5,0	49*
070	Maria Salete Pigatto	2,0	-	2,0	1,0	5,0	50*
071	Neusa Vastres Arenhart	2,0	3,0	-	-	5,0	51*
050	Janete Rodrigues	2,0	3,0	-	-	5,0	52*
033	Elizane Valter	2,0	3,0	-	-	5,0	53*
073	Lilian Cristiane Moreira	2,0	-	2,0	0,8	4,8	54*
110	Karina Alberti da Fonseca	2,0	-	2,0	0,8	4,8	55*
048	Fabiana Parolin Antes	2,0	-	2,0	0,8	4,8	56*
039	Patricia Aparecida Sbruzzi	2,0	-	2,0	0,8	4,8	57*
001	Rejane dos Santos	2,0	-	1,5	0,8	4,3	58
067	Maira Galdino	2,0	-	0,5	1,6	4,1	59
030	Zelia Vicente de Amorim Antunes	2,0	-	-	2,0	4,0	60*
114	Marisa Schneider	2,0	-	2,0	-	4,0	61*
020	Gigliola Raquel Bizinela	2,0	-	2,0	-	4,0	62*
062	Pâmela Rodrigues Olivo	2,0	-	2,0	-	4,0	63*
043	Rudinéia Kreusch	2,0	-	2,0	-	4,0	64*

122	Tayla Regina de Bairro	2,0	-	2,0	-	4,0	65*
075	Juliana R. Alves Meisterlin	2,0	-	1,0	0,8	3,8	66*
038	Juliana Sbruzzi	2,0	-	1,0	0,8	3,8	67*
085	Madaleine Maria Luvizon	2,0	-	1,0	0,8	3,8	68*
143	Ivonete Marcon	2,0	-	1,5	-	3,5	69
097	Suellen Ap. Becker	2,0	-	-	1,0	3,0	70*
137	Michele Correa Tiritan	2,0	-	1,0	-	3,0	71*
023	Iodete Cordona Passos	2,0	-	-	-	2,0	72*
005	Lucia Catarina Alves de Jesus	2,0	-	-	-	2,0	73*
059	Luciane Turra	2,0	-	-	-	2,0	74*
040	Liziane Sbruzzi	2,0	-	-	-	2,0	75*
119	Carla Ap. Melotti	2,0	-	-	-	2,0	76*
098	Paula Meisterlin	2,0	-	-	-	2,0	77*

\*Critério de desempate conforme item 5.2. "d" do Edital

· |

Emprego Público: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADOS							
Inscr.	Candidato	Habilitação	Especialização/Mes-trado/Doutorado	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Pontuação Final	Colocação
095	Marta B. Rocha	-	-	2,0	0,8	2,8	1º
116	Beatriz Rodrigues Chinato	-	-	2,0	-	2,0	2º*
003	Ana Claudia Hermann	-	-	2,0	-	2,0	3º*
124	Karine Grassmann	-	-	0,5	-	0,5	4º
009	Cristina Piccoli	-	-	-	-	-	5º*
090	Priscila de Quadros	-	-	-	-	-	6º*
121	Daniele Diehl	-	-	-	-	-	7º*
130	Jessica Carolina Silva de Souza	-	-	-	-	-	8º*

\*Critério de desempate conforme item 5.2. "d" do Edital

· |

Emprego Público: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - HABILITADOS							
Inscr.	Candidato	Habilitação	Especialização/Mes-trado/Doutorado	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Pontuação Final	Colocação
008	Marisete Vingla de Matos Schaly	2,0	3,0	2,0	16,0	23,0	1º
134	Leila Cezar	2,0	3,0	-	16,8	21,8	2º
136	Solange Fiório	2,0	-	-	18,9	20,9	3º
021	Rejane Ap. Severgnini Kremer	2,0	3,0	2,0	9,8	16,8	4º
094	Giovane Ap. Amaral Mayer	2,0	3,0	2,0	7,0	14,0	5º
079	Josélia Zambiazzi	2,0	3,0	1,5	6,4	12,9	6º
112	Luciane Ferreira Brandão	2,0	3,0	2,0	5,3	12,3	7º
102	Angela H. Antunes	2,0	3,0	2,0	2,3	9,3	8º
029	Varnei Barcaro	2,0	3,0	2,0	1,8	8,8	9º
032	Francieli Carabolante Pinto	2,0	3,0	2,0	0,8	7,8	10*
092	Denyse Carleti	2,0	3,0	2,0	0,8	7,8	11*
108	Vanessa Alberti Wilmsen	2,0	3,0	2,0	0,8	7,8	12*
141	Marisete de Cordova P. Dahmer	2,0	3,0	2,0	0,5	7,5	13
132	Rute Cardoso da Rocha	2,0	3,0	1,5	0,8	7,3	14
053	Keli Franciscatto Dalla Lana	2,0	3,0	2,0	-	7,0	15*
056	Leila Trevisol	2,0	3,0	2,0	-	7,0	16*
002	Andrea de Andrade	2,0	-	-	4,5	6,5	17



064	Eliete Griggio Tonin	2,0	-	2,0	1,8	5,8	18*
046	Sonia Maria Moraes Zenatti	2,0	3,0	-	0,8	5,8	19*
017	Julie Soares Antunes	2,0	-	2,0	1,5	5,5	20*
044	Luciana Salete Dalas	2,0	3,0	0,5	-	5,5	21*
106	Angélica Bianchetti da Silva	2,0	3,0	0,5	-	5,5	22*
088	Luciane Cunha	2,0	-	2,0	1,3	5,3	23
051	Janete Rodrigues	2,0	3,0	-	-	5,0	24
072	Lilian Cristiane Moreira	2,0	-	2,0	0,8	4,8	25*
111	Karina Alberti da Fonseca	2,0	-	2,0	0,8	4,8	26*
045	Patricia Bottega	2,0	-	2,0	0,8	4,8	27*
096	Maira Galdino	2,0	-	0,5	1,6	4,1	28
058	Jaqueline Schneider	2,0	-	2,0	-	4,0	29*
115	Marisa Schneider	2,0	-	2,0	-	4,0	30*
054	Rudinéia Kreusch	2,0	-	2,0	-	4,0	31*
078	Vandrea P. Cardoso dos Passos	2,0	-	2,0	-	4,0	32*
077	Juliana Bisatto Kleber	2,0	-	2,0	-	4,0	33*
076	Juliana R. Alves Meisterlin	2,0	-	1,0	0,8	3,8	34*
086	Madaleine Maria Luvizon	2,0	-	1,0	0,8	3,8	35*
138	Michele Correa Tiritan	2,0	-	1,0	-	3,0	36
024	Iodete Cordona Passos	2,0	-	-	-	2,0	37*
099	Paula Meisterlin	2,0	-	-	-	2,0	38*

\*Critério de desempate conforme item 5.2. "d" do Edital

· |

Emprego Público: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - NÃO HABILITADOS							
Inscr.	Candidato	Habilitação	Especialização/Mestrado/Doutorado	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Pontuação Final	Colocação
036	Amanda Luzia Ferrandin	-	-	2,0	0,8	2,8	1º*
037	Daniela Souza	-	-	2,0	0,8	2,8	2º*
117	Beatriz Rodrigues Chinato	-	-	2,0	-	2,0	3º
016	Andrea da Cruz Moreira	-	-	1,0	0,8	1,8	4º
125	Karine Grassmann	-	-	0,5	-	0,5	5º
093	Priscila de Quadros	-	-	-	-	-	6º

\*Critério de desempate conforme item 5.2. "d" do Edital

·

CANDIDATOS DESCLASSIFICADOS		
Inscr.	Candidato	
015	Adriana Pelentir Karsburg	não informou o cargo pretendido
028	Marisa Goreti Alberti Lorenzenti	não informou o cargo pretendido
035	Daiane Cristina Leite	não informou o cargo pretendido
104	Tirlane Kuhn Hoffstatter	não atendeu o anexo 1 do Edital
120	Maiara Fernanda de Alcantara	não atendeu o anexo 1 do Edital
139	Noridiane Ferreira Magains	não informou o cargo pretendido

Fica HOMOLOGADO definitivamente o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vagas temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC), Edital nº 001/2016 de 01 de fevereiro de 2016.

Luzerna(SC), 12 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 004/2016 - PP 004/2016 - RECAPAGEM - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 004/2016 - PML

Pregão nº 004/2016 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 004/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões destinados as atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna conforme especificações constantes no presente Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* BORILLI PNEUS LTDA

\* RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

\* RECAUCHUTADORA RODA LTDA

- Valor total: R\$ 119.904,00

Luzerna (SC), 15 de fevereiro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 75.809.186/0001-23

TRANSPORTE COLETIVO NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA.

Nota Fiscal nº. 754 R\$ 30.403,78

Nota Fiscal nº. 768 R\$ 2.406,22

Nota Fiscal nº. 766 R\$ 30.403,78

VALOR TOTAL: R\$ 63.213,78

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte escolar, dos alunos da rede municipal de ensino do Município de Mafra/SC, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 15 de fevereiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.404.910/0001-04

AUTO POSTO SAMPAIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP

Nota Fiscal nº. 5102 R\$ 5.319,95

Nota Fiscal nº. 5101 R\$ 15.600,00

Nota Fiscal nº. 5158 R\$ 2.600,00

Nota Fiscal nº. 5318 R\$ 2.600,00

Nota Fiscal nº. 5320 R\$ 122,80

Nota Fiscal nº. 5321 R\$ 3.731,29

Nota Fiscal nº. 5124 R\$ 557,18

Nota Fiscal nº. 5328 R\$ 331,55

Valor Total: R\$ 30.862,77

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de combustíveis para os veículos e máquinas das Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 15 de fevereiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 81.908.469/0002-06

CETARB COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA

Nota Fiscal nº. 5529 R\$ 32.800,00

VALOR TOTAL: R\$ 32.800,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de rocha britada, pedra rachão e pó de brita à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, bem como pelo fornecimento de cascalho à Secretaria de Agricultura, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 15 de fevereiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber:

CNPJ: 80.858.053/0001-87

VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA

Nota Fiscal nº. 3040 R\$ 39.474,87

Valor total: R\$ 39.474,87

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte escolar, dos alunos da rede municipal de ensino do Município de Mafra/SC, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 15 de fevereiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2016

DECRETO Nº 01 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO DE MENBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

O Presidente da Câmara Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas através do Artigo 31, Inciso V, do Regimento Interno, obedecendo ao exposto no Artigo 51, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883 de 8 de junho de 1994,

#### DECRETA:

Art. 1º Designa para compor a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Maracajá, para todas as modalidades de licitações, com competência para processar e julgar habilitação preliminar, a inscrições em Licitações processadas pela Câmara Municipal, com mandato até 31 de dezembro de 2016, os seguintes membros:

- . Geovana Trevisol Teiteira, inscrita no CPF sob o nº 044.673.819-02, presidente;
- . Andreia Marques, inscrita no CPF nº 767.414.199-34, membro;
- . Elizabete Maria de Souza, inscrita no CPF nº 039.962.509-75, membro;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Câmara Municipal de Maracajá, 04 de janeiro de 2016.

Valdecir Idalino Stefeneti  
Presidente

### PORTARIA 157/2016

PORTARIA Nº. 157 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar Nº. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,  
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:  
Cleir Rocha, ocupante do Cargo de Administrador do Parque Ecológico, referente ao período aquisitivo de 1º/7/2015 a 30/6/2016, com gozo em 1º/2/2016 e término em 1º/3/2016.

Alcioni Luiz Rocha, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 6/3/2015 a 5/3/2016, com gozo em 1º/2/2016 e término em 1º/3/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,  
em 1º de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

### PORTARIA 158/2016

Portaria Nº 158, de 1º de fevereiro de 2016.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, O SERVIDOR ADENIR LUIZ PADILHA DA SILVA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1 de 5 de agosto de 1997, em concordância com a Lei Municipal nº 985 de 12 de junho de 2014, de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor ADENIR LUIZ PADILHA DA SILVA, CPF 950.715.049-87, matrícula 308, nascido em 19 de outubro de 1974, nomeado para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 42 de 17 de fevereiro de 1998.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

### PORTARIA 159/2016

Portaria Nº. 159 de 2 de fevereiro de 2016.

Exonera, MARIA TEREZINHA CANDIDO do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de sua competência que lhe confere a Lei Nº. 814 de 8 de setembro de 2010,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 1º de fevereiro de 2016, a servidora pública MARIA TEREZINHA CANDIDO, brasileira, maior, nascida em 1º de março de 1993, CPF 090.534.269-06, matrícula Nº 1587, do cargo de Agente Comunitário de Saúde – PSF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 212/2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 2 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 2 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 160/2016**

Portaria Nº 160, de 2 de fevereiro de 2016.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 831 de 25 de fevereiro de 2011, e de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 1º de fevereiro de 2016, a servidora pública nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretora de Escola, DANUBIA ROCHA DE OLIVEIRA DE ARAUJO, CPF 054.093.169-16, matrícula Nº 1193, nascida em 5 de janeiro de 1986.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 182/2011.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 161/2016**

Portaria Nº. 161 de 4 de fevereiro de 2016.

Exonera, CASSIANDRA BAVARESCO RIBEIRO DORDETTI do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de sua competência que lhe confere a Lei Nº. 814 de 8 de setembro de 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 1º de fevereiro de 2016, a servidora pública CASSIANDRA BAVARESCO RIBEIRO DORDETTI, brasileira, maior, nascida em 29 de maio de 1984, CPF 005.783.909-30, matrícula Nº 1080, do cargo de Agente Comunitário de Saúde – PSF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 028/2011.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 4 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 4 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 162/2016**

PORTARIA Nº. 162 DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

**RESOLVE,**

Art. 1º Conceder férias a servidora Suelen Calegari Monteiro Zandonadi, ocupante do Cargo de Assistente Social, referente ao período aquisitivo de 5/6/2014 à 4/6/2015, com gozo em 1º/2/2016 e término em 10/2/2016.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, 26 de agosto de 2015, fica convertido 20 (vinte) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 163/2016**

PORTARIA Nº. 163 DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

**RESOLVE,**

Art. 1º Conceder férias ao servidor Evanio Macalossi, ocupante do Cargo de Engenheiro Civil, referente ao período aquisitivo de 1º/7/2014 à 30/6/2015, com gozo em 1º/2/2016 e término em 10/2/2016.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, 26 de agosto de 2015, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 164/2016**

PORTARIA Nº 164 DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ROSA CORREA DA SILVA MARTINELLO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 102 da Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97,

Considerando e respeitando o direito adquirido pela servidora,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Rosa Correa da Silva Martinello, referente ao período de 30/12/2005 à 29/12/2010.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº



01 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 10/2/2016 à 10/3/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de fevereiro de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 4 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### PORTARIA 165/2016

PORTARIA Nº 165 DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CLAUDIA SCARDUELLI DA ROCHA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 85 da Lei Complementar Nº 02 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Claudia Scarduelli da Rocha, referente ao período de 8/2/2007 à 8/2/2012.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 02 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 15/2/2016 à 15/3/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de fevereiro de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 4 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### PORTARIA 166/2016

Portaria nº 166 de 4 de fevereiro de 2016.  
ALTERA PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o percentual de gratificação do servidor comissionado como segue:

Matr.	Nome	Cargo	Gratificação	
			De	Para
1990	Alacide Luiz Rocha	Diretor do Depto. de Obras, Habitação e Serviços Urbanos	80%	100%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de fevereiro de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 4 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### PORTARIA 167/2016

Portaria N.º 167 de 12 de fevereiro de 2016.  
Nomeia Patrícia de Melo Santos para exercer o cargo de Faxineira/Copeira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 02 de 5 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, PATRICIA DE MELO SANTOS, brasileira, maior, nascida em 2 de novembro de 1984, portadora da Cédula de Identidade nº. 7.349.392, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 370.692.808-66, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Faxineira/Copeira, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### PORTARIA 168/2016

Portaria N.º 168 de 12 de fevereiro de 2016.  
Nomeia Flávia Suzeti Rocha para exercer o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 02 de 5 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, FLÁVIA SUZETI ROCHA, brasileira, maior, nascida em 16 de março de 1975, portadora da Cédula de Identidade nº. 5.045.024, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 066.607.139-05, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.



VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 169/2016**

Portaria N.º 169 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Aline Luci Cardozo Lopes para exercer o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 02 de 5 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, ALINE LUCI CARDOZO LOPES, brasileira, maior, nascida em 10 de julho de 1987, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.278.115, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 013.857.330-12, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 170/2016**

Portaria N.º 170 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Marlene Mafioletti para exercer o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 02 de 5 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, MARLENE MAFIOLETTI, brasileira, maior, nascida em 5 de maio de 1974, portadora da Cédula de Identidade nº. 3.999.271, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 023.803.169-10, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 171/2016**

Portaria N.º 171 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Jorge Manoel Rocha para exercer o cargo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 02 de 5 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, JORGE MANOEL ROCHA, brasileiro, maior, nascido em 29 de março de 1962, portador da Cédula de Identidade nº. 1.979.228, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 501.649.709-59, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Gari/Separador de Resíduos Sólidos, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 172/2016**

Portaria N.º 172 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Renata da Silva da Rosa para exercer o cargo de Monitor de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

NOMEAR

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, RENATA DA SILVA DA ROSA, brasileira, maior, nascida em 26 de janeiro de 1989, portadora da Cédula de Identidade nº. 5.830.568, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 044.163.079-00, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Monitor de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**PORTARIA 173/2016**

Portaria N.º 173 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Maria Karina Waterkemper Artur para exercer o cargo de Monitor de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, MARIA KARINA WATERKEMPER ARTUR, brasileira, maior, nascida em 11 de fevereiro de 1982, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.107.406, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 029.915.759-80, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Monitor de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 174/2016**

Portaria N.º 174 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Gilberto Candeo Pawlowski (DF) para exercer o cargo de Monitor de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, GILBERTO CANDEO PAWLOWSKI (DF), brasileiro, maior, nascido em 24 de junho de 1984, portador da Cédula de Identidade nº. 4089670642, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 003.913.820-80, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Monitor de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 175/2016**

Portaria N.º 175 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Adair Justino para exercer o cargo de Motorista de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, ADAIR JUSTINO, brasileiro, maior, nascido em 3 de setembro de 1977, portador da Cédula de Identidade nº. 3.145.874, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 000.054.339-08, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 176/2016**

Portaria N.º 176 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Diorgines Rodrigues Nogueira para exercer o cargo de Motorista de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, DIORGINES RODRIGUES NOGUEIRA, brasileiro, maior, nascido em 25 de dezembro de 1978, portador da Cédula de Identidade nº. 3.597.111, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 019.641.109-20, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 177/2016**

Portaria N.º 177 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Erivelton da Silva Luiz para exercer o cargo de Motorista de Ônibus.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, ERIVELTON DA SILVA LUIZ, brasileiro, maior, nascido em 10 de fevereiro de 1983, portador da Cédula de Identidade nº. 4.224.731, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 046.387.819-18, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Ônibus, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 178/2016**

Portaria N.º 178 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Joseli Elisabete Krütli para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, JOSELI ELISABETE KRÜTLI, brasileira, maior, nascida em 10 de julho de 1980, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.107.938, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 035.228.169-35, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 179/2016**

Portaria N.º 179 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Karina Nunes de Medeiros para exercer o cargo de Professor de Educação Física (20 horas).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, KARINA NUNES DE MEDEIROS, brasileira, maior, nascida em 26 de dezembro de 1983, portadora da Cédula de Identidade nº. 4.939.317, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 045.127.119-02, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Professor de Educação Física (20 horas), do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 180/2016**

Portaria N.º 180 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Simone Amanda Dias para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil (20 horas).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, SIMONE AMANDA DIAS, brasileira, maior, nascida em 14 de março de 1986, portadora da Cédula de Identidade nº. 40.185.030-4, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 349.466.018-21, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Professor de Educação Infantil (20 horas), do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 181/2016**

Portaria N.º 181 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Lúcio Vânio Moraes para exercer o cargo de Professor de Ensino Religioso (10 horas).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, LÚCIO VÂNIO MORAES, brasileiro, maior, nascido em 27 de julho de 1980, portador da Cédula de Identidade nº. 3.889.170, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 007.868.659-89, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino Religioso (10 horas), do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 182/2016**

Portaria N.º 182 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Mariane Rocha Niehues Gonçalves para exercer o cargo de Professor Séries Iniciais (20 horas).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, MARIANE ROCHA NIEHUES GONÇALVES, brasileira, maior, nascida em 17 de setembro de 1990, portadora da Cédula de Identidade nº. 5.213.139, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 072.713.709-35, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Professor Séries Iniciais (20 horas), do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**PORTARIA 183/2016**

Portaria N.º 183 de 12 de fevereiro de 2016.

Nomeia Luciane Claudino Alixandrino para exercer o cargo de Professor de Séries Iniciais (40 horas).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e o Edital de Convocação e de Posse Nº 03 de 7 de janeiro de 2016, resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 17 de fevereiro de 2016, LUCIANE CLAUDINO ALIXANDRINO, brasileira, maior, nascida em 10 de novembro de 1977, portadora da Cédula de Identidade nº. 3.490.327, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 014.698.919-80, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Professor de Séries Iniciais (40 horas), do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de fevereiro de 2016.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 12 de fevereiro de 2016.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 06/2016 - PP**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 06/2016

O Município de Maracajá, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 06/2016 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, referente a contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra com fornecimento de peças para retificar o motor do Micro Ônibus Volkswagen, 185 Cv com placa MHO 7001, do Departamento de Educação da Prefeitura Municipal de Maracajá, que gerou o seguinte resultado: Itens – 01, adjudicado para a empresa Retifica de Motores Nereu Eireli EPP, valor Adjudicado R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Valor Total Adjudicado R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Maracajá/SC, 12 de fevereiro de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa

Pregoeiro

# Maravilha

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 014/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 014/2016 – Modalidade de Tomada de Preços n. 003/2016.

Valor orçado da obra: R\$ 473.748,16

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 003/2016, a contratação de empresa especializada para execução de uma (01) unidade de saúde no Loteamento Estrela, no Município de Maravilha – SC, com área de 238,65 m<sup>2</sup>, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 18 horas do dia 07 de março de 2016. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente, propostas, ocorrerá no dia 08 de março de 2016, com início às 09 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 10 de fevereiro de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 015/2016 – Modalidade de Tomada de Preços n. 004/2016.

Valor orçado da obra: R\$ 784.873,22

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 004/2016, a contratação de empresa especializada para execução de uma (01) unidade de saúde no Loteamento Nosso Sonho, no Município de Maravilha – SC, com área de 370,18 m<sup>2</sup>, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 18 horas do dia 07 de março de 2016. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente, propostas, ocorrerá no dia 08 de março de 2016, com início às 14 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 10 de fevereiro de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.



# Marema

## PREFEITURA

**CONTRATO FMS Nº: 002/2016**

MINUTA

Contrato nº: 002/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

Finalidade: prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do ao Município de Marema

Valor Total: R\$ 81.600,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro 2016

Foro: Comarca de Chapecó

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito de Marema

**CONTRATO FMS Nº: 003/2016**

MINUTA

Contrato nº: 003/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Contratado: REGINALDO BARBIERE

Finalidade: Prestação de Serviços de Pintura Interna e Externa da Unidade de Saúde.

Valor Total: R\$ 7.455,00 (reais)

Prazo: 30 dias da assinatura do contrato

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 04 de Fevereiro de 2016.

CONTRATANTE

Pref. Mun. de Marema

Marcos Pedro Batistel

**CONTRATO FMS Nº: 001/2016**

MINUTA

Contrato nº: 001/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Contratado: NOVAARTE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME

Finalidade: Construção de Isolamento Térmico de Cobertura Existente na Unidade de Saúde.

Valor Total: R\$ 4.836,00 (reais)

Prazo: 30 dias da assinatura do contrato

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 04 de Janeiro de 2016.

CONTRATANTE

Pref. Mun. de Marema

Marcos Pedro Batistel

**DECRETO Nº 014/2016**

DECRETO nº 014/2016

05/02/2016

HOMOLOGA LAUDO DE AVALIAÇÃO DO BEM DESCRITO NO DECRETO MUNICIPAL n. 162/2015 DE 18/12/2015, QUE DECLAROU IMÓVEL URBANO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, CUJA AVALIAÇÃO FOI REALIZADA PELA COMISSÃO NOMEADA PELO DECRETO n. 163/2015 DE 29/12/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor, em especial o art. 64, inciso IV da Lei Orgânica Municipal

DECRETA

Art. 1º - A homologação do laudo de avaliação do bem descrito no Decreto Municipal n. 162/2015 de 18/12/2015 que declarou terreno urbano de utilidade pública para fins de desapropriação, cuja avaliação foi realizado pela comissão nomeada pelo Decreto Municipal n. 163/2015 de 29/12/2015, de propriedade e valor avaliado conforme segue:

- Matrícula n. 20.393 – Fls 1 – Livro 2 - CRI de Xaxim.

Parte do Lote Colonial 25 da Linha Seara com área de 5.814,28m² localizado no Município de Marema, partindo do vértice 01 de coordenadas N-7033070,455 e E – 338357,010, localizado na faixa de domínio da Rodovia Estadual SC-159, segue com AZ=192º30'20" e distancia de 71,57m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da SC-159, até o vértice 02 de coordenada N-7033000,581 e E -338341,513; deste segue com Az279º49'15" e distancia de 162,65m, confrontando neste trecho com parte do lote colonial 25 de Zilmar Santo Bianchi, (Mat.20.393), até o vértice 03 de coordenadas N-7033028,324 e E- 338181,245; deste segue com Az=76º31'14" e distancia de 180,71m, confrontando neste trecho com parte do lote colonial 25 do Município de Marema, (Mat. 20.392), até o vértice 01, ponto de partida desta poligonal, sendo que as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o Datum o SIRGAS 2000, que consta pertencer a Zilmar Santo Bianchi – RG n. 293.987-8 SSP/SC e CPF n. 194.827.019-68 e sua esposa BEATRIZ VENY BIANCHI – RG n. 1.380.651 SSP/SC e CPF n. 449.725.209-49, ambos brasileiros, casado entre si, residentes e domiciliado na Rua Avelino Lunardi, nº 615, Bairro Ari Lunardi, no Município de Xaxim SC, nos termos do Memorial Descritivo e Mapa de desmembramento em anexo, no valor avaliado de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de fevereiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionária Designada



**PORTARIA Nº020/2016**

Portaria nº020/2016

De 25/01/2016

ADMITE LEANDRO CHITOLINA EM FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA, DE CONSELHEIRO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2015.

**D E C I D E**

Art. 1º - Admitir LEANDRO CHITOLINA para o exercício da função pública temporária de CONSELHEIRO TUTELAR, para o período de 11/01/2016 A 10/01/2020.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 11 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de janeiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº021/2016**

Portaria nº021/2016

De 25/01/2016

ADMITE SALETE CHITOLINA EM FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA, DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2015.

**D E C I D E**

Art. 1º - Admitir SALETE CHITOLINA para o exercício da função pública temporária de CONSELHEIRA TUTELAR, para o período de 11/01/2016 A 10/01/2020.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 11 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de janeiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº022/2016**

Portaria nº022/2016

De 25/01/2016

ADMITE LUIZA BATISTA FLECK EM FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA, DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2015.

**D E C I D E**

Art. 1º - Admitir LUIZA BATISTA FLECK para o exercício da função pública temporária de CONSELHEIRA TUTELAR, para o período de 11/01/2016 A 10/01/2020.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 11 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de janeiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº023/2016**

Portaria nº023/2016

De 25/01/2016

ADMITE JULCICLEIA ZANCHIN EM FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA, DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2015.

**D E C I D E**

Art. 1º - Admitir JULCICLEIA ZANCHIN para o exercício da função pública temporária de CONSELHEIRA TUTELAR, para o período de 11/01/2016 A 10/01/2020.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 11 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de janeiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº024/2016**

Portaria nº024/2016

De 25/01/2016

ADMITE LUCILEI PEROTTO DE MARCH EM FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA, DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2015.

**D E C I D E**

Art. 1º - Admitir LUCILEI PEROTTO DE MARCH para o exercício da função pública temporária de CONSELHEIRA TUTELAR, para o período de 11/01/2016 A 10/01/2020.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 11 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de janeiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº025/2016**

Portaria nº025/2016

De 01/02/2016

DISPENSA A PEDIDO DE TÉRMINO DE MANDATO A CONSELHEIRA TUTELAR LUCILEI PEROTTO DE MARCH EXERCENDO O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO edital CMDCA n 001/2015. CONSIDERANDO pedido efetuado pela conselheira

**D E C I D E**

Art. 1º - Dispensar a pedido de termino de mandato eletivo a Servidora Pública Municipal LUCILEI PEROTTO DE MARCH do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar e em consequência do Serviço Público Municipal.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 31 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de fevereiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº026/2016**

Portaria nº026/2016

De 01/02/2016

ADMITE PASCOINA RAMPAZZO EM FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA, DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2015.

**D E C I D E**

Art. 1º - Admitir PASCOINA RAMPAZZO para o exercício da função pública temporária de CONSELHEIRA TUTELAR, para o período de 11/01/2016 A 10/01/2020.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 11 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de janeiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº027/2016**

Portaria nº027/2016

De 01/02/2016

ESTABELECE HORARIO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EMERSON LUIZ BODANESE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 48 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; CONSIDERANDO que a Administração Pública pode suprimir transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da anuência de seu titular, não possuindo o servidor direito adquirido à imutabilidade de suas atribuições, nem à continuidade de suas funções originárias, sendo permitida a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, desde que não haja arbitrariedade e ilegalidade. CONSIDERANDO que o servidor não possui direito de permanecer sempre lotado em um mesmo local ou no mesmo horário de trabalho, reconhecendo-se à autoridade competente da Administração Pública o direito de proceder a alteração das suas condições de trabalho, mas de forma motivada, considerando-se a conveniência, a razoabilidade, a necessidade e a oportunidade do ato, que deve espelhar o interesse público, que é pressuposto de toda atividade administrativa; CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público; CONSIDERANDO que não houve alteração da carga horária e sim a adequação do horário de trabalho ao serviço publico municipal.

**RESOLVE**

Art. 1º - Estabelecer o horário de trabalho do Servidor Público Municipal EMERSON LUIZ BODANESE, de segunda a sextas das 07h30min às 11h30min das 18h30 às 22h30 horas, totalizando 40

horas semanais.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua

Gabinete do Prefeito em 01 de fevereiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### **PORTARIA Nº028/2016**

Portaria nº028/2016

De 01/02/2016

CONCEDE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL TATIANE SINSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 116 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal. CONSIDERANDO o atestado médico firmado pela Drº. RENATO PIMENTEL POLI CRM/SC n. 1206, datado de 26/12/2015 dando conta da necessidade de afastamento de suas atividades, para fins de licença maternidade.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder licença Gestante a Servidora Pública Municipal TATIANE SINSKI, pelo período de 120 dias a contar a partir de 26 de janeiro de 2015 a 23 de maio de 2016, de acordo com a solicitação médica (atestado médico) arquivado junto a sua pasta funcional.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 25 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de fevereiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

# Massaranduba

## PREFEITURA

### CO 15.2016 (FMS) - DRª GABRIELE TREVISAN ANZOLIN

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2016

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: GABRIELE TREVISAN ANZOLIN

OBJETO: Prestação de Serviço para Atendimento Médico de Urgência.

VIGENCIA: 01.02.2016 a 31.12.2016

VALOR: R\$ 91,90 (noventa e um reais e noventa centavos) por hora/plantão.

SUZANE E. F. REINKE - Gestora

Massaranduba, 12 de fevereiro de 2016.

### ATA 05.2016 (PMM) - COMBUSTÍVEIS PARA FROTA MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016

Processo Licitatório Nº 01/2016

Pregão Presencial Nº 01/2016

VALIDADE: 12 DE FEVEREIRO DE 2016 A 12 DE FEVEREIRO DE 2017

Ao décimo segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, neste ato representando o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) BEM COMO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR HANS HARTWIG GEHRMANN	75.415.075/0001-32
DIBRAPE DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETROLEO LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR RODINEI DE SOUZA	86.910.148/0001-89
DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR DENISE SANTANA	05.872.409/0001-11
WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR EVANDRO LUÍS RUTZEN DA SILVA	01.602.498/0001-25
WALENDOWSKY & CIA LTDA EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR EVANDRO LUÍS RUTZEN DA SILVA	73.387.557/0001-09

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) BEM COMO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA	OLEO DIESEL - S500	LITRO	PETROBRÁS	150.000	R\$ 2,76	R\$ 414.000,00
3	RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA	ÓLEO DIESEL S10	LITRO	PETROBRÁS	50.000	R\$ 2,75	R\$ 137.950,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 551.950,00							
1	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	GASOLINA COMUM	LITRO	WDCOM	250.000	3,1000	R\$ 775.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 775.000,00							
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 1.326.950,00							

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 1.326.950,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E VINTE E SEIS MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.



2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o município não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba (SC) e pelos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, que serão os órgãos gerenciadores da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado 10 (dez) dias, a contar do recebimento do objeto e da documentação fiscal devidamente atestada pela Administração Municipal.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Os preços poderão ser reajustados ou deflacionados exclusivamente dentro dos percentuais estabelecidos pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC).

4.3.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os itens do objeto deste procedimento licitatório deverão ser entregues pela licitante vencedora da seguinte forma:

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, no prazo MÁXIMO de 48 (QUARENTA E OITO) HORAS após requisições a serem fornecidas pelo órgão gerenciador da ata de registro de preços.

5.1.2. Os combustíveis serão entregues no pátio da Prefeitura de Massaranduba (SC), situada a Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, local onde encontram-se os tanques de armazenamento.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal.

6.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:



**6.5.1. Advertência.**

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

**CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

8.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

8.2.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO**

9.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC) e pelos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, que são os órgãos gerenciadores da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

10.1. Compete ao órgão gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a licitante qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto.

10.1.3. O município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução desta ata, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à licitante.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE****11.1. A licitante vencedora obriga-se:**

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o município solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.1.2. Entregar o objeto da licitação no local determinado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas na ordem de compra.

**11.1.3. Ceder por empréstimo à Prefeitura de Massaranduba (SC):**

a) Um reservatório com bomba (com filtro de linha que deverá ser trocado a cada 12 (doze) meses) de abastecimento de combustível com capacidade máxima de 12.000 (doze mil) litros para o item 01 especificado no Anexo II deste edital;

b) Um reservatório com bomba (com filtro de linha que deverá ser trocado a cada 12 (doze) meses) de abastecimento de combustível com capacidade máxima de 2.000 (dois mil) litros para o item 02 especificado no Anexo II deste edital;

c) Um reservatório com bomba (com filtro de linha que deverá ser trocado a cada 12 (doze) meses) de abastecimento de combustível com capacidade máxima de 5.000 (cinco mil) litros para o item 03 especificado no Anexo II deste edital.

OBS: a licitante vencedora deverá efetuar a manutenção das bombas de abastecimento e tanques quando solicitado pela Prefeitura de Massaranduba (SC) sem custo adicional.

11.1.4. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega.

11.1.5. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos adquiridos até o local determinado pela Administração Municipal.

11.1.6. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.7. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital, sendo que o preço contratado será a qualquer título, a única remuneração devida à licitante vencedora.

11.1.8. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta Ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	12	de	fevereiro	de	2016
--------------------	----	----	-----------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
---------------------------

MÁRIO FERNANDO REINKE
-----------------------

CONTRATANTE
-------------

WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA
--

EVANDRO LUÍS RUTZEN DA SILVA
------------------------------

CONTRATADA
------------

RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA
-------------------------------

HANS HARTWIG GEHRMANN
-----------------------

CONTRATADA
------------

**AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA torna pública a realização de Audiência e de Consulta Pública sobre edital de licitação e minuta de contrato de concessão para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Audiência Pública será realizada às 09h00min do dia 29 de fevereiro de 2016, na Câmara de Vereadores do Município, situada a Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina. O regulamento da Audiência Pública e Consulta Pública, bem como a minuta do edital, dos seus anexos e do futuro contrato de concessão estão disponíveis na sede da Prefeitura de Massaranduba (SC) e no site oficial do município: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

PREFEITO MUNICIPAL  
MÁRIO FERNANDO REINKE

**DECRETO Nº. 3270 DE 01 DE FEVEREIRO 2016**

DECRETO Nº. 3270 DE 01 DE FEVEREIRO 2016.

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401.006.182.0040.2017 – Manutenção da Segurança Pública  
0401 – 339000000 – Aplicações Diretas  
0401 – 31003 – Convênio de Trânsito - Fumpom .....  
..... R\$ 9.600,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**DECRETO Nº. 3271 DE 01 DE FEVEREIRO 2015**

DECRETO Nº. 3271 DE 01 DE FEVEREIRO 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0601 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0601.010.301.0190.1097 – Aquisição de Equipamentos Para a Saúde Básica

0601 – 449000000 – Aplicações Diretas

0601 – 33201 – Transferências Convênios – União .....  
..... R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**LEI Nº 1731/2016**

LEI Nº 1731/2016

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e dá outras providências

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, até o valor de R\$ 1.300.000,00 (Um Milhão e trezentos mil reais), no âmbito do programa BRDE Municípios, destinados à Pavimentação Asfáltica com CBUQ, drenagem e sinalização viária de trecho das Ruas Benjamin Constant e Rua Expedicionário Ladislau Lewandowski, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE autorizado à vinculação de quotas parte do ICMS e/ou FPM.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 12 de Fevereiro de 2016

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA 1/2016****JUSTIFICATIVA**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de link dedicado de internet via fibra óptica, para a Câmara de Vereadores de Massaranduba.

CONTRATADO: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 02.255.187/0001-08

PROCESSO Nº.: 001/2016

VALOR: R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais)

Item	Qtidade	Unit R\$	Unid	Descrição
01	10	650,00	mês	Link de internet 5/5 Mb dedicado em fibra óptica

**FUNDAMENTO DA DISPENSA – JUSTIFICATIVA:****FUNDAMENTO LEGAL:**

Art. 24 - é dispensável a licitação: (Lei Nº. 8.666/93)

II - "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

**JUSTIFICATIVA:**

Os serviços de telecomunicações são indispensáveis ao serviço público, promovendo a eficiência da comunicação interna e externa. A escolha da tecnologia em fibra óptica se justifica pela qualidade e segurança do serviço entregue. Serviços essenciais do dia-a-dia, prazos de prestação de contas, envio de informações aos órgãos de controle e fiscalização, entre muitos outros necessitam de segurança tanto na qualidade do serviço prestado como na capacidade para a transmissão da informação. A Câmara de Vereadores, ciente da evolução das tecnologias, optou por contratar os serviços por meio de fibra óptica, por ser uma tecnologia de ponta.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO:**

Foi realizada pesquisa de preços entre três empresas que atuam no ramo, sendo contratado com que a menor preço apresentou. O preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Massaranduba (SC), 12 de Fevereiro de 2016.

VANDERELEI SASSE

Presidente do Poder Legislativo Municipal

**DISPENSA 2/2016****JUSTIFICATIVA**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2016

OBJETO: Fornecimento de diversos gêneros de alimentação (água mineral, café, açúcar, leite) e materiais de copa e cozinha (coador de papel) para manutenção da copa da Câmara de Vereadores de Massaranduba (SC), durante o exercício 2016.

CONTRATADO: MERCADO SPÉZIA LTDA EPP.

CNPJ: 03.916.528/0001-01

PROCESSO Nº.: 002/2016

VALOR TOTAL: R\$ 5.236,11 (Cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e onze centavos).

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	Unit. R\$	Total R\$
01	850	frascos	Água mineral sem gás 500 ml, SCHIN	1,15	977,50
02	750	frascos	Água mineral com gás 500 ml, SCHIN	1,15	862,50
03	145	galão	Água mineral 20 litros, VILA NOVA	8,75	1.268,75
04	90	pacote	Café em Pó Tradicional, torrado e moído, 500 gramas, 3 CORAÇÕES	7,95	715,50
05	07	pacote	Açúcar refinado embalagem de 1 kg, CARAVELAS	2,68	18,76

06	10	caixa	Leite longa vida, sem lactose, com tampa de rosquear 1l, TIROL	4,45	44,50
07	100	lata	Leite em Pó Integral 400 gramas, NESTLÉ	12,99	1.299,00
08	20	caixa	Coador de papel 103 com 30 unidades, BRIGITTA	2,48	49,60

FUNDAMENTO DA DISPENSA – JUSTIFICATIVA:

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24 - é dispensável a licitação: (Lei Nº. 8.666/93)

II - "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

JUSTIFICATIVA:

A Câmara de Vereadores realizou orçamento de gêneros alimentícios e materiais para manutenção da copa da Câmara de Vereadores a serem utilizados no decorrer do exercício de 2016, com três empresas, sendo que a empresa Mercado Spézia apresentou menor preço para os itens pretendidos e que estes itens são indispensáveis para a manutenção da copa, sendo justificável a sua aquisição.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Foram realizados orçamentos para a contratação do objeto os quais farão parte integrante deste processo de dispensa. O preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Massaranduba (SC), 12 de Fevereiro de 2016.

VANDERLEI SASSE

Presidente do Poder Legislativo Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA

### AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ATUALIZAÇÃO DE REGISTRO CADASTRAL 2016

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ATUALIZAÇÃO DE REGISTRO CADASTRAL 2016

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, na forma do artigo 34, Parágrafo 1º da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações subsequentes convoca as empresas interessadas para atualização ou ingresso no "Registro de Cadastro de Fornecedores", para o exercício de 2016. Os interessados deverão procurar o Departamento de Compras e Licitações junto a Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro, Meleiro/SC, no horário de expediente das 07:30hs as 11:30hs e das 13:00hs as 17:00 horas de segunda a sexta feira ou para maiores informações pelo telefone (0\*\*48) 3537-8400.

Meleiro/SC, 12 de fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CONTRATO Nº 001-2016 - SAMAE

Estado de Santa Catarina

SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 001/2016

Contratante: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

Contratado: ADETEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS DESTINADOS A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 9.500,00

Vigência: Início: 11/02/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 11 de fevereiro de 2016.

### EXTRATO CONTRATO Nº 002-2016 - SAMAE

Estado de Santa Catarina

SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 002/2016

Contratante: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

Contratado: KEMHYDRA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS DESTINADOS A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 45.240,00

Vigência: Início: 11/02/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 11 de fevereiro de 2016.

### EXTRATO CONTRATO Nº 024-2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 024/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: MANOEL IRINEU DA ROSA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRIAGEM DO LIXO DOMÉSTICO E COMERCIAL URBANO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

Valor: R\$ 67.680,00

Vigência: Início: 28/01/2016 Término: 27/01/2017.

Data da assinatura: 28 de janeiro de 2016.

### EXTRATO CONTRATO Nº 025-2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 025/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MELEIRO

Objeto: Prestação de serviço de divulgação dos Atos Oficiais do Poder Executivo Municipal, nas 3ª e 5ª feiras, no horário de 11:30 horas às 12:00 horas, no período de Fevereiro a Dezembro de 2016.

Valor: R\$ 5.500,00

Vigência: Início: 01/02/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 28 de janeiro de 2016.

### EXTRATO CONTRATO Nº 026-2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 026/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: MARCOS VINÍCIOS CARDOSO ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ALIMENTAR DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2016, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 816/2000.

Valor: R\$ 25.500,00

Vigência: Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 12 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 027-2016**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 027/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: OEDING ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA EPP

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NAS ÁREAS CONTÁBIL, ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

Valor: R\$ 57.320,00

Vigência: Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 12 de fevereiro de 2016.

Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº037-2016**

PORTARIA n.º 037/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita ANA CAROLINI FRANCISCO BOSA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº038-2016**

PORTARIA n.º 038/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ROSEMERI PRESA RONZANI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação

**PORTARIA Nº039-2016**

PORTARIA n.º 039/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora GRAZIELA NIEHUES FABRIS, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº040-2016**

PORTARIA n.º 040/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora EDENEIA DA COSTA MARTINS, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de



Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº041-2016**

PORTARIA n.º 041/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora EDNEIA CRISTOFONI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº042-2016**

PORTARIA n.º 042/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora JOCELIA DE OLIVEIRA CLAUMANN, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas

semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº043-2016**

PORTARIA n.º 043/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhorita ESTELA MEZZARI SIMONI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº044-2016**

PORTARIA n.º 044/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora CLEIMAR XAVIER GOMES FERREIRA , para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº045-2016**

PORTARIA n.º 045/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhorita FRANCIELI NETO LAVEZZO , para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº046-2016**

PORTARIA n.º 046/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhorita MAYARA POSSAMAI PAGNAN, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas no Centro de Educação Infantil Pato Donald e 20 (vinte) horas no Centro Municipal de Educação Infantil Chapéuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº047-2016**

PORTARIA n.º 047/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora HULLY PEREIRA MACHADO GERONIMO, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapéuzinho Vermelho.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº048-2016**

PORTARIA n.º 048/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhorita TAMIRES FIGUEIREDO, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30(trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 049-2016**

PORTARIA n.º 049/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1.º A Senhora SOLANGE ROCHA ROSSO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada ao Centro de Educação Infantil Pato Donald, em conformidade com o Concurso Público – Edital n.º 001/2015, a partir da presente data.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº036-2016**

PORTARIA n.º 036/2016

TRATA DO RETORNO DA LICENÇA SAÚDE.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RETORNAR**

Art. 1.º Da Licença saúde, à servidora ERLEIARUTE CORRENTE, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

Extrato de Credenciamento  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Credenciamento nº 001/2016

O Senhor Prefeito em exercício de Modelo, SC, CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Credenciamento nº 001/2016, para CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA (S) JURÍDICA (S) COM SEDE NO MUNICÍPIO DE MODELO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA, FORNECIMENTO DE FERTILIZANTES, SEMENTES DE PASTAGEM E ÓLEO DIESEL, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 2193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues à partir do dia 15/02/2016, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 12 de fevereiro de 2016.  
CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER – Prefeito Municipal (Em exercício)

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 014/2016

Extrato de Licitação  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 14/2016 – Modalidade Concorrência n. 001/2016

O Senhor Prefeito em exercício de Modelo, SC, CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Concorrência n. 001/2016, para ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS DO MUNICIPIO SENDO: QUADRA 95 LOTE URBANO Nº 07 – COM ÁREA DE 300 M², QUADRA 97 LOTE URBANO Nº 13 – COM ÁREA DE 300 M², QUADRA 97 LOTE URBANO Nº 07 – COM ÁREA DE 364 M², QUADRA 99 LOTE URBANO Nº 08 – COM ÁREA DE 595 M², NO LOTEAMENTO JARDIM, BAIRRO PRIMAVERA DO MUNICIPIO DE MODELO – SC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 15/03/2016, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 12 de fevereiro de 2016.  
CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER – Prefeito Municipal (Em exercício)

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 015/2016

Extrato de Licitação  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 15/2016 – Modalidade Tomada de Preços n. 003/2016

O Senhor Prefeito em exercício de Modelo, SC, CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Tomada de Preços n. 003/2016, para EXECUÇÃO DE OBRA DE MURO DE CONTENSÃO JUNTO À QUADRA COBERTA LOCALIZADA À RUA DOZE DE OUTUBRO, ESQUINA COM ERNESTO ALVES. COM ÁREA TOTALIZANDO 43,00M. DE CONFORMIDADE COM PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 03/03/2016, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 12 de fevereiro de 2016.  
CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER – Prefeito Municipal (Em exercício)

### DECRETO Nº 053/2016

DECRETO Nº 053/2016 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANESSA SIMONE MUNDT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 12 de fevereiro de 2016, a Servidora VANESSA SIMONE MUNDT, do cargo comissionado de Chefe de Departamento, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 12 de fevereiro de 2016.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

VANESSA SIMONE MUNDT

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**DECRETO Nº 054/2016**

DECRETO Nº 054/2016 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LEILA FONTANA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pela Servidora,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 12 de fevereiro de 2016, a Servidora LEILA FONTANA, do cargo comissionado de Coordenadora Geral de Equipe/Ações, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 12 de fevereiro de 2016.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

LEILA FONTANA

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2016**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2016  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 84/2016  
PREGÃO N. 015/2016  
CONTRATO N. 024/2016  
CONTRATADA: PRÉ MOLDADOS MARAVILHA LTDA EPP  
VALOR: R\$ 21.915,00

O Prefeito de Modelo, SC, Clóvis Lúcio Schlosser, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório n. 84/2016, Pregão n. 015/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DMER DO MUNICIPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 12 de fevereiro de 2016.  
Clóvis Lúcio Schlosser – Prefeito Municipal (Em exercício)



# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016 - FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ  
EMPRESAS REGISTRADAS: SUPERMERCADO GERMÂNICO LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 13.011,00; A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA ME - VALOR REGISTRADO R\$ 4.129,00; LU CRISTOFOLI ARTIGOS DE PESCA LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 2.870,00; CLECI MENEGASSI CRISTOFOLI EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 2.550,00; JP EQUIPAMENTOS LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 718,00; IND. E COM. ABERTURAS DE FERRO E ALUMÍNIO BK LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 4.710,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais diversos destinados para manutenção atividades do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, no Município de Mondaí –SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 004/2016

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 10 de fevereiro de 2017.

Mondaí – SC, 11 de fevereiro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Mondaí – SC, 12 de fevereiro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO Nº. 007/2016 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: IGM ENGENHARIA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução em regime de empreitada global para reforma e ampliação da Unidade de Saúde Laju, Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, conforme memorial descritivo, cronograma e planilha orçamentária.

ORIGEM: Carta Convite nº 001/2016.

VALOR: R\$ 20.342,48 (vinte mil, trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2016.

Mondaí – SC, 05 de fevereiro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): BAVARESCO & CIA LTDA - VALOR REGISTRADO R\$ 16.550,00; CLECI MENEGASSI CRISTOFOLI – VALOR REGISTRADO R\$ 3.700,70; JP EQUIPAMENTOS LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 13.224,00; RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 9.940,60; TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 4.393,90.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material escolar, destinado para manutenção atividades das escolas da rede municipal de ensino do Município de Mondaí – SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 004/2016

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de fevereiro de 2017.

Mondaí – SC, 12 de fevereiro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

### EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 006/2016 FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 006/20165 com registro de preços

TIPO: Menor Preço (por Item)

OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados e de uso contínuo destinado para manutenção de Atividades Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h55min do dia 25 de fevereiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 25 de fevereiro de 2016.

MONDAÍ (SC), 12 de fevereiro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): MERCADO ALBINO MIOTTO LTDA ME - VALOR REGISTRADO R\$ 6.045,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de carne bovina, cortes diversos, destinada para premiação de competições esportivas organizadas pela Secretaria de Esportes, Juventude, Turismo e Lazer.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 008/2016

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de fevereiro de 2017.



**EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 007/2016 FMAS**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 007/2016 - registro de preços  
TIPO: Menor Preço (por Item)

OBJETO: Aquisição de medicamento destinado para manutenção de Atividades Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondai – Recursos Próprios.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 07:55 horas do dia 26 de fevereiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08:00 horas do dia 26 de fevereiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 12 de fevereiro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

**EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 008/2016 FMAS**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 008/2016 - registro de preços  
TIPO: Menor Preço (por Item)

OBJETO: Aquisição de medicamento destinado para manutenção de Atividades Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondai – Farmácia Básica.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 07:55 horas do dia 29 de fevereiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08:00 horas do dia 29 de fevereiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 12 de fevereiro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 13/2016 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016  
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 15/FEVEREIRO/2016 até as 13:00 horas do dia 25/FEVEREIRO/2016. Abertura da sessão para às 13:15 horas do dia 25/FEVEREIRO/2016. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, FUTEBOL DE CAMPO, VOLEIBOL E HANDEBOL para as competições promovidas pelo Município de Monte Carlo, que serão contratados de acordo com as necessidades do Departamento de Esportes.

1.1 – As quantidades dos serviços para este pregão, bem como preços máximos pagos, são as constantes do ANEXO VII.

1.2 – Os serviços de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

1.3 – A licitante vencedora executará os serviços mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nos prazos e quantidades solicitados, emitindo as NFs no momento da entrega de cada serviço.

1.4 – os serviços dos itens 1.1. DEVERÃO SER PRESTADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO, salvo motivo justo ou emergências, devidamente autorizadas pela administração municipal.

1.5 – Os participantes desta licitação, se obrigam emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

1.6 – Poderão participar do presente certame Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas.

## 2 – DA EXECUÇÃO

2.1 - Quando a pessoa jurídica interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como, a última alteração devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

2.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM

3.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

2.3 – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

PARAGRAFO ÚNICO – Quando se tratar de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, que, quiserem beneficiar-se das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar a declaração solicitada no item 3.3. acima, acrescida da informação "EM SUSPENSO".

2.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

2.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 3.1, 3.2, 3.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.6 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 4.1 e 4.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

3.6.1 – A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 3.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

3.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

3.8. – Quando o interessado Pessoa Física deverá apresentar documento civil de identificação ou no caso deste ser representado por procurador este deverá apresentar os documentos constantes no item 3.2 no que couber.

## 4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)  
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

3.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal para Pessoas Jurídicas e CPF para as Pessoas Físicas.
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos; taxas; encargos sociais; trabalhistas como: 13º salário, férias e 1/3 sobre férias, FGTS mensal e na rescisão e multa, fretes, seguros e com fornecimento de EPIs
- e) conter o preço unitário do item, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos.
- f) conter prazo de validade da Ata de 12 meses.

3.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

3.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO III).

3.5 - Serão desclassificados os preços considerados inexeqüíveis, assim considerados os abaixo do preço máximo fixado no presente edital, com mais de 70% abaixo, conforme artigo 48 da lei 8.666/93.

4.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇOS  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

4.2 - Para habilitação de Pessoa Jurídica na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- f) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitido pelo TST.
- h) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;

4.2 - Para habilitação de Pessoa Física na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física - CPF;
- b) Prova de Inscrição junto ao Programa de Integração Social – PIS;
- c) Cédula de Identidade – RG;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- f) Comprovante de habilitação técnica para o desempenho das atividades solicitadas no presente edital emitido por pessoa jurídica.

4.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

## 6 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) Entregar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- b) Prestar os serviços na sua sede.
- c) Prestar os serviços licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;
- d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;
- e) Prestar os serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

atendimento;

f) Dar prioridade absoluta aos serviços solicitados pelo município no

g) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as

obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

h) As responsabilidades advindas de acidente de trabalho são única e exclusivamente da empresa contratada.

i) Permitir que o serviço executado seja fiscalizado pela secretaria da área da prestação do serviço.

6.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 3.

6.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

6.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

6.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

6.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

6.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

6.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

6.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02(dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

6.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

6.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

7.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

6.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 12.1 deste Edital;

6.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

6.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes

## **8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

8.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

8.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

8.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 9.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

8.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo - SC

8.2.1 – A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

8.2.2 – No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

8.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

8.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 9.1 a 9.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

## **10 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – As obrigações decorrentes da ENTREGA dos SERVIÇOS constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses.

9.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 3 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

9.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

9.4 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

9.5 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

9.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo fornecedor.

## **12 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

11.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.



11.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

11.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação,

caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.6 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

11.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

11.8 - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **14 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

13.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando: I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

I - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - tiver presentes razões de interesse público;

IV - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

V - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.



13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

16.1 - As despesas decorrentes da entrega dos SERVIÇOS, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município

ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2016, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO				
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.013,36

#### 16 – DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º,

§ 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

15.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

15.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

15.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

16.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

16.1.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

16.1.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

16.1.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16.3 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

16.4 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

16.5 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

16.6 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.7 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 hs, através dos telefones (49) 3546 0194, ou pessoalmente (Rod. SC 456 Km 15 – centro – Município de

Monte Carlo -SC), ou ainda pela Home Page [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br).

16.8 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- f) ANEXO VI – Modelo da Ata.
- g) ANEXO VII – Relação de Serviços do registro de preços.

Monte Carlo(SC), 12 de FEVEREIRO de 2016  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
PREFEITO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>  
, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>  
, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>  
, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE,

NÚMERO/ANO>  
, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances,

interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal  
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇOS PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: \_\_\_\_\_  
Nome de Fantasia: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Fone/Fax: \_\_\_\_\_

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: dias. (60).

Prazo de validade da Ata: de MESES. (12).

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante  
Carimbo da empresa

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇOS PROPOSTA DE PREÇOS

## 3 – OBJETO DA PROPOSTA:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	1,00	UNID.	xxxxxxxxxxxx	

.  
.  
.

Monte Carlo (SC), .....de ..... de .....

.....

Assinatura do Representante da Empresa ou Pessoa Física

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇOS

## 1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:

CIDADE:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE:

TITULAR DA CONTA CORRENTE:

## 2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇOS  
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 3.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

**ANEXO VI**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2016**

Aos ....dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, resolvem Registrar o Preço da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no C.N.P.J. sob o nº ....., neste ato representada pelo, Sr. ...., portador do CPF nº, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO 1 – DO OBJETO**

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, FUTEBOL DE CAMPO, VOLEIBOL E HANDEBOL para as competições promovidas pelo Município de Monte Carlo, que serão contratados de acordo com as necessidades do Departamento de Esportes.

**2 – DA EXECUÇÃO**

2.1 – As quantidades dos serviços para este pregão, bem como preços máximos pagos, são as constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os serviços de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 – A licitante vencedora executará os serviços mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nos prazos e quantidades solicitados, emitindo as NFs no momento da entrega de cada serviço.

2.4 – os serviços dos itens 1.1. DEVERÃO SER PRESTADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO, salvo motivo justo ou emergências, devidamente autorizadas pela administração municipal.

2.5 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do

Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ pelo item nº .....

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

4.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS**

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços e emissão das notas fiscais.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- Entregar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- Prestar os serviços na sua sede.

- c) Prestar os serviços licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;
- d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;
- e) Prestar os serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- f) Dar prioridade absoluta aos serviços solicitados pelo município no atendimento;
- g) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.
- h) As responsabilidades advindas de acidente de trabalho são única e exclusivamente da empresa contratada.
- i) Permitir que o serviço executado seja fiscalizado pela secretaria da área da prestação do serviço.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos

Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos SERVIÇOS, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2016, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO				
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.0000	19.013,36

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 13/2016, Pregão Presencial nº 11/2016 – Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.4.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.4.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.4.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam à presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), ..de ..... de 2016.

Município de Monte Carlo Marcos Nei Correa Siqueira Órgão Gerenciador	EMPRESA XXXXX Fulano de Tal Fornecedor
--	---



Testemunhas:

1ª -

2ª -

## ANEXO VII

## PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2016 REGISTRO DE PREÇO

ITEM	QTDDE	UND	DESCRIÇÃO	R\$ PREÇO MÁXIMO
1	200	JOGO	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL DE SALÃO; COM DOIS ÁRBITROS E UM MESÁRIO POR JOGO, DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E OUTRAS DESPESAS INCLUSAS NO PREÇO UNITÁRIO	81,50
2	200	JOGO	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL SUIÇO; COM DOIS ARBITROS E UM MESARIO POR JOGO, DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E OUTRAS DESPESAS INCLUSAS NO PREÇO UNITARIO	88,00
2	50	JOGO	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO; COM UM ÁRBITRO, DOIS AUXILIÁRES E UM MESÁRIO POR JOGO, DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E OUTRAS DESPESAS INCLUSAS NO PREÇO UNITÁRIO	125,00
3	200	JOGO	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE HANDEBOL, VOLEIBOL; COM DOIS ÁRBITROS E UM MESÁRIO POR JOGO, DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E OUTRAS DESPESAS INCLUSAS NO PREÇO UNITÁRIO	68,00

**PROCESSO LICITATÓRIO 14/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 15/FEVEREIRO/2016 até as 13:00 horas do dia 25/fevereiro/2016. Abertura da sessão no dia 25/fevereiro/2016 às 14:30 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

## 1-DO OBJETO

3.1. O presente pregão tem como objeto o O REGISTRO DE PREÇO para aquisição na forma parcelada de CARGA DE GAS P13, CARGA DE GAS P45 nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.

## 2 – DA EXECUÇÃO

## 1.1 – Do acesso aos mercados:

1.1.1 – Fica priorizado a contratação de empresa "nacional", assim definido no ANEXO XIII.

1.2 – As quantidades de unidades individuais do objeto licitado, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo 10 (dez) dias.

1.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

## 2 DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar elencadas no

presente Edital.

2.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensão de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

2.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

2.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

2.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

2.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

2.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

2.10 Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

2.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

### 3 DO CREDENCIAMENTO

Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão ou Contrato Social na forma da lei.

Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar Certidão Simplificada conforme definição mencionada no item 4.1 para fins de comprovação da situação, sob pena de desclassificação.

Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e/ou da proposta e ficarão retidos nos autos.

Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 – Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

### 4 DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

a) - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos: ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários iguais ou inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.

f) conter prazo de validade da ata;

g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.2 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

4.3 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e endereço eletrônico; (conforme modelo no ANEXO III).

4.4 - Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

4.4.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

4.4.2 - Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

4.4.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

4.4.4 - Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;

5.5.5- Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

## 6- DA HABILITAÇÃO

5.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

5.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

5.2.1 - Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

5.2.2 - Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

5.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

## 7- DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

6.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Realizar a entrega dos produtos, na sede do município, diretamente nos locais a que for indicado.

6.3 - Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.4 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6- Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

## 8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e/ou contrato e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.  
especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou.

## 9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.  
receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, a Pregoeira solicitará e se houver, que seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

8.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

8.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

8.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

8.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

8.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

8.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

8.15 – Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, e 147/2014 para regularização da documentação.

8.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

8.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

8.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

8.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

## 11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

10.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

10.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo – SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua



resposta.

10.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

10.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

## 12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no contrato a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através do Termo de Contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do termo até a data de 30/março/2015.

11.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios ou através do endereço eletrônico (e-mail) informado no processo, a firmar contrato no prazo máximo de 3 (três) dias, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

11.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

11.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

11.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

11.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

11.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 13– DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

## 14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razão em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

13.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

13.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de



declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

13.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

13.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

13.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

13.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

13.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

13.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

13.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

## 15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

15.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. - tiver presentes razões de interesse público;

Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

## 17 – DA DOTAÇÃO

O Objeto deste instrumento será executado mediante os recursos oriundos nas Dotações Orçamentária/2016 de cada secretaria que solicitar o serviço.

## 18 – DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

17.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

17.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

## 19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

18.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

18.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

18.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

18.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.10 - A Pregoeira e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:30 horas, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: [compras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:compras@montecarlo.sc.gov.br)

18.11 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO I – Procuração;
- f) ANEXO II – Proposta de Preços;
- g) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- h) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- i) ANEXO V – Relação das quantidades aproximadas
- j) ANEXO VI – Modelo Declaração de Idoneidade
- k) ANEXO VII – Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal
- l) ANEXO VIII - Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- m) ANEXO IX – Declaração de elaboração independente de proposta.
- l) ANEXO X - Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.
- m) ANEXO XI – Do acesso aos mercados.
- n) ANEXO XII- Modelo de Ata

Monte Carlo – SC, 12 de fevereiro de 2016  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
PREFEITO

ANEXO I  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>  
, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>  
, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>  
, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa no Processo Licitatório nº 14/2016 do Município de Monte Carlo - SC, outorgando ainda poderes específicos

para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal  
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II  
PREGAO PRESENCIAL 12/2016

#### PROPOSTA DE PREÇOS

##### 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

##### 2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias. Prazo de validade da Ata: 12 MESES.

##### 3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante  
Carimbo da empresa

Continua...

ANEXO II - continuação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

#### PROPOSTA DE PREÇOS

##### 4. – OBJETO DA PROPOSTA

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

Monte Carlo – SC, /22/

(representante legal)

ANEXO III  
PREGAO PRESENCIAL 12/2016

##### 1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

## 2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-Mail)

ANEXO IV  
PREGAO PRESENCIAL 12/2016

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº  
, sediada em (ENDEREÇO  
COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

## ANEXO V

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

## RELAÇÃO DE PRODUTOS COM QUANTIDADE ESTIMADA E VALOR DE REFERÊNCIA

LOTE						
01	500	UND	CARGA DE GAS DE COZINHA – GLP DE 13 KG (4004)	XX	65,00	32.500,00
02	20	UND	CARGA DE GAS DE COZINHA – GLP DE 45 KG (141603)	XX	260,00	5.200,00
			TOTAL			37.700,00

ANEXO VI  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 14/2016 DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO VII  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL), declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

#### ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 14/2016 DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

#### ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº 14/2016, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

#### ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º , na condição de

preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , DECLARO, sob as penas da lei\*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

\*Código Penal, art. 299.



Representante da Licitante

ANEXO XI  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

DO ACESSO AOS MERCADOS

Nos termos do Capítulo V da Lei Complementar nº 147 de 07/agosto/2014, priorizando o desenvolvimento do município, da região ou do estado, pela oportunidade de criação, geração e fomentação de empregos pelo incentivo ao desenvolvimento de atividades comerciais e industriais, a empresa será beneficiada em 10,0% (dez por cento) do melhor preço válido, cuja sua sede localize-se em:

LOCAL  
Município de Monte Carlo – SC

REGIONAL  
Em um dos municípios catarinenses integrantes da região abrangida pela AMPLASC e AMARP.

ESTADUAL  
Em um dos municípios integrantes do Estado de Santa Catarina.

ANEXO XII  
PREGAO PRESENCIAL 12/2016  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /1/

Aos /2/, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: /3/ pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de /4/, inscrita no C.N.P.J. sob o nº /5/, neste ato representada por: /6/, cpf nº /7/, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento na forma parcelada de CARGA DE GAS P 13 E CARGA DE GAS P45 conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

## 6 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); /11/, portador do cpf nº /12/ como fiscal do presente contrato.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.

3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### 8 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 14/2016, Pregão Presencial nº 14/2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/janeiro/2017.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.  
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, /16/.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: /11/ - /12/

**RETIFICAÇÃO EDITAL CHAMADA PUBLICA 01/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016

RETIFICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CONFORME LEI 11.947/2009, PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2016.

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009, Resolução nº. 38/2009 do Ministério da Educação, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013; para o ano de 2016. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, a partir das 12:00 horas do dia 03/fevereiro/2016 até às 13:20 horas do dia 19/fevereiro/2016, com abertura da sessão no dia 19/fevereiro/2016 as 13:30 horas na sala de reunião na Prefeitura Municipal, situada à Rodovia SC 452, Km 24 – centro.

**1. OBJETO**

O objeto da presente é a Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar, para ano letivo de 2016, conforme especificações do Anexo V desta Chamada Pública, pelo menor preço unitário.

## ONDE SE LE

ITEM	PRODUTOS	QTDADE TOTAL	COTAS		UND	R\$/UND
			Nº	QTDADE		
	AGRIÃO- O AGRIÃO É UMA PLANTA DE PORTE HERBÁCEO, AQUÁTICA, QUE PODE ATINGIR CERCA DE 60 CENTÍMETROS DE ALTURA. AS FOLHAS SÃO INCOMPLETAS, INTEIRAS, COMPOSTAS E ALTERNAS. AS FLORES SÃO PEQUENAS, AGRUPADAS EM INFLORESCÊNCIAS DO TIPO RACEMO. AS SÉPALAS E PÉTALAS SÃO DISPOSTAS EM FORMA DE CRUZ. O ANDROCEU CONTÉM 6 ESTAMES E O OVÁRIO PRODUZ VÁRIOS ÓVULOS. O FRUTO É SECO, DO TIPO SÍLIQUA, DEISCENTE, E AS SEMENTES TÊM ENDOSPERMA SECO E CONSISTENTE. O AGRIÃO DESENVOLVE BEM EM TERRENOS HÚMIDOS E ALAGADIÇOS.	3000	01		MÇ	3,49
	ABOBORA MORANGA-CABUTIA: PESO MÉDIO DE 470g, FRUTOS SADIOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, APRESENTAR UNIFORMIDADE QUANTO AO TAMANHO, COR, SABOR E AROMA, CARACTERÍSTICOS DA VARIEDADE, ASSIM COMO MANter SUA FORMA E APARÊNCIA. APRESENTAR O GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL PARA CONSUMO HUMANO. ESTAR ISENTOS DE LESÕES PROVOCADAS MECANICAMENTE E POR INSETOS OU DOENÇAS FOTOPATOLÓGICAS, NÃO CONTEREM TERRA OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA, NÃO APRESENTAR UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHO. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVEM OBEDECER A LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE. DEVEM ESTAR ISENTAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	800	01 02	500 300	KG	2,72
	ABOBRINHA: FRUTO SADIO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, APRESENTAR UNIFORMIDADE QUANTO AO TAMANHO, COR, SABOR E AROMA, CARACTERÍSTICOS DA VARIEDADE, ASSIM COMO MANter SUA FORMA E APARÊNCIA. APRESENTAR O GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL PARA O CONSUMO HUMANO. ESTAR ISENTO DE LESÕES PROVOCADAS MECANICAMENTE E POR INSETOS OU DOENÇAS FOTOPATOLÓGICAS. NÃO CONTEREM TERRA OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À CASCA. (4019)	800	01 02	400 400	KG	3,39
	AIPIM-MANDIOCA-"IN NATURA": RAIZ LIMP A DE ELEVADA QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES PROVOCADOS MECANICAMENTE. PRÓPRIOS PARA O CONSUMO DEVENDO SER ORIUNDOS DE VEGETAIS SADIOS, COM COLHEITA RECENTE, LIVRES DE TERRA ADERENTE À CASCA.	1500	01 02 03 04	500 500 200 300	KG	4,15
01	ACELGADE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELAS PROVOCADOS ,ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	3000	01 02 03	400 400 2200	UND	3,99
02	ALFACE (LISA/CRESPA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. NADA QUE ALTERE A SUA CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA TÍPICA. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVEM SER PROCEDENTES DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃO, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, ESTAREM LIVRES DE INSETOS E ENFERMIDADES ASSIM COMO DE DANOS POR ELAS PROVOCADOS; ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS E DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. (40641 – 40642 –141214)	6000	01 02 03 04 05 06	1000 1000 1000 1000 1000 1000	Und	1,71
03	ALHO – DE BOA QUALIDADE, INTACTOS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES OU CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS VENTILADOS CONTENDO: 1,0 QUILOGRAMA. (3650 –4020)	500	01	100	Kg	23,40
	AMENDOIM PRODUTO DE ELEVADA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDOS GRÃOS CHOCHOS OU BROTADOS. DEVERÁ ESTAR LIVRES DE INSETOS, ENFERMIDADES, UMIDADE, TERRA OU RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	600	01 02 03	100 100 400	KG	7,95
	BRÓCOLIS – DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLHIDO RECENTEMENTE, COM APARÊNCIA E CARACTERÍSTICAS EM INDÍCIOS DE FLORRESCÊNCIA. SEM LESÕES E COM COLORAÇÃO E TAMANHO MÉDIO, POR UNIDADE.(38803)	500	01 02	300 200	Und	3,82



BETERRABA TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	600	01 02	200 400	KG	3,34
BATATA INGLESA: PRODUTO ARMAZENADO EM BOLSAS DE 50 KG. TUBÉRCULO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (806 -36992)	3500	01 02	3000 500	KG	2,82
BATATA SALSA TUBÉRCULO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (806 -36992)	3000	01 02	2000 1000	KG	6,49
BATATA DOCE- PRODUTO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (280 - 4023 - 36215 - 39395)	2000	01 02 03 04	500 500 500 500	KG	3,02
BOLACHA CASEIRA ROTULADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE ORIUNDA DE ESTABELECIMENTO LICENCIADO.	2000	01 02	1000 1000	KG	12,94
CENOURA TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	500	01 02	400 100	KG	3,79
CHUCHU FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, CORTES, RACHADURAS E COM FORMAÇÃO UNIFORME.	600	01	600	KG	3,24
COUVE MANTEIGA DE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELES PROVOCADOS, ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	2500	01 02 03 04 05	500 500 500 500 500	MÇ	2,49
COUVE-FLOR DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLHIDO RECENTEMENTE, COM APARÊNCIA E CARACTERÍSTICAS EM INDÍCIOS DE FLORRESCÊNCIA. SEM LESÕES E COM COLORAÇÃO E TAMANHO MÉDIO, POR UNIDADE.(38803)	500	01	500	UND	4,32
CUCA CASEIRA EM EMBALAGEM PLÁSTICA, NÃO TÓXICA, NÃO APRESENTAR BOLORES, DATA DE VALIDADE DEVE ESTAR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	1000	01	1000	UND	5,29
CEBOLA DE CABEÇA: PRODUTO ARMAZENADO EM EMBALAGENS DE 10 KG. SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS E SABOR TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. CARACTERÍSTICAS GERAIS: DEVERÁ ESTAR LIVRES DE ENFERMIDADES, DE UMIDADE, EXTERNA. (800 - 276 - 3662)	1500	01 02	750 750	KG	3,49



CAQUIIN NATURA PRODUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIA DESTINADO AO CONSUMO "IN NATURA",DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA,TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO AROMA COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUAL LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULAÇÃO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA TERROSA SUJIDADES PRODUTOS QUIMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES Á SUPERFICIE DA CASCA ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL AROMA E SABOR ESTRANHOS TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	2400	01 02	1200 1200	KG	4,24
DOCE DE FRUTAS(GELEIA)DOCE TIPO GELEIA ARMAZENADOS EM EMBALAGEM PLÁSTICA, RESISTENTE, ATÓXICA, TRANSPARENTE. PRODUTO COM PESO TOTAL DE 900 G.	1000	01	1000	KG	11,49
ERVA PARA CHAS PRODUTOS DESIDRATADOS E EMBALADOS HERMETICAMENTE EM PACOTES, COM DATA DE VALIDADE, DEVERÁ APRESENTAR ODOR CARACTERÍSTICO, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS, COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA E FUNGOS	200	01	200	KG	19,99
FEIJAO PRETO: LEGUMINOSA DE ELEVADA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTAS E FIRMES. DEVE SER PROCEDENTE DE PLANTAS SÁDIAS, SEREM DE COLHEITA RECENTE, APRESENTAR UM ESTÁGIO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR, SABOR. NÃO SERÃO PERMITIDOS RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	2500	01 02 03 04 05 06	500 500 500 500 500 500	KG	3,99
LARANJA BAIJA PESO MÉDIO 200g, PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS, NÃO CONTER SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES, SEM AROMA E SABOR ESTRANHO, TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	1200	01	1200	KG	2,52
LARANJA VALENCIA PESO MÉDIO 200g, PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS, NÃO CONTER SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES, SEM AROMA E SABOR ESTRANHO, TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	2500	01 02	1200 1300	KG	2,49
MACARRAO CASEIRO COM OVOS, PRODUTO NÃO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO MECÂNICO DE FARINHA DE TRIGO. FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS E LARVAS.	2000	01 02	1000 1000	KG	10,49
MAÇAIN NATURA: DA VARIEDADE ROYAL GALA E FUJI, TAMANHO ACIMA DE 75 MM, PRODUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO "IN NATURA", DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUAL LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOSQUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS. (1910)	3000	01	3000	KG	5,29
MELANCIA MELANCIA FRESCA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FISICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	600	01 02	300 300	UND	17,70
MELAO FRESCO COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FISICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	600	01 02	300 300	und	6,63

MILHO DE PIPOCA BEM DESENVOLVIDA, COMPACTAS E FIRMES. DEVE SER PROCEDENTE DE PLANTAS SADIAS, SEREM DE COLHEITA RECENTE, APRESENTAR UM ESTÁGIO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR, SABOR. NÃO SERÃO PERMITIDOS RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	200	01 02	100 100	KG	3,55
PESSEGOIN NATURA PESO MÉDIO DE 200G PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO-SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGINDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIO DA VARIEDADE. GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS. SEM AROMA E SABORES ESTRANHOS.	1000	01 02	500 500	KG	4,24
PAO DE MILHO DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO, E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGÊNEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS E ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA, E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.	1000	01	1000	UND	5,74
PAO CASEIRO DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO, E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGÊNEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS E ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA, E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.	1000	01	1000	UND	5,25
PEPINO IN NATURA: PRODUTO DE ELEVADA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS. PRÓPRIOS PARA O CONSUMO, PROCEDENTES DE PLANTAS GENUÍNAS E SADIAS, APRESENTAREM GRAU IDEAL DE UNIFORMIDADE E DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR QUE SÃO PRÓPRIOS DA VARIEDADE. ESTAREM LIVRES DE ENFERMIDADES E LESÃO DE ORIGEM MECÂNICA OU PRODUZIDAS POR INSETOS OU DOENÇAS. ISENTOS DE TERRA, PRODUTOS QUÍMICOS E CORPOS ESTRANHOS ADERENTES NA CASCA. SEM UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. ESTAREM ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	500	01	500	KG	3,97
PINHAO: PRODUTO DE ELEVADA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDOS GRÃOS CHOCHOS OU BROTADOS. DEVERÁ ESTAR LIVRES DE INSETOS, ENFERMIDADES, UMIDADE, TERRA OU RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	300	01 02	150 150	KG	4,99
PAO INTEGRAL DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO, E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGÊNEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS E ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA, E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.	1000	01	1000	UND	5,25
REPOLHO ROXO/BRANCO DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DO CULTIVAR BEM DEFINIDAS ESTAR BEM FORMADA, LIMPA COM COLORAÇÃO PRÓPRIA SUPERFÍCIE PRATICAMENTE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES EM MATURAÇÃO, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS PARA A SAÚDE.	3000	01 02 03 04	500 1000 1000 500	KG	3,22
RUCULA 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELAS PROVOCADOS, ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	3000	01 02	1500 1500	KG	2,74
TANGERINA POKAN FRESCA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	3000	01	3000	KG	4,24

	TOMATE PRIMEIRA QUALIDADE FRUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA OU COMO INGREDIENTE NA CULINÁRIA, DEVENDO ESTAR FRESCO, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL DE TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DE CADA VARIEDADE, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPOORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E CONSERVAR AS CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. ESTAR LIVRE DE QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU CAUSADAS POR INSETOS E DOENÇAS. NÃO CONTER TERRA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS E CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS, ESTAREM LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. ISENTO DE PARASITAS E LARVAS. TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	2000	01 02 03 04	500 500 500 500	KG	5,99
	TEMPERO VERDE (CEBOLINHA, SALSINHA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVEM APRESENTAR COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME E TÍPICOS DA VARIEDADE. VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO SER PROCEDENTES DE PLANTAS SADIAS, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, APRESENTAREM GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR QUE SÃO PRÓPRIAS DA VARIEDADE; ESTAREM LIVRES DE INSETOS E DOENÇAS, ASSIM COMO DE SEUS DANOS. ISENTAS DE TERRA ADERENTE, UMIDADE ANORMAL, ODORES E SABORES ESTRANHOS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. (141219)	3500	01 02 03 04 05	1000 1000 500 500 500	MÇ	2,74
	SUCO UVA INTEGRAL SUCO CONCENTRADO DE UVA PASTEURIZADO SEM CORANTE E CONSERVANTES, LIQUIDO, CONCENTRADO, 68º GRAU BRIX, COM DILUIÇÃO MÍNIMA PARA OBTER REFRESCO DE 1:10 (1 PARTE DE SUCO PARA 10 PARTES DE ÁGUA), EMBALAGEM PLÁSTICA E HERMETICAMENTE FECHADA CONTÉM NO 6,4 KG DO PRODUTO. INGREDIENTES: SUCO CONCENTRADO DE UVA. DEVERÁ APRESENTAR CÓPIA AUTENTICADA DO REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL E A FICHA TÉCNICA DO PRODUTO ASSINADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO.	800	01	800	L	10,94
	UVA MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO TEXTURA E CONSISTENCIA DE FRUTA FRESCA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FISICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/OU AGROECOLÓGICO.	1000	01 02	500 500	KG	5,39
	RABANETE TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	300	01 02	200 100	MÇ	2,87

## LEIA-SE

ITEM	PRODUTOS	QTDADE TOTAL	COTAS		UND	R\$/UND
			Nº	QTDADE		
	AGRIÃO- O AGRIÃO É UMA PLANTA DE PORTE HERBÁCEO, AQUÁTICA, QUE PODE ATINGIR CERCA DE 60 CENTÍMETROS DE ALTURA. AS FOLHAS SÃO INCOMPLETAS, INTEIRAS, COMPOSTAS E ALTERNAS. AS FLORES SÃO PEQUENAS, AGRUPADAS EM INFLORESCÊNCIAS DO TIPO RACEMO. AS SÉPALAS E PÉTALAS SÃO DISPOSTAS EM FORMA DE CRUZ. O ANDROCEU CONTÉM 6 ESTAMES E O OVÁRIO PRODUZ VÁRIOS ÓVULOS. O FRUTO É SECO, DO TIPO SÍLIQUA, DEISCENTE, E AS SEMENHAS TÊM ENDOSPERMA SECO E CONSISTENTE. O AGRIÃO DESENVOLVE BEM EM TERRENOS HÚMIDOS E ALAGADIÇOS.	3000	01		MÇ	3,49
	ABOBORA MORANGA-CABUTIA: PESO MÉDIO DE 470g, FRUTOS SADIOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, APRESENTAR UNIFORMIDADE QUANTO AO TAMANHO, COR, SABOR E AROMA, CARACTERÍSTICOS DA VARIEDADE, ASSIM COMO MANter SUA FORMA E APARENCIA. APRESENTAR O GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL PARA CONSUMO HUMANO. ESTAR ISENTOS DE LESÕES PROVOCADAS MECANICAMENTE E POR INSETOS OU DOENÇAS FOTOPATOLÓGICAS, NÃO CONTEREM TERRA OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA, NÃO APRESENTAR UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHO. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVEM OBEDECER A LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE. DEVEM ESTAR ISENTAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	800	01 02	500 300	KG	2,72

	ABOBRINHA: FRUTO SADIO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, APRESENTAR UNIFORMIDADE QUANTO AO TAMANHO, COR, SABOR E AROMA, CARACTERÍSTICAS DA VARIEDADE, ASSIM COMO MANter SUA FORMA E APARÊNCIA. APRESENTAR O GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL PARA O CONSUMO HUMANO. ESTAR ISENTO DE LESÕES PROVOCADAS MECANICAMENTE E POR INSETOS OU DOENÇAS FOTOPATÓGICAS. NÃO CONTEREM TERRA OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À CASCA.(4019)	800	01 02	400 400	KG	3,39
	AIPIM-MANDIOCA-"IN NATURA": RAIZ LIMPA DE ELEVADA QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES PROVOCADOS MECANICAMENTE. PRÓPRIOS PARA O CONSUMO DEVENDO SER ORIUNDOS DE VEGETAIS SADIOS, COM COLHEITA RECENTE, LIVRES DE TERRA ADERENTE À CASCA.	1500	01 02 03 04	500 500 200 300	KG	4,15
01	ACELGADE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELES PROVOCADOS ,ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	3000	01 02 03	400 400 2200	UND	3,99
02	ALFACE (LISA/CRESPA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. NADA QUE ALTERE A SUA CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA TÍPICA. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVEM SER PROCEDENTES DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, ESTAREM LIVRES DE INSETOS E ENFERMIDADES ASSIM COMO DE DANOS POR ELES PROVOCADOS; ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS E DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. (40641 – 40642 –141214)	6000	01 02 03 04 05 06	1000 1000 1000 1000 1000 1000	Und	1,71
03	ALHO – DE BOA QUALIDADE, INTACTOS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES OU CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS VENTILADOS CONTENDO: 1,0 QUILOGRAMA. (3650 –4020)	500	01	500	Kg	23,40
	AMENDOIM PRODUTO DE ELEVADA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDOS GRÃOS CHOCHOS OU BROTADOS. DEVERÁ ESTAR LIVRES DE INSETOS, ENFERMIDADES, UMIDADE, TERRA OU RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	600	01 02 03	100 100 400	KG	7,95
	BRÓCOLIS – DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLHIDO RECENTEMENTE, COM APARÊNCIA E CARACTERÍSTICAS EM INDÍCIOS DE FLORRESCÊNCIA. SEM LESÕES E COM COLORAÇÃO E TAMANHO MÉDIO, POR UNIDADE.(38803)	500	01 02	300 200	Und	3,82
	BETERRABA TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	600	01 02	200 400	KG	3,34
	BATATA INGLESA: PRODUTO ARMAZENADO EM BOLSAS DE 50 KG. TUBÉRCULO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (806 -36992)	3500	01 02	3000 500	KG	2,82

BATATA SALSA TUBÉRCULO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (806 -36992)	3000	01 02	2000 1000	KG	6,49
BATATA DOCE- PRODUTO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (280 - 4023 - 36215 - 39395)	2000	01 02 03 04	500 500 500 500	KG	3,02
BOLACHA CASEIRA ROTULADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE ORIUNDA DE ESTABELECIMENTO LICENCIADO.	2000	01 02	1000 1000	KG	12,94
CENOURA TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	500	01 02	400 100	KG	3,79
CHUCHU FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, CORTES, RACHADURAS E COM FORMAÇÃO UNIFORME.	600	01	600	KG	3,24
COUVE MANTEIGA DE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELAS PROVOCADOS ,ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	2500	01 02 03 04 05	500 500 500 500 500	MÇ	2,49
COUVE-FLOR DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLHIDO RECENTEMENTE, COM APARÊNCIA E CARACTERÍSTICAS EM INDÍCIOS DE FLORRESCÊNCIA. SEM LESÕES E COM COLORAÇÃO E TAMANHO MÉDIO, POR UNIDADE.(38803)	500	01	500	UND	4,32
CUCA CASEIRA EM EMBALAGEM PLÁSTICA, NÃO TÓXICA, NÃO APRESENTAR BOLORES, DATA DE VALIDADE DEVE ESTAR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	1000	01	1000	UND	5,29
CEBOLA DE CABEÇA: PRODUTO ARMAZENADO EM EMBALAGENS DE 10 KG. SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS E SABOR TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. CARACTERÍSTICAS GERAIS: DEVERÁ ESTAR LIVRES DE ENFERMIDADES, DE UMIDADE, EXTERNA. (800 - 276 - 3662)	1500	01 02	750 750	KG	3,49
CAQUIIN NATURA PRODUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIA DESTINADO AO CONSUMO "IN NATURA",DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA,TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO AROMA COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUAL LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA TERROSA SUJIDADES PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES Á SUPERFÍCIE DA CASCA ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL AROMA E SABOR ESTRANHOS TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	2400	01 02	1200 1200	KG	4,24
DOCE DE FRUTAS(GELEIA)DOCE TIPO GELEIA ARMAZENADOS EM EMBALAGEM PLÁSTICA, RESISTENTE, ATÓXICA, TRANSPARENTE. PRODUTO COM PESO TOTAL DE 900 G.	1000	01	1000	KG	11,49
ERVA PARA CHAS PRODUTOS DESIDRATADOS E EMBALADOS HERMETICAMENTE EM PACOTES, COM DATA DE VALIDADE, DEVERÁ APRESENTAR ODOR CARACTERÍSTICO, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS, COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA E FUNGOS	200	01	200	KG	19,99



FEIJAO PRETO: LEGUMINOSA DE ELEVADA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTAS E FIRMES. DEVE SER PROCEDENTE DE PLANTAS SADIAS, SEREM DE COLHEITA RECENTE, APRESENTAR UM ESTÁGIO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR, SABOR. NÃO SERÃO PERMITIDOS RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	3000	01 02 03 04 05 06	500 500 500 500 500 500	KG	3,99
LARANJA BAIA PESO MÉDIO 200g, PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS, NÃO CONTER SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES, SEM AROMA E SABOR ESTRANHO, TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	1200	01	1200	KG	2,52
LARANJA VALENCIA PESO MÉDIO 200g, PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS, NÃO CONTER SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES, SEM AROMA E SABOR ESTRANHO, TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	1200	01	1200	KG	2,49
MACARRAO CASEIRO COM OVOS, PRODUTO NÃO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO MECÂNICO DE FARINHA DE TRIGO. FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS E LARVAS.	2000	01 02	1000 1000	KG	10,49
MAÇAIN NATURA: DA VARIEDADE ROYAL GALA E FUJI, TAMANHO ACIMA DE 75 MM, PRODUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO "IN NATURA", DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUAL LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULAÇÃO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS. (1910)	3000	01	3000	KG	5,29
MELANCIA MELANCIA FRESCA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	600	01 02	300 300	UND	17,70
MELAO FRESCO COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	600	01 02	300 300	und	6,63
MILHO DE PIPOCA BEM DESENVOLVIDA, COMPACTAS E FIRMES. DEVE SER PROCEDENTE DE PLANTAS SADIAS, SEREM DE COLHEITA RECENTE, APRESENTAR UM ESTÁGIO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR, SABOR. NÃO SERÃO PERMITIDOS RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	200	01 02	100 100	KG	3,55
PESSEGOIN NATURA PESO MÉDIO DE 200G PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO-SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIO DA VARIEDADE. GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPOSTAR MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS. SEM AROMA E SABORES ESTRANHOS.	1000	01 02	500 500	KG	4,24



PAO DE MILHO DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO, E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS E ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA, E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.	1000	01	1000	UND	5,74
PAO CASEIRO DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO, E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS E ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA, E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.	1000	01	1000	UND	5,25
PEPINO IN NATURA: PRODUTO DE ELEVADA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS. PRÓPRIOS PARA O CONSUMO, PROCEDENTES DE PLANTAS GENUÍNAS E SADIAS, APRESENTAREM GRAU IDEAL DE UNIFORMIDADE E DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR QUE SÃO PRÓPRIOS DA VARIEDADE. ESTAREM LIVRES DE ENFERMIDADES E LESÃO DE ORIGEM MECÂNICA OU PRODUZIDAS POR INSETOS OU DOENÇAS. ISENTOS DE TERRA, PRODUTOS QUÍMICOS E CORPOS ESTRANHOS ADERENTES NA CASCA. SEM UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. ESTAREM ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	500	01	500	KG	3,97
PINHAO: PRODUTO DE ELEVADA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDOS GRÃOS CHOCHOS OU BROTADOS. DEVERÁ ESTAR LIVRES DE INSETOS, ENFERMIDADES, UMIDADE, TERRA OU RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	300	01 02	150 150	KG	4,99
PAO INTEGRAL DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO, E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS E ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA, E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.	1000	01	1000	UND	5,25
REPOLHO ROXO/BRANCO DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DO CULTIVAR BEM DEFINIDAS ESTAR BEM FORMADA, LIMPA COM COLORAÇÃO PRÓPRIA SUPERFÍCIE PRATICAMENTE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES EM MATURAÇÃO, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS PARA A SAÚDE.	3000	01 02 03 04	500 1000 1000 500	KG	3,22
RUCULA 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELES PROVOCADOS, ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	3000	01 02	1500 1500	KG	2,74
TANGERINA POKAN FRESCA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFERNIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	3000	01	3000	KG	4,24
TOMATEPRIMEIRA QUALIDADE FRUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA OU COMO INGREDIENTE NA CULINÁRIA, DEVENDO ESTAR FRESCO, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL DE TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DE CADA VARIEDADE, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E CONSERVAR AS CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. ESTAR LIVRE DE QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU CAUSADAS POR INSETOS E DOENÇAS. NÃO CONTER TERRA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS E CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS, ESTAREM LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. ISENTO DE PARASITAS E LARVAS. TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	2000	01 02 03 04	500 500 500 500	KG	5,99

TEMPERO VERDE (CEBOLINHA, SALSINHA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVEM APRESENTAR COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME E TÍPICOS DA VARIEDADE. VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO SER PROCEDENTES DE PLANTAS SADIAS, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, APRESENTAREM GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR QUE SÃO PRÓPRIAS DA VARIEDADE; ESTAREM LIVRES DE INSETOS E DOENÇAS, ASSIM COMO DE SEUS DANOS. ISENTAS DE TERRA ADERENTE, UMIDADE ANORMAL, ODORES E SABORES ESTRANHOS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. (141219)	3500	01 02 03 04 05	1000 1000 500 500 500	MÇ	2,74
SUCO UVA INTEGRAL SUCO CONCENTRADO DE UVA PASTEURIZADO SEM CORANTE E CONSERVANTES, LIQUIDO, CONCENTRADO, 68º GRAU BRIX, COM DILUIÇÃO MÍNIMA PARA OBTER REFRESCO DE 1:10 (1 PARTE DE SUCO PARA 10 PARTES DE ÁGUA), EMBALAGEM PLÁSTICA E HERMETICAMENTE FECHADA CONTÉM NO 6,4 KG DO PRODUTO. INGREDIENTES: SUCO CONCENTRADO DE UVA. DEVERÁ APRESENTAR CÓPIA AUTENTICADA DO REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL E A FICHA TÉCNICA DO PRODUTO ASSINADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO.	800	01	800	L	10,94
UVA MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO TEXTURA E CONSISTENCIA DE FRUTA FRESCA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/OU AGROECOLÓGICO.	1000	01 02	500 500	KG	5,39
RABANETE TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	300	01 02	200 100	MÇ	2,87
IOGURTE: CARACTERÍSTICAS GERAIS: CONSISTÊNCIA CREMOSA, ODOR E SABOR SUAVE, CARACTERÍSTICO. SABOR MORANGO E COCO. EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO (FILME POLIETILENO), BEM VEDADO, DEVERÁ TRAZER INFORMAÇÕES GERAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE BEM VISÍVEIS E CLARAS. O PRODUTO NÃO APRESENTA SINAIS DE SUJIDADE, CORPOS ESTRANHOS AO PRODUTO, COR NÃO CARACTERÍSTICA DO PRODUTO, SABOR ÁCIDO INTENSO OU PROBLEMAS NA VEDAÇÃO DA EMBALAGEM.	2700	01	2.700	ML	4,50
BANANA PRATA E/OU CATURRA: DE 1ª QUALIDADE E CLASSIFICADA, FRESCA DE 1ª QUALIDADE, NÍVEL MÉDIO DE AMADURECIMENTO DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. LIVRES DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. COMPOSIÇÃO BÁSICA: VITAMINA DO COMPLEXO B, POTÁSSIO, GLICÍDIOS. EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM CAIXAS.	3.000	01	3.000	KG	1,90

O RESTANTE DO EDITAL PERMANECE INALTERADO

MONTE CARLO, 12 DE FEVEREIRO DE 2016  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
PREFEITO

VANDERLÉIA ALVES FERNANDES  
DIRETORA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO 3º QUADRIMESTRE

Convocação de Audiência Pública. Apresentação do Relatório do 3º quadrimestre, conforme a Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012, art. 41. Local: Câmara Municipal de Vereadores, Rua 20 de Maio, 100, Centro, Morro da Fumaça/SC. Dia: 29/02/2015. Hora: 15:00horas.

### DECRETO Nº 014/2016

DECRETO Nº 014/2016, em 10 de Fevereiro de 2016.

"PRORROGA OS PRAZOS ESTABELECIDOS PELOS ARTIGOS 2º E 5º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 124, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 416, § 1º, da Lei Complementar nº 002, de 21 de Dezembro de 2009;

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica prorrogado os prazos estabelecidos nos artigos 2º e 5º do Decreto Municipal Nº 124, de 11 de Novembro de 2015, referentes aos pagamentos em conta única e com desconto da Taxa de Verificação de Posturas e Normas Urbanísticas (Alvará) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Artigo 2º - A Taxa de Verificação de Posturas e Normas Urbanísticas (Alvará) terá desconto de 10% (dez por cento), com pagamento em Cota Única, até o dia 19 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3º - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) terá desconto de 15% (quinze por cento), com pagamento em Cota Única, até o dia 19 de fevereiro de 2016.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 10 de Fevereiro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

#### REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO PRESENCIAL 180/2015 PMN --- DESERTA II ---

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA: PREGÃO Nº 180/2015 PMN – DESERTA II

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC.

RESULTADO – LICITAÇÃO FOI DESERTA pela 2º vez.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2016.

Roberto Carlos de Souza – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 11/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, PARA O ANO LETIVO DE 2016. Data da entrega dos envelopes: 25/02/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 25/02/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 12 de fevereiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### EDITAL Nº 004/2016 DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº. 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Avenida João Sacavem, n.º 975 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC  
Fone/Fax: (047) 3342-3583

Edital nº 004/2016 de Convocação Referente ao Concurso Publico Edital nº. 001/2015

Notificação para cumprimento das exigências para posse que corresponde à investidura dos cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, do Concurso disciplinado pelo Edital 001/2015. O Secretário Municipal Educação, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação dos aprovados no Concurso Público, Edital 001/2015, conforme a classificação e vagas disponíveis. Convoca os classificados descritos abaixo no item 1.1 para que se apresentem no Paço Municipal de Navegantes situado na rua João Emílio, 100, Bairro: Centro, Navegantes - de acordo com o cronograma de dias e horários descrito no item 2.1.

#### 1 DOS CONVOCADOS

0.1. Ficam convocados para escolha de vaga e entrega de documentos os candidatos classificados relacionados abaixo:

Posição	CANDIDATO
1	Glaucia Raquel Spindler
2	Eliane Curbani Patino
3	Gisele Cristina Da Camara
4	Estevão Severo Trindade
5	Tulio Samuel Rodrigues
6	Debora Caroline Silva
7	Roberta Sandoval Barlow
8	Gabriela Del Moro Ramos
9	Thiago Rodrigo Lima Centurio
10	Nelson Goncalves Pinto Junior
11	Liliane Fagundes Dos Santos
12	Michelle Aparecida De Jesus Ferreira
13	Tani Cleia Da Silva
14	Sirlene Tamanini Holetz
15	Piero Pelisson
16	Fernando De Moraes Kerber
17	Paula Victoria Canalli Pacheco
18	Elayne Barbara Granja Barreto
19	Vitor Eduardo Campos Alves
20	Crislainny Mery Fischer
21	Natally Louise Oliveira Francisco
22	Jessica Raquel Pereira
23	Maria Libania Moreira Do Rosario
24	Marcos Fabricio Rossetti Bittencourt
25	Jossiane Lays Bonin Uller
26	Carla Suely Soares Martins
27	Karolina Machado Prado
28	Helena Vieira
29	Jefferson Pinnow
30	Higor Emanuel De Oliveira
31	Carmem Eliane Haubricht
32	Fabiana Alexandra Clerici
33	Luiz Antonio Patino
34	Luciani Teresinha Odeli Nascimento
35	Claudia Regina Dettoni

#### 2 CRONOGRAMA DE ESCOLHA DE VAGA E ENTREGA DE DOCUMENTO

2.1. O candidato convocado deve comparecer Paço Municipal de Navegantes, no Auditório situado na rua João Emílio, 100, Bairro: Centro, Navegantes, no dia e horário estipulado no cronograma abaixo PARA ESCOLHA DE VAGA E ENTREGA DE DOCUMENTO:

CRONOGRAMA DE ESCOLHA DE VAGA E ENTREGA DE DOCUMENTOS		
DATA	CARGO	HORÁRIO
16/02/2016	Secretario Escolar	13:30

#### 3 DOS PROCEDIMENTOS DE ESCOLHA DE VAGA E ENTREGA DE DOCUMENTOS

3.1 Os candidatos convocados serão chamados para a escolha de vaga em ordem crescente de classificação nas áreas específicas, nos horários especificados no cronograma acima;

3.2 O candidato que não apresentar-se em dia e horário determinado para a escolha das vagas e entrega de documentos perderá o direito a vaga oferecida;

3.3 A listagem dos convocados estará disponível através do site <http://www.navegantes.sc.gov.br> no link Administração – Secretarias – Administração //Publicações DOM, bem como estará exposta no mural da Secretaria Municipal de Educação, no mural do Paço Municipal de Navegantes.

3.4 São documentos necessários a serem apresentados para todos os cargos no ato da entrega de documentos, conforme cronograma acima:

- a. 1 foto 3x4;
- b. 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – NÃO PODE SER HABILITAÇÃO;
- c. 2 Cópias do CPF;
- d. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp) ;
- e. 2 Cópias do Comprovante de Residência – EM NOME DO CANDIDATO OU DO CONJUGE ANEXADO A CERTIDÃO DE CASAMENTO OU DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA AUTENTICADO EM CARTÓRIO;
- f. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos);
- h. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- i. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente (ANEXO);
- j. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 998, Centro – Navegantes – SC;
- k. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição (ANEXA);
- l. DIPLOMA ou HISTORICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a Especificidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório;
- m. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios (ANEXO);
- n. Certidão de Nascimento dos dependentes;
- o. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;
- p. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;
- q. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete)anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;
- r. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;
- s. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;
- t. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação ( se o cargo exigir);
- u. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;
- v. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público(ANEXO);
- w. Declaração de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição (ANEXA);
- x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
  - a) da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)) certidão civil, criminal, eleitoral e eleitoral 1º grau;
  - b) da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade ou pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br))
  - c) da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) certidão de quitação e crimes eleitorais.

OBS: Os itens i, m ,v foram anexados os Formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

3.5 Caso não ocorra o cumprimento das exigências deste Edital e do Edital 001/2015, decairá dos seus direitos.

3.6 Esse edital entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2016.

Nerozilda Pinheiro Ferreira

Secretário Municipal de Educação

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016.**

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN 02/2016.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 02/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 02/2016 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10 COMUM) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DURANTE O ANO DE 2016.

Fornecedor: 11482 – Posto DNA Ltda.

Vencedor Item: 01 - Valor Total: 467.655,38.

Fornecedor: 14353 – Catarina Comércio de Combustíveis Ltda.

Vencedor item 02 e 03 - Valor Total: 929.839,54.

Vigência: 31/12/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2016.

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 019/2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO CONTRATUAL FME 019/2016.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EMPRESA: ZANELA & KLEBIS LTDA.

CNPJ: 15.738.985/0001-24

Valor total: R\$ 5.900,00

Vigência: 21/01/2016 -21/01/2017.

Recursos: 2.071 3.3.90.00.00.00.00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E EXECUÇÃO NOS SERVIÇOS ESPORTIVOS DE CRONOMETRAGEM ELETRÔNICA DE LARGADA E CHEGADA, CONTENDO CHIPS DESCARTÁVEIS, NÚMERO DE PEITO, RELÓGIO DIGITAL NO PÓRTICO E CONTROLE DE PERCURSO PARA A VIII CORRIDA DE PRAIA DE NAVEGANTES A SER REALIZADA PELA FUNDAÇÃO DE ESPORTE DE NAVEGANTES/SC.

Navegantes, 21 de janeiro de 2016.

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 031/2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 031/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: VIAÇÃO NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LTDA.

Valor ..... : R\$ 135.000,00.

Vigência ..... : 01/02/2016-31/12/2016.

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº...04/2016.

Recursos ..... : Dotação: 2.014 3.3.90.00.00.00.00.

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO À AQUISIÇÃO DE PASSES DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE USUFRUEM DO BENEFÍCIO DO VALE TRANSPORTE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 2576,



DE 02 DE MARÇO DE 2012, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, DURANTE O ANO DE 2016.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 01 de fevereiro de 2016.

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 035/2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 035/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA.

CNPJ: 01.614.582/0001-69.

Vigência ..... : Início: 04/02/2016 Término: 04/02/2017.

Valor Total: R\$ 256.405,68 (duzentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Licitação: Concorrência nº 38/2015.

Recursos: Dotação: 2.065 3.3.90.00.00.00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM LOGRADOUROS PÚBLICOS, PRAÇAS E JARDINS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME TOMADA DE PREÇO Nº 147/2015.

Navegantes, 04 de fevereiro de 2016.

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 036/2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 036/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: EDITORA POSITIVO LTDA.

Vigência ..... : Início: 08/02/2016 Término: 31/12/2016.

Valor: R\$ 2.462.472,00

Licitação ..... : Concorrência nº 202/2013.

Recursos ..... : Dotação: 2.044 2.046 3.3.90.00.00./2.046 3.3.90.00.00.00.

Objeto ..... : Segundo Termo Aditivo visando a Renovação do Contrato nº 045/2014, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE ENSINO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PEDAGÓGICO, TREINAMENTO E SUPORTE CONTINUADO PARA DOCENTES, DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência nº 202/2013.

Navegantes, 05 de fevereiro de 2016.

### **EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 306/2015 / 310/2015**

EXTRATO CONTRATUAL Nº 306/2015.

Contrato Nº.: 306/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: SANTINA SACHETT

Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016.

Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 208/2013.

Recursos ..... : Dotação: 2.055 3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA GAZANIGA Nº118, BAIRRO MACHADOS, PARA A SEDE DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA SOLANGE PASQUALLI, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 208/2013.

Contrato nº 310/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: SRA. FABIANA SILVA XAVIER MULLER.

Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016.

Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 206/2013.

Recursos: 2.035 3.3.90.00.00.00.

Objeto: Segundo termo aditivo para promover alteração do prazo de vigência do contrato original nº 13/2014, celebrado entre o Município e a Sra. Fabiana Silva Xavier Muller.

Contrato nº 289/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: José Pereira

Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016.

Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 28/2013

Recursos: 2.075 3.3.90.00.00.00.

Objeto: Segundo termo aditivo para promover alteração do prazo de vigência do contrato original nº 001/2014, celebrado entre o Município e o Sr. José Pereira.

Contrato nº 284/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: Jair Hobus

Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 06/06/2016

Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 72/2011.

Recursos: 2.075 3.3.90.00.00.00.

Objeto: Sétimo termo aditivo ao Contrato nº 138/2011 de locação de imóvel que entre si celebram o Município de Navegantes e o Sr. Jair Hobus e esposa.

Contrato nº 304/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: Diocese de Blumenau

Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº

Recursos: 2.02.060 3.3.90.00.00.00.

Objeto: Terceiro termo aditivo ao contrato de locação 287/2012, que entre si celebram o Município de Navegantes e a Diocese de Blumenau.

Contrato Nº.:326/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: LAERTE SANTOS DALAGO.

Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 219/2013.

Recursos ..... : Dotação: 2.037 3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Segundo Termo Aditivo ao contrato de locação de imóvel localizado na rua Ernesto Guilherme nº 140, bairro gravatá, para sede da Escola Municipal Professora Leonora Schimitz, conforme dispensa de licitação nº 219/2013.

Contrato Nº.:328/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: Rute Bornhausen.

Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : dispensa de licitação PMN Nº 173/2015.

Valor: R\$ 34.200,00.

Recursos ..... : Dotação: 2.054 3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o Município de Navegantes e a Sra. Rute Bornhausen.

Contrato Nº.:283/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada.: Elaine Cristina da Costa

Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº 115/2014.

Recursos ..... : Dotação 2.033 3.3.90.00.00.00.00.

Objeto ..... : Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel para Sede do Abrigo Municipal Anildo de Souza, localizado na Rua João Domingos da Costa nº31, centro do Município de Navegantes/SC, através da Dispensa de Licitação nº 115/2014.



Contrato Nº.: 302/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
Contratada...: DIDINO VITOR SAGAZ.  
Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2014.  
Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 200/2013.  
Recursos ..... : Dotação: 2.054 3.3.90.00.00.00.00.00.  
Objeto ..... : Segundo termo aditivo ao contrato de locação de imóvel localizado na rua Francisco Romão nº96 bairro são Pedro, com área total de 477 m², para sede do Centro Municipal Educação Infantil professora Maria da Silva Santos, conforme dispensa de licitação nº 200/2013.

Contrato nº 312/2015.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes  
Contratado: . Heloisa Helena Macarini.  
Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/07/2016.  
Licitação ..... : Pregão Presencial PMN Nº 88/2011.  
Recursos: 2.038 3.3.90.00.00.00.  
Objeto: Sexto termo aditivo ao contrato de locação de imóvel 170/2011, que entre si celebram o Município de Navegantes e a Sra. Heloisa Helena Macarini.

Contrato nº 308/2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes  
Contratado: Luciano Rodrigues Daniel (Adriano Carpes Imóveis Ltda).  
Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/07/2016.  
Licitação ..... : DL11/2012.  
Recursos: 2054 3.3.90.00.00.00.  
Objeto: Quinto termo aditivo ao contrato de locação de imóvel 22/2012, que entre si celebram o Município de Navegantes e Luciano Rodrigues Daniel.

Contrato nº 278/2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes  
Contratado: Teodoro Benassi Neto  
Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/07/2016.  
Licitação ..... : DL08/2012.  
Recursos: 2.115 3.3.90.00.00.00.  
Objeto: Quinto termo aditivo ao contrato de locação de imóvel 60/2012, que entre si celebram o Município de Navegantes e a sr Teodoro Benassi Neto e a Sra. Maria Goretti de Araújo

**EXTRATOS DL 187/2015 / 188/2015.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 187/2015.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA KÁTIA REGINA GAZANIGA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES.  
Locador: Márcio Roberto de Souza.  
CPF: 770.603.349-04.  
VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso x Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 188/2015.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À ORLANDO FERREIRA Nº 892 , BAIRRO MACHADOS , CIDADE DE NAVEGANTES PARA SEDIAR O CENTRO MUNICIPAL EDUCAÇÃO INFANTIL PEDACINHO DO CEU, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES.  
Locador: Nelson Edvaldo Limas.  
CPF: 570.271.709-06  
VALOR TOTAL: R\$ 110.400,00  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso x Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 162/2015.  
Processo: DL 162/2015  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ACOLHIMENTO DA ADOLESCENTE B.G.S A FIM DE DAR CUMPRIMENTO AO GUIA DE ACOLHIMENTO 3105657203180 REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE PELO CONSELHO TUTELAR DE NAVEGANTES/SC, DE ACORDO COM AS PRERROGATIVAS DO ART.136, INCISO III E ART 101, INCISO VIII DA LEI 8.069/90 DO ECA.  
Contratado: INSTITUTO REDENÇÃO  
CNPJ: 10.197.909/0006-40.  
Valor: R\$ 38.400,00  
Fundamento: Art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV****DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2016IPP**

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2016IPP  
Contrato: 006/2016 IPP  
Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 04/2016 – IPP  
Contratada: Merkadia Internet Eireli - ME  
Objeto: Contratação de empresa especializada para manutenção, assistência, suporte e hospedagem do website [www.navegantesprev.sc.gov.br](http://www.navegantesprev.sc.gov.br) de propriedade do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes – NavegantesPrev.  
Valor: R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos cinquenta reais)  
Vigência: 15/02/2016 a 31/12/2016

Navegantes, 15 de fevereiro de 2016.  
JAN ULLRICH  
Diretor Presidente

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 NAVEGANTESPREV**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 NAVEGANTESPREV

Comunica na forma da Lei 8.666/93, que se encontra aberto o processo licitatório para REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO SOB DEMANDA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 29/02/2016. Abertura envelopes: às 14:15 hs do dia 29/02/2016. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Av. Conselheiro João Gaya, n.º 295, Centro - Navegantes/SC ou no site; [www.navegantesprev.sc.gov.br](http://www.navegantesprev.sc.gov.br).

Navegantes, 15 de fevereiro de 2016.  
JAN ULLRICH  
DIRETOR PRESIDENTE

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 042/2016 - NOMEIA APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO 001/2014 E 003/2015

DECRETO Nº 042, de 12 de fevereiro de 2016.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto no art. 15, da Lei Municipal nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados no concurso público realizado no exercício de 2014 e 2015, Editais nº 001/2014 e 003/2015:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Janete Duarte Tavares	Professor Educação Infantil – Creche	40h/Sem.
Fernanda Piazza	Professor III – Ciências	15h/Sem.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 12 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### NOTIFICAÇÃO 001/2016

Ilmo. Sr

JHONISON SANTOS PIFFER - CPF nº 048.043.659-23

(Representante da empresa SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP. CNPJ nº 04.563.256/0001-68)

Rua Coronel Buchelle, nº 646, Sala 1, Centro, cidade de Tijucas/SC, CEP 88.200-000

Nova Trento/SC, 12 de fevereiro de 2016.

### NOTIFICAÇÃO

Ref.: Processo Licitatório nº 113/2015 – Pregão Presencial 075/2015. Entrega de bens adjudicados em desacordo com o proposto em certame licitatório.

Notifica-se a empresa para que até as 10:00 horas do dia 19/02/2016, seja efetuada a entrega do pedido informado na AF nº 25/2016 em sua totalidade e com todas as substituições que se fizerem necessárias, para tanto destacamos alguns dos problemas identificados:

- \* Não foi seguida a tabela de medidas disponibilizada em edital;
- \* O posicionamento correto da estampa é na lateral e não no centro como aparece estampado;
- \* Manchas de óleo em várias peças;
- \* Peças com friso da lateral repuxado (em consequência disso uma perna fica mais curta que a outra);
- \* Falta etiqueta da composição em várias peças;
- \* Costura lateral evidente em calças e bermudas;
- \* Gancho descasado (entre pernas);
- \* Máquina de 4 agulhas que foi rebatido apresentaram peças com pontos falhados e estourados.

Não havendo a possibilidade de ser efetuada e entrega na data informada por esta notificação, fica CANCELADA a Autorização de Fornecimento e fica notificado desde já da futura instauração de Processo Administrativo, ao qual a empresa SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP, terá direito a ampla defesa.

Não havendo manifestação da empresa, justificando o não cumprimento de obrigações, a ausência será entendida como desistência tácita em continuar prestando serviços para este município.

Por se tratar de assunto PARTICULAR e URGENTE, não forneceremos informações a terceiros, salvo a procurador devidamente habilitado. Caso a pendência supramencionada já tenha sido resolvida, solicitamos a gentileza de desconsiderar a presente notificação.

Atenciosamente,

Aprigio José Botameli

Pregoeiro

**SAMAE - NOVA TRENTO****AVISO LICITAÇÃO PR\_02\_2016 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 Nova Trento – SC

Processo Administrativo: 3/2016

Processo de Licitação: 3/2016

Pregão Presencial Nº 2/2016 -PR

Data do Processo: 11/02/2016

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2/2016**

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE NOVA TRENTO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 017/2012, de 12/11/2012, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 24/02/2016, às 14:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 2/2016-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado ou pelo Site: <http://samae.novatrento.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS UTILIZADOS PARA AMPLIAÇÃO DE REDE, LIGAÇÕES NOVAS E REPAROS EFETUADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 POR ESTA AUTARQUIA.

Valor Máximo Previsto R\$ 116.920,69 (Cento e dezesseis mil, novecentos e vinte reais e sessenta e nove centavos)

Nova Trento, 15 de Fevereiro de 2016.

MARIA DE LOURDES ROVER

Presidente da Comissão de Licitação

**CONTRATO Nº 000017/2016 - VIVO S.A**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356

C.E.P.: 88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato JANEIRO/2016

Contrato: VIVO S.A

CNPJ: 02.449.992/0003-26

Número do Contrato: Nº 00017/2016

Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviço Móvel Pessoal, com fornecimento de 8 (oito) linhas habilitadas com serviço de voz para utilização na SAMAE de Nova Trento.

PARAGRAFO ÚNICO – Faz parte integrante do presente Contrato, independente da transcrição, a Proposta de Preço da CONTRATADA.

Data da Assinatura: 21/01/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/02/2016

Vigência: 21/01/2016 a 31/12/2016

Dotação Orçamentaria 13.01 17.512.0004 2.035.3.3.90.00.00.00.00

Valor 6.956,40 (Seis mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

Forma de Pagamento: 8º dia do mês subsequente

CARLOS TARCISIO BATTISTI

DIRETOR DO SAMAE

**EDITAL DE LICITAÇÃO PR 02\_2016 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS**

A empresa interessada na participação do Processo Nº 003/2016 - Pregão Presencial Nº 02/2016 deverá preencher as informações solicitadas neste formulário, e remetê-lo para o Departamento de Compras e Licitações via e-mail [samae@novatrento.sc.gov.br](mailto:samae@novatrento.sc.gov.br), caso contrário o SAMAE de Nova Trento exime-se da obrigação de comunicar diretamente ao interessado, possíveis alterações no Edital, bem como prestar esclarecimentos.

TERMO DE RETIRADA DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

EMPRESA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CNPJ DA EMPRESA: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA: \_\_\_\_\_

TELEFONE: ( ) \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

Nova Trento, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura e Carimbo da Empresa

Nome Legível: \_\_\_\_\_

PROCESSO Nº 03/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

DATA DE ABERTURA: 24/02/2016

ENTREGA DOS ENVELOPES: 24/02/2016 ATÉ AS 14:00 HORAS

ABERTURA: 24/02/2016 ÀS 14:00 HORAS.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- SAMAE:  
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356 – CENTRO- NOVA TRENTO-SC

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do município de Nova Trento/Santa Catarina, através do Diretor Carlos Tarcisio Battisti, representante legal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, por meio de seu Pregoeiro presente comunica aos interessados que fará realizar licitação do tipo Menor Preço por ITEM, sob a modalidade de Pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, pela Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as devidas alterações, Decreto nº 003/2013 de 07 de Janeiro de 2013 e demais normas pertinentes.

**1. DO OBJETO:**

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS UTILIZADOS PARA AMPLIAÇÕES DE REDE, LIGAÇÕES NOVAS E REPAROS EFETUADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 POR ESTA AUTARQUIA.

**2. DA RETIRADA DO EDITAL:**

Far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00hs e das 13:30 às 17:30hs, na Sala de Licitações, à Rua Dos Imigrantes, nº 356 Nova Trento/SC, ou pelo site [www.samae.novatrento.sc.gov.br](http://www.samae.novatrento.sc.gov.br), sem ônus.

**3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S):**

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados à Secretaria de Administração aos cuidados do Pregoeiro, devidamente protocolizados no setor competente, podendo, para efeito de agilização, serem transmitidos via fax, com a remessa do original via registro postal;

3.2 Outras informações pelo telefone: (48) 3267-0380.

**4. DO(S) PRAZO(S) E LOCAL(IS):**

4.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

4.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/05/2016 ;

4.3 De Entrega(s), incluindo descarregamento far-se-á em até 30(trinta) dias da(s) solicitação(ões), no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto- SAMAE na Rua Dos Imigrantes, nº 356- Bairro Centro, nesta cidade Nova Trento/SC;

4.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua vigência será até 31/05/2016

**5. DO(S) PAGAMENTO(S):**

- 5.1 Será(ão) efetuado(s) em até o 5º (Quinto) dia da(s) entrega(s), à vista da(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônicas, decorrente(s);
- 5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;
- 5.3 Não serão permitidos adiantamentos de pagamentos.

#### 6. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

- 6.1 Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante;
- 6.2 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGPM.

#### 7. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação.

#### 8. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S):

- 8.1 O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta no ano base de 2016:

13.01.2.035 Captação E Tratamento E Distribuição de Água

Códigos de Despesa nº 10 -Elementos de Despesa nº3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis;

8.2. Valor total estimado, máximo: R\$ 116.920,69(Cento e dezesseis mil, novecentos e vinte reais e sessenta e nove centavos)

#### 9. DA PARTICIPAÇÃO:

- 9.1 Poderão participar da presente licitação empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital;
- 9.2 Não poderão participar, empresas que estejam sob processo de falências, ou em concordata, ou em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, em dissolução, em liquidação, ou tenham sido suspensas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, Direta ou Indireta, de qualquer dos poderes, da União, dos Estados e dos Municípios, desde que o ato tenha sido publicado em imprensa oficial, pelo órgão que o aplicou;
- 9.3 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seu(s) anexo(s).

#### 10. DO CREDENCIAMENTO:

- 10.1 Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;
- 10.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Estatuto/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;
- 10.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;
- 10.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;
- 10.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;
- 10.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;
- 10.7 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mão.

#### 11. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

#### 12. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

- 12.1 Os envelopes: nº 01 – Proposta e nº 02 – Documentação de Habilitação poderão ser entregues no setor de licitações do Samae, sito a Rua Dos Imigrantes, nº 356 Centro, Nova Trento/ SC, até às 14:00 horas de 24 de Fevereiro de 2016
- 12.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o SAMAE não se responsabilizará por extravio ou atraso;
- 12.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

#### 13. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 01

Sr. Pregoeiro



**Empresa:**

Referente ao Edital de Pregão nº 02/2016

Processo nº 03/2016

Abertura às 14:00 horas do dia 24 de Fevereiro de 2016

Rua Dos Imigrantes, nº 356 Bairro Centro cidade de Nova Trento/SC.

Proposta

**14. DA PROPOSTA:**

14.1 Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, em uma via, constando o nome, endereço completo e carimbado com a Razão Social;

14.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

14.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e/ou Procurador);

14.4 Estar com todas as vias paginadas e rubricadas e, a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

14.5 Ter validade de no mínimo 60 dias;

14.5.1 Na hipótese de o prazo de validade estar omitido na proposta, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias;

14.6 Os produtos deverão ser de 1ª qualidade, cotados com marca e descritos com as especificações necessárias para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

14.7 Os preços deverão ser cotados separadamente, obedecendo o valor do preço máximo estabelecido, cujo somatório dos valores unitários, deverá coincidir com o total do item a que se refere, em moeda nacional, com duas casas decimais depois da vírgula e neles,

deverão estar incluídos toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do objeto deste Edital;

14.8 Estar acompanhada:

14.8.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) produto(s) licitado(s);

14.8.2 Da Declaração de que aceita as condições impostas por este edital e que submetem-se ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

14.8.3 Da Declaração de que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ão) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva;

14.8.4 Da Declaração de que cumprem plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02;

14.8.5 Da Declaração de que se enquadra ou não, na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento;

Nota: Anexar, preferencialmente na Proposta, Declaração formal, indicando o endereço, número de fax e telefone da Empresa, bem como, o nome, o nº do RG e o cargo do titular que a representará no contrato decorrente, se vencedora.

14.9- Além da proposta digitalizada deverá ser apresentada a Proposta Digital (Pen Drive ou CD) no formato Betha Cotação, exigência neste Edital.

Para poder preencher dados do certame e posterior gravação de CD ou Pen Drive você deverá ir no seguinte endereço da Internet e baixar o programa betha cotação 2.

<http://download.betha.com.br/versoesdisp.jsp?s=33&rdn=300113152518>

**15. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02**

Sr. Pregoeiro

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão nº 02/2016

Processo nº 03/2016

Abertura às 14:00 horas do dia 24 de Fevereiro de 2016

Rua Dos Imigrantes, nº 356 Bairro Centro cidade de Nova Trento/SC.

Documentação de Habilitação

**16. DA HABILITAÇÃO:****16.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:**

16.1.1 Cópia do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes; em se tratando de Firma Individual o Registro Comercial e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo/Estatuto acompanhado da Ata da Assembléia que elegeu a diretoria em exercício;

16.1.2 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida em 2016, pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

**16.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

16.2.1 Cópia do CNPJ;

16.2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

16.2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

16.2.4 "Certidão Negativa Conjunta de regularidade fiscal e previdenciária perante a Fazenda Nacional (Portaria MF 358, de 05/09/14 e MF 443, de 17/10/14)";

16.25 Prova de Regularidade com FGTS;



16.2.6 Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43.

#### 16.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.3. Certidão negativa de Pedido de Concordata ou de Falência, ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida há menos de 60 (sessenta) dias.

#### 16.4 OUTROS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

16.4.1 Declaração formal, firmada por representante legalmente constituído, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

16.4.2 Declaração formal, firmada por representante legalmente constituído, de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

#### NOTAS:

a) A certidão que não contar com validade expressa será considerada válida por 60 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet;

b) Todas as xerocópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;

c) A prestação de serviços de autenticação de documentos, internamente, fica restringida até o dia anterior ao da abertura da Sessão, exceção feita aos documentos pertinentes a credenciamento, que poderão ser realizados em até 30 minutos antes da data fatal definida para a entrega dos envelopes;

d) Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferentemente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente (exemplo: 1/5; 2/5...5/5), encadernados e rubricados pelo Licitante;

e) Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta;

f) Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filiar, todos os documentos deverão estar em nome desta;

g) Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pelo Pregoeiro para efeito de julgamento, independentemente da inscrição do CNPJ do Proponente;

h) Caso os documentos solicitados no subitem 16.1.1 sejam apresentados no ato do credenciamento do Representante do Licitante, fica facultada a apresentação destes no envelope nº 02.

#### 17. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

17.1 Será(ão) aberto(s) preliminarmente o(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço(s), que deverá(ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;

17.2 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

17.3 Não havendo pelo menos 03 (três) propostas classificadas com seus respectivos Representantes, presentes, convocar-se-á o(s) autor(es) da(s) proposta(s) com melhor(es) preço(s), até completar o número previsto de 03 (três), para oferecer lance(s), qualquer que seja(m) seu(s) valor(es), para caracterizar o princípio da competitividade.

17.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

17.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

17.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

17.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

17.8 Dos lances ofertados não caberá retratação;

17.9 Encerrada a fase de lance(s) oral(is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o menor preço ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência à ME e EPP;

17.10 Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;

17.11 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta(s) apresentada(s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

17.11.1 Preliminarmente, selecionar-se-á a(s) proposta(s) aceita(s) de ME ou EPP, dispondo-a(s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;

17.11.2 Para efeito do desempate de valor(es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos

dispostos no § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;

17.12.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de novo lance com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;

17.12.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de novo lance com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

17.12.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer, não atender as exigências editalícias, a empresa que apresentou o melhor preço/lance, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

17.13 Não havendo oferta de lance(s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

17.14 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seu(s) anexo(s);

17.15 Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

17.16 Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inhabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

17.17 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

17.18 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

17.19 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

17.20 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

17.21 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Representantes presentes na ocasião;

17.22 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

17.23 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços, via fax, com a remessa da original via Correio.

## 18. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

18.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

18.1.1 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o Menor Preço por Item, considerando concomitantemente para esse efeito, os quantitativos e os respectivos preços unitários de cada item, constante da planilha orçamentária, decorrente do projeto, acostada ao edital, a inobservância dos critérios de aceitabilidade por preços unitários acarretará na desclassificação da proposta;

18.1.2 Na hipótese de licitante apresentar a proposta mais vantajosa com item(ns) em desacordo com os critérios de preços unitários máximos, esse(s) poderá(ao) ser adequado(s) sem que haja compensação entre item(ns);

18.2 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRRETRATÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;

18.3 O(s) erro(s) de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado e, outro(s) que, não desfigure(m) a validade jurídica, eventualmente configurado(s) na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderá(ao) ser devidamente corrigido(s), não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta, prevalecendo para este efeito os valores unitários cotados;

18.4 Na hipótese de todas as propostas forem desclassificadas, fica facultado à Comissão, se julgado conveniente, a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações;

18.5 A adequação dos preços negociados será processada automaticamente pelo Sistema, considerando somente duas casas decimais depois da vírgula, com observância do arredondamento da fração dos decimais, para menos ou para mais.

## 19. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

19.1 Será(ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer(em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

19.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);

19.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

19.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erro(s) ou falha(s) que não altere(m) a substância do(s) documento(s) habilitatório(s) e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe(s) validade e eficácia para fins de habilitação;

19.5 Na hipótese de documento emitido via internet estar com a validade expirada ou, o de Xerox apresentada sem autenticação, fica facultado ao Pregoeiro, consultar sua regularidade via site, bem como, proceder a autenticação mediante apresentação da via original, durante a sessão;

19.6 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado, se julgado conveniente, à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

**20. DO DIREITO AO RECURSO:**

- 20.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Publica do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;
- 20.2. Os demais Licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Publica acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;
- 20.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;
- 20.4. O recurso será endereçado ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, acompanhado de xerox autenticadas do Ato Constitutivo do Outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do Outorgado, o qual será encaminhado à Autoridade Competente, para apreciação e decisão;
- 20.5 O recurso administrativo encaminhado via fax, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes conferidos ao signatário e da xerox do documento de identidade do Outorgado;
- 20.6 A Impugnação ao ato convocatório, deverá ser dirigida ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada de Xerox autenticadas do Ato Constitutivo do Outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do Outorgado, nos termos do artigo 41 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- 20.7 O(s) recurso(s) e/ou impugnação(ões) precluso(s) e intempestivo(s) não será(ão) conhecido(s).

**21. DAS OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S):**

- 21.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, da Proposta, de seu(s) Anexo(s) e do Contrato decorrente;
- 21.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;
- 21.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, pertinentes ao quantitativo, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- 21.4 Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**22. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- 22.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;
- 22.2 Encaminhar o Termo de Contrato ao adjudicatário, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;
- 22.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital.
- 22.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do objeto deste Edital.

**23. DO DIREITO DE RESERVA:**

- 23.1 O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Nova Trento, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos moldes do art. 59 da Lei de Licitações;
- 23.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e conseqüente aceitação;
- 23.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante.

**24. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:**

- 24.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;
- 24.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;
- 24.3 Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o SAMAE, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;
- 24.4 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o SAMAE se reserva ao direito de convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP e, assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o Licitante para obtenção de preço menor.

**25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 25.1 Para agilização dos trabalhos, sem interferir no julgamento da proposta, o Licitante deverá declarar em sua documentação: o endereço, o número de fax e de telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;
- 25.2 No interesse do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sem que caiba à(s) Participante(s) qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;  
c) filmadas e/ou gravadas as sessões e este meio ser utilizado como prova.

25.3 Para efeito de publicidade, o resultado final da licitação será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, no endereço: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

## 26. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de São João Batista, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

Nova Trento, 15 de Fevereiro de 2016

Carlos Tarcisio Battisti  
Diretor do SAMAE

Maria de Lourdes Rover  
Pregoeiro(a)

## ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- SAMAE inscrita no CNPJ sob n.º 95.785.267/0001-48, com sede na Rua Dos Imigrantes, nº 356 Centro Nova Trento- Santa Catarina.

CONTRATADA: ....., inscrita no CNPJ sob nº ..... estabelecida na Rua ....., Bairro ....., em .....

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto- Samae, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Diretor o Sr. Carlos Tarcisio Battisti, portador do CPF ....., doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ....., neste ato representada pelo Sr. ...., portador do CPF nº ..... de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 03/2016 correlato ao Pregão nº 02/2016 aberto em 24/02/2016 e homologado em ....., consoante as cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS UTILIZADOS PARA AMPLIAÇÕES DE REDE, LIGAÇÕES NOVAS E REPAROS EFETUADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016 POR ESTA AUTARQUIA.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/05/2016;

2.3 De Entrega(s), incluindo descarregamento far-se-á em até 30(trinta) dias da(s) solicitação(ões), no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Nova Trento, na Rua Dos Imigrantes, nº 356- Centro, nesta cidade.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA.

### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) em até 5º (quinto) dia da(s) entrega(s), à vista da(s) Nota(s) Fiscal(is), decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Não serão permitidos adiantamentos de pagamentos.

### CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1 Os valores ofertados na proposta poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo contratante;

5.2 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta do ano Base de 2016:

13.01.2.035 Captação E Tratamento E Distribuição de Água

Códigos de Despesa nº 10 -Elementos de Despesa nº3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis;

### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S):

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, da Proposta, de seu(s) Anexo(s) e do Contrato decorrente;

7.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente



contratado, pertinentes ao quantitativo, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

7.4 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

8.2 Encaminhar o Termo de Contrato ao adjudicatário, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

8.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do objeto deste Edital.

#### CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

9.1 Provisório, em até 15 (quinze) dias contados da(s) data(s) da(s) entrega(s);

9.2 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

10.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos art. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.3 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo SAMAE de Nova Trento pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua vigência será até 31/05/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

13.1 O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Nova Trento, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos moldes do art. 59 da Lei de Licitações;

13.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e conseqüente aceitação;

13.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei Complementar 123/2006, subsidiariamente na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São João Batista, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Nova Trento, SC, em ..... de .....de 2016.

Contratante

Contratada

Diretor do Samae

Representante Empresa

TESTEMUNHAS:

## ANEXO I I-- TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ADAPTADOR FERRO PB 110MM	UN	2,00	137,09	274,18
2	ADAPTADOR COMPRESSÃO PP 20X1/2"	UN	100,00	2,63	263,00
3	ADAPTADOR COMPRESSÃO PEAD 20X1/2"	UN	20,00	2,63	52,60
4	ADAPTADOR COMPRESSÃO PEAD 20X3/4"	UN	10,00	2,69	26,90
5	ADAPTADOR DE MANGUEIRA AZUL DE 1/2" PP	UN	30,00	2,50	75,00
6	ADAPTADOR DE MANGUEIRA AZUL 3/4" PP	UN	30,00	3,65	109,50
7	ADAPTADOR PVC PBA A BOLSA DEFOFO, JE, DN 100MM	UN	1,00	90,46	90,46
8	ADAPTADOR PVC, SOLDAVEL/ROSCA, DE 60MMX2"	UN	3,00	6,55	19,65
9	ANEL 50MM	UN	10,00	1,45	14,50
10	ANEL DE BORRACHA P/ LUVA AZUL 200MM	UN	40,00	11,24	449,60
11	BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDAVEL LONGA 25X20MM	UN	20,00	0,35	7,00
12	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDAVEL LONGA 50 X 32 MM	UN	20,00	2,60	52,00
13	CAP PVC / JE , de 85 MM C/ANEL	UN	3,00	13,02	39,06
14	ADESIVO PLASTICO P PVC FRASCO DE 175GR C/PINCEL INTERNO	UNI	100,00	11,27	1127,00
15	COLAR DE TOMADA 110 MM EM FERRO DEFOFO	UN	6,00	31,51	189,06
16	COLAR DE TOMADA PP CONTRA PERDA PARAFUSO 32X3/4"	UN	50,00	16,02	801,00
17	COLAR DE TOMADA PP CONTRA PERDA PARAFUSO 50X3/4"	UN	10,00	20,74	207,40
18	COLAR DE TOMADA PP CONTRA PERDA PARAFUSO 75X3/4"	UN	10,00	29,07	290,70
19	COLAR DE TOMADA PP CONTRA PERDA PARAFUSO 85X3/4"	UN	20,00	26,78	535,60
20	COLAR DE TOMADA PP C/ TRAV. E ROSCA DE 40mm X 3/4"	UN	50,00	4,66	233,00
21	COLAR DE TOMADA PP C/ TRAV. E ROSCA DE 50mm X 3/4"	UN	20,00	5,44	108,80
22	COLAR DE TOMADA PP C/ TRAV. E ROSCA DE 110mm X 3/4"	UN	10,00	8,92	89,20
23	CRUZETA PVC/PBA DE 85MMX60MM COM ANEIS	UN	1,00	46,97	46,97
24	CRUZETA FERRO PBA REDUÇÃO 110X60MM COM ANEIS	UN	1,00	275,00	275,00
25	CRUZETA FERRO PBA REDUÇÃO 110X100MM COM ANEIS	UN	2,00	287,82	575,64
26	CRUZETA FOFO, REDUÇÃO, COM BOLSAS, DN 150X100MM COM ANEIS	UN	1,00	593,59	593,59
27	CURVA 45 FOFO, COM BOLSA, DN 200MM COM ANEIS	PÇS	2,00	465,51	931,02
28	CURVA 90° FOFO COM BOLSA E ANEIS PARA TUBO DN 200 MM	UN	1,00	360,86	360,86
29	CURVA DE 22° PVC PBA DEFOFO AZUL 110MM COM ANEL	UN	5,00	268,25	1341,25
30	CURVA PVC 45° PBA JEI DEFOFO 150MM COM ANEL	UN	2,00	172,31	344,62
31	CURVA PVC 45° PBA JEI DEFOFO 200MM COM ANEL	UN	1,00	297,00	297,00
32	CURVA DE 90° PVC SOLDAVEL DEFOFO AZUL 110MM COM ANEL	UN	10,00	177,00	1770,00
33	CURVA 90° PVC/PBA 60MM COM ANEL	UN	10,00	23,64	236,40
34	CURVA DE 90° PVC /PBA . JE, 110MM COM ANEL	UN	10,00	115,46	1154,60
35	CURVA 90° PVC/PBA COM PONTA E BOLSA DE 160MM COM ANEL	UN	5,00	342,00	1710,00
36	JOELHO 90° MISTO PVC SOLDAVEL XROSCAVEL D 20MMX1/2"	UN	100,00	2,16	216,00
37	JOELHO PVC 90°MISTO SOLDAVEL/ROSCAVEL 32X1/2"	UN	20,00	11,97	239,40
38	JOELHO 90° PVC ROSCAVEL COR BRANCA D 1/2"	UN	50,00	1,17	58,50
39	LACRE ANTI FURTO PARA HIDROMETROS DE ATÉ 3,0MT <sup>3</sup> /H,EM POLIPROPILENO,COM MATERIA PRIMA VIRGEM,NA COR AZUL, SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS LISAS, PARA HIDROMETRO DE 1/2". NÃO SERÁ ADMITIDO TRAVAS COM PINOS METALICOS. DEVERÁ SER RESISTENTE A RAIOS ULTRA-VIOLETAS, SUPORTAR ESFORÇOS DE TRAÇÃO MINIMA DE 700n. O LACRE DEVE SER PROJETADO DE FORMA QUE,CASO SEJA SUBMETIDO A TENTATIVA DE VIOLAÇÃO, ESTE FIQUE EVIDENTE E O LACRE, IRRECUPERÁVEL.	UNI	700,00	1,08	756,00
40	LUVA DE CORRER PVC PBA DEFOFO 160MM COM ANEIS	UN	10,00	186,40	1864,00
41	LUVA DE CORRER PVC/PBA 200MM (AZUL) COM ANEIS	UN	3,00	123,70	371,10
42	LUVA DE CORRER PVC/PBA DE 110MM COM ANEIS	UN	10,00	49,32	493,20
43	LUVA MISTA PVC SOLDAVEL E ROSCA D 20 MMX1/2"	UNI	200,00	0,76	152,00
44	LUVA MISTA PVC SOLDAVEL E ROSCA D 25 MMX1/2"	UN	30,00	1,40	42,00
45	LUVA MISTA PVC SOLDAVEL E ROSCA D 32 MMX1"	UN	10,00	3,15	31,50
46	LUVA PVC REDUÇÃO SOLDAVEL 110 X 85MM COM ANEL	UN	3,00	79,14	237,42
47	LUVA PVC REDUÇÃO SOLDAVEL 140X85MM	UN	3,00	250,00	750,00
48	LUVA PVC REDUÇÃO SOLDAVEL 160X140MM	UN	3,00	366,00	1098,00
49	LUVA PVC ROSCAVEL COR BRANCA D 1/2"	UN	100,00	0,80	80,00
50	LUVA PVC ROSCAVEL COR BRANCA D 3/4"	UN	20,00	2,15	43,00
51	LUVA PVC ROSCAVEL BRANCA DNR2"	UN	3,00	7,27	21,81
52	LUVA PVC SOLDAVEL 110 MM	UN	10,00	33,77	337,70
53	LUVA PVC SOLDAVEL 140 MM	UN	5,00	212,00	1060,00
54	REDUÇÃO FERRO FLANGE 85X60MM COM ANEL	UNI	1,00	192,44	192,44
55	REDUÇÃO FERRO FLANGE 100X75MM COM ANEL	UN	1,00	268,98	268,98



56	REDUÇÃO FERRO PB DEFOFO PBA 60X50MM COM ANEL	UN	1,00	315,70	315,70
57	REDUÇÃO DE FERRO PB DEFOFO PBA 85X75MM COM ANEL	UN	1,00	170,27	170,27
58	REDUÇÃO FERRO PB DEFOFO PBA 110X60MM COM ANEL	UN	2,00	289,40	578,80
59	REDUÇÃO FERRO FUNDIDO PB DEFOFOX PBA DN 110X85MM COM ANEL	UN	3,00	213,42	640,26
60	REDUÇÃO PVC DEFOFO PBA160X140MM COM ANEL	UN	1,00	646,00	646,00
61	REDUÇÃO PONTA E BOLSA PVC/PBA DE 75X60MM COM ANEL	UN	1,00	27,48	27,48
62	REDUÇÃO PONTA E BOLSA PVC/PBA DE 110MM COM ANEL	UN	2,00	28,70	57,40
63	REDUÇÃO PVC PBA JE, BOLSA PONTA DN 85 X 60 MM C/ ANEL	UN	2,00	14,91	29,82
64	REDUÇÃO PVC PBA PB JE 1160X85MM COM ANEL	UN	1,00	198,52	198,52
65	REGISTRO DERIVAÇÃO COM BROCA PP P/ LIGAÇÃO DE 20X3/4MM	UN	200,00	31,21	6242,00
66	REGISTRO DE ESFERA C/ BORBOLETA, PVC, ROSCA EXTERNA D 1/2"	UN	300,00	4,80	1440,00
67	REGISTRO DE ESFERA C/ BORBOLETA, PVC, ROSCA EXTERNA D 3/4"	UNI	150,00	6,56	984,00
68	REGISTRO GAVETA EMBORRACHADA, FOFO, CAB. P/TUBO PVC/PBA, DN50MM	UN	1,00	375,79	375,79
69	REGISTRO DE GAVETA EMBORRACHADA, FERRO FUNDIDO, COM CABEÇOTES, COM BOLSA PARA TUBO PVC DE 110MM COM ANEIS.	UN	3,00	579,87	1739,61
70	REGISTRO COM BOLSA 60 EM FERRO COM ANEIS	PÇS	1,00	381,09	381,09
71	REGISTRO PVC SOLDÁVEL DE 25 MM	UN	30,00	9,70	291,00
72	REGISTRO DE 32MM PVC SOLDÁVEL	UN	10,00	15,36	153,60
73	SERRINHA EM AÇO	UN	50,00	8,20	410,00
74	TAMPÃO EM FERRO FUNDIDO PARA REGISTRO TIPO TK-09 COM TAMPA ARTICULADA ALTURA DE 12CM COM INSCRIÇÃO "SAMAE DE NOVA TRENTO".	PÇS	30,00	145,50	4365,00
75	TE DE REDUÇÃO, FOFO, C/BOLSAS, DEFOFOX PBA DN100X50MM C/ANEIS	UN	1,00	169,12	169,12
76	TE REDUÇÃO FERRO FUNDIDO C/ BOLSA 160MMX110MM COM ANEIS	UN	1,00	456,29	456,29
77	TE PP EMENDA MANGUEIRA INTERNO TRIPLO PRETO GROTA 3/4"	UN	20,00	14,27	285,40
78	TE PVC SOLDÁVELXROSCA D 20MMX1/2"	UN	200,00	2,28	456,00
79	TE PVC MISTO SOLD/ROSCA BRANCO DE 20 MMX1/2"	UN	30,00	2,74	82,20
80	TE PVC SOLDÁVEL DN 50 MM	UN	2,00	6,34	12,68
81	TÊ PVC SOLDÁVEL DE 60MM	UN	20,00	16,12	322,40
82	TE PVC PBA 75MM COM ANEL	UN	5,00	41,46	207,30
83	TE PBA PVC 85 MM COM ANEIS	UN	6,00	43,16	258,96
84	TE PBA PVC 110 MM COM ANEIS	UN	3,00	64,21	192,63
85	TE PVC PBA 140MM COM ANEIS	UN	2,00	305,00	610,00
86	TE PVC REDUÇÃO PBA 160X140MM COM ANEIS	UN	1,00	315,00	315,00
87	TORNEIRA PLASTICA PRETA JARDIM 1/2"	UNI	200,00	5,10	1020,00
88	TUBETE DE CORTE PP DE 1/2"	PCT	400,00	2,87	1148,00
89	TUBO DE PVC SOLD. de 20MM , BR C/06 MT.	BR	100,00	10,85	1085,00
90	TUBO PVC SOLDÁVEL D 25 MM , BARRA C/ 6 MTS	BR	50,00	14,87	743,50
91	TUBO DE PVC SOLD de 32MM , BR C/06 MT.	BR	100,00	27,38	2738,00
92	TUBO DE PVC SOLD de 40MM , BR C/06 MT.	BR	400,00	38,61	15444,00
93	TUBO PVC PBA CL12 JUNTA INTEGRADA DN75 MM BARRAS 6MTS C/ANEL	BR	10,00	101,25	1012,50
94	TUBO PVC PBA DE 200 MM.- BARRA C/ 6 MTS. COM ANEL	BR	5,00	880,00	4400,00
95	TUBO DEFOFO PBA 140MM AZUL -BARRA 6MT COM ANEL	UN	5,00	404,00	2020,00
96	TUBO DEFOFO, PONTA E BOLSA, C/ANEL INTEGRADO, DN160MMX6M	PÇS	4,00	536,00	2144,00
97	TUBO DEFOFO PBA JUNTA ELASTICA INTEGRADA, DN 200MM C/ ANEL	BR	2,00	524,00	1048,00
98	LUVA de CORRER PVC 100 MM P/ ESGOTO COM ANEL	UN	50,00	11,02	551,00
99	TUBO DE ESGOTO DN 100 MM BR C/ 06 MT, COM ANEL	PÇS	10,00	65,81	658,10
100	FLANGE 60X2 PARA CAIXA D'AGUA	UN	2,00	32,79	65,58
101	ADAPTADOR FOFO, PONTA E BOLSA DE100 X DN100 (PVC)	PÇS	3,00	95,46	286,38
102	TUBO DE ESGOTO 50 MM BARRA C/ 06 METROS COM ANEL	UN	5,00	35,18	175,90
103	TE ESGOTO 100MM COM ANEL	UN	2,00	12,46	24,92
104	SILICONE	UN	5,00	25,79	128,95
105	JOELHO PVC 90º ESGOTO 100MM	UN	2,00	7,12	14,24
106	CURVA 90º, FOFO, COM BOLSAS, P/ TUBO DEFOFO, DN100MM C/ ANEL	UN	2,00	188,89	377,78
107	CURVA 90º, FOFO, COM BOLSAS, P/ TUBO DEFOFO, DN150MM C/ ANEL	UN	2,00	302,30	604,60
108	TE DE REDUÇÃO, FOFO, DN100X 85 PVC COM ANEL	UNI	2,00	285,88	571,76
109	CAIXA D'AGUA DE 25000LTS COM TAMPA	UN	2,00	13.353,15	26706,30
110	TAMPA PARA CAIXA D'AGUA DE 25000 LITROS	UN	1,00	2.301,65	2301,65
111	JOELHO SOLDÁVEL 45º 60 MM	UNI	10,00	12,14	121,40
112	TUBO POLIETILENO RAMAL PREDIAL PE 80 - AZUL D 20MM RLS 100MT	RLS	20,00	305,48	6109,60
			Total		116.920,69

Observação: A proposta que apresentar Valor Unitário do item superior ao estimado em tabela acima, sera desclassificada.

Carlos Tarcisio Battisti Maria de Lourdes Rover  
Diretor do Samae Pregoeiro(a)

**ANEXO III**  
**(MINUTA DE PROCURAÇÃO)**

OUTORGANTE: (nome, endereço, razão social da empresa com demais informações cabíveis de natureza legal)

OUTORGADO: (nome e qualificação)

OBJETO: Representar a outorgante perante a ....

PODERES: Retirar editais, apresentar documentação e proposta, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da documentação e das propostas de preços, assinar as respectivas atas, Ata de Registro de Preços (instrumento de compromisso), registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar o direito de recursos, bem como assinar contratos e quaisquer documentos, indispensáveis ao fiel cumprimento do presente mandato.

Localidade, ..... de ..... de 2016

.....  
Assinatura

**ANEXO IV****MODELO DA MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS**  
**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

DECLARO(AMOS), para os devidos fins, que tomei(amos) conhecimento de todas as informações constantes do edital do Pregão Presencial nº 02/2016, inclusive as Relativas ao Sistema de Registro de Preços.

Declaro(amos), ainda que atendemos a todas exigências habilitatórias e que detenho(emos) capacidade técnico-operacional (instalações, aparelhamento e pessoal) para fornecimento do(s) objeto(s) para o(s) qual(is) apresentamos proposta.

Localidade, ..... de ..... de 2016

.....  
Assinatura

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

- Nome ou razão social
- CPF/CNPJ
- Endereço, telefone e Fax
- Nome e identificação do representante legal.

**ANEXO V****D E C L A R A Ç Ã O (Modelo)**

Edital de Pregão nº 02/2016 do Samae de Nova Trento.

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura de Nova Trento e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data,  
carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante Legal

**Item 8.1.2 alínea "e"**

Edital de Pregão nº 02/2016 do Samae de Nova Trento.

(nome da empresa)

....., inscrita no CNPJ sob nº ....., por intermédio de seu representante legal, Sr(a) .....  
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº .....  
....., DECLARA, para fins no disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, e no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854/99, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

Local e data: ..... de ..... de .....

( Assinatura)

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PL Nº 008-16-PREGÃO PRESENCIAL Nº 004-16

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
Processo Licitatório Nº 008/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016  
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente licitação tem como objeto AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS AGRICULTORES, LUVAS E BAINHAS, VISANDO A CONTINUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE –SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 25/02/2016, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01 Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 15 de Fevereiro de 2016.  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal

# Orleans

## PREFEITURA

### CONTRATOS FMS 01/2016

#### CONTRATOS JANEIRO FMS

"Contrato Nº.: 01/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: ABASI CONSTRUCOES LTDA - EPP

Valor ..... : 435.689,55 (quatrocentos e trinta e cinco mil seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 30/09/2016

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 47/2015

Recursos ..... : Dotação: 1.006.4.4.90.00.00.00.00.00 (1) Saldo: 450.000,00

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE SAÚDE COM 287,61M², NO BAIRRO CORRIDAS, CONFORME PROJETO"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

-----  
"Contrato Nº.: 02/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SANTA OTILIA

Valor ..... : 900.000,00 (novecentos mil reais)

Vigência ..... : Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.270.892,23

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO HOSPITALAR PARA A MANUTENÇÃO DO PRONTO SOCORRO."

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

-----  
"Contrato Nº.: 03/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: FABIANO SANDRINI BROGNOLI

Valor ..... : 14.076,00 (quatorze mil e setenta e seis reais)

Vigência ..... : Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.270.892,23

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SOCIAL ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DO BAIRRO COLONINHA."

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

-----  
"Contrato Nº.: 04/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SANTA OTILIA

Valor ..... : 34.428,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e vinte e oito reais)

Vigência ..... : Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.236.464,23

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE 05 SALAS NAS DEPENDENCIAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR SANTA OTILIA PARA O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE E DA FARMACIA CENTRAL"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

-----  
"Contrato Nº.: 05/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: MANOEL MOZART MARTINS

Valor ..... : 9.852,00 (nove mil oitocentos e cinquenta e dois reais)

Vigência ..... : Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.226.612,23

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE FISIOTERAPIA"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

-----  
"Contrato Nº.: 06/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: MOACYR DE PELLEGRIN

Valor ..... : 12.744,00 (doze mil setecentos e quarenta e quatro reais)

Vigência ..... : Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.154.263,23

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO EPIDEMIOLÓGICO."

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

-----  
"Contrato Nº.: 07/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: VALDIR ZOMER

Valor ..... : 9.096,00 (nove mil e noventa e seis reais)

Vigência ..... : Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.137.667,23

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO GERÔNIMO"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

-----  
"Contrato Nº.: 08/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: AUGUSTA MENEGASSO SALVADOR

Valor ..... : 31.392,00 (trinta e um mil trezentos e noventa e dois reais)

Vigência ..... : Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.127.695,23

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA ABRIGAR OS ANIMAIS ABANDONADOS LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL KM 92"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

-----  
"Contrato Nº.: 09/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: VILTON GALVANE

Valor ..... : 16.596,00 (dezesseis mil quinhentos e noventa e seis reais)

Vigência ..... : Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo:

1.111.999,23

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SOCIAL ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA ( ESF ) DO BAIRRO CANUDOS"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

"Contrato Nº.: 10/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: SANTOS GALVAN NETO

Valor ..... : 9.972,00 (nove mil novecentos e setenta e dois reais)

Vigência ..... : Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.095.403,23

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO SAMU"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

"Contrato Nº.: 11/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: ALDO DE LORENZI CANEVER

Valor ..... : 15.696,00 (quinze mil seiscentos e noventa e seis reais)

Vigência ..... : Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.095.403,23

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA ( ESF ) NO BAIRRO CORRIDAS EM ORLEANS"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

"Contrato Nº.: 12/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: ADELAIDE MENEGASSO BAGIO

Valor ..... : 39.840,00 (trinta e nove mil oitocentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 15/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.095.403,23

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM 2500M² PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE SANTO ANTÔNIO BAIRRO LOMBA"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

## CONTRATOS PMO 01/2016

### CONTRATOS JANEIRO PMO

"Contrato Nº.: 1/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: JOAO FERNANDO BORGES

Valor ..... : 53.760,00 (cinquenta e três mil setecentos e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (50) Saldo: 405.286,76

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 484M² PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ORGÃOS LIGADOS AO SETOR"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 2/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ZOMER BERGER & CIA LTDA.

Valor ..... : 6.636,00 (seis mil seiscentos e trinta e seis reais)

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 1.402.913,92

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL PARA FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO AO CIDADÃO DE ORLEANS, QUE ABRANGE OS SERVIÇOS DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR, CONFECÇÃO DE CARTEIRA DE TRABALHO E CARTEIRA DE IDENTIDADE."

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 3/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: MARILENI DE ANDRADE DALAZEN

Valor ..... : 39.480,00 (trinta e nove mil quatrocentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (75) Saldo: 12.968,00

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE DOIS IMÓVEIS, SENDO UM COMERCIAL E OUTRO RESIDENCIAL PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL REGINA CHECHETTO SPRICIGO."

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 4/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: FRANCISCO PEDRO CARDOSO

Valor ..... : 59.760,00 (cinquenta e nove mil setecentos e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (75) Saldo: 12.968,00

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO CEI DÉBORA LAURENTINO NO BAIRRO NOVA ORLEANS"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 5/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: IMOBILIARIA PLANEJAR LTDA

Valor ..... : 15.600,00 (quinze mil seiscentos reais)

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (70) Saldo: 1.486.854,28

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO E PRODUÇÃO BRAILLE



(NAPPB)"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 6/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: CARLOTA ARLETE DE PIERI WANDERLIND

Valor ..... : 10.560,00 (dez mil quinhentos e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 22/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 1.402.913,92

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA CASA DA CIDADANIA DO DISTRITO DE PINDOTIBA"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 7/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: CELINA DURIGON VOLPATO

Valor ..... : 19.920,00 (dezenove mil novecentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 22/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (148) Saldo: 1.141.140,00

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 08/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: LAUDI COMPER DA SILVA

Valor ..... : 5.916,00 (cinco mil novecentos e dezesseis reais)

Vigência ..... : Início: 25/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (75) Saldo: 12.968,00

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA CRECHE NO BAIRRO SÃO JERONIMO"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 09/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: LEONARDO SCREMIN

Valor ..... : 6.876,00 (seis mil oitocentos e setenta e seis reais)

Vigência ..... : Início: 25/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (75) Saldo: 12.968,00

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA EXTENSÃO DO CEI SÃO JERÔNIMO"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 10/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ZOMER BERGER & CIA LTDA.

Valor ..... : 19.920,00 (dezenove mil novecentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 25/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (70) Saldo: 1.505.898,47

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (C.E.J.A)"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 11/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: TEREZINHA DE OLIVEIRA BRATTI

Valor ..... : 16.596,00 (dezesseis mil quinhentos e noventa e seis reais)

Vigência ..... : Início: 25/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (70) Saldo: 1.505.898,47

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PERÍODO INTEGRAL, SENDO UMA EXTENSÃO DA E.E.B. SANTOS SPRICIGO."

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 12/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: JOSE GERALDO ZANINI

Valor ..... : 25.188,00 (vinte e cinco mil cento e oitenta e oito reais)

Vigência ..... : Início: 25/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (148) Saldo: 1.154.892,00

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL. (CRAS)"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 13/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: LODOVICO CARBONI

Valor ..... : 13.752,00 (treze mil setecentos e cinquenta e dois reais)

Vigência ..... : Início: 25/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (148) Saldo: 1.141.140,00

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL (CREAS)"

Orleans, 12 de Fevereiro de 2016



EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 14/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: EDGAR RUDY DA SILVA MATTOS  
Valor ..... : 16.068,00 (dezesesseis mil e sessenta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 25/01/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 1.407.717,89  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO E PARA GARAGEM DOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DE ORLEANS"  
Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 15/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: VALDENIR ASCARI  
Valor ..... : 21.816,00 (vinte e um mil oitocentos e dezesseis reais)  
Vigência ..... : Início: 25/01/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (95) Saldo: 3.675.283,64  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM TERRENO PARA RETIDADA DE AREÃO NA COMUNIDADE DE RIO PINHEIROS ALTO"  
Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 16/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: ADEMIR DELLA JUSTINA  
Valor ..... : 6.303,00 (seis mil trezentos e três reais)  
Vigência ..... : Início: 25/01/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (95) Saldo: 3.670.036,64  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM TERRENO PARA RETIRADA DE AREÃO NA LOCALIDADE DE RIO DAS FURNAS."  
Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração

"Contrato Nº.: 17/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: ROSILEIA VIEIRA PEREIRA  
Valor ..... : 16.248,00 (dezesesseis mil duzentos e quarenta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 25/01/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (95) Saldo: 3.653.788,64  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA GUARDAR OS EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS DA PMO NO DISTRITO DE PINDOTIBA"  
Orleans, 12 de Fevereiro de 2016

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração

### **ERRATA DO EDITAL Nº003/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS/SC  
CONCURSO DE REMOÇÃO - EDITAL N.º 003/2016

ERRATA 01 DO EDITAL DE CONCURSO DE REMOÇÃO Nº 003/2016 PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, LÍNGUA PORTUGUESA, INGLÊS, EDUCAÇÃO FÍSICA E AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A Prefeitura Municipal de Orleans, junto à Secretaria Municipal de Educação por meio da Comissão do Concurso de Remoção, no uso de suas atribuições, publica ERRATA junto ao Edital do Concurso de Remoção Nº 003/2016, para nele fazer constar que:

ONDE SE LÊ:

#### **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

[...]

11.3.Os efeitos legais deste concurso terão vigência a partir do primeiro dia das atividades letivas do ano de 2016.

LEIA-SE:

#### **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

[...]

11.3.Os efeitos legais deste concurso terão vigência a partir do primeiro dia das atividades letivas do ano de 2017.

ORLEANS (SC), 12 de fevereiro de 2016.  
ELIETE BIANCO ZANINI DAMAZIO  
Secretária Municipal de Educação

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DECRETO Nº2729

DECRETO N.º 2729/2016

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Leis Complementares 021/2005 e 022/2005.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. Valdir dos Santos, para exercer o Cargo de provimento em Comissão de Assistente de Administração de RH.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 15 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
Secretário Municipal de Adm. e Gestão

### PORTARIA Nº019

PORTARIA N.º 019//2016

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Carlos Alberto dos Santos, lotado junto a Secretária Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 24/02/2014 a 23/02/2015, que serão gozadas no período de 01/02/2016 a 01/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 02/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 21 de janeiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

### PORTARIA Nº020

PORTARIA N.º 020//2016

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Milton Juarez Pasin, lotado junto a Secretária Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 04/04/2014 a 03/04/2015, que serão gozadas no período de 01/02/2016 a 01/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 02/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 25 de janeiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

### PORTARIA Nº021

PORTARIA N.º 021//2016

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Artur José Bioto, lotado junto a Secretária Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 16/03/2014 a 15/03/2015, que serão gozadas no período de 01/02/2016 a 01/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 02/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de janeiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº022**

PORTARIA N.º 022//2016

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Simone Selig dos Santos, lotada junto a Secretária Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 12/03/2013 a 11/03/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2016 a 01/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 02/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de janeiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº023**

PORTARIA N.º 023/2016

"CONCEDE AFASTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

**RESOLVE:**

1 – Conceder afastamento não remunerado a pedido do servidor público municipal Sra. João Canton, matrícula 711, por motivo de incompatibilidade de horário para presidir o poder Legislativo Municipal, no período de 03 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº024**

PORTARIA N.º 024/2016

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

**RESOLVE:**

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal Sra. VANESSA DE MELLO, por período de 60 (sessenta) dias, conforme atestados Médico, a partir de 25 de janeiro de 2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 03 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº025**

PORTARIA N.º 025/2016

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Osmar Faccio, lotado junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, correspondente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2016 a 01/03/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 02/03/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 03 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº026**

PORTARIA N.º 026/2016

"CESSA EFEITOS DE PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

1 – Cessar Efeitos da Portaria 0120/2015, que Designa Almeri Lurdes Festa, a responder pela Secretaria Municipal de Saúde, retornando a mesma a responder somente pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial portaria 0120/2015..

Ouro Verde (SC), em 11 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETARIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº027**

PORTARIA N.º 027/2016

"DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

1 – Designar o Servidor Público Municipal Sr. Pedro Luiz Rebeschini, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Administração e Gestão, para responder em conjunto como Secretário Municipal de Saúde.

2 – Por esta designação o servidor não acumulará proventos, e receberá pelo cargo de Secretário Municipal de Administração e Gestão.

3 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 11 de fevereiro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETARIO DE ADM. E GESTÃO

# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - RP 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 10/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 25 de fevereiro de 2016, às 09:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇO Nº. 10/2016, que tem por objeto a aquisição de aterro saibro a ser utilizado em varias obras do Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: [www.palhoça.atende.net](http://www.palhoça.atende.net). Palhoça, 15 de fevereiro de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA 184/2015 - RESULTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESUMO DE JULGAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 184/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2015, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de drenagem, pavimentação com blocos intertravado de concreto e sinalização das ruas Orlando Correa Bruchado, Bairro Aririú da Formiga e Rua Manoel da Silva e Servidão 904, Bairro São Sebastião; bem como das ruas Júlio Ernesto de Melo, Bairro Aririú da Formiga e Rua Odete da Silva Santos, Bairro Aririú – Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME. venceu os Lotes 01 e 02, totalizando o valor de R\$655.033,23 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, trinta e três reais e vinte e três centavos);

Palhoça, 12 de Fevereiro de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

### LEI COMPLEMENTAR Nº 210, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 210, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

REFORMA ADMINISTRATIVA. Promove alterações na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal e anula dotações do orçamento fiscal da Autarquia Samae e abre crédito adicional especial na Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto no orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica extinta a Autarquia Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae Palhoça da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, criada pela Lei Municipal nº 3.224, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2º Fica criada a Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto – Samae, na forma desta Lei Complementar.

Art. 3º Fica incluída a alínea “p” ao inciso III do art. 30 da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

III – (...)

p) Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto – Samae.” (N.R.)

Art. 4º A estrutura administrativa da Autarquia Samae Palhoça fica alterada no Anexo II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, passando a ser definida como Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto – Samae, no âmbito da Administração Direta, que vigorará com a seguinte redação:

“ANEXO II  
(...)  
Administração Direta  
(...)”

SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO E ESGOTO – SAMAE		
DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal	SEC.	01
Diretor Geral	DAS I	01
Assessor Técnico	DAS III	01
Assessor I	DAS IV	01
Assessor II	DAS V	01”

Art. 5º Fica 01 (um) cargo de Presidente e Autarquia e Fundação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae Palhoça transformado em Secretário Municipal, código SEC., com a respectiva remuneração, transferido para a Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto – Samae.

Art. 6º As atribuições da Autarquia Samae Palhoça passarão à Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto – Samae.

Art. 7º Os ativos, passivos e o patrimônio da Autarquia Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae Palhoça ficarão incorporados à Prefeitura Municipal de Palhoça.

Art. 8º Os servidores públicos da Autarquia Samae Palhoça serão lotados na Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto – Samae, mediante ato específico.

Art. 9º Os recursos provenientes de água e esgoto serão denominados recursos vinculados, destinados ao saneamento básico, FR01800133 no valor de R\$ 56.880.000,00.

Art. 10. Os recursos provenientes da arrecadação tributária da taxa de serviço e coleta de lixo serão denominados recursos ordinários livres, FR01000142 no valor de R\$ 16.000.000,00.

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça, no valor de R\$ 72.880.000,00 (setenta e dois milhões e oitocentos e oitenta mil reais), nas dotações orçamentárias, em conformidade com a Lei do Plano Plurianual – PPA nº 3.323, de 16 de dezembro de 2013, quadriênio 2014 à 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2016 nº 4.329, de 23 de dezembro de 2015, e Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016 nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015, como segue:

#### SUPLEMENTAÇÃO:

Órgão: - 35.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO E ESGOTO – SAMAE		
UNIDADE: 35.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO E ESGOTO – SAMAE		
Subfunção: 0122 - Administracao Geral		
Ação: 1139 - Aquisição de Terreno , Ampliação e Reforma da Sede Aguas de Palhoça		
Elemento: 3449000000000000 - Aplicacoes diretas		
26.001.0004.0122.0042.1139.3449000000000000.01800133		250.000,00
Total Elemento		250.000,00
Total Ação		250.000,00
Total Subfunção		250.000,00
Subfunção: 0512 - Saneamento Básico Urbano		
Ação: 1028 - Implant. Abast. Aguas Munic. Palhoça - Pinheira		
Elemento: 3449000000000000 - Aplicacoes diretas		
26.001.0017.0512.0042.1028.3449000000000000.01340108		7.000.000,00
26.001.0017.0512.0042.1028.3449000000000000.01800133		4.000.000,00
Total Elemento		11.000.000,00
Total Ação		11.000.000,00
Ação: 1153 - Proj. Exec. Sistema Esgototamento Sanitário - Pac2		
Elemento: 3339000000000000 - Aplicações diretas		
26.001.0017.0512.0042.1153.3339000000000000.01340108		500.000,00
Total Elemento		500.000,00
Elemento: 3449000000000000 - Aplicacoes diretas		
26.001.0017.0512.0042.1153.3449000000000000.01340108		500.000,00



26.001.0017.0512.0042.1153.3449000000000000.01800133		1.200.000,00
Total Elemento		1.700.000,00
Total Ação		2.200.000,00
Ação: 1154 - Proj. Exec. Sistema Macrodrenagem de Palhoça - Pac2		
Elemento: 3339000000000000 - Aplicações diretas		
26.001.0017.0512.0042.1154.3339000000000000.01340108		1.000.000,00
26.001.0017.0512.0042.1154.3339000000000000.01800133		1.500.000,00
Total Elemento		2.500.000,00
Total Ação		2.500.000,00
Ação: 2135 - Funcionamento e Manutenção das Aguas de Palhoça		
Elemento: 3319000000000000 - Aplicações diretas		
26.001.0017.0512.0042.2135.3319000000000000.01800133		2.100.000,00
Total Elemento		2.100.000,00
Elemento: 3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		
26.001.0017.0512.0042.2135.3319100000000000.01800133		140.000,00
Total Elemento		140.000,00
Elemento: 3339000000000000 - Aplicações diretas		
26.001.0017.0512.0042.2135.3339000000000000.01800133		27.000.000,00
Total Elemento		27.000.000,00
Elemento: 3339300000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe		
26.001.0017.0512.0042.2135.3339300000000000.01800133		300.000,00
Total Elemento		300.000,00
Elemento: 3449000000000000 - Aplicacoes diretas		
26.001.0017.0512.0042.2135.3449000000000000.01800133		5.000.000,00
Total Elemento		5.000.000,00
Total Ação		34.540.000,00
Ação: 2136 - Saneamento Basico P/ Todos		
Elemento: 3449000000000000 - Aplicacoes diretas		
26.001.0017.0512.0042.2136.3449000000000000.01060107		100.000,00
26.001.0017.0512.0042.2136.3449000000000000.01340108		1.000.000,00
26.001.0017.0512.0042.2136.3449000000000000.01800133		5.290.000,00
Total Elemento		6.390.000,00
Total Ação		6.390.000,00
SOMA:		56.880.000,00
Ação: 2139 - Serv. Coleta e Tratamento Resid. Solid Hosp		
Elemento: 3339000000000000 - Aplicações diretas		
26.001.0017.0512.0042.2139.3339000000000000.01800133		16.000.000,00
Total Elemento		16.000.000,00
Total Ação		16.000.000,00
SOMA:		16.000.000,00
Total Subfunção		72.630.000,00
Total Órgão		72.880.000,00
TOTAL GERAL		72.880.000,00

Art. 12. A suplementação que se refere o artigo 11 desta Lei correrá por conta das anulações das dotações orçamentárias do orçamento fiscal da Autarquia Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça, como segue:

#### ANULAÇÃO:

Órgão: 26 - SERV AUT. MUNIC DE AGUA E ESG DE PALHOÇA-SAMAE		
Subfunção: 0122 - Administracao Geral		
Ação: 1139 - Aquisição de Terreno , Ampliação e Reforma da Sede Aguas de Palhoça		
Elemento: 3449000000000000 - Aplicacoes diretas		
26.001.0004.0122.0042.1139.3449000000000000.01800133		250.000,00
Total Elemento		250.000,00
Total Ação		250.000,00
Total Subfunção		250.000,00
Subfunção: 0512 - Saneamento Básico Urbano		
Ação: 1028 - Implant. Abast. Aguas Munic. Palhoça - Pinheira		
Elemento: 3449000000000000 - Aplicacoes diretas		

26.001.0017.0512.0042.1028.3449000000000000.01340108	7.000.000,00
26.001.0017.0512.0042.1028.3449000000000000.01800133	4.000.000,00
Total Elemento	11.000.000,00
Total Ação	11.000.000,00
Ação: 1153 - Proj. Exec. Sistema Esgototamento Sanitário - Pac2	
Elemento: 3339000000000000 - Aplicações diretas	
26.001.0017.0512.0042.1153.3339000000000000.01340108	500.000,00
Total Elemento	500.000,00
Elemento: 3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
26.001.0017.0512.0042.1153.3449000000000000.01340108	500.000,00
26.001.0017.0512.0042.1153.3449000000000000.01800133	1.200.000,00
Total Elemento	1.700.000,00
Total Ação	2.200.000,00
Ação: 1154 - Proj. Exec. Sistema Macrodrenagem de Palhoça - Pac2	
Elemento: 3339000000000000 - Aplicações diretas	
26.001.0017.0512.0042.1154.3339000000000000.01340108	1.000.000,00
26.001.0017.0512.0042.1154.3339000000000000.01800133	1.500.000,00
Total Elemento	2.500.000,00
Total Ação	2.500.000,00
Ação: 2135 - Funcionamento e Manutenção das Aguas de Palhoça	
Elemento: 3319000000000000 - Aplicações diretas	
26.001.0017.0512.0042.2135.3319000000000000.01800133	2.100.000,00
Total Elemento	2.100.000,00
Elemento: 3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de ope rações entre órgãos	
26.001.0017.0512.0042.2135.3319100000000000.01800133	140.000,00
Total Elemento	140.000,00
Elemento: 3339000000000000 - Aplicações diretas	
26.001.0017.0512.0042.2135.3339000000000000.01800133	27.000.000,00
Total Elemento	27.000.000,00
Elemento: 3339300000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	
26.001.0017.0512.0042.2135.3339300000000000.01800133	300.000,00
Total Elemento	300.000,00
Elemento: 3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
26.001.0017.0512.0042.2135.3449000000000000.01800133	5.000.000,00
Total Elemento	5.000.000,00
Total Ação	34.540.000,00
Ação: 2136 - Saneamento Basico P/ Todos	
Elemento: 3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
26.001.0017.0512.0042.2136.3449000000000000.01060107	100.000,00
26.001.0017.0512.0042.2136.3449000000000000.01340108	1.000.000,00
26.001.0017.0512.0042.2136.3449000000000000.01800133	5.290.000,00
Total Elemento	6.390.000,00
Total Ação	6.390.000,00
SOMA:	56.880.000,00
Ação: 2139 - Serv. Coleta e Tratamento Resid. Solid Hosp	
Elemento: 3339000000000000 - Aplicações diretas	
26.001.0017.0512.0042.2139.3339000000000000.01000056	16.000.000,00
Total Elemento	16.000.000,00
Total Ação	16.000.000,00
SOMA:	16.000.000,00
Total Subfunção	72.630.000,00
Total Órgão	72.880.000,00
Total Geral	72.880.000,00

Art. 13. A suplementação a que se refere o art. 11 desta Lei passa a integrar a LDO/2016 e o Plano Plurianual, quadriênio de 2013 a 2017, na Entidade Prefeitura Municipal de Palhoça, por conta da anulação do orçamento da Autarquia/Entidade Samae Palhoça.

Art. 14. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar esta Lei Complementar, mediante Decreto, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 15. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 12 de fevereiro de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### **RESUMO DE JULGAMENTO - HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº196/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESUMO DE JULGAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº196/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº196/2015, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação com blocos de concreto intertravado da Rua União, Bairro Bela Vista; pavimentação com blocos de concreto intertravado e sinalização viária da Rua Loteamento Vidal, Bairro Bela Vista; pavimentação com blocos de concreto intertravado da Rua Santa Maria, Bairro Rio Grande; pavimentação com blocos de concreto intertravado e sinalização viária da Rua Maria Luzia da Silva, Bairro Barra do Aritiú e complementação de drenagem, pavimentação com blocos de concreto intertravado e sinalização viária da Rua Santa Bárbara, Bairro Guarda do Cubatão, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

#### **EMPRESAS HABILITADAS:**

VINICIUS GOEDERT ME  
MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME  
EMPREENHEIRA PAVICON LTDA  
ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME  
AÇORES EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA  
EMPREENHEIRA ARRUDA LTDA

Palhoça, 12 de Fevereiro de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

# Papanduva

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2016

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 090/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/01/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 85.323.392/0001-82, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de expediente e escolar, para o exercício de 2016, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela empresa que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 – No caso de impossibilidade na entrega do item adjudicado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- 1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 10.057,40 (dez mil, cinquenta e sete reais e quarenta centavos), relativos aos itens 05, 27, 29, 31, 50 e 52, objeto do pregão presencial 090/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, a partir da sua assinatura;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
- a) Edital de Pregão Presencial nº 090/2015 e seus anexos;
  - b) Proposta da Contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro, Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
- 5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- 5.3 – Obriga-se a cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 090/2015 e seus anexos;
- 5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão

e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da entrega do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material o serviço no prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o contratado a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) material(is) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de janeiro de 2016.

_____	– Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____	– Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____	– Eliton Luis de Souza Prestes - Equipe de Apoio
_____	– Sônia Terezinha Mendes Novack - Equipe de Apoio
_____	– Enio Bozzano – Pela Contratada

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

# Penha

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO 12/2016-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 12/2016-PMP  
AO CONTRATO Nº 27/2014-PMP.

Objeto: Gerenciamento, divulgação e publicação dos atos oficiais de efeito externo e acesso a pesquisa a banco de dados, via internet.

Licitação: Processo Licitatório nº 19/2014 Dispensa de Licitação nº 04/2014 - PMP

Pelo presente instrumento contratual, de um lado a Prefeitura Municipal de PENHA, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-10, neste ato representada por seu Prefeito Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 220, nº 200, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem de comum acordo, ADITAR contrato original de nº 27/2014, cujo objeto consiste na CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DA CONTRATADA à CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Quarta do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência por período de, 10 (dez) meses, de 12/02/2016 até 12/12/2016, nos termos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com base no exposto na Cláusula Quinta do presente instrumento, considera-se como valor para a execução deste Termo a quantia de R\$: 11.731,40 (onze mil, setecentos e trinta e um reais e quarenta centavos), que corresponde a 5 (cinco) parcelas bimestrais de R\$:2.346,28 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos). Tais valores foram reajustados conforme índice previsto na Cláusula Quinta do Contrato Original.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As despesas são decorrentes das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – Secretaria de Administração

Unidade: 05.01 – Departamento Administrativo

Funcional: 04.122.0004 – Administração Geral

Projeto/atividade: 2.007 – Funcionamento e manutenção do departamento administrativo.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000– Aplicações diretas

Código reduzido: 000019

#### CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, iguais e rubricadas, para

todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Penha (SC), 12 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### 2º TERMO ADITIVO Nº 12/2016- PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 12/2016-PMP  
AO CONTRATO Nº 27/2014-PMP.

Objeto: Gerenciamento, divulgação e publicação dos atos oficiais de efeito externo e acesso a pesquisa a banco de dados, via internet.

Licitação: Processo Licitatório nº 19/2014 Dispensa de Licitação nº 04/2014 - PMP

Pelo presente instrumento contratual, de um lado a Prefeitura Municipal de PENHA, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-10, neste ato representada por seu Prefeito Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 220, nº 200, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem de comum acordo, ADITAR contrato original de nº 27/2014, cujo objeto consiste na CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DA CONTRATADA à CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Quarta do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência por período de, 10 (dez) meses, de 12/02/2016 até 31/12/2016, nos termos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com base no exposto na Cláusula Quinta do presente instrumento, considera-se como valor para a execução deste Termo a quantia de R\$: 11.731,40 (onze mil, setecentos e trinta e um reais e quarenta centavos), que corresponde a 04 (quatro) parcelas trimestrais de R\$: 2.932,85 (dois mil, novecentos e trinta e dois e oitenta e cinco reais). Tais valores foram reajustados conforme índice previsto na Cláusula Quinta do Contrato Original.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As despesas são decorrentes das seguintes dotações orçamentárias:



Órgão: 05 – Secretaria de Administração  
Unidade: 05.01 – Departamento Administrativo  
Funcional: 04.122.0004 – Administração Geral  
Projeto/atividade: 2.007 – Funcionamento e manutenção do departamento administrativo.  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações diretas  
Código reduzido: 000019

#### CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Penha (SC), 12 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### CONTRATO Nº 16/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 04/2015  
CONTRATO Nº 16/2016 – RH/FMS

Contratado (A): SILVANA NASCIMENTO DIAS, na função de Auxiliar de Saúde Bucal, início em 15/02/2016 e término em 02/11/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde no Programa da Saúde da Família.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

#### CONTRATO Nº 17/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 04/2015  
CONTRATO Nº 17/2016 – RH/FMS

Contratado (A): LUCIANA CAMILO, na função de Auxiliar de Saúde Bucal, início em 15/02/2016 e término em 02/11/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde no Programa da Saúde da Família.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

## CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 01/2015 - SERVENTE MERENDEIRA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
74º. 21845 ROSANGELA PEREIRA DRAPZINSKI

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

#### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

# CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 01/2015 - SERVENTE MERENDEIRA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
76º. 21128 DONZILA BRANDL LEANDRO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

## ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

## ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

## ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 01/2015 - SERVENTE MERENDEIRA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
75º. 20883 IVONETE CORDEIRO DA CRUZ

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados



necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

#### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

# CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 01/2015 - SERVENTE MERENDEIRA

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
73º. 21685 ZELI FREITAS DE SOUZA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR



**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO 3  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

**ANEXO 4  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015 - FISCAL DE OBRAS****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: FISCAL DE OBRAS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 24847 HARLEY GILSON DE SOUZA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.  
Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

#### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,

residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,

residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

# CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015 - MÉDICO VETERINÁRIO

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
02º. 25018 HENRIQUE LARSEN BRUNOW VENTURA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

### ANEXO 2 DECLARAÇÃO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada Saída  
( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### 5 – MUDANÇA DE CARGO NA MESMA GESTÃO

Entrada Saída  
Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### 6 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 7 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 8 – RELAÇÃO DOS BENS NA SAÍDA

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 9 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 10 – DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súpula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Saída: \_\_\_\_\_ Penha(SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

ANEXO 4

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015 - SERVENTE MERENDEIRA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
67º. 21519 MAÍSA PUFF TIRONI

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta



- o número, a série e a qualificação da mesma;  
 r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;  
 s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;  
 t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;  
 u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.

**DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE**  
 Secretária da Administração

### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
☐ SIM ☐ NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
☐ SIM ☐ NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
☐ SOLTEIRO (A) ☐ CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
 CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
☐ SIM ☐ NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
☐ SIM ☐ NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- ☐ Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
☐ Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

☐ Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

☐ Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

☐ Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

☐ SIM ☐ NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

☐ SIM ☐ NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

☐ SIM ☐ NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

### ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

### ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

☐ NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015 - SERVENTE MERENDEIRA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
68º. 21969 ROSIMERI DA SILVA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável; ( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente. ( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável; ( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente. ( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO 3  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofreu demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

ANEXO 4  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015 - SERVENTE MERENDEIRA**

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
72º. 22227 CRISTIANA PAULA ORTIZ

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

### ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

### ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

# CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015 - SERVENTE MERENDEIRA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
65º. 20370 MARIA HELENA PADILHA DE CASTRO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

## ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

## ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO 3  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

**ANEXO 4  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015 -  
SERVENTE MERENDEIRA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
69º. 22931 FABRICIA FONCECA GODINHO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados



necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

#### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada  
( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

# CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015 - SERVENTE MERENDEIRA

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
71º. 20474 FRANCISCA ERNESTINA COSTA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2016.

### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS





## ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO 3  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

ANEXO 4  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015 -  
SERVENTE MERENDEIRA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
70º. 22284 ALESSANDRA TRAVASSO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

#### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS

#### ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

# CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015 - SERVENTE MERENDEIRA

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
66º. 22370 MALANI VICENZI

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO 3  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

**ANEXO 4  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015 -  
SERVENTE MERENDEIRA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/02/2016, das 12:00 hrs às 17:00 hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
64º. 22386 ROSÂNGELA ROSA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados



necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

#### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada  
( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: \_\_\_\_\_, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**DECRETO Nº 2504/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECRETO Nº 2504/2016

EXONERA: a Sra. JANAINA NEIDE DE SOUZA, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, da Escola Básica Municipal João Antônio Pinto, com carga horária de 40 horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 2335/2015.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2505/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECRETO Nº 2505/2016

EXONERA: a pedido a Sra. MARINA DA SILVA PORTO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DO CRAS II, da Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 2335/2015.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2506/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECRETO Nº 2506/2016

EXONERA: a pedido o Sr. DIOGO DIONIZIO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE ESTOQUE I, do Departamento Administrativo da Educação, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 2319/2015.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2507/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECRETO Nº 2507/2016

EXONERA: a pedido a Sra. LUCIANA CAMILO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE UBS's I, do Departamento de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 1531/2013.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 24/2016

EXONERA: a pedido, a Sra. SAMARA FORMAGGI, do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 110/2014.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 25/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 25/2016

NOMEIA: a Sra. SILVIA DA COSTA, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 26/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 26/2016

NOMEIA: a Sra. LEILA ADRIANA FERREIRA, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 27/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 27/2016

NOMEIA: a Sra. JANETE CORDEIRO ROSA, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 28/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 28/2016

NOMEIA: a Sra. MARINA DA SILVA PORTO, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 29/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 29/2016

NOMEIA: a Sra. JUREMA CONINK FIEDLER, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 30/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 30/2016

NOMEIA: a Sra. CLEUSEMERI CEREGATTI MENDES, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 35/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 35/2016

NOMEIA: a Sra. PATRICIA DOS SANTOS TAVARES, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 31/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 31/2016

NOMEIA: a Sra. ELISANGELA PRESTINI, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 36/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 36/2016

NOMEIA: a Sra. CRISTINA CUGNIER, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 32/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 32/2016

NOMEIA: a Sra. SUZANA SALETE BERNARDI, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 37/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 37/2016

NOMEIA: a Sra. STELLA GOTTARDI, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 33/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 33/2016

NOMEIA: a Sra. ANDREA FRAGA FLORES, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 38/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 38/2016

NOMEIA: a Sra. IRINETE APARECIDA NORI DOS SANTOS, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 34/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 34/2016

NOMEIA: a Sra. NEUZA MARIA DOS REIS, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 39/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 39/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ROSILENE DE ALMEIDA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 40/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 40/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária do Professor NILSON DILO DE SOUZA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 46/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 46/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora JANAINA NEIDE DE SOUZA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 41/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 41/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora REGIANE RODRIGUES TEIXEIRA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 47/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 47/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora JULIANA BORSARI, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 43/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 43/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ELISANE ZILMAR ARAGÃO CUSTÓDIO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 48/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 48/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ISABELA CUSTÓDIO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 44/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 44/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MIRTA SUELI DA SILVA CORRÊA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 49/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 49/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora SUSANA CELISTA POLICARPO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 45/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 45/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora JAQUELINE DO NASCIMENTO DE BORBA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 50/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 50/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ROSIANE CIPRIANO BRUNNER LEITE, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 51/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 51/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora CLAUDIA CORREA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 56/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 56/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora SILVIA MISSELD, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 52/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 52/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora NELYANA KOTWITZ, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 57/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 57/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MÔNICA BASANI PINTO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 53/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 53/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora RITA DE CASSIA NASCIMENTO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 58/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 58/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MAURILIA CASAGRANDE, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 54/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 54/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ROSELI HELENA ADRIANO GONÇALVES, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 59/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 59/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora CLAUDIA ROSANE TRICHES TÚLIO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 55/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 55/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MIRIAN LETICIA DO PILLAR MELLO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 60/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº 60/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora CLADECI MARIA KUZMA BORGES, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 61/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 61/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora JANE MARIA LEITE TEODORO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 66/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 66/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora RAQUEL ENGRACIA DE SOUZA FRANCISCO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 62/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 62/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MARIA APARECIDA DOS SANTOS LACAVA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 67/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 67/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora JULIETA SORES, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 63/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 63/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora DJÉSSICA SIEDSCHLAG, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 68/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 68/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MARILURDES LEITE CUNHA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 64/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 64/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MARIA AMÁLIA ABREU, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 69/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 69/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora FRANCIELI FORTES RIBEIRO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 65/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 65/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora JUCÉLIA APARECIDA AGOSTINHO BENTO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 70/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 70/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ROSALVA MARIA ANHAIA NUSDA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 71/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 71/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MARIA ELIETE DA COSTA CELESTINO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 72/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 72/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora NEIDE MARIA BENTO PEREIRA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº42/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 42/2016

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora GABRIELA CORRADI DE PAULA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/02/2016 a 16/12/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 02 2016 - MATERIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços para eventuais aquisições de gêneros alimentícios, material de copa e cozinha e material de limpeza e higienização para consumo e manutenção da secretaria municipal de administração, finanças e planejamento (paço municipal). Empresa ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 21.593.746/0001-26, valor R\$ 7.137,20. Empresa COMERCIAL FRIDOLINO EGER LTDA, inscrita no CNPJ: 85.266.963/0001-94, valor R\$ 6.584,30. Empresa CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, inscrita no CNPJ: 18.531.205/0001-69, valor R\$ 4.311,05. Empresa JLM DISTRIBUIDORA BR, inscrita no CNPJ: 13.965.228/0001-68, valor R\$ 4.949,00 e Empresa DISTRIBUIDORA DESTAQUE, inscrita no CNPJ: 23.970.820/0001-01, valor R\$ 6.174,55. Data: 12/02/2016. Valor Total: R\$ 29.156,10. Petrolândia, 15 de fevereiro de 2016. Irone Duarte – Prefeito Municipal em Exercício.

### PREGÃO PRESENCIAL 01 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 01/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 25/02/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 15 de fevereiro de 2016. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal em Exercício



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### PORTARIA N. 070, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA N. 070, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Marinêz Beal Partyka APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Marinêz Beal Partyka, para a função temporária de Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### PORTARIA N. 071, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA N. 071, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Fabiana Kopp Benque APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Fabiana Kopp Benque, para a função temporária de Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 03 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 081, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 081, DE 06 DE fevereiro DE 2016.

NOMEIA Ivania Beal Bressan PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR regente para EDUCAÇÃO INFANTIL E ensino FUNDAMENTAL - ÁREA I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ivania Beal Bressan, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 657.072.909-82, para exercer a função em caráter temporário de Professor regente para EDUCAÇÃO INFANTIL E ensino FUNDAMENTAL - ÁREA I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de fevereiro de 2016 e término ao final do ano letivo de 2016.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 007/2016 - CONCERTO ONIBUS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2016 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 26/02/2016, licitação modalidade Pregão Presencial n. 007/2016, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA FINS DE REALIZAR CONCERTO EM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 26/02/2016, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000, ou pelo site [www.pinheiro-preto.sc.gov.br](http://www.pinheiro-preto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE FEVEREIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 068, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA N. 068, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Ivonete Ceron Piccoli APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Ivonete Ceron Piccoli, para a função temporária de Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 069, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA N. 069, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Ivania Beal Bressan APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Ivania Beal Bressan, para a função temporária de Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 072, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA N. 072, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Karina Chiarani Faccin APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE Professor - DISCIPLINA DE ARTES – área III, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Karina Chiarani Faccin, para a função temporária de Professor - DISCIPLINA DE ARTES – área III.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 18 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 073, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA N. 073, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Juliana Pasold Guzzi APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE Professor – Disciplina DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - área Iv, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Juliana Pasold Guzzi, para a função temporária de Professor – Disciplina DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - área Iv.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 074, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA N. 074, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Solange Aparecida Batista Manica APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE Profissional de apoio – área II, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Solange Aparecida Batista Manica, para a função temporária de Profissional de apoio – área II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 075, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA N. 075, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Mariângela Fonseca APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Mariângela Fonseca, para a função temporária de Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.076, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA N.076, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Rosana Misturini Bogoni APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Rosana Misturini Bogoni, para a função temporária de Professor regente para educação infantil e ensino fundamental – área I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.077, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA N.077, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Mariângela Fonseca APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE profissional de apoio I– área II, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Mariângela Fonseca, para a função temporária de profissional de apoio I– área II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.078, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA N.078, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Marcelina Falchetti Peretti APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE profissional de apoio I– área II, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Marcelina Falchetti Peretti, para a função temporária de profissional de apoio I– área II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.079, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA N.079, DE 05 DE fevereiro DE 2016.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Tatiana Aparecida Slongo Brand Guindani APTA PARA exercer a função TEMPORÁRIA DE profissional de apoio I– área II, Processo Seletivo 005/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Tatiana Aparecida Slongo Brand Guindani, para a função temporária de profissional de apoio I– área II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 080, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 080, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA Ivonete Ceron Piccoli PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR regente para EDUCAÇÃO INFANTIL E ensino FUNDAMENTAL - ÁREA I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Ivonete Ceron Piccoli, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 572.250.289-87, para exercer a função em caráter temporário de Professor regente para EDUCAÇÃO INFANTIL E ensino FUNDAMENTAL - ÁREA I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de fevereiro de 2016 e término ao final do ano letivo de 2016.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 082, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 082, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA Marinez Beal Partyka PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR regente para EDUCAÇÃO INFANTIL E ensino FUNDAMENTAL - ÁREA I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Marinez Beal Partyka, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 437.589.409-15, para exercer a função em caráter temporário de Professor regente para EDUCAÇÃO INFANTIL E ensino FUNDAMENTAL - ÁREA I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de fevereiro de 2016 e término ao final do ano letivo de 2016.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 083, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 083, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA Mariangela Fonseca PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR regente para EDUCAÇÃO INFANTIL E ensino FUNDAMENTAL - ÁREA I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Mariangela Fonseca, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 036.809.059-04, para exercer a função em caráter temporário de Professor regente para EDUCAÇÃO INFANTIL E ensino FUNDAMENTAL - ÁREA I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de fevereiro de 2016 e término ao final do ano letivo de 2016.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 084, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 084, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA Rosana Misturini Bogoni PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR regente para EDUCAÇÃO INFANTIL E ensino FUNDAMENTAL - ÁREA I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Rosana Misturini Bogoni, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 868.306.359-34, para exercer a função em caráter temporário de Professor regente para EDUCAÇÃO INFANTIL E ensino FUNDAMENTAL - ÁREA I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de fevereiro de 2016 e término ao final do ano letivo de 2016.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 086, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 086, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA Juliana Pasold Guzzi PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR: Disciplina de língua estrangeira – inglês - ÁREA IV.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Juliana Pasold Guzzi, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 038.278.589-41, para exercer a função em caráter temporário de PROFESSOR: Disciplina de língua estrangeira – inglês - ÁREA IV, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de fevereiro de 2016 e término ao final do ano letivo de 2016.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 08 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 087, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 087, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA Solange Aparecida Batista Manica PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFISSIONAL de apoio-ÁREA II.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Solange Aparecida Batista Manica, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 927.927.669-72, para exercer a função em caráter temporário de PROFISSIONAL de apoio- ÁREA II, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de fevereiro de 2016 e término ao final do ano letivo de 2016.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal



# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### CA010\_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

#### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. FMS-003/2016

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

Edital: FMS/DL-003/2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº PM-009/2016

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

VALOR: 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Objeto: O objeto do presente Contrato de Rateio é assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do ao Município de Planalto Alegre integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

VIGÊNCIA: 12 MESES

PLANALTO ALEGRE, 04 de janeiro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal.

### TC001\_2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
TERMO DE COMPROMISSO Nº 002/2016 Ata de Registro de Preços nº PM-PP/002/2016
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: AUTO POSTO N&F LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE.
Vigência: 12 meses Processo Licitatório: PM-PP/002/2016 Planalto Alegre- SC em 22 de Janeiro de 2016
Plinio Dallacorte
Prefeito

### TC001\_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO
TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre.

Contratada: AUTO POSTO N & F LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E FILTROS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE.

Valor: R\$ 481.952,50 (quatrocentos e oitenta mil novecentos e cinquenta e dois reais com cinquenta centavos).

Vigência: 12 meses

Processo Licitatório: 001/2016

Planalto Alegre- SC em 22 de Janeiro de 2016

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

### TC002\_2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO
TERMO DE COMPROMISSO Nº 002/2016 Ata de Registro de Preços nº PM-PP/002/2016
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: COMECIAL INCERTI LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE.
Vigência: 12 meses Processo Licitatório: PP-PM/002/2016
Planalto Alegre- SC em 22 de Janeiro de 2016
Plinio Dallacorte
Prefeito

### TC003\_2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO
TERMO DE COMPROMISSO Nº 003/2016 Ata de Registro de Preços nº PM-PP/003/2016
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: CLAUDIR RIBEIRO DOS SANTOS - MEI Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA.
Vigência: 12 meses Processo Licitatório: PP-PM/003/2016
Planalto Alegre- SC em 12 de Fevereiro de 2016
Plinio Dallacorte
Prefeito



**TC004\_2016**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO
TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2016 Ata de Registro de Preços nº PM-PP/003/2016
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: VOLMIR RIBEIRO DE MELLO - MEI Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA.
Vigência: 12 meses Processo Licitatório: PP-PM/003/2016
Planalto Alegre- SC em 12 de Fevereiro de 2016
Plinio Dallacorte
Prefeito

# Pomerode

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 006 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 006 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 007 / 2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA NAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 26/02/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 26/02/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 12 de Fevereiro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 16/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 16/2016

CONVÊNIO nº 16/2016. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE. Conveniada: CASA DA SOLIDARIEDADE. Objeto: Recuperar para a sociedade. Valor: R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais). Prazo: 31/12/2016.

Pomerode/SC, 19 de janeiro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO AF 2016

#### MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Nº do Processo	Nº AF	Fornecedor	Valor (R\$)
29/2015	794	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	180,19
29/2015	795	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	830,27
29/2015	797	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	281,34
29/2015	798	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	688,53
29/2015	799	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	373,20
29/2015	800	IRMÃOS DE GREGORI	1,162,10
29/2015	802	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	223,71
29/2015	806	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	259,50
29/2015	807	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	2.445,00
29/2015	808	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	1.587,15
29/2015	809	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	867,40
29/2015	810	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	79,12
29/2015	811	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	170,78
29/2015	812	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	139,86
29/2015	813	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	169,04
29/2015	815	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	151,20
29/2015	816	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	200,42
29/2015	817	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	31,84
29/2015	818	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	240,50
29/2015	819	IRMÃOS DE GREGORI	109,98
29/2015	822	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	280,12
29/2015	823	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	161,61
29/2015	824	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	176,55
29/2015	825	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	287,31
29/2015	826	IRMÃOS DE GREGORI	431,84
29/2015	839	IRMÃOS DE GREGORI	223,42
29/2015	866	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	212,16
29/2015	867	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	77,60
29/2015	868	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	433,51
29/2015	869	IRMÃOS DE GREGORI	374,80
29/2015	870	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	449,10
29/2015	871	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	46,15
29/2015	872	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	388,15
29/2015	873	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	53,25
29/2015	876	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	258,41
29/2015	874	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	256,80
29/2015	876	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	335,90
29/2015	878	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	591,95
29/2015	880	IRMÃOS DE GREGORI	960,24
29/2015	901	IRMÃOS DE GREGORI	1,548,74

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº do Processo	Nº AF	Fornecedor	Valor (R\$)
09/2015	189	CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA ME	81,90
09/2015	190	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES	218,25
09/2015	191	DAMEDI – DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	76,00
09/2015	192	ALTHIS COMÉRCIO DE MEDIC. E MAT. MEDICO HOSPITALARES	1.032,00
09/2015	193	LITORALM COM.DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME	2.490,40
09/2015	202	CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA ME	81,90
09/2015	203	ALTHIS COMÉRCIO DE MEDIC. E MAT. MEDICO HOSPITALARES	716,00
23/2015	186	POSSATTO & MARCELO LTDA ME	1.121,30

Prefeito municipal  
Eduardo Coppini



**EXTRATO CONTRATO 2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO 004/2016

PREGÃO Nº 004/2016

CONTRATO Nº 003/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME

CNPJ: 82.777.236/0001-01

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA COLHEDORA DE FORRAGENS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, DESTINADA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

VALOR: R\$ 18.800,00 (Dezoito mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 04/02/2016 ATÉ 31/12/2016

Ponte Serrada, 12 de fevereiro de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO 003/2016

PREGÃO Nº 003/2016

CONTRATO Nº 002/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: AQUABONA ASSESSORIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA – ME

CNPJ: 14.521.409/0001-68

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DA ÁREA DO ENTORNO E DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES E DO TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS SOB A LAO 1201/2013 – SAN/12484/CRP SITUADO NA LINHA DERRUBADA, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC.

VALOR: R\$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais), ou seja, R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais

VIGÊNCIA: 02/02/2016 ATÉ 31/12/2016

Ponte Serrada, 05 de fevereiro de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 082/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2015

CONTRATO Nº001/2016

PERMITENTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA – SC

PERMISSIONARIA: CELESTINO DOS SANTOS BONETTES

CNPJ: 14.410.007/0001-96

OBJETO: LOCAÇÃO DA SALA COMERCIAL 02 DO TERMINAL RODoviARIO MUNICIPAL PREFEITO INEZ COLETTI, LOCALIZADO NA RUA FREI CAETANO 148, CENTRO PONTE SERRADA-SC, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS DO ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 130,00 (cento e trinta reais) por mês

VIGÊNCIA: 60 MESES – A PARTIR DE 22/01/2016

Ponte Serrada (SC), 22 de janeiro de 2016.

PERMITENTE

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

# Porto Belo

## PREFEITURA

### **PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 003/2016 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 003/2016 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de materiais esportivos, para atender as necessidades da Fundação Municipal de Esportes pelo período de 12 meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 13:30 horas do dia 25/02/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 13:31 horas do dia 25/02/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 11 de fevereiro de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

### **PREGÃO – 003/2016 FUMTUR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – 003/2016 FUMTUR

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento e montagem de toldos para o Pier Municipal, atendendo as necessidades da Fundação Municipal de Turismo Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 24/02/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 24/02/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 11 de fevereiro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 069, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 069, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

AMPLIA O NÚMERO DE VAGA DO CARGO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Fica ampliado o número de vagas do cargo de Monitor, constante do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 037/2011, conforme abaixo especificado:

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Administrativo/Operacional

CATEGORIA FUNCIONAL: Monitor(a) de Centro de Educação Infantil

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 60

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de fevereiro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 865/2016

DECRETO Nº 865, de 11 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a equiparação da tarifa do transporte coletivo urbano e rural no Município de Porto União – SC, ao estabelecido no Município de União da Vitória – PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, e § 1º, Inciso III, do artigo 174, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto nº 157, de 29 de junho de 2009, que prorroga emergencialmente o Termo de Permissão para operação do serviço público de Transporte Coletivo, com a empresa TRANSPORTES COLETIVOS NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA.;

CONSIDERANDO o Decreto nº 591, de 17 de agosto de 2007, que dispõe que a permissionária prestadora de serviços de Transporte Coletivo será remunerada por tarifa, no mesmo valor da praticada em União da Vitória – PR, sendo definida por Decreto;

CONSIDERANDO o reajustamento tarifário definido pelo Decreto Municipal nº 51/2016, de 04 de fevereiro de 2016, do Município de União da Vitória – PR, poder concedente da empresa que presta o serviço em caráter emergencial e precário no Município de Porto União – SC, ademais, o histórico de isonomia tarifária nestes dois entes federativos conurbados;

CONSIDERANDO que a prestação dos serviços de transporte público no Município de Porto União – SC e de União da Vitória – PR, caracteriza prestação de serviço conurbado, justificando assim a isonomia tarifária,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica equiparada a tarifa do transporte coletivo urbano e rural no Município de Porto União – SC, ao estabelecido em União da Vitória – PR, através do Decreto Municipal nº 51/2016, de 04 de fevereiro de 2016, em R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) o valor da TARIFA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO, e de R\$ 6,70 (seis reais e setenta centavos) a TARIFA DE TRANSPORTE COLETIVO RURAL (interior), com vigência a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 534, de 09 de setembro de 2014, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 15 de fevereiro de 2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de fevereiro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade



# Rio das Antas

## PREFEITURA

### **AVISO DE DL 0002/2016 - PMRA**

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2016-PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso XII da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0002/2016 - PMRA, tendo como Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, entrega parcelada "CONFORME CRONOGRAMA". Sendo Contratado: COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ, inscrito no CNPJ Nº 08.971.433/0001-04. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R\$ 4.092,54 (Quatro mil e noventa e dois reais e cinquenta e quatro centavos). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 12 de Fevereiro de 2016./Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

### **AVISO DE DL 0003/2016 - PMRA**

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2016-PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso XII da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0003/2016 - PMRA, tendo como Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, entrega parcelada "CONFORME CRONOGRAMA". Sendo Contratado: Sendo Contratado: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON REGIS – COOPERLAF, CNPJ Nº 11.419.727/0001-24. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R\$ 2.116,00 (Dois mil e cento e dezesseis reais). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 12 de Fevereiro de 2016./Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

### **AVISO DE DL Nº 0004/2016 - PMRA**

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC – Sec.Munic.de educação, Cultura e Esportes  
RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2016 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0006/2016 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço nº 0004/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios; destinados à manutenção da merenda escolar municipal. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 25/02/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 horas ou pelo email [licita@riodasantas.sc.gov.br](mailto:licita@riodasantas.sc.gov.br), sem custo. Mediante pré cadastro. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 12 de Fevereiro de 2016 /Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5129, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5129, de 04 de fevereiro de 2016.

"ALTERA O DECRETO Nº 5121, DE 29 DE JANEIRO DE 2016, QUE DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA AUXILIAR A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA RECEPÇÃO DOS MUNICÍPIOS E CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS PARA SAQUE DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, devido ao Decreto nº 4958, de 23 de outubro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º- Substitui servidor público municipal, para atuar na recepção dos municípios e conferência dos documentos para saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos dias: 04 e 05 de fevereiro de 2016, no período compreendido entre às 08h30min e às 15h00min, sendo concedido ao servidor 01 (uma) hora de intervalo ininterrupto.

Parágrafo único - Substitui o representante da Secretaria Municipal de Agricultura, servidor Edson Luiz Fronza, ficando designado o servidor Darcy Vicari também da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º- As atividades serão desenvolvidas no salão paroquial da Igreja do Divino Espírito Santo, sendo na Rua José Bonifácio, no Bairro Canoas.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

#### GABINETE DO PREFEITO

04 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 5130, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5130, de 04 de fevereiro de 2016.

"DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA AUXILIAR A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA RECEPÇÃO DO MUNICÍPIOS E CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS PARA SAQUE DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, devido ao Decreto nº 4958, de 23 de outubro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º- Ficam designados os servidores públicos municipais, para atuarem na recepção dos municípios e conferência dos documentos para saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no dia: 11 de fevereiro de 2016, no período compreendido entre às 08h30min e às 15h00min, sendo concedido ao servidor 01 (uma) hora de intervalo ininterrupto:

#### I - Administração Indireta:

a) representante da Fundação Municipal de Desportos:

- Roberto Ferreira Júnior

#### II - Administração Direta

a) representantes do Gabinete do Prefeito:

- Amilton Padilha;
- Gabriela Fronza Zluhan.
- Luis Carlos Nienkotter;
- Natanael Anderson de Souza;
- Teodoro Luis da Silva.

b) representante da Secretaria Municipal de Administração:

- Vanessa Maria Bastos.

c) representante da Secretaria Municipal da Fazenda:

- Débora Roiwas.

d) representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- Afonso Carlo Neves;
- Carla Andrea da Silva;
- Nilso Crespi.

e) representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- Denise Mafra;
- WillianGuilherme Santos Noll;
- Ariane da Silva Weber.

f) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação:

- Marcia da Silva.

g) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo:

- Marcus Bauermann Costa;
- Maitara Gabriela da Luz Broering.

h) representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:

- Darcy Vicari;
- Joanna Pellizzetti;
- Wilson de Lima Souza.

Art. 2º- As atividades serão desenvolvidas no salão paroquial da Igreja do Divino Espírito Santo, sendo na Rua José Bonifácio, no Bairro Canoas.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

#### GABINETE DO PREFEITO

04 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 5138, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5138, de 11 de fevereiro de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e ainda, de acordo a Lei n. 3796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, e ainda, de acordo com relatório encaminhado pela Empresa Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas Ltda.,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 004/2015, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital.

Art. 2º - Os Anexos I e II são parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

11 de fevereiro de 2016.

**GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO**

Prefeito do Município de Rio do Sul.

**ANEXO I**

Posição	Nº INSC	Data Nascimento	Candidato	RG	LP	CG	MAT	ESP	PE
1	261531	30/11/1984	Daiane Mariano Rode	4725692	0,75	1,75	1,00	4,25	7,75
2	261907	01/05/1982	Joice Da Silva Prim	3833438	0,75	1,75	1,00	4,00	7,50
3	273255	13/11/1988	Darciele Buscoscky Perkovski	1093578043	1,00	1,25	1,25	3,50	7,00
4	274099	17/09/1985	Mariana Caetano Macedo	4117002	1,75	1,25	1,00	3,00	7,00
5	260126	07/06/1988	Carla Fuck Wollinger	5142437	0,25	1,25	1,25	4,00	6,75
6	260254	22/05/1997	Janaina Duarte	5750370	0,75	1,50	0,75	3,75	6,75
7	270812	04/03/1997	Leticia Marzall Lippel	6133403	1,25	1,00	1,00	3,50	6,75
8	261832	16/01/1969	Lionete Aparecida Prates Dias	7478203	1,00	1,25	1,00	3,50	6,75
9	259865	04/11/1996	Daiane Mauricio	6133826	1,00	1,25	1,25	3,25	6,75
10	261262	19/06/1986	Cristiane Kirchein Sosa	7024246	0,75	1,75	1,25	3,00	6,75
11	261111	26/10/1968	Ivonete Do Prado	6784981	0,50	1,00	1,00	4,00	6,50
12	275112	12/05/1989	Carina Lichtenfels	5155684	1,25	1,00	0,50	3,75	6,50
13	272773	18/12/1998	Vinicius Lange	6670680	0,50	1,75	1,25	3,00	6,50
14	267151	01/02/1986	Andre Luis De Lana Foureaux	12971869	1,50	1,25	1,00	2,75	6,50
15	261699	21/06/1978	Daniela Ferreira Marques Ribas	1061560601	1,00	1,75	1,25	2,50	6,50
16	265870	03/01/1989	Dulce Kusters	4024278	1,00	1,00	0,50	3,75	6,25
17	264749	18/09/1988	Ane Caroline Steinbach	53549201	1,00	1,25	0,50	3,50	6,25
18	274801	01/04/1997	Elisabeth Carolina Coninck	5815570	0,50	1,50	0,75	3,50	6,25
19	261759	17/09/1977	Cristilane Tuon	3453599	0,75	1,50	0,75	3,25	6,25
20	271117	03/07/1972	Katia Regina Jeremias Krambeck	543765556	0,50	1,50	1,00	3,25	6,25
21	265862	13/04/1989	Julia Graciela Neuhaus Emke	4403636	0,50	1,50	1,00	3,25	6,25
22	260530	18/02/1998	Gabrielle Pereira	6774531	1,00	1,50	0,75	3,00	6,25
23	259999	21/06/1978	Rosane Bruggmann	3458942	0,75	1,50	1,00	3,00	6,25
24	265406	15/08/1994	Vinicius Andre Guckert Marquez	5379917	0,75	1,50	1,00	3,00	6,25
25	273114	31/08/1992	Daiane Eger	5456580	0,50	1,00	0,50	4,00	6,00
26	263146	12/11/1993	Rafaela Hammes Depine	5412138	0,75	1,50	0,50	3,25	6,00
27	270520	13/09/1996	Elena Valim Filagrana	5797117	0,75	1,50	0,50	3,25	6,00
28	261733	15/01/1993	Monica Ariane De Paula	48927156	1,00	1,00	1,00	3,00	6,00
29	260822	29/01/1979	Marcia Aparecida Rizzo	3393797	0,75	1,50	0,75	3,00	6,00
30	274543	08/05/1980	Sabrina Amorim Blanck	3731502	0,75	1,50	0,75	3,00	6,00
31	262195	21/01/1978	Miriam Stadnick	3638122	0,75	1,25	1,00	3,00	6,00
32	261367	18/07/1995	Simone Filandiani	6292774	0,75	1,25	1,00	3,00	6,00
33	260637	18/05/1995	Amanda Regina Dos Santos	5888828	0,75	1,75	0,75	2,75	6,00
34	272232	11/04/1982	Rejane Rosa Da Silva	198314	0,50	1,50	1,25	2,75	6,00
35	260933	25/09/1981	Marco Aurelio Schlemper	4085852	1,25	1,50	0,75	2,50	6,00
36	268677	21/10/1991	Walter Eduardo Kaufmann	4740180	1,00	1,75	0,75	2,50	6,00
37	267194	05/07/1994	Camila Varela Buttner	6230139	1,00	1,50	1,00	2,50	6,00
38	262436	12/08/1988	Simone Fanton	4056946	1,00	1,25	1,25	2,50	6,00
39	275045	06/10/1996	Daniela Caroline Minatti Dos Santos	54651930	1,50	1,00	1,25	2,25	6,00
40	259890	07/12/1994	Marlla Suellyn Zanis	54658373	0,75	1,75	1,25	2,25	6,00
41	269790	14/10/1978	Evanilde Demetrio	3458873	0,25	1,25	0,50	3,75	5,75
42	274324	20/04/1993	Vanderleia Baldo	5088544	0,75	1,25	1,00	2,75	5,75

43	261881	07/11/1986	Joseane De Assis	5173634	0,75	1,00	1,25	2,75	5,75
44	260906	29/03/1971	Marise Wuerges	2175781	0,50	1,25	1,25	2,75	5,75
45	274868	11/07/1998	Bruna Leticia Lopes	55780504	0,50	1,25	1,25	2,75	5,75
46	259911	09/04/1995	Bianca Da Silva Orso	53792424	1,00	0,50	0,75	3,25	5,50
47	269955	26/07/1984	Luciana Stockchneider Pirhardt	5670545	1,25	1,00	0,25	3,00	5,50
48	263506	11/08/1995	Taina Arseno Barboza	6133066	1,00	1,00	0,50	3,00	5,50
49	267347	16/04/1989	Carla Tatiana Pieritz	4203815	0,75	1,25	0,50	3,00	5,50
50	273342	13/01/1988	Lucimara Dos Santos Koch	7410756	0,50	1,50	0,50	3,00	5,50
51	259888	25/11/1989	Sheena Carla Parma	4724847	0,50	1,25	0,75	3,00	5,50
52	268389	13/05/1986	Bruna Cestonaro Do Nascimento	4745484	0,25	1,50	0,75	3,00	5,50
53	260353	18/05/1994	Thainara Thayse Steinbach De Lima	4271621	0,25	1,00	1,25	3,00	5,50
54	261081	09/07/1991	Stephanie Borba	5379273	1,50	0,75	0,50	2,75	5,50
55	273660	03/07/1983	Graziele Dos Santos	4068537	0,75	1,25	0,75	2,75	5,50
56	272714	10/03/1982	Roberta Teixeira Karsten	4286970	0,75	0,75	1,25	2,75	5,50
57	274213	15/07/1976	Adriana Costa	3905786	0,50	1,50	0,75	2,75	5,50
58	270432	27/02/1968	Cleia Demarchi	1891538	0,50	1,25	1,00	2,75	5,50
59	264333	10/10/1979	Cristiano Stringari	3718337	0,50	1,50	1,00	2,50	5,50
60	261223	27/06/1993	Julia Candido	50882740	0,75	1,25	0,00	3,25	5,25
61	264460	17/11/1990	Aline Kuchler	6033735	0,50	1,50	0,00	3,25	5,25
62	268071	02/11/1983	Juliana Aparecida Faust	44037562	0,25	1,00	0,75	3,25	5,25
63	275008	09/11/1990	Janaina Ferreira	4268250	1,00	0,75	0,50	3,00	5,25
64	273806	08/04/1996	Saunara Vambommel	5888334	0,50	1,00	0,75	3,00	5,25
65	274758	03/11/1976	Glauce Regina Gerber	3499458	0,00	1,50	0,75	3,00	5,25
66	262566	03/12/1977	Rosilene Aparecida Petris Machado	33527806	0,50	1,25	0,75	2,75	5,25
67	273323	04/11/1983	Josiane Mondini Boss	4475740	0,25	1,25	1,00	2,75	5,25
68	263362	11/11/1997	Stefanie De Novais	6072596	0,25	1,25	1,00	2,75	5,25
69	274443	30/08/1995	Lucas Gabriel	6189839	0,75	1,75	0,25	2,50	5,25
70	261739	23/06/1994	Sabrina Loffagen Tobias	5860665	0,75	1,25	0,75	2,50	5,25
71	275100	11/06/1965	Maria Melania Cunha Stock	1229392	0,50	1,50	0,75	2,50	5,25
72	263860	03/12/1987	Therezia Goetten De Souza	5613045	0,50	1,50	0,75	2,50	5,25
73	260277	12/07/1996	Maria Julia Deucher	7065267	0,50	1,50	0,75	2,50	5,25
74	259987	22/07/1995	Ramon Jose Ferreira De Souza	5087174	0,25	1,50	1,00	2,50	5,25
75	262570	14/03/1998	Hellen Da Silva Fraron	6940565	1,25	1,00	0,75	2,25	5,25
76	267343	13/07/1988	Camila Santana Do Amaral	4859897	0,75	1,00	1,25	2,25	5,25
77	273675	03/02/1994	Milena Aline Stock	4740038	0,50	1,75	0,75	2,25	5,25
78	263074	09/11/1981	Juliana Aparecida Grah Da Rocha	41182499	0,50	1,25	1,25	2,25	5,25
79	274374	23/02/1986	Vanessa De Souza	44035126	0,50	1,75	1,00	2,00	5,25
80	261480	25/10/1963	Salvia Aparecida Schneider	10386505	1,00	1,75	0,75	1,75	5,25
81	261517	11/03/1984	Janaina Sens Eichholz	4317943	0,75	0,50	0,50	3,25	5,00
82	274427	09/10/1981	Luciara Julia Avi	4085872	0,25	1,00	0,50	3,25	5,00
83	260419	22/12/1994	Carolina Schroder Da Silva	5815132	0,50	1,00	0,50	3,00	5,00
84	260144	05/05/1987	Adriana Aparecida Soares	44311389	0,25	1,75	0,00	3,00	5,00
85	262535	20/11/1996	Ana Caroline Wernke	4690807	1,00	1,00	0,25	2,75	5,00
86	274163	05/12/1983	Tatiane Maciel Dos Santos	46915885	0,75	1,00	0,50	2,75	5,00
87	261066	16/01/1988	Fernanda Stephanie Scheffer	4150592	0,50	1,50	0,25	2,75	5,00
88	260356	05/10/1994	Ariane Cristina De Oliveira	5614473	0,50	1,00	0,75	2,75	5,00
89	272146	30/12/1994	Jennifer De Novais	5888078	0,25	1,25	0,75	2,75	5,00
90	275067	06/11/1991	Jaqueline Moreira Da Veiga	5663405	0,25	1,00	1,00	2,75	5,00
91	260171	09/01/1998	Daniele Luisa Schneider	5088246	1,25	0,75	0,50	2,50	5,00
92	270110	12/10/1998	Ana Karoline Rudolf	6814669	1,00	1,00	0,50	2,50	5,00
93	273767	08/09/1986	Karina Brito	43473024	0,75	1,50	0,25	2,50	5,00
94	273830	21/05/1990	Juliana Januario Alves Heinz	5633397	0,75	1,25	0,50	2,50	5,00
95	268968	29/03/1994	Ane Caroline Fronza	4740065	0,75	1,25	0,50	2,50	5,00
96	260048	05/12/1974	Jonatas Marcson Wecolovis	2628995	0,50	1,50	0,50	2,50	5,00
97	274098	07/08/1977	Liliane Seraphim	3458678	0,25	1,50	0,75	2,50	5,00
98	273961	03/04/1995	Larissa Lozeyko	5193396	1,25	1,00	0,50	2,25	5,00
99	274386	23/05/1987	Deize Araujo Gross	6072034	0,75	1,00	1,00	2,25	5,00
100	274026	29/08/1987	Cristiano Da Silva Garcia	4210541	0,75	1,00	1,00	2,25	5,00
101	260238	03/08/1993	Priscila Gisele Fernandes	5654380	0,50	1,75	0,50	2,25	5,00

102	273230	22/07/1991	Diego Dela Justina	6005230	0,75	1,75	0,75	1,75	5,00
	274340	08/10/1985	Franciane Lopes Do Amaral	5376565	0,75	0,25	0,75	3,00	4,75
	263601	19/12/1989	Samara Dalagnelo	4706407	0,50	0,75	0,50	3,00	4,75
	260734	08/01/1996	Estela Isabel Franca Pereira	6072255	0,50	0,50	0,75	3,00	4,75
	271842	12/01/1985	Daiana Ramos Da Silva	4085017	1,00	0,75	0,25	2,75	4,75
	273319	08/10/1994	Saionara Comper Brandalize	5548918	0,75	1,00	0,25	2,75	4,75
	268532	02/04/1985	Daniela Bianchet	4068364	0,50	1,00	0,50	2,75	4,75
	273744	17/07/1992	Mericleia Munarin Petry	5379660	0,50	1,00	0,50	2,75	4,75
	272670	30/06/1983	Lucelia Baggio	4085300	0,50	0,75	0,75	2,75	4,75
	272411	16/12/1991	Fernanda Da Rocha	5578605	0,75	1,00	0,50	2,50	4,75
	263881	23/04/1992	Cristina Navarro Lins	4740591	0,50	1,25	0,50	2,50	4,75
	272633	21/03/1978	Elizete Martendal Dolsan	3395197	0,50	1,00	0,75	2,50	4,75
	261361	18/05/1996	Andressa Giacomozzi	4280775	0,50	1,00	0,75	2,50	4,75
	261420	11/03/1996	Alice Regina Lehmann	5815894	0,50	0,75	1,00	2,50	4,75
	264746	02/04/1997	Victoria Bonfanti Prust	5815141	1,00	1,00	0,50	2,25	4,75
	259964	14/03/1997	Dandhara Caroline Schneider	6307271	1,00	0,75	0,75	2,25	4,75
	263448	29/07/1989	Wagner Silveira	4068194	0,75	1,00	0,75	2,25	4,75
	274744	30/09/1996	Bruna Cristina Back	5379846	0,50	1,00	1,00	2,25	4,75
	259900	12/05/1998	Pamela Aparecida Cardoso	6709126	0,50	1,00	1,00	2,25	4,75
	266311	23/09/1994	Paloma Laurete Kneidl	5654266	0,25	1,25	1,00	2,25	4,75
	260944	08/05/1996	Natasha Da Cruz Dos Santos	6133531	1,00	1,50	0,25	2,00	4,75
	268451	09/11/1989	Roberta Vandresen	53792858	0,75	1,25	0,75	2,00	4,75
	263515	01/10/1982	Iraneide Lima De Matos	4189551	0,50	1,25	1,00	2,00	4,75
	264872	01/09/1997	Maria Luiza Ruck	5442593	1,00	1,00	1,25	1,50	4,75
	267655	02/03/1990	Luan Gustavo Bogo	5181139	0,25	1,00	0,00	3,25	4,50
	260632	22/10/1967	Bernardete Candido Nunes	71679934	0,75	0,50	0,25	3,00	4,50
	274731	16/04/1984	Crisleia Goncalves	4234862	0,75	0,00	0,75	3,00	4,50
	273313	11/05/1987	Greice Kely Kraemer	46053093	0,50	0,75	0,25	3,00	4,50
	268522	23/04/1996	Chaiany Cristina Nogueira	6050931	0,50	0,25	0,75	3,00	4,50
	263072	12/04/1969	Mirian Brodwolf	2251984	0,50	0,75	0,50	2,75	4,50
	262252	09/01/1983	Cristiane Schweppe	4154525	0,25	1,00	0,50	2,75	4,50
	273932	30/06/1992	Sofia Caroline Boeing	5748940	0,25	1,00	0,50	2,75	4,50
	265507	04/02/1990	Roseline Rosa	5087710	0,75	0,75	0,50	2,50	4,50
	272828	16/06/1973	Joraci Silverio Lemos Pollheim	2913001	0,25	1,25	0,50	2,50	4,50
	262646	28/05/1988	Ana Paula Petris Crispim	4431454	0,25	1,25	0,50	2,50	4,50
	271300	10/04/1966	Joao Norberto Da Costa	1842993	0,25	1,00	0,75	2,50	4,50
	260900	01/11/1995	Pamela Regina Degenhardt	4347498	1,00	1,00	0,25	2,25	4,50
	262063	01/04/1985	Taciane Kantovick	4475577	0,75	1,25	0,25	2,25	4,50
	264927	10/12/1990	Camila Do Amaral	4719500	0,75	1,00	0,50	2,25	4,50
	261722	22/09/1994	Ana Paula Cardoso	5261645	0,75	0,75	0,75	2,25	4,50
	260665	16/11/1995	Alice Cristine Becker Redel	5261117	0,25	1,25	0,75	2,25	4,50
	263725	03/03/1997	Leticia Do Amaral	4719499	0,00	1,25	1,00	2,25	4,50
	260486	19/09/1988	Stephanie Klehm Krieger	5088850	1,00	1,00	0,50	2,00	4,50
	259912	28/07/1995	Juliana Roth Wahlbrinck	6005279	1,00	1,00	0,50	2,00	4,50
	264778	11/04/1991	Ana Claudia Hilbert	5815098	0,75	1,25	0,50	2,00	4,50
	263237	06/03/1986	Caroline Kieser	4280426	0,25	1,50	0,75	2,00	4,50
	272418	18/12/1997	Maisa Fernanda Marciano	5088878	1,00	1,25	0,75	1,50	4,50
	262777	27/06/1976	Maria Helena Da Silva	3989375	0,75	1,50	0,75	1,50	4,50
	273069	14/07/1999	Liane Caroline Perroni	6479349	1,25	1,25	1,00	1,00	4,50
	260055	30/04/1989	Alexandra Barbosa	4496003	0,25	0,75	0,25	3,00	4,25
	271089	13/11/1972	Ivonete Horacio Laurindo Raitz	2628167	0,75	0,50	0,50	2,50	4,25
	274277	28/05/1996	Cassia Lizandra Dos Santos Pereira	5888799	0,00	1,50	0,25	2,50	4,25
	261656	13/02/1990	Gisele Pacheco Da Rosa Sandor	44869894	0,00	1,00	0,75	2,50	4,25
	261359	23/09/1981	Rosimeri Batista Dos Santos	4289762	0,00	0,75	1,00	2,50	4,25
	273166	14/02/1996	Joice Cintia Damori	5888796	0,75	1,00	0,25	2,25	4,25
	267716	12/10/1976	Neide Aparecida Agostinho	3579039	0,50	1,25	0,25	2,25	4,25
	274123	23/06/1969	Noeli Rassweiler Bachmann	4311819	0,75	1,00	0,50	2,00	4,25
	260363	27/01/1982	Patricia Demiranda Santa Na De Souza	4118692	0,75	1,00	0,50	2,00	4,25
	266184	03/11/1974	Silvana Mello	3210469	0,50	1,25	0,50	2,00	4,25



	260173	23/03/1985	Graziele Aparecida Sabino	4719807	0,50	1,25	0,50	2,00	4,25
	271957	04/08/1998	Tainara De Souza	6132274	0,50	1,25	0,50	2,00	4,25
	262725	28/09/1981	Sandra Machado De Souza.	4118742	0,50	1,00	0,75	2,00	4,25
	263651	28/07/1988	Claudia Prust Wessner	4528350	1,00	1,00	0,50	1,75	4,25
	260267	25/04/1994	Eloisa Lucia Sabino	6072057	0,75	1,25	0,50	1,75	4,25
	263693	07/03/1998	Poliany Albertina Buss	5797620	0,75	0,75	1,00	1,75	4,25
	273982	21/10/1993	Luana Girardi Rossa	4404152	0,50	1,50	0,50	1,75	4,25
	272113	18/11/1995	Lidiane Muller Basilio	5888250	0,75	0,50	0,00	2,75	4,00
	260509	13/07/1977	Rosana De Fatima Pires Dos Santos	4627961	0,00	1,00	0,25	2,75	4,00
	265166	02/01/1982	Janaina Brignoli	43474667	0,00	1,00	0,25	2,75	4,00
	273434	22/08/1972	Marcia Regina Kunth	2816665	0,75	0,75	0,00	2,50	4,00
	260301	18/06/1996	Luana Caroline Avi	6133151	0,50	0,50	0,50	2,50	4,00
	267806	04/08/1988	Carla Nauila Goedert Schiestl	5009238	0,75	0,50	0,50	2,25	4,00
	268770	03/05/1990	Marina Guckert	4403362	0,75	0,50	0,50	2,25	4,00
	268731	21/02/1983	Marcela Costa Sales	410533555	0,25	1,25	0,25	2,25	4,00
	260568	18/06/1975	Regina Catia Kelim Thiel	3590756	0,25	1,00	0,50	2,25	4,00
	263024	18/10/1964	Ivone Kohls	1678080	1,25	0,25	0,50	2,00	4,00
	259901	07/09/1997	Ana Paula Dos Santos Camargo	6675523	0,50	1,25	0,25	2,00	4,00
	264380	04/11/1995	Iraci Symczacka	6766751	0,50	1,00	0,50	2,00	4,00
	272706	12/11/1995	Larissa Moretti	6711069	0,50	0,50	1,00	2,00	4,00
	260508	16/03/1990	Nayara Rodrigues Alves	5066848	0,25	1,50	0,25	2,00	4,00
	270982	04/10/1986	Adriana Becker	43061265	0,50	1,00	0,75	1,75	4,00
	259867	17/07/1983	Cristina Visentin	44865139	0,00	0,75	0,25	2,75	3,75
	274542	22/08/1993	Tamires Madalena	55291880	0,50	0,50	0,25	2,50	3,75
	265828	12/06/1992	Mariane Hugen	5767804	0,75	0,75	0,00	2,25	3,75
	273710	09/12/1975	Cleusa De Souza Batista	2916136	0,25	1,00	0,25	2,25	3,75
	273079	03/03/1980	Giseli Duarte	1062960586	0,75	0,50	0,50	2,00	3,75
	268213	24/07/1995	Gisele Flores	6307227	0,50	1,00	0,50	1,75	3,75
	273788	11/09/1980	Eliete Cruz	4085789	1,00	0,50	0,75	1,50	3,75
	260826	11/01/1984	Eliane Nunes	4233786	0,25	1,00	1,00	1,50	3,75
	272792	24/12/1972	Geciomar Jose Ferreira De Souza	24932477	0,50	1,25	0,75	1,25	3,75
	273391	27/01/1989	Raquel Schmidt	4691280	0,50	0,50	0,25	2,25	3,50
	260759	22/04/1994	Loredana Priscila Costa	6072946	0,00	0,75	0,50	2,25	3,50
	262695	05/02/1998	Taina Cristina Gabe	4833407	0,75	0,50	0,25	2,00	3,50
	260021	18/07/1985	Jucelia De Souza Bueno	4740985	0,50	0,50	0,50	2,00	3,50
	273803	03/07/1980	Geziane Vitorino Dos Santos	4705944	0,75	1,00	0,00	1,75	3,50
	273855	15/06/1998	Jessica Patricia Alves	6292786	0,75	0,50	0,50	1,75	3,50
	261035	11/04/1995	Ana Carolina Nilsen	4475521	0,25	1,00	0,50	1,75	3,50
	263407	11/02/1995	Fabiola De Espindola	5465564	0,50	0,00	0,50	2,25	3,25
	261275	15/12/1989	Diane Cibeles Dos Santos Do Nascimento	6072036	0,50	0,25	0,50	2,00	3,25
	274810	26/07/1964	Maria Cristina Dos Santos	6794122	0,25	0,50	0,50	2,00	3,25
	275054	26/10/1982	Maria Luciana Cordeiro	4654782	0,25	0,50	0,50	2,00	3,25
	264952	19/05/1989	Elisa Floriano	44752253	0,75	0,50	0,25	1,75	3,25
	263356	26/04/1991	Scheila Mara Bressan	4403515	0,75	0,50	0,50	1,50	3,25
	265536	24/07/1986	Debora Cristina Veneri	52321630	0,50	1,00	0,25	1,50	3,25
	274371	24/03/1983	Andressa Regina Da Silva De Freitas	337898315	0,75	0,75	0,50	1,25	3,25
	274011	04/07/1996	Josiane Parma	5578374	0,75	1,00	0,50	1,00	3,25
	271707	31/01/1978	Sandra Herbst	3930852	0,00	0,75	0,25	2,00	3,00
	261534	12/10/1993	Talita Aparecida Mazzini Conzatti	5815314	0,25	1,00	0,25	1,50	3,00
	274104	30/01/1997	Anna Cristina Schwarz Goulart Salles	5578527	0,50	1,25	0,25	1,00	3,00
	261557	28/10/1995	Queli Cristina Da Silva Oliveira	6135001	0,50	0,25	0,25	1,75	2,75
	274596	12/12/1997	Yara Miranda	6517441	0,25	0,75	0,00	1,75	2,75
	274032	01/06/1998	Fernanda Back Amorim	6005945	0,75	0,50	0,25	1,25	2,75
	262092	26/10/1968	Rosemary Lehmkuhl	2122132					Ausente
	267915	30/06/1970	Luciana Simoes Biachi	308958545					Ausente
	273152	02/09/1975	Clarice Cunha Berto	2626156					Ausente
	260718	19/09/1976	Alexandre Cani	3211772					Ausente
	260806	27/06/1980	Ana Paula Augusto Da Silva	5888663					Ausente
	274773	05/01/1982	Gilvaniokülkamp	44045611					Ausente



	272437	01/03/1984	Talita Harbs	4118836					Ausente
	270848	01/11/1985	Maiko Giovanni Bertoncelo	7585040					Ausente
	273537	04/10/1990	Andiara Vargas	4486009					Ausente
	270568	07/11/1990	Allan Rodrigo Caetano	5354893					Ausente
	263148	22/01/1991	Vanessa Stüpp	5872297					Ausente
	263161	19/05/1991	Midia Paola Batschauer	55298435					Ausente
	275080	27/07/1991	Juliano De Almeida Volpato	5294059					Ausente
	273349	12/05/1992	Taiza Fernanda Weiss	5456891					Ausente
	273945	11/07/1992	Lucia Ediles Lima Da Silva	6230977					Ausente
	273978	29/09/1992	Marcos Antonio Hillesheim Junior	4719357					Ausente
	261032	29/12/1992	Vanessa Cristina Antonio Bertoncelo	4347173					Ausente
	270571	10/08/1993	Sara Arcanjo Dos Santos Caetano	6062121					Ausente
	273765	24/03/1994	Lais Coelho	52794393					Ausente
	271607	16/06/1995	Bruna Sibeles Soares	6613680					Ausente
	265200	18/09/1995	Bruna Marinheiro	5412337					Ausente
	267087	31/03/1997	Dara Luene Da Silva	6423366					Ausente
	260332	15/04/1997	Carla Roberta Zanini	7073678					Ausente
	270529	07/05/1997	Claudia Janaina Hermann	6843728					Ausente
	274025	05/09/1997	Mauro Gunther	5654850					Ausente
	261344	16/10/1997	Jeane Antonia Da Silva Savi	5987606					Ausente
	274072	06/11/1997	Taina Camargo Da Silva	5668431					Ausente
	267673	27/12/1997	Bruna De Oliveira Fernandes	5088369					Ausente
	273672	23/03/1998	Vitor Jose Nagel Junior	5578820					Ausente
	273411	28/07/1998	Michele Batista	5654290					Ausente

\*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

\*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

\*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

\*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;

\*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita

## ANEXO II

### PNE

Posição	Nº INSC	Data Nascimento	Candidato	RG	LP	CG	MAT	ESP	PE
1	261733	15/01/1993	Monica Arianne De Paula	48927156	1,00	1,00	1,00	3,00	6,00

\*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

\*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

\*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

\*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;

\*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita

## Portaria Nº 0757/2015

PORTARIA Nº. 0757/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

### RESOLVE:

Art. 1º Exonera, a partir de 01/09/2015 a servidora DAIANA GABRIELA DE MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo - Pedagogo (40h), da Função de Coordenação de Unidade Educacional de "Grande Porte" da Rede Pública Municipal - Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, nos termos do Art. 10 da Lei Complementar nº 075, de 20 de novembro de 2001 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ADRIANA MARTINS****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ADRIANA MARTINS, nomeado (a) pela Portaria n. 0031/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - AMANDA MENDES PEREIRA****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) AMANDA MENDES PEREIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0031/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CAMILA SCHMOELLER****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CAMILA SCHMOELLER, nomeado (a) pela Portaria n. 0031/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 12/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA, nomeado (a) pela Portaria n. 0018/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 03 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - JULIANA APARECIDA FARIAS****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JULIANA APARECIDA FARIAS, nomeado (a) pela Portaria n. 0031/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA, nomeado (a) pela Portaria n. 0047/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de janeiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ROSELI TERESINHA DA ROCHA****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI, nomeado (a) pela Portaria n. 0031/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - SANDRA BEZERRA AMORIM DE OLIVEIRA****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SANDRA BEZERRA AMORIM DE OLIVEIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0045/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 17/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - SINTIA LUCIANO RUCKERT****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SINTIA LUCIANO RUCKERT, nomeado (a) pela Portaria n. 0031/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 05 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - TEREZINHA MARGARETE ROOS****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) TEREZINHA MARGARETE ROOS, nomeado (a) pela Portaria n. 0031/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 12/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - THAINA LUANA DA ROSA FERREIRA****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) THAINA LUANA DA ROSA FERREIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0015/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 04 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### LIC 06 CV 01 CESTAS BASICAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2016  
CONVITE Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, torna público aos interessados que realizará, no dia 22 de fevereiro de 2016 às 09horas, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Sete de Setembro, nº 730, centro, Licitação na modalidade CONVITE, sob a égide da lei sob nº 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço global, tendo como objeto Aquisição de Cestas Básicas para o Fundo Municipal de Assistência Social de Rio Fortuna até 31/12/2016. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal das 07horas as 13horas ou informações pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna, 12 de fevereiro de 2016.  
LOURIVALDO SCHUELTER  
Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### EXTRATO 08-A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 08-A

CONTRATO Nº 17/2012

PARTES: Município de Romelândia e INDUSTRIA DE MOVEIS FACHIN LTDA ME

ALTERAÇÃO: PRORROGAÇÃO PRAZO CONCESSÃO DE USO INDUSTRIA DE MOVEIS FACHIN LTDA ME.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Município de Romelândia VALDOCI SAUL e pela Contratada: GILBERTO FACHIN  
Romelândia – SC, 20/01/16

### EXTRATO 11

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 867/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº 07/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2016

O Município de Romelândia – SC, comunica a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ROMELÂNDIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

Contratada: Auto Posto 25 Ltda

Prazo: 31/12/2016

Valor R\$: 142.060,00(cento e quarenta dois mil e sessenta reais)

Assinaturas:

Pelo FMS de Romelândia e pela Contratada: VALCIR ZIMMER

Romelândia – SC, 04/01/16

### PORTARIA 7968

PORTARIA Nº 7968/2016

HABILITA À POSSE SERVIDOR NOMEADO EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CERTIFICA para os devidos e correspondentes efeitos que está HABILITADO PARA TOMAR POSSE para o cargo para o que foi nomeado através da Portaria nº7966 /2016, publicada em 11/02/2016, no DOM, por ter preenchido os requisitos estabelecidos em normas municipais para o ingresso no Serviço Público Municipal, com seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2016, o candidato:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: MOTORISTA - 40 HORAS SEMANAIS

NOME: JAIR IVAN RODRIGUES DA FONSECA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 12 de fevereiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dasssoler Pereira

Agente de Recursos Humanos



# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N. 10/2016

DECRETO Nº 010, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.  
NOMEIA COORDENADORA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. – CRAS DE SALTO VELOSO.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito do Município de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº. 805 de 06 de dezembro de 1995, alterada pela Lei nº 903 de 10 de dezembro de 1997, DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada como Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, a servidora Andréia Leite Godoy Vitti.

Art. 2º. A servidora ora nomeada receberá função gratificada, nos termos da Lei Complementar nº. 019/2011.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 12 de fevereiro de 2016.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 131/2016

PORTARIA Nº. 131/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 15 de fevereiro de 2016 a 15 de março de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARISA DOS SANTOS, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 08/01/2015 a 07/01/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 15 de fevereiro de 2016.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 132/2016

PORTARIA Nº. 132/2015  
"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar 0016/2010 de 23/12/2010, alterada pela Lei 031/2014 de 19 de dezembro de 2014.

Resolve:

Artigo 1º. Conceder a Função Gratificada – FG-4, para a servidora ANDRÉIA LEITE GODOY VITTI, para responder pelas funções de Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS conforme Decreto nº 10 de 12 de fevereiro de 2016.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de Fevereiro de 2015.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### **AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO 001/2016**

#### **AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO**

A comissão Permanente de Licitações do Município de Santa Cecília – SC, instituída pelos Decretos ns. 970 e 971/2015, torna público para o conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS N. 011/2016, referente a REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de pedra bica corrida para manutenção das vias públicas e estradas vicinais do município, em face do seguinte motivo: solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, posterior à publicação do edital, para a aquisição de outros materiais da mesma natureza daquele objeto acima referido. Assim, invocando os princípios da primazia do interesse público e economia, uma vez que, poderá ser realizada uma única licitação para a aquisição de bens/produtos da mesma natureza, resolveu a administração pelo cancelamento do referido Pregão Presencial /Registro de Preços. Esta CPL informa que o pregão supracitado será realizado brevemente, a data será publicada respeitada a Lei 8.666/93.

Pelo exposto, toda esta Comissão, decide pelo CANCELAMENTO do referido pregão.

Santa Cecília, 12 de fevereiro de 2016.

DOMINGOS SCARIOT JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE ALTERAÇÃO ABERTURA DE EDITAL Nº 019/2016 PR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Aviso de Alteração abertura de Edital

Publicação de 12/02/2016- Edição 1931- página 575

Licitação nº 019/2016 – PR nº 019/2016

Fica alterado o prazo de entrega dos envelopes-habilitação e proposta e credenciamento de dia 18 de fevereiro de 2016 até às 15h:00min., para dia 24 de fevereiro de 2016 até 13h:45min. Horário de abertura dos envelopes às 14h:00min. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone: (0xx48) 534-1113 e e-mail: [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br), das 13:00h às 17:00h.

Santa Rosa do Sul, 12 de fevereiro de 2016.

Nelson Cardoso de Oliveira.

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 020/2016 PR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 020/2016-PR 020/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de pessoa jurídica para retifica completa de Motor do Micro ônibus Volare V8 placa MFX – 8726, ano 2008, incluindo peças e serviços. Conforme especificações descritas no “Anexo I – Termo de Referência” do presente edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 13h:45min do dia 25 de fevereiro de 2016, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h:00min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113, E-mail [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br)

Santa Rosa do Sul, 12 de fevereiro de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO N. 009/2016 ENCERRA TURNO UNICO

DECRETO Nº 009/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE ATENDIMENTO NO  
MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica revogado Turno Único de expediente na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso à partir de 15 de Fevereiro de 2016 com vigência indeterminada.

Parágrafo Primeiro - O atendimento administrativo, contábil e de documentos – identidade, Serviço Militar e INCRA –, Agricultura, Infraestrutura, Educação, Saúde e Assistência Social terá expediente das 07h30 às 11h30min e das 13h às 17h.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/  
SC, 12 de Fevereiro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO Nº008/2016 NOMEIA COMISSAO

DECRETO Nº 000/2016  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO TESTE SELETIVO Nº 001/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Acompanhamento do Teste Seletivo Nº 001/2016.

Art. 2º - Ficam nomeados os membros integrantes da Comissão de Acompanhamento do Teste Seletivo Nº 001/2016, conforme segue:

I – Juliana Pereira de Oliveira – Presidente;

II – Elisangela Sassi – Secretária;

III – Eliseu Spischker – Membro;

Art. 3º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 10 de Fevereiro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito de Santa Terezinha do Progresso

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 5/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 5/2016 na MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação n. 01/2016 para CREDENCIAR PESSOAS JURÍDICAS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, CONFORME TABELA SUS. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 20/12/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337, pelo fone (0xx49) 36570001 ou através do site <http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/>. Santa Terezinha do Progresso (SC), 12/02/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 01/2016 - CONCIDADE

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 - CONCIDADE, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Convoca a 6ª Conferência Municipal de São Bento do Sul e dá outras providências.

O Conselho Municipal da Cidade de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições; e,

Considerando a Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades, publicado no Diário Oficial da União nº 204 de 26/10/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a 6ª Conferência Municipal da Cidade, que se constitui em Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Estadual e Nacional das Cidades, a realizar-se no dia 02 de junho de 2016, das 8h30min às 18 horas, no Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper, na cidade de São Bento do Sul-SC, sob a coordenação do Conselho da Cidade de São Bento do Sul.

Art. 2º A realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de São Bento do Sul seguirá proposta metodológica aprovada pelo Conselho Nacional das Cidades constantes na Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015 do Conselho das Cidades, publicado no Diário Oficial da União nº 204 de 26/10/2015, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Nacional e Estadual da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 3º A realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade terá como tema: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 5º As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cássio Luiz Zschoerper

Presidente do Conselho da Cidade de São Bento do Sul

### TERMO CESSÃO DE USO Nº 001/2016

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2016

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 75, inscrito no CNPJ nº 86.051.398/0001-00, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o seguinte bem móvel

adquiridos com recursos do Convênio.

I – Veículo marca Mercedes Benz, Modelo CDI SPR TCA AMB, combustível diesel, ano de fabricação/modelo 2015/2016, cor vermelha, chassi nº 8AC906633GE111897, placa QHK-0117, (ASU-417) Auto Socorro de Urgência nº 417, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 199.900,00 (Cento e noventa e nove mil e novecentos reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem destina-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar, no Município de São Bento do Sul, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

##### I - DO CESSIONÁRIO:

- Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

##### II - DO CEDENTE:

- Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina/Convênio.
- Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira para o bem descrito na cláusula primeira no ano de 2016 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo (embarcação) cedido ao Estado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos do Convênio com o Município de São Bento do Sul e consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul, de 05 de Abril de 1990, CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO, no seu Art. 8º - Ao município cabe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pelas Constituições Federal e Estadual, e especialmente: no inciso - VII - firmar acordos, convênios e ajustes com o Estado, a União e outros municípios, para execução de suas Leis, serviços e decisões, desde que não afetem a soberania de seu povo, a intocabilidade dos direitos humanos, a não-ingerência recíproca nos assuntos internos dos municípios conveniados, e a emancipação e o progresso da sociedade

#### CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Bento do Sul - SC,

FERNANDO TURECK Prefeito Municipal	Coronel BM – ONIR MOCELLIN Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

#### TESTEMUNHAS:

PEDRO IVO DIENER Chefe de Gabinete CPF nº 020.084.599-34	CLEUSA PICCOLI VIEIRA Assessora de Gabinete CPF nº 422.708.639-68

### TERMO CESSÃO DE USO Nº 002/2016

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2016

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 75, inscrito no CNPJ nº 86.051.398/0001-00, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu

Comandante-Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o(s) seguinte(s) bem(ns) móvel(eis) adquiridos com recursos do Convênio.

01 veículo Saveiro, marca VOLKSWAGEM, modelo VW/SAVEIRO 1.6 CS, espécie/tipo CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA, combustível GASOLINA, ano de fabricação/modelo 2011, cor vermelha, chassi nº 9BWK05U8BP154874, placa MIG 0601, tipo Auto Atividade Técnica (AAT 42), com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ R\$ 24.791,00 (Vinte e quatro mil, setecentos e noventa e um reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem destina-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar, no Município de São Bento do Sul, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

##### I - DO CESSIONÁRIO:

- a) Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- c) Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

##### II - DO CEDENTE:

- a) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo através do Convênio municipal com o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
- b) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira para o bem descrito na cláusula primeira no ano de 2016 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo (embarcação) cedido ao Estado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos do Convênio 11.291/2011-7 com o Município de São Bento do Sul e consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIACÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se



encontrar, desgastado pelo seu uso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul, de 05 de Abril de 1990, CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO, no seu Art. 8º - Ao município cabe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pelas Constituições Federal e Estadual, e especialmente: no inciso - VII - firmar acordos, convênios e ajustes com o Estado, a União e outros municípios, para execução de suas Leis, serviços e decisões, desde que não afetem a soberania de seu povo, a intocabilidade dos direitos humanos, a não-ingerência recíproca nos assuntos internos dos municípios conveniados, e a emancipação e o progresso da sociedade

#### CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Bento do Sul - SC ,

FERNANDO TURECK Prefeito Municipal	Coronel BM – ONIR MOCELLIN Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

#### TESTEMUNHAS:

PEDRO IVO DIENER Chefe de Gabinete CPF nº 020.084.599-34 CLEUSA PICCOLI VIEIRA Assessora de Gabinete CPF nº 422.708.639-68	CLEUSA PICCOLI VIEIRA Assessora de Gabinete CPF nº 422.708.639-68

# São Domingos

## PREFEITURA

### **PRIMEIRO CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015, PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).**

PRIMEIRO CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015, PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;

Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90;

Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98, atualizada;

Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada;

De conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012;

Pela Lei Complementar nº 0043 de 26/07/12;

Pela Lei Complementar nº 0042 de 04/04/12;

· Considerando solicitação da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Sra. Sílvia Rozani de Brito Baggio;

· Considerando a necessidade de substituir professor, principalmente em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público; por imperativo de convênio; por impedimento legal do titular; em decorrência de abertura de novas vagas por criação ou por dispensa de seu ocupante; ou por licença em virtude de licenciamento médico;

· Considerando a necessidade de substituir servidor em licença legalmente concedida, inclusive nos casos de afastamento por motivos de férias, atestado médico, licenças para tratamento de saúde, prêmio por assiduidade, à gestante ou outra, conforme necessidade do Município ante a sua imprevisibilidade;

· Considerando, a necessidade de suprir temporariamente vaga remanescente e excedente, em face de imperiosa necessidade de continuidade do serviço público, ante a sua imprevisibilidade, inclusive nos casos de substituição de professores designados para direção ou assessoramento de escolas municipais;

· Considerando a necessidade de cumprir imperativo de Programa/Convênio, especialmente no que diz respeito aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (PETI), ou outro programa/convênio, que demande profissionais do magistério para a sua execução neste município de São Domingos (SC), que motiva a contratação de servidores;

· Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;

· Considerando a não existência de classificados aptos para serem chamados a ocupar vaga mediante Concurso Público;

· Considerando eventual vacância de cargo por exoneração de servidor público, seja a pedido, por aposentadoria ou outro motivo que ocorra durante o exercício de 2016;

· Considerando que o ano letivo terá início no dia 22 de fevereiro de 2016;

· Considerando o disposto no Edital nº 001/2015, que estabelece como prazo para publicação de resultado final da classificação no Processo Seletivo Simplificado, a data de 17 de fevereiro de 2016;

· Considerando a necessidade de tempo hábil para contratação dos profissionais classificados no referido processo seletivo, bem como para planejamento e organização das salas de aula para início do ano letivo;

· Considerando o princípio do interesse público;

#### RESOLVE:

1. Realizar chamamento de candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2015, de 26 de dezembro de 2015, Magistério Público do Município de São Domingos (SC), para a admissão de professor em caráter temporário (ACT) para o ano letivo de 2016.

2. Do Chamamento e demais disposições:

I - Chamamento: Conforme ordem de classificação;

II - Dia da Chamada: 18 de fevereiro de 2016 – quinta - feira;

III - Horário da Chamada: 14:00 horas;

IV - Local da Chamada: Na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de São Domingos;

V - Vencimento: Conforme lei municipal;

VI - Vagas: Vinculadas;

3. Área de atuação: Professor de Educação Infantil, Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais, Professor Ensino Fundamental - Artes, Professor de Educação Física.

3.1 Caso o candidato a ser chamado, nos termos da ordem de classificação do decreto de homologação do resultado, alegue impedimento de assumir a vaga a ser preenchida, a Secretaria Municipal da Educação realizará o chamamento do candidato classificado posteriormente até suprir a vaga aberta no presente Edital e comunicará os Setores de Pessoal e de Administração para as providências cabíveis.

4. Fica estabelecida a data de 19 de fevereiro de 2016, sexta-feira até as 17h30m, para a apresentação no Setor de Pessoal do Município de São Domingos, da documentação necessária, conforme descrito abaixo:

- Declaração de bens,

- Atestado de saúde fornecido pelo Médico do Trabalho;

- Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme for o caso,

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, se houver,

- Título de Eleitor,

- Cadastro de Pessoa Física (CPF),

- Numero de Inscrição no PIS/PASEP,

- Cédula de Identidade,

- 01 foto 3x4 recente,

- Número da Conta Bancária, no Banco de sua preferência, com Agência nesta cidade,

- Comprovante de escolaridade e habilitação na área,

- Endereço Oficial e Dados Pessoais,

- Certificado de Quitação Militar, conforme o caso,

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

5. Fica estabelecido que o início das atividades será no dia 22 de fevereiro de 2016, segunda -feira, no horário e local de trabalho conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

6. Os prazos de admissão são os estabelecidos pela Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/12, conforme o caso, e nos artigos 51 a 68 da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98.

São Domingos (SC), 11 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 10/2016**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 10/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 004/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 29 de fevereiro de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 10 de fevereiro de 2016.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

**PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 11/2016**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 11/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 005/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 14:30 horas do dia 29 de fevereiro de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE PRANCHAS DE MADEIRA PARA REFORMA E CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES DO MUNICÍPIO. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 10 de fevereiro de 2016.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

**REMUNERAÇÃO DE CARGOS E SUBSÍDIOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS-SC**

REMUNERAÇÃO DE CARGOS E SUBSÍDIOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS -SC.

(Com fundamentos no artigo 21, § 5º da Lei Orgânica Do Município: Os poderes Legislativos e Executivo publicarão anualmente, até 60 dias após o encerramento do exercício, os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos)

1-Resolução 001/2011, de 29 de Março de 2011 Anexo IV.

Especificação Sigla/Nível de Vencimento R\$ Mensal

Vencimento Mensal VM-01 853,71

Vencimento Mensal VM-02 853,71

Vencimento Mensal VM-03 959,61

Vencimento Mensal VM-04 1.135,15

Vencimento Mensal VM-05 1.235,65

Vencimento Mensal VM-06 1.401,43

Vencimento Mensal VM-07 1.623,96

Vencimento Mensal VM-08 1.919,89

Vencimento Mensal VM-09 2.263,10

Vencimento Mensal VM-10 2.389,90

Vencimento Mensal VM-11 2.599,23

Vencimento Mensal VM-12 3.372,30

Vencimento Mensal VM-13 3.688,14

2-Lei Municipal nº 1.687, de 28/06/12: Fixa os subsídios dos agentes políticos para o mandato que se inicia em 1º de janeiro de 2013.

Presidente da Câmara 2.956,27

Vereador 2.217,19

Secretário Administrativo 4.212,69

São Domingos, 21 de Maio de 2015.

Neudi José Buratti - Presidente da Câmara

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS – RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS:**

(Com fundamentos no artigo 291, da Lei Orgânica Do Município: O Município publicará anualmente, nomes de março a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacionais, em cada um dos seus poderes, indicando cargo ou função e o local de seu exercício, para fins de recenseamento e controle.

Código Nome do Funcionário Seção Cargo

051 Beatriz Hennerich Câmara de Vereadores Secretaria Administrativa

050 Paula Andreia Baldissera Câmara de Vereadores Assessor Legislativo

049 Roselei V. B. Szczepkowski Câmara de Vereadores Agente de Man. E Limpeza

079 Nilva Maria Rovani Demarco Câmara de Vereadores Contadora

081 Marcio Luiz Bigolin Grosbelli Câmara de Vereadores Advogado

084 Elen Magali Aiolfi Câmara de Vereadores Diretora de Departamento

São Domingos, 12 de Fevereiro de 2016

Neudi José Buratti - Presidente da Câmara

# São João do Oeste

## PREFEITURA

**PP 11/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 011/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para impressão de notas de produtor rural e capas para a Secretaria da Agricultura do município São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 25 de fevereiro de 2016, e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 15 de fevereiro de 2.016. SÃO JOÃO DO OESTE – PREFEITO MUNICIPAL.

# São José

## PREFEITURA

### COMUNICADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMUNICADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2015 – Processo nº 499/2015 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. A Prefeitura de São José, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que, FICA SUSPENSO SINE-DIE o processo em epígrafe, conforme solicitação da Secretaria requisitante.

### ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 013/2015 - PROCESSO Nº 465/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 013/2015 - Processo nº 465/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO URBANA, EXECUÇÃO DE CONTENÇÕES, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NAS RUAS: ADELINO JOÃO VENTURA, ROMALINO CUNHA, ADELINO JOAQUIM DOS SANTOS, FRANCISCO PEREIRA DA SILVA NO BAIRRO COLÔNIA SANTANA E AS RUAS: ESPÍRITO SANTO E VARIANTE DA RUA ESPÍRITO SANTO NO BAIRRO SERTÃO DO MARUIM, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 17 de março de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 17 de março de 2016, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CC Nº 014/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRAS Nº 471/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 014/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ARTHUR MARIANO, BAIRRO FORQUILHINHA.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação e manifestações em ATA apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria técnica da Secretaria de Infraestrutura por intermédio de seu Secretário Adjunto Milton Bley Júnior, quanto à Qualificação Técnica conforme despacho (fl. 581 dos autos).

#### EMPRESAS LICITANTES

- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA;
- ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA;
- GMC GERSON MATOS CONSTRUÇÕES EIRELI
- PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA e
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELI EPP.

Não estiveram presentes na sessão os representantes das empresas ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, GMC GERSON MATOS CONSTRUÇÕES EIRELI e TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELI EPP. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes. A empresa VOGELSANGER anexou manifestação à ata da fase de habilitação.

É o relatório.

#### 1. MANIFESTAÇÃO DA EMPRESA BRITAGEM VOGELSANGER LTDA

A representante da empresa vogelsanger manifestou-se em ATA (fl. 120) durante a sessão de abertura dos envelopes de habilitação aduzindo o seguinte:

"A empresa Transpereira Construção e Terraplenagem Ltda apresentou a Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União vencida em 20/12/2015. Deixando de cumprir o item 9.4.1 do Edital da Concorrência nº 014/2015 da Prefeitura Municipal de São José/SC."

No que tange ao apontado em face da empresa TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELI EPP, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) entende que por se tratar de Empresa de Pequeno Porte (conforme certidão simplificada, fl. 575), o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei complementar nº 123/2006) assegura em seu artigo 43, §1º que o licitante ME ou EPP - se for declarado vencedor - faz jus ao prazo de 5 (cinco) dias úteis para reapresentar documentação de regularidade fiscal que tenha sido juntada com restrição. E, conforme o artigo 29, I, da Lei nº 8.666/1993 a Certidão Negativa de Débitos Federais faz parte do tipo "Regularidade Fiscal" Sendo assim, não procede a manifestação da empresa VOGELSANGER.

#### 2. ANÁLISE DAS DEMAIS EMPRESAS

Em relação às demais empresas participantes a Comissão Permanente de Licitações, após colaboração da Secretaria de Infraestrutura nos quesitos de Qualificação Técnica, concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93, suas alterações e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

#### HABILITAR AS EMPRESAS:

- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA;



- ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA;
- GMC GERSON MATOS CONSTRUÇÕES EIRELI
- PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA e
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELI EPP.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 15/02/2016 contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 23/02/2016, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 12 de fevereiro de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL

Rejane Magali dos S. Medeiros	Humberto Alcino da Silva
Membro da CPL	Membro da CPL

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TP Nº 032/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRA Nº 474/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 032/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE NOVO TELHADO NO THEATRO ADOLPHO MELLO, SÃO JOSÉ, SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

#### EMPRESAS LICITANTES

- JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP.
- PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Os representantes das empresas MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP e PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP não estiveram presentes na sessão pública. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e Representante Presente.

É o relatório.

#### 1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das empresas participantes. Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

#### HABILITAR AS EMPRESAS

- JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP.
- PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), contando-se a partir dessa data, prazo para

eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 23/02/2016, às 16h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 12 de fevereiro de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	

Humberto Alcino da Silva	Rejane Magali dos Santos Medeiros	
Membro da CPL	Membro da CPL	

--	--	--

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TP Nº 034/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRA Nº 486/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 034/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO E EXECUÇÃO DE MUROS E RECUPERAÇÃO DE GALERIAS NAS SITUAÇÕES EMERGENCIAIS, EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

#### EMPRESAS LICITANTES

- A & F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ME;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME;
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELI EPP e
- VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

Os representantes das empresas A & F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ME, DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP, KS CONSTRUÇÕES LTDA ME, EMPREITEIRA PAVICON LTDA, TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELI EPP e VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP não estiveram presentes na sessão pública. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representante presente.

É o relatório.

#### 1. ANÁLISE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Tendo em vista que o objeto do presente certame se enquadra na definição de OBRA - conforme art. 6º, I da Lei nº 8.666/1993 - fez-se imprescindível a análise técnica do Setor de Engenharia da Secretaria de Infraestrutura deste Município, na pessoa do Secretário adjunto Eng.º Milton Bley Junior:

"Vimos através deste, informar que, após análise do Processo em epígrafe, Vol. I e II consideram-se qualificadas tecnicamente as



empresas abaixo discriminadas a saber

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - ME;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA - ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA;
- TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - ME.

Desqualificar as Empresas A&F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES - EIRELI - ME e VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, por não apresentarem Acervo Técnico dos itens de maior relevância, especificados no Edital, ou seja, Execução de Muro de concreto armado, execução de enrocamento e execução de terraplanagem." (grifos não presentes no original)

A Comissão Permanente de Licitações informa que a análise transcrita é parte integrante desta análise dos documentos de habilitação.

## 2. MANIFESTAÇÃO DA EMPRESA TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME

O representante da empresa supracitada, Gideon Coelho, manifestou-se em Ata no seguinte sentido:

"As empresas A e F Engenharia e Construções - Eireli - ME e Vecom construções Eireli-ME não apresentaram acervo técnico dos itens de maior relevância conforme solicita o edital, que seriam: Execução de muro de concreto armado, execução de enrocamento e execução de terraplanagem."

Nessa temática, conforme já informado, quem detém expertise para análise técnica neste Município é a Secretaria de Infraestrutura, que emitiu entendimento em documento anexado a esta análise de que as empresas A & F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ME e VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI ME não apresentaram acervo técnico para os itens de maior relevância, estando INABILITADAS em virtude de capacidade técnica insuficiente para execução do objeto.

Dessa forma, a CPL opta por seguir o entendimento dos especialistas e entende por PROCEDENTE a manifestação do representante da empresa TORRE FORTE.

## 3. ANÁLISE DOS DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Ademais, no que refere aos documentos não relativos à capacidade técnica, a CPL, preliminarmente, indica que a empresa TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELI EPP apresentou Certidão Negativa de Débitos Federais com data de validade vencida (fl. 246). No entanto, como se trata de empresa de pequeno porte (conforme certidão simplificada, fl. 286), o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei complementar nº 123/2006) assegura em seu artigo 43, §1º que o licitante ME ou EPP - se for declarado vencedor - faz jus ao prazo de 5 (cinco) dias úteis para reapresentar documentação de regularidade fiscal que tenha sido juntada com restrição. E, conforme o artigo 29, I, da Lei nº 8.666/1993 a Certidão Negativa de Débitos Federais faz parte do tipo "Regularidade Fiscal"

Sendo assim, não cabe inabilitação da empresa citada.

No que tange à documentação das demais empresas, a Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação apresentada.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

**HABILITAR AS EMPRESAS**

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME e
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELI EPP.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 24/02/2016, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 12 de fevereiro de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	

Humberto Alcino da Silva	Rejane Magali dos Santos Medeiros		
Membro da CPL	Membro da CPL		


## DECRETO Nº 5614/2016

DECRETO Nº 5614/2016

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÕES – JARI, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 2º do Decreto N.º 1799 de 27 de dezembro de 2013 que Nomeia a Composição da Junta Administrativa de Recurso de Infrações – JARI passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 2º. – Compõem a Primeira Junta Administrativa de Recurso de Infração – 1ª JARI, no Município de São José, para cumprimento de mandato, tendo como limite de permanência o disposto no art. 4º, §3º, do Decreto nº 30.024/2009, que dispõe sobre o Regimento Interno da JARI:

I – - CARLO OSVALDO AMARAL - Membro Titular;  
- MAURÍCIO HAROLDO DUARTE - Membro Suplente;

II – - CLÁUDIO BOING - Membro Titular;  
- MURILO GERCINO RAMOS - Membro Suplente;

III – - EZIO JOÃO RODRIGUES JUNIOR - Membro Titular;  
- GUIDO OSVALDO BOMPANI JÚNIOR - Membro Suplente;

IV – - ANDRÉ LUIZ CORREA MEIRA - Secretário.

[...]

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N.º 4114/2015.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito
---	---

**DECRETO Nº 5627/2016**

DECRETO Nº 5627/2016

DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 22.815/2007 QUE CRIA A UNIDADE DE EXECUÇÃO MUNICIPAL (UEM), RESPON-SÁVEL PELO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO FISCAL PARA OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (PNAFM), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 2º do Decreto N.º 22.815 de 26 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - .....

I. COORDENADOR – MATSON LUIZ CÉ;

II. SUBCOORDENADOR TÉCNICO – JEAN VIEIRA;

III. SUBCOORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO – SINARA REGINA LANDT SIMIONI.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N.º 5300/2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5628/2016**

DECRETO Nº 5628/2016

ALTERA O DECRETO 4443/2015 QUE CRIA O GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO (GEMAT).

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - O artigo segundo do decreto N.º 4443/2015 que cria o grupo especial de trabalho e modernização da gestão pública do município (GEMAT), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - .....

.....

I - Coordenador Geral: Matson Luiz Cé;

II - Coordenador Técnico: Jean Vieira;

III - Coordenador Financeiro: Sinara Regina Landt Simioni;

IV - Coordenadora Financeira Adjunta: Vera Suely de Andrade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 5301/2015.

Paço Municipal, em São José (SC), 25 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5742/2016**

DECRETO Nº 5742/2016

ALTERA O DECRETO Nº 2625/2014, O QUAL REGULAMENTOU O FUNDO MUNICIPAL ANTI DROGAS - FMAD.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 62 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 14, da Lei nº 4047, de 17 de novembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º. O Parágrafo único do Art. 2º do Decreto nº 2625/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. ....

Parágrafo único: Fica delegada a competência de Ordenador de Despesas do Fundo Municipal Anti Drogas - FMAD ao Secretário Municipal de Assistência Social, ficando autorizado a assinar, em conjunto com um servidor a ser designado por Portaria da Secretaria de Assistência Social, empenhos e ordens de pagamento, assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União. (NR) [...]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5769/2016**

DECRETO Nº 5769/2016

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME EDITAL N.º 002/2013/SMA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, IV da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no item 1.4 do Edital N.º 002/2013/SMA, que dispõe sobre a prorrogação do Contrato,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado, por mais um ano, o contrato do servidor admitido em conformidade com o Edital N.º 002/2013/2013, conforme segue abaixo:

	NOME	CARGO/ FUNÇÃO	LOTAÇÃO
I	NEOMAR NARCISO BORGES CESAR JUNIOR	Psicólogo	Secretaria de Assistência Social

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	SINARA REGINA LANDT SIMIONI Secretária de Administração
---	--

NORMA WARMLING

Secretária de Assistência Social

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015****Gabinete  
da Prefeita****SÃO JOSÉ  
PREFEITURA**

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS E AMPLIAÇÃO DE VAGAS DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIANTE DO REORDENAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1.º** - Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo, diante da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, os seguintes cargos de provimento efetivo:

<b>Classe</b>	<b>Cargo de Provimento Efetivo</b>	<b>Carga Horária Semanal</b>	<b>Número Total de Vagas</b>
<b>4</b>	Instrutor I – Artesanato	40h	04
	Instrutor I – Capoeira	40h	01
	Instrutor I – Dança	40h	02
	Instrutor I – Informática	40h	02
	Instrutor I – Música	40h	02
<b>8</b>	Instrutor II – Cultural	40h	02
	Instrutor II – Meio Ambiente	40h	02
	Instrutor II – Teatro	40h	02
<b>9</b>	Orientador Psicopedagógico	40h	02

**Gabinete  
da Prefeita****SÃO JOSÉ  
PREFEITURA**

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**§ 1º** - As carreiras dos cargos de "Instrutor I", "Instrutor II" e "Orientador Psicopedagógico", criados na forma do *caput* deste artigo, serão alocadas junto às Classes 4, 8 e 9 do Anexo I da Lei Complementar nº. 053/2011, conforme o disposto no Anexo I desta Lei Complementar.

**§ 2º** - As atribuições e requisitos para investidura dos cargos ora criados encontram-se previstos no Anexo II desta Lei Complementar, cujo conteúdo será acrescido ao Anexo VI da Lei Complementar nº. 053/2011.

**Art. 2º** - Fica acrescido, no âmbito do Poder Executivo, diante da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, o seguinte número de vagas atinentes a cargos de provimento efetivo:

<b>Cargo de Provimento Efetivo</b>	<b>Carga Horária Semanal</b>	<b>Número de Vagas Acrescidas</b>
Assistente Social	30h	60
Psicólogo	30h	48
Agente Administrativo	30h	09
Cuidador	40h	17
Monitor	40h	14

**§1º** - As carreiras, atribuições e requisitos dos cargos citados neste artigo são as mesmas previstas nas Lei Complementares nº. 053/2011 e 054/2011.

**§2º** - O número de vagas acrescida previsto neste artigo fica acrescentado à quantidade total de vagas previstas no Anexo I da Lei Complementar nº. 054/2011, no caso do cargo de Psicólogo, e ao Anexo I da Lei Complementar nº. 053/2011, no caso dos demais cargos.

Gabinete  
da Prefeita



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**§3º** - O Anexo II da Lei Complementar nº. 054/2011 passa a denominar-se "Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Cargos da Área da Saúde Pública Municipal".

**Art. 3º** - [VETADO].

**Parágrafo Único** - [SUPRIMIDO].

**Art. 4º** - O provimento dos cargos listados nesta Lei Complementar ocorrerá desde que não ultrapassado no final do quadrimestre o limite prudencial de despesa com pessoal prevista pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº. 101/2000).

**Art. 5º** - Esta Lei Complementar entra e vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.

**ADELIANA DAL PONT**  
Prefeita Municipal



PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR Nº 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**ANEXO I  
ACRÉSCIMO AO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2011 (Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo)**

REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO																			
CLASSE	NOMENCLATURAS / ÁREAS	GOC	QTDE TOTAL	C/H	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	NÍVEIS DE VENCIMENTO													
						A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L		
4	Instructor I	GF	4	40	I	R\$ 1.762,96	R\$ 1.851,11	R\$ 1.943,66	R\$ 2.040,85	R\$ 2.142,89	R\$ 2.250,03	R\$ 2.362,54	R\$ 2.480,66	R\$ 2.604,69	R\$ 2.734,93	R\$ 2.871,68	R\$ 3.015,26		
		Capoeira	GF		1	II	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		Dança	GF		2	III	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Informática	GF		2	IV	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
8	Instructor II	Cultural	GE	2	I	R\$ 2.518,52	R\$ 2.644,45	R\$ 2.776,67	R\$ 2.915,50	R\$ 3.061,28	R\$ 3.214,34	R\$ 3.375,06	R\$ 3.543,81	R\$ 3.721,00	R\$ 3.907,05	R\$ 4.102,40	R\$ 4.307,52		
		Meio Ambiente	GE	2	II	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		Teatro	GE	2	III	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
			IV	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
9	Orientador Psicopedagógico	GE	2	40	I	R\$ 3.508,67	R\$ 3.684,10	R\$ 3.868,31	R\$ 4.061,72	R\$ 4.264,81	R\$ 4.478,05	R\$ 4.701,95	R\$ 4.937,05	R\$ 5.183,90	R\$ 5.443,10	R\$ 5.715,25	R\$ 6.001,02		
		II	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
		III	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		IV	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	

**Legenda:**  
 GOC – Grupos Ocupacionais  
 QTDE TOTAL – Quantidade Total de Vagas  
 C/H – Carga Horária / Jornada Semanal  
 GF – Grupo Funcional  
 GE – Grupo Especialista

**Prefeitura Municipal de São José**  
 Av. Acloni Souza Filho, 403  
 São José SC CEP 88.103-790  
 (48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br





Gabinete  
da Prefeitura



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**ANEXO II**

**ACRÉSCIMO AO ANEXO VI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2011 (Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, da Autarquia São José Previdência, da Fundação Municipal de Cultura e Turismo (FMCT), da Fundação Municipal de Esportes e Lazer (FUNESJ) e da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)**

**Instrutor I – Artesanato**

**Missão:**

Atuar como facilitador de oficina, responsável pela realização de oficinas de convívio junto aos grupos por meio de atividades diversas de artesanato ou artes aplicadas.

**Responsabilidades:**

- ➔ Ensinar e estimular a capacidade expressiva, a percepção e a criatividade no trato com materiais diversos;
- ➔ Ensinar atividades com manuseio de linhas para a prática e conhecimento de confecção de trabalhos de crochê e bordados;
- ➔ Ensinar o conhecimento e domínio de técnicas de corte e costura de roupas e de customização;
- ➔ Ensinar e estimular a capacidade expressiva e a criatividade no trato com a técnica da cerâmica e pinturas em geral;
- ➔ Exercer o papel de liderança, bem como ser um motivador e promover o espírito de grupo;
- ➔ Desenvolver conceitos relacionados à higiene, organização, custos e procedimentos relacionados a artesanato;
- ➔ Interagir com os demais instrutores buscando ações conjuntas;
- ➔ Ensinar os conhecimentos sobre várias técnicas de artesanato para instigar o indivíduo a se expressar artisticamente, despertando o interesse pelo trabalho artesanal;
- ➔ Realizar registros das oficinas e atividades externas;
- ➔ Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do serviço, juntamente com a equipe de trabalho;
- ➔ Ministrando treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- ➔ Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação;

Gabinete  
da Prefeitura



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

- ➔ Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos;
- ➔ Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- ➔ Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- ➔ Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho;
- ➔ Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho;
- ➔ Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município;
- ➔ Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

**Requisitos:**

**Formação Mínima Obrigatória:** Ensino Médio completo e qualificação em Artesanato ou equivalente.

**Conhecimentos desejados\*:** dinâmicas de trabalho em grupo, coordenação de oficinas, atividades de planejamento e trabalho em equipe, informática básica; artesanato em geral, artes aplicadas, pintura em tela e em porcelana; técnicas de crochê e bordados; corte, costura e customização de peças de vestuário; técnicas de fabricação de peças de cerâmica.

\* Além de outros, estabelecidos em outras leis, normas e/ou editais municipais.

Gabinete  
da Prefeita



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**Instrutor I – Capoeira**

**Missão:**

Atuar como facilitador de oficina, responsável pela realização de oficinas de convívio junto aos grupos por meio de atividades relacionadas à capoeira.

**Responsabilidades:**

- ➔ Desenvolvimento, orientação e coordenação de oficinas e atividades de Capoeira com base na expressão corporal e vocal;
- ➔ Promoção de ações que visualizem o conhecimento teórico da história da capoeira;
- ➔ Propiciar a aprendizagem, a prática e a construção de instrumentos percussivos relacionados a capoeira;
- ➔ Desenvolvimento de habilidades grupais para apresentações culturais;
- ➔ Organizar de eventos relacionados a capoeira;
- ➔ Realização de registros das oficinas e atividades externas;
- ➔ Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, juntamente com a equipe de trabalho;
- ➔ Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- ➔ Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação;
- ➔ Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos;
- ➔ Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- ➔ Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- ➔ Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho;
- ➔ Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho;
- ➔ Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município;
- ➔ Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Página 7 de 20

**Prefeitura Municipal de São José**

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

Gabinete  
da Prefeita



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**Requisitos:**

**Formação Mínima Obrigatória:** Ensino Médio completo e qualificação em Capoeira.

**Conhecimentos desejados\*:** dinâmicas de trabalho em grupo, coordenação de oficinas, atividades de planejamento e trabalho em equipe, informática básica, técnicas de capoeira, história da capoeira, prática e construção de instrumentos percussivos utilizados na capoeira, habilidades grupais e apresentações culturais.

\* Além de outros, estabelecidos em outras leis, normas e/ou editais municipais.



**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.****Instrutor I – Dança****Missão:**

Atuar como facilitador de oficina, responsável pela realização de oficinas de convívio junto aos grupos por meio de atividades relacionadas à dança.

**Responsabilidades:**

- Desenvolvimento, orientação e coordenação de oficinas e atividades de Dança;
- Desenvolvimento de ações que possibilitem a improvisação, composição coreográfica e interpretação de repertórios variados;
- Desenvolvimento de habilidades para apresentações de dança;
- Organização de eventos relacionados a dança;
- Realização dos registros das oficinas e atividades externas;
- Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, juntamente com a equipe de trabalho;
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação;
- Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos;
- Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho;
- Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho;
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município;
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

**Requisitos:**

**Formação Mínima Obrigatória:** Ensino Médio completo e qualificação em Dança.

**Conhecimentos desejados\*:** dinâmicas de trabalho em grupo, coordenação de oficinas, atividades de planejamento e trabalho em equipe, informática básica, técnicas de danças

Gabinete  
da Prefeita



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

diversas, improvisação, composição coreográfica, técnicas de interpretação de repertórios variados, história da dança, habilidades grupais e apresentações culturais.

\* Além de outros, estabelecidos em outras leis, normas e/ou editais municipais.





Gabinete  
da Prefeita



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**Instrutor I – Informática**

**Missão:**

Atuar como facilitador de oficina, responsável pela realização de oficinas de convívio com os grupos por meio de atividades relacionadas à área de informática.

**Responsabilidades:**

- Desenvolvimento, organização e coordenação de oficinas de atividades informacionais utilizando o microcomputador e redes sociais;
- Propiciar ações visando o acesso de indivíduos e famílias as noções básicas de informática;
- Promover ações que visem a construção de processos de democratização da informação;
- Organizar de eventos relacionados a informática;
- Realizar registros das oficinas e atividades externas;
- Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, juntamente com a equipe de trabalho;
- Ministrando treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação;
- Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos;
- Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho;
- Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho;
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município;
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

**Requisitos:**

**Formação Mínima Obrigatória:** Ensino Médio completo e curso profissionalizante na área de Informática, com carga horária mínima de 100 (cem) horas.

**Conhecimentos desejados\*:** dinâmicas de trabalho em grupo, coordenação de oficinas, atividades de planejamento e trabalho em equipe, informática: *Windows, Word, Office*, internet, história da informática, softwares e hardwares atuais.

\* Além de outros, estabelecidos em outras leis, normas e/ou editais municipais.

Gabinete  
da Prefeita



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**Instrutor I – Música**

**Missão:**

Atuar como facilitador de oficina, responsável pela realização de oficinas de convívio junto aos grupos por meio de atividades relacionadas a música.

**Responsabilidades:**

- ➔ Desenvolvimento, orientação e coordenação de oficinas e atividades relacionadas a música;
- ➔ Desenvolvimento de ações que possibilitem a improvisação, composição e interpretação de repertórios variados;
- ➔ Desenvolvimento de habilidades para apresentações de música;
- ➔ Organização de eventos relacionados a música;
- ➔ Realização dos registros das oficinas e atividades externas;
- ➔ Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, juntamente com a equipe de trabalho;
- ➔ Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- ➔ Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação;
- ➔ Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos;
- ➔ Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- ➔ Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- ➔ Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho;
- ➔ Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho;
- ➔ Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município;
- ➔ Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

**Requisitos:**

**Formação Mínima Obrigatória:** Ensino Médio completo e qualificação em Música, além de inscrição na Ordem de Músicos do Brasil.

**Conhecimentos desejados\*:** dinâmicas de trabalho em grupo, coordenação de oficinas, atividades de planejamento e trabalho em equipe, informática básica, dimensões culturais e sociais na sociedade, igualdade e diversidade na sociedade, história das manifestações culturais no Brasil, processos educativos, abordagem

Página 12 de 20

**Prefeitura Municipal de São José**

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

Gabinete  
da Prefeita



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

educacional e cultural com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ética e cidadania na sociedade atual.

\* Além de outros, estabelecidos em outras leis, normas e/ou editais municipais.



Gabinete  
da Prefeita



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**Instrutor II – Cultural**

**Missão:**

Atuar como facilitador de oficina, responsável pela realização de oficinas de convívio realizadas com os grupos por meio de atividades relacionadas à cultura.

**Responsabilidades:**

- ➔ Desenvolvimento, organização e coordenação de oficinas e atividades sistemáticas culturais e educativas promotoras da sociabilidade, das várias dimensões da cultura local e do respeito à diversidade;
- ➔ Promoção de ações visando o acesso da população às diversas manifestações culturais e à pluralidade dos processos educativos;
- ➔ Organização e coordenação de eventos culturais;
- ➔ Interação com os orientadores sociais e demais instrutores buscando ações conjuntas;
- ➔ Realização de registros das oficinas e atividades externas;
- ➔ Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, juntamente com a equipe de trabalho;
- ➔ Ministrando treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- ➔ Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação;
- ➔ Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos;
- ➔ Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- ➔ Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- ➔ Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho;
- ➔ Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho;
- ➔ Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município;
- ➔ Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

**Requisitos:**

**Formação Mínima Obrigatória:** Ensino Superior completo em História ou Antropologia.

**Conhecimentos desejados\*:** dinâmicas de trabalho em grupo, coordenação de oficinas, atividades de planejamento e trabalho em equipe, informática básica, dimensões culturais e sociais na sociedade, igualdade e diversidade na sociedade, história das manifestações culturais no Brasil, processos educativos, abordagem educacional e cultural com crianças

Página 14 de 20

**Prefeitura Municipal de São José**

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

Gabinete  
da Prefeita



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ética e cidadania na sociedade atual.

\* Além de outros, estabelecidos em outras leis, normas e/ou editais municipais.



**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.****Instrutor II – Meio Ambiente****Missão:**

Atuar como facilitador de oficina, responsável pela realização de oficinas de convívio realizadas com os grupos por meio de atividades relacionadas ao meio ambiente.

**Responsabilidades:**

- Desenvolvimento, organização e coordenação de oficinas e atividades sobre o meio ambiente;
- Planejamento, organização e execução de planos, programas e projetos voltados à área ambiental;
- Realização de ações de educação ambiental com os grupos de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e serviços de acolhimento;
- Organização e coordenação de eventos voltados à área ambiental;
- Realizar registros das oficinas e atividades externas;
- Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, juntamente com a equipe de trabalho;
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação;
- Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos;
- Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho;
- Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho;
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município;
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

**Requisitos:**

**Formação Mínima Obrigatória:** Ensino Superior completo em Biologia.

**Conhecimentos desejados\*:** dinâmicas de trabalho em grupo, coordenação de oficinas, atividades de planejamento e trabalho em equipe, informática básica, educação ambiental, tecnologias ambientais, sustentabilidade e desenvolvimento ambiental, gestão de resíduos sólidos, emissões atmosféricas, gestão ambiental.

\* Além de outros, estabelecidos em outras leis, normas e/ou editais municipais.

Página 16 de 20

**Prefeitura Municipal de São José**

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br



Gabinete  
da Prefeitura



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**Instrutor II – Teatro**

**Missão:**

Atuar como facilitador de oficina, responsável pela realização de oficinas de convívio realizadas com os grupos por meio de atividades relacionadas ao teatro e artes cênicas.

**Responsabilidades:**

- Desenvolvimento, organização e coordenação de oficinas e atividades a partir de textos literários que estimulem o desenvolvimento do fazer teatral especialmente nas técnicas de interpretação e improvisação técnica vocal, construção e elaboração de personagens, cenários, esquetes, espetáculos e dramaturgia;
- Instrumentalização dos indivíduos sobre os mecanismos de fomento à produção teatral e formação de grupo;
- Organização e coordenação de eventos na área de teatro;
- Realização de registros das oficinas e atividades externas;
- Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, juntamente com a equipe de trabalho;
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação;
- Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos;
- Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho;
- Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho;
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município;
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

**Requisitos:**

**Formação Mínima Obrigatória:** Ensino Superior completo em Artes Cênicas.

**Conhecimentos desejados\*:** dinâmicas de trabalho em grupo, coordenação de oficinas, atividades de planejamento e trabalho em equipe, informática básica, técnicas de teatro, técnicas de interpretação e improvisação técnica vocal, organização de espetáculos e dramaturgias, produção teatral, organização de eventos na área de teatro.

\* Além de outros, estabelecidos em outras leis, normas e/ou editais municipais.

Página 17 de 20

**Prefeitura Municipal de São José**

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

Gabinete  
da Prefeitura



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**Orientador Psicopedagógico**

**Missão:**

Desenvolver e executar métodos e programas psicopedagógicos em contextos de reabilitação psicossocial para atendimento de famílias e indivíduos em situação risco social.

**Responsabilidades:**

- Realizar atendimento psicopedagógico como profissional de referência em trabalho multidisciplinar;
- Realizar acolhimento psicopedagógico: entrevista de cunho diagnóstico – triagem - encaminhamento para atendimento a médio e longo prazo;
- Realizar avaliações psicopedagógicas em crianças, jovens, adultos e idosos;
- Realizar orientação familiar e encaminhamento das famílias para demais serviços socioassistenciais e de outras políticas;
- Realizar intercessão nas instituições sociais, educacionais e de saúde, integrando equipes multidisciplinares;
- Contribuir interdisciplinarmente com outros profissionais, orientando seu procedimento no trato com o paciente e sua família;
- Elaborar informe psicopedagógico sobre as condições de aprendizagem dos indivíduos atendidos;
- Realizar mediação dos recursos psicopedagógicos para o contexto social, utilizando recursos técnicos de sua área de ação;
- Organizar e aplicar programas comunitários de prevenção aos comportamentos de risco e de encaminhamento aos comportamentos saudáveis;
- Buscar o fortalecimento da família em sua função social quanto protetora de seus membros;
- Buscar a inclusão das famílias de risco na rede de proteção social e nos serviços públicos;
- Intervir sobre o ciclo de violência no interior da família;
- Elaborar relatórios de condições terapêuticas de ensino/aprendizagem e outras comunicações;
- Articular com os profissionais das equipes de referência, investigando a história de vida e escolar de crianças, adolescentes, jovens e pessoas com deficiência;
- Oferecer condições para reparar danos e interromper a violação de direitos;
- Prevenir a reincidência de violações de direitos;
- Supervisionar estagiários;
- Participar de estudos de casos abalizando acessos para a solução de problemas bioemocionais e sociocognitivos;
- Orientar indivíduos e famílias sobre a legislação que ampara as pessoas com deficiência intelectual e múltipla;
- Criar grupos de estudos interdisciplinares em seu contexto profissional;
- Gerar estatísticas de atendimentos e relatórios de atividades realizadas;
- Disponibilizar informativos preventivos relativos ao seu domínio profissional;
- Efetivar em equipe Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: para crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência;
- Concretizar outras tarefas afins com a formação;
- Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, juntamente com a equipe de trabalho;

Página 18 de 20

**Prefeitura Municipal de São José**

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José SC CEP 88.103-790

(48) 33810050 www.pmsj.sc.gov.br

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

- ➔ Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- ➔ Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação;
- ➔ Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos;
- ➔ Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- ➔ Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- ➔ Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho;
- ➔ Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho;
- ➔ Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município;
- ➔ Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

**Requisitos:****Formação Mínima Obrigatória:**

1) Ser detentor de Diploma, devidamente registrado, de Curso Superior de Graduação em Psicopedagogia, fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); ou

2) Ser detentor de Diploma, devidamente registrado, de Curso Superior de Graduação em Psicologia, Pedagogia ou Licenciatura, que possuam Certificado, devidamente registrado, de Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Psicopedagogia, com duração mínima de 600 (seiscentas) horas e carga horária de 80% (oitenta por cento) na especialidade. O Diploma de Curso Superior de Graduação e o Certificado de Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização deverão ser fornecidos por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

**Conhecimentos desejados\*:** dinâmicas de trabalho em grupo; coordenação de oficinas; atividades de planejamento e trabalho em equipe; informática básica, trajetória histórica da Psicopedagogia; Conceituação, objeto de estudo e bases epistemológicas da Psicopedagogia; Ética Profissional; Teorias da aprendizagem: concepções e representantes; Paradigma Comportamental; Paradigma Cognitivista; Paradigma Humanista; A relação entre informação, conhecimento e saber; Aprendizagem e gestão do conhecimento; Capacidades, habilidades e estilos de aprendizagem; Modalidade de Aprendizagem e Ensino; Sujeito ensinante e aprendente; A autoria de pensamento e a autonomia da aprendizagem; Aprendizagem Significativa: do conceito a prática;

Gabinete  
da Prefeita



**SÃO JOSÉ**  
PREFEITURA

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI COMPLEMENTAR N.º 069 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

Dificuldades e/ou Problemas de Aprendizagem; As identidades e as relações familiares; Aspectos familiares que favorecem o desempenho escolar.

\* Além de outros, estabelecidos em outras leis, normas e/ou editais municipais.



**LEI N.º 5.534 DE 04 FEVEREIRO DE 2016**

AUTORIZA O EXECUTIVO A ESTABELECE PARCERIAS COM EMPRESAS PRIVADAS INTERESSADAS EM FINANCIAR A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LIXEIRAS NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo a estabelecer parcerias com empresas privadas, entidades sociais, ou pessoas físicas interessadas em financiar a instalação e manutenção de lixeiras nos logradouros públicos, com direito a publicidade.

Art. 2º - São objetivos desta Lei:

- I. Preservar a limpeza;
- II. Garantir bom estado de conservação das áreas de lazer e logradouros públicos em geral;
- III. Aumentar o número de lixeiras na cidade;
- IV. Incentivar a reciclagem e melhoria da limpeza pública municipal;
- V. Reduzir as despesas do município com a instalação e manutenção das lixeiras públicas;
- VI. Estimular a parceria público-privado.
- VII. Conscientizar a população sobre a importância de ter uma cidade limpa em termos de higiene e saúde.

Art. 3º - As lixeiras a serem instaladas e mantidas por empresas privadas, entidades sociais ou pessoas físicas do Município seguirão as seguintes padronizações, devendo ser conjugadas em um único suporte, conforme modelo em foto anexa: metal (amarelo), plástico (vermelho), papel (azul), vidro (verde), orgânico (marrom), devendo conter a inscrição "Adote uma Lixeira", com o número da Lei a ser promulgada.

§ 1º - [SUPRIMIDO].

§ 2º - Fica vedado consignar, junto ao bem adotado, a veiculação de propaganda de marcas de cigarro, bebidas, propagandas que atentem ao pudor, sigla de partidos políticos, seitas religiosas e nomes de detentores de cargos eletivos ou de candidatos.

Art. 4º - Poderá ser afixada na parte superior do suporte dos receptores, placa indicativa medindo 120 cm de largura e 60 cm de altura contendo nome, logomarca da instituição ou empresa privada e a inscrição: "Adotamos estas lixeiras".

Art. 5º - Os custos relativos à instalação e à manutenção das lixeiras são de inteira responsabilidade das empresas privadas, entidades sociais, ou pessoas físicas parceiras deste programa.

Art. 6º - Será obrigatoriamente firmado com o Poder Executivo Municipal e o parceiro privado, termo de compromisso válido por 12 meses que pode ser renovado por igual período, contendo critérios e condições de parceria, inclusive quanto ao período de substituição das lixeiras de forma individual ou por conjunto.

§ 1º - O termo de compromisso do qual trata o caput deste artigo será firmado na modalidade permissão de uso, em caráter precário, podendo ser revogado a qualquer momento, no interesse da Administração Pública.

§ 2º - As partes poderão rescindir o termo de compromisso a qualquer tempo, com comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

Art. 7º - O lixo depositado nas respectivas lixeiras será recolhido pelo órgão competente do poder público municipal ou recicladores devidamente autorizados.

Art. 8º - As despesas para a execução da presente Lei correm à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º - O Chefe o Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei nas disposições que couber.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as Leis 2.488/1993 e 3776/2001.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.535 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

CRIA O PROGRAMA EMPRESA AMIGA DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Cria o Programa "Empresa Amiga da Educação", no âmbito do município de São José, com o propósito de estimular as pessoas jurídicas a contribuir para melhoria da qualidade do ensino na rede pública municipal.

Parágrafo único - A participação das pessoas jurídicas no Programa dar-se-á sob a forma de doações de materiais, realização de obras de manutenção, conservação, reforma e ampliação dos prédios escolares ou de outras ações que visem beneficiar o ensino nas escolas municipais.

Art. 2º - As pessoas jurídicas cooperantes poderão divulgar, com fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício da escola adotada.

Art. 3º - Poder Público não terá ônus de nenhuma natureza e não concederá quaisquer prerrogativas aos cooperados além das previstas no art. 2º desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.536 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO, A EXPOSIÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR COM IMAGEM QUE ESTIMULE A VIOLÊNCIA OU A EXPLORAÇÃO SEXUAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É proibida a comercialização, a exposição e a distribuição de material escolar que contenha qualquer tipo de imagem que estimule a violência ou a exploração sexual no município de São José.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa, no valor de 40 URM's (Unidade Referencial Municipal), a ser aplicada em dobro no caso de reincidência.  
Parágrafo único. O valor resultante da aplicação das multas deverá ser recolhido ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA), com destinação às ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Art. 3º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.537 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESTINAR ÁREAS PÚBLICAS PARA IMPLANTAÇÃO DE ECOPONTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a destinar áreas públicas para a implantação de Ecopontos no Município de São José. Parágrafo único – Ecopontos são locais de entrega voluntária de pequenos volumes de entulho (até 1m³), grandes objetos (poda de árvores, sofás, armários, cadeiras, camas, colchões, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, equipamentos de informática, som e telefonia usados) e resíduos recicláveis.

Art. 2.º – A utilização exclusiva da área pública destinada para a implantação do Ecoponto poderá ser atribuída a particular, mediante licitação e por tempo determinado, para que este a explore segundo sua destinação específica.

Parágrafo único – Ao licitante vencedor do certame caberá dar o destino final aos materiais constantes no parágrafo único do art. 1.º desta Lei.

Art. 3.º – Nos Ecopontos, o munícipe poderá dispor o material gratuitamente em recipientes distintos para cada tipo de resíduo.

Art. 4.º – A implantação dos Ecopontos, bem como a fiscalização de suas atividades, ficará a cargo da Secretaria de Serviços Públicos – SSP, desenvolvendo estas atribuições conjuntamente com a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 5.º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.538 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

**DISPÕE SOBRE AS REGRAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM VIAS E ÁREAS PÚBLICAS – COMIDA DE RUA – FOOD TRUCK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O comércio de alimentos e bebidas em vias e áreas públicas - comida de rua – conhecido como foodtruck deverá atender aos termos fixados nessa lei.

Art. 2º. Esta lei tem como objetivo geral fomentar o empreendedorismo, propiciar oportunidades de formalização, e promover o uso democrático e inclusivo do espaço público.

Art. 3º. Para os efeitos dessa lei considera-se comércio ou doação de alimentos em vias e áreas públicas as atividades que compreendem a venda direta ou a distribuição gratuita ao consumidor, de caráter permanente ou eventual e de modo estacionário.

Parágrafo único. O comércio de alimentos de que trata essa lei são os comercializados em veículos automotores, assim considerados os equipamentos montados sobre veículos a motor ou rebocados

por estes e que recolhidos ao final do expediente.

Art. 4º. Os alimentos e bebidas autorizados a serem comercializados por cada categoria serão definidos em decreto regulamentador.

Art. 5º. A permissão deverá levar em consideração:

I - a existência de espaço físico adequado para receber o equipamento e consumidores;

II - a adequação do equipamento quanto às normas sanitárias e de segurança do alimento em face dos alimentos que serão comercializados;

III – a qualidade técnica da proposta;

IV – a compatibilidade entre o equipamento e o local pretendido, levando em consideração as normas de trânsito, o fluxo seguro de pedestres e automóveis, as regras de uso e ocupação do solo;

V - o número de permissões já expedidas para o local e período pretendidos;

VI – as eventuais incomodidades geradas pela atividade pretendida;

VII – a qualidade do serviço prestado, no caso de permissionário que pleiteia novo Termo de Permissão de Uso para o mesmo ponto.

Art. 6º. Fica vedada a instalação de equipamentos de qualquer categoria nas Zonas Estritamente Residenciais.

Art. 7º. Todo evento organizado por pessoa jurídica de direito privado que ocorra em vias e áreas públicas ou em área privada de uso comum, com comercialização de alimentos por meio de veículos automotor, deverá ter responsável pelo controle de qualidade, segurança e higiene do alimento.

Art. 8º. Os procedimentos de solicitação e liberação da permissão seguirão os trâmites já adotados para outras permissões e se preciso for regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 9º. A descrição dos equipamentos que serão utilizados de modo a atender às condições técnicas necessárias em conformidade com a legislação sanitária, de higiene e segurança do alimento, controle de geração de odores e fumaça.

Art. 10. Para a comercialização de alimentos e bebidas em vias e áreas públicas por ocasião de eventos públicos ou privados o interessado deverá indicar o evento ou calendário de eventos do mesmo gênero ou local, os equipamentos e seus respectivos alimentos a serem comercializados.

Art. 11. O valor devido pela ocupação da área, a ser pago anualmente, será definido pelo Poder Executivo.

Art. 12. O permissionário fica obrigado a:

I - apresentar-se, durante o período de comercialização, munido dos documentos necessários à sua identificação e à de seu comércio, exigência que se aplica também em relação aos prepostos e auxiliares;

II - responder, perante a Administração Municipal, pelos atos praticados por seu preposto e auxiliares quanto à observância das obrigações decorrentes de sua permissão e dos termos dessa lei;

III - pagar o tributo municipal e os demais encargos devidos em razão do exercício da atividade, bem como renovar a permissão no prazo estabelecido;

IV - afixar, em lugar visível e durante todo o período de comercialização, o seu Termo de Permissão de Uso;

V - armazenar, transportar, manipular e comercializar apenas os alimentos e bebidas aos quais está autorizado;

VI - manter permanentemente limpa a área ocupada pelo equipamento, bem como o seu entorno, instalando recipientes apropriados para receber o lixo produzido;

VII - coletar e armazenar todos os resíduos sólidos e líquidos para posterior descarte de acordo com a legislação em vigor, vedado o descarte na rede pluvial;



VIII - manter higiene pessoal e do vestuário, bem como assim exigir e zelar pela de seus auxiliares e prepostos;  
IX - manter o equipamento em estado de conservação e higiene adequados, providenciando os consertos que se fizerem necessários;  
X - atender as demais legislações correlatadas.

Art. 13. Somente deverá ser concedida a permissão de uso para o solicitante cujo veículo esteja cadastrado junto ao Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária - CMVS, para os equipamentos.

Art. 14. Será permitido ao titular da permissão solicitar, a qualquer tempo, o cancelamento de sua permissão, respondendo pelos débitos existentes.

Art. 15. É vedado:

I - alterar o equipamento sem prévia autorização municipal;  
II - manter ou ceder equipamentos e/ou mercadorias para terceiros;  
III - manter ou comercializar mercadorias não autorizadas ou alimentos em desconformidade com a sua permissão;  
IV - colocar caixas e equipamentos em áreas públicas e em desconformidade com o Termo de Permissão de Uso;  
V - causar dano ao bem público ou particular no exercício de sua atividade;  
VI - permitir a permanência de animais na área abrangida pelo respectivo equipamento;  
VII - montar seu equipamento fora do local determinado;  
VIII - utilizar postes, árvores, gradis, bancos, canteiros e edificações para a montagem do equipamento e exposição das mercadorias;  
IX - perfurar calçadas ou vias públicas com a finalidade de fixar seu equipamento;  
X - comercializar ou manter em seu equipamento produtos sem inspeção, sem procedência, alterados, adulterados, fraudados e com prazo de validade vencido;  
XI - fazer uso de muros, passeios, árvores, postes, banco, caixotes, tábuas, encerados ou toldos, com o propósito de ampliar os limites do equipamento e que venham a alterar sua padronização;  
XII - apregoar suas atividades através de quaisquer meios de divulgação sonora;  
XIII - expor mercadorias ou volumes além do limite ou capacidade do equipamento;  
XIV - utilizar equipamento sem a devida permissão ou modificar as condições de uso determinado para tal;  
XV - jogar lixo ou detritos, provenientes de seu comércio ou de outra origem, nas vias ou logradouros públicos;  
XVI - utilizar a via ou área pública para colocação de quaisquer elementos do tipo cerca, parede, divisória, grade, tapume, barreira, caixas, vasos, vegetação ou outros que caracterizem o isolamento do local de manipulação e comercialização;  
XVII - colocar na via ou área pública qualquer tipo de carpete, tapete, forração, assoalho, piso frio ou outros que caracterizem a delimitação do local de manipulação e comercialização.

Art. 16. O armazenamento, transporte, manipulação e venda de alimentos deverá observar as legislações sanitárias vigentes no âmbito federal, estadual e municipal.

Art. 17. Os veículos deverão, antes de seu efetivo funcionamento, sofrer inspeção em conformidade com a legislação sanitária.

Art. 18. Decreto regulamentador poderá dispor sobre os equipamentos mínimos necessários para exercício da atividade.

Art. 19. Todos os equipamentos deverão ter depósito de captação dos resíduos líquidos gerados para posterior descarte de acordo com a legislação em vigor, vedado o descarte na rede pluvial.

Art. 20. Os veículos não terão demarcação exclusiva em vias e áreas públicas, podendo permanecer nos termos de sua permissão.

Art. 21. A veiculação de anúncios em qualquer equipamento deverá atender ao disposto na legislação municipal.

Art. 22. Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão que viole as regras para comercialização, doação ou distribuição de alimentos em vias e áreas públicas nos termos fixados nessa lei.

Art. 23. O Poder Executivo regulamentará as infrações administrativas e suas respectivas sanções.

Art. 24. Fica estabelecido prazo de 6 (meses) para que permissionários procedam à compatibilização e regularização de acordo com esta lei, sem prejuízo, do que for regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 25. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 26. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **LEI N.º 5.539 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

DISPÕE SOBRE CONCEDER DESCONTOS DE 50% EM EVENTOS CULTURAIS, ARTÍSTICOS, ESPORTE E LAZER PARA DOADORES REGULARES DE SANGUE, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a meia-entrada para doadores regulares de sangue em todos os eventos culturais, espetáculos, esporte e lazer, no Município de São José.

Parágrafo Único – Para os efeitos desta Lei, considera-se todo e qualquer evento que proporcione ao cidadão lazer, cultura e entretenimento, como teatro, espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, feiras, pontos turísticos, atividades sociais, culturais, recreativas e esportivas.

Art. 2º - A meia-entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrições de datas e horários.

Art. 3º - Para efeito desta Lei, são considerados doadores regulares de sangue àqueles registrados nos hemocentros e bancos de sangues dos hospitais do Estado, sejam eles públicos ou privados.

Art. 4º - Para ser beneficiário desta Lei, o doador deverá apresentar na compra do ingresso, a carteirinha ou documento válido emitido pelo Hemocentro, com comprovação de doação de sangue de no máximo 90 (noventa) dias para homens e, 120 (cento e vinte) dias para mulheres.

Parágrafo Único: O prazo estabelecido é para respeitar o intervalo mínimo recomendado pelo Ministério da Saúde, de 4 (quatro) doações de sangue por ano para os homens e 3 (três) doações de sangue por ano para mulheres.

Art. 5º Ficam obrigados os estabelecimentos exibidores de espetáculos teatrais, musicais, circenses, de artes plásticas e artísticos em geral, a afixarem pela placa informativa, em espaços de grande visibilidade, próximo ao local de venda de ingressos, com a seguinte mensagem:

“Todo o doador de sangue regular de São José, mediante a

apresentação da carteira de identidade e o comprovante do hemo-centro ou bancos de sangues dos hospitais do Estado, pagará 50% do valor do ingresso em estabelecimentos exibidores de espetáculos teatrais, musicais, circenses, de artes plásticas e artísticos em geral, independente de preço ou promoção”.

Art. 6º Caberá a Prefeitura Municipal de São José, através dos órgãos responsáveis, a fiscalização do cumprimento desta Lei, autuando os estabelecimentos que a descumprirem.

Art. 7º Cabe ao executivo a definição das sanções impostas aos estabelecimentos que não cumprirem esta Lei.

Art. 8º As placas informativas deverão atender aos padrões estabelecidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.540 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

DENOMINA DE PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA A PRAÇA DA RUA RATONES, SITUADA ENTRE A RUA CANASVIEIRAS E RUA BOM ABRIGO, NO BAIRRO BELA VISTA, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA a praça localizada na Rua Ratones, situada mais precisamente entre a Rua Canasvieiras e a Rua Bom Abrigo, no bairro Bela Vista, neste município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.541 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BANCO DO LIVRO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Banco do livro no Município de São José.

Art. 2º - O Banco do Livro tem, por finalidade receber doações de livros e distribuí-los às bibliotecas públicas das escolas municipais. Parágrafo único. Fica autorizada a distribuição dos materiais descritos no caput deste artigo às escolas públicas estaduais, que será realizada mediante convênio.

Art. 3º - As doações de livros poderão ser feitas nos locais providenciados pelo poder público municipal a serem estabelecidos na regulamentação desta lei.

Parágrafo único. O recebimento do livro por parte do doador não vincula à entrega direta ao acervo das bibliotecas, o que poderá ser apreciado por corpo técnico pedagógico, que verificará a aceitabilidade educacional do livro.

Art. 4º - As doações dos livros receberão o Certificado de amigo do livro.

Art. 5º - Para a afetiva aplicação, o Poder Executivo regulamentará esta lei, no que lhe couber, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.542 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os órgãos públicos municipais, estaduais e federais instalados no Município de São José deverão divulgar os direitos dos portadores de câncer, bem como o número dos telefones para informações.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito privado revendedoras de veículos automotivos também estão abrangidas pela obrigatoriedade de que trata esta lei.

Art. 2º - A divulgação deverá ser feita nos portais eletrônicos e nos estabelecimentos dos respectivos órgãos públicos e entes privados, referidos no art. 1º desta lei, de maneira que fique fácil acesso e visível à população, contendo as seguintes informações: "PORTADOR DE NEOPLASIA MALIGNA (CÂNCER), CONHEÇA SEUS DIREITOS: A) APOSENTADORIA POR INVALIDEZ; B) AUXÍLIO DOENÇA; C) ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA APOSENTADORIA; D) ISENÇÃO DE ICMS NA COMPRA DE VEÍCULOS ADAPTADOS; E) ISENÇÃO DE IPI NA COMPRA DE VEÍCULOS ADAPTADOS; F) ISENÇÃO DE IPVA PARA VEÍCULOS ADAPTADOS; G) QUITAÇÃO DE FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA; H) SAQUE DO FGTS; I) SAQUE DO PIS/PASEP; J) BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS); K) CIRURGIA PLÁSTICA REPARADORA DE MAMA; L) QUITAÇÃO DO FINANCIAMENTO DE IMÓVEL JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PARA MELHORES INFORMAÇÕES DISQUE MINISTÉRIO DA SAÚDE 0800 61 1997."

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo Municipal a regulamentação desta Lei, inclusive penalidade, no que couber, após sua vigência.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.543 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE PLACAS COM INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PRÓXIMO A ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES EM SHOPPING CENTERS E LOJAS NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam os shoppings centers e lojas do município de São José obrigadas a instalar placas com informações de segurança próximo as escadas e esteiras rolantes, a fim de alertar os consumidores acerca da correta utilização das mesmas.

Art. 2º - Os estabelecimentos comerciais mencionados no artigo 1º da presente Lei terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequar às suas disposições.

Art. 3º - Nas referidas placas deverão constar informações de segurança de utilização, como a proibição de uso por criança abaixo de 10 (dez) anos desacompanhadas, crianças pequenas devem ser seguradas com firmeza, segure no corrimão, perto de escadas

rolantes redobre a atenção com crianças, entre outras que se fizerem necessárias.

Parágrafo único – As placas de alerta devem ser alicerçadas nas seguintes normas da ABNT NBR 8900:1995, NBR 10147/2001, NBR NM 195:1999 e NBR 5665:1987.

Art. 4º - A não observância ao disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes penalidades:

I – advertência, na primeira autuação;

II – multa de 100 (cem) URM's, após 30 (trinta) dias da advertência;

III – multa de 200 (duzentos) URM's, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, após a aplicação da multa prevista no inciso II;

IV – suspensão da Licença de Funcionamento, após 02 (duas) multas pecuniárias consecutivas.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta dos shopping centers e lojas.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.544 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER ADAPTADOS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída através da presente lei a obrigatoriedade de equipamentos esportivos e de lazer adaptados para alunos com necessidades especiais nas escolas municipais da cidade de São José.

Art. 2º - A instalação dos equipamentos adaptados caberá à Secretaria Municipal da Educação, em parceria com a comunidade escolar.

Art. 3º - A conservação dos equipamentos esportivos adaptados caberá à comunidade escolar, que estimulará a participação dos alunos, pais e professores no zelo dos mesmos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.545 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO "DISQUE 100" NOS IMPRESSOS DISTRIBUÍDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo obrigado a divulgar em todos os impressos e meios digitais da Secretaria Municipal de Educação a seguinte mensagem:

"Disque 100 - denúncia de abuso e exploração sexual contra a criança e adolescente. Você fica no anonimato."

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Educação deverá disponibilizar para todas as escolas do município cartazes de divulgação do Disque 100 a serem fixados em salas de aula, cantinas, refeitórios, pátios, secretarias e demais espaços de convivência escolar oportunizando o conhecimento e o acesso de todos a esse importante canal de comunicação.

Art. 2º - [SUPRIMIDO].

Art. 3º - Os dizeres descritos no art. 1º deverão ser apresentados de forma a possibilitar sua fácil visualização e leitura.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - O executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.546 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

TORNA OBRIGATÓRIO POR PARTE DE SHOPPING CENTERS, CENTROS COMERCIAIS, HIPERMERCADOS, SUPERMERCADOS E SIMILARES, ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, O FORNECIMENTO DE CADEIRA DE RODAS PARA UTILIZAÇÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS, IDOSOS E PESSOAS COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica obrigatório, em todo o Município de São José, por parte de shopping centers, centro comerciais, hipermercados, supermercados e similares, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, o fornecimento de cadeiras de rodas para utilização pelos deficientes físicos e idosos, enquanto transeuntes nos referidos estabelecimentos.

Art. 2º. O fornecimento das cadeiras de rodas a que aduz o artigo anterior será efetuado de forma gratuita.

Art. 3ª. Os estabelecimentos referidos no art. 1º desta Lei deverão afixar placas ou cartazes indicativos de fácil visibilidade, contendo informações a respeito do fornecimento das cadeiras de rodas aos usuários.

Art. 4º. [VETADO]

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.547 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

cria o Projeto São José Acessível e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º- Fica instituído em âmbito Municipal o Projeto São José Acessível que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma ou ampliação de edificações de uso público, uso coletivo, ou uso privado multifamiliar, a adoção de medidas que visem permitir no campo educacional e comunicacional a inclusão plena.

Art. 2.º Ficam definidos como eixos principais do Projeto São José Acessível os seguintes: Acessibilidade física, Acessibilidade Digital e Acessibilidade Educacional.

§1º - Entende-se por Acessibilidade física como o resultado da interação dos deslocamentos de pessoas e bens entre si e com a própria cidade. A possibilidade de condição de acesso seguro e com autonomia nos espaços, transportes e meios de comunicação.

§2º - Entende-se por Acessibilidade Digital a capacidade de um produto ser flexível o suficiente para atender às necessidades e preferências do maior número possível de pessoas, além de ser compatível com tecnologias assistivas usadas por pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais.

§3º - Entende-se por Acessibilidade Educacional como o desenvolvimento e o uso de recursos, estratégias e procedimentos necessários, de maneira a propiciar condições de alcance, percepção e entendimento e permitir a inclusão das pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais na sociedade.

Art. 3.º - São objetivos da Acessibilidade física:

I - Possibilitar às pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida o acesso seguro e facilitado dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, e dos serviços de transportes:

- a) Escolas;
- b) Centros de Saúde;
- c) Hospitais;
- d) Órgãos Públicos;
- e) Agências Bancárias;
- f) Principais zonas comerciais;
- g) Praças;
- h) Ginásios Esportivos;
- i) Horto Florestal;
- j) Fórum;
- k) Outros.

II - Estimular o Poder Público Municipal a elaborar cronogramas de ações de curto, médio e longo prazo quando da formulação de políticas públicas, objetivando a adoção de medidas reparadoras e de inclusão das pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais.

III - Facilitar o deslocamento e a circulação de pedestre nos eixos de maior movimento entre os bairros, através da:

- a) Identificação e mapeamento dos equipamentos de interesse público;
- b) Identificação das rotas de acesso mais utilizadas entre os referidos equipamentos;
- c) Leitura técnica das condições de acessibilidade no percurso identificado.

IV - Minimizar a instalação de equipamentos ou outros elementos, em vias públicas e nas calçadas, que possam funcionar como barreiras arquitetônicas e urbanísticas.

V - Criar o cadastro público das pessoas com deficiência e/ou

necessidades especiais e das entidades assistências que os assistem, a ser realizado pelas Secretarias Municipal de Saúde, de Educação e da Assistência Social, como forma de auxiliar na formulação de projetos e no planejamento das ações públicas.

Art. 4.º- São objetivos da Acessibilidade Digital:

I - Tornar acessível às pessoas com deficiência visual, com os recursos de acessibilidade existentes, como software de voz, leitores de tela, etc., todos os sites municipais.

Art. 5.º - São objetivos da Acessibilidade Educacional:

I - Adequação física das escolas, de modo que sejam proporcionadas condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, refeitórios, áreas de lazer, estudos, sanitários e vestiários.

II - Treinamento e capacitação de Educadores, Professores no uso das linguagens de libras e braille.

III - Instalação, em todas as escolas municipais de sala de recursos com professores especializados que atendam alunos com deficiência e/ou necessidades especiais com o objetivo de promover a inclusão social.

IV - Aquisição de material didático voltado para a consecução dos objetivos, conforme Resolução N.º 42, de 28/08/2012 ou a que vier substituí-la.

Parágrafo Único: Aplicam-se a Biblioteca Pública Municipal, a Universidade de São José, a Escola do Mar, a Escola de Meio Ambiente, e a todos os estabelecimentos de ensino municipais já constituídos o que venham a sê-lo, os dispositivos presentes nesta Lei.

Art. 6.º Fica condicionado que a aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva, somente ocorrerá se atender as exigências estabelecidas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, em especial a NBR 9050.

§ 1.º - Em caso de aprovação do projeto sem o atendimento das normas exigíveis, o servidor responsável pela aprovação, parecer e decisão terminativa sujeitar-se-á as penalidades previstas em lei.

§ 2.º - Com relação aos projetos em análise estes deverão observar as normas técnicas constantes na ABNT NBR 90 50 a fim de obter o habite-se.

§3º - A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou uso coletivo, ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 7.º - [SUPRIMIDO].

Art. 8.º- [VETADO].

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor no ato de sua publicação revogando as disposições contrárias.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal



**LEI N.º 5.548 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAÇÃO, VIA INTERNET, DE INFORMAÇÕES SOBRE OS PLANTÕES MÉDICOS NAS UNIDADES DO SUS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica obrigada a Prefeitura Municipal de São José e entidades conveniadas da área da saúde disponibilizar em suas páginas na internet, relação com endereços, de suas unidades de saúde que atendem ao sus, que prestam serviços clínicos e ambulatoriais, com o nome, especialidade, horários dos plantões, formas de agendamento de consulta e o número telefônico da ouvidoria municipal da saúde.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 04 de fevereiro de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 286/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 286/2015 – Processo nº 508/2015: Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA ESQUINA DA RUA GISELA COM A RUA BENTO ÁGUIDO VIEIRA, Nº 1463 – BAIRRO BELA VISTA – SÃO JOSÉ/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PROFISSIONAL BELA VISTA. Motivo: Por razões de interesse público.

**TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 001/2016/PMSJ/SME**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 001/2016/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE AÇÃO SOCIAL SALTO DO MAROÍM

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula Segunda do Convênio em referência:

I – Fica alterada a Cláusula Segunda o qual passa a vigorar a seguinte redação:

O presente Convênio possui o valor de R\$ 868.183,35 (oitocentos e sessenta e oito mil cento e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos), referente à per capita e R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) referente à merenda escolar que serão repassados da seguinte forma:

I - Por per capita, a PREFEITURA repassará à ENTIDADE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, recursos na ordem total de R\$ R\$ 868.183,35 (oitocentos e sessenta e oito mil cento e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos), divididos em 01 (uma) parcela referente ao mês de fevereiro no proporcional valor de R\$ R\$ 53.383,65 (cinquenta e três mil trezentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos) e 10 (dez) parcelas de R\$ 81.480,00 (oitenta e um mil e quatrocentos e oitenta reais) que

correspondem ao atendimento de 220 (duzentas e vinte) crianças da Educação Infantil. Os recursos serão oriundos do Município.

II – Para o custeio da merenda escolar, o MUNICIPIO repassará a ENTIDADE, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, recursos da ordem total de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas de 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), que corresponde ao atendimento de 220 (duzentas e vinte) crianças do ensino infantil.

VIGÊNCIA: 05/02/2016 a 31/12/2016.

LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de fevereiro de 2016.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Daniela da Silva Fraga e Eduardo Pedro de Sousa.

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2016**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2016

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE AÇÃO SOCIAL SALTO DO MAROÍM.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 220 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2016 a 30/12/2016.

VALOR: R\$ 896.280,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA: São José, SC, 05 de fevereiro de 2016.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Daniela da Silva Fraga e Eduardo Pedro de Sousa

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2016**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2016

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO FLORIANOPOLITANA DE DEFICIENTES FÍSICOS – AFLODEF.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 15 menores visando o transporte especial para pessoas com deficiência física.

VIGÊNCIA: Fevereiro de 2016 a dezembro de 2016.

VALOR: R\$ 230.000,00 divididos em 10 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 12 de fevereiro de 2016.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Daniela da Silva Fraga e José Roberto Leal

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.16/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2016  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº16/2016, Edital de Pregão Nº16/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO, E SERVIÇOS COM ROMPEDOR DE ROCHA, AMBOS PARA EXECUÇÃO NAS OBRAS DO MUNICÍPIO E DETONAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O BRITADOR MÓVEL DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 26/02/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016 - SRP - PR Nº 018/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/02/2016, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCES PARA EVENTO COMEMORATIVO À "PÁSCOA" A SEREM DISTRIBUIDOS AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 12 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016 - SRP - PR Nº 017/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/02/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAL DE ARTESANATO, MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO A SEREM UTILIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2016 NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (NACA) PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV), CONSELHO TUTELAR, CENTRO DE IDOSOS CONVIVER E SINE MUNICIPAL TODOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 12 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.324, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.324, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 186.267,32 (cento e oitenta e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
12.365.4505.1.086				
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0032	159	Aplicações Diretas	R\$ 186.267,32	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263 de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5.325, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.325, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
06.122.4503.2.008				
.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	30	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
06.122.4503.2.008	26	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00	
.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 5.326, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5.326, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Anula o Processo Licitatório FMS nº 004/2016, Modalidade Pregão Presencial FMS nº 003/2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o equívoco na elaboração do orçamento básico dos itens constantes do Anexo I, do edital de abertura do Processo Licitatório FMS nº 004/2016, Modalidade Pregão Presencial FMS nº 003/2016, constando valores superiores aos preços praticados no mercado;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 004/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2016, cujo objeto consiste na "aquisição de material médico hospitalar a ser utilizado pelos usuários do Sistema Único de Saúde, nas unidades básicas de saúde, CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, SAMU - Serviços de Atendimento Móvel de urgência, Policlínica Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica no exercício de 2016, todos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Lourenço do Oeste - SC."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 - FMS**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 - FMS  
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 001/2016 – Credenciamento Nº 001/2016.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS TABELA SIA/SUS, COM BASE LEGAL NA ADESÃO AO PACTO PELA SAÚDE, DELIBERADO NA REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, EM 18/04/2008, E HOMOLOGADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DA PORTARIA GM/MS 1047, DE 27/05/2008, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO E DECLARAÇÃO DA CIB, AOS MUNICÍPIOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, JUPIÁ, SÃO BERNARDINO E NOVO HORIZONTE, PARA O PERÍODO DE 08/02/2016 A 31/12/2016.

FORNECEDOR: GOBBI LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME - CNPJ: 01.787.216/0001-01.

VALOR: R\$ 34.123,30 (trinta e quatro mil, cento e vinte e três reais).

FORNECEDOR: LABORATÓRIO PANDINI LTDA ME - CNPJ:

79.389.391/0001-38.

VALOR: R\$ 34.123,30 (trinta e quatro mil, cento e vinte e três reais).

TOTAL: R\$ 68.246,60 (sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 12/02/2016.

VIGÊNCIA: 12/02/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 008/2016 – Pregão Presencial Nº 003/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS, BAINHAS E SÊMEN BOVINO DE DIVERSAS RAÇAS PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: M.R. TRANSPORTE E COMÉRCIO EIRELI ME - CNPJ: 21.158.343/0001-59.

VALOR: R\$ 6.716,00 (seis mil, setecentos e dezesseis reais).

FORNECEDOR: LUCINEIA DE FRANCA EIRELI – ME - CNPJ: 21.587.815/0001-99.

VALOR: R\$ 69.680,00 (sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta reais).

FORNECEDOR: GENUTRI COMERCIO DE SEMEN LTDA – EPP - CNPJ: 19.322.781/0001-699.

VALOR: R\$ 73.545,00 (setenta e três mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).

TOTAL: R\$ 149.941,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e um reais).

DATA DE ASSINATURA: 28/01/2016.

VIGÊNCIA: 28/01/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2016**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 016/2016 – Pregão Presencial Nº 011/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUCK A SER EXECUTADO NO DISTRITO DE FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: GMP CONSTRUTORA LTDA – EPP - CNPJ: 20.838.016/0001-85.

VALOR: R\$ 125.500,00 (cento e vinte e cinco mil e quinhentos reais).

FORNECEDOR: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA - CNPJ: 09.543.902/0001-49.

VALOR: R\$ 22.050,00 (vinte e dois mil e cinquenta reais).

TOTAL: R\$ 147.550,00 (cento e quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 12/02/2016.

VIGÊNCIA: 12/02/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de profissionais para trabalhar nas oficinas desenvolvidas pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo do Município de São Miguel do Oeste – SC, para o exercício de 2016, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 26 de fevereiro de 2016.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2016.

JOSÉ ELIAS ARAUJO DO ROSARIO

Presidente da Fundação

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de pneus novos com selo do Inmetro, destinado para as viaturas administrativas e operacionais do 12º Batalhão do Corpo de Bombeiros do Município de SMOeste-SC, conforme Lei nº 7.196/2015, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 29 de fevereiro de 2016.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2016 .

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de Empresa para Plano de Telefonia móvel e de dados para o 12º Batalhão do Corpo de Bombeiros do Município de São Miguel do Oeste – SC, conforme Lei nº 7.196/2015, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 29 de fevereiro de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2016

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO N.º 027/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE  
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 027/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita FRANCIELLE SCHUTZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 059.692.469-05, residente a Rua Ana Lohn Pering, nº. 252, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 15/02/2016, findando no dia 15/03/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.



8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

FRANCIELLE SCHUTZ

CONTRATADA

Testemunhas:

### CONTRATO N.º 028/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE  
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 028/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor VALCIR JOSÉ KRETZER JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 004.662.249-74, residente a Rua João Leopoldo Reitz, nº. 203, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 15/02/2016, findando no dia 12/08/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

**CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

VALCIR JOSÉ KRETZER JUNIOR

CONTRATADO

Testemunhas:

**CONTRATO N.º 029/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 029/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ANA CAROLINA JUNKES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 078.817.679-01, residente a Rua Frei Atico Francisco Enig, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 15/02/2016, findando no dia 15/03/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;



5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa

renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

ANA CAROLINA JUNCES

CONTRATADA

Testemunhas:

#### DECRETO Nº17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº17/2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 1017/2015.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 38.827,00 (Trinta e oito mil oitocentos e vinte e sete reais ) por conta do Superávit Financeiro de Alienação de Bens na dotação abaixo identificada:

#### 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.361.2.015– Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 38.827,00

4.4.90.00.00.00.00.03.0145 – Aplicações Diretas R\$ 38.827,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 05 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

**DECRETO Nº18/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº18/2016**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 1017/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 3.030,00 (Três mil e trinta reais ) por conta do Superávit Financeiro do IGD na dotação abaixo identificada:

**05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

05.02.8.243.0007.2.036– Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 3.030,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0051 – Aplicações Diretas R\$ 3.030,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 05 de fevereiro de 2016.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e

**DECRETO Nº19/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº19/2016**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 1017/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais ) por conta do Superávit Financeiro de Recursos Ordinário na dotação abaixo identificada:

**04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.361.2.015– Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 25.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 05 de fevereiro de 2016.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e

**PORTARIA N.º 065/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 065/2016**

Admite em Caráter Temporário FRANCIELLE SCHUTZ para o cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, FRANCIELLE SCHUTZ para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 027/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de fevereiro de 2016.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 066/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 066/2016**

Admite em Caráter Temporário VALCIR JOSÉ KRETZER JUNIOR para o cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, VALCIR JOSÉ KRETZER JUNIOR para o cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 028/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 067/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 067/2016

Admite em Caráter Temporário ANA CAROLINA JUNCKES para o cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ANA CAROLINA JUNCKES para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 029/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

# Schroeder

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JOELMA MAIA BRANDAO, inscrita no CPF sob nº. 261.580.388-30, aprovada em 25º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 24 de fevereiro de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 12 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

### DECRETO Nº 3.662/2016 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 3.662/2016 de 10 de fevereiro de 2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 2.880,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de fevereiro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 3.663/2016 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 3.663/2016 de 10 de fevereiro de 2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 54.555,61 (cinquenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0232 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 54.555,61

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de fevereiro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 3.664/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 3.664/2016, de 12 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando o ofício da avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 11 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
------	----------------	-------------

Andreia Viana Bilck	A-1	A-1-I
Daniele Luciano Gross	C-3-I	C-3-II
Ivone Fatima Taffarel dos Santos	C-7-V	C-7-VI
Jaci Patrocinio da Silva	C-2-I	C-2-II
Joscemara Pasqualli Gesser	C-4-I	C-4-II
Kleberson Wendt	C-2-I	C-2-II
Mirian Kreutzfeldt Vogel	C-18-III	C-18-IV
Sandriego Bitencourt	C-2	C-2-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de fevereiro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº 3.665/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 3.665/2016, de 12 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 16684/2016, do Município de Schroeder, efetuado pelo servidor desta municipalidade, senhora Rosilma de Fatima Bueno Gracioli;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Rosilma de Fatima B. Gracioli	Professor B	Professor C	B-Inicial	C-Inicial

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de fevereiro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.439/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.439/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Solange Ines Fenerich Astolfi em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério;

Considerando o Decreto nº. 3.469/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Jaime Israel Barboza Amorim para exercer o cargo de Professor B - Artes, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de fevereiro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico



# Seara

## PREFEITURA

### **ATA REGISTRO PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2016 - PL 010/2016- RP - FORNEC. GOODLUX** PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 006/2016  
Pregão Presencial nº. 004/2016  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Goodlux Comércio de Equipamentos de Informática e Material Elétrico Eireli – ME, CNPJ n.º 22.665.028/0001-80, estabelecida na rua José Maria da Luz, nº.2747, sala 306, Centro, Palhoça, SC, neste ato representada pelo Sr. Ricardo Alexandre de Oliveira Neske, brasileiro, casado, empresário, RG n.º. 3845025 - SSP/SC, CPF nº. 003.928.929-01, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 004/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da Iluminação Pública, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 55.050,00 (cinquenta e cinco mil e cinquenta reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar dia 12/02/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 11/08/2016.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 004/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 12/02/2016.

Laci Grigolo Ricardo  
Município de Seara  
Contratante

Alexandre de Oliveira Neske  
Goodlux Com. de Equip. de Inform. e Material Elétrico Eireli - ME  
Contratada

### **ATA REGISTRO PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2016 - PL 010/2016- RP - FORNEC.DELVALLE** PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 006/2016  
Pregão Presencial nº. 004/2016  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Delvalle Materiais Elétricos Ltda - ME, CNPJ n.º 37.227.550/0001-58, estabelecida na rua R-05, nº. 129, Qd. R7, Lt. 07, Setor Oeste, Goiânia, GO, neste ato representada por seu procurador, Sr. Ermínio de Araújo, brasileiro, casado, representante comercial, RG 4.741.540-1 SSP/SC, CPF n.º 006.122.368-97, residente e domiciliado em Navegantes, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 004/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da Iluminação Pública, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 71.325,00 (setenta e um mil, trezentos e vinte e cinco reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar dia 12/02/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 11/08/2016.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 004/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 12/02/2016.

Laci Grigolo  
Município de Seara  
Contratante

Ermínio de Araújo  
Delvalle Materiais Elétricos Ltda - ME  
Contratada



**ATA REGISTRO PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2016 - PL 010/2016- RP - FORNEC.NEIVALDO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 006/2016

Pregão Presencial nº. 004/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, n.º 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Neivaldo Zampronio e Cia Ltda - ME, CNPJ n.º 10.926.473/0001-78, estabelecida na Travessa das Lagoas, n.º. 80, bairro Natureza, Concórdia, SC, neste ato representada pelo Sr. Neivaldo Zampronio, brasileiro, casado, RG 3.931.825, CPF n.º 023.014.619-80, residente e domiciliado na Travessa das Lagoas, n.º. 80, bairro Natureza, Concórdia, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 004/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da Iluminação Pública, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 56.450,00 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar dia 12/02/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 11/08/2016.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 004/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 12/02/2016.

Laci Grigolo  
Município de Seara  
Contratante

Neivaldo Zampronio  
Neivaldo Zampronio e Cia Ltda - ME  
Contratada

**DECRETO Nº. 1019**

DECRETO Nº 1019, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 489.530,82.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 1844, de 18 de novembro de 2015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “a”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1798 de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso II § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:	02	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL				
Unidade:	05	Fundo Municipal de Defesa Civil - FMDC				
Projeto Atividade:	2.104	Gestão das Ações e Política de Defesa Civil				
Modalidade:	184	44900000000000	Aplicacoes Diretas			489.530,82
		0.1.0791				
		TOTAL ..... R\$				489.530,82

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro na fonte de recursos:

Fonte 0.1.0791 – Min. da Integ. Nacional - Processo 59050.001232/2014-6 ..... R\$ 489.530,82

TOTAL GERAL .....R\$ 489.530,82

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 11 de fevereiro de 2016

LACI GRIGOLO  
Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se  
Em, 11 de fevereiro de 2016

Vanderci Almeida Ramos  
Secretário de Administração

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2016**

Processo Licitatório nº 017/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 010/2016

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h25min do dia 26/02/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à prestação de serviço com transporte de mulheres participantes do "dia D da mulher e feira do artesanato Searaense – FAS 2016" das diversas comunidades do município até o centro comunitário de Seara, localizado na rua Santo Evangelista, nº 61, centro. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 12 de fevereiro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

## ITENS P.PRESENCIAL 004/2016 - PL 010/2016- RP - FORNEC. DELVALLE

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 10/2016 Licitação: 4/2016 - PR Data da Homologação: 12/02/2016									
Fornecedor: 12145 - DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME									
3	80509	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO, OVÓIDE OU TUBULAR 150W	EMPALUX	UN	300,000	0,0000	16,7700	5,031,00	Venceu
7	87048	CONECTOR PIERCING 10-95/1,5-10	INTELLI CDP 70	UN	100,000	0,0000	3,7800	378,00	Venceu
8	80499	CHAVE IP 1F 50A 250V	EXATRON	UN	50,000	0,0000	121,0000	6,050,00	Venceu
12	80528	CINTA POSTE CIRCULAR 200	ATILIUS	UN	150,000	0,0000	13,5500	2,032,50	Venceu
13	80529	CINTA POSTE CIRCULAR 240	ATILIUS	UN	150,000	0,0000	14,9300	2,239,50	Venceu
14	84489	PARAFUSO 16 x 250 - CABEÇA QUADRADA	ATILIUS	UN	150,000	0,0000	3,9500	592,50	Venceu
17	6809	CONECTOR CUNHA AMPACTINHO TIPO II	INTELLI	PC	100,000	0,0000	3,1700	317,00	Venceu
18	11053	CONECTOR CUNHA AMPACTINHO TIPO III	INTELLI	UN	100,000	0,0000	1,7600	176,00	Venceu
26	87056	PORTA LÂMPADA PORCELANA E-40	G-20	UN	150,000	0,0000	4,3200	648,00	Venceu
27	87057	PORTA LÂMPADA PORCELANA E-27	G-20	UN	150,000	0,0000	1,3200	198,00	Venceu
28	3393348	LUMINÁRIA COM CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO ALOJAMENTO INTERNO PARA REATOR REFLETOR INTERNO EM ALUMÍNIO ANODIZADO E SELADO	EMPALUX MIRA	UN	250,000	0,0000	214,6500	53,662,50	Venceu
					Total do Fornecedor ----->				
					1,650,000			71,325,00	

Seara, 12 de Fevereiro de 2016.

ITENS P.PRESENCIAL 004/2016 - PL 010/2016- RP - FORNEC. GOODLUX

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 10/2016      Licitação: 4/2016 - PR      Data da Homologação: 12/02/2016									
Fornecedor: 12236 - Goodlux Com. de Eq. de Inf. e Mat. Elétrico Eireli									
19	87049	REATOR VAPOR METÁLICO DE USO INTERNO 400W BAIXA PERDA	NSK	UN	100,000	0,0000	48,0000	4.800,00	Venceu
20	87050	REATOR VAPOR METÁLICO DE USO INTERNO 250W BAIXA PERDA	NSK	UN	300,000	0,0000	35,0000	10.500,00	Venceu
21	87051	REATOR VAPOR METÁLICO DE USO EXTERNO 250W BAIXA PERDA	NSK	UN	200,000	0,0000	40,0000	8.000,00	Venceu
22	87052	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250W E-40, OVÓIDE OU TUBULAR.	NSK	UN	500,000	0,0000	25,0000	12.500,00	Venceu
23	87053	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 150W E-40, OVÓIDE OU TUBULAR.	NSK	UN	500,000	0,0000	24,0000	12.000,00	Venceu
24	87054	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W E-40, OVÓIDE OU TUBULAR.	NSK	UN	250,000	0,0000	29,0000	7.250,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								55.050,00	

Seara, 12 de Fevereiro de 2016.

## ITENS P.PRESENCIAL 004/2016 - PL 010/2016- RP - FORNEC. NEIVALDO

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 10/2016</b> <b>Licitação: 4/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação: 12/02/2016</b> <b>Fornecedor: 10602 - NEIVALDO ZAMPONIO E CIA LTDA - ME</b>									
2	80508	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO, OVÓIDE OU TUBULAR 70W	PHILIPS SON-PL	UN	400,000	0,0000	12,0000	4.800,00	Venceu
4	87045	REATOR DE USO EXTERNO, LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO, OVÓIDE OU TUBULAR 70W BAIXA PERDA IP	DEMAPE EN0694	UN	300,000	0,0000	38,0000	11.400,00	Venceu
5	87046	REATOR DE USO EXTERNO, LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO, OVÓIDE OU TUBULAR 150W BAIXA PERDA IP	DEMAPE EN0694	UN	300,000	0,0000	40,0000	12.000,00	Venceu
6	87047	RELÉ FOTOELETRÔNICO INDIVIDUAL NF	EXATRO LUXON	UN	600,000	0,0000	12,0000	7.200,00	Venceu
9	80500	CHAVE IP 2F 50A 250V	EXATRON	UN	50,000	0,0000	187,0000	9.350,00	Venceu
10	80502	FIO COBRE ISOLADO PRETO 2,5MM² 750V	CORFIO	M	3.000,000	0,0000	0,8000	2.400,00	Venceu
11	80503	FITA ISOLANTE ADESIVA 20M	3M	UN	200,000	0,0000	4,0000	800,00	Venceu
15	84491	PARAFUSO 16 x 300 CABEÇA QUADRADA	MECRIL	UN	150,000	0,0000	4,0000	600,00	Venceu
16	84493	CONECTOR CUNHA AMPACTINHO TIPO I	AMP	UN	100,000	0,0000	4,0000	400,00	Venceu
25	87055	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 70W E-27, OVÓIDE OU TUBULAR.	AVANT	UN	500,000	0,0000	15,0000	7.500,00	Venceu
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>					5.600,000			56.450,00	

Seara, 12 de Fevereiro de 2016.

# Sombrio

## PREFEITURA

### 031/2016

DECRETO Nº 031 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor LINCON DE MATOS STUART, ocupante do cargo de provimento em comissão de Procurador Municipal, Nível DAS - 02.

Art. 2º. Fica Revogado o Decreto nº 015, de 02 de janeiro de 2013, e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio -SC, 01 de fevereiro de 2015.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### 032/2016

DECRETO Nº 032 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor FABRICIO ESPINDOLA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Comunicação Social, Nível DAS – 01.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 186, de 03 de setembro de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### 033/2016

DECRETO Nº 033 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor ALESSANDRO MATEUS TAVARES, ocupante do Cargo de Provimento e Comissão de Coordenador da Defesa Civil, Nível DAI - 02.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 093, de 23 de abril de 2013 e demais disposições em contrário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### 034/2016

DECRETO Nº 034 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor LÉO MONTEIRO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração, Nível DAS – 03.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 114, de 08 de maio de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



**035/2016**

DECRETO Nº 035 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a Senhora IONARA DE SOUZA RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Recursos Humanos, Nível DAI – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 137, de 02 de junho de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**036/2016**

DECRETO Nº 036 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a Senhora DEISE VICENTE COELHO CLARINDA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria Geral, Nível DAI – 01.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 216, de 02 de dezembro de 2013 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**037/2016**

DECRETO Nº 037 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor LUIZ FERNANDO SCHEFFER PEREIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Planejamento, Nível DAS – 03.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 169, de 19 de agosto de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**038/2016**

DECRETO Nº 038 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a Senhora MARIELIS MATEUS TAVARES, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento, Nível DAI – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 024, de 18 de fevereiro de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**039/2016**

DECRETO Nº 039 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a Senhora THAIS CRISTINA PEREIRA SELAU, ocupante do cargo de provimento em comissão de Supervisor de Finanças, Nível DAS – 04.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 018, de 09 de fevereiro de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **040/2016**

DECRETO Nº 040 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a Senhora CACIMAR DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Compras, Nível DAI – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 139, de 02 de junho de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **041/2016**

DECRETO Nº 041 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor RICARDO D’AVILA JOÃO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Licitações e Contratos, Nível DAI – 01.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 060, de 18 de março de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **042/2016**

DECRETO Nº 042 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor CARLOS ROBERTO GOMES, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, Nível DAS – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 027, de 23 de fevereiro de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **043/2016**

DECRETO Nº 043 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor DEROTIDE JOSÉ GONZAGA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Executivo, junto a Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, Nível DAI – 03.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 038, de 02 de janeiro de 2013 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**044/2016**

DECRETO Nº 044 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor LUIZ RENATO POSSAMAI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Obras, Nível DAI – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 189, de 03 de setembro de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**045/2016**

DECRETO Nº 045 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor SÉRGIO ABATTI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Serviços Urbanos, Nível DAI – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 026, de 02 de janeiro de 2013 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**046/2016**

DECRETO Nº 046 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor DANIZIO BARBOZA VICENTE,

ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Serviços Gerais, Nível DAI – 01.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 142, de 03 de agosto de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**047/2016**

DECRETO Nº 047 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor BENTO COELHO TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Manutenção de Veículos, Nível DAI – 01.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 042, de 18 de março de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**048/2016**

DECRETO Nº 048 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, a Senhora ZULMA ANTINIA SIMON, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Educação, Nível DAS – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 010, de 02 de fevereiro de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **049/2016**

DECRETO Nº 049 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a Senhora KAITTY DE LIMA MATOS PEREIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Educação, Nível DAS – 03.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 023, de 18 de fevereiro de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **050/2016**

DECRETO Nº 050 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor VALDIR SILVEIRA JORGE JUNIOR, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Executivo, Nível DAI – 03, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 069, de 21 de março de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **051/2016**

DECRETO Nº 051 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor JOÃO ANTONIO DA SILVA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Assessoramento de Informática, Nível DAI – 01, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 104, de 01 de junho de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **052/2016**

DECRETO Nº 052 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor JOÃO ANTONIO DA SILVA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Assessoramento de Informática, Nível DAI – 01, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 104, de 01 de junho de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**053/2016**

DECRETO Nº 053 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, a Senhora ANA CRISTINI ACORDI DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Orientação Pedagógica, Nível DAI – 02, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 143, de 03 de agosto de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**054/2016**

DECRETO Nº 055 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, a Senhora CENIRACI MARAFIGO SOUZA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Assessoria Técnica Administrativa, nível DAI – 02.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 031, de 02 de janeiro de 2013 e demais disposições em contrário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**055/2016**

DECRETO Nº 058 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor EDUARDO RAUPP CANDIDO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo da Educação, Nível DAI – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 128, de 01 de julho de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**056/2016**

DECRETO Nº 056 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor AMILTO DA SILVA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Transporte Escolar, Nível DAI – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 041, de 18 de fevereiro de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**057/2016**

DECRETO Nº 057 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor ADENIR DUARTE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor da Merenda Escolar, Nível DAI – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 042, de 18 de fevereiro de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..



Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### 059/2016

DECRETO Nº 060 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor FERNANDO LUIZ FERREIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Esportes, Nível DAS – 03.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 028, de 18 de fevereiro de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### 060/2016

DECRETO Nº 060 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor FERNANDO LUIZ FERREIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Esportes, Nível DAS – 03.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 028, de 18 de fevereiro de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DEC 030

DECRETO Nº 030 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, a Senhora ALDINÉIA GOMES RAUPP CÂNDIDO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete, Nível DAS – 03.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 026, de 23 de fevereiro de 2015, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio -SC, 01 de fevereiro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DEC.095/2016

DECRETO Nº 095, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 459.285,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.0620(207) - Aplicações Diretas .....  
R\$ 200.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0621(208) - Aplicações Diretas .....  
R\$ 259.285,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 620 e 621

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



**PREGAO PRESENCIAL 014/2016 - PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objeto objetivo selecionar a melhor proposta para futuras e eventuais contratações de empresa jornalística, para através de jornal de circulação diária divulgar atos oficiais de interesse do município de Sombrio/SC, conforme localização, condições e quantitativos constantes no edital e anexos.

Tipo de julgamento: menor valor unitário.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002; Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016; subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h30min do dia 25 de fevereiro de 2016, com início do credenciamento e abertura marcada para as 08h30min do dia 26 de fevereiro de 2016.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 07h00min as 13h00min de segunda a sexta ou pelo telefone (48) 3533-6600.

Sombrio-SC, 10 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

**PREGAO PRESENCIAL 015/2016 - PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objeto objetivo selecionar a melhor proposta para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa(s), para divulgar matérias institucionais de interesse do município de Sombrio/SC, através de mídia(s) impressa(s) de circulação diária em âmbito local e regional, bem como mídia falada (rádio) com abrangência local e regional, sendo de total responsabilidade da municipalidade a produção das peças e projetos publicitários, obedecendo as condições e quantitativos constantes no edital e anexos.

Tipo de julgamento: menor valor unitário.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002; Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016; subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h30min do dia 25 de fevereiro de 2016, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h30min do dia 26 de fevereiro de 2016.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 07h00min as 13h00min de segunda a sexta ou pelo telefone (48) 3533-6600.

Sombrio-SC, 10 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### 035-2016 RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 035/2016 DE 10/02/2016

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente do Fundo Municipal de Saúde:.

05.01.0010.0304.0008.2.025- Assistência e Vigilância Sanitária

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(51)	0.3.66.000000	Investimentos- Aplicações Diretas (3066)	R\$ 5.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2015.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 10 de fevereiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER  
CRC/SC 024848/O-0

### PROCESSO SELETIVO Nº.001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

O Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, Sr. Eder Ivan Marmitt, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que se encontra aberto PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado ao provimento de vaga do Poder Público Municipal, descrita abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções do Edital n.º.001/2016, disciplinado pelo art. 37, II e IX, da Constituição Federal, Lei Complementar 924 de 23 de outubro de 2013, Lei 344/2000 e Lei 384/2001, Lei de contratação para prazo determinado nº.381 de 23 de maio de 2001, Lei Orgânica Municipal e demais Legislações pertinentes. Do cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PARA ATENDER A NECESSSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 17 de fevereiro a 23 de fevereiro de 2016, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, junto a Prefeitura Municipal de Sul Brasil, situada à Avenida Doutor José Leal Filho, 590, centro, cidade de Sul Brasil/SC. Das provas: As provas serão aplicadas no dia 28 de fevereiro de 2016. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Sul Brasil (SC), no site [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br), ou diretamente junto a Prefeitura Municipal de Sul Brasil/SC. Sul Brasil (SC), 15 de fevereiro de 2016. Eder Ivan Marmitt. Prefeito Municipal.

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 008-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 008/2016.

Convite nº. 003/2016

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONVITE, do tipo MENOR PREÇO para: Aquisição de Sêmen Bovino (Doses) das Raças Holandesa e Jersey, para manutenção das atividades do setor de inseminação artificial da secretaria municipal de agricultura, durante o exercício de 2016, nas condições e especificações descritas no edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 24/02/2016, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064.

Tigrinhos (SC), 15 de Fevereiro de 2016.

Rudimar Francisco Guth

Prefeito Municipal

### PORTARIA 030/2016

PORTARIA Nº. 030/2016. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR – CC 04, REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO, supremo interesse administrativo, consubstanciado pela necessidade da contratação de servidor comissionado para exercer o encargo de Diretora do Fundo Municipal da Saúde, bem como gerenciar os programas do Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO, que a necessidade apresentada pelo Município autoriza a redução da carga horária do cargo de Diretor (CC-04) para 30 (trinta) horas;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica Nomeada a Sra. IZOLDI AVANI ZILKE, para exercer o cargo Comissionado de DIRETOR (CC – 04), com 30 (trinta) horas semanais, para desenvolver a função de Direção do Fundo Municipal da Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, bem como assim responsável pelos programas do Ministério da Saúde, a partir de 15 de Fevereiro de 2016, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente, observando a redução da carga horária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e fazenda.

### PORTARIA 031/2016

PORTARIA Nº. 031/2016. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DOS PROGRAMAS DO CRAS E CREAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica Nomeada a Sra. ANGÉLICA ROANI WOLFF, para exercer o Cargo Comissionado de COORDENADOR DOS PROGRAMAS DO CRAS E CREAS, com 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 15 de Fevereiro de 2016, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e fazenda.

### PORTARIA 032/2016

PORTARIA Nº. 032/2016.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR MUNICIPAL SR. MILTON MOSER OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR C-04 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei e etc.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a Carga Horária do Servidor Municipal Sr. MILTON MOSER, Cargo Comissionado de DIRETOR, matrícula nº 506/01, de 20 horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, responsável pelo Departamento Municipal de Esportes, a partir de 15 de

fevereiro de 2016, percebendo a remuneração prevista na legislação municipal vigente.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 12 DE FEVEREIRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e fazenda.

# Timbó

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 01 2016 FCT

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 01/2016 FCT

OBJETO: contratação de pessoa(s) jurídica(s) para comercialização de alimentação e bebida, com o intuito de formar junto ao Parque Central de Timbó a praça de alimentação do evento "Páscoa no Parque 2016" que acontecerá no período de 13 a 28 de março de 2016, disponibilizando toda a estrutura de atendimento, mão de obra, mobiliário, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, venda de tíquetes e limpeza do local, de acordo com as condições previstas nos anexos do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 26 de fevereiro de 2016. ABERTURA: dia 26 de fevereiro de 2016 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 12/02/2016

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente FCT

### EDITAL CONVOCAÇÃO BOLSA ATLETA 01-2016

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ – FME, Martinho de Souza Filho, no uso de suas atribuições, torna público, em consonância com a Lei Municipal n. 2761, de 19 de dezembro de 2014 e Decreto n. 3742, de 23 de janeiro de 2015, o presente Edital de Seleção Pública para Concessão e Renovação do Programa Bolsa – Atleta e Bolsa – Técnico, no exercício de 2016, visando o auxílio no desenvolvimento do esporte no município, para o qual estabelece o valor de até R\$ 615.000,00 (seiscentos e quinze mil reais).

#### 1. DO OBJETIVO:

1.1. Com o objetivo de incentivar os atletas, paratletas, técnicos e auxiliares que representem o Município de Timbó nas diversas modalidades esportivas, dar-se-á incentivo financeiro para apoio na alimentação, saúde, educação, moradia, transporte, material esportivo, taxas para participação em eventos esportivos e taxas de federação.

#### 2. DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

2.1. O processo de seleção para a concessão do Bolsa – Atleta e do Bolsa – Técnico contará com as seguintes fases:

1ª. Fase – Análise Documental: Efetuada pela Comissão Técnica que conferirá a documentação apresentada e o preenchimento integral e correto dos formulários de inscrição e demais anexos deste Edital;

2ª. Fase – Entrevista e Análise de Mérito: Efetuada pela FME, analisará a adequação do Plano de Trabalho dentro dos critérios estabelecidos neste Edital em consonância com os objetivos da Fundação Municipal de Esportes – FME, da Lei Municipal n. 2761/2014 e Decreto n. 3742/2015;

3ª. Fase – Julgamento e Classificação: Efetuada pela FME.

#### 3. DOS CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1. Os critérios para o recebimento da Bolsa – Atleta:

3.1.1. Para o Bolsa-Atleta I:

- a) Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizada(a);
- b) Não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva do Município, Estado, Federação e/ou Confederação da modalidade correspondente;
- c) Possuir idade mínima de 14 anos e máxima de 16 anos completos no momento da inscrição;
- d) Estar regularmente matriculado em instituição pública ou privada de ensino;
- e) Ter participado de competição do calendário FESPORTE ou do calendário estadual da modalidade, no ano de 2015;
- f) Caso o pedido se trate de renovação, o requerente deverá ter sua prestação de contas do auxílio do ano de 2015 com parecer favorável da Comissão Técnica.

3.1.2. Para o Bolsa-Atleta II:

- a) Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizada(a);
- b) Não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva do Município, Estado, Federação e/ou Confederação da modalidade correspondente;
- c) Possuir idade mínima de 14 anos completos no momento da inscrição;
- d) Ter participado de competição do calendário FESPORTE ou do calendário estadual da modalidade no ano de 2015;

e) Caso o pedido se trate de renovação, o requerente deverá ter sua prestação de contas do auxílio do ano de 2015 com parecer favorável da Comissão Técnica.

#### 3.1.3. Para o Bolsa-Alela III:

- a) Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizada(a);
- b) Não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva do Município, Estado, Federação e/ou Confederação da modalidade correspondente;
- c) Possuir idade mínima de 14 anos completos no momento da inscrição;
- d) Ter participado de competição no ano de 2015, tendo obtido a seguinte classificação: 1º ao 3º lugar no evento ou competição com abrangência mínima regional promovida pela Federação da respectiva modalidade ou pela FESPORTE ou que tenha obtido classificação para a fase estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, excluídos aqueles atletas que participaram do JASC sem a necessidade de classificação prévia;
- e) Caso o pedido se trate de renovação, o requerente deverá ter sua prestação de contas do auxílio do ano de 2015 com parecer favorável da Comissão Técnica.

#### 3.1.4. Para o Bolsa-Alela IV:

- a) Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizada(a);
- b) Não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva do Município, Estado, Federação e/ou Confederação da modalidade correspondente;
- c) Possuir idade mínima de 14 anos completos no momento da inscrição;
- d) Ter participado de competição no ano de 2015, tendo obtido a seguinte classificação: 1º ao 3º lugar no evento ou competição estadual ou nacional promovida pela Federação/Confederação da respectiva modalidade ou pela FESPORTE e que tenha potencial identificado pela Fundação Municipal de Esportes para representação do município em evento estadual ou nacional;
- e) Caso o pedido se trate de renovação, o requerente deverá ter sua prestação de contas do auxílio do ano de 2015 com parecer favorável da Comissão Técnica.

3.1.5. A participação e a obtenção da premiação de que tratam os itens anteriores deverá ter ocorrido mediante representação do Município de Timbó ou através de entidades parceiras sediadas no Município, para as modalidades contempladas pela Fundação Municipal de Esportes – FME no ano de 2015.

#### 3.2. Os critérios para o recebimento da Bolsa – Técnico I ou Bolsa-Técnico II:

- a) Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a);
- b) Não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva do Município, Estado, Federação e/ou Confederação da modalidade correspondente;
- c) Possuir registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) em vigência e estar apto a coordenar equipes e/ou atletas da respectiva modalidade;
- d) Ter atuado como Técnico ou Auxiliar Técnico de modalidade, time ou delegação em eventos, com abrangência mínima regional, promovidos pela Federação da respectiva modalidade ou pela FESPORTE;
- e) Caso o pedido se trate de renovação, o requerente deverá ter sua prestação de contas do auxílio do ano de 2015 com parecer favorável da Comissão Técnica.

3.3. A participação e a obtenção da premiação de que tratam os itens anteriores deverá ter ocorrido mediante representação do Município de Timbó ou através de entidades parceiras sediadas no Município, para as modalidades contempladas pela Fundação Municipal de Esportes – FME no ano de 2015.

#### 4. DA DOCUMENTAÇÃO E DO PRAZO DE INSCRIÇÃO:

4.3. Os candidatos deverão entregar na sede da Fundação Municipal de Esportes – FME a documentação de inscrição que será composta de:

- a) Formulário de inscrição padrão (ANEXO I), preenchida e assinada;
- b) Cópia da cédula de identidade e CPF;
- c) 01 (uma) foto 3x4 recente;
- d) Autorização (ANEXO II) e cópia da cédula de identidade e CPF dos pais ou responsáveis legais em caso de candidato menor de 18 anos;
- e) Atestado de matrícula escolar, quando menor de 18 anos;
- f) Declaração de participação em competições (ANEXO III);
- g) Declaração de vinculação à entidade desportiva (ANEXO IV);
- h) Declaração de não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva do Município, Estado, Federação e/ou Confederação da modalidade correspondente (ANEXO V);
- i) Plano de Trabalho, indicando, no mínimo, uma competição oficial da modalidade e categoria para o período de concessão da bolsa (ANEXO VI);
- j) Cópia do Registro no Conselho Regional de Educação Física–CREF, para os candidatos ao Bolsa-Técnico I ou Bolsa-Técnico II ou documento similar que comprove o registro e a respectiva vigência;

#### 5. DA CONCESSÃO DA BOLSA:

5.4. As bolsas serão concedidas pelo prazo de 10 (dez) meses, no período compreendido entre março e dezembro.



5.5. Os valores serão depositados mensalmente em conta bancária indicada pelo candidato, preferencialmente no Banco do Brasil.

5.2.1. Os beneficiários menores que não possuírem conta corrente de sua titularidade deverão proceder a abertura de conta poupança para depósito do auxílio.

5.6. O beneficiário firmará com a Fundação Municipal de Esportes – FME o respectivo Termo de Adesão (ANEXO VII)

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DOS BOLSISTAS:

6.1. São obrigações do beneficiário do Programa Bolsa-A atleta ou Bolsa- Técnico:

6.0.1. Representar, exclusivamente, o município de Timbó, nas equipes da Fundação Municipal de Esportes – FME ou entidade parceira, quando solicitado, em competições promovidas e/ou consideradas de interesse da Fundação Municipal de Esportes – FME.

6.0.2. Participar de treinamentos, das atividades e eventos em prol do desenvolvimento do esporte, bem como em campanhas educativas promovidas pelo Município ou quando solicitado pela Fundação Municipal de Esportes – FME.

6.0.3. Utilizar o valor do auxílio financeiro somente para fins de alimentação, saúde, educação, moradia, transporte, material esportivo, taxas para participação em eventos esportivos e taxas de federação.

6.0.4. Apresentar à Fundação Municipal de Esportes – FME relatório de atividades esportivas desenvolvidas, de acordo com o plano de trabalho fornecido no momento do processo de seleção, até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela do auxílio financeiro.

6.0.5. Apresentar prestação de contas à Comissão Técnica em até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela do auxílio financeiro.

6.0.6. Autorizar o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município e da Fundação Municipal de Esportes – FME, além de usar a marca oficial destes e de seus patrocinadores oficiais nos uniformes e demais materiais de divulgação e marketing.

6.1. O não cumprimento das obrigações acima mencionadas implicará na suspensão da bolsa e a devolução dos valores recebidos.

#### 7. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

7.1. Os beneficiados com o Programa Bolsa-A atleta ou Bolsa-Técnico deverão apresentar a prestação de contas à Comissão Técnica que emitirá parecer quanto a respectiva aprovação.

7.2. A prestação de contas deverá conter:

7.2.1. Declaração própria, ou do responsável se menor de 18 (dezoito) anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa-A atleta ou Bolsa-Técnico deverão foram utilizados para custear as despesas do beneficiário com a sua manutenção pessoal e esportiva, de acordo com o plano de trabalho.

7.2.2. Declaração da respectiva entidade esportiva, ou da Fundação Municipal de Esportes – FME, atestando estar o beneficiário em plena atividade esportiva, ou afastado por motivo de saúde, neste caso, acompanhado do atestado médico original.

7.2.3. Declaração do estabelecimento de ensino fundamental ou médio atestando a matrícula e o boletim de aproveitamento escolar do beneficiário, se menor de 18 (dezoito) anos.

#### 8. DA AVALIAÇÃO:

8.1. A avaliação, concessão e exclusão da Bolsa-A atleta e Bolsa-Técnico será realizada de acordo com a disponibilidade financeira da Fundação Municipal de Esportes – FME, segundo critérios elencados neste instrumento e nos termos da Lei Municipal n. 2761/2014 e Decreto n. 3742/2015, tudo operacionalizado pela Comissão Técnica a ser nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo, bem como pelo corpo diretivo da FME.

#### 9. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

9.1. A listagem prévia contendo os nomes dos beneficiários do Bolsa-A atleta e do Bolsa-Técnico e os respectivos valores a serem repassados, será divulgada em meio de comunicação impresso e eletrônico responsável pelas publicações oficiais do Município.

#### 10. DOS RECURSOS:

10.1. O prazo para recurso quanto aos termos da listagem prévia será de 02 (dois) dias corridos contados de sua publicação.

10.2. Os recursos deverão ser protocolizados junto a sede da Fundação Municipal de Esportes – FME (Rua Julius Scheidemantel s/n, Centro, Timbó/SC) em envelope lacrado, direcionado à Comissão Técnica do Programa Bolsa-A atleta e Bolsa-Técnico, que terá o prazo de 02 (dois) dias corridos para deliberação.

10.3. Após deliberação acerca dos recursos interpostos, a Comissão Técnica encaminhará listagem final de classificação dos atletas beneficiados com o Programa Bolsa-A atleta e Bolsa-Técnico e providenciará a publicação em meio de comunicação impresso e eletrônico responsável pelas publicações do município.

#### 11. DO CRONOGRAMA:

DATA	EVENTO
15/02/2016	Publicação do Edital

15/02/2016 a 19/02/2016	Inscrição dos solicitantes para o Programa Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico. Protocolo deverá ser realizado entre 13 h e 19 h junto a sede da Fundação Municipal de Esportes – FME.
22/02/2016	Reunião da Comissão Técnica para avaliação das solicitações e deliberação da listagem prévia
24/02/2016	Publicação da listagem prévia dos beneficiados, em meio de comunicação impresso e eletrônico responsável pelas publicações oficiais do município
25/02/2016 a 26/02/2016	Prazo para a interposição de recurso endereçado à Comissão Técnica. Protocolo deverá ser realizado entre 13 h e 17 h junto a sede da Fundação Municipal de Esportes – FME, em envelope lacrado.
01/03/2016	Reunião da Comissão Técnica para análise e julgamento dos recursos
02/03/2016	Publicação da Listagem Final dos beneficiados em meio de comunicação impresso e eletrônico responsável pelas publicações oficiais do município.
07/03/2016 a 09/03/2016	Assinatura dos Termos de Adesão junto à Fundação Municipal de Esportes, no horário compreendido entre 13h e 19 h.

## 12. DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO:

12.1. A concessão da Bolsa-Atleta e da Bolsa-Técnico é eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiário atender as condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

12.2. O processo de desligamento do Programa Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico respeitará os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.3. Em caso de desligamento do beneficiário, a Comissão Técnica convocará atleta ou técnico, que cumpra os requisitos previstos neste Edital, que será beneficiado pelo tempo restante para a conclusão do período concedido ao substituído.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do presente Edital e normas legais pertinentes ao Programa Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

13.2. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) e telefones atualizados.

13.3. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Técnica.

13.4. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos: Anexo I (Formulário de Inscrição), Anexo II (Autorização do Responsável), Anexo III (Declaração de Participação em Competições), Anexo IV (Declaração de Vinculação à entidade desportiva), Anexo V (Declaração de ausência de punição na modalidade correspondente); Anexo VI (Plano de Trabalho), Anexo VII (Termo de Adesão).

Timbó, SC, 15 de fevereiro de 2016.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente

Fundação Municipal de Esportes – FME

## ANEXO I

### FOMULÁRIO DE INSCRIÇÃO – BOLSA-ATLETA

Nome Completo:
Data de Nascimento: Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino Estado Civil:
CPF: RG:
Dados do responsável (caso o atleta seja menor de 18 anos)
Data de Nascimento: Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino Estado Civil:
CPF: RG:
Endereço: Cidade:
Bairro: CEP
Telefones para contato: Celular - Comercial - Residencial -
E-mail:
Categoria para a qual pleiteia a Bolsa-Atleta: ( ) Categoria I – Auxílio de R\$ 100,00 (cem reais) ( ) Categoria II – Auxílio de R\$ 300,00 (trezentos reais) ( ) Categoria III – Auxílio de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ( ) Categoria IV – Auxílio de R\$ 1.000,00 (mil reais)
O pedido trata-se de uma renovação da bolsa recebida em 2015? ( ) Sim ( ) Não

Modalidade para a qual pleiteia auxílio do Programa Bolsa-Atleta:

- ☐ Atletismo  
☐ Basquete  
☐ Bocha  
☐ Bolão 16  
☐ Bolão 23  
☐ Ciclismo  
☐ Desporto 3ª Idade  
☐ Futebol  
☐ Futebol Americano  
☐ Futsal  
☐ Ginástica Rítmica  
☐ Handebol  
☐ Judô  
☐ Karatê  
☐ Paradesporto (indicar qual modalidade: \_\_\_\_\_)  
☐ Punhobol  
☐ Tênis de mesa  
☐ Tiro  
☐ Vôlei  
☐ Vôlei de Areia  
☐ Xadrez

Naípe da modalidade: ☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Ambos

Declaro estar ciente:

- Das condições estabelecidas pela Lei nº 2761, de 19 de dezembro de 2014, bem como do Decreto nº 3742/2015 e do Edital nº 01/2016/FME-Timbó.
- Que a formalização da inscrição não garante a concessão benefício, o que somente ocorrerá após análise da Comissão Técnica do Programa e da Fundação Municipal de Esportes de Timbó.

Timbó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do Candidato

## FOMULÁRIO DE INSCRIÇÃO – BOLSA-TÉCNICO

Nome Completo:

Data de Nascimento: Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino Estado Civil:

CPF: RG: Nº de inscrição no CREF:

Endereço: Cidade:

Bairro: CEP:

Telefones para contato: Celular - Comercial - Residencial -

E-mail:

Pleiteia a Bolsa-Técnico para atuar como:

☐ Técnico ☐ Auxiliar técnico

Categoria para a qual pleiteia o Bolsa-Técnico:

- ☐ Categoria I – Auxílio de R\$ 1.000,00 (mil reais)  
☐ Categoria II – Auxílio de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)

O pedido trata-se de uma renovação da bolsa recebida em 2015?

☐ Sim ☐ Não

Modalidade para a qual pleiteia auxílio do Programa Bolsa-Técnico:

- ( ) Atletismo  
( ) Basquete  
( ) Bocha  
( ) Bolão 16  
( ) Bolão 23  
( ) Ciclismo  
( ) Desporto Escolar  
( ) Desporto 3ª Idade  
( ) Futebol  
( ) Futebol Americano  
( ) Futsal  
( ) Ginástica Rítmica  
( ) Handebol  
( ) Judô  
( ) Karatê  
( ) Paradesporto (indicar qual modalidade: \_\_\_\_\_)  
( ) Punhobol  
( ) Tênis de mesa  
( ) Tiro  
( ) Vôlei  
( ) Vôlei de Areia  
( ) Xadrez

Naípe da modalidade: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Ambos

Declaro estar ciente:

- Das condições estabelecidas pela Lei nº 2761, de 19 de dezembro de 2014, bem como do Decreto nº 3742/2015 e do Edital nº 01/2016/FME-Timbó.
- Que a formalização da inscrição não garante a concessão benefício, o que somente ocorrerá após análise da Comissão Técnica do Programa e da Fundação Municipal de Esportes de Timbó.

Timbó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do Candidato

## ANEXO II

## AUTORIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL

(Art. 3º, III, da Lei n. 2761, de 19 de dezembro de 2014)

Nome do Atleta (menor): \_\_\_\_\_

Nome pai/mãe/responsável: \_\_\_\_\_

Declaro ser pai/mãe/responsável do menor acima indicado, sendo que AUTORIZO SUA INSCRIÇÃO NO PROGRAMA BOLSA-ATLETA DA FME/TIMBÓ, bem como serei responsável pela utilização dos recursos financeiros eventualmente recebidos.

Timbó, \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÃO - ATLETA

(Art. 3º, II, da Lei 2761, de 19 de dezembro de 2014)

Em atenção ao que dispõe o Art. 3º, II, da Lei 2761, de 19 de dezembro de 2014, declaro que participei na condição de atleta da(s) competição abaixo listada(s):

Nome da Competição	Entidade que organizou a competição	Cidade de realização	Data da realização	Modalidade em que competiu	Âmbito da competição (municipal, regional, estadual, nacional, internacional)	Classificação Resultado Obtido


Por ser verdade, firmo a presente.

Timbó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura

Nome:

CPF:

**DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÃO - TÉCNICO/AUXILIAR**  
(Art. 10, III, da Lei 2761, de 19 de dezembro de 2014)

Em atenção ao que dispõe o Art. 10, III, da Lei 2761, de 19 de dezembro de 2014, declaro que participei na condição de Técnico/Auxiliar Técnico da(s) competição abaixo listada(s):

Nome da Competição	Entidade que organizou a competição	Cidade de realização	Data da realização	Modalidade em que competiu	Âmbito da comp. (municipal, regional, estadual, nacional, internacional)	Classificação Resultado Obtido

Por ser verdade, firmo a presente.

Timbó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura

Nome:

CPF:

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE VINCULAÇÃO À ENTIDADE DESPORTIVA - ATLETA**  
(Art. 3º, I, da Lei 2761, de 19 de dezembro de 2014)

Entidade: (Inserir os seguintes dados: Nome da entidade, CNPJ, Endereço, Nome do representante legal).

Atleta: (Nome do atleta para o qual está se confeccionando a declaração).

Declaramos que o atleta acima indicado está vinculado a nossa entidade, sendo praticante da modalidade esportiva de: \_\_\_\_\_ (indicar a modalidade praticada pelo atleta).

Por ser verdade, firmo a presente.

Timbó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura

Nome:

CPF:

Cargo na entidade:

**DECLARAÇÃO DE VINCULAÇÃO À ENTIDADE DESPORTIVA – TÉCNICO**  
(Art. 10, I, da Lei 2761, de 19 de dezembro de 2014)

Entidade: (Inserir os seguintes dados: Nome da entidade, CNPJ, Endereço, Nome do representante legal).

Técnico/Auxiliar Técnico: (Nome do técnico/auxiliar técnico para o qual está se confeccionando a declaração).

Declaramos que o técnico/auxiliar técnico acima indicado está vinculado a nossa entidade, sendo que o mesmo atua na coordenação de equipes esportivas há pelo menos 03 (três) anos, na modalidade esportiva de: \_\_\_\_\_ (indicar a modalidade coordenada pelo (técnico/auxiliar técnico)).

Por ser verdade, firmo a presente.

Timbó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura

Nome:

CPF:

Cargo na entidade:

## ANEXO V

## DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PUNIÇÃO

Declaro, para os devidos fins, não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva do Município, Estado, Federação e/ou Confederação.

Por ser verdade, firmo a presente.

Timbó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura

Nome

CPF

## ANEXO VI

## PLANO DE TRABALHO

## BOLSA-ATLETA

(Art. 3º, III, da Lei 2761, de 19 de dezembro de 2014)

## 1 IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Proponente: (Nome do atleta)			CPF:	
Modalidade:				
Capacidade técnica (Descrever brevemente o currículo nas atividades esportivas, listando os eventos que já participou, e se julgar conveniente indicar a premiação recebida):				
Endereço			Bairro	
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	
Conta Corrente		Banco	Agência	Praça de Pagamento

## 2 QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Bolsa-A atleta do Município de Timbó	Período de Execução	
	Início 01/03/2016	Término 31/12/2016
Identificação do Objeto: Constitui objeto deste plano de trabalho a concessão de Bolsa ao atleta acima qualificado, a qual será repassada pelo Município de Timbó, através da Fundação Municipal de Esportes, nos termos da Lei Municipal nº 2761, de 19 de dezembro de 2014.		

## Finalidade do Projeto:

Auxiliar na manutenção da carreira dos atletas e paratletas buscando proporcionar condições para que os mesmos possam se dedicar ao treinamento esportivo e participar de competições, objetivando o desenvolvimento pleno da carreira esportiva e a constante renovação das gerações de atletas com potencial nas mais diversas competições municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais. Justificativa do Projeto:

Tanto no Município de Timbó, como em nível estadual e até nacional o incentivo/fomento à prática desportiva é precário, sendo desprovido inclusive de recursos e investimentos.

A maioria dos atletas (amadores, não-profissionais ou profissionais) muitas vezes abandonam o esporte por questões financeiras, vez que o tempo para os treinamentos acaba sendo substituído pelo exercício de atividade laboral necessária ao sustento e custeio dos materiais e equipamentos necessários a efetiva prática desportiva, hospedagem, alimentação e locomoção em competições.

Este projeto busca contemplar o atleta que se destacam em suas modalidades.

Tal projeto, além de oportunizar condições financeiras, garantirá tempo disponível para os treinos, incentivando assim o desenvolvimento de uma política de desportos focada no cidadão e no resultado.

Este projeto também busca qualificar a gestão desportiva e principalmente aprimora os programas e ações governamentais voltadas ao atleta e ao esporte, tanto amador quanto de alto rendimento, assegurando assim condições de preparação e alcance de resultados em competições municipais, estaduais e nacionais.

## 3 PLANO DE APLICAÇÃO



Quantidade	Detalhamento dos Bens/Serviços a serem adquiridos/contratados	Valor Total*
01	Concessão de bolsa-atleta	R\$

\*Inserir neste campo o valor total da bolsa para todo o ano.

#### 4 CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

Meta	Especificação*	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade**	Início	Término
01		01	R\$	01/03/2016	31/03/2016
02		01	R\$	01/04/2016	30/04/2016
03		01	R\$	01/05/2016	31/05/2016
04		01	R\$	01/06/2016	30/06/2016
05		01	R\$	01/07/2016	31/07/2016
06		01	R\$	01/08/2016	31/08/2016
07		01	R\$	01/09/2016	30/09/2016
08		01	R\$	01/10/2016	31/10/2016
09		01	R\$	01/11/2016	30/11/2016
10		01	R\$	01/12/2016	31/12/2016

\*Neste campo o atleta deve listar as atividades que irá desenvolver naquele mês, tais como: treinamentos e participação em competição.

\*\*Neste campo o atleta deve preencher qual o valor da bolsa que pretende receber por mês.

#### 4.1 CALENDÁRIO DE TREINAMENTOS

Dia da Semana	Local do Treinamento	Horário do Treinamento
Segunda		
Terça		
Quarta		
Quinta		
Sexta		
Sábado		
Domingo		

#### 4.2 COMPETIÇÕES QUE PRETENDE PARTICIPAR NO ANO DE 2016

Nome da Competição	Data Prevista de realização	Âmbito da competição (municipal, estadual, nacional ou internacional)

#### 5. CRONOGRAMA FINANCEIRO DE DESEMBOLSO\*

Mês	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Valor	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Mês	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Valor	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

\*Informar o valor do auxílio a ser recebido em cada mês

Timbó, \_\_\_\_ de fevereiro de 2016.

Assinatura

## PLANO DE TRABALHO

### BOLSA-TÉCNICO

(Art. 10, IV, da Lei 2761, de 19 de dezembro de 2014)

#### 1 IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Proponente: (Nome do técnico/auxiliar técnico)			CPF:		
Modalidade:			Nome:		
Capacidade técnica (Descrever brevemente o currículo nas atividades esportivas, listando os eventos que já participou na condição de técnico/auxiliar técnico, e se julgar conveniente indicar a premiação recebida):					
Endereço			Bairro		
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone		
Conta Corrente		Banco	Agência	Praça de Pagamento	

#### 2 QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Bolsa-Técnico do Município de Timbó		Período de Execução	
		Início 01/03/2016	Término 31/12/2016
Identificação do Objeto: Constitui objeto deste plano de trabalho a concessão de Bolsa ao técnico/auxiliar técnico acima qualificado, a qual será repassada pelo Município de Timbó, através da Fundação Municipal de Esportes, nos termos da Lei Municipal nº 2761, de 19 de dezembro de 2014.			
Finalidade do Projeto: Auxiliar na manutenção da carreira dos técnicos/auxiliares técnicos buscando proporcionar condições para que os mesmos possam se dedicar à coordenação/orientação do treinamento esportivo e participar de competições, objetivando o desenvolvimento pleno da carreira esportiva e a constante renovação das gerações de técnicos/auxiliares técnicos com potencial de liderança nas mais diversas competições municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais.			
Justificativa do Projeto: Tanto no Município de Timbó, como em nível estadual e até nacional o incentivo/fomento à prática desportiva é precário, sendo desprovido inclusive de recursos e investimentos. De igual forma mostra-se o incentivo ao desenvolvimento de técnicos/auxiliares técnicos. A maioria dos técnicos/auxiliares técnicos muitas vezes abandonam o esporte por questões financeiras, vez que o tempo para os coordenadores dos treinamentos acaba sendo substituído pelo exercício de atividade laboral necessária ao sustento e custeio dos materiais e equipamentos necessários ao efetivo exercício de suas funções. Este projeto busca contemplar o atleta que se destacam em suas modalidades. Tal projeto, além de oportunizar condições financeiras, garantirá tempo disponível para a coordenação dos treinos, incentivando assim o desenvolvimento de uma política de desportos focada no cidadão e no resultado. Este projeto também busca qualificar a gestão desportiva e principalmente aprimora os programas e ações governamentais voltadas ao técnico/auxiliar técnico e ao esporte, tanto amador quanto de alto rendimento, assegurando assim condições de preparação e alcance de resultados em competições municipais, estaduais e nacionais.			

#### 3 PLANO DE APLICAÇÃO

Quantidade	Detalhamento dos Bens/Serviços a serem adquiridos/contratados	Valor Total*
01	Concessão de bolsa-técnico	R\$

\*Inserir neste campo o valor total da bolsa para todo o ano.

#### 4 CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

Meta	Especificação*	Indicador Físico			Duração	
		Unidade	Quantidade**	Nº de atletas atendidos	Início	Término
01		01	R\$		01/03/2016	31/03/2016
02		01	R\$		01/04/2016	30/04/2016
03		01	R\$		01/05/2016	31/05/2016
04		01	R\$		01/06/2016	30/06/2016
05		01	R\$		01/07/2016	31/07/2016
06		01	R\$		01/08/2016	31/08/2016

07		01	R\$		01/09/2016	30/09/2016
08		01	R\$		01/10/2016	31/10/2016
09		01	R\$		01/11/2016	30/11/2016
10		01	R\$		01/12/2016	31/12/2016

\*Neste campo o técnico/auxiliar técnico deve listar as atividades que irá desenvolver naquele mês, tais como: treinamentos e participação em competição.

\*\*Neste campo o técnico/auxiliar técnico deve preencher qual o valor da bolsa que pretende receber por mês.

#### 4.1 CALENDÁRIO DE TREINAMENTOS

Dia da Semana	Local do Treinamento	Horário do Treinamento
Segunda		
Terça		
Quarta		
Quinta		
Sexta		
Sábado		
Domingo		

#### 4.2 COMPETIÇÕES QUE PRETENDE PARTICIPAR NO ANO DE 2016

Nome da Competição	Data Prevista de realização	Âmbito da competição (municipal, regional, estadual, nacional ou internacional)

#### 5. CRONOGRAMA FINANCEIRO DE DESEMBOLSO\*

Mês	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Valor	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Mês	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Valor	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

\*Informar o valor do auxílio a ser recebido em cada mês

Timbó, \_\_\_\_ de fevereiro de 2016.

Assinatura

ANEXO VII

#### TERMO DE ADESÃO DA BOLSA-ATLETA / BOLSA-TÉCNICO 2016

Com fundamento na Lei 2761, de 19 de dezembro de 2014 e Decreto n. 3742, de 23 de janeiro de 2015, de um lado a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME, CNPJ n. 86.843.596/0001-07, com sede na rua Julius Scheidemantel s/n, Centro, representado por seu Diretor Presidente, Sr. MARTINHO DE SOUZA FILHO, doravante denominado CONCEDENTE e de outro lado, \_\_\_\_\_ brasileiro(a) portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF n. \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) BENEFICIÁRIO(A).

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE ADESÃO tem por objeto assegurar ao Beneficiário(a) o pagamento da Bolsa- \_\_\_\_\_, na categoria \_\_\_\_\_, cuja utilização será para sua manutenção pessoal e esportiva, nos termos do item 1.1 do Edital 001/2016 – FME.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PARCELAS E DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O benefício será pago através de 10 (dez) parcelas mensais, de março a dezembro de 2016, no valor de R\$ \_\_\_\_\_, totalizando R\$ \_\_\_\_\_.

Os recursos destinados à execução do objeto deste Termo de Adesão serão liberados pela CONCEDENTE, mediante depósito em conta corrente n. \_\_\_\_\_, agência n. \_\_\_\_\_ do Banco \_\_\_\_\_ de titularidade do BENEFICIÁRIO.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O BENEFICIÁRIO deverá apresentar prestação de contas à Comissão Técnica até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela, a qual deverá conter:

- a) declaração própria, ou de responsável se menor de dezoito anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa-Atleta ou Bolsa-Técnico foram utilizados para custear as despesas do BENEFICIÁRIO com sua manutenção pessoal e esportiva, de acordo com o plano de trabalho;
- b) declaração da respectiva entidade esportiva, ou da Fundação Municipal de Esportes – FME, atestando estar o BENEFICIÁRIO em plena atividade esportiva ou afastado por motivo de saúde, neste caso, acompanhado do atestado médico original;
- c) declaração da instituição de ensino atestando a matrícula do BENEFICIÁRIO e o boletim de aproveitamento escolar, se menor de dezoito anos,

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações da CONCEDENTE:

- a) efetuar o repasse, até o dia 20 do decorrente mês depositando na conta bancária do BENEFICIÁRIO.
- b) efetuar, em caso de atraso, o repasse do recurso na conta do BENEFICIÁRIO, cumulativamente, no mês subsequente;

II - São obrigações do BENEFICIÁRIO:

- a) utilizar os recursos financeiros de acordo com o objeto pactuado neste Termo;
- b) prestar conta, com observância do prazo e na forma estabelecida na Cláusula Terceira, deste instrumento.
- c) Representar exclusivamente o Município de Timbó, nas equipes da Fundação Municipal de Esportes – FME, ou entidades parceiras, em competições promovidas ou consideradas de interesse da CONCEDENTE, sempre que solicitado.
- d) Participar de treinamentos, das atividades e eventos em prol do desenvolvimento do esporte, bem como em campanhas educativas promovidas pelo Município ou quando solicitado pela CONCEDENTE.
- e) Apresentar à CONCEDENTE relatório de atividades esportivas desenvolvidas, de acordo com o plano de trabalho, até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela do auxílio financeiro.
- f) Apresentar prestação de contas à Comissão Técnica em até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela do auxílio financeiro.
- g) Autorizar o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município e da Fundação Municipal de Esportes – FME, além de usar a marca oficial destes e de seus patrocinadores oficiais nos uniformes e demais materiais de divulgação e marketing.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Termo de Adesão poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, por descumprimento de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que torne material ou formalmente inexecutável, sem qualquer ônus advindo dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações do prazo em que tenha vigido.

Constitui motivo para rescisão deste Termo de Adesão e perda do benefício, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, ou na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o pactuado;
- b) comprovado uso de documento ou declaração falsa para obtenção do benefício;
- c) deixar de treinar ou faltar às competições de que deva participar sem justa causa;
- d) quando convocado, pela Fundação Municipal de Esportes, não participar das competições sem justificativa convincente.
- e) deixar de autorizar o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município e da Fundação Municipal de Esportes – FME.
- f) deixar de usar a marca oficial do Município de Timbó e da Fundação Municipal de Esportes – FME e de seus patrocinadores oficiais nos uniformes e demais materiais de divulgação e marketing.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Termo de Adesão do Bolsa- \_\_\_\_\_ que decorre da Lei n. 2761, de 19 de dezembro de 2014 e regulamentado pelo Decreto n. 3742, de 23 de janeiro de 2015, tem por finalidade individualizar a relação jurídica particular, não gerando qualquer vínculo empregatício.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Timbó-SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem plenamente de acordo, firmam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo indicada, em 03 (três) vias de

igual teor e forma, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas disposições.

Timbó, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

MARTINHO DE SOUZA FILHO Presidente da FME		Beneficiário
		Pai ou Responsável (para menores de 18 anos)

Testemunhas:

Nome CPF		Nome CPF
-------------	--	-------------

### **EXTRATO TERMO DE ACORDO - CONTRATO Nº 2012.190**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO

TERMO DE ACORDO PARA REAJUSTE CONTRATUAL – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2012/190

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

CONTRATADO: Engecel Eletro Comercial Ltda.

OBJETO: Reajuste no valor de R\$ 3.524,72 correspondente a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 2012/190, nos termos das justificativas, planilhas de reajuste constantes nos memorandos nº 0383/2015 e 0504/2015.

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2016.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

# Três Barras

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 045 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 045 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora ARLETE METKA DA SILVA SCHERMACK, cargo efetiva desta Prefeitura a Gratificação "Responsável pela TE-CPLAN" no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) em sua remuneração, gratificação esta, prevista na Lei Complementar Nº 183 de 02 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 02 de fevereiro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 046 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 046 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º.- Conceder o retorno a servidora SELMA REGINA DOS SANTOS DAL COMUNI AUGUSTO – Matrícula Nº 2747.05, da licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares, conforme art. 73, § VI e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009, concedida através da portaria nº. 131/2015, ocupante do cargo de PROFESSOR, 20 horas, a contar do dia 03/02/2016.

Art. 2º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de fevereiro de 2015.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 047 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 047 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias do Servidor OSMAR CACHUC, matrícula 159042.00, cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, do quadro de pessoal Efetivo desta Prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 01/02/2015 a 31/01/2016, cujo gozo teve início 04/02/2016.

O saldo de férias devido ao Servidor totaliza em 19 (dezenove) dias, que deverão ser gozados, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da lei Complementar nº138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de fevereiro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 048 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 048 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º.- Conceder o retorno a servidora SIMONE SANTOS LIMA IQUEUTI – Matrícula Nº 128619-05 da licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares, conforme art. 73, § VI e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009, concedida através da portaria nº. 072/2014, ocupante do cargo de PROFESSOR, 40 horas, a contar do dia 03/02/2016.

Art. 2º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de fevereiro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor



**PORTARIA Nº. 049 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 049 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Conceder, a servidora MARIA DOROTEA PEREIRA MACHADO DE SOUZA, matrícula 163929.04, cargo de PROFESSORA, 100:00 horas mensais, quadro de funcionários temporários desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; 180 (Cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar o atestado de 05/02/2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de fevereiro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 050 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 050 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

INTERROMPER o gozo de férias do Servidor ESTANISLAU FIOLEK NETO, matrícula 7340.12, cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, do quadro de pessoal Efetivo desta Prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 10/02/2015 a 09/02/2016, cujo gozo teve início 10/02/2016.

O saldo de férias devido ao Servidor totaliza em 19 (dezenove) dias, que deverão ser gozados, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da lei Complementar nº138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de fevereiro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2131

DECRETO Nº 2.131/2016 de 11/02/2016

“APROVA, EM TEXTO ÚNICO, A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRIBUTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Orgânica do Município, bem como observando o que prevê o Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 80/2016) e o Código Tributário Nacional:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada, em texto único, a Consolidação das Leis Tributárias do Município de Treze Tílias/SC, que compreende as disposições do Código Tributário Municipal (Lei n.º 80/2014, de 30 de dezembro de 2014) e das Leis Complementares n.º 84/2015, de 10 de junho de 2015 e nº 91/2015, de 15 de dezembro de 2015.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças fará publicar a Consolidação aprovada por este Decreto, para sua melhor divulgação entre os contribuintes e os munícipes em geral.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC, xx de fevereiro de 2016.

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

MAURO DRESCH  
Prefeito

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

### LEI COMPLEMENTAR 80

LEI COMPLEMENTAR Nº 80/2014 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014  
Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Treze Tílias - SC, que institui o sistema tributário do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS-SC Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal em consonância com o artigo 9º, incisos IV e V da Lei Orgânica Municipal decreta e eu sanciono, nos termos do artigo 73, inciso III da própria Constituição Municipal, a seguinte Lei Complementar:

#### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei Complementar institui o Código Tributário do Município de Treze Tílias, dispõe, regula e disciplina os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e de rendas que constituem a receita do Município em conformidade com:

I - a Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil;

II - o Código Tributário Nacional;

III - as Leis Complementares nacionais, instituidoras de normas gerais de direito tributário;

IV - a Constituição do Estado de Santa Catarina;

V - a Lei Orgânica Municipal.

§ 1º. O sistema tributário municipal compreende, e, é regido pelo disposto neste Código, leis complementares, leis ordinárias, decretos regulamentares e normas complementares, obedecidos os mandamentos citados nos itens I a V deste artigo.

§ 2º. São normas complementares das leis e dos decretos:

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como Portarias, Circulares, Instruções, Avisos de Ordens de Serviço, expedidas pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças e/ou pelo Diretor de Administração e Finanças dos Órgãos Administrativos encarregados da aplicação da Lei;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;

III - os convênios celebrados pelo Município com a União, Estado, Distrito Federal ou outros Municípios.

§ 3º. Para sua aplicação a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, que tem seu conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º. O presente Código Tributário Municipal é constituído de dois livros com a matéria assim distribuída:

I - LIVRO I: regula a matéria tributária no que compete ao Município e toda regra relativa à receita do Município constituída de tributos e rendas; e

II - LIVRO II: dispõe sobre as normas gerais de direito tributário estabelecidas pela legislação federal aplicáveis aos municípios e as de interesse do Município para aplicação de sua lei tributária e regulamenta o procedimento administrativo fiscal.

#### LIVRO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

##### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º. Esta Lei Complementar dispõe sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, base de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidades, imunidades e a concessão de isenções.

Art. 4º. Aplicam-se às relações entre a Fazenda Pública Municipal e os contribuintes as normas gerais de direito tributário constantes desta Lei Complementar e do Código Tributário Nacional.

Art. 5º. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 6º. Os tributos integrantes do sistema tributário municipal são impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e contribuição social para o custeio do instituto de previdência e assistência social dos servidores públicos municipais.

Art. 7º. Tributo é toda prestação pecuniária, compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

## TÍTULO II COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Orgânica do Município, e observado o disposto nesta Lei.

Art. 9º. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

§ 1º. A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao Município.

§ 2º. A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral do Município.

§ 3º. Não constitui delegação de competência o cometimento, às pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

### CAPÍTULO II LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 10. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;  
II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido

publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea "b".

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio e serviços, dos Municípios, dos Estados e da União;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio e serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, declarados de utilidade pública, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º. O disposto no inciso VI não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensam da prática de atos previstos em lei, assecutorios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º. A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º. As vedações do inciso VI, "a", e do § 2º não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 4º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas previstas nos respectivos estatutos ou dos atos constitutivos.

§ 5º. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições não previstos nesta Lei, só poderá ser concedido mediante lei específica municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

§ 6º. A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

§ 7º. É vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 8º. A vedação do inciso III, "c", não se aplica à fixação da base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano.

§ 9º. A vedação expressa no inciso VI, alínea "c", no que tange exclusivamente às entidades de assistência social com sede no

Município, abrange também o patrimônio e os serviços cujo resultado comprovadamente seja aplicado nas finalidades essenciais, desde que, cumulativamente, e enquanto atender aos seguintes requisitos:

I - esteja regularmente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social;

II - esteja regularmente inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social;

III - seja portadora do Certificado de Entidade de Assistência Social;

IV - seja declarada de utilidade pública municipal;

V - seja declarada de utilidade pública federal;

VI - excluem-se deste parágrafo, os hospitais.

Art. 11. O disposto na alínea "c" do inciso VI do artigo 10 é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

IV - não remunerar seus dirigentes por qualquer meio, conforme regulamentação.

Parágrafo único. Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

### TÍTULO III DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 12. São tributos municipais:

I - Impostos:

a) Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

b) Sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição (ITBI); e

c) Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

II - Taxas:

a) Taxas decorrentes do efetivo e regular exercício do Poder de Polícia Administrativa e Fiscal:

1. Taxa de Licença Para Instalação e Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

2. Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

3. Horário Especial de Funcionamento de Estabelecimentos de

Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres;

4. Taxa de Licença para Exercício de Atividade de Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante;

5. Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade;

6. Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal;

7. Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares.

b) Taxas decorrentes da Utilização Efetiva ou Potencial de Serviços Públicos Divisíveis, Prestados aos Contribuintes ou Postos à sua Disposição:

1. Taxa dos Serviços Públicos de Coleta, Remoção e Tratamento, Destinação ou Disposição de Resíduos Sólidos.

III - Contribuição de Melhoria; e

IV - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP.

Art. 13. Para serviços cuja natureza não comporte a cobrança de taxas serão estabelecidos, pelo Poder Executivo, preços e tarifas públicas, não submetidas à disciplina jurídica dos tributos, conforme disciplinado no Livro II, Título VII.

### TÍTULO IV DOS IMPOSTOS

#### CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

##### Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 14. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, edificado ou não, situado na zona urbana contínua ou descontínua, urbanizável, localizado na zona urbana do município, observando-se o disposto no artigo 10.

Art. 15. O imposto é anual e na forma da lei civil se transmite aos adquirentes, considerando-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 16. Para efeito de incidência deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em Lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Parágrafo único. Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de glebas ou de loteamentos aprovados órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do caput deste artigo.

Art. 17. O imposto também incide sobre o bem imóvel, ainda que não possua os melhoramentos previstos nos incisos I a V do artigo 16:

I - em áreas inseridas no perímetro urbano do Município, constante da legislação própria, consideradas como urbanizáveis ou de expansão urbana, exceto quando o imóvel seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial;

II - as áreas utilizadas como loteamentos ou condomínios, destinados à habitação, ainda que não aprovados pelo Poder Público;

III - nas áreas utilizadas para atividades industriais, comerciais ou prestacionais, ainda que inseridas na zona rural;

IV - em imóvel que, embora localizado na zona rural, seja utilizado, comprovadamente, como sítio de recreio.

Parágrafo único. Exceto sítio de recreio, o imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de bem imóvel localizado na zona rural do Município, ainda que possua edificações comerciais, industriais ou residenciais, cuja destinação econômica seja a obtenção de produção agropastoril e sua transformação.

Art. 18. O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal e na obtenção de produção agropastoril e sua transformação.

§ 1º. A não incidência limitar-se-á à área efetivamente utilizada nos fins indicados no caput deste artigo, sendo que a parcela eventualmente não utilizada estará sujeita ao imposto.

§ 2º. Para fruir do benefício previsto neste artigo o contribuinte deverá:

I - requerê-lo junto ao Município na forma regulamentar; e

II - juntar ao requerimento comprovante de:

a) cadastro de produtor rural junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina ou CNPJ; e

b) pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

Art. 19. Todo terreno urbano enquadrado como gleba gozará de desconto no seu valor venal, no que se refere ao lançamento do Imposto Territorial e Predial Urbano.

§ 1º. Para efeito de lançamento do imposto, será atribuído desconto de:

I - 20% (vinte por cento) de desconto para gleba que apresente área de 15.000 m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados) a 20.000 m<sup>2</sup> (vinte mil metros quadrados);

II - 40% (quarenta por cento) de desconto para gleba que apresente área igual ou superior a 20.000 m<sup>2</sup> (vinte mil metros quadrados);

III - 60% (sessenta por cento) de desconto para gleba que apresente área igual ou superior a 60.000 m<sup>2</sup> (sessenta mil metros quadrados);

§ 2º. Incluem-se no benefício do caput as áreas definidas como APP's - Áreas de Preservação Permanente não consolidadas, cujo desconto será regulamentado por Decreto do poder Executivo.

§ 3º. A concessão do desconto de que cuida este artigo de lei dependerá de requerimento formulado, através de formulário padrão, firmado junto ao protocolo geral do Município, até o dia 15 de fevereiro de cada exercício e deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

I - Certidão atualizada do imóvel;

II - Mapa do terreno - levantamento topográfico;

III - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

§ 4º. Havendo edificação com exploração comercial, industrial ou de prestação de serviços em terrenos com vocação agropecuária, sem delimitação de área dentro do perímetro urbano, o imposto incidirá sobre a edificação e a áreas adjacentes diretamente utilizadas para os fins de suas atividade, cuja área mínima de terreno a ser tributada não poderá ser inferior a 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados).

Art. 20. Os imóveis utilizados para atividades industriais ou comerciais, mesmo não integrando loteamentos aprovados, serão considerados como pertencentes à zona urbana, para fins de incidência do imposto.

Art. 21. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo único. O imposto incidirá sobre as construções concluídas, independentemente da concessão da Certidão de Conclusão de Obra ou Habite-se.

## Seção II Do Contribuinte

Art. 22. O contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o possuidor a qualquer título.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

§ 2º. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencentes a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isenta do imposto ou imune.

Art. 23. Respondem solidariamente pelo imposto, ainda que o imóvel pertença a pessoa isenta ou imune:

I - o justo possuidor;

II - o titular do direito de usufruto, uso ou habitação;

III - os promitentes compradores imitidos na posse;

IV - os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título.



**Seção III****Da Base de Cálculo e das Alíquotas**

Art. 24. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Art. 25. O valor venal do imóvel será apurado através da Planta de Valores Genéricos, a ser aprovada pela Câmara Municipal até o final de cada exercício, contendo:

I - os critérios para avaliação dos terrenos e edificações;

II - os valores unitários do metro quadrado de terreno, de acordo com a localização;

III - os valores unitários do metro quadrado de edificação, segundo o tipo e o padrão desta;

§ 1º. A Planta de Valores Genéricos inerente ao cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU encontra-se definida nesta Lei, consoante Tabelas I e II do Anexo I.

§ 2º. Não havendo aumento efetivo de preços da Planta de Valores Genéricos, os valores da Planta então vigente serão atualizados, por ato do Poder Executivo, com base no mesmo índice anual definido para atualização monetária dos tributos municipais.

Art. 26. Não constitui aumento de tributo a atualização, por índice oficial, do valor monetário da base de cálculo.

Art. 27. Na determinação da base de cálculo, não será considerado o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 28. Para efeitos deste imposto não se considera construído o terreno que contenha:

I - construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;

II - construção em andamento ou paralisada, ainda inabitável;

III - construção em ruínas, em demolição, condenada ou interdita;

IV - construção que a autoridade competente considere inadequada, quanto à área ocupada, para a destinação ou utilização pretendida.

Parágrafo único. O imposto incidirá sobre as construções concluídas, independentemente da concessão da Certidão de Conclusão de Obra ou Habite-se.

Art. 29. Sobre a base de cálculo serão aplicadas as alíquotas:

I - imóvel sem edificação: 1,3 % (um vírgula três por cento); e

II - imóvel com edificação: 1 % (um por cento).

Art. 30. Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa de desapropriação do imóvel para fins de reforma urbana.

**Seção IV****Da Inscrição**

Art. 31. A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal é

obrigatória e far-se-á a pedido ou de ofício, devendo ser promovida, separadamente, para cada bem imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que seja beneficiado por imunidade ou isenção.

Parágrafo único. Tratando-se de imóvel sem edificações, sujeita-se a uma só inscrição, requerida, juntamente com a apresentação de planta ou croqui:

I - as glebas sem quaisquer melhoramentos; e

II - as quadras indivisas das áreas arruadas.

Art. 32. O contribuinte é obrigado a promover a inscrição ou sua alteração, em formulário próprio, no qual, sob sua responsabilidade, declarará os elementos e informações exigidos pelo Município, pertinentes ao imóvel, necessários para o lançamento do imposto, nos seguintes prazos e situações:

I - tratando-se de imóvel sem edificações:

a) de 30 (trinta) dias, contados da:

1 - convocação eventualmente feita pelo Município; e

2 - demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno;

b) de 90 (noventa) dias, contados da:

1 - aquisição ou promessa de compra do terreno; e

2 - posse do terreno exercida a justo título.

II - tratando-se de imóvel com edificações:

a) de 30 (trinta) dias, contados da:

1 - convocação eventualmente feita pelo Município; e

2 - conclusão ou ocupação da construção;

b) de 90 (noventa) dias, contados da:

1 - aquisição ou promessa de compra da edificação; e

2 - posse da edificação exercida a justo título.

Art. 33. Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, até 31 de novembro de cada ano, ao Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal, relação dos lotes que tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, apresentando cópia das respectivas matrículas do Registro de Imóveis ou contrato de compra e venda dos imóveis já comercializados e seus respectivos endereços para correspondência, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro.

Art. 34. Os responsáveis pelas edificações em condomínio ficam obrigados a fornecer, dentro de 30 (trinta) dias da data da expedição do Habite-se, ao Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal, cópia da instituição e especificação de condomínio inscrita no Registro de Imóveis competente e cópia das matrículas do Registro de Imóveis ou contrato de compra e venda dos imóveis já comercializados e respectivos endereços para correspondência dos adquirentes das unidades autônomas.

Art. 35. O contribuinte omissor será inscrito de ofício, observado o disposto no art. 34, especialmente no que se refere à apresentação da documentação.



Parágrafo único. Equipara-se ao contribuinte omissor o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erros ou omissões dolosas, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

## Seção V Do Lançamento

Art. 36. O imposto será lançado anualmente, efetuado de ofício pela autoridade competente, em nome do contribuinte, observando-se o estado do imóvel na data de ocorrência do fato gerador.

§ 1º. Tratando-se de construções concluídas durante o exercício, o imposto sobre a edificação será lançado a partir do exercício seguinte àquele em que a unidade competente expedir o certificado de regularização pertinente ou àquele em que a mesma seja parcial ou totalmente ocupada ou ainda que esteja em condições de habitabilidade.

§ 2º. Tratando-se de construções demolidas durante o exercício, o imposto sobre as edificações será cancelado a partir do exercício seguinte àquele em que a demolição foi concluída, permanecendo o imposto correspondente ao terreno.

Art. 37. O imposto será lançado em nome do titular sob o qual estiver o imóvel cadastrado.

§ 1º. Na hipótese de condomínio, o imposto poderá ser lançado em nome de um ou de todos os condôminos, exceto quando se tratar de condomínio constituído de unidades autônomas, nos termos da lei civil, caso em que o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos seus respectivos titulares.

§ 2º. Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do imóvel.

§ 3º. Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, até que, julgado o inventário, se façam necessárias as modificações.

§ 4º. No caso de imóveis objetos de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito indistintamente em nome do compromitente vendedor ou do compromissário comprador, ou ainda, de ambos, ficando sempre um ou outro solidariamente responsável pelo pagamento do tributo.

§ 5º. Tratando-se de imóvel que seja objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, o lançamento será feito em nome do enfiteuta, do usufrutuário, do fiduciário ou de qualquer outro que tenha direito real sobre o imóvel.

§ 6º. Os loteamentos aprovados e enquadrados na legislação urbanística terão seus lançamentos efetuados por lotes resultantes da subdivisão, independentemente da aceitação, que poderão ser lançados em nome dos compromissários compradores, mediante apresentação do respectivo compromisso.

§ 7º. Para efeito de tributação, somente serão lançados em conjunto ou separados os imóveis que tenham projetos de anexação ou subdivisão aprovados pelo Município.

Art. 38. Nos casos de propriedade em comum, o imposto será lançado em nome de um dos co-proprietários, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do tributo.

Art. 39. O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade imobiliária autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

§ 1º. Nos casos de loteamentos, desmembramentos, desdobros e outros da espécie, já inscritos no Registro de Imóveis, o lançamento do imposto será individualizado por lote.

§ 2º. Os lançamentos de que trata o § 1º não geram quaisquer direitos relativos ao parcelamento do solo e ao direito de construir, sem o cumprimento da legislação pertinente, tendo mero efeito tributário.

§ 3º. Relativamente a cada unidade imobiliária autônoma, o contribuinte será identificado, para efeitos fiscais, pelo número de inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal.

Art. 40. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, o lançamento poderá ser revisto, de ofício, aplicando-se, para revisão, as normas gerais pertinentes.

§ 1º. O pagamento da obrigação tributária objeto de lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte em consequência de revisão de que trata este artigo.

§ 2º. O lançamento retificador, resultante de revisão, cancela o lançamento anterior.

Art. 41. O imposto será lançado e exigido independentemente da regularidade jurídica do título de propriedade, domínio útil ou posse do terreno ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.

Art. 42. O contribuinte será considerado regularmente notificado do lançamento do imposto, e constituído o respectivo crédito tributário, com a entrega do documento para pagamento no endereço do imóvel ou com a publicação da notificação em imprensa oficial, prevalecendo o que ocorrer por último.

Art. 43. Será considerado regularmente notificado do lançamento do imposto e da constituição do respectivo crédito tributário, o contribuinte que retirar o documento para pagamento junto ao próprio Órgão Fazendário do Município, até a data do vencimento.

## Seção VI Do Pagamento

Art. 44. A Administração poderá conceder descontos sobre o imposto lançado para ser utilizado pelo contribuinte que optar por pagamento em cota única, desde que efetuado no prazo específico constante da notificação, na forma em que dispuser ato do Poder Executivo.

Art. 45. O recolhimento do imposto será anual e poderá ser pago em cota única até a data do vencimento, com desconto de 10%, ou em três parcelas mensais, na forma, prazos definidos em Calendário Fiscal e condições constantes do regulamento.

§ 1º. No caso de pagamento em parcelas, o intervalo entre o vencimento de uma e outra não será inferior a 30 (trinta) dias, consoante definições regulamentares.

§ 2º. Nenhuma parcela poderá ser paga sem que estejam quitadas todas as anteriores ou então, que haja a adesão a programas parcelamentos de débitos vencidos, calculados e consolidados.

Art. 46. O pagamento do imposto não implica no reconhecimento, pelo Município, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

## Seção VII Das Isenções

Art. 47. Ficam isentos do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os munícipes:

I - idosos, aposentados e pensionistas, com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

II - portadores de necessidades especiais incapacitados para o trabalho;

Parágrafo único. As isenções previstas neste artigo somente poderão ser aplicadas quando, cumulativamente, o beneficiário:

I - possua um único imóvel no Município;

II - comprove que no imóvel exista somente uma edificação e que esta seja utilizada como residência do proprietário requerente e de sua família;

III - aufera renda mensal familiar de até 2 (dois) salários mínimos;

Art. 48. A concessão da isenção de que cuida a presente Lei Complementar dependerá de requerimento, através de formulário padrão, firmado junto ao protocolo geral do Município, até o dia 15 de fevereiro de cada exercício, no qual o interessado deverá comprovar que o uso do imóvel é específico da sua família e a renda mensal dela não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos:

§ 1º. Deverá acompanhar o requerimento:

I - certidão de propriedade de bem imóvel atualizada expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, com data de emissão inferior a 90 (noventa) dias do protocolo do requerimento;

II - carnê do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana em seu nome; e

III - declaração do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS comprovando o recebimento do benefício da aposentadoria ou pensão, com informação do tipo de benefício e valor recebido relativo ao mês anterior ao que corresponder o pedido.

§ 2º. Os portadores de necessidades especiais deverão apresentar atestado médico que comprove a necessidade especial.

§ 3º. O requerente, viúvo ou pensionista, deverá apresentar certidão de óbito, na ausência do formal de partilha e declaração do INSS de que não recebe benefícios, pensão ou aposentadoria do cônjuge e/ou companheiro falecido, sendo que caso receba algum benefício, somado com a sua renda não poderá ultrapassar a 2 (dois) salários mínimos vigentes na data da apresentação do pedido.

Art. 49. As isenções condicionadas deverão ser instruídas com as provas de cumprimento das exigências necessárias à sua concessão, sob pena de indeferimento de plano, sem apreciação do mérito do pedido, devendo o interessado protocolar o seu requerimento até 10 (dez) dias antes do vencimento da primeira parcela de cada exercício financeiro.

Art. 49. As isenções condicionadas deverão ser instruídas com as provas de cumprimento das exigências necessárias à sua concessão, sob pena de indeferimento de plano, sem apreciação do mérito do pedido. (Alterado pela Lei Complementar nº 91/2015).

Art. 50. A concessão da isenção não gera direito adquirido e será anulada de ofício sempre que se apure que o contribuinte não satisfazia as condições para a concessão do benefício, cobrando-se a importância equivalente à isenção, atualizada monetariamente,

acrescida de multa e juros moratórios, desde as datas originariamente assinaladas para o pagamento do imposto.

## Seção VIII

### Das Imunidades

Art. 51. São imunes do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, atendidos os requisitos constitucionais:

I - o patrimônio, a renda ou os serviços dos entes federativos, uns dos outros;

II - os templos de qualquer culto;

III - patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade públicas, observados os requisitos fixados nesta Lei.

IV - as entidades sociais, filantrópicas e fundações beneficentes, declaradas de utilidade pública;

V - livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º. A vedação do inciso I é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes, não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 2º. O disposto no inciso I, II, III e IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, asseguratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

## Seção IX

### Das Obrigações Acessórias

Art. 52. O contribuinte é obrigado a apresentar à repartição competente da administração tributária, quando solicitado, os documentos e informações necessários à apuração do imposto.

Art. 53. Os oficiais registradores dos Cartórios de Registros de Imóveis e seus substitutos, os notários, tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, ficam obrigados:

I - a exigir o comprovante original do pagamento do imposto, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo, nos termos da legislação aplicável;

II - a facilitar a fiscalização da Fazenda Pública Municipal, o exame em cartório dos livros, dos registros e de outros documentos, bem como de lhe fornecer, quando solicitadas, informações dos atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos.

## Seção X

### Das Penalidades

Art. 54. O descumprimento das normas pertinentes ao imposto sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - pela prática de qualquer ato de transmissão sem o pagamento

do imposto, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido;

II - pela omissão, erro ou falsidade na declaração acerca dos bens ou direitos transmitidos, assim como pela apresentação de documentos falsos, no todo ou em parte, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 20% (duzentos por cento) do valor do imposto devido;

III - pela falta da transcrição do inteiro teor do pagamento do imposto no instrumento específico, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido;

IV - pela ausência de apresentação de relatórios mensais obrigatórios, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência Fiscal - VRF, por relatório;

V - pela ausência de apresentação de documentos e informações solicitadas, multa equivalente a 10% (dez) Valor de Referência Fiscal - VRF, por documento ou informação;

VI - pelo embaraço ou impedimento da fiscalização, multa equivalente a 100% (cem por cento) do Valor de Referência Fiscal - VRF, em cada operação.

## CAPÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS

### Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 55. O imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis tem como fato gerador:

I - a transmissão onerosa, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, conforme definido na lei civil;

II - a transmissão onerosa, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.

Art. 56. Estão compreendidos na incidência do imposto:

I - a compra e a venda, pura ou condicional, de imóveis e atos equivalentes;

II - os compromissos ou promessas de compra e venda de imóveis;

III - a dação em pagamento;

IV - a permuta;

V - a arrematação;

VI - a adjudicação, quando não decorrente de sucessão hereditária;

VII - a remição, quando não promovida pelo executado;

VIII - o lançamento na partilha em dissolução de sociedade conjugal, acima da respectiva meação ou quinhão;

IX - o uso, o usufruto e a habitação;

X - o mandato em causa própria e seus estabelecimentos, quando esses configurem transação e o instrumento contenha os requisitos

essenciais à compra e venda;

XI - todos os demais atos onerosos de transmissão e de direitos reais sobre imóveis;

XII - a cessão de direitos de quaisquer atos relativos aos incisos I ao XI deste artigo.

### Seção II Da Não Incidência

Art. 57. O imposto não incide sobre a transmissão de bens ou direitos:

I - quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II - quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 58. O disposto no artigo 56 não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

Art. 58. O disposto no artigo 57 não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição. (Alterado pela Lei Complementar nº 91/2015).

§ 1º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 60% (sessenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no § 1º deste artigo levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º. Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

§ 5º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto após a caracterização da atividade preponderante, respeitados os prazos previstos nos §§ 2º e 3º deste artigo, exceto quando configurado fraude, dolo ou simulação.

### Seção III Do Contribuinte

Art. 59. Contribuinte do imposto é:

I - o adquirente ou cessionário do bem ou direito, quando o adquirente ou cessionário não for imune ao imposto;

II - o alienante ou cedente do bem ou direito, quando o adquirente ou cessionário for imune ao imposto;

III - cada um dos permutantes, no caso de permuta.

Parágrafo único. Quando um dos permutantes for imune ao imposto, o outro permutante responderá pelo tributo devido em toda a operação.

Art. 60. Respondem solidariamente pelo imposto:

I - o transmitente;

II - o cedente;

III - os notários, registradores, tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, nos atos que praticarem ou por eles sejam coniventes, ou ainda pelas omissões em que forem responsáveis, em razão de seu ofício.

#### Seção IV Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 61. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos.

Art. 62. O valor venal será apurado mediante avaliação pelo órgão próprio do Município, a qual será realizada em consonância com o valor de mercado dos bens ou direitos na data da apuração do imposto.

§ 1º. Para definição do valor venal, o Município poderá divulgar periodicamente, na imprensa oficial, a respectiva pauta de preços.

§ 2º. Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, será considerada como base de cálculo o valor efetivamente pago.

§ 3º. Nas tornas ou reposições, a base de cálculo será o valor da fração ideal superior à meação ou à parte ideal.

§ 4º. Sem prejuízo do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, prevalecerá, como base de cálculo do imposto, o maior valor dentre:

I - a avaliação realizada pela administração fazendária do Município, direta ou indiretamente;

II - a pauta de preços regularmente divulgada;

III - o constante no contrato ou negócio jurídico equivalente; acrescido das benfeitorias existentes, para os imóveis rurais.

§ 5º. A validade da avaliação persiste por 90 (noventa) dia a partir da data da emissão.

§ 6º. O valor pago a título de imposto é válido por 90 (noventa) dias, contados da data do pagamento.

§ 7º. Caso a escritura pública do imóvel não seja concretizada dentro do período acima determinado, será necessária a realização de nova avaliação e complementação do pagamento o valor do imposto.

Art. 63. Sobre a base de cálculo serão aplicadas as seguintes alíquotas:

I - nas transmissões de imóveis do perímetro urbano, 2,0% (dois por cento);

II - nas transmissões de imóveis da zona rural, 2,0% (dois por cento);

III - nas transmissões inerente a imóveis financiados, a alíquota será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total financiado.

#### Seção V Do Lançamento

Art. 64. O lançamento do imposto será efetuado pela autoridade competente através da guia de informações para a transmissão apresentada pelo contribuinte ou responsável acerca dos bens ou direitos transmitidos.

Parágrafo único. O preenchimento da guia de informações será de responsabilidade do cartório de notas que realizar a lavratura da escritura, quando estabelecido neste Município, ou do oficial do registro público.

Art. 65. O lançamento será efetuado e revisto de ofício pela autoridade competente nos seguintes casos:

I - quando o contribuinte ou responsável não apresentar a guia de informações a que se refere o art. 64;

II - quando a guia de transmissão apresentada contiver inexatidão, erro, omissão ou falsidade quanto a quaisquer elementos nela consignados;

III - quando o valor da base de cálculo constante na guia de transmissão for inferior ao determinado pela administração tributária.

Parágrafo único. O contribuinte será considerado regularmente notificado do lançamento do imposto através da devolução da respectiva guia de transmissão ou através dos meios definidos na legislação própria, nos casos de lançamento de ofício.

#### Seção VI Do Pagamento

Art. 66. O pagamento do imposto, em parcela única ou parcelado em até 3 (três) vezes, deverá ser feito antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação.

Parágrafo único. Em caso de parcelamento, a lavratura da escritura pública no Cartório de Ofício de Notas ou a transmissão do Título de Transferência de Cartório de Registro de Imóveis, será possível desde que comprovado o pagamento da primeira parcela e ressalvado o direito da fazenda pública exigir a averbação do parcelamento.

Art. 67. Nenhum ato de transmissão ou cessão de bens imóveis, ou dos direitos reais a eles relativos, ainda que referente a promessas ou compromissos de compra e venda, poderá ser registrado ou averbado em cartório sem a prova do pagamento do imposto, à vista ou parcelado.

Art. 68. O imposto será pago até a data da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular de transmissão dos bens imóveis e direitos a eles relativos, exceto:

I - na transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da assembléia;

II - na transferência de imóvel de pessoa jurídica para seus sócios, ou acionistas, ou respectivos sucessores, desde que pessoa física, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da lavratura da escritura;



III - na arrematação, em leilão ou hasta pública, na adjudicação ou na remição, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o respectivo ato ou deferida adjudicação, ainda que exista recurso pendente;

IV - na acessão física, o recolhimento do imposto será efetuado até a data do pagamento da indenização;

V - nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público; e

VI - na transmissão objeto de instrumento lavrado em outro município, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sua lavratura.

Parágrafo único. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador na lavratura de contrato ou promessa de compra e venda, exceto se deles constar expressamente que a emissão na posse do imóvel somente ocorrerá após a quitação final.

Art. 69. Nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação da sentença que reconheceu o direito, ainda que exista recurso pendente.

Art. 70. Nas promessas ou compromissos de compra e venda, devidamente averbados no Registro de Imóveis, é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do bem imóvel.

§ 1º. Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor total da transação do bem imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º. Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do imposto correspondente.

Art. 71. O imposto, uma vez pago, só será restituído quando:

I - da não efetivação do ato por força do qual foi pago;

II - da anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

III - da nulidade do ato jurídico; e

IV - da rescisão de contrato e desfazimento da arrematação, com fundamento no Código Civil.

Art. 72. Não se restituirá o imposto pago:

I - quando houver subsequente cessão da promessa ou compromisso ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrependimento, não sendo, em consequência, lavrada a escritura; e

II - aquele que venha perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda ou retrocessão.

Art. 73. Nenhum ato de transmissão ou cessão de bens imóveis, ou dos direitos reais a eles relativos, ainda que referente a promessas ou compromissos de compra e venda, poderá ser registrado ou averbado em cartório sem a prova do pagamento do imposto, à vista ou parcelado.

#### Seção VII Das Isenções

Art. 74. São isentos do imposto:

I - a primeira aquisição de imóveis residenciais, decorrentes de projetos sociais administrados ou implantados pelo Poder Público;

II - as transmissões relativas às outorgas, pelo Poder Público, de títulos de propriedade de imóveis residenciais, para os imóveis cujos contribuintes sejam:

a) idosos, aposentados e pensionistas, com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

b) portadores de necessidades especiais incapacitados para o trabalho.

Parágrafo único. As isenções previstas neste artigo somente poderão ser aplicadas quando, cumulativamente, o beneficiário:

I - possua um único imóvel edificado no Município;

II - aufera renda familiar mensal de até 2 (dois) salários mínimos vigentes na data do pedido;

III - que o valor do IPTU incidente sobre o imóvel, sem os descontos legais, seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência Fiscal - VRF, excetuando-se deste limite os portadores de necessidades especiais que o impossibilite exercer qualquer atividade remunerada.

#### Seção VIII Das Obrigações Acessórias

Art. 75. O contribuinte é obrigado a apresentar à repartição competente da administração tributária, quando solicitado, os documentos e informações necessários à apuração do imposto.

Art. 76. Os oficiais registradores dos Cartórios de Registros de Imóveis e seus substitutos, os notários, tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles reativos, bem como suas cessões, ficam obrigados:

I - a exigir o comprovante original do pagamento do imposto, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo, nos termos da legislação aplicável;

II - a facilitar a fiscalização da Fazenda Pública Municipal, o exame em cartório dos livros, dos registros e de outros documentos, bem como de lhe fornecer, quando solicitadas, informações dos atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos;

#### Seção IX Das Penalidades

Art. 77. O descumprimento das normas pertinentes ao imposto sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - pela prática de qualquer ato de transmissão sem o pagamento do imposto, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor do imposto devido;

II - pela omissão, erro ou falsidade na declaração acerca dos bens ou direitos transmitidos, assim como pela apresentação de documentos falsos, no todo ou em parte, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 20% (duzentos por cento) do valor do imposto devido;

III - pela falta da transcrição do inteiro teor do pagamento do imposto no instrumento específico, apurada em ação fiscal ou

denunciada após seu início, multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto devido;

IV - pela ausência de apresentação de relatórios mensais obrigatórios, multa equivalente a 20% (vinte por cento) da VFR, por relatório;

V - pela ausência de apresentação de documentos e informações solicitadas, multa equivalente a 10% (dez por cento) da VFR, por documento ou informação;

VI - pelo embarço ou impedimento da fiscalização, multa equivalente a 100% (cem por cento) da VFR, em cada operação.

### CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

#### Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 78. O imposto sobre serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista do Anexo III desta Lei Complementar, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º. Ressalvadas as exceções expressas na lista do Anexo III desta Lei Complementar, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º. O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente, mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço;

§ 4º. A incidência do imposto não depende:

I - da denominação dada ao serviço prestado;

II - da existência de estabelecimento fixo;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

IV - do resultado financeiro obtido;

V - da destinação dos serviços.

Art. 79. O Município neste capítulo do Código Tributário recepciona todo o conjunto de normas pertinentes fixadas pelas leis complementares nº 123/2003, nº 127/2008, nº 128/2008 e a 147/2014, decretos, portarias, resoluções e instruções do Comitê Gestor do Simples Nacional e da Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional, bem como as que eventualmente as modifiquem, sucedam ou as ampliem e que se apliquem na situação de fato do contribuinte.

§ 1o. Os contribuintes optantes pelo Simples Nacional passarão a recolher o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza consoante as regras do simples nacional, na condição de empreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que cumpridos os requisitos previstos na legislação federal.

§ 2o. A não observação das condições que trata o parágrafo anterior, o empreendedor individual deverá cumprir as normas municipais aplicáveis aos demais contribuintes do Imposto de que trata o artigo anterior.

Art. 80. A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.

1º. A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas, apenas, complementando o alcance do direito existente.

§ 2º. A caracterização do fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros da receita, mas, tão-somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista de serviços.

§ 3º. Para fins de enquadramento na lista de serviços:

I - o que vale é a natureza, a "alma" do serviço, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte;

II - o que importa é a essência, o "espírito" do serviço, ainda que o nome do serviço não esteja previsto, literalmente, na lista de serviço.

§ 4º. Os serviços sujeitos à tributação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza constam da Lista de Serviços dispostos pela Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e eventuais alterações havidas com pertinência:

1 - Serviços de informática e congêneres.

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 - Programação.

1.03 - Processamento de dados e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 - Assessoria e consultoria em informática.

1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 - (Vetado)

3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.



**4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.**

- 4.01 - Medicina e biomedicina.
- 4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
- 4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
- 4.04 - Instrumentação cirúrgica.
- 4.05 - Acupuntura.
- 4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
- 4.07 - Serviços farmacêuticos.
- 4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
- 4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
- 4.10 - Nutrição.
- 4.11 - Obstetrícia.
- 4.12 - Odontologia.
- 4.13 - Ortopédia.
- 4.14 - Próteses sob encomenda.
- 4.15 - Psicanálise.
- 4.16 - Psicologia.
- 4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- 4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

**5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.**

- 5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.
- 5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
- 5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.
- 5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
- 5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

**6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**

- 6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
- 6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
- 6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
- 6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

**7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.**

- 7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
- 7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras

obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 - Demolição.

7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 - Calafetação.

7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 - (Vetado)

7.15 - (Vetado)

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

**8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

**9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 - Guias de turismo.

**10 - Serviços de intermediação e congêneres.**

- 10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
- 10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
- 10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
- 10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
- 10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
- 10.06 - Agenciamento marítimo.
- 10.07 - Agenciamento de notícias.
- 10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
- 10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
- 10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

**11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**

- 11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
- 11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
- 11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.
- 11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

**12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**

- 12.01 - Espetáculos teatrais.
- 12.02 - Exibições cinematográficas.
- 12.03 - Espetáculos circenses.
- 12.04 - Programas de auditório.
- 12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
- 12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.
- 12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.
- 12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
- 12.10 - Corridas e competições de animais.
- 12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
- 12.12 - Execução de música.
- 12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
- 12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
- 12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
- 12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

**13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**

- 13.01 - (Vetado)
- 13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
- 13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
- 13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.
- 13.05 - Composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia, fotolitografia.

**14 - Serviços relativos a bens de terceiros.**

- 14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.02 - Assistência técnica.
- 14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.
- 14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
- 14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 14.07 - Colocação de molduras e congêneres.
- 14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
- 14.10 - Tinturaria e lavanderia.
- 14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
- 14.12 - Funilaria e lanternagem.
- 14.13 - Carpintaria e serralheria.

**15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**

- 15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
- 15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
- 15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
- 15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
- 15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
- 15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
- 15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
- 15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.
- 15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
- 15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou

pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 - Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 - (Vetado)

17.08 - Franquia (franchising).

17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 - Leilão e congêneres.

17.14 - Advocacia.

17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 - Auditoria.

17.17 - Análise de Organização e Métodos.

17.18 - Atuação e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 - Estatística.

17.22 - Cobrança em geral.

17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 - Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 - Planos ou convênio funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27 - Serviços de assistência social.

27.01 - Serviços de assistência social.

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 - Serviços de biblioteconomia.

29.01 - Serviços de biblioteconomia.

30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 - Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 - Serviços de meteorologia.

36.01 - Serviços de meteorologia.

37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 - Serviços de museologia.

38.01 - Serviços de museologia.

39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for

fornecido pelo tomador do serviço).

40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

## Seção II

### Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 81. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 2º. Não se inclui na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.

Art. 82. As alíquotas mínima e máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, serão, respectivamente, de 2% (dois por cento) e 5% (cinco por cento).

## Seção III

### Do Contribuinte

Art. 83. O Contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é o prestador do serviço.

## Seção IV

### Do Local de Recolhimento do Imposto

Art. 84. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 78 desta Lei Complementar;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços constante no Anexo III desta Lei Complementar;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;



IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista anexa;

XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços constante no Anexo III desta Lei Complementar.

§ 1º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 85. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 1º. A existência de estabelecimento prestador é indicada pela

conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para exploração econômica da atividade de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondências, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 2º. A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento prestador, para os efeitos deste artigo.

§ 3º. São também considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

#### Seção V

#### Responsabilidade Tributária

Art. 86. O Município atribuiu, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º. Para efeito do disposto no caput deste artigo, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista de serviços constante do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 87. Além do disposto no § 2º do artigo anterior, o tomador do serviço, quer seja pessoa física quer jurídica, é responsável pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

I - obrigado à emissão de nota fiscal eletrônica ou outro documento exigido por esta Lei, não o fizer;

II - desobrigado da emissão de nota fiscal eletrônica ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer:

a) recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;

b) comprovante de que tenha sido recolhido o imposto correspondente ao exercício anterior, salvo se inscrito posteriormente;

c) cópia da ficha de inscrição.

§ 1º. Para a retenção do Imposto, nos casos de que trata este artigo, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota de 2% (dois por cento).

§ 2º. O responsável, ao efetuar a retenção do Imposto, deverá fornecer comprovante ao prestador do serviço.

Art. 88. A retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, por parte do tomador de serviço, deverá ser devidamente comprovada mediante campo específico ou aposição de carimbo com os dizeres "ISSQN Retido na Fonte", por parte do tomador de serviço:

I - havendo emissão de documento fiscal pelo prestador do serviço, na via do documento fiscal destinada à fiscalização;

II - não havendo emissão de documento fiscal, mas havendo emissão de documento gerencial pelo prestador do serviço, na via do documento gerencial destinada ao tomador do serviço;

III - não havendo emissão de documento fiscal e nem de documento gerencial, pelo prestador de serviço, na via do documento gerencial de controle do tomador do serviço, emitido pelo próprio tomador de serviço.

Art. 89. O proprietário da obra é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto relativo à construção e aos serviços de arquitetura e urbanismo.

Art. 90. Para os efeitos do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, considera-se:

I - Empresa - toda e qualquer pessoa jurídica que exerce a atividade econômica de prestação de serviço;

II - Profissional Autônomo - toda e qualquer pessoa física que habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;

III - Trabalho pessoal - aquele material ou intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física;

IV - Sociedade Simples de Profissionais - Sociedade civil, de trabalho profissional, com caráter especializado, organizada para a prestação de serviços e que tenha seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;

V - Trabalhador Avulso - Aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia.

Art. 91. A pessoa física ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido e devido até a data do ato:

I - integralmente, se a alienante cessar a exploração da atividade;

II - subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade do mesmo ou de outro ramo de prestação de serviço.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de

extinção de pessoas jurídicas quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por ex-sócio, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 92. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação é responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação.

#### Seção VI

Base de Cálculo dos Serviços Prestados sob a Forma de Trabalho Pessoal do Próprio Contribuinte

Art. 93. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, poderá ser fixo e será determinado em função da natureza do serviço, expresso em percentual sobre o Valor Fiscal de Referência do Município.

Parágrafo único. Considera-se trabalho pessoal do próprio contribuinte, aquele executado pessoalmente pelo contribuinte, com o auxílio de no máximo dois empregados.

Art. 94. O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza incidente sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, será calculado, anualmente, através do percentual aplicado sobre o Valor Fiscal de Referenciado Município, fixados na lista de serviços constante do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 95. O Imposto devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal poderá ser recolhido de uma só vez ou em prestações mensais ou trimestrais, conforme disposto em Regulamento ou Calendário de Obrigações Tributárias e Fiscais.

Art. 96. Na hipótese de serviços prestados sobre a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado em relação a atividade tributada com a alíquota mais elevada.

#### Seção VII

Base de Cálculo dos Serviços Prestados sob a Forma de Pessoa Jurídica

Art. 97. A base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, prestado por pessoa jurídica, será determinada, mensalmente, em função do preço do serviço.

Art. 98. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, prestado por pessoa jurídica, será calculado, mensalmente, conforme tabela em anexo, pela multiplicação do Preço do Serviço pela Alíquota Correspondente.

Art. 99. Quando os serviços a que se referem os itens 4.01, 4.02, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.09 a 4.16, 5.01, 17.01, 17.18, 17.19, 17.20, 17.22, 27.01 e 35.01, da Lista de Serviços constantes do Anexo I desta Lei Complementar, forem prestados por sociedades simples, porém realizados de forma pessoal, estas ficarão sujeitas ao pagamento do imposto na forma dos artigos 16 e 17 desta Lei Complementar, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

Art. 99. Quando os serviços a que se referem os itens 4.01, 4.02, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.09 a 4.16, 5.01, 17.01, 17.18, 17.19, 17.20, 17.22, 27.01 e 35.01, da Lista de Serviços constantes do Anexo I desta Lei Complementar, forem prestados por sociedades



simples, porém realizados de forma pessoal, estas ficarão sujeitas ao pagamento do imposto na forma dos artigos 93 e 94 desta Lei Complementar, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável. (Alterado pela Lei Complementar nº 91/2015).

Parágrafo único. As sociedades a que se refere este artigo são aquelas formadas por pessoas físicas, devidamente habilitadas para o exercício de todas as atividades consignadas em seus objetos sociais.

Art. 100. As Alíquotas são variáveis de acordo com a natureza do serviço e de outros fatores pertinentes.

Art. 101. Na hipótese de serviços prestados por empresas enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

Parágrafo único. O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre o faturamento.

Art. 102. Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros, com exceção de fornecimento de mercadorias nos casos expressamente previstos nos itens da Lista de Serviços constantes do Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 102. Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros, com exceção de fornecimento de mercadorias nos casos expressamente previstos nos itens da Lista de Serviços constantes da Tabela I do Anexo III desta Lei Complementar. (Alterado pela Lei Complementar nº 84/2015).

§ 1º. São irredutíveis os valores de quaisquer materiais:

I - cujos documentos não estejam revestidos das características ou formalidades legais, previstas na legislação Federal, Estadual ou Municipal, especialmente no que concerne à perfeita identificação do emitente e do destinatário, bem como das mercadorias e dos serviços;

II - relativos a obras isentas ou não tributáveis.

§ 2o. Considera-se preço do serviço, para efeito de cálculo do imposto, tudo o que for recebido em virtude da prestação de serviço, seja a vista ou a prazo.

§ 3o. Constituem parte integrante do preço:

I - os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;

II - os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade.

Art. 103. Nos serviços contratados por administração, a base de cálculo compreende os honorários, os dispêndios com mão-de-obra, encargos sociais e reajustamentos, as despesas gerais de administração e outras, realizadas direta ou indiretamente pelo prestador.

Art. 104. Nas demolições, inclui-se no preço dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro e/ou em materiais provenientes do desmonte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos contratos de construção civil, nos quais a empreiteira principal execute e cobre a demolição englobadamente com o contrato de construção.

Art. 105. Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor acumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário, ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

§ 1o. Na hipótese prevista neste Artigo, só será admissível deduzir da base de cálculo o valor dos materiais de construção proporcionais às frações ideais de terreno, alienadas ou compromissadas.

§ 2o. Consideram-se também compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamentos de bens e serviços adquiridos, inclusive terrenos.

§ 3o. A apuração proporcional da base de cálculo será feita individualmente, por obra, de acordo com o registro auxiliar das incorporações imobiliárias.

§ 4o. Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terrenos e das quotas de construção, o preço dos serviços será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da divisão do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada a unidade contratada.

Art. 106. Na impossibilidade da apuração do preço do serviço na atividade de construção civil através de informações contábeis ou fiscais, de conformidade com a legislação vigente, o preço desse serviço será apurado pela sistemática definida neste artigo.

§ 1o. Fica criada a pauta de valores correspondente ao preço por metro quadrado a ser utilizada na apuração do valor mínimo de mão-de-obra aplicado na construção civil, para efeito de cálculo de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tomando-se por parâmetro o Custo Unitário Básico da Construção Civil - CUB, sobre o qual aplicar-se-á proporcionalmente ao tipo de obra realizada, percentuais em função de grau mínimo de absorção de mão-de-obra aplicada em cada tipo de construção, conforme consta do Anexo III desta Lei Complementar, observando-se, ainda, os seguintes critérios:

I - os percentuais serão estabelecidos segundo padrão de acabamento do tipo de obra e do grau de absorção de mão-de-obra na sua execução, nunca superior a 30% (trinta por cento) do preço do CUB oficializado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado;

II - em se tratando de construção do tipo misto, será utilizado para o cálculo o valor corresponde à metragem quadrada de cada um, de acordo com o valor estabelecido no Anexo III desta Lei Complementar;

III - reforma sem aumento de área, será calculada a base de 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao tipo de construção do imóvel reformado, previsto no Anexo III desta Lei Complementar, considerando-se a área indicada na licença expedida pela Prefeitura Municipal ou a área total construída, se a reforma for diferente ou não constar da respectiva licença;

IV - o cálculo para definição do valor do metro quadrado e do

imposto devido será feito com base nos dados constantes do Anexo III desta Lei Complementar.

§ 10. Fica criada a pauta de valores correspondente ao preço por metro quadrado a ser utilizada na apuração do valor mínimo de mão-de-obra aplicado na construção civil, para efeito de cálculo de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tomando-se por parâmetro o Custo Unitário Básico da Construção Civil - CUB, sobre o qual aplicar-se-á proporcionalmente ao tipo de obra realizada, percentuais em função de grau mínimo de absorção de mão-de-obra aplicada em cada tipo de construção, conforme consta da Tabela II do Anexo III desta Lei Complementar, observando-se, ainda, os seguintes critérios: (Alterado pela Lei Complementar nº 84/2015).

I - os percentuais serão estabelecidos segundo padrão de acabamento do tipo de obra e do grau de absorção de mão-de-obra na sua execução, nunca superior a 30% (trinta por cento) do preço do CUB oficializado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado; (Alterado pela Lei Complementar nº 84/2015).

II - em se tratando de construção do tipo misto, será utilizado para o cálculo o valor corresponde à metragem quadrada de cada um, de acordo com o valor estabelecido na Tabela II do Anexo III desta Lei Complementar; (Alterado pela Lei Complementar nº 84/2015).

III - reforma sem aumento de área, será calculada a base de 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao tipo de construção do imóvel reformado, previsto na Tabela II do Anexo III desta Lei Complementar, considerando-se a área indicada na licença expedida pela Prefeitura Municipal ou a área total construída, se a reforma for diferente ou não constar da respectiva licença; (Alterado pela Lei Complementar nº 84/2015).

IV - o cálculo para definição do valor do metro quadrado e do imposto devido será feito com base nos dados constantes da Tabela II do Anexo III desta Lei Complementar. (Alterado pela Lei Complementar nº 84/2015).

Art. 107. Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para o efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais e para recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pelos débitos, acréscimos e multas referentes a quaisquer deles.

Art. 108. Os livros fiscais e comerciais são de exibição obrigatória ao Fisco devendo ser conservados, por quem deles tiver feito uso, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados do encerramento.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviço, de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional e disposições posteriores.

Art. 109. Doravante, no âmbito deste município, fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e o Sistema de Escrita Fiscal Eletrônica.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente por intermédio de sistema informatizado do Município, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços de interesse fazendário em meio exclusivamente digital, com validade jurídica plena garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 110. Através de regulamento a Fazenda Municipal poderá

dispensar a emissão de documentos fiscais para estabelecimentos que utilizem sistemas de controle do seu movimento, capazes de assegurar o seu registro e respectiva autenticidade, de forma satisfatória para os interesses da fiscalização.

§ 1º. Fica vedado o uso de controle físico de notas fiscais no âmbito deste município, cabendo ao Poder Executivo adotar as providências necessárias ao cumprimento desta lei.

§ 2º. Caso expressamente definidos pelo Poder Executivo, os contribuintes não obrigados que optarem espontaneamente pela emissão da NF-e, nos termos de eventual regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo, ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

Art. 111. Será adotado a partir da vigência desta Lei o Livro Eletrônico de declaração mensal para lançamentos das bases tributáveis dos serviços prestados e tomados, com fim de apuração do ISSQN mensal do Município.

§ 1º. Considera-se Livro Eletrônico o meio informatizado e disponibilizado ao público pelo Município para escrituração fiscal e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados, e que sejam de interesse tributário e fiscalizatório do Município.

§ 2º. As obrigações derivadas desta lei poderão se estender a terceiros, ainda que não ostentem a condição de tomador ou prestador de serviços, substituto tributário ou responsável pelo recolhimento de tributo.

Art. 112. O Poder Executivo regulamentará o uso do Livro Eletrônico, com todos os aspectos a ele pertinentes.

Parágrafo único. O prestador ou tomador de serviços, ainda que imune ou isento, o substituto, responsável ou terceiro a que o regulamento imponha obrigações, ficará obrigado ao cumprimento das obrigações acessórias previstas no decreto regulamentador e na legislação tributária em vigor, sob pena de incidir nas sanções previstas na legislação vigente, notadamente quando:

I - deixar de remeter à Secretaria de Finanças do Município o Livro Eletrônico, no prazo determinado, independente do pagamento do imposto;

II - escriturar o Livro Eletrônico com omissões ou dados inverídicos.

Art. 113. Por ocasião da prestação do serviço deverá ser emitida NFS-e, com as especificações e utilização determinadas por esta Lei e regulamento e deve conter:

I - Razão Social da Empresa e/ou nome da pessoa física;

II - endereço: Rua, Número, Bairro, Estado, CEP;

III - número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e/ou CPF;

IV - número da Inscrição Estadual, se possuir mais de uma atividade econômica;

V - número do Cadastro Mobiliário Municipal;

VI - série, Modelo ou Tipo de Documento;

VII - número do Documento;

VIII - natureza da operação;

IX - data da emissão do documento fiscal;

X - destinatário com as respectivas informações contidas nos incisos I, II, III e IV;

XI - colunas ou espaço para informar a quantidade, tipo, valor unitário e/ou valor total do serviço prestado;

XII - no final do documento fiscal, deverá conter o valor total do serviço prestado e destacar o ISS referente ao serviço.

Parágrafo único. A Administração poderá estabelecer, por Decreto, critérios para empresas que possam vir a utilizar o Cupom Fiscal.

Art. 114. Todo aquele que utilizar serviços sujeitos à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza deverá exigir o documento fiscal correspondente.

Art. 115. Além da inscrição cadastral e respectivas alterações, o contribuinte fica sujeito à apresentação, na forma e nos prazos regulamentares, de quaisquer declarações exigidas pelo Fisco Municipal.

Art. 116. Consoante Termo de Adesão firmado com a FECAM, o Município instituiu também a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e Conjugada, documento emitido e armazenado eletronicamente pelo sistema disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, com o objetivo de registrar as operações sujeitas ao ICMS e ao ISSQN, conforme o Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos Estado firmado entre a própria Secretaria de Estado da Fazenda e a Federação Catarinense de Municípios, sob nº 001/2010.

Art. 117. A possibilidade de adoção do Sistema Eletrônico de Livros e Notas Fiscais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza quando ocorrer operações conjugadas praticadas por contribuintes também sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e que optem por tal Sistema.

Art. 118. Os contribuintes do ICMS que também exerçam atividade sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, nos termos do modelo conceitual e do leiaute aprovados pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, bem como o tomador ou intermediário, emitente de nota fiscal de prestação de serviços, tributadas ou não, quanto aos fatos geradores ocorridos a partir da vigência desta Lei, em substituição aos livros fiscais previstos na legislação então vigente, ficam obrigados a manter e fazer uso dos livros fiscais de registro das prestações de serviços efetuadas ou contratadas, escriturados eletronicamente, consoante normas a ser estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. Os contribuintes poderão utilizar-se da NF-e Conjugada desde que estejam regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário deste Município e solicitem autorização.

Art. 119. A nota fiscal eletrônica conjugada prevista na legislação tributária estadual vigente, é documento de emissão obrigatória no ato da entrega ou término do serviço e contera as indicações determinadas na aludida legislação.

Art. 120. O recolhimento do ISSQN, referente às NF-e Conjugada, deverá ser feito por meio de documento de arrecadação emitido pelo sistema disponibilizado, ou através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM ou mesmo de outro que venha a ser adotado pela Fazenda Municipal.

#### Seção VIII

#### Do Arbitramento

Art. 121. A autoridade fiscal arbitrar, sem prejuízo das penalidades

cabíveis, a base de cálculo, quando:

I - não puder ser reconhecido o valor efetivo do preço do serviço ou da venda, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;

II - os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos exigidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, por serem insuficientes, inverossímeis ou falsos, não merecerem fé;

III - o contribuinte ou responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;

IV - existirem atos qualificados em lei como crimes ou contravenções ou, mesmo que sem essa qualificação, forem praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis, exigidos pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;

V - ocorrer prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

VI - houve flagrante insuficiência de imposto pago em face do volume dos serviços prestados;

VII - tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia;

VIII - for apurado o exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Mobiliário.

Art. 122. Na hipótese do artigo anterior, o arbitramento será elaborado tomando-se como base:

I - valor de matérias-primas, insumo, combustível e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;

II - ordenados, salários, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;

III - aluguel do imóvel e de máquinas e equipamentos utilizados ou, quando próprios correspondente a 10% do valor dos mesmos;

IV - o montante das despesas com água, luz, telefone;

V - impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;

VI - outras despesas mensais obrigatórias.

Parágrafo único. O montante apurado será acrescido de 30% (trinta por cento), a título de lucro ou vantagem remuneratória a cargo do contribuinte, em relação ao ISSQN.

Art. 123. Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, no caso ISSQN, apurar-se-á o preço do serviço, levando-se em conta:

I - os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II - o preço corrente dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

III - os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócios

ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do provável movimento tributável.

#### Art. 124. O arbitramento:

I - referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências;

II - deduzirá os pagamentos efetuados no período;

III - será fixado mediante relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata;

IV - com os acréscimos legais, será exigido através de Auto de Infração e Termo de Intimação;

V - cessará os seus efeitos, quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento.

#### Seção IX Da Estimativa

Art. 125. A Autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISSQN, quando se tratar de:

I - atividade exercida em caráter provisório;

II - sujeito passivo de rudimentar organização;

III - o contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico;

IV - sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias ou principais.

Art. 126. A estimativa será apurada tomando-se como base:

I - o preço corrente do serviço, na praça;

II - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

III - o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado.

Art. 127. O regime de estimativa:

I - será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata, e deferido por um período de até 12 (doze) meses;

II - terá a base de cálculo expressa em VFR - Valor Fiscal de Referência do Município;

III - a critério do Secretário, responsável pela área fazendária, poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, revisto ou cancelado;

IV - dispensa o uso de livros e notas fiscais, por parte do contribuinte;

V - por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco, poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.

Art. 128. O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.

Parágrafo único. No caso específico de atividade exercida em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Termo de Intimação.

Art. 129. A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

Parágrafo único. Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros.

#### Seção X Da Homologação

Art. 130. A Autoridade Fiscal, tomando conhecimento da atividade exercida pelo contribuinte, analisando a antecipação de recolhimento sem prévio exame do sujeito ativo, homologará ou não os auto-lançamentos ou lançamentos espontâneos atribuídos ao sujeito passivo.

§ 1o. O pagamento antecipado pelo contribuinte extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3o. Tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4o. O prazo da homologação será de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

#### Seção XI Do Lançamento

Art. 131. O imposto será lançado:

I - de ofício:

a) uma única vez, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, no caso de opção pelo valor fixo;

b) por arbitramento ou estimativa, numa única vez ou mensalmente, durante o exercício.

II - por homologação, mensalmente, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, nos demais casos.

Art. 132. Os contribuintes sujeitos ao lançamento mensal do imposto, por homologação, ficam obrigados a:

I - manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis ou isentos;

II - emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pelo órgão fazendário competente, por ocasião da prestação dos serviços ainda que não tributáveis ou isentos;

§ 1º. A empresa ao mandar fazer novas impressões de bloco de Notas Fiscais, dependerá de autorização prévia do Poder Executivo.



§ 2º. Os livros fiscais deverão ser autenticados, de acordo com normas regulamentares.

§ 3º. Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização de tributos, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos nas normas regulamentares.

§ 4º. Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais, necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Art. 133. A administração tributária poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta, que o volume e/ou a modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 134. A estimativa fiscal não poderá ultrapassar o exercício fiscal em que foi estabelecida.

Art. 135. Os contribuintes, sujeitos ao regime de estimativa, poderão, a critério da autoridade administrativa competente, ficar dispensado da escrituração das notas em livros fiscais.

Art. 136. O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecer as condições que originaram o enquadramento.

Art. 137. O lançamento do imposto não implica em recolhimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

## Seção XII Da Arrecadação

Art. 138. O recolhimento será feito diretamente aos cofres da Prefeitura Municipal ou nos bancos autorizados, mediante o preenchimento de guias especiais, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

Parágrafo único. O imposto será recolhido por meio de guias preenchidas pelo próprio contribuinte.

Art. 139. O recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN será efetuado nos seguintes prazos:

I - Mensalmente no total de 12 parcelas ou trimestralmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, nos casos do imposto homologado ou por estimativa;

II - Anualmente, no prazo estabelecido no Calendário de Obrigações Tributárias, quando do recolhimento do ISSQN fixo em uma única parcela.

Art. 140. Relativamente à construção civil, o imposto será recolhido:

I - a vista, no ato da expedição do alvará e aprovação do Projeto;

II - durante a execução da obra, parcelado em até 12 vezes, devidamente corrigido na forma disposta no Código Tributário Municipal,

desde que o valor da parcela não seja inferior a 50% (cinqüenta por cento) do Valor Fiscal de Referência - VFR.

§ 1º. O recolhimento do imposto na forma deste artigo deverá ser requerido pelo contribuinte ou responsável, tempestivamente, com sujeição à apreciação e aprovação da autoridade competente.

§ 2º. O recolhimento do imposto, nos termos do inciso II deste artigo, terá o seu valor expresso em números de Valor Fiscal de Referência - VFR, ou outro título que venha substituí-lo, calculado mediante a multiplicação da base de cálculo pela alíquota aplicável.

Art. 141. Somente será concedido Alvará de Habite-se ao proprietário da obra que apresentar a quitação da Fazenda Municipal, relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente sobre a obra e sobre os serviços de engenharia, arquitetura e urbanismo a ela relativos, bem como documento, firmado pelo engenheiro responsável pela obra, que comprove o seu término.

Art. 142. A incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, ocorre na data da aprovação definitiva do projeto da obra pelo órgão municipal competente independentemente do conhecimento do fato, pelo contribuinte ou responsável.

Art. 143. Quando se tratar de prestação dos serviços descritos no item 7.17 da Lista Anexa, o contrato mantido com o respectivo engenheiro e/ou arquiteto responsável pela fiscalização e execução da obra, deverá estar anexo ao pedido de Licença para Execução de Obras para que o Fisco possa identificar o contribuinte e a respectiva base de cálculo do imposto.

Art. 144. No caso de feiras ou diversões públicas, quando estas forem eventuais ou provisórias definidas como espetáculos de qualquer espécie, parque de diversões, exposições, feiras ou qualquer outra promoção ou evento, bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, competições esportivas, onde se cobram ingressos e os serviços sejam tributados, inclusive a guarda e o estacionamento de veículos, o imposto será fixado a partir de uma base de cálculo estimado ou arbitrados e recolhidos antecipadamente aos cofres municipais por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM.

Parágrafo único. Na hipótese do parágrafo anterior, quando o contribuinte tiver domicílio tributário e inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas no Município, o recolhimento do imposto poderá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do evento.

Art. 145. Quando o contribuinte pretender comprovar, com documentação hábil e a critério da fazenda municipal, a inexistência de prestação de serviço tributável pelo município, deve realizá-la nos prazos estabelecidos para pagamento do imposto.

Art. 146. Respeitado o disposto no artigo 141 desta Lei Complementar, a prova de quitação total do imposto é indispensável:

I - à expedição de "Habite-se" ou "Auto de Vistoria" e à conservação de obras particulares;

II - ao pagamento de obras e serviços contratadas com o Município.

Parágrafo único. No caso do inciso II deste artigo, quando o vencimento das prestações devidas pelo Município ocorrer antes da data apazada para pagamento do imposto, estará o fisco municipal autorizado a efetuar os pagamentos e reter o valor relativo ao imposto incidente.

## Seção XIII

## Das Isenções e Imunidades

Art. 147. São isentas do imposto as prestações de serviços efetuadas:

I - por engraxates, jornalheiros;

II - por associações de classe, conselhos regionais de profissionais, sindicatos e as respectivas federações e confederações cujos atos constitutivos estejam devidamente registrados nos órgãos competentes;

III - de diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar;

IV - por associações desportivas, culturais ou recreativas, sem venda de ingresso;

V - nas obras para construção de moradias executadas pelo proprietário, cujos contribuintes se utilizarem do programa planta padrão, assim consideradas aquelas para construções de até 70 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados) e que comprovadamente não possuam outro bem imóvel, casa, apartamento ou terreno;

VI - os serviços prestados por entidades beneficentes, fundações, instituições filantrópicas na área da saúde, educação e assistência social.

Art. 148. O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no inciso I deste artigo, os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

## Seção XIV Da Inscrição

Art. 149. Ficam obrigadas a se inscrever no Cadastro Municipal de Contribuintes, as pessoas físicas ou jurídicas que:

I - realizem prestações de serviços sujeitos à incidência do imposto;

II - sejam, em relação às prestações de serviços a que se refere o inciso anterior, responsáveis pelo pagamento do imposto como substitutos tributários.

Parágrafo único. A inscrição de que trata este artigo deverá ser feita antes do início das atividades.

## Seção XV Controle e Fiscalização do Imposto

Art. 150. Compete ao órgão fazendário do Município a supervisão e controle da arrecadação e a fiscalização do imposto.

Parágrafo único. A fiscalização do imposto é atribuição exclusiva dos agentes do fisco.

Art. 151. Os agentes do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, poderão requisitar o auxílio da força pública estadual sempre que forem vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando for necessária a adoção de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 152. No exercício de suas funções, o agente do fisco procederá ao exame dos livros e documentos de escrituração contábil e fiscal do contribuinte, inclusive em meios magnéticos.

Parágrafo único. No caso de recusa de apresentação dos livros, documentos ou meios magnéticos, o agente do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, providenciará junto ao Ministério Público para que se faça a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura de auto de infração por embaraço a ação fiscal.

Art. 153. Considerar-se-á infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de prestações de serviços tributáveis na escrita fiscal, desde que lançadas na comercial.

Art. 154. Presumir-se-á prestação de serviço tributável não registrada, quando se constatar:

I - o suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário, quer esteja escriturado ou não;

II - a efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte;

III - a diferença entre o movimento tributável médio apurado em sistema especial de fiscalização e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;

IV - a falta de registro de documentos fiscais referentes à prestação de serviços, na escrita fiscal e contábil, quando existente essa;

V - a efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário;

VI - o pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços, despesas e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;

VII - a existência de despesa ou de título de crédito pagos e não escriturados, assim como a manutenção, no passivo, de obrigações cuja exigibilidade não seja comprovada;

VIII - a existência de valores registrados em máquina registradora, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados, ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurados mediante a leitura do equipamento.

§ 1º. Não perdurará a presunção mencionada nos incisos I, II, e VI quando em contrário provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

§ 2º. Não produzirá os efeitos previstos no § 1º a escrita contábil, quando:

I - contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;

II - os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem



omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III - os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido;

IV - o contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exhibir seus livros e documentos para exame.

#### Seção XVI Infrações e Penalidades

##### Subseção I Infrações por falta de Recolhimento do Imposto

Art. 155. Deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto:

I - apurado pelo próprio sujeito passivo;

II - devido por responsabilidade solidária ou por substituição tributária;

III - devido por estimativa fiscal:

a) Multa de 5% (cinco por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único. No caso do inciso II, a multa prevista neste artigo será exigida em dobro quando o responsável houver retido o imposto e deixado de recolhê-lo nos prazos fixados nesta Lei Complementar.

Art. 156. Deixar de submeter, total ou parcialmente, prestação de serviço tributável à incidência do imposto:

I - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo será ampliada para:

I - 10% (dez por cento) do valor do imposto, quando não tiver sido emitido documento fiscal;

II - 10% (dez por cento) do valor do imposto, quando a prestação estiver consignada em documento fiscal:

a) com numeração ou seriação repetida;

b) que indique, nas respectivas vias, valores ou destinatários diferentes;

c) que indique valor inferior ao efetivamente praticado na prestação;

d) que descreva de forma contraditória, nas respectivas vias, os dados relativos à especificação do serviço;

e) de outro contribuinte ou empresa fictícia, dolosamente constituída para este fim;

f) indicando tratamento tributário vinculado à destinação do serviço e que não tenha chegado ao destino nele declarado.

Art. 157. Submeter tardiamente prestação de serviço tributável à incidência do imposto ou recolher o imposto apurado, pelo próprio sujeito passivo, ou devido por estimativa fiscal, após o prazo previsto na legislação, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização:

I - Multa de 2% (dois por cento) do valor do imposto.

Art. 158. Deixar de registrar, na escrita fiscal, documento fiscal relativo à prestação de serviço tributável:

II - Multa de 5% (cinco por cento) do Valor Fiscal de Referência do Município - VFR

##### Subseção II Infrações Relativas a Documentos e Livros Fiscais

Art. 159. Imprimir ou encomendar a impressão de documentos fiscais fraudulentamente ou sem a devida autorização:

I - Multa de 5% (cinco por cento) do Valor de Referência Fiscal - VFR, por documento fiscal.

Parágrafo único. Incorre também na multa prevista neste artigo aquele que fornecer, possuir, guardar ou utilizar documento fiscal:

I - impresso fraudulentamente ou sem a devida autorização;

II - de outro contribuinte, de contribuinte inexistente ou cuja inscrição tenha sido baixada ou declarada nula.

Art. 160. Prestar serviços sem emissão de documento fiscal ou cupom, constatada por qualquer meio:

I - Multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência Fiscal.

Art. 161. Atrasar a escrituração dos livros fiscais, utilizá-los ou escriturá-los sem observar os requisitos da legislação do imposto:

I - Multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referência Fiscal.

##### Subseção III Infrações Relativas ao Cadastro e à Entrega de Informações de Natureza Cadastral, Econômica ou Fiscal

Art. 162. Iniciar atividade sem prévia inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC:

I - Multa de 15% (quinze por cento) do Valor de Referência Fiscal.

Art. 163. Não efetuar a entrega das informações de natureza cadastral ou de natureza econômica ou fiscal previstas na legislação tributária ou prestá-las de forma inexata:

I - Multa de 15% (quinze por cento) do Valor de Referência Fiscal.

Art. 164. Deixar de apresentar os livros, documentos ou informações requisitadas pelas autoridades fazendárias:

I - Multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referência Fiscal.

§ 1º. A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de requisição, com prazo mínimo de 3 (três) dias.

§ 2º. O disposto neste artigo não impede a imediata apreensão, pelos agentes do fisco, de quaisquer livros e documentos que:

I - devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;

II - possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do tributo.

##### Subseção IV Outras Infrações

Art. 165. Embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio, a ação fiscal:

I - Multa de 25% (vinte e cinco por cento) do Valor de Referência Fiscal.

Art. 166. Descumprir qualquer obrigação acessória prevista na legislação tributária, sem penalidade específica capitulada nesta Lei:

I - Multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referência Fiscal.

## TÍTULO V DAS TAXAS

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 167. As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§ 1º. Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regule a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos coletivos ou individuais.

§ 2º. Considera-se regular o exercício do poder de polícia, quando desempenhado pela repartição competente, nos limites da Lei aplicável, com observância do processo legal e tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 3º. Os serviços públicos a que se refere o caput deste artigo, consideram-se:

I - utilizados pelo contribuinte:

- a) efetivamente, quando usufruídos por ele a qualquer título;
- b) potencialmente, quando sendo de utilização compulsória, sejam postos a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II - específico, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;

III - divisíveis, quando suscetíveis, por parte de cada um de seus usuários.

Art. 168. Para efeito de instituição, lançamento, cobrança e aplicação de penalidades de taxas, consideram-se compreendidas ao âmbito de atribuições do Município, aquelas que, pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual, pela Lei Orgânica dos Municípios e pelas normas gerais com elas compatíveis, que a ele competem, salvo se houver disposição especial em contrário.

Art. 169. A incidência da taxa e sua cobrança independem:

- I - da existência do estabelecimento fixo;
- II - do efetivo ou contínuo exercício da atividade para a qual tenha sido requerido o licenciamento;
- III - da expedição da autorização, desde que seja efetivo o exercício da atividade para a qual tenha sido aquela requerida;

IV - do resultado financeiro da atividade exercida; e

V - do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar relativa ao exercício da atividade.

Art. 170. As taxas que integram o sistema tributário municipal classificam-se:

I - Taxas decorrentes do efetivo e regular exercício do Poder de Polícia Administrativa e Fiscal;

II - Taxas Decorrentes da Utilização Efetiva ou Potencial de Serviços Públicos Divisíveis, Prestados aos Contribuintes ou Postos à sua Disposição.

### CAPÍTULO II TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA E FISCAL

Art. 171. Pelo exercício regular do poder de polícia incorre as seguintes taxas:

a) Taxa de Licença Para Instalação e Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

b) Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

c) Horário Especial de Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres;

d) Taxa de Licença para Exercício de Atividade de Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante;

e) Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade;

f) Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal;

g) Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares.

II - Taxas decorrentes da Utilização Efetiva ou Potencial de Serviços Públicos Divisíveis, Prestados aos Contribuintes ou Postos à sua Disposição:

a) Taxa dos Serviços Públicos de Coleta, Remoção e Tratamento, Destinação ou Disposição de Resíduos Sólidos.

### CAPÍTULO III

TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES COM ATIVIDADES CODIFICADAS NO CNAE

#### Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 172. A Taxa de Licença para Instalação e Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres dentre as atividades arroladas no CNAE e no detalhamento das suas subclasses, é devida por qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da instalação e localização de quaisquer estabelecimentos ou exercício de atividades no Município.

Parágrafo único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à

fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art 173. A incidência e o pagamento da Taxa independe:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

V - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais.

## Seção II Do Contribuinte

Art. 174. Contribuinte da Taxa de Licença são todas as pessoas físicas ou jurídicas que vierem a se instalar ou exercer atividades no Município.

Art. 175. A Taxa de Licença é devida no início da atividade e quando da transferência de local ou do ramo de atividade, pelas diligências para verificar as condições para a instalação e localização do estabelecimento em face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Parágrafo único. A transferência de local ou alteração do ramo de atividade acarretará a incidência da taxa à razão de 50 % do seu valor anual.

Art. 176 Os contribuintes inscrever-se-ão na repartição fiscal antes de iniciarem suas atividades.

§ 1º. Antes da inscrição municipal, os interessados poderão efetuar consulta prévia, através de requerimento enviado pela rede mundial de computadores no endereço eletrônico <http://www.trezetillas.sc.gov.br> ou protocolado na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, onde deverá constar:

I - o endereço completo de seu interesse; e

II - a atividade desejada e os códigos de atividades econômicas previstos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 2º. As pesquisas prévias à elaboração de ato constitutivo ou de sua alteração deverão bastar a que o usuário seja informado:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido; e

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção da licença de Instalação e Localização, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 3º. Ao requerer a licença, através de formulário próprio ou por meio eletrônico, o contribuinte fornecerá ao órgão competente do Município, além dos elementos e informações necessárias à sua inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal:

I - quando pessoas físicas deverão entregar cópia da cédula de identidade (RG), CPF e a cópia de um comprovante de endereço; e

II - quando pessoas jurídicas deverão entregar cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), contrato social e suas alterações, ou declaração de microempreendedor individual (MEI) e a cópia do carnê do IPTU para comprovação de endereço.

§ 4º. Para todo e qualquer estabelecimento haverá uma inscrição distinta.

§ 5º. Não haverá casos de transferência de sociedade simples, dentro do Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal, procedendo-se ao cancelamento da inscrição anterior e a posterior abertura de nova inscrição.

Art. 177. Será concedido um Alvará de Licença de Instalação e Localização Provisório para os micros empreendedores individuais, as microempresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI), que permitirá o início da operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, desde que se submetam às exigências desta Lei Complementar, da lei específica e seus regulamentos e subsidiariamente, das Leis Complementares federais nº 123/2003, nº 127/2008, nº 128/2008 e nº 147/2014, juntamente com as exigências e procedimentos contidos no sistema REGIN, consoante convênio firmado com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Art. 178. No caso de emissão do Alvará de Instalação e Localização Provisório a que se refere o artigo 7º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas as regras instituídas nesta Lei e em regulamento.

Parágrafo único. O Alvará referido no caput deste artigo terá validade para o respectivo exercício e permite o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato do registro.

## Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 179. A taxa será calculada de acordo com a Tabela I, do Anexo IV desta Lei, considerando-se, sempre, a atividade principal, e, recolhida quando da inscrição do estabelecimento no Cadastro Mobiliário cujo valor para cada contribuinte decorre da aplicação dos percentuais previstos em concomitância e linearmente de acordo com a seção em que a atividade estiver inserida na tabela do CNAE e verticalmente de acordo com o porte da empresa, multiplicado pelo Valor de Referência Fiscal.

Parágrafo único. Para efeito de cálculo da Taxa de Licença para Instalação e Localização será utilizada a nomenclatura e seções constantes na tabela do CNAE Fiscal 2.1.

## Seção IV Do Lançamento

Art. 180. As taxas serão lançadas de ofício pela autoridade competente, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, constantes no Cadastro de Atividades ou apuradas pelo fisco.

## Seção V Do Pagamento

Art. 181. As taxas serão devidas e arrecadadas antes da autorização ou licenciamento pretendido e, quando periódicas, de acordo com as disposições contidas em calendário fiscal a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º. As taxas do poder de polícia administrativa fiscal não serão objeto de parcelamento. (Revogado pela Lei Complementar nº

84/2015).

§ 2º. O mero pagamento da taxa não configura, por si só, a autorização ou o licenciamento pretendido, sendo necessário o cumprimento das determinações das legislações próprias para a respectiva concessão.

#### Seção VI Das Isenções

Art. 182. São isentos de todas as taxas de licença, os órgãos municipais, estaduais e federais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, inclusive suas autarquias e fundações.

### CAPÍTULO IV

#### TAXA DE LICENÇA DE FISCALIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES COM ATIVIDADES CODIFICADAS NO CNAE

##### Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 183. A Taxa de Licença de Fiscalização para Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades codificadas no CNAE tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, consubstanciado na vigilância constante dos estabelecimentos e atividades licenciadas para efeito de verificação, quando necessário ou por constatação fiscal de rotina, do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem.

Parágrafo único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 184. A incidência e o pagamento da Taxa independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais.

##### Seção II Do Contribuinte

Art. 185. O Contribuinte da Taxa Licença de Fiscalização para Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE são todas as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem atividades no Município.

##### Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 186. A taxa será calculada de acordo com a Tabela I, do Anexo IV desta Lei, considerando-se, sempre, a atividade principal, e recolhida anualmente em razão da Fiscalização para Funcionamento do estabelecimento, lançado de ofício conforme dados existentes no Cadastro Mobiliário e devidamente confrontado pelo fisco, cujo

cálculo segue a forma de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, cujo valor para cada contribuinte decorre da aplicação dos percentuais previstos na concomitância e linearmente de acordo com a seção em que a atividade estiver inserida na tabela do CNAE e verticalmente de acordo com o porte da empresa, multiplicado pelo Valor de Referência Fiscal.

Parágrafo único. Para efeito de cálculo da Taxa de Licença de Fiscalização para Funcionamento será utilizada a nomenclatura e seções constantes na tabela do CNAE Fiscal 2.1.

##### Seção IV Do Lançamento

Art. 187. As taxas serão lançadas de ofício pela autoridade competente, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, constantes no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal, ou apuradas pelo fisco.

Parágrafo único. Constitui obrigação do contribuinte informar ao Fisco qualquer alteração contratual.

##### Seção V Do Pagamento

Art. 188. As taxas serão devidas e arrecadadas antes da autorização ou licenciamento pretendido e, quando periódicas, de acordo com as disposições contidas em calendário fiscal a ser decretado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º. As taxas do poder de polícia não serão objeto de parcelamento. (Revogado pela Lei Complementar nº 84/2015).

§ 2º. O mero pagamento da taxa não configura, por si só, a autorização ou o licenciamento pretendido, sendo necessário o cumprimento das determinações das legislações próprias para a respectiva concessão.

##### Seção VI Das Isenções

Art. 189. São isentos de todas as taxas de licença, os órgãos municipais, estaduais e federais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, inclusive suas autarquias e fundações.

Art. 189. São isentos de todas as taxas de licença, os órgãos municipais, estaduais e federais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, inclusive suas autarquias e fundações, bem como as entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação, de assistência social e culturais sem fins lucrativos, declarados de utilidade pública. (Alterado pela Lei Complementar nº 91/2015).

### CAPÍTULO V

#### TAXA DE LICENÇA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES COM ATIVIDADES CODIFICADAS NO DO CNAE

##### Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 190. A Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE tem como fato gerador a atuação do Fisco Municipal na fiscalização exercida sobre o funcionamento de estabelecimentos em horário especial mediante prévia licença do Município.



Art. 191. O fato gerador da Taxa ocorre a partir do deferimento do pleito para o funcionamento em horário especial.

Art. 192. A Taxa não incide sobre as pessoas físicas não estabelecidas quando o serviço é prestado junto ao estabelecimento ou na residência dos respectivos tomadores de serviços.

#### Seção II Do Contribuinte

Art. 193. Contribuinte é qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade de indústria, do comércio, da prestação de serviços ou a qualquer outra atividade que exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, em horário especial mediante prévia fiscalização do Órgão Competente do Município.

#### Seção III Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 194. A base de cálculo da Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE será determinada através de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em razão da antecipação ou prorrogação do horário de atuação, segundo o fixada na Tabela I do Anexo IV desta lei.

#### Seção IV Do Lançamento

Art. 195. Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE será lançada, de ofício pela autoridade administrativa competente, em consonância com o que estabelece a Tabela prevista no artigo anterior.

#### Seção V Do Pagamento

Art. 196 O pagamento da Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE deverá ser feito na forma e prazos definidos em calendário fiscal a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

#### Seção VI Das Isenções

Art. 197. São isentos da Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE, observado o que estabelece a arts. 161 e 162 da Lei nº 1605, de 28 de dezembro de 2007 - Código de Posturas:

- I - impressão e distribuição de jornais;
- II - serviços de transportes coletivos;
- III - entidades de assistência social e demais associações civis sem fins lucrativos;
- IV - hotéis, pensões, creches e congêneres;
- V - hospitais, ambulatorios de análises clínicas e eletricidade

médica, consultórios médicos e congêneres;

VI - farmácias e drogarias;

VII - agência funerária;

VIII - cinema;

IX - serviço telefônico;

X - serviço de vigilância e segurança;

XI - radiodifusão e telecomunicação;

XII - serviços de guinchos;

XIII - postos de gasolina e de lubrificação e borracharias;

XIV - fornecimento de energia elétrica, de água ou de gás; e

XV - quaisquer estabelecimentos localizados na parte interna do Terminal Rodoviário.

Parágrafo único. Os microempreendedores individuais - MEI estão isentas do pagamento da taxa referida nesta Seção no ano de início de suas atividades.

### CAPÍTULO VI TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO EVENTUAL, EXPERIMENTAL OU AMBULANTE

#### Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 198. A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão do exercício de atividade eventual ou temporária no Município, consoante cálculo e rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica.

Art. 199. Nenhuma atividade de caráter eventual ou temporário poderá ser exercida sem prévia licença outorgada pela administração pública e sem o pagamento da referida taxa.

§ 1º. Considera-se comércio ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localização fixa, com característica eminentemente não sedentária, realizado eventualmente em determinadas épocas, notadamente nas de festejos populares e comemorações em locais autorizados pelo Poder Público Municipal.

§ 2º. Considera-se comércio experimental o exercido individualmente com estabelecimento, instalações e localização fixa, com metragem inferior a 12m<sup>2</sup> (doze metros quadrados) e desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento, sejam adequadas a espécie de atividade a ser exercida observados os requisitos da legislação do Município.

§ 3º. Cabe ao Município regulamentar por lei específica, o comércio ambulante e experimental, especialmente no que se refere ao número de autorizações a serem concedidas, ao horário por tipo de atividade, à delimitação dos locais de funcionamento, aos critérios de autorização e à definição das mercadorias comerciáveis.

#### Seção II Do Contribuinte

Art. 200. O Exercício de Atividade Comércio Eventual ou Ambulante só poderá ser praticada no Município, desde que:

I - o interessado atenda os requisitos estabelecidos em regulamento próprio e dentro das normas da Lei nº 1.605/2007, Código de Postura do Município.

II - não tornar-se inconveniente, nem prejudicial ao comércio regularmente estabelecido; e

III - pagamento antecipado das taxas e emolumentos devidos.

§ 1º. Considera-se comércio ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localização fixa, com característica eminentemente não sedentária, realizado eventualmente em determinadas épocas, notadamente nas de festejos populares.

§ 2º. Considera-se comércio experimental o exercido individualmente com estabelecimento, instalações e localização fixa, com metragem inferior a 12m² (doze metros quadrados) e desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento, sejam adequadas a espécie de atividade a ser exercida observados os requisitos da legislação do Município.

§ 3º. Cabe ao Município regulamentar por lei específica, o comércio ambulante e experimental, especialmente no que se refere ao número de autorizações a serem concedidas, ao horário por tipo de atividade, à delimitação dos locais de funcionamento, aos critérios de autorização e à definição das mercadorias comerciáveis.

§ 4º. É considerado também Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante a atividade exercida em instalações removíveis colocadas nas vias e logradouros públicos como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados.

#### Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 201. A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com a Tabela III do Anexo IV deste Código.

Art. 202. Respondem pela Taxa de Licença de Atividade Eventual, Experimental ou Ambulante as mercadorias encontradas em poder do obrigado ao porte da licença.

#### Seção IV Do Pagamento

Art. 203. A taxa de licença para o Comércio Eventual, Experimental deverá ser paga antecipadamente à concessão da licença, com percentuais incidentes sobre a VFR (Valor Fiscal de Referência Fiscal) do Município, conforme a tabela citada no artigo 201 deste Código.

#### Seção V Das Isenções

Art. 204. Estão isentos da taxa de licença de Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante os portadores de deficiência física, assim considerados os que atendam as especificações constantes no regulamento da atividade.

### CAPÍTULO VII TAXA DE LICENÇA PARA PROPAGANDA E PUBLICIDADE

#### Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 205. A Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade tem como fato gerador o exercício do poder de polícia da Administração Pública Municipal, de vigilância em razão da exploração, utilização ou veiculação dos meios de publicidade de qualquer tipo e por qualquer instrumento, nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos locais de audibilidade, visibilidade ou acesso ao público.

Parágrafo único. Para efeito de incidência da taxa, considera-se publicidade, toda e qualquer divulgação de mensagens de natureza publicitária ou comercial, mensagens indicativas ou representativas de nomes, marcas, símbolos, produtos ou estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas, indicativos de atividades, inclusive aqueles fixados em veículos de transporte e mobiliários em geral.

Art. 206. São considerados veículos de publicidade sujeitos à taxa:

I - os letreiros,

II - os anúncios publicitários em forma de outdoors, painéis, faixas, banners, balões, som, panfletagem.

Art. 207. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade:

I - na data do início da veiculação da publicidade;

II - na data em que se der qualquer alteração;

III - em 1º de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes, em se tratando de publicidade realizada por intermédio de instrumentos ou suportes de caráter permanente.

Parágrafo único. Considera-se permanente toda veiculação publicitária que pelas suas características, destinação ou intuito de exibição, seja de duração superior a 90 (noventa) dias.

Art. 208. A incidência e o pagamento da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;

II - da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

#### Seção II Do Contribuinte

Art. 209. O Contribuinte fica obrigado ao recolhimento da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade é a pessoa física ou jurídica que explora a atividade de publicidade.

#### Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 210. A taxa será calculada em consonância com os dados constantes do Cadastro Mobiliário, aplicando-se para tanto a Tabela IV do Anexo IV deste Código.

#### Seção IV Do Lançamento

Art. 211. As taxas serão lançadas de ofício pela autoridade competente, com base nas informações prestadas pelo contribuinte,



constantes no Cadastro de Atividades ou apuradas pelo fisco.

#### Seção V Do Pagamento

Art. 212 A taxa será devida e arrecadada antes da autorização ou licenciamento pretendido e, quando periódicas, de acordo com as disposições contidas em calendário fiscal a ser expedido por decreto baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 213. A Taxa de Licença para Publicidade será paga de acordo com a tabela determinada pelo artigo 210 desta Lei Complementar e recolhida ao Erário Municipal na forma e prazos regulamentares.

§ 1º. Sofrerão acréscimo de 20% da taxa os anúncios de qualquer natureza referentes a bebidas alcoólicas e fumo.

§ 2º. O lançamento da taxa, a critério da Administração, poderá ser efetuado juntamente com outros tributos.

#### Seção VI Das Isenções

Art. 214. Ficam isentos da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade:

I - os indicativos de órgãos públicos da administração direta e indireta;

II - hospitais, ambulatorios, casas de saúde e prontos-socorros;

III - os indicativos, nos locais de construção, do responsável técnico pela obra, contendo as especificações exigidas pelo CREA, o número do processo de acompanhamento e o número do Alvará de Licença, nos termos da legislação própria;

IV - as indicações de profissional liberal fixadas nas respectivas residências, escritórios ou consultórios;

V - as tabuletas indicativas de sítio, granjas ou fazendas;

VI - os nomes, siglas, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias, que nas condições legais e regulamentares, se responsabilizem, gratuitamente, pela manutenção de cestos destinados à coleta de lixo nas vias e logradouros públicos, ou pela conservação, sem ônus para o Município, de parques, jardins, logradouros públicos, ou ainda, o plantio e proteção de árvores;

VII - as campanhas de utilidade pública e avisos elucidativos destinados exclusivamente à orientação do público, bem como aqueles que recomendem cautela ou indiquem perigo, desde que desprovidos de qualquer legenda, dísticos ou desenhos de valor publicitário;

VIII - os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estação de radiodifusão, televisão e cinemas;

IX - os cartazes destinados a fins patrióticos, religiosos, beneficentes ou desportivos;

X - os anúncios destinados à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

XI - os indicativos localizados no imóvel do próprio estabelecimento, interna ou externamente, e que sirvam como identificador de seu nome e de suas atividades ou produtos.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso VI, a isenção da Taxa de Licença para Publicidade restringe-se, unicamente, aos nomes, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias afixadas nos

cestos, em placas, letreiros ou grades, de área igual ou inferior, em sua totalidade, a 1,0 m<sup>2</sup> (um metro quadrado), afixados nos logradouros cuja conservação esteja permitida à empresa anunciante, nos termos da legislação de posturas aplicável.

### CAPÍTULO VIII TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

#### Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 215. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização dos estabelecimentos, atividades, habitações, produtos, embalagens, utensílios e quaisquer equipamentos, para efeito de verificação do cumprimento da legislação sanitária a que se submetem.

Parágrafo único. A cobrança da taxa de que trata o caput obedecerá o aqui disposto, cumulativamente com a legislação específica.

#### Seção II Do Contribuinte

Art. 216. O contribuinte da taxa é qualquer pessoa física ou jurídica, que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços ou a qualquer outra atividade relacionada à saúde, constante na lista do artigo 218, só poderá exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença do Município e pagamento da Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal.

§ 1º. Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 2º. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal é devida pelas atividades incluídas no campo de atuação da Vigilância Sanitária, definidas nas normas regulamentadoras.

Art. 217. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal será concedida conforme regulamentação da Vigilância Sanitária.

§ 1º. Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

§ 2º. A licença poderá ser cassada a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações do Município para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º. As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível ao público e de fácil acesso à fiscalização.

§ 4º. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal é anual e será recolhida de uma única vez, antes dos atos sujeitos ao Poder de Polícia Administrativa do Município.

Art. 218. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal é devida de acordo com a Tabela V, do Anexo IV editada pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, através do Serviço de Vigilância Sanitária, de conformidade com as normas de saúde em Vigilância Sanitária.

#### Seção III Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 219. A base de cálculo da taxa de abertura e das renovações é o custo estimado da realização das vistorias e demais serviços administrativos, conforme definido na Tabela V, do Anexo IV mencionada no artigo 218.

§ 1º. Os estabelecimentos que exercerem mais de uma atividade prevista na lista do artigo 218 recolherão a taxa de maior valor.

§ 2º. Na solicitação de segunda via do alvará deverá ser recolhido o valor da taxa estabelecida na Tabela I, do Anexo VII desta Lei Complementar.

#### Seção IV Do Lançamento

Art. 220. O lançamento da Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal está vinculada à Tabela V, do Anexo IV que dispõe sobre os Valores dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal, mencionada no caput do artigo anterior e presente nesta Seção.

§ 1º. O pagamento da taxa prevista neste artigo não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

§ 2º. A Taxa prevista no caput deste artigo será paga, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM emitido mecânica ou eletronicamente, pelo Setor de Tributação, na Tesouraria da Prefeitura Municipal e/ou agência bancária autorizada.

§ 3º. Atos não previstos na Tabela V, do Anexo IV desta Lei terão por base a Tabela II, dos Atos de Saúde, Anexo Único da Lei Estadual 13.236, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 221. Os estabelecimentos que mantiverem mais que uma das atividades enquadradas em qualquer um dos itens da Tabela dos Atos de Vigilância Sanitária, pagarão a Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal sobre uma única atividade, contudo, o valor será a da atividade principal desenvolvida.

### CAPÍTULO IX TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES

#### Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 222. A Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização de obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, edículas ou muros, assim como o arruamento e loteamentos e/ou execução de urbanização em terrenos particulares, bem como de instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra no Município.

Parágrafo único. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Art. 223. Nenhuma construção, reconstrução, reforma com acréscimo, demolição ou obra e instalações de qualquer natureza poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à municipalidade, nos termos da legislação específica, e pagamento da taxa devida.

#### Seção II Do Contribuinte

Art. 224. Contribuinte da Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares é o proprietário, detentor de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel em que se realizam obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição de

prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra.

#### Seção III Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 225. A Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares será cobrada de conformidade com a Tabela VI do Anexo IV deste Código, conforme cálculo e rateio do custo da respectiva atividade pública específica.

Parágrafo único. A taxa não incidirá sobre as obras e instalações cuja execução não implicar em outorga de autorização pelo Município, nos termos da legislação específica.

#### Seção IV Do Lançamento

Art. 226. O lançamento da Taxa será em razão do que for requerido, efetuado de ofício pela autoridade competente, em nome do contribuinte.

#### Seção V Do Pagamento

Art. 227. O pagamento da Taxa deverá ser feito na forma e prazos definidos em regulamento a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 228. O pagamento da Taxa não implica no reconhecimento, pelo Município, para quaisquer fins, da legitimidade da obra.

#### Seção VI Das Isenções

Art. 229. São isentos da Taxa:

I - as obras realizadas em imóveis de propriedade da União, do Estado e de suas autarquia e fundações, os imóveis cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso do Município;

II - a construção de muros de arrimo ou de muralhas de sustentação, quando no alinhamento da via pública;

III - a limpeza ou pintura interna ou externa, de edifícios, casas, muros e/ou grades.

### CAPÍTULO X TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO EFETIVA OU POTENCIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIVISÍVEIS, PRESTADOS AOS CONTRIBUINTES OU POSTOS À SUA DISPOSIÇÃO

#### Seção Única

#### TAXA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO, DESTINAÇÃO OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

##### Subseção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 230. A taxa de coleta de resíduos sólidos tem por fato gerador a prestação, pelo Município, do serviço da coleta, transporte e destinação final de lixo e resíduos domiciliares, com a utilização efetiva ou potencial do serviço público prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição e incidirá sobre cada uma das propriedades prediais urbanas beneficiadas pelo serviço que impõe.

§ 1º. Entende-se por resíduos sólidos as matérias insolúveis, imprestáveis oriundos das residências, empresas e outras instituições,

que possam prejudicar a saúde pública.

§ 2º. O fato gerador considera-se ocorrido no dia 1º de janeiro de cada exercício;

#### Subseção II Do Contribuinte

Art. 231. São contribuintes da taxa os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis localizados nas áreas atendidas pelo serviço.

Art. 232. O tributo de que trata este artigo será lançado com base no Cadastro Imobiliário do Município e incidirá sobre cada uma das propriedades prediais urbanas beneficiadas pelo serviço.

#### Subseção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 233. A taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos terá como base de cálculo o custo do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado a sua disposição e será rateado entre os contribuintes, de acordo com:

I - a frequência da prestação dos serviços;

II - a natureza da ocupação e utilização dos imóveis.

Parágrafo único. A natureza da ocupação e utilização dos imóveis a que se refere o inciso II será definida como unidade residencial, comércio e serviços, industrial, agropecuária ou demais estabelecimentos não enquadrados nos anteriores, conforme o discriminado na Tabela Única do Anexo V desta Lei Complementar.

Art. 234. O cálculo da taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos será feita por metro quadrado da edificação, conforme o Cadastro Imobiliário do Município, a qual se aplicará o percentual do Valor de Referência Fiscal - VRF.

#### Subseção IV Do Lançamento

Art. 235. A taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos será lançada de ofício pela autoridade competente e cobrada junto e em concomitância com o IPTU.

#### Subseção V Do Pagamento

Art. 236. A taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos será devida e arrecadada nos prazos definidos em calendário fiscal a ser expedido por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo.

#### Subseção VI Das Isenções

Art. 237. São isentos:

I - da taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos os mesmos contribuintes que forem considerados isentos do IPTU, na forma do artigo 47 desta Lei Complementar;

### TÍTULO VI CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 238. A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 239. Precederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, a publicação em edital, dos seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV - delimitação da área de influência, demonstrando as áreas beneficiadas e a relação dos imóveis nela compreendidos, com sua respectiva avaliação, realizada por Comissão nomeada por ato do Chefe do Executivo;

V - a divisão da área de influência em faixas correspondentes aos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis, se for o caso;

VI - o número total de imóveis beneficiados, situados nas zonas de influência da obra.

§ 1º. A avaliação dos imóveis a que se refere o inciso IV será procedida levando-se em conta a situação do imóvel confrontante, sua área, testada, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente, mediante a aplicação de métodos e critérios, usualmente utilizados na avaliação de imóveis para fins de determinação de seu valor venal.

§ 2º. É lícito ao contribuinte impugnar qualquer dos elementos referidos neste artigo, desde que o faça até 30 (trinta) dias após a publicação dos mesmos.

#### Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 240. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente realização de obras públicas e terá como limite máximo o total da despesa realizada na obra pública e como limite individual o acréscimo de valor de que a obra resultar em cada imóvel beneficiado.

Art. 241. Ocorre a incidência da Contribuição de Melhoria sempre que houver valorização de imóveis, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas realizadas pelo Município, inclusive quando resultante de convênio com a União ou o com o Estado, e suas entidades:

I - abertura, alargamento, pavimentação, arborização, iluminação, esgotos pluviais e outros melhoramentos em vias e logradouros públicos;

II - colocação de paralelepípedos, asfalto, lajotas ou qualquer outro tipo de materiais utilizável no revestimento ou calçamento de vias e logradouros;

III - colocação de meios-fios, guias de sarjetas, caixas, bocas de lobo, rede pluvial e demais equipamentos e instalações complementares;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos pluviais e sanitários, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral, ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V - proteção contra secas, inundações, erosão e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - construção e pavimentação de estradas de rodagem;

VII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico;

VIII - realização de passeios públicos.

## Seção II Do Contribuinte

Art. 242. Contribuinte do tributo é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

Parágrafo único. Os imóveis em condomínio indiviso serão considerados de propriedade de um só condômino, cabendo a esse exigir, dos demais condôminos, a parte que lhes tocar.

Art. 243. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Contribuição de Melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento do tributo:

I - o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - o espólio, pelos débitos do "de cujus", existentes à data da abertura da sucessão;

III - o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do "de cujus" existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV - a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;

V - a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existente à data da transação.

## Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 244. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.

Art. 245. Em função da localização, os imóveis serão classificados em zonas de influência, através de Decreto do Poder Executivo:

I - com 100% (cem por cento), se uma única for a zona de influência;

II - com 64% (sessenta e quatro por cento) e 36% (trinta e seis por cento), se duas forem as zonas de influência;

III - com 58%, 28% e 14% (cinquenta e oito, vinte e oito e quatorze por cento), se três forem as zonas de influência;

IV - em percentagens variáveis para cada caso, se mais de três forem as zonas de influência.

Art. 246. A fórmula de cálculo da contribuição de melhoria será o valor total da obra (VO) a ser financiada pelo valor do tributo, dividido pela soma do total de valorização dos imóveis beneficiados (TV), cujo resultado será o coeficiente de cálculo (CC). O valor de cada contribuição de melhoria será a valorização individual do imóvel multiplicada pelo coeficiente de cálculo (CC).

Parágrafo único. No caso de mais de uma zona de influência, o valor será proporcional à percentagem do artigo 245.

Art. 247. A contribuição será estabelecida através de seu montante global, cujo valor poderá ser objeto de parcelamento mensal.

Art. 248. A contribuição terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

## Seção IV Do Lançamento

Art. 249. Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 250. Compete à Secretaria de Administração e Finanças lançar a Contribuição de Melhoria, com base nos elementos que lhe forem fornecidos pela repartição responsável pela execução da obra ou melhoramento.

Art. 251. Efetuado o lançamento da contribuição, os proprietários dos imóveis serão notificados, diretamente ou por edital, do:

I - ao montante do crédito fiscal, com os elementos que integram o respectivo cálculo;

II - o custo total ou parcial da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria;

III - o prazo e a forma para pagamento e os vencimentos da Contribuição de Melhoria;

IV - o prazo para impugnação do lançamento da Contribuição de Melhoria;

V - a divisão da zona de influência em faixas correspondentes aos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis, se for o caso;

VI - a individualização, com base na área territorial dos imóveis localizados em cada faixa relativa à zona de influência;

VII - os fatores relativos e individuais de valorização de cada imóvel, a serem verificados mediante nova avaliação efetuada por



comissão nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo;

VIII - o plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 252. Somente o titular da propriedade, do domínio útil e da posse de imóvel a ser atingido pela obra poderá apresentar a impugnação de qualquer dos elementos constantes no edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. Aplica-se à contestação prevista neste artigo o rito indicado na lei processual tributária, no que couber.

Art. 253. A notificação de lançamento, diretamente ou por edital, conterá:

I - identificação do contribuinte e valor da Contribuição de Melhoria cobrada;

II - prazos para pagamento de uma só vez ou parceladamente e respectivos locais de pagamento;

III - prazo para reclamação.

Art. 254. Os titulares dos imóveis relacionados, discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, pedido de revisão fundamentado à autoridade lançadora, contra:

“Art. 254. Os titulares dos imóveis relacionados, discordando do lançamento, poderão encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, pedido fundamentado de revisão ao julgador singular: (Alterado pela Lei Complementar nº 91/2015).

I - erro na localização ou na área territorial do imóvel;

II - cálculo dos índices atribuídos;

III - valor da Contribuição de Melhoria;

IV - número de prestações.

§ 1º. A impugnação deverá ser dirigida ao Chefe do Poder Executivo do Município, através de petição fundamentada.

§ 2º. O pedido de revisão suspende a exigibilidade do crédito tributário.

§ 3º. Da decisão da autoridade lançadora caberá reclamação na forma disciplinada neste Código.

Art. 255. As impugnações, reclamações e recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras, tampouco, terão efeito de obstar a administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

#### Seção V Das Isenções

Art. 256. São isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria:

I - o imóvel edificado de propriedade de Conselhos Comunitários e Associações de Moradores, desde que previamente declarados de utilidade pública;

II - o imóvel residencial único do proprietário que comprove possuir rendimento familiar per capita de até ¼ do salário mínimo vigente e cuja edificação não seja superior a 75 m<sup>2</sup> (setenta e cinco metros quadrados).

III - o imóvel não edificado, localizado em área especial tal como aeroviária, de preservação permanente e faixa de domínio.

Parágrafo único. A isenção concedida no inciso III cessará quando, por qualquer motivo, a localização do imóvel deixar de ser considerada como área especial.

#### Seção VI Do Pagamento

Art. 257. A cobrança da Contribuição de Melhoria será iniciada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento.

Parágrafo único. O contribuinte será cientificado do lançamento:

I - pessoalmente, pela aposição de assinatura na cópia do aviso de lançamento;

II - pelo correio, com aviso de recepção;

III - por Edital afixado na Prefeitura Municipal e publicado no veículo oficial quando inviável a notificação pessoal.

Art. 258. O contribuinte poderá recolher, dentro do prazo estabelecido no artigo 257 acima, a contribuição lançada, obtendo-se desconto de 10% sobre o valor total da contribuição a ser paga pelo contribuinte.

§ 1º. Os pagamentos parcelados da Contribuição de Melhoria devem ser requeridos dentro de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Edital, podendo o parcelamento ser em:

I - até 12 (doze) pagamentos mensais e sucessivos, sem acréscimo, sobre o valor total da contribuição a ser paga pelo contribuinte neste parcelamento;

II - em até 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, com a incidência de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, fixando o vencimento da primeira parcela em até 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital e as demais parcelas mensais, consecutivas e sucessivamente.

II - em até 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, com a incidência de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, fixando o vencimento da primeira parcela em até 30 (trinta) dias da data de publicação do Edital e as demais parcelas mensais, consecutivas e sucessivamente. (Alterado pela Lei Complementar nº 91/2015).

§ 2º. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação pessoal do lançamento ou publicação do Edital de notificação dos interessados, não tendo sido requerido o parcelamento, o débito será considerado vencido e passível de lançamento em dívida ativa.

§ 3º. Para efeitos do parcelamento previsto no § 1º deste artigo, o valor de cada parcela não poderá resultar num valor inferior a 15% (quinze por cento) da VFR (unidade de referência) do Município para os contribuintes pessoa física e 50% (cinquenta por cento) do VFR do Município em caso de pessoa jurídica.

§ 4º. Havendo pedido de recurso e/ou revisão de lançamentos de contribuição de melhoria, o contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da decisão administrativa para efetuar o competente pagamento.

§ 5º. O processo administrativo de impugnação será regulamentado por Decreto Municipal. (Revogado pela Lei Complementar nº 91/2015).

Art. 259. Não se aplicará a forma de pagamento descrita no artigo 258, ao contribuinte de baixa renda, assim considerado aquele que:

I - for proprietário de um único imóvel e o use como sua residência;

II - possuir apenas uma fonte de renda familiar, e que esta seja igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos vigentes;

III - que a metragem do terreno situado em conjunto habitacional tenha área de no máximo 250 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados);

§ 1º. Para o contribuinte que se enquadrar nas situações acima elencadas, o parcelamento da contribuição se dará da seguinte forma:

I - em até 48 (quarenta e oito) pagamentos mensais e sucessivos, sem incidência de juros, fixando o vencimento da primeira parcela em até 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital e as demais parcelas mensais, consecutivas e sucessivamente.

§ 2º. Para efeitos do parcelamento previsto no § 1º deste artigo, o valor de cada parcela não poderá resultar num valor inferior a 10% (dez por cento) do VFR do Município para os contribuintes pessoa física.

#### Seção VII

##### Disposições Finais

Art. 260. Fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênio com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

#### TÍTULO VII

#### DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

##### Seção I

##### Das Disposições Gerais

Art. 261. Fica instituída no Município a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, prevista no artigo 149/A da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1º. O serviço previsto no "caput" deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

§ 2º. Entende-se por iluminação pública aquele que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia elétrica e que sirva as vias e logradouros públicos.

##### Seção II

##### Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 262. É fato gerador da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município.

##### Seção III

##### Do Contribuinte

Art. 263. Sujeito passivo da Contribuição para Custeio do Serviço

de Iluminação Pública - COSIP é o consumidor de energia elétrica, residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território no Município.

#### Seção IV

##### Da Base de Cálculo

Art. 264. A base de cálculo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora.

Parágrafo único. Os reajustes autorizados pela ANEEL e efetivamente aplicados pela concessionária de energia elétrica serão considerados para efeitos da composição da base de cálculo.

#### Seção V

##### Das Alíquotas

Art. 265. As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em Kw/h, conforme o Anexo VI, Tabelas I, II e III, que são partes integrante desta Lei.

#### Seção VI

##### Das Isenções

Art. 266. Estão isentos da contribuição:

I - os consumidores da classe residencial com consumo de até 30 (trinta) kW/h;

II - todos os contribuintes cadastrados na concessionária de energia elétrica como consumidores rurais, independente do total de kW/h consumido;

III - igrejas e templos;

IV - clubes sociais e centros comunitários.

#### Seção VII

##### Do Lançamento e Pagamento

Art. 267. A contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

§ 1º. O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º. O convênio ou contrato a que se refere o "caput" deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, restando os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supra citados.

§ 3º. O montante devido e não pago da COSIP a que se refere o "caput" deste artigo será inscrito em dívida ativa, 60 dias após à verificação da inadimplência.

§ 4º. Servirá como título hábil para a inscrição:

I - a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional;



II - duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III - outro documento que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 5º. Os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

#### Seção VIII Das Disposições Finais

Art. 268. Aplicam-se à COSIP, no que couber, as normas do Código Tributário Nacional e as da Legislação Tributária Municipal, inclusive aquelas relativas às infrações e penalidades.

Art. 269. As tabelas constantes do ANEXO VI e parte integrante desta Lei vigorarão observando-se os seguintes critérios:

I - cobrança por faixa de consumo diferenciadas por classes;

II - revisão das classes e faixas de consumo.

Art. 270. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC.

### LIVRO II NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

#### TÍTULO I LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

##### CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 271. A expressão legislação tributária compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

##### CAPÍTULO II DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 272. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, considera-se como tal:

I - tratando-se de pessoa natural, o lugar onde reside, e, não sendo este conhecido, o lugar onde se encontre a sede habitual de suas atividades ou negócios;

II - tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, local de qualquer de seus estabelecimentos;

III - tratando de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas;

§ 1o. Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§ 2o. A fiscalização tributária recusará o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização.

Art. 273. O domicílio tributário será consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à fazenda pública municipal.

##### CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art. 274. Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, deverá promover sua inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal de quaisquer dos tributos municipais, para cada um de seus estabelecimentos, seja matriz, filial, sucursal, agência, depósito, escritório inclusive de contato, show room, posto de atendimento de qualquer natureza, endereço de correspondência, endereço de terceiro onde atua economicamente, ainda que temporariamente, inclusive condomínio edilício, obra de construção civil ou qualquer outra, independente da denominação que vier a ser adotada, mesmo que isenta ou imune de tributos, de acordo com as formalidades fixadas em regulamento. (Revogado pela Lei Complementar nº 84/2015).

##### CAPÍTULO IV DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

###### Seção I Das Disposições Gerais

Art. 275. Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, deverá promover sua inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal de quaisquer dos tributos municipais, para cada um de seus estabelecimentos, seja matriz, filial, sucursal, agência, depósito, escritório inclusive de contato, show room, posto de atendimento de qualquer natureza, endereço de correspondência, endereço de terceiro onde atua economicamente, ainda que temporariamente, inclusive condomínio edilício, obra de construção civil ou qualquer outra, independente da denominação que vier a ser adotada, mesmo que isenta ou imune de tributos, de acordo com as formalidades fixadas em regulamento.

Parágrafo único. O Município promoverá, ex-officio, quando necessário, a Inscrição Municipal do Contribuinte com base nas informações disponibilizadas no banco de dados da Junta Comercial de Santa Catarina através do sistema disponibilizado pelo Órgão Integrador dos entes utilizado pela municipalidade para este fim. (Parágrafo Único incluído pela Lei Complementar nº 84/2015).

Art. 276. A constituição do crédito tributário é efetuada através do lançamento tributário nas seguintes modalidades:

I - de ofício;

II - por declaração; e

III - por homologação.

Parágrafo único. Aplicam-se às modalidades de lançamento as normas gerais de direito tributário estabelecidas no Código Tributário Nacional.

Art. 277. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; e

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 278. A revisão de lançamento somente poderá ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública Municipal.

## Seção II Das Modalidades de Extinção do Crédito Tributário

Art. 279. Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento;

II - a compensação;

III - a remissão;

IV - a prescrição e a decadência;

V - a conversão de depósito em renda;

VI - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento;

VII - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

VIII - a decisão judicial passada em julgado; e

IX - a dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. A forma de extinção do crédito tributário é subordinada às normas gerais de direito tributário disciplinadas no Código Tributário Nacional.

Art. 280. Fica a autoridade administrativa responsável pela Secretaria Municipal da Administração e Finanças autorizada a efetuar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, através de procedimento administrativo, nas condições e sob as garantias que estipular em regulamento, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis dispostas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Todo procedimento administrativo de compensação deverá ser acompanhado de planilha de cálculo elaborada por repartição competente e de exposição de motivos, para fins de auditoria interna ou externa.

Art. 281. O Responsável pela unidade administrativa de finanças poderá conceder, por despacho fundamentado, dando remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - às considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso; e

V - às condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido.

## CAPÍTULO V

## DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### Seção Única Das Disposições Gerais

Art. 282. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; e

VI - o parcelamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

## CAPÍTULO VI DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### Seção I Das Disposições Gerais

Art. 283. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção; e

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

### Seção II Da Isenção

Art. 284. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita à determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares.

Art. 285. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, produzindo efeitos a partir do exercício seguinte ao da publicação.

Art. 286. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei, regulamento ou contrato para sua concessão.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, as disposições sobre concessão de moratória e parcelamento.

### Seção III Da Anistia

Art. 287. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e, aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele; e

II - salvo disposição em contrário, as infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 288. A anistia pode ser concedida:

I - em caráter geral; e

II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugada ou não com penalidades de outra natureza;

c) à determinada região do território do Município, em função de condições a ela peculiares; e

d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída, pela mesma lei, à autoridade administrativa.

Art. 289. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

§ 1º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele; e

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 2º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da anistia e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 3º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

#### Seção IV

#### Da Atualização Monetária e Encargos Moratórios

Art. 290. Os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, atuais e futuros, incluídas as multas de qualquer espécie, provenientes da impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, assim como, todos os valores apresentados nesta Lei Complementar, serão atualizados monetariamente, de acordo com a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outro que venha a sucedê-lo.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, a Secretaria Municipal da Administração e Finanças fica autorizada a divulgar o procedimento para a atualização monetária,

baseando-se, para o seu cálculo, nas respectivas normas regulamentares.

Art. 291. O crédito tributário e não-tributário não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculado sobre o valor corrigido, contados da data do vencimento do tributo;

II - multa moratória de 2% (dois por cento) do valor principal atualizado monetariamente;

§ 1º. As multas devidas, não proporcionais ao valor do tributo, serão também atualizadas.

§ 2º. A multa prevista no inciso II deste artigo será aplicada, sem prejuízo do pagamento do imposto devido.

Art. 292. Institui-se o Valor de Referência Fiscal - VRF com o valor de R\$ 695,11 (seiscentos e noventa e cinco reais e onze centavos) que será atualizada, anualmente, conforme disciplinado no caput, sendo sua utilização apenas para cálculos e procedimentos internos, inclusive atualização de créditos inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não.

§ 1º. O VRF será corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou o que vier a substituí-lo, pela variação ocorrida a cada 12 (doze) meses, compreendendo o período de dezembro do ano anterior a novembro do ano em curso, para aplicação no exercício seguinte.

§ 2º. Todos os valores em reais constantes de leis de natureza tributária e não tributária do Município serão convertidos em Valor de Referência Fiscal - VRF a partir da entrada em vigor desta Lei Complementar.

Art. 293. A atualização monetária estabelecida na forma do artigo 290 aplicar-se-á, inclusive, aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o sujeito passivo houver depositado, em moeda, a importância questionada.

§ 1º. Na hipótese de depósito parcial, far-se-á a atualização da parcela não depositada.

§ 2º. O depósito elide, ainda, a aplicação da multa moratória, dos juros, ou de ambos, consoante seja efetuado antes do prazo fixado para a incidência da multa, dos juros, ou de ambos.

Art. 294. O valor do depósito, se devolvido por terem sido julgados procedentes reclamações, recursos ou medidas judiciais, será atualizado monetariamente, em consonância com as disposições do artigo 291 desta Lei.

Parágrafo único. A atualização monetária do depósito cessará se o interessado deixar de comparecer à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua regular notificação, para receber a importância a ser devolvida.

## TÍTULO II DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 295. Este Título regula as disposições gerais do procedimento tributário, as medidas preliminares, os atos iniciais da exigência do crédito tributário do Município decorrentes de impostos, taxas, contribuição de melhoria, penalidades e demais acréscimos, a consulta, o processo administrativo tributário e a responsabilidade dos

agentes fiscais.

Art. 296. A Administração Pública poderá promover, de ofício, inscrição, alterações de dados cadastrais ou cancelamento da inscrição, na forma regulamentar, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

#### Seção I Da Ciência dos Atos e Decisões

Art. 297. A ciência dos atos e decisões far-se-á:

I - no auto de infração e imposição de multa ou notificação para recolhimento de débito verificado mediante entrega de uma via, contra-recibo do interessado, em seu domicílio tributário ou onde se encontrar;

II - no processo ou expediente, mediante assinatura do interessado;

III - pessoalmente ou a representante, mandatário ou preposto, mediante recibo datado e assinado ou com menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;

IV - por notificação com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio ou onde se encontrar;

V - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

- a) envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou
- b) registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;
- c) por edital na imprensa local, integral ou resumido, se desconhecido o domicílio tributário ou na impossibilidade do cumprimento dos incisos deste artigo.

§ 1º. Quando, em um mesmo processo, for interessado mais de um sujeito passivo, em relação a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta Seção para as intimações.

§ 2º. Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo mecanográfico ou eletrônico.

Art. 298. A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recebimento mediante entrega de uma via, contra-recibo do interessado, em seu domicílio tributário, ou onde se encontrar;

II - quando por carta, na data do recibo de volta, e, se for essa omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;

III - se por meio eletrônico, 15 (quinze) dias contados da data registrada:

- a) no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo; ou
- b) no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;

IV - quando por edital na imprensa local, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou da publicação.

Art. 299. Os despachos interlocutórios que não afetem a defesa do sujeito passivo independem de intimação.

#### Seção II Da Notificação de Lançamento

Art. 300. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterà, obrigatoriamente:

I - a qualificação do notificado e as características do imóvel, quando for o caso;

II - o valor do crédito tributário, sua natureza e o prazo para recolhimento e impugnação;

III - a disposição legal infringida, se for o caso, e o valor da penalidade; e

IV - a assinatura ou chancela do servidor autorizado, com a indicação do seu cargo ou função.

Art. 301. A notificação do lançamento será feita na forma do disposto no no artigo 297 desta Lei Complementar.

### TÍTULO III ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

#### CAPÍTULO I DA FISCALIZAÇÃO

##### Seção I Das Disposições Gerais

Art. 302. A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

Art. 303. O cumprimento da legislação tributária municipal será fiscalizado por servidores públicos nomeados para o exercício da função, na forma da lei.

Parágrafo único. A fiscalização sujeita todas as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal, e compreende o acesso ao domicílio tributário do fiscalizado, o exame de mercadorias, arquivos, livros e documentos fiscais, contábeis ou comerciais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ficando estes obrigados a exibí-los.

Art. 304. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibí-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, os comprovantes dos lançamentos neles efetuados e os comprovantes de recolhimento de tributos municipais deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários a que se refiram.

Art. 305. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documentem os procedimentos e fixará prazo para a conclusão daquelas.

§ 1º. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados onde se verificar a fiscalização, ainda que aí não seja o domicílio tributário do fiscalizado nem sua residência, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se

entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

§ 2º. O Termo de Início de Fiscalização fixará o prazo da mesma, que será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período e, somente de forma excepcional, atendendo à complexidade da fiscalização, poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do serviço.

§ 3º. A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de intimação, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º. O disposto no § 3º não se aplica à fiscalização efetuada durante a prestação de serviço de transporte, em que é obrigatório o porte do documento fiscal que deverá ser apresentado incontinenti à autoridade fazendária.

§ 5º. O disposto no § 3º não impede a imediata apreensão, pelo fisco, de quaisquer livros e documentos que:

I - devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;

II - possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do imposto.

Art. 306. Os bens e documentos que constituam prova material da infração contra o sistema tributário do Município podem ser apreendidos, quer estejam em poder do infrator ou de terceiros.

§ 1º. A apreensão poderá ocorrer nos locais onde se exerçam as atividades tributáveis ou em trânsito.

§ 2º. A apreensão de bens depende de autorização judicial.

Art. 307. Da apreensão será lavrado termo em que conste:

I - local, dia e hora da apreensão;

II - identificação do detentor dos bens e documentos e das testemunhas, se houver;

III - descrição dos bens e documentos apreendidos;

IV - indicação do local onde ficarão depositados;

V - assinatura e identificação do depositário;

VI - assinatura e identificação do agente fiscal responsável pela apreensão.

§ 1º. O agente fiscal poderá designar depositário qualquer pessoa idônea, a municipalidade ou, excepcionalmente, o próprio infrator.

§ 2º. Cópia do termo de apreensão será entregue ao depositário e ao detentor dos bens e documentos apreendidos, contra recibo no original.

§ 3º. A apreensão de bens depende de autorização judicial.

Art. 308. Durante o processo de fiscalização, os documentos apreendidos poderão, a requerimento do interessado, ser-lhes devolvidos, a juízo da autoridade administrativa.

Parágrafo único. Ao final do processo de fiscalização, os documentos serão devolvidos ao contribuinte, salvo tratar-se de comprovação de fraude ou dolo.

Art. 309. Os bens apreendidos poderão ser restituídos a

requerimento do interessado.

Art. 310. O prazo para retirada de bens apreendidos é de 60 (sessenta) dias a contar:

I - da decisão definitiva em processo administrativo ou judicial;

II - do deferimento de pedido de restituição.

Art. 311. Esgotado o prazo estabelecido sem manifestação do interessado, os bens serão levados à hasta pública ou a leilão sempre precedidos de publicação.

§ 1º. Os bens de fácil deterioração poderão ser levados à hasta pública ou a leilão, a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º. A juízo da autoridade administrativa, bens perecíveis de valor reduzido poderão ser entregues para consumo em instituição assistencial local, declarada de utilidade pública.

Art. 312. Até 30 (trinta) dias após a realização da venda em hasta pública ou do leilão de bens apreendidos, ao proprietário se reserva o direito de, em processo regular, pleitear do Município a restituição do valor que excedeu ao de todas as suas obrigações tributárias, acrescidas das despesas administrativas a que deu causa.

Art. 313. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa, todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivãos e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 314. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Municipal ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividade.

§ 1º. Excetua-se do disposto neste artigo, além dos casos já previstos nesta Lei, os seguintes:

I - requisição de autoridade judiciária no interesse da Justiça;

II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da administração pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.



§ 2º. O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da administração pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º. Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Municipal;

III - parcelamento ou moratória.

Art. 315. Para atuar com maior precisão e segurança, a Fazenda Pública poderá:

I - trocar informações de natureza fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, bem como de outros Municípios, na forma que se estabelecer em convênio entre elas celebrado, ou, independentemente deste ato, sempre que solicitada.

II - requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 316. Ao descumprimento das obrigações constantes desta Seção, aplicam-se as penalidades previstas no artigo 343 deste Código, no que couber.

## Seção II Da Notificação do Lançamento

Art. 317. Do lançamento dos tributos municipais, o sujeito passivo será cientificado através de notificação.

Art. 318. A notificação de lançamento terá as características definidas em modelo oficial, será preenchida sem rasuras ou emendas, e conterá:

I - nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;

II - descrição do valor principal, da atualização monetária, da multa e juros devidos;

III - indicação da origem e natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - data da emissão, identificação e assinatura da autoridade notificante;

V - intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início.

## CAPÍTULO II DAS INTIMAÇÕES

Art. 319. As intimações ao sujeito passivo serão feitas por uma das seguintes formas:

I - pessoalmente, mediante assinatura do sujeito passivo, de seu representante legal ou de preposto idôneo;

II - por carta registrada com Aviso de Recebimento - AR;

III - por Edital de Notificação publicado no Diário Oficial dos Municípios, quando não for possível a intimação na forma dos incisos

I e II.

§ 1º. Se o fiscalizado se recusar a receber o termo ou a exarar o recibo, a autoridade fiscal registrará o fato e a administração tributária poderá optar em encaminhar o termo via postal, mediante aviso de recebimento ou fazer a entrega pessoal, na presença de duas testemunhas, registrando o ocorrido.

§ 2º. Considera-se feita a intimação:

I - se pessoal, na data da assinatura;

II - se por carta, na data indicada pelo correio no Aviso de Recebimento - AR;

III - se por edital, 15 (quinze) dias após a data da efetiva circulação do Diário Oficial dos Municípios, se houver.

§ 3º. Tratando-se de intimação por carta com aviso de recebimento, é suficiente para comprovação da mesma, o recibo de entrega.

Art. 320. Aplica-se o disposto neste Capítulo a todas as intimações realizadas pela Administração Tributária, inclusive cientificação de termos, notificações e autos de infração, ressalvadas as disposições específicas.

## CAPÍTULO III DA CONSULTA

Art. 321. Mediante petição escrita dirigida à Secretaria Municipal da Fazenda, poderão formular consulta sobre a interpretação de dispositivos da legislação tributária municipal:

I - o sujeito passivo;

II - os órgãos da administração pública;

III - as entidades representativas de categorias econômicas, sobre matéria de interesse comum de seus representados.

§ 1º. A resposta à consulta aproveita apenas a quem a formulou.

§ 2º. A resposta às consultas obedecerá aos critérios regulamentares, podendo a Secretaria Municipal da Fazenda determinar a instrução do processo com parecer fiscal;

§ 3º. Não será recebida consulta que verse sobre:

I - legislação tributária em tese;

II - fato definido em lei como crime ou contravenção;

III - matéria que tenha sido objeto de decisão proferida em processo contencioso administrativo em que o consulente tenha atuado como parte;

IV - matéria já tratada em consulta anteriormente formulada pelo próprio consulente, salvo em caso de alteração da legislação;

V - matéria que:

a) tenha motivado a lavratura de notificação fiscal contra o consulente;

b) seja objeto de medida de fiscalização já iniciada.

## CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA



Art. 322. A consulta, quando formulada pelo sujeito passivo:

I - suspende o prazo para pagamento do tributo, em relação ao fato objeto da consulta, até 30 (trinta) dias após a ciência da resposta;

II - impede, durante o prazo fixado no inciso I, o início de qualquer medida de fiscalização, com relação ao consulente, destinada à apuração de infrações referentes à matéria consultada.

## CAPÍTULO V DÍVIDA ATIVA

Art. 323. Constitui dívida ativa municipal a proveniente de crédito, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou decisão final proferida em processo regular.

Art. 324. A inscrição será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito.

Parágrafo único. O Termo de Inscrição em Dívida Ativa e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 325. Sempre que os débitos não forem pagos em tempo hábil e não houver reclamação ou recurso pendente de apreciação pelas autoridades fazendárias, os mesmos deverão ser inscritos na dívida ativa municipal.

Parágrafo único. O aviso da inscrição em dívida ativa deverá ser comunicada ao sujeito passivo, ainda que no ato do lançamento.

Art. 326. Compete, privativamente, à Assessoria Jurídica do Município a cobrança judicial da dívida ativa municipal.

§ 1º. Recebida pelo titular da assessoria jurídica do Município a certidão de dívida ativa, cessa a competência do órgão fazendário para agir ou decidir a respeito do crédito respectivo, salvo nos casos em que houver autorização expressa.

§ 2º. Cumpre ao órgão fazendário cooperar com a Assessoria Jurídica do Município para garantir eficiência na cobrança judicial da dívida ativa, devendo prestar as informações solicitadas por esta ou pelo Poder Judiciário.

Art. 327. O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo;

V - a data e o número da inscrição, no registro de dívida ativa;

VI - o número do processo administrativo, da notificação de lançamento ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste

artigo, a indicação do livro digital ou físico e a folha onde está a inscrição.

Art. 328. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 329. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, tendo o efeito de prova pré-constituída.

§ 1º. A incidência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

§ 2º. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

## CAPÍTULO VI CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 330. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida em até 5 (cinco) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 331. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 332. As certidões emitidas terão prazo de validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. As certidões previstas neste capítulo serão fornecidas independentemente do pagamento de taxa.

Art. 333. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art. 334. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude que contenha erro contra a Fazenda Pública responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito e juros de mora acrescidos, sem prejuízo dos danos que causar a terceiro.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

## CAPÍTULO VII DO PARCELAMENTO

### Seção I Disposições Gerais

Art. 335. Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal poderão ser parcelados de acordo com os critérios estabelecidos neste Capítulo.

§ 1º. O débito a ser parcelado será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora pelos mesmos índices e forma previstos nesta Lei, até a data da formalização do parcelamento.

§ 2º. Ao montante apurado na forma do § 1º, serão aplicados juros simples de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor de cada mês de parcelamento.

§ 3º. O atraso no pagamento de qualquer parcela importará na sua atualização monetária e fluência de juros pelos mesmos índices e forma previstos nesta Lei.

§ 4º. O inadimplemento de 3 (três) parcelas consecutivas importará no imediato cancelamento do parcelamento, restabelecendo-se a dívida aos valores originais e abatendo-se as parcelas pagas, atualizadas de acordo com o índice utilizado para atualização do tributo.

§ 5º. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) da VRF.

Art. 336. É permitido o reparcelamento mediante o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor na primeira parcela, e apresentação de garantia, conforme determinem as normas regulamentares.

§ 1º. O reparcelamento somente poderá ser concedido para débitos já inscritos em dívida ativa.

§ 2º. A dívida reparcelada poderá ser dividida em até 6 (seis) prestações mensais, sendo vedada a aplicação de descontos.

#### Seção II Parcelamento Antes da Inscrição em Dívida Ativa

Art. 337. O parcelamento dos débitos tributários, antes da inscrição em dívida ativa, para com a Fazenda Municipal poderá ser concedido em até 6 (seis) parcelas mensais.

Parágrafo único. As parcelas deverão respeitar o valor mínimo fixado em normas regulamentares, economicamente viável para o Município.

Art. 338. É facultado ao contribuinte antecipar parcial ou totalmente o valor de parcelas vincendas, quando serão abatidos os valores previamente calculados a título de juros.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, serão antecipadas as parcelas, de forma decrescente, a partir da última vincenda.

Art. 339. Não serão objeto de redução as multas aplicadas por descumprimento de obrigação acessória.

#### Seção III Parcelamento Após a Inscrição em Dívida Ativa

Art. 340. O parcelamento dos débitos tributários para com a Fazenda Municipal após a inscrição em dívida ativa poderá ser concedido em até 6 (seis) meses.

Art. 341. O parcelamento dos débitos em fase de execução judicial obedecerá ao disposto nesta Seção II.

### TÍTULO IV INFRAÇÕES E PENALIDADES

#### CAPÍTULO I INFRAÇÕES

Art. 342. Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em descumprimento por parte do sujeito passivo ou responsável, de obrigação tributária principal ou acessória, estabelecidas na legislação tributária municipal.

#### CAPÍTULO II PENALIDADES

##### Seção I Espécies de Penalidades

Art. 343. As infrações serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;

II - cassação de sistemas ou controles especiais, estabelecidos em benefício do sujeito passivo.

§ 1º. As penalidades mencionadas neste artigo, serão disciplinadas e fixadas no capítulo que regulamenta cada tributo.

§ 2º. Sendo a lei omissa, a multa será de 2% do valor do tributo, devidamente atualizado, quando este não for recolhido dentro do prazo.

§ 3º. O descumprimento de qualquer obrigação acessória para a qual não haja previsão de penalidade específica implicará na aplicação de multa de 10% sobre a VRF, sem prejuízo da exigência do tributo com todos os acréscimos legais.

##### Seção II Da Proibição de Transacionar com o Município

Art. 344. Além das penalidades cominadas na Seção I, os contribuintes em débito com o Município não poderão:

I - participar de qualquer modalidade de licitação;

II - celebrar contratos ou termos de qualquer natureza em que for parte o Município ou seus órgãos de administração indireta;

Parágrafo único. No caso de contribuintes em débito com o Município e desde que haja requerimento expresso do sujeito passivo, fica o Secretário Municipal da Fazenda autorizado a efetuar a compensação com créditos próprios líquidos e certos.

#### CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO FISCAL PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES

##### Seção I Do Auto de Infração

Art. 345. Sempre que for constatado o não cumprimento de obrigação tributária acessória, será lavrado auto de infração.

Art. 346. O auto de infração terá as características definidas em modelo oficial, será preenchido sem rasuras ou emendas, e conterá:

I - nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;

II - descrição clara e precisa da infração, com referência às circunstâncias pertinentes;

III - capitulação do fato, mediante citação expressa do dispositivo legal dado como infringido, e sua respectiva penalidade;

IV - data da emissão, identificação e assinatura do autuante;

V - intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início;

VI - a assinatura do autuado, seu representante legal ou preposto idôneo, ou registro, pelo notificante, das razões que o impediram.

§ 1º. O prazo para pagamento do auto de infração será de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte à data em que se considerar efetuada a intimação.

§ 2º. Quando da entrega do auto de infração ao autuado houver a recusa à colocação da assinatura por parte deste último, este fato constará no corpo do auto de infração, devendo o autuante proceder a entrega da mesma mediante a aposição da assinatura de duas testemunhas.

## Seção II Da Representação

Art. 347. Qualquer pessoa pode representar contra toda ação ou omissão que possa resultar em evasão de renda ou infração à legislação tributária do Município.

Art. 348. A autoridade que receber a representação determinará as providências necessárias para a completa verificação de sua procedência ou improcedência.

## TÍTULO IV DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 349. Este Título disciplina a fase contenciosa do processo de determinação e exigência do crédito tributário.

Art. 350. A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de reclamação, pelo sujeito passivo, contra:

I - auto de infração;

II - notificação de lançamento;

III - decisão em processo administrativo de revisão.

Art. 351. São competentes para julgar:

I - em primeira instância, a Unidade de Julgamento Singular;

II - em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 352. Os Julgadores de Processos Fiscais, os membros do Conselho Municipal de Contribuintes e o Representante da Fazenda Pública junto ao Conselho são impedidos de atuar em processos:

I - de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau inclusive;

II - de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;

III - em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título;

IV - que tratem de notificação de lançamento ou auto de infração por eles emitidos, conjunta ou individualmente.

Art. 353. As autoridades julgadoras são incompetentes para declarar a inconstitucionalidade ou ilegalidade de lei, decreto ou normas complementares.

Parágrafo único. Os órgãos julgadores poderão apreciar a alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade reconhecida por entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 354. São nulos:

I - os atos e termos praticados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa;

III - os lançamentos cujos elementos sejam insuficientes para determinar a matéria tributável e o respectivo sujeito passivo.

§ 1º. A falta de intimação ou a intimação nula fica suprida pelo comparecimento do interessado, a partir do momento em que lhe sejam comunicados formalmente todos os elementos necessários à prática do ato.

§ 2º. A nulidade do ato só prejudica os posteriores que dele dependam diretamente ou sejam consequência.

§ 3º. A nulidade será declarada de ofício pela autoridade julgadora nas respectivas esferas de competência, que mencionará expressamente os atos por ela alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento do feito.

§ 4º. Sempre que possível, as irregularidades, incorreções ou omissões deverão ser sanadas de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, de modo a permitir o prosseguimento do feito.

Art. 355. Às partes interessadas é facultada vista dos autos na repartição em que se encontram, vedada a sua retirada e permitido o fornecimento de cópias ou certidões, por solicitação do interessado.

Art. 356. Opera-se a desistência do litígio na esfera administrativa:

I - expressamente, por pedido do sujeito passivo;

II - tacitamente:

a) pelo pagamento ou pedido de parcelamento do crédito tributário discutido;

b) pela propositura de ação judicial relativa à matéria objeto do processo administrativo.

Parágrafo único. Os órgãos próprios da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ao tomarem conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no inciso II, comunicarão o fato ao órgão julgador, que determinará, de ofício, o arquivamento do processo.

## CAPÍTULO II DAS AUTORIDADES PROCESSUAIS

### Seção I Do Órgão Preparador

Art. 357. Compete ao Órgão Preparador organizar o processo na forma dos autos forenses.

§ 1º. O Órgão Preparador deverá verificar se a instrução do processo preenche os requisitos legais em todas as suas fases, corrigindo

eventuais vícios e irregularidades, determinando as diligências que forem necessárias.

§ 2º. As intimações feitas para as finalidades previstas no § 1º deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias, findo o qual o processo subirá à autoridade competente para decisão ou despacho final.

§ 3º. Verificada a intempestividade da reclamação, o Órgão Preparador encaminhará o processo para decisão, independente de qualquer outra providência.

## Seção II

### Da Unidade de Julgamento Singular

Art. 358. A Unidade de Julgamento Singular é integrada por até 3 (três) Julgadores de Processos Fiscais, que atuam individual e independentemente, nomeados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças e escolhidos entre os servidores municipais que atuam na área tributária e fiscal, bem como, na Assessoria Jurídica, de ilibada reputação e reconhecido saber jurídico tributário.

§ 1º. A critério do Secretário Municipal de Administração e Finanças, poderão ser nomeados julgadores ad hoc, sempre que o número de processos o justifique, atendidos os requisitos do caput.

§ 2º. Os Julgadores de Processos Fiscais, nomeados na forma deste artigo, receberão gratificação mensal fixada por meio de ato do Chefe do Executivo Municipal, assim compreendido o vencimento básico do cargo acrescido das vantagens de natureza permanente.

## Seção III

### Do Conselho Municipal de Contribuintes

Art. 359. Órgão de composição paritária de caráter deliberativo, competente para o julgamento de recursos administrativo-tributários em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes, instituído por esta Lei Complementar poderá ser formado, no máximo, por sete membros e no mínimo cinco, sendo neste caso composto por um Presidente, (4) quatro membros titulares e (4) quatro membros suplentes, das mesmas representações, sendo:

I - três representantes da Municipal de Administração e Finanças;

II - um representante indicados pela ASSETT;

III - um representante indicado pela CDL;

§ 1º. No caso de impedimento de qualquer dos membros do Conselho, deverá ser convocado seu suplente.

§ 2º. As sessões serão públicas em todas as suas fases, sendo que as sessões ordinárias serão realizadas mensalmente, em dia e hora a serem fixados pelo Presidente do Conselho, sempre em que houver matéria para apreciação e julgamento.

§ 3º. As decisões do Conselho Municipal de Contribuintes serão tomadas por voto nominal e aberto, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos.

Art. 360. Os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com os respectivos suplentes, para um período de até dois anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º. No caso de vacância do cargo titular, assumirá imediatamente o suplente, que cumprirá o tempo restante do mandato.

§ 2º. No caso de vacância simultânea dos cargos titular e suplente, serão nomeados substitutos para o cumprimento do tempo

restante do mandato, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º. Os representantes do Executivo poderão ser reconduzidos por um mandato, após o qual deverão cumprir um interstício de um mandato.

§ 4º. As entidades representadas ou o executivo poderão substituir seus próprios representantes a qualquer tempo.

Art. 361. Os membros integrantes do Conselho Municipal de Contribuintes, obrigatoriamente, deverão ter formação ou experiência comprovada nas áreas de Economia, Administração, Ciências Contábeis, Direito e afins.

Art. 362. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes deverão preferencialmente possuírem formação de nível superior e dos contribuintes, com formação profissional, no mínimo de segundo grau, de ilibada reputação e reconhecido conhecimento em matéria tributária, sendo nomeados pelo Prefeito Municipal a partir de lista tríplice elaborada na forma do § 1º, para o mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º. Para fins de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, os Conselheiros titulares do Conselho Municipal de Contribuintes elaborarão lista tríplice, nela somente podendo figurar as pessoas que preencherem os requisitos do caput deste artigo e que obtiverem na escolha, pelo menos, maioria simples dos votos dos Conselheiros titulares.

§ 2º. Recebida a lista tríplice, o Chefe do Poder Executivo escolherá o Presidente e o Vice-Presidente.

§ 3º. O Vice-Presidente substituirá o Presidente no caso de impedimento, suspeição e licença por prazo superior a 15 (quinze) dias, e suceder-lhe-á na vacância, até o término do mandato.

§ 4º. Em caso de vacância do Presidente e do Vice-Presidente, no prazo de 30 (trinta) dias serão nomeados substitutos para cumprir o tempo restante dos mandatos, obedecidos os requisitos fixados neste artigo.

Art. 363. O Presidente do Conselho, além das previstas nesta Lei e no Regimento Interno do Conselho, terá as seguintes atribuições:

I - dirigir os trabalhos do Conselho, decidindo as questões que lhe forem apresentadas;

II - representá-lo perante quaisquer pessoas ou órgãos;

III - comunicar à autoridade competente, de ofício, ou a requerimento de qualquer conselheiro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios em processo submetido a julgamento no Conselho;

IV - presidir as sessões, proferindo, quando necessário, voto de desempate;

V - definir período de recesso do Conselho.

Art. 364. A falta de comparecimento de qualquer conselheiro a 3 (três) sessões consecutivas ou a 8 (oito) alternadas, durante cada ano, importará, salvo concessão de licença na forma prevista no Regimento Interno, em renúncia ao mandato, devendo o Presidente comunicar imediatamente o fato às respectivas representações para efeito de indicação de substituto, que completará o mandato.

Art. 365. O Conselho entrará em recesso anualmente por prazo não superior a 45 (quarenta e cinco) dias, nele compreendido o período definido pelo Executivo Municipal como férias coletivas.



Art. 366. O Conselho terá uma secretaria com a organização e as atribuições que forem fixadas no seu Regimento Interno.

§ 1º. A secretaria do Conselho será exercida por um(a) secretário(a) nomeado(a) pelo Secretário Municipal de Administração e Fazenda, escolhido entre os servidores municipais, acumulando a função pertencente ao Órgão Preparador a que se refere a Seção I do Capítulo II deste Título.

§ 2º. Além de outras que lhe forem deferidas pelo Regimento Interno, é de competência exclusiva da Secretaria do Conselho:

I - secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;

II - dirigir o expediente da Secretaria;

III - encaminhar as decisões transitadas em julgado para o Ministério Público, Tribunal de Contas e Câmara de Vereadores.

§ 3º. O secretário e o assistente, nomeado na forma do § 1º deste artigo perceberão gratificação mensal fixada por meio de ato do Chefe do Executivo Municipal, assim compreendido o vencimento acrescido das vantagens de natureza permanente.

Art. 367. O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes fará jus a subsídio, cujo valor será fixado por ato do Chefe do Executivo Municipal, por sessão de julgamento que presidir, limitado a cinco sessões remuneradas por mês.

§ 1º. Os subsídios fixados neste artigo serão atualizados por revisão geral anual, na mesma data e sem distinção de índices, juntamente com a revisão da remuneração dos servidores públicos municipais, respeitados os limites constitucionais e legais.

§ 2º. Os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes farão jus ao subsídio fixado por ato do Chefe do Executivo Municipal, por sessão de julgamento em que funcionarem como titular.

#### Seção IV Da Representação da Fazenda Municipal

Art. 368. A representação da Fazenda Municipal junto ao Conselho Municipal de Contribuintes será exercida, no julgamento de cada processo, por Advogado lotado e com exercício na Assessoria jurídica do Município, designado pelo seu titular.

§ 1º. Compete ao representante da Fazenda, além de outras atribuições previstas em Lei e no Regimento Interno do Conselho:

I - a defesa do interesse público, da legalidade e da preservação da ordem jurídica;

II - fazer-se presente nas sessões de julgamento, ordinárias e extraordinárias, podendo usar da palavra;

III - representar a Assessoria jurídica do Município e ao Secretário de Administração e Finanças sobre quaisquer irregularidades verificadas nos processos, em detrimento da Fazenda Pública ou dos contribuintes, bem como apresentar sugestões de medidas legislativas e providências administrativas que julgar úteis ao aperfeiçoamento dos serviços de exação fiscal.

§ 2º. O assessor jurídico designado na forma deste artigo fará jus ao subsídio fixado por ato do Chefe do Executivo Municipal, por sessão de julgamento quem que funcionar.

Art. 369. É indispensável a presença do titular da Assessoria jurídica do Município em qualquer sessão de julgamento, sob pena de nulidade da mesma.

Parágrafo único. O titular da Assessoria Jurídica do Município será intimado pessoalmente de todos os atos processuais.

### CAPÍTULO III DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 370. A reclamação será apresentada por petição escrita à Unidade de Julgamento Singular, via setor de expediente da Prefeitura, contra recibo, na qual o sujeito passivo alegará, de uma só vez e articuladamente, toda a matéria que entender útil, juntando as provas que possua, e apresentando o pedido de diligências ou de perícias que entender necessárias, de acordo com as normas regulamentares.

§ 1º. Inexistindo quaisquer dos requisitos formais previstos na legislação, será o autor intimado para regularizar, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

§ 2º. Nenhuma taxa, preço público de expediente, depósito prévio ou valor de qualquer outra natureza poderá ser exigido para o oferecimento da reclamação.

Art. 371. A reclamação terá efeito suspensivo e poderá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias contados da cientificação do ato fiscal impugnado.

§ 1º. Mesmo perempta, a reclamação será encaminhada à Unidade de Julgamento Singular, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário contestado.

§ 2º. A apresentação de reclamação à autoridade incompetente não induzirá preempção ou caducidade, devendo ser encaminhada, de ofício, a quem de direito.

Art. 372. O processo recebido pelo órgão preparador será remetido à autoridade notificante para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações, juntar os documentos necessários à defesa do ato praticado, além de requerer perícias ou diligências que julgar necessárias.

Art. 373. Instruído o processo, será distribuído ao Julgador de Processos Fiscais, que proferirá decisão, observando o seguinte:

I - a decisão deverá ser precedida de relatório, o qual será uma síntese de todo o processo;

II - todas as questões levantadas na reclamação deverão ser analisadas;

III - serão decididas primeiro as preliminares e depois o mérito;

IV - deverá ser pronunciado o provimento ou desprovimento da reclamação;

V - a decisão deverá ser fundamentada, expondo as razões do provimento ou desprovimento;

VI - deverão ser expressos os efeitos da decisão e o prazo para seu cumprimento ou interposição de recurso.

Parágrafo único. O Julgador de Processos Fiscais poderá baixar o processo em diligência, a ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito.

### CAPÍTULO IV DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

## Seção I Dos Recursos

Art. 374. São facultados os seguintes recursos perante o Conselho Municipal de Contribuintes:

I - recurso ordinário;

II - pedido de esclarecimento;

III - pedido de reconsideração.

## Seção II Do Recurso Ordinário

Art. 375. Das decisões do Julgador de Processos Fiscais caberá recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão:

I - pelo sujeito passivo;

II - pelo Julgador de Processos Fiscais, de ofício, no corpo da própria decisão, sempre que esta for contrária à Fazenda Pública e de valor excedente a 5 (cinco) Valor de Referência Fiscal - VRF;

§ 1º. O Conselho Municipal de Contribuintes, caso o Julgador de Processos Fiscais não o tenha interposto, terá o recurso por havido, se presentes os seus pressupostos.

§ 2º. Mesmo perempto, será o recurso encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário impugnado.

§ 3º. A decisão que anular, por vício formal, o lançamento efetuado, não estará sujeita ao reexame necessário previsto no inciso II deste artigo.

§ 4º. Do recurso em face de decisão que não conhecer da reclamação apresentada, o Conselho Municipal de Contribuintes apreciará exclusivamente as causas que motivaram o não conhecimento.

§ 5º. Reformada a decisão nos termos do § 4º, os autos serão remetidos à Unidade de Julgamento Singular para apreciação do mérito.

Art. 376. Durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo, pessoalmente ou através de seu procurador, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, permitidas réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos.

Art. 377. Cada Conselheiro pode, durante a sessão:

I - pedir vistas do processo;

II - propor a realização de diligências a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito, que deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 378. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente do Conselho o voto de desempate.

Art. 379. A tramitação do processo no Conselho Municipal de Contribuintes far-se-á de acordo com as normas do seu Regimento Interno, observado o seguinte:

I - será dado vista do processo ao Representante da Fazenda, que deverá manifestar-se sobre a matéria, por escrito;

II - os processos serão distribuídos por sorteio, ao relator;

III - o relator ou o Representante da Fazenda poderão solicitar ao Presidente as diligências que julgarem necessárias;

IV - as pautas de julgamento serão afixadas no hall de entrada da Prefeitura, com a intimação obrigatória do contribuinte na forma do artigo 298 desta Lei Complementar, observando-se a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º. As partes poderão apresentar razões e documentos suplementares até a publicação da pauta de julgamento.

§ 2º. Da apresentação de razões e documentos na forma do § 1º, será dada oportunidade à parte contrária, para manifestar-se por escrito, querendo.

## Seção III Do Pedido de Esclarecimento

Art. 380. Cabe pedido de esclarecimento ao relator do acórdão, de decisão do Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva cientificação, quando a decisão recorrida:

I - for omissa, contraditória ou obscura;

II - deixar de apreciar matéria de fato ou de direito alegada na petição.

§ 1º. O relator levará a julgamento o pedido de esclarecimento na reunião subsequente à do seu recebimento, dispensada a prévia publicação de pauta.

§ 2º. Não será conhecido o pedido que for considerado manifestamente protelatório ou vise indiretamente a reforma da decisão.

## CAPÍTULO V DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 381. O titular da Assessoria Jurídica do Município, o Secretário Municipal da Fazenda ou o sujeito passivo poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da cientificação do sujeito passivo, interpor pedido, apenas com efeito devolutivo, visando a reconsideração de decisão de mérito não unânime do Conselho Municipal de Contribuintes, proferida em recurso ordinário de que não caiba mais recurso.

§ 1º. A decisão de mérito poderá ser reconsiderada pelo Conselho Municipal de Contribuintes quando:

I - violar literal disposição de lei;

II - for contrária à prova dos autos;

III - contrariar jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

IV - se basear em prova cuja falsidade seja demonstrada no pedido de reconsideração;

V - for apresentado documento novo, cuja existência se ignorava na ocasião do julgamento, que por si só possa modificá-lo;

VI - fundada em erro de fato, resultante de atos ou documentos dos autos.

§ 2º. Não cabe pedido de reconsideração de decisão que anulou lançamento por erro formal.



§ 3º. No processo e julgamento do pedido de reconsideração, aplicar-se-ão, naquilo que for compatível, as regras atinentes ao recurso ordinário.

§ 4º. Fica assegurado ao Município o direito de recorrer ao Poder Judiciário contra decisão de pedido de reconsideração interposto na forma deste artigo.

## CAPÍTULO VI DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS

Art. 382. O órgão julgador determinará, de ofício ou a requerimento, a realização de diligências ou perícias, quando entender necessárias, designando desde logo o perito e o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º. O requerimento de diligência ou perícia deve indicar os motivos que a justifiquem e serão realizadas na forma prevista em regulamento, correndo por conta do requerente o seu custo.

§ 2º. Deferida a perícia, o sujeito passivo e a Fazenda Pública serão intimados para indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 383. Será indeferida a realização de perícia ou diligência quando:

I - forem considerados suficientes os elementos presentes nos autos para a formação do convencimento;

II - seja destinada a apurar fatos vinculados à escrituração comercial ou fiscal ou a documentos que estejam na posse do requerente e que possam ser juntados aos autos;

II - a prova do fato não depender de conhecimento técnico especializado;

IV - a verificação for impraticável;

V - requerida em segunda instância e não provada a ocorrência de fato novo.

§ 1º. A decisão que indeferir o pedido de diligência ou de perícia deverá ser fundamentada, especificando as razões do indeferimento.

§ 2º. Ao Conselho Municipal de Contribuintes cabe apreciar pedido de revisão da decisão que indeferir, em primeira instância, a diligência ou a perícia.

§ 3º. O pedido a que se refere o § 2º será apreciado na forma determinada pelo Regimento Interno do Conselho.

## CAPÍTULO VII DA EFICÁCIA DAS DECISÕES

Art. 384. São definitivas as decisões:

I - de primeira instância quando esgotado o prazo para recurso voluntário;

II - de segunda instância quando não caiba mais recurso ou, quando cabível, não tenha sido tempestivamente proposto.

Parágrafo único. Serão também definitivas as decisões de primeira instância, na parte que não for objeto de recurso ordinário ou que não estiver sujeita a recurso de ofício.

Art. 385. O prazo para cumprimento das decisões definitivas será

de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar efetuada a intimação do sujeito passivo.

Parágrafo único. Na falta de disposição expressa na legislação tributária, o prazo para cumprimento de despacho será de 05 (cinco) dias contados da data em que se considere cientificado aquele que o deva cumprir.

## TÍTULO VI DOS PREÇOS E TARIFAS PÚBLICAS

### CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 386. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e fixar preços e/ou tarifas públicas inerentes a serviços, ações e fornecimentos públicos não submetidos à disciplina jurídica dos tributos, através de decreto, para obter o ressarcimento da prestação de serviços, devendo as respectivas importâncias ser recolhidas através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM ou com Código de Barras ou equivalente:

I - pelos serviços de natureza industrial, comercial e civil, prestados pelo Município em caráter de empresa e passíveis de serem explorados por empresas privadas;

II - pela prestação de alinhamento de ruas, avaliação de propriedade imobiliária e prestação de serviços diversos;

III - pelo uso de bens do domínio municipal e de logradouros públicos, inclusive do espaço aéreo e do subsolo, sem prejuízo da cobrança de taxa de licença; e

IV - pela exploração de serviço público municipal sob o regime de concessão ou permissão.

Art. 387. Os serviços públicos municipais, quando concedidos, terão os critérios de fixação de preços ou tarifas públicas estabelecidos no ato da sua concessão.

Art. 388. Os preços ou tarifas públicas se constituem:

I - dos serviços de natureza industrial, comercial e civil prestados pelo Município, em caráter de empresa e suscetíveis de serem explorados por empresas privadas:

a) transportes coletivos;

b) execução de muros e passeios públicos;

c) roçada e limpeza, inclusive retirada de entulhos de terreno;

d) escavações, aterro, terraplenagem, inclusive os destinados à regularização de loteamentos;

e) mercados e entrepostos; e

f) coleta, remoção e destinação de resíduos diversos.

II - da utilização de serviço público municipal como contraprestação de caráter individual ou de unidade de:

a) fornecimento de arquivos digitais e semelhantes;

b) fornecimento de alimentação ou vacinas a animais apreendidos ou não;

c) prestação de serviços técnicos de demarcação e marcação de áreas de terrenos e prestação de serviços diversos;

d) fornecimento de guias de recolhimento, formulários, confecção de protocolos, serviços de expediente e outros atos administrativos de interesse particular do contribuinte;

e) produtos e serviços decorrentes da base de dados geográficos em meio analógico e digital; e

f) outros serviços.

III - do uso de bem ou serviço público, a qualquer título, os que:

a) utilizarem áreas pertencentes ao Município;

b) utilizarem áreas de domínio público; e

c) utilizarem espaços de propriedade exclusivamente municipal a título de débito ou guarda de animais, objetos, mercadoria e veículos apreendidos;

d) a remuneração dos custos dos Serviços Funerários e Cemitério Municipal será obtida através de preço público, conforme tabela em anexo;

IV - pela prestação de serviços a terceiros pela municipalidade através de veículos e máquinas, cujos valores serão fixados anualmente por ato do Chefe do Executivo.

Art. 389. O não pagamento dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações de bens públicos, em razão da exploração direta de serviços municipais, acarretará, decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

Parágrafo único. O corte do fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo aplica-se também, nos casos de outras infrações, praticadas pelos consumidores ou usuários, previstas em normas de polícia administrativa ou regulamento específico.

Art. 390. Aplicam-se aos preços ou tarifas públicas, no tocante a lançamento, cobrança, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal, quando cabível, as mesmas disposições da presente Lei Complementar com relação aos tributos.

Art. 391. Aplicam-se aos preços, no tocante a lançamento, cobrança, acréscimos moratórios, pagamento, parcelamento de débitos, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal, quando cabível, as mesmas disposições relativas aos tributos.

Art. 392. Ficam estabelecida as Tabelas de Valores constantes do Anexo VII para a cobrança dos Preços Públicos inerentes aos:

a) Tabela I - Serviços de Expediente Diversos;

b) Tabela II - Serviços Inerentes ao Cemitério Municipal; e

Art. 393. As taxas inerentes ao Cemitério Municipal elencadas no Anexo VII, deverão ser pagas em até 05 (cinco) dias úteis após a execução do serviço.

Parágrafo único. Ficam isentos do pagamento das Taxas inerentes ao Cemitério Municipal as pessoas cadastradas junto à Assistência Social do Município.

Art. 394. Findo o prazo estipulado para quitação do valor inerente aos Preços Públicos aqui previsto e não efetivado o seu pagamento, será a dívida inscrita em Dívida Ativa pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme prazos e formas previstos

no artigo 323 e seguintes deste Código Tributário do Município.

## TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 395. A expressão "Fazenda Pública", quando empregada nesta Lei Complementar sem qualificação, abrange a Fazenda Pública do Município.

Art. 396. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município pode celebrar convênios com estabelecimentos bancários, financeiros, e outras empresas públicas, visando facilitar o pagamento de tributos através de agências situadas no território do Município ou fora dele.

Art. 397. Para manutenção dos serviços de arrecadação, fiscalização, registro, controle e distribuição de parcela do ICMS pertencente aos Municípios, o Município pode celebrar convênios com o Estado de Santa Catarina, se assim interessar às duas partes.

Art. 398. Os prazos fixados na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Verificada no Município a existência de situação anormal declarada como situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Chefe do Poder Executivo, mediante decreto, poderá prorrogar ou suspender os prazos previstos neste Código.

§ 3º. A aplicação do disposto no § 2º deste artigo não acarretará na restituição de quantia paga a título de tributo ou acréscimo legal recolhido antes do início de vigência do ato de prorrogação ou suspensão, ou de tributo recolhido dentro do período de vigência do ato, mas realizado antes do prazo final nele estabelecido.

Art. 399. Fica a Secretaria Municipal de Administração e Finanças autorizada a promover campanhas de incentivos à arrecadação municipal, por meio de formas julgadas técnica e economicamente viáveis, inclusive com a premiação de contribuintes e consumidores estimulados ao cumprimento a legislação fiscal.

Art. 400. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sempre que julgar necessário, pode imprimir e distribuir ou providenciar para que sejam impressos e distribuídos modelos de declarações e documentos ou por meio eletrônico, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança, informações e recolhimento de tributos municipais.

Art. 401. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão.

Art. 402. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e contribuição de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 403. A cobrança dos tributos far-se-á na forma e nos prazos estabelecidos no Calendário Anual de Tributos Municipais aprovado por Decreto, sempre até o último dia útil do exercício anterior.

Art. 404. Consideram-se integrantes e inseparáveis da presente Lei Complementar os Anexos e suas respectivas Tabelas que a acompanham.

Art. 405. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Orgânica do Município e observado o disposto nesta Lei Complementar que deverá ser interpretada em conformidade com a legislação tributária e administrativa vigente, com os princípios gerais do Direito Público, da analogia, da equidade e dos pareceres normativos Municipal ou supletivamente pelos princípios gerais do Direito Privado, assim como através de processo administrativo devidamente fundamentado.

Art. 406. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar convênios com a União, Estado ou outros Municípios, Conselhos Regionais de Profissionais Autônomos e Entidades de Representação Classista, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos tributos.

Parágrafo único. A Secretaria da Administração e Finanças orientará a aplicação da presente Lei Complementar expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

Art. 407. Nos termos do disposto no inciso I do artigo 157, da Constituição Federal, o produto da arrecadação do Imposto da União sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente, na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, deve ser recolhido diretamente ao Tesouro do Município:

I - por todos os órgãos públicos de qualquer Poder Municipal;

II - pelas autarquias municipais;

III - pelas fundações instituídas pelo Município.

Art. 408. Ficam adotadas, pelo Município, todas as normas e definições pertinentes e inerentes:

I - ao simples nacional estabelecidas pelas leis complementares, decretos federais, portarias, resoluções, instruções normativas e recomendações do Comitê Gestor do Simples Nacional e da Secretaria Executiva do Comitê Gestor do simples Nacional;

II - a utilização da Codificação do CNAE - Código Nacional de Atividades Econômicas e Sociais, versão 2.1, que atribui a nomenclatura padrão e uniforme das mais diferentes atividades empresariais praticadas e sujeitas às taxas de licença para Instalação e Localização de Estabelecimentos, bem como, quanto a taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de Serviços e congêneres.

III - do REGIN - Registro Mercantil Integrado quanto a expedição de Alvarás de licença para Instalação e Localização de Estabelecimentos, bem como, quanto a taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de Serviços e congêneres;

IV - REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócio.

Art. 409. O Valor de Referência Fiscal - VRF servirá de base de cálculo de tributos e penalidades e parâmetro de quantificação e atualização de débito pendente e corresponde, para efeito de atualização, à data de 1º de janeiro de cada ano posterior à edição

desta Lei.

§ 1º. A partir de 1º de janeiro de 2016 Valor de Referência Fiscal - VRF atualizado, anualmente, pelo IPCA - Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acumulado nos últimos doze (12) meses, ou por outro índice que, eventualmente, venha a substituí-lo.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica aos tributos que já tenham a sua forma de atualização prevista nesta Lei.

Art. 410. Os casos omissos à presente Lei, desde que não especificados, serão interpretados em conformidade com a legislação tributária e administrativa vigente, com os princípios gerais do Direito Público, da analogia, da equidade e dos pareceres normativos Municipal ou supletivamente pelos princípios gerais do Direito Privado, assim como, através de processo administrativo devidamente fundamentado.

Art. 411. O Poder Executivo expedirá, por decreto, consolidação, em texto único do presente Código relativo às leis posteriores que lhe modificarem a redação, repetindo-se esta providência até 31 de janeiro de cada ano, em conformidade com o art. 212 do Código Tributário Nacional.

Art. 412. O Poder Executivo Municipal expedirá, por decreto, dentro de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta Lei Complementar, a regulamentação, no que houver pertinência, relativa a cada um dos tributos, preços público e tarifas.

Art. 413. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 414. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 415. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 01, de 31 de dezembro de 2002; a Lei Complementar nº 02, de 16 de dezembro de 1991; a Lei Complementar nº 03, de 08 de dezembro de 2003; a Lei Complementar nº 013, de 22 de dezembro de 2005; a Lei Complementar nº 035, de 08 de abril de 2014; a Lei Complementar nº 62, de 18 de outubro de 2013; a Lei Complementar nº 65, de 17 de dezembro de 2013; a Lei Complementar nº 66, de 17 de dezembro de 2013 e mais a Lei nº 984, 13 de dezembro de 1994; a Lei nº 1062, 13 de março de 1997; a Lei nº 1101/97, 13 de maio de 1997; a Lei nº 1143, de 10 de dezembro de 1997; a Lei nº 1146, de 16 de dezembro de 1997; a Lei nº 1163, 17 de março de 1997; a Lei nº 1280, 19 de agosto de 1999; a Lei nº 1403, 19 de dezembro de 2000; a Lei nº 1604, de 20 de dezembro de 2007; a Lei nº 1671, de 10 de março de 2010 e a Lei nº 1782, de 18 de setembro de 2013.

Treze Tilias, em 30 de dezembro de 2014.

Mauro Dresch

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TABELA I

PLANTA DE VALORES GENÉRICOS PARA A COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU		
SETOR	TERRENOS URBANOS LOCALIZADOS NAS RUAS:	VALOR DO M2 (R\$)
"I-A"	Tirol A; Ministro João Cleophas; Prefeito José Waldomiro Silva; Anita Garibaldi-A; Monsenhor João Reitmeier; Carlos Gomes; Antonio Carlos Konder Reis-A; Rudolf Rofner; Leoberto Leal; Notburga Reiter; Videira-A; João Miterer; Oscar Rodrigues da Nova; Johann Anrain; Presidente Kennedy.	24,45
"I-B"	Antonio Carlos Konder Reis-B; Gisela Thaler; Brasílio Celestino de Oliveira; José Bonifácio; Dos Pioneiros-A; São Vicente de Paula-A; Gardina Knolseisen e Tirol-B.	19,39
"I-C"	Anita Garibaldi-B; Jacob Reiter; Frei Belmiro Brondani; Oscar Von Hohenbruch; Gaspar Coutinho; Videira-B.	17,67
"II-A"	29 de Abril; Ijair Pessin; Anton Altenburger; Ivo D´Aquino; Antonio Carlos Konder Reis-C; Jacob Käffer; Antonio Concatto; João Belarmino Grando; Caçador; João Constante Piaia; Caron; José Kandler; Dos Imigrantes; Lúcia Klotz; Dos Passeios; Rudolf Margreiter; Dos Pioneiros-B; São Vicente de Paula-B; Edvino Behrend; Três Barras; Francisco Lindner; Hubert Felder; Franz Point; Rodovia dos Pioneiros; Frederico Gregório Koroll; Pedro Caron; Fredolino Rambo; August Felder; Fritz Kafmann; Armando Vítor Torri; Gabriela Grander e Ernest Klotz.	15,96
"II-B"	Alpina; Da Independência; André Pernlochner; Da Liberdade; Antonio Carlos Konder Reis-D; Dileto A. Dalla Costa; Felix Schwertner; João Schöll; Margarete Volk; Ministro Andreas Thaler e Thomas Kranz.	12,34
"II-C"	13 DE Outubro; Berta Schöll; Dos Pioneiros-C; Ivo D´Aquino-B; Luiz Grubber; Luzerna; Hubert Felder; Travessa José N.Bhon.	9,06
"III-A"	Circular-A.	8,79
"III-B"	Jacob Ebert; Karl Unterberger e Geog Anrain.	7,74
"III-C"	André Gwiggner; Circular-B; Dona Rosina; Ludwig Brugger; Peter Gwiggner; Divino F. Ansiliero; Josef Unterberger; Hebert Felder; Henrique Packer; Ferdinando Knolseisen; Severino Caron; Antonio Pattis e Maria Hass.	5,59
"IV"	I - Terrenos localizados no Loteamento Pôr do Sol; II - Terrenos localizados no Loteamento Bem Morar; III - Terrenos do Distrito Industrial.	5,83

TABELA II

VALOR DO METRO QUADRADO (M2) DA ÁREA CONSTRUÍDA APLICADO NO CÁLCULO PARA EFEITO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU		
TIPO	DESTINAÇÃO DE USO	VALOR DO M2 (R\$)
I	construção residencial/comercial em alvenaria	70,91
II	construção residencial/ comercial mista	53,15
III	construção residencial/ comercia em madeira	35,42
IV	galpões industriais, comerciais e de prestação de serviços	17,64
O valor mínimo por Inscrição para cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU será de . . . . .		52,84

ANEXO II

TABELA I

ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	ALÍQUOTAS S/BASE DE CÁLCULO
I	Unidade imobiliária constituída por terreno sem construção, murado.	1,3%
II	Unidade imobiliária constituída por terreno construção residencial/comercial em alvenaria	1,0%
III	Unidade imobiliária constituída por terreno construção residencial/ comercial mista	
IV	Unidade imobiliária constituída por terreno construção residencial/ comercia em madeira	
V	Unidade imobiliária constituída por terreno galpões industriais, comerciais e de prestação de serviços	

ANEXO III

TABELA ÚNICA

TABELA I (Redação dada pela Lei Complementar nº 84/2015)

LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS E ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA		
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ALÍQUOTAS S/O PREÇO DO SERVIÇO	ALÍQUOTAS FIXAS: % S/O VRF (POR ANO)
1. Serviços de informática e congêneres.		
1.01 Análise e desenvolvimento de sistemas.	2%	20%
1.02 Programação.	2%	20%
1.03 Processamento de dados e congêneres	2%	20%
1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	2%	20%
1.05 Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	2%	20%
1.06 Assessoria e consultoria em informática.	2%	20%
1.07 Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	2%	20%
1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	2%	20%
2 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2%	15%
3 Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01 Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	2%	15%
3.02 Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	2%	10%
3.03 Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	2%	10%
3.04 Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	2%	10%
4 Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 Medicina e biomedicina.	2%	20%
4.02 Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	2%	20%
4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	2%	
4.04 Instrumentação cirúrgica.	2%	20%
4.05 Acupuntura.	2%	20%
4.06 Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2%	20%
4.07 Serviços farmacêuticos.	2%	20%
4.08 Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2%	20%
4.09 Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	2%	20%
4.10 Nutrição.	2%	20%
4.11 Obstetrícia.	2%	20%
4.12 Odontologia.	2%	20%
4.13 Ortopédia.	2%	20%
4.14 Próteses sob encomenda.	2%	20%
4.15 Psicanálise.	2%	20%
4.16 Psicologia.	2%	20%
4.17 Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	2%	
4.18 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%	20%
4.19 Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	2%	
4.20 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%	20%
4.21 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%	
4.22 Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	2%	
4.23 Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	2%	
5 Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 Medicina veterinária e zootecnia.	2%	20%
5.02 Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	2%	
5.03 Laboratórios de análise na área veterinária.	2%	20%
5.04 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%	20%
5.05 Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	2%	
5.06 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%	20%
5.07 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%	
5.08 Guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	2%	20%



5.09 Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	2%	
6 Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	2%	10%
6.02 Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	2%	10%
6.03 Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	2%	10%
6.04 Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	2%	10%
6.05 Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	2%	10%
7 Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	2%	20%
7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2%	10%
7.03 Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	2%	20%
7.04 Demolição.	2%	10%
7.05 Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2%	15%
7.06 Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	2%	10%
7.07 Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	2%	10%
7.08 Calafetação.	2%	10%
7.09 Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	2%	10%
7.10 Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	2%	10%
7.11 Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	2%	10%
7.12 Controle e tratamento de efluentes de Qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	2%	10%
7.13 Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	2%	10%
7.14 Florestamento, reforestamento, semeadura, adubação e congêneres.	2%	10%
7.15 Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	2%	10%
7.16 Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	2%	10%
7.17 Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	2%	20%
7.18 Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	2%	20%
7.19 Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	2%	20%
7.20 Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	2%	10%
8 Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2%	20%
8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2%	20%
9 Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	2%	15%
9.02 Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	2%	10%
9.03 Guias de turismo.	2%	10%
10 Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	2%	15%
10.02 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	2%	15%
10.03 Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	2%	15%
10.04 Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	2%	15%



10.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	2%	15%
10.06 Agenciamento marítimo.	2%	15%
10.07 Agenciamento de notícias.	2%	15%
10.08 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	2%	15%
10.09 Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2%	15%
10.10 Distribuição de bens de terceiros.	2%	15%
11 Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	2%	10%
11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	2%	10%
11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas.	2%	10%
11.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	2%	10%
12 Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 Espetáculos teatrais.	2%	15%
12.02 Exibições cinematográficas.	2%	15%
12.03 Espetáculos circenses.	2%	15%
12.04 Programas de auditório.	2%	15%
12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	2%	15%
12.06 Boates, taxi-dancing e congêneres.	2%	15%
12.07 Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	2%	15%
12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres.	2%	15%
12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	2%	15%
12.10 Corridas e competições de animais	2%	10%
12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	2%	10%
12.12 Execução de música	2%	15%
12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	2%	10%
12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	2%	15%
12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	2%	15%
12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	2%	15%
12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	2%	15%
13 Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia		
13.01 Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres	2%	15%
13.02 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres	2%	10%
13.03 Reprografia, microfilmagem e digitalização	2%	10%
13.04 Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia, fotolitografia	2%	10%
14 Serviços relativos a bens de terceiros		
14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2%	10%
14.02 Assistência técnica	2%	10%
14.03 Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2%	10%
14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.	2%	10%
14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	2%	10%
14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	2%	10%
14.07 Colocação de molduras e congêneres.	2%	10%
14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	2%	10%
14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	2%	10%
14.10 Tinturaria e lavanderia.	2%	10%
14.11 Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	2%	10%
14.12 Funilaria e lanternagem.	2%	10%
14.13 Carpintaria e serralheria.	2%	10%
15 Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	2%	20%
15.02 Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	2%	20%
15.03 Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	2%	20%

15.04 Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	2%	20%
15.05 Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	2%	20%
15.06 Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	2%	20%
15.07 Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	2%	20%
15.08 Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	2%	20%
15.09 Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	2%	20%
15.10 Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	2%	20%
15.11 Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	2%	20%
15.12 Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	2%	20%
15.13 Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	2%	20%
15.14 Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	2%	20%
15.15 Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	2%	20%
15.16 Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	2%	20%
15.17 Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	2%	20%
15.18 Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	2%	20%
16 Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 Serviços de transporte de natureza municipal.	2%	10%
17 Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	2%	20%
17.02 Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	2%	10%
17.03 Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	2%	10%
17.04 Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	2%	10%
17.05 Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	2%	10%
17.06 Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	2%	15%
17.07 Franquia (franchising).	2%	10%
17.08 Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	2%	20%
17.09 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	2%	10%
17.10 Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	2%	10%
17.11 Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	2%	15%
17.12 Leilão e congêneres.	2%	10%

17.13 Advocacia.	2%	20%
17.14 Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	2%	20%
17.15 Auditoria.	2%	20%
17.16 Análise de Organização e Métodos.	2%	20%
17.17 Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	2%	20%
17.18 Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2%	20%
17.19 Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	2%	20%
17.20 Estatística.	2%	20%
17.21 Cobrança em geral.	2%	20%
17.22 Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	2%	20%
17.23 Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	2%	20%
18 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	2%	20%
19 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	2%	10%
20 Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.01 Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de Qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	2%	10%
20.02 Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	2%	10%
20.03 Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	2%	10%
21 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	2%	20%
22 - Serviços de exploração de rodovia.		
22.01 Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	2%	15%
23 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2%	20%
24 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2%	10%
25 - Serviços funerários.		
25.01 Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	2%	10%
25.02 Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	2%	10%
25.03 Planos ou convênio funerários.	2%	10%
25.04 Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	2%	10%
26 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.		
26.01 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	2%	10%
27 Serviços de assistência social.		
27.01 Serviços de assistência social.	2%	20%
28 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	2%	15%
29 Serviços de biblioteconomia.		
29.01 Serviços de biblioteconomia.	2%	20%
30 Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 Serviços de biologia, biotecnologia e química.	2%	20%
31 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	2%	15%

32 Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 Serviços de desenhos técnicos.	2%	15%
33 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	2%	15%
34 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	2%	15%
35 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	2%	20%
36 Serviços de meteorologia.		
36.01 Serviços de meteorologia.	2%	15%
37 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2%	15%
38 Serviços de museologia.		
38.01 Serviços de museologia.	2%	15%
39 Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01 Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	2%	15%
40 Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 Obras de arte sob encomenda.	2%	10%

TABELA II (Incluída pela Lei Complementar nº 84/2015)

TABELA PARA CÁLCULO DO VALOR CORRESPONDENTE AOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL		
Tipo de Construção	Padrão	% sobre o CUB
Alvenaria	Construção com metragem de até 70 m²	5%
	Construção com metragem de 71 m² a 100 m²	6,5%
	Construção com metragem de 101 m² a 200 m²	8%
	Construção com metragem acima de 200 m²	10%
Madeira	Construção com metragem de até 70 m²	4%
	Construção com metragem de 71 m² a 100 m²	5%
	Construção com metragem de 101 m² a 200 m²	6,5%
	Construção com metragem acima de 200 m²	8,5%

Fórmula de cálculo: CUB x % da Tabela = valor do m²; valor do m² x metragem da edificação = valor da base de cálculo do imposto; base de cálculo x alíquota = Valor do ISS.

## ANEXO IV

## TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO E REGULAR EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA E FISCAL

TABELA I

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO DAS ATIVIDADES CONFORME CNAE	TAXAS DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS (ATIVIDADES CNAE)				TAXAS DE LICENÇA DE FISCALIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS (ATIVIDADES CNAE)			
		Autônomo/MEI	ME	EPP	Demais empresas	Autônomo/MEI	ME	EPP	Demais empresas
Seção A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	30%	40%	60%	70%	25%	35%	55%	65%
Seção B	Indústrias extrativas	30%	40%	60%	70%	25%	35%	55%	65%
Seção C	Indústrias de transformação	40%	60%	70%	80%	35%	50%	60%	65%

Seção D	Eletricidade e gás	30%	40%	60%	70%	25%	35%	55%	65%
Seção E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	30%	40%	50%	60%	25%	35%	40%	50%
Seção F	Construção	50%	60%	70%	70%	45%	55%	65%	65%
Seção G	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	50%	60%	70%	75%	45%	55%	65%	70%
Seção H	Transporte, armazenagem e correio	50%	60%	70%	75%	45%	55%	65%	70%
Seção I	Alojamento e alimentação	45%	55%	65%	75%	40%	50%	60%	70%
Seção J	Informação e comunicação	40%	50%	55%	60%	35%	45%	50%	55%
Seção K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	80%	90%	100%	110%	75%	85%	95%	100%
Seção L	Atividades imobiliárias	70%	80%	90%	100%	65%	75%	85%	95%
Seção M	Atividades profissionais, científicas e técnicas	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%
Seção N	Atividades administrativas e serviços complementares	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%
Seção O	Administração pública, defesa e seguridade social	20%	30%	40%	50%	15%	25%	35%	45%
Seção P	Educação	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%
Seção Q	Saúde humana e serviços sociais	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%
Seção R	Artes, cultura, esporte e recreação	55%	65%	75%	75%	50%	60%	70%	70%
Seção S	Outras atividades de serviços	55%	65%	75%	75%	50%	60%	70%	70%
Seção T	Serviços domésticos	35%	40%	50%	60%	30%	35%	45%	55%
Seção U	Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	35%	40%	50%	60%	30%	35%	45%	55%

**TABELA II**  
**HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES**

CÓD.	DENOMINAÇÃO	HORÁRIO	VALOR EM % DA TABELA I - ANUAL
I	Todas as Atividades previstas na Tabela I do Anexo VI	Antecipação	20%
II	Todas as Atividades previstas na Tabela I do Anexo VI	Prorrogação	30%

**TABELA III**

TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO EVENTUAL, EXPERIMENTAL OU AMBULANTE			
CÓD.	ATIVIDADES	ALÍQUOTA	PERÍODO
I	Gêneros alimentícios em geral com uso de cesta, isopor ou similar portátil.	25%	Diário
		90%	Mês
		250%	Anual
II	Gêneros alimentícios em geral com uso de carrinho ou outro equipamento similar	50%	Diário
		150%	Mês
		400%	Anual
III	Gêneros alimentícios em geral com uso de veículo automotor ou similar	60%	Diário
		200%	Mês
		500%	Anual
IV	Demais comércios sem ponto fixo	100%	Diário
		250%	Mês
		400%	Anual

VI	Demais comércios com ponto fixo	400%	Diário
		400%	Mês
		600%	Anual
VII	Venda de veículos automotores	300%	Diário
		700%	Mês
		1000%	Anual

TABELA IV

TAXA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
CÓD.	ESPÉCIE / DESCRIÇÃO	Percentual s/a VFR		
		Diário	Mensal	Anual
I	Na parte interna ou externa de veículos, qualquer espécie ou quantidade, por veículo	1%	10%	100%
II	Em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita, quando instalada em veículos para fins de publicidade e divulgação, por veículo	1%	10%	100%
III	Em balões, bolas, boia flutuante e similares, com exposição terrestre, por m2	1%	10%	100%
II	Em relógio digital, por unidade	1%	10%	100%
V	Em tabuletas e similares, colocadas em terrenos, tapumes, platibandas, andaimes, muros, paredes, terraços e jardins, em locais permitidos pelo Município ou com autorização do proprietário, por unidade	1%	10%	100%
VI	Em mobiliário urbano como bancos, campos de esporte, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de qualquer via ou logradouro público, inclusive rodovia, estrada e caminho federal, estadual e municipal, por unidade	1%	10%	100%
VII	Por meio de galhardete, estandarte, toldo e similares, por unidade	1%	10%	100%
VIII	Do tipo letreiro, em torre de caixa d'água, muro e correlatos, por unidade	1%	10%	100%
IX	Do tipo letreiro, em tapume, por unidade	1%	10%	100%
X	Por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares em vias ou logradouros públicos	1%	10%	100%
XI	Através de placas, painel, tabuleta ou similares, colocados em área particular, por unidade	1%	10%	100%
XII	Através de outdoor e similares, colocados em áreas particulares, por unidade	1%	10%	100%
XIII	Através de outdoor e similares, colocados em áreas públicas, por unidade	1%	10%	100%
XVI	Por meio de painel luminoso do tipo back-light ou front-light e similares, colocados em áreas particulares, por unidade	1%	10%	100%
XVII	Por meio de painel luminoso do tipo back-light ou front-light e similares, colocados em áreas públicas, por unidade	1%	10%	100%
XVIII	Através de anúncios, letreiros, programas, painéis, tabuletas, emblemas, placas, dísticos e avisos, colocados ou afixados em estabelecimentos ou não, destinados à divulgação de qualquer ramo de negócio ou atividade, não especificados nos itens anteriores, por unidade	1%	10%	100%
XIX	Através de bandas, shows, conjuntos musicais e similares	1%	10%	100%
XX	Por serviços de alto-falantes e congêneres, quando permitido, no interior de estabelecimentos de atividades econômicas, por aparelho	1%	10%	100%
XXI	Em anúncio sob a forma de cartaz ou folhetos distribuídos pelo correios, em mãos ou em domicílio	1%	10%	100%
Observação: Qualquer fração deve ser arredondada para um inteiro estatisticamente				

TABELA VI

TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL		
VALORES DOS ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
1. Alvará Sanitário Anual (Por Atividade Desenvolvida)		
1.1	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
1.1.1	Maior Risco Epidemiológico	
		Percentual s/a VFR
1.1.1.01	Doces/produtos de confeitaria (c/creme)	30
1.1.1.02	Massas Frescas	30
1.1.1.03	Panificação (fabricação/Distribuição)	30
1.1.1.04	Produtos congelados	30
1.1.1.05	Produtos dietéticos	30
1.1.1.06	Refeições Industriais	30
1.1.1.07	Sorvetes e similares	30
1.1.1.08	Congêneres	30



1.1.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.1.2.01	Aditivos	25
1.1.2.02	Água Mineral	25
1.1.2.03	Amido e derivados	25
1.1.2.04	Bebidas alcoólicas, sucos e outras	25
1.1.2.05	Biscoitos e bolachas	25
1.1.2.06	Cacau, chocolates e sucedâneos	25
1.1.2.07	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	25
1.1.2.08	Condimentos, molhos e especiarias	25
1.1.2.09	Confeitos, caramelos, bombons e similares	25
1.1.2.10	Desidratadora de vegetais e ervateiras	25
1.1.2.11	Farinhas (moinhos) e similares	25
1.1.2.12	Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes	25
1.1.2.13	Gelo	25
1.1.2.14	Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab./ref./envasadoras)	25
1.1.2.15	Marmeladas, doces e xaropes	25
1.1.2.16	Massas Secas	25
1.1.2.17	Salgadinhos/batata frita empacotada	25
1.1.2.18	Salgadinhos e frituras	25
1.1.2.19	Tempero à base de sal	25
1.1.2.20	Congêneres	25
1.2	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	Percentual s/a VFR
1.1.2	Menor Maior Risco Epidemiológico	
1.2.1.01	Açougue	15
1.2.1.02	Assadora de aves e outros tipos de carnes	15
1.2.1.03	Cantina Escolar	10
1.2.1.04	Casa de carnes	15
1.2.1.05	Casa de frios (laticínios e embutidos)	15
1.2.1.06	Casa de sucos/caldo de cana e similares	15
1.2.1.07	Comércio atacadista/depósito de produtos perecíveis	20
1.2.1.08	Confeitaria	15
1.2.1.09	Cozinha de Escolas	10
1.2.1.10	Cozinha de Clube/hotel/motel/creche/boate/similares	15
1.2.1.11	Cozinha de lactários/hospitais/maternidades/casas de saúde	10
1.2.1.12	Feira livre/comércio ambulante/(C/venda carne/pescados, outros)	20
1.2.1.13	Lanchonete/café colonial e petiscarias	15
1.2.1.14	Supermercado	20
1.2.1.15	Mercado/Minimercado	15
1.2.1.16	Mercearia/armazém (única atividade)	15
1.2.1.17	Padaria/panificadora	15
1.2.1.18	Pastelaria	15
1.2.1.19	Peixaria (pescados e frutos do mar)	20
1.2.1.20	Pizzaria	15
1.2.1.21	Produtos congelados	15
1.2.1.22	Restaurante/buffet/churrascaria	15
1.2.1.23	Sorveteria e/ou posto de venda	15
1.2.1.24	Congêneres	15
1.2.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.2.2.01	Bar/boate/uisqueria	10
1.2.2.02	Bomboniere	10
1.2.2.03	Café	10
1.2.2.04	Depósito de bebidas	10
1.2.2.05	Depósito de frutas e verdura	10
1.2.2.06	Depósito de produtos não-perecíveis	10
1.2.2.07	Envasadora de chás/café/condimentos/especiarias	10
1.2.2.08	Feira-livre/comércio amb.Alimentos não perecíveis	10
1.2.2.09	Quitanda, frutas e verduras	10
1.2.2.10	Venda ambulante (carrinho pipoca/milho/sanduíche, etc)	10
1.2.2.11	Comércio atacadista de produtos não perecíveis	10
1.2.2.12	Congêneres	10

1.3	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	Percentual s/a VFR
1.3.1	Maior Risco Epidemiológico	
1.3.1.01	Agrotóxicos	10
1.3.1.02	Comércio/distribuidora de medicamentos	10
1.3.1.03	Comércio/distribuidora de produtos laboratoriais	10
1.3.1.04	Comércio/distribuidora de produtos médico/hospitalares	10
1.3.1.05	Comércio/distribuidora de produtos odontológicos	10
1.3.1.06	Comércio/distribuidora de produtos veterinários	10
1.3.1.07	Comércio/distribuidora de saneantes/domissanitários	10
1.3.1.08	Produtos químicos	10
1.3.1.09	Congêneres	10
1.3.1.10	Estabelecimentos comerciais e/ou de distribuição e/ou transporte de produtos veterinários e/ou agrotóxicos*	10
1.3.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.3.2.01	Alimentação animal (ração/supletivos)	10
1.3.2.02	Com./distribuidora de cosméticos, perfumes, produtos de higiene	10
1.3.2.03	Embalagens	10
1.3.2.04	Equipamentos/instrumentos agrícolas, ferragens, etc.	10
1.3.2.05	Equipamentos/instrumentos laboratoriais	10
1.3.2.06	Equipamentos/instrumentos médicos hospitalares	10
1.3.2.07	Equipamentos/instrumentos odontológicos	10
1.3.2.08	Fertilizantes/corretivos	10
1.3.2.09	Prótese (ortop./estética/auditiva, etc.)	10
1.3.2.10	Sementes/selecionadas/mudas	10
1.3.2.11	Congêneres	10
1.4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	Percentual s/a VFR
1.4.1	Maior Risco Epidemiológico	
1.4.1.01	Ambulatório médico	15
1.4.1.02	Ambulatório odontológico	15
1.4.1.03	Ambulatório veterinário	10
1.4.1.04	Ambulatório de enfermagem	15
1.4.1.05	Clínica médica	30
1.4.1.06	Clínica veterinária	15
1.4.1.07	Policlínica	30
1.4.1.08	Pronto socorro	10
1.4.1.09	Serviço de nutrição e dietética	10
1.4.1.10	Unidade sanitária	isento
1.4.1.11	Radiologia médica (por equipamento)	25
1.4.1.12	Radiologia odontológica (por equipamento)	10
1.4.1.13	Farmácia (alopátia)	30
1.4.1.14	Farmácia (homeopática)	30
1.4.1.15	Drogaria	30
1.4.1.16	Posto de medicamentos	10
1.4.1.17	Dispensário de medicamentos	10
1.4.1.18	Ervanária	15
1.4.1.19	Unidade volante de comércio farmacêutico	10
1.4.1.20	Farmácia privativa (hospital/clínica/assoc., etc)	30
1.4.1.21	Laboratório de análises clínicas	15
1.4.1.22	Laboratório de análises bromatológicas	30
1.4.1.23	Laboratório de anatomia e patologia	30
1.4.1.24	Laboratório de controle qualidade ind. Farmacêutica	30
1.4.1.25	Laboratório químico –toxicológico	30
1.4.1.26	Posto de coleta de material de laboratório	10
1.4.1.27	Unidade volante de assistência médica pré-hospitalar (por unidade móvel)	15
1.4.1.28	Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel)	10
1.4.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.4.2.01	Clínica de Fisioterapia e/ou reabilitação	15
1.4.2.02	Clínica de psicoterapia/desintoxicação	15
1.4.2.03	Clínica de psicanálise	15
1.4.2.04	Clínica de odontologia	15
1.4.2.09	Consultório médico	10
1.4.2.10	Consultório nutricional	10

1.4.2.11	Consultório odontológico	10
1.4.2.12	Consultório de psicanálise/psicologia	10
1.4.2.13	Consultório veterinário	10
1.4.2.14	Estabelecimento de massagem	10
1.4.2.15	Laboratório de ótica	10
1.4.2.16	Ótica	10
1.4.2.17	Serviços eventuais (pressão arterial, coleta e tipo de sangue)	10
1.4.2.18	Estabelecimento saúde de propriedade da união, estado e município	Isento
1.4.2.19	Congêneres	10
1.5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	Percentual s/a VFR
1.5.1	Maior Risco Epidemiológico	
1.5.1.01	Asilo e similares	15
1.5.1.02	Desinsetizadora e/ou desratizadora	15
1.5.1.03	Escola de natação e similares	15
1.5.1.04	Estação hidromineral/termal/climatério	25
1.5.1.05	Estabelecimento de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche, estab. Pré-escolar jardim de infância, salvo estabelecimentos públicos	10
1.5.1.06	Estabelecimento de ensino 1º, 2º, 3º graus e similares	10
1.5.1.07	Estabelecimento de ensino (todos os graus) regime internato	10
1.5.1.08	Piscina coletiva	15
1.5.1.09	Sauna	15
1.5.1.10	Estabelecimento de propriedade da união, estado, município e asilos	Isento
1.5.1.11	Congêneres	15
1.5.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.5.2.01	Aviário/pequenos animais/peixes ornamentais/aquários	10
1.5.2.02	Academia de ginástica/dança/artes marciais e similares	10
1.5.2.03	Agência bancária e similares	10
1.5.2.04	Barbearia	10
1.5.2.05	Camping	5
1.5.2.06	Casa de espetáculos (dicoteca/baile, similares)	5
1.5.2.07	Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche, similares)	10
1.5.2.08	Cemitério/necrotério/Capela	5
1.5.2.09	Cinema/auditório/teatro	10
1.5.2.10	Circo/rodeio/hípica/parque de diversão	7
1.5.2.11	Comércio geral (eletrodoméstico, calçado, tecido, disco, vestuário, etc)	10
1.5.2.12	Escritório em geral	5
1.5.2.13	Estação de tratamento de água para abastecimento público	20
1.5.2.14	Estação de tratamento de esgoto	20
1.5.2.15	Estética facial/maquiagem	10
1.5.2.16	Floricultura/plantas/mudas	10
1.5.2.17	Garagem/estacionamento coberto	5
1.5.2.18	Hotel (hospedagem) (por cômodo)	0,8
1.5.2.19	Igrejas e similares	Isento
1.5.2.20	Lavanderia	10
1.5.2.21	Motel (hospedagem) (por cômodo)	2
1.5.2.22	Oficina/consertos em geral	10
1.5.2.23	Orfanato/patronato	15
1.5.2.24	Pensão (por cômodo)	0,8
1.5.2.25	Posto de combustível/lubrificante	10
1.5.2.26	Salão de beleza/manicura/cabeleireiro	10
1.5.2.27	Serviço de coleta, transp. e destino de resíduos sólidos	10
1.5.2.28	Serviços de lavagem de veículos	10
1.5.2.29	Serviço de limpeza de fossa	10
1.5.2.30	Serviços de limpeza/desinfecção de poço/caixa d'água	10
1.5.2.31	Transportadora de produtos perecíveis (por veículo)	5
1.5.2.32	Transporte coletivo (terrestre e aéreo)	10
1.5.2.33	Indústrias de Móveis e outros	10
1.5.2.34	Estabelecimento de propriedade da união, estado município	Isento
1.5.2.35	Congêneres	10
2	ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO	
2.1	DIVERSOS	Percentual s/a VFR
2.1.1	Menor Risco Epidemiológico	

2.1.1.01	Habite-se	3,2%
3	PENALIDADES	
3.1	MULTAS E JUROS	
3.1.1	Taxas Diversas	Percentual s/a VFR
3.1.1.01	Início de atividade sem alvará	50%
3.1.1.02	Renovação de alvará sanitário fora do prazo	2% multa e 1% juros ao mês

TABELA VI

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES		
CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	Percentual s/a VFR
I	Construção:	
	Casas e edifícios até dois pavimentos, por m <sup>2</sup> de área construída	0,15%
	Casas e edifícios com mais de dois pavimentos, por m <sup>2</sup> de área construída	0,15%
	Dependências em prédios residenciais, por m <sup>2</sup> de área construída	0,15%
	Dependências em quaisquer outros prédios, para quaisquer finalidades, por m <sup>2</sup> de área construída	0,15%
	Barracões, galpões e similares, por m <sup>2</sup> de área construída	0,10%
	Fachadas e muros, por metro linear	0,20%
	Marquises, cobertos, tapumes e telheiros, por metro linear	0,20%
	Reconstruções, reformas, reparos e demolições, por m <sup>2</sup>	0,10%
II	Loteamentos, arruamentos, desmembramentos e remembramentos:	
	Com área até 10.000 m <sup>2</sup> , excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município, por m <sup>2</sup>	0,002%
	Com área superior a 10.000 m <sup>2</sup> , excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município, por m <sup>2</sup>	0,002%
III	Quaisquer outras obras não especificadas nesta tabela:	
	Por metro linear	0,20%
	Por metro quadrado	0,10%

## ANEXO V

## DAS TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TABELA ÚNICA

TAXA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO, DESTINAÇÃO OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS		
NATUREZA DA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS IMÓVEIS		PERCENTUAL S/A VFR
I	Unidades residenciais	0,12% por metro quadrado
II	Comércio e serviços	0,11% por metro quadrado
III	Industrial	0,10% por metro quadrado
IV	Agropecuária	0,09% por metro quadrado
V	Demais estabelecimentos não enquadrados em nenhum dos incisos anteriores	0,08% por metro quadrado

NATUREZA DA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS IMÓVEIS		PERCENTUAL S/A VFR
I	Unidades residenciais	0,020% por metro quadrado
II	Comércio e serviços	0,017% por metro quadrado
III	Industrial	0,010% por metro quadrado
IV	Agropecuária	0,010% por metro quadrado
V	Demais estabelecimentos não enquadrados em nenhum dos incisos anteriores	0,010% por metro quadrado

## ANEXO VI

## DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

TABELA I

I - CONSUMIDORES RESIDENCIAIS			
FAIXA DE CONSUMO			PERCENTUAL
0 (zero)	a	30 kwh	Isento
31	a	50 kwh	0,79
51	a	100 kwh	2,11
101	a	200 kwh	3,30

201	a	350 kwh	5,94
351	a	500 kwh	8,50
501	a	1000 kwh	11,88
Acima	de	1000 kwh	23,76

TABELA II

I - CONSUMIDORES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E EMPRESAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
FAIXA DE CONSUMO			PERCENTUAL
0 (zero)	a	30 kwh	3,96
31	a	50 kwh	5,80
51	a	100 kwh	8,50
101	a	200 kwh	9,90
201	a	350 kwh	10,75
351	a	500 kwh	12,55
501	a	750 kwh	14,34
751	a	1000 kwh	17,02
1001	a	1500 kwh	22,40
Acima	de	1500 kwh	26,88

TABELA III

III - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS			
FAIXA DE CONSUMO			PERCENTUAL
0 (zero)	a	2000 kwh	26,90
2001	a	5000 kwh	52,80
5001	a	10000 kwh	85,10
10001	a	50000 kwh	112,00
Acima	de	50000 kwh	134,40

ANEXO VII

## DOS PREÇOS E TARIFAS PÚBLICAS

TABELA I

SERVIÇOS DE EXPEDIENTE DIVERSOS		
CÓDIGO	TARÍFA DE SERVIÇOS DE EXPEDIENTE DIVERSOS	PERCENTUAL S/O VFR
I	Fotocópia comum de documentos diversos (por página)	0,05%
II	Taxa de expediente	3,2%
III	Serviços burocráticos, postos à disposição do contribuinte no seu exclusivo interesse;	3,2%
IV	Buscas em arquivos do Município	2%
V	Certidões, Declarações e Outros. (Por documento)	1%
VI	Atestados e Anotações ( Por documento)	1%
VII	Emissão de alvarás, atestados, certidões e segundas vias de quaisquer documentos	3,2%
VIII	Alterações cadastrais e reemissão de documentos/alvará	3,2%
XIX	Análise de projetos de construção:	
	a) até 100 m²	6%
	b) pelo que exceder, por 50 m² ou fração	3%
X	Expedição de Habite-se	3,2%
XI	Preenchimento e emissão de guia para ITBI	3,2%
XII	Pedido de averbação de imóveis	3,2%
XIII	Pedido de baixa de alvará	3,2%
XIV	Certidão de demolição	3,2%
XV	Vistoria de quaisquer natureza	3%
XVI	Numeração e/ou Renumeração de Imóveis (por imóvel)	4%
XVII	Serviço de alinhamento de ruas	3,2%
XVIII	Loteamento, desmembramento e condomínio	8%
XIX	Apreensão e depósito de bens, armazenagem (por dia ou fração).	

	a) Pelo primeiro dia	30%
	b) Por dia subsequente	2%
XX	Aprensão e Guarda de animais (por cabeça, por dia)	
	a) Pelo primeiro dia	20%
	b) Por dia subsequente	3%
	c) Vacina	10%
XXI	Uso de bens de domínio Municipal	110%
XXII	Outros serviços não previstos nos incisos anteriores	1,5%

TABELA II

PREÇO PÚBLICO DOS SERVIÇOS INERENTES AO CEMITÉRIO MUNICIPAL		
CÓDIGO	PREÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO	PERCENTUAL S/O VFR
I	Perpetuidade de sepultura	40%
II	Entrada de ossada no cemitério	20%
III	Retirada de ossada do cemitério	15%
IV	Remoção de ossada no interior do cemitério	10%
V	Ocupação da casa mortuária por velório	10%
VI	Exumação a requerimento de pessoa habilitada decorrido o lapso temporal de 04 (quatro) anos do falecimento	25%
VII	Exumação a requerimento de pessoa habilitada decorrido o lapso temporal do falecimento:	
	Infante antes do prazo (4 anos);	20%
	Adulto antes do prazo (4 anos);	30%
	Adulto/infante após vencido prazo.	25%

**PORTARIA 033/2016**

PORTARIA Nº 033/16 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - EXONERAR por motivo de aposentadoria, no dia 02 de fevereiro de 2016, a Sra. MARLI ANSILIERO, CPF nº 511.378.369-20 e identidade nº 1.680.741, residente e domiciliada no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme decreto nº 1246/2006 de 31 de janeiro de 2006.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 034/2016**

PORTARIA Nº 034/16 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR a senhora MARLI ANSILIERO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade N.º 1.680.741, inscrita no CPF sob o N.º 511.378.369-20, residente e domiciliada na cidade de Treze Tílias/SC, aprovada em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.



Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA 035/2016**

PORTARIA Nº 035/16 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Marcia Hechenblachner	11/06/2014 a 10/06/2015	01/02/2016 a 15/02/2016	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

### **PORTARIA 039/2016**

PORTARIA Nº 039/16 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Agnaldo José Ramos	01/07/2014 a 30/06/2015	10/02/2016 a 19/02/2016	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 040/2016**

PORTARIA Nº 040/16 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR o senhor TARCÍSIO MÜLLER, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 11/R-4. 954.185, inscrito no CPF sob o N.º 058.589.109-55, residente e domiciliado na cidade de Salto Veloso/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 041/2016**

PORTARIA Nº 041/16 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR a senhora TANIA BECKER KLAGENBERG, brasileira, portadora da Cédula de Identidade N.º 4.434.858, inscrita no CPF sob o N.º 041.624.489-06, residente e domiciliada na cidade de Treze Tílias/SC, aprovada em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 042/2016**

PORTARIA Nº 042/16 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR a senhora SETEMBRINA DUTRA MICHEL, brasileira, portadora da Cédula de Identidade N.º 2060703226, inscrita no CPF sob o N.º 534.350.529-53, residente e domiciliada na cidade de Treze Tílias/SC, aprovada em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 043/2016**

PORTARIA Nº 043/16 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Sirlene Schneider	05/05/2014 a 04/05/2015	10/02/2016 a 24/02/2016	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data em 10 de fevereiro de 2016, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### 005/2016

DECRETO 005/2016 DE 12 DE JANEIRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO  
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.177.931,30 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):  
09 – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
09.01 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO  
09.01.15.451.0013.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.177.931,30

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de convênios com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

### 007/2016

DECRETO 007/2016 DE 28 DE JANEIRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO  
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 148.900,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):  
04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
04.02 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
04.02.12.361.0004.1.005-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 148.900,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de convênios com o ministério da educação – FNDE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

### 009/2016

DECRETO Nº 009/2016 09 DE FEVEREIRO DE 2016.

“PRORROGA PRAZO LEGAL DO CONCURSO PÚBLICO ”

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO Art. 1 - 1.6 do edital 009/2013;

CONSIDERANDO Art. 37 – III da Constituição Federal.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por (2) dois anos, a constar da data da publicação da homologação resultados, CONCURSO PÚBLICO 009/2013 da Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

Art. 2º- O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

### 026/2016

PORTARIA 026/2016 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE REFERENTE A MULTAS DE TRÂNSITO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: Inúmeras ocorrências, notificações, de multas de trânsito.

#### RESOLVE:

Art. 1º-Atribuir responsabilidade referente à multa de trânsito, para cobrança com desconto em folha de pagamento no mês de fevereiro do corrente ano, ao infrator e a respectiva infração abaixo especificada:

MOTORISTA	VEÍCULO	Nº INFRAÇÃO	VALOR
MOACIR MARCOS GEREMIAS	MIE0948	745-5	R\$ 68,10

Art. 2º- A retenção dos valores de que trata o artigo primeiro será efetuada em folha de pagamento em (01) uma parcela a ser descontado, para pagamento da multa.

Art. 3º- Fica aberto o prazo de contestação e ampla defesa ao infrator descrito no artigo primeiro, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da presente Portaria.

Art. 4º-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

## 027/2016

PORTARIA 027/2016 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE REFERENTE A MULTAS DE TRÂNSITO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: Inúmeras ocorrências, notificações, de multas de trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º-Atribuir responsabilidade referente à multa de trânsito, para cobrança com desconto em folha de pagamento a partir do mês de fevereiro do corrente ano, ao infrator e a respectiva infração abaixo especificada:

MOTORISTA	VEÍCULO	Nº INFRAÇÃO	VALOR
CRISTIANO JEREMIAS MEYER	MMK - 6322	745-5	68,10

Art. 2º- A retenção dos valores de que trata o artigo primeiro será efetuada em folha de pagamento em (02) duas parcelas a ser descontado, para pagamento da multa.

Art. 3º- Fica aberto o prazo de contestação e ampla defesa ao infrator descrito no artigo primeiro, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da presente Portaria.

Art. 4º-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARLI MARTINS

Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos (Interina)

**PREGÃO ELETRÔNICO 08/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 08/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 08/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO visando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO. O prazo de recebimento de propostas será a partir das 16:00h do dia 15/02/2016 até as 16:00h do dia 25/02/2016, sendo que a abertura das propostas dar-se-á as 08:30h do dia 26/02/2016 e o início da disputa as 09:00h do dia 26/02/2016, sendo feito através do endereço eletrônico: [bll.org.br](http://bll.org.br). A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: [licita@trombudocentral.sc.gov.br](mailto:licita@trombudocentral.sc.gov.br) ou encontrada no site [bll.org.br](http://bll.org.br).

Trombudo Central, 12 de fevereiro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 04/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 04/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 04/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SAÚDE, COM METRAGEM MÍNIMA DE 244,80 M2. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 11:30h. do dia 25 de março de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 12 de fevereiro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 12/2016 PMTC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 12/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 12/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL, exclusivo para ME, EPP e MEI, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA MONTAGEM DE RACK E REESTRUTURAÇÃO DA REDE LÓGICA E INTERNET DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:30h do dia 25 de fevereiro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 12 de fevereiro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 13/2016 PMTC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 13/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 13/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL, exclusivo para ME, EPP e MEI, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO TELhado DO CEB ERICA HASSE. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:00h do dia 25 de fevereiro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 12 de fevereiro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal



# Tunápolis

## PREFEITURA

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 17/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 12/2016 REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2016**

Processo de Compra Nº.: 17/2016  
Pregão Presencial nº: 12/2016  
REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, REGISTRO DE PREÇO através de Pregão Presencial, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DESTINADOS PARA O CONserto DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

Entrega e abertura dos envelopes até às 8h30min do dia 26 de fevereiro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 12 de fevereiro de 2016.  
Bruno José Heberle  
Gestor do Fundo

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 26/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 20/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016 PEÇAS**

Processo de Compra Nº.: 26/2016  
Pregão Presencial nº: 20/2016  
Registro de Preços nº: 06/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, REGISTRO DE PREÇOS da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de PEÇAS ORIGINAIS E FORNECIMENTO DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DO ROLO COMPACTADOR CR 12HD, E PECAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 8h30 do dia 26 de fevereiro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 15 de fevereiro de 2016.  
Enoi Scherer  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016. GRAFICO EDUCAÇÃO**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2016  
Edital de Pregão Presencial nº 21/2016.

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a seleção de propostas, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA E BANNERS que serão destinados para as atividades administrativas das Escolas da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal da Educação.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 10h do dia 26 de fevereiro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 15 de Fevereiro de 2016.  
Enoi Scherer  
PREFEITO MUNICIPAL

# União do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO N. 3090/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.090, de 01 de Fevereiro de 2016.  
Concede Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 63., da Lei Complementar Municipal n.º 93, de 21 de setembro de 2015, e requerimento da servidora em anexo,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedida LICENÇA GESTANTE pelo prazo de 60 (sessenta) dias à servidora pública Municipal GISELE MOZER, ocupante do cargo de Psicóloga, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser gozada no período de 06 de fevereiro à 05 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 01 de fevereiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

### DECRETO N. 3091/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.091, De 01 fevereiro de 2016.

“Dispõe sobre atualização do valor do subsídio pago aos agricultores do Município pela produção de silagem”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 1º da Lei Municipal N.º 1015, de 28 de novembro de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor do subsídio para aos agricultores do município referente a produção de silagem, nos termos da Lei Municipal n.º 1015, de 28 de novembro de 2011, em 10,5443%, correspondente ao Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M acumulado de janeiro a dezembro de 2015, passando a vigor o valor de R\$ 176,87 (cento e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos) por hectare produzido.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 01 de fevereiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

### DECRETO N. 3092/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.092, De 04 de fevereiro de 2016.  
Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de Diretora de Departamento e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Complementar N.º 90, de 27 de agosto de 2015 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais,

#### DECRETA:

Art.1º Fica nomeada, LÚCIA LOURDES STEFFENS SOLETTI, portadora do CPF n.º 390.290.770-34 e do RG n.º 1.555.425 SSP/SC, para o Cargo em Comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Regime de Dedicação Integral e nível de vencimentos CC-7, constante do anexo II da Lei Complementar n.º 90 de 27 de agosto de 2015.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 04 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

### DECRETO N. 3093/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.093, de 11 De Fevereiro de 2016.  
Concede Adicional Titulação para Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal,

e de conformidade com o disposto no Artigo 16 da Lei Complementar Municipal N.º 090 de 27 de agosto de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Fica concedido Adicional Titulação para a Servidora CAMILA NOVELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, referente apresentação do Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental, correspondente ao valor de 5% sob a denominação de ADICIONAL DE 1º GRAU, calculado sobre o vencimento base da servidora.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de fevereiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

**DECRETO N. 3094/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.094, de 11 de fevereiro de 2016.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB”

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 2º, incisos I a VIII da Lei Municipal 717/2007 de 18 de abril de 2007;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as seguintes representações e respectivos membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Dione Ana Colla  
Marlene Neiva Pogorzelski  
Suplente: Giane Smaniotto  
Dovaldo Palmorio

II - Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Juraci de Moraes Matiello  
Suplente: Mônica Aparecida Tessaro Novello

III - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Evandra Casonatto Dal Berto  
Suplente: Isanete Bresolin

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Sirlei Zardo Trentin  
Suplente: Silvane Fávero

V - Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titulares: Elenir Groders Cuochinski  
Maristela Serafini  
Suplentes: Maria Carolina Meira Sagas dos Santos Piccinin  
Beatriz Novello

VI - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titulares: Gilberto Fiorese  
Pedro Minerovski  
Suplentes: Evandro de Mello  
Macon Daniel Cremonini Tassoneiro

VII - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Janete Marcante Gonçalves Soares  
Suplente: Siliane Agostineto Cuochinski

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Gilvania Monteiro Battistella  
Suplente: Francieli Colpani

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal De União Do Oeste, em 11 de fevereiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

# Urussanga

## PREFEITURA

**EDITAL PR 08/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

**AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 08/2016/FMS**

Objeto: fornecimento parcelado de matéria prima para confecção de fraldas geriátricas. Recebimento dos envelopes: até as 11h do dia 29/02/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 11h do dia 29/02/2016, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou no site oficial desta municipalidade.

ROSANE ZATTA

Pregoeira

**EDITAL PR 09/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

**AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 09/2016/FMS**

Objeto: fornecimento de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde por meio de autoclavagem. Recebimento dos envelopes: até as 09h30 do dia 01/03/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h30 do dia 01/03/2016, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou no site oficial desta municipalidade.

ROSANE ZATTA

Pregoeira

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016.

“Estabelece Normas para a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público na Secretaria de Saúde do Município de Vargem Bonita e dá outras providências”.

CONSIDERANDO que as atividades da Secretaria de Saúde, no que tange ao atendimento médico, e serviços de apoio devem ser contemporâneos a demanda, devendo portanto ocorrer disponibilidade imediata de médico e auxiliar de enfermagem na Unidade de Saúde;

CONSIDERANDO que concursos e processos seletivos anteriores foram esgotados sem a possibilidade de contratação de profissional, resultando desertos ou desistentes os classificados;

CONSIDERANDO também que existe permanentemente um grupo de usuários do sistema de saúde a serem acompanhados e atendidos. Tendo em vista que a falta de profissionais prejudica a pontualidade nos serviços e compromete a sua finalidade;

CONSIDERANDO que não existem profissionais concursados, nem mesmo em cadastro de reserva para preenchimento desta vaga;

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, no uso de suas atribuições TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, em caráter emergencial por se tratar de atendimento na área de saúde.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no diário oficial do Município e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissional para contratação em caráter de emergência em contrato temporário pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período ou até a realização de concurso público.

1.4. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público ou seleção em concurso para provimento efetivo.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.7. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito.

1.8. O prazo para chamamento deste seletivo será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

#### 2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 15 até 19 de março, das 08h00min às 12h00min, no setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro, devendo o servidor responsável proceder ao devido protocolo e autuação ou, através do e-mail: [tributos@vargembonita.sc.gov.br](mailto:tributos@vargembonita.sc.gov.br) devendo o candidato enviar obrigatoriamente por SEDEX, no endereço Prefeitura de Vargem Bonita, Rua Coronel Vitório, 966, Centro, Vargem Bonita, CEP: 89.675-000, cópia de todos os documentos solicitados, devidamente rubricadas.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Habilitação do Conselho Regional de Medicina para o cargo de Médico ESF;
- Comprovante de Conclusão do Ensino Médio e curso na área para o cargo de Auxiliar de Enfermagem, com registro no respectivo conselho;
- Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;

- CURRICULUM VITAE documentado com todas as folhas rubricadas;
- Cópia autenticada dos certificados dos cursos específicos para o cargo de interesse;
- Comprovante de endereço/telefone para contato.

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

### 3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Teste Seletivo Simplificado de Títulos para:

Cargo	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
- Médico (ESF)	01	40 horas	R\$ 11.893,94
Auxiliar de Enfermagem (ESF)	02	40 horas	R\$ 961,80

Para o cargo de auxiliar de enfermagem (ESF), 01 vaga compreende para o ESF I de Vargem Bonita e a outra vaga para o ESF II de Campina da Alegria.

### 4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do CURRICULUM VITAE de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento, anexando ao currículo cópia do certificado de conclusão dos respectivos títulos.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, devendo os candidatos apresentar os documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, devendo ser expedidos pela Instituição de Ensino.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e ou declaração da instituição/ou empresa em que atuou.

4.5 Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

4.6 O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 24 de fevereiro de 2016 no site da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita e no mural público.

4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do teste seletivo, será considerada a publicação da homologação do resultado final do teste seletivo.

### 5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (cinco) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior idade;
- maior tempo de serviço na área de atuação do cargo a ser ocupado;

### 6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação da documentação exigida pelo Departamento Pessoal no ato de sua contratação.

### 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Administração, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;



c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM – Diário Oficial do Município.

8.3. Os candidatos serão contratados em Regime Estatutário no que couber, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita(SC), 15 de fevereiro de 2016.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

ANEXO I

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Médico (ESF)

GRUPO OCUPACIONAL: Grupo VI - Atividades Nível Superior

### ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

Avaliação, tratamento e conduta frente as diversas clínica atuando no ciclo vital da criança e do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso; realizar visitas domiciliares para assistência, atuar nos grupos de educação em saúde e também na educação continuada, e em serviço na unidade de saúde da família. participar dos programas de atendimento a população atingida por calamidade pública, integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação, saneamento, realizar estudos e inquéritos sobre os níveis da saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas a solução dos problemas levantados, participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva, emitir laudos e pareceres quando solicitado.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Teste Seletivo de Títulos

ESCOLARIDADE: Ensino Superior na área com registro no Conselho Regional de Medicina

REMUNERAÇÃO: R\$ 11.893,94

CARGA HORÁRIA: 40 horas

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Auxiliar de Enfermagem

GRUPO OCUPACIONAL: Grupo II – Serviços Auxiliares

### ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

Exercer atividades de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços auxiliares de enfermagem inerente ao ESF, sob supervisão sob Enfermeiro;

Preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos;

Executar tratamentos prescritos, ou de rotina;

Ministrar medicamentos via oral a parenteral;

Realizar controle hídrico;

Aplicar oxigenioterapia; nebulização, enterocisma, enema e calor ou frio;

Executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas;

Efetuar controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis;

Colher material para exames laboratoriais;

Executar atividades de desinfecção e esterilização;

Prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança;

Alimentar ou auxiliar o paciente na alimentação;

Zelar pela limpeza e ordem do material, equipamento e das dependências da unidade de saúde;

Orientar os pacientes quanto ao cumprimento das descrições médicas e de enfermagem;

Executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes;

Participar dos procedimentos pós-morte;

Cumprir normas e regulamentos disciplinares da unidade de saúde em que esta inserido.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Teste Seletivo de Títulos

ESCOLARIDADE: Ensino Médio na área com registro no respectivo conselho.

REMUNERAÇÃO: R\$ 961,80

CARGA HORÁRIA: 40 horas

ANEXO II

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Cursos, seminários, simpósios, congressos relacionados à área de atuação do cargo (últimos 05 anos).	1,0 (cada 40 horas)
Tempo de serviço na atividade	1,0 (cada ano – sem fração)

OBS 01: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com o cargo pretendido e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 05 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE VARGEM BONITA TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDITAL 001/2016

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

Documentos necessários para a inscrição:

- ( ) Carteira de Identidade;
- ( ) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ( ) Título de Eleitor e Comprovante de Votação do último pleito eleitoral;
- ( ) Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- ( ) CURRICULUM VITAE documentado com todas as folhas rubricadas.

Vargem Bonita – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS - EDITAL Nº 001/2016

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

	CAMPOS PREENCHIDOS PELO CANDIDATO		(deixar em branco)
--	-----------------------------------	--	--------------------

Nº	Nº de		Histórico / resumo	Pré – pontuação			
	horas						

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, entregar este formulário em 01 (uma) via, conforme Edital.

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que possuo como requisito de habilitação para o emprego de inscrição o curso: \_\_\_\_\_ (concluído ou em andamento), cujo comprovante estou anexando à presente relação, estando ciente de que o mesmo não será utilizado para pontuação na prova de títulos.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ \_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do candidato

\_\_\_\_\_  
Ass. Responsável p/ recebimento

# Videira

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 12.726/16**

DECRETO Nº 12.726/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, DILONETE LIBARDONI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.727/16**

DECRETO Nº 12.727/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, MARISA RODRIGUES MACHADO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.728/16**

DECRETO Nº 12.728/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, MARIA LOURINES FERREIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.729/16**

DECRETO Nº 12.729/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, MARINILSE DE CORDUVA GONÇALVES DE MEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.730/16**

DECRETO Nº 12.730/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FRANCIELLI FRANCA MELO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.731/16**

DECRETO Nº 12.731/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANDRESSA HEEMANN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.732/16**

DECRETO Nº 12.732/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JESSICA DIANA CARDOSO FERREIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.733/16**

DECRETO Nº 12.733/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARILEINE DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.734/16**

DECRETO Nº 12.734/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LICEIA ALMEIDA DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.735/16**

DECRETO Nº 12.735/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, PRISCILA SILVA DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.736/16**

DECRETO Nº 12.736/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLAUDETE DIAS HEINEMANN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.737/16**

DECRETO Nº 12.737/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADRIANA VARELA OLIVERIO DI DOMENICO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.738/16**

DECRETO Nº 12.738/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LAURA SILVANA MARTINEZ BELLO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.739/16**

DECRETO Nº 12.739/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, NEUSELI RODRIGUES DA CRUZ, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.740/16**

DECRETO Nº 12.740/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSANE DO PRADO CAMARGO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.741/16**

DECRETO Nº 12.741/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, NADIR APARECIDA CAPOTE CAMPOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária

de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.742/16**

DECRETO Nº 12.742/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELIANE CAREGNATO ADADA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.743/16**

DECRETO Nº 12.743/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANA CLAUDIA DA MOTTA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei

Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.744/16**

DECRETO Nº 12.744/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARIA GRACILEIDE SOARES DE FRANCA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.745/16**

DECRETO Nº 12.745/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCIA APARECIDA BRUSKI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de

provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.746/16**

DECRETO Nº 12.746/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ANA CLAUDIA SALES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.747/16**

DECRETO Nº 12.747/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, JAQUELINE DELFES DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº

002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.748/16**

DECRETO Nº 12.748/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, IRENE PINTO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.749/16**

DECRETO Nº 12.749/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, TAIS APARECIDA DA SILVA MACHINSKI, tendo

em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.750/16

DECRETO Nº 12.750/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, KEILA MARIA RIBEIRO PONTES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.751/16

DECRETO Nº 12.751/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.305/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte

e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.052 – Manutenção de Estradas Vicinais	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	30. 30.000,00
10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
2.053 – Manutenção de Praças, Parques e Jardins	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	30.195.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	225.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro de exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.751/16

DECRETO Nº 12.751/16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.305/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.052 – Manutenção de Estradas Vicinais	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	30. 30.000,00
10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
2.053 – Manutenção de Praças, Parques e Jardins	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	30.195.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	225.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro de exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições



em contrário.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 47/2016  
Data de Assinatura: 02/02/2016  
Fornecedor....: COPAVIDI – COOP. DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ.  
Valor .....: R\$ 840.195,30  
Licitação .....: Pregão Presencial nº 194/2015-PMV  
Vigência .....: Início: 02/02/2016 Término: 31/12/2016  
Objeto .....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR (GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS) E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, OU SUAS ORGANIZAÇÕES, DE ACORDO COM O ART. 24 DA RESOLUÇÃO Nº 26 DE 17/06/2013, PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR NAS 8 UNIDADES ESCOLARES E NOS 19 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 48/2016  
Data de Assinatura: 04/02/2016  
Fornecedor....: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA.  
Valor .....: R\$ 71.650,00  
Licitação .....: Pregão Presencial nº 189/2015-PMV  
Vigência .....: Início: 04/02/2016 Término: 31/12/2016  
Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇOS DE CONSERVATOS E REMENDOS EM PAVIMENTAÇÕES COM PEDRAS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM PARCERIA (LEI MUNICIPAL Nº 2.321/10), PELA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 49/2016  
Data de Assinatura: 04/02/2016  
Fornecedor....: BALESTIERI E CIA LTDA.  
Valor .....: R\$ 35.375,00  
Licitação .....: Pregão Presencial nº 04/2016-PMV  
Vigência .....: Início: 04/02/2016 Término: 31/12/2016  
Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONFECÇÃO DE CERCAS DE TELAS EM DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE, COMO PRAÇAS, GUARDA-CORPO EM VIAS, PELA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 07/2016**

Contrato nº: 07/2016  
Data de Assinatura: 02/02/2016  
Fornecedor...: SANTA TEREZINHA TRANSPORTES E TURISMO S/A  
Valor .....: R\$ 62.100,00  
Licitação .....: inexigibilidade de licitação nº 01/2016 - PMV  
Vigência .....: Início: 02/02/2016 Término: 31/12/2016  
Objeto .....: CRÉDITO DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL

PARA USO DOS ESTAGIÁRIOS, CRIANÇAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, QUE NECESSITAM DE DESLOCAMENTO ATÉ O CENTRO DE APOIO TIAGO ESCOPEL PARA ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E PARA OS QUE FREQUENTAM O CREAS, CRAS, ABRIGOS INSTITUCIONAIS E DEMAIS PROGRAMAS DO DEPTO DE AÇÃO SOCIAL, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE VIDEIRA: SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL).

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 08/2016**

Contrato nº: 08/2016  
Data de Assinatura: 10/02/2016  
Fornecedor...: LPA – Lima's Produções Artísticas Ltda – EPP.  
Valor .....: R\$ 49.089,34  
Licitação .....: inexigibilidade de licitação nº 02/2016 - PMV  
Vigência .....: Início: 10/02/2016 Término: 31/12/2016  
Objeto .....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A "FAMÍLIA LIMA", NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2016, NO PARQUE DA UVA NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC, POR OCASIÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 72 ANOS DE VIDEIRA PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 09/2016**

Contrato nº: 09/2016  
Data de Assinatura: 10/02/2016  
Fornecedor...: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM  
Valor .....: R\$ 7.600,00  
Licitação .....: DISPENSA de licitação nº 03/2016 - PMV  
Vigência .....: Início: 10/02/2016 Término: 30/06/2016  
Objeto .....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO PARA OS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES, COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS/AULAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

#### **PORTARIA Nº 0052/16**

PORTARIA Nº 0052/16  
Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00047/00016-0, nos assentos funcionais do servidor ANTONIO CARLOS MORAIS, detentora da matrícula funcional nº 2508, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1825/2016,

#### **RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor ANTONIO CARLOS MORAIS, detentor da matrícula funcional nº 891, e do cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00011/16-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de fevereiro 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0053/16**

PORTARIA nº 0053/16

Autoriza a Interdição de Rua, o Uso das dependências do Estacionamento da Prefeitura Municipal de Videira e Autoriza o Uso de Bens Móveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 781/2016,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar a interdição do lado par da Avenida Manoel Roque, o uso das dependências do estacionamento localizado ao lado da Prefeitura Municipal de Videira, bem como dos seguintes bem móveis: 07 (sete) banheiros químicos (03 Masculinos, 03 Femininos e 01 Portador de Necessidades Especiais) e de 01 (uma) ambulância tripulado com motorista e técnico de enfermagem e sistema de sonorização, pela BRF S/A, na data de 28 de fevereiro de 2016, para a realização da largada da Caminhada e Corrida 5Km BRF, 10º Etapa Local.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- g. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos 07 (sete) banheiros químicos (03 Masculinos, 03 Femininos e 01 Portador de Necessidades Especiais) e o sistema de sonorização quando da devolução dos mesmos.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer

casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0054/16**

PORTARIA nº 0054/16

Autoriza o Uso de Bens Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam nos Processos Administrativos nº 1330/16,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, por Marciel Taescheck, no dia 13 de fevereiro de 2016, para a realização da etapa regional de campeonato de futebol de campo para categorias de base sub14.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- b. A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c. Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- e. Serviço de segurança no local do evento;
- f. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- g. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- h. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni quando da devolução do mesmo.



§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 17/2016 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA AS VIATURAS RENAULT/DUSTER PLACA MLN-8104, ANO 2013, RENAULT/DUSTER PLACA MLN-8134, ANO 2014 E GM/BLAZER PLACA MHJ-4014, ANO 2009, DA POLICIA MILITAR. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 04/03/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 12 de fevereiro 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **EXTRATO DE RETIFICAÇÃO PR 01/2016 - CMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 - CMV

RETIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o quantitativo do objeto do edital do Pregão Presencial nº 01/2016 - CMV, o qual tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviços radiofônicos para divulgar as matérias pertinentes ao Poder Legislativo, bem como os assuntos de interesse geral, veiculados nas sessões da Câmara, para informação geral da população videirense com programas semanais com 08 (oito) inserções de 30" (trinta segundos) diárias de segunda a sábado, na frequência AM, para divulgação dos trabalhos através de comerciais; mensagens das principais datas comemorativas; informativo da Câmara na terça-feira: Projetos a serem apreciados - 08 (oito) minutos; na quarta-feira Projetos aprovados - 15 (quinze) minutos; cobertura de todas as sessões com divulgação dos trabalhos através de entrevistas. Além disso, tendo em vista que a data de abertura do presente certame ocorreria no dia 19 de fevereiro do corrente ano às 16h00min, e que tais alterações implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e também no formulário proposta, fica remarcada a data de abertura do certame para o dia 17 de março de 2016 às 14h00min, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site [www.camaravideira.sc.gov.br](http://www.camaravideira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566- 0500 ou 3566 - 9026.

Videira/SC, 12 de fevereiro de 2016.

Rafael Balestrin

Presidente

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Decreto n.º 005/2016

DECRETO Nº 005/2016

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DE SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0947, de 04/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias pelo Superávit do Exercício Anterior:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.1004 – Ampliação e Manutenção dos Serviços de Saúde

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.3.3354 – Transferência de Convênio União Saúde ..... R\$ 241.465,39

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2001 – Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.3.3805 – Programa Saúde da Família –PSE ..... R\$ 1.281,00

0.3.3809 – Transf – SUS BLMAC ..... R\$ 10.602,56

0.3.6700 – Assistência Sist. Único – SUS/Estado ..... R\$ 3.754,39

0.3.6701 – Atenção Básica – Cofinanciamento Estado ..... R\$ 2.091,17

0.3.6702 – Atenção Básica – NASF Estado ..... R\$ 10.294,22

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 11 de Fevereiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº RH-AJG 040/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 040/2016

ATRIBUIR A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEQUENO PRINCIPE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Artigo11.

**RESOLVE**

ATRIBUIR a pedido da Servidora Pública Municipal o Sra. SANDRA KOHL FAGANELLO, brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 2.428.120 e CPF nº 919.299.979-49, nomeada conforme Decreto nº AJG 107/2013, no cargo de PROFESSOR NÍVEL ESPECIAL 1., com vinte (20) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com atribuição a pedido na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEQUENO PRINCIPE .

Esta atribuição a pedido atende ao requerimento protocolado sob o nº 004254/2015 datado em 16.11.2015.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 12 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AJG 131/2015

ATRIBUIR A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL FUNÇÃO DE DIRETORA PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NA CEMEI MARIA JOÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3675/2011, art 21.

**RESOLVE**

ATRIBUIR a Servidora Publica Municipal função de Diretora na CEMEI Maria João a Sra. NATALINA MACHADO GASPARETTO, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 17/R 2.420.137 e CPF nº 670.683.759-87, nomeada conforme Decreto nº JB 174/95 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros de 27.04.2015

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 10 de Junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AJG 041/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 041/2016

LOTAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CIRILO DAL ´OGLIO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Art. 9.,

**RESOLVE**

LOTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. MARLI BIEDERMANN BARRIQUEL, brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da CI nº 12/C 2.076.699 e CPF nº 848.397.919-53, nomeada conforme Decreto nº AM 031/08, no cargo de PROFESSOR MAGISTERIO – ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 4º SERIES, com vinte (20) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com lotação na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CIRILO DAL ´OGLIO.

Esta lotação a pedido atende ao requerimento protocolado sob o nº 003923/2015 datado em 20.10.2015.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 12 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AJG 042/2016**

PORTARIA Nº RH-AJG 042/2016  
EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR IDADE - INSS.

ADEMIR JOSE GASPERINI

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

**RESOLVE**

EXONERAR a partir de 12.02.2016, o Servidor Público Municipal o Sr. CLOVIS PEDRO GONÇALVES, brasileiro, separado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – SC., portador da Cédula de Identidade nº 401.444 e CPF nº 195.730.909-10, nomeado conforme Decreto nº JB 315/94 no cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria

Municipal de Administração e Finanças, Aposentadoria por Idade - INSS, conforme benefício nº 1723321424 Espécie 41.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a ex-neração a partir de 12.02.2016. Revogam-se as disposições em contrário principalmente o Decreto nº JB 315/94.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 12 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPERINI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº RH-AJG 37/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 037/2016

ATRIBUIR A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAUL HARRIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Artigo11.

RESOLVE

ATRIBUIR a pedido da Servidora Pública Municipal o Sra. MARLIDES TEREZINHA DAMBROSO, brasileira, divorciada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 6.179.257 e CPF nº 509.287.320-53, nomeada conforme Decreto nº AJG 128/2013, no cargo de PROFESSOR NÍVEL ESPECIAL 1., com vinte (20) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com atribuição a pedido na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAUL HARRIS.

Esta atribuição a pedido atende ao requerimento protocolado sob o nº 004388/2015 datado em 26.11.2015.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 12 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AJG 131/2015

ATRIBUIR A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL FUNÇÃO DE DIRETORA PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NA CEMEI MARIA JOÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3675/2011, art 21.

RESOLVE

ATRIBUIR a Servidora Publica Municipal função de Diretora na CEMEI Maria João a Sra. NATALINA MACHADO GASPARETTO, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 17/R 2.420.137 e

CPF nº 670.683.759-87, nomeada conforme Decreto nº JB 174/95 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros de 27.04.2015

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 10 de Junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº RH-AJG 38/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 038/2016

ATRIBUIR A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CEMEI PIMPOLHO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Artigo11.

RESOLVE

ATRIBUIR a pedido da Servidora Pública Municipal o Sra. EVANI CARLA DE QUADROS VALIATI, brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 3.720.552 e CPF nº 019.505.559-41, nomeada conforme Decreto nº AM 070/2003, no cargo de PROFESSOR MAGISTERIO/CRECHE com quarenta (40) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com atribuição a pedido no CEMEI PIMPOLHO.

Esta atribuição a pedido atende ao requerimento protocolado sob o nº 004229/2015 datado em 12.11.2015.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 12 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AJG 131/2015

ATRIBUIR A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL FUNÇÃO DE DIRETORA PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NA CEMEI MARIA JOÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3675/2011, art 21.

RESOLVE

ATRIBUIR a Servidora Publica Municipal função de Diretora na CEMEI Maria João a Sra. NATALINA MACHADO GASPARETTO, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 17/R 2.420.137 e CPF nº 670.683.759-87, nomeada conforme Decreto nº JB 174/95

no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros de 27.04.2015

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 10 de Junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros de 27.04.2015

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 10 de Junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº RH-AJG 39/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 039/2016

ATRIBUIR A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEQUENO PRINCIPE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Artigo11.

RESOLVE

ATRIBUIR a pedido da Servidora Pública Municipal o Sra. SONIA GEMA TESSARO, brasileira, união estável, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 1.781.976 e CPF nº 538.296.899-34, nomeada conforme Decreto nº AJG 159/2013, no cargo de PROFESSOR NÍVEL ESPECIAL 1., com vinte (20) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com atribuição a pedido na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEQUENO PRINCIPE .

Esta atribuição a pedido atende ao requerimento protocolado sob o nº 004255/2015 datado em 16.11.2015.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 12 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AJG 131/2015

ATRIBUIR A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL FUNÇÃO DE DIRETORA PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NA CEMEI MARIA JOÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3675/2011, art 21.

RESOLVE

ATRIBUIR a Servidora Publica Municipal função de Diretora na CEMEI Maria João a Sra. NATALINA MACHADO GASPARETTO, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 17/R 2.420.137 e CPF nº 670.683.759-87, nomeada conforme Decreto nº JB 174/95

# Xavantina

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 006/2016 FMS**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: BARP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME.

Número do Contrato: 006/2016 FMS

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA, CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, AUXILIAR NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, AUXILIAR NA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E ORIENTAR NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DAS TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO E CONVÊNIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA – SC.

Data da Assinatura: 12/02/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor do Contrato: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).



# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE LEILÃO 01/2016

PROCESSO LICITATORIO 23/2016  
LEILAO 001/2016

O Município de Xaxim, através do Prefeito Municipal, torna público, que no dia 08 de março de 2016, às 10h00min, estará realizando LEILÃO, para venda de bens inservíveis (veículos equipamentos e máquinas) a esta Municipalidade. O Edital poderá ser retirado pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, ou Patrimônio em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim 12 de fevereiro de 2016.  
IDACIR ANTONIO ORSO  
Prefeito Municipal

### AVISO DE PREGÃO 13/2016

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE XAXIM – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 24/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N. 13/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa prestadora de serviço para realização de transporte escolar, conforme itinerários e quantitativos anexos ao edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h:00min do dia 25 de fevereiro de 2016, procedendo à abertura às 14h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 12 de fevereiro de 2016.  
Idacir Antônio Orso  
Prefeito

### AVISO DE PREGÃO 14/2016

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE XAXIM – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N. 14/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa prestadora de serviço para realização de remendos e execução de calçamentos em vias urbanas conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h:00min do dia 26 de fevereiro de 2016, procedendo à abertura às 14h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 12 de fevereiro de 2016.  
Idacir Antônio Orso  
Prefeito

### AVISO DE PREGÃO 15/2016

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE XAXIM – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N. 15/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a aquisição de material elétrico para manutenção da iluminação pública, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 16h:00min do dia 25 de fevereiro de 2016, procedendo à abertura às 16h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 12 de fevereiro de 2016.  
Idacir Antônio Orso  
Prefeito

### Decreto 101

DECRETO Nº 101/2016

Estabelece Horário de Funcionamento dos Serviços Públicos Municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições inerentes a seu cargo, embasado no Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido pelo presente decreto, horário de funcionamento dos Serviços Públicos Municipais, a partir de 22 de fevereiro de 2016, com expediente das 08h às 11h45min e das 13h15min às 17h30min, exceto:

I – A Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades, que permanecem das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h;

II – O CAPS que trabalha das 08h às 17h sem fechar ao meio dia;

III – O Procon que permanece das 12h30min às 18h30min;

IV – O Serviço de Acolhimento Institucional (Abrigo Municipal) que permanece em funcionamento 24 horas;

V – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura que permanece das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 286/2015, de 01 de setembro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de fevereiro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra  
Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de fevereiro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

### **Decreto 109**

DECRETO Nº. 109/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 11 de fevereiro de 2016, a servidora municipal JULIANE APARECIDA PALUDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, portadora da matrícula 5180, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de fevereiro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

### **Decreto 110**

DECRETO Nº. 110/2016.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 162.755.950-4.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, por aposentadoria, a partir de 10 de fevereiro de 2016, o servidor municipal DARCI LOPES, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, portador da matrícula 537, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na APAE, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

## Associações

### AMAI

#### ATA CHAMADA PÚBLICA 01/2016

ATA DE JULGAMENTO DA "CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016  
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016"

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e quinze minutos, no auditório da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), na cidade de Xanxerê, Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão designada pela Resolução Nº 003, de quinze de janeiro de 2016, para contratação de empresa especializada para fornecimento em Sistema de Elevação vertical para o fornecimento e instalação de um elevador de passageiros, conforme especificações contidas no Edital Nº 02/2016, Chamada Pública Nº 001/2016, de 15 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), Edição N 1919, do dia 26/01/2016, nas páginas 1493 a 1497, bem como, publicação no Jornal O Diário, do Edição do período 23 a 25/01/2016. 1. No endereço, prazo e horário estabelecidos nos dados do Edital, a comissão deu início aos trabalhos, onde compareceram as empresas:

Nome da Empresa	Representante
TAB Com. e Manut. de Elevadores e Escadas Rolantes Ltda	Rafael Antonio Constantino

2. Ato contínuo, a Presidente procedeu à separação dos Envelopes nºs 1 e 2, os quais estavam devidamente lacrados e foram rubricados pelos Srs. Membros da Comissão e representantes presentes. Na sequência, abriu-se o Envelope nº 1 – "Documentos de Habilitação", que os examinassem, ainda lacrados, quanto à regularidade de sua apresentação e rubricassem os Envelopes nº 2 – "Proposta Financeira", a qual foi vistada pelos presentes, ficando sob a guarda da Comissão de Licitação até sua posterior abertura. Deu-se, em sequência, a abertura dos Envelopes nº 1 – "Documentos de Habilitação", para exame e rubrica de todos os documentos pelos Membros da Comissão e representantes presentes, sendo que a documentação apresentada está de acordo com as especificações do edital, ficando a documentação disponível para consulta dos interessados. 3. Sendo assim, a empresa TAB Com. e Manut. de Elevadores e Escadas Rolantes Ltda é declarada vencedora da chamada pública, por cumprir com todos os requisitos e apresentar a proposta mais vantajosa com o preço de R\$ 75.894,00 (Setenta e cinco mil oitocentos e noventa e quatro reais), nos termos do Edital Nº 002/2016. Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos, e eu Andreza Gallas, presente a sessão lavrei a presente ata, que será lida, assinada por mim e pelos demais membros da comissão. Por fim, a comissão informou que a presente ATA será publicada no Diário Oficial dos Municípios e disponibilizada no sítio [www.amaisc.org.br](http://www.amaisc.org.br).

Xanxerê, 11 de fevereiro de 2016.

Membros da Comissão	Assinatura
Alexandre Bee Longhi	
Andreza Gallas,	
Ingrid Aline Piovesan	
Maiane Oldoni	
Ricardo Conte	

### AMERIOS

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2016 – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2016

Assembleia Geral Extraordinária

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DA AMERIOS PARA A PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.

Art. 1º - O Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, Sr. Rudimar Francisco Guth, Prefeito de Tigrinhos, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da primeira Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no próximo dia 29 de fevereiro, segunda-feira, com início às 9h, na sala de reuniões da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, com a seguinte ordem do dia:

- I- 9h - Abertura da Assembleia;
- II- 9h15min - Eleição e posse da nova Diretoria da AMERIOS e do CIS/AMERIOS;
- III- 9h45min- Votação do Estatuto da AMERIOS – 3ª Alteração;
- IV- 9h55min- Palavra livre;
- V- 10h - Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha- SC, 12 de fevereiro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Tigrinhos

**AMMVI****RESOLUÇÃO Nº 03/16**

RESOLUÇÃO nº 03/16

Declara ponto facultativo de carnaval, e dá outras providências.

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se que durante o período de carnaval as repartições públicas estaduais e federais da região, bem como as instituições financeiras e a grande maioria dos órgãos públicos municipais, estarão fechados para atendimento ao público;

Considerando-se que os serviços da AMMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da Associação neste dia, sem prejuízo aos Municípios associados;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos empregados da AMMVI na data de 08 de Fevereiro de 2016 (segunda-feira de carnaval).

Art. 2º - O empregado que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Secretário Executivo, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AMMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 01 de Fevereiro de 2016; 46º Ano de Fundação.

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da AMMVI

**AMOSC****BALANÇO PATRIMONIAL****Empresa: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIO DOS OESTE DE SANTA CATARINA**

Folha: 0001

CNPJ: 82.805.961/0001-38

Balanço encerrado em: 31/12/2015

**BALANÇO PATRIMONIAL**

<b>Código</b>	<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
1	1	ATIVO	31/12/2015	31/12/2014
2	1.1	Circulante	786.759,64D	696.380,57D
3	1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa	132.498,53D	23.710,65D
4	1.1.1.01	Caixa/Bancos	132.498,53D	23.710,65D
5	1.1.1.01.001	Bco Brasil cta n. 29.822-0 - Movimento	0,00	400,15D
7	1.1.1.01.004	Aco. Brasil Cta n. 29.822-0 - Aplicação	132.498,53D	23.310,50D
26	1.2	Não Circulante	654.261,11D	672.669,92D
34	1.2.3	Imobilizado	654.261,11D	672.669,92D
36	1.2.3.02	Bens Imóveis	486.161,98D	486.161,98D
37	1.2.3.02.01	Edifícios	231.861,98D	231.861,98D
38	1.2.3.02.02	Terrenos	254.300,00D	254.300,00D
39	1.2.3.03	Bens Móveis	168.099,13D	186.507,94D
40	1.2.3.03.01	Coleções e Materiais Bibliográficos	3.040,80D	3.040,80D
41	1.2.3.03.02	Máquinas, Utencílios e Equipamentos Diversos	13.541,76D	13.541,76D
42	1.2.3.03.03	Equipamentos de Processamento de dados	64.858,45D	63.292,30D
43	1.2.3.03.04	Máquinas, Instalações e Utens. De Escritório	227,37D	1.017,37D
44	1.2.3.03.05	Mobiliário em Geral	31.073,06D	32.439,55D
45	1.2.3.03.06	Veículos Diversos	114.139,47D	114.139,47D
46	1.2.3.03.07	(-) Depreciação Acumulada	21.950,00C	21.950,00C
228	1.2.3.03.08	(-) Depreciação Acumulada, Equi. de Processamento de Dados	16.966,59C	8.707,67C
229	1.2.3.03.09	(-) Depreciação Acumulada, Máquinas, Inst. e Ut. de Escritór	40,94C	21,36C
230	1.2.3.03.10	(-) Depreciação Acumulada, Mobiliário em Geral	5.319,99C	2.716,84C
231	1.2.3.03.11	(-) Depreciação Acumulada, Veículos Diversos	12.744,76C	6.649,44C
232	1.2.3.03.12	(-) Depreciação Acumulada, Máq., Utenc. e Equ. Diversos	1.759,50C	918,00C
52	2	PASSIVO	786.759,64C	696.380,57C
53	2.1	Circulante	123.915,43C	612,32C
54	2.1.1	Obrigações, Fornecedores e Empréstimos	123.915,43C	612,32C
55	2.1.1.01	Fornecedores	1.644,27C	612,32C
286	2.1.1.01.033	Fornecedores a Pagar	1.644,27C	612,32C
60	2.1.1.03	Obrigações Trabalhistas	122.271,16C	0,00
287	2.1.1.03.003	Pessoal à pagar	18.150,00C	0,00
292	2.1.1.03.004	Provisão de Férias	104.121,16C	0,00
85	2.3	Patrimônio Social	662.844,21C	695.768,25C
86	2.3.1	Patrimônio Social	662.844,21C	695.768,25C
87	2.3.1.01	Patrimônio Social	662.844,21C	695.768,25C
91	2.3.1.01.004	Superávit Acumulado	662.844,21C	759.967,19C
201	2.3.1.01.005	(-) Déficit Acumulado	0,00	64.198,94D

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
PRESIDENTE  
CPF: 342.398.719-72

PAULO UTZIG  
Reg. no CRC - SC sob o No. 11.615/1-0  
CPF: 430.923.909-97

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

**Empresa:** ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIO DOS OESTE DE SANTA CATARINA  
**CNPJ:** 82.805.961/0001-38  
**Período:** 01/01/2015 a 31/12/2015

**Folha:** 0001  
**Número livro:** 0020

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2015**

Descrição	2015	Soma	Total	2014	Total
<b>RECEITAS OPERACIONAIS - SEM RESTRIÇÕES</b>			<u>2.439.422,87</u>		<u>2.178.271,86</u>
<b>Contribuições Recebidas dos Municípios</b>					
Receitas de Contribuições dos Municípios	2.415.823,48	<u>2.415.823,48</u>	<u>2.415.823,48</u>	2.029.800,00	<u>2.029.800,00</u>
<b>Rendimentos Financeiros</b>					
Receitas Financeiras					
Remuneração de Depósito Bancário	16.271,19	<u>16.271,19</u>	<u>16.271,19</u>	10.975,01	<u>10.975,01</u>
<b>Outros Recursos Recebidos</b>					
OUTRAS RECEITAS					
Receitas Diversas	7.328,20	<u>7.328,20</u>	<u>7.328,20</u>	137.496,85	<u>137.496,85</u>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - COM PROGRAM</b>			<u>0,00</u>		<u>0,00</u>
<b>RESULTADO BRUTO</b>			<u>2.439.422,87</u>		<u>2.178.271,86</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS</b>			<u>(2.450.406,57)</u>		<u>(2.226.795,80)</u>
<b>Salários</b>					
Vencimentos e Salários	(1.330.618,61)			(1.035.799,07)	
Bolsa Estágio	(7.566,64)			(3.200,00)	
13º Salário	(106.563,33)			(94.088,33)	
Férias e Encargos	(104.121,16)	<u>(1.548.869,74)</u>	<u>(1.548.869,74)</u>	0,00	<u>(1.133.087,40)</u>
<b>Encargos Sociais</b>					
FGTS	(111.740,93)			(99.339,99)	
PIS s/ Folha	(13.924,74)			(12.390,49)	
INSS	(310.842,23)	<u>(436.507,90)</u>	<u>(436.507,90)</u>	(324.684,25)	<u>(436.414,73)</u>
<b>Impostos e Taxas</b>					
Taxas Diversas	(5.702,05)			(4.802,95)	
Amortização da Dívida Contratada com Governos	0,00			(355,27)	
Imposto de Renda Retido s/ serviços Contratados	0,00			(1.054,59)	
IR S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA	(2.899,54)	<u>(8.601,59)</u>	<u>(8.601,59)</u>	0,00	<u>(6.212,81)</u>
<b>Despesas Com Viagens</b>					
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	(21.147,68)			(18.665,19)	
Bilhetes de Passagens	(11.144,36)			(18.842,65)	
Hospedagens	(1.388,00)			(1.664,94)	
Adiantamento para Pequenas Despesas	(6.650,00)			(12.964,86)	
Adiantamento para Viagens	(6.550,43)	<u>(46.880,47)</u>	<u>(46.880,47)</u>	0,00	<u>(52.137,64)</u>
<b>Serviços Diversos</b>					
Vale Transporte	(1.096,80)			(1.236,70)	
Vale Alimentação	(112.145,90)			(111.225,90)	
Assinatura de Periódicos e Anuidade	(4.784,60)			(1.353,44)	
Serviços de Processamento de Dados	(1.105,00)			(1.870,71)	
Serviços de Telecomunicações	(17.629,17)			(13.958,91)	
Telefonia Móvel	(2.898,52)			(6.517,09)	
Seguros em Geral	(13.994,49)			(15.495,79)	
Frete e Transportes de Encomendas	0,00			(71,80)	
Serviços de Publicidade e Assessoria de Imprensa	(35.850,00)			(33.860,00)	
Outros Serviços	(24.353,38)			(102.293,35)	
Despesas com Viagens	(13.896,30)			(44.027,58)	
Locação de Sistemas	(15.870,94)			(15.029,00)	
Vale Alimentação	(37.212,11)			(22.078,79)	
Inscrição em Cursos, Seminários e Eventos.	(200,00)			(9.353,58)	
Serviços Diversos Prestados por Pessoa Física	0,00			(8.765,17)	
Serviços de Impressões e Cópias	(5.052,53)			(2.769,82)	
Segurança e Monitoramento	(3.667,00)			0,00	
Licenças de Software	(16.590,00)			0,00	

Sistema licenciado para ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA



**Empresa:** ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIO DOS OESTE DE SANTA CATARINA  
**CNPJ:** 82.805.961/0001-38  
**Período:** 01/01/2015 a 31/12/2015

**Folha:** 0002  
**Número livro:** 0020

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2015**

Descrição	2015	Soma	Total	2014	Total
<b>Serviços Diversos</b>					
Locação de Recurso de infraestrutura.	(5.650,00)	(311.996,74)	(311.996,74)	0,00	(389.907,63)
<b>Manutenção</b>					
Material de Consumo	(4.104,70)			(26.637,20)	
Material de Expediente	(12.057,74)			(17.603,26)	
Material de Processamento de Dados	(3.984,66)			(1.937,51)	
Material de Limpeza e Higiene	(5.910,59)			(5.224,68)	
Material Bibliográfico, não Imobilizado	0,00			(940,00)	
Outros Materiais de Consumo	(4.799,15)			(4.071,00)	
Serviços de Energia Elétrica	(16.245,49)			(10.948,06)	
Serviços de Água e Esgoto	(3.706,60)			(4.169,22)	
Serviços de Man., Lav. e Consertos em Veículos	(16.485,84)			(19.873,83)	
Material de Copa e Cozinha	(2.012,21)			(4.392,75)	
Coffee Break	(5.864,00)			(7.775,45)	
Alimentação	(4.557,55)			0,00	
Juros, mora e multas	(0,62)			(0,66)	
Outras Despesas	(2,51)	(79.731,66)	(79.731,66)	(86.448,66)	(190.022,28)
<b>Depreciação e Amortização</b>					
Despesas com Depreciações	(17.818,47)	(17.818,47)	(17.818,47)	(19.013,31)	(19.013,31)
<b>Baixa de Bens Inservíveis</b>					
Baixa de Bens Inservíveis	(3.840,34)	(3.840,34)	(3.840,34)	0,00	0,00
<b>Convênios Concedidos</b>					
Convênio Instituto SAGA	(18.100,00)	(18.100,00)	(18.100,00)	(15.675,00)	(15.675,00)
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>			(32.924,04)		(64.198,94)

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
PRESIDENTE  
CPF: 342.398.719-72

\_\_\_\_\_  
PAULO UTZIG  
Reg. no CRC - SC sob o No. 11.615/1-0  
CPF: 430.923.909-97

## Consórcios

### CIDEMA

**RESOLUÇÃO Nº 02/2016**

RESOLUÇÃO Nº 02/2016

FABIANO DA LUZ, Prefeito de Pinhalzinho, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelos art. 23 e 24 do Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Contratar ANDRÉ JOÃO LACERDA DA SILVA, para exercer o emprego público de Engenheiro Químico, nível superior, no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, aprovada no Concurso Público nº 01/2015, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais) mais vale alimentação de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 11 de fevereiro de 2016.

FABIANO DA LUZ

Prefeito de Pinhalzinho

Presidente do CIDEMA

**RESOLUÇÃO Nº 03/2016**

FABIANO DA LUZ, Prefeito de Pinhalzinho e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 17 e 25 do Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Engenheira Química do CIDEMA, Juliana Salette Guarda, para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 3º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º Ficam designados os empregados públicos do CIDEMA abaixo relacionados, para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 3º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I. Alan Dinis Michels: Médico Veterinário

II. Morciel Araújo Faraum: Gerente de Programa

III. Paulo Utzig: Diretor Executivo

Art. 3º As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 11 de fevereiro de 2016.

FABIANO DA LUZ

Prefeito de Pinhalzinho

Presidente do CIDEMA

### CIGA

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 - REGISTRO DE PREÇOS - LICITAÇÃO COMPARTILHADA**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 – REGISTRO DE PREÇOS – LICITAÇÃO COMPARTILHADA

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2016, às 09 horas e 30 minutos, na sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), localizado à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, no 12º Andar, no Auditório da ARIS, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, compareceram os membros da Comissão de Licitação abaixo signatários, para, na forma da Lei n.º 10.520/02 e alterações posteriores, proceder a sessão de abertura dos trabalhos licitatórios do Pregão Presencial n.º 02/2016 – Registro de Preços, Licitação Compartilhada, objeto do processo licitatório n.º 33/2015, destinado à realização de licitação compartilhada para o registro de preços, visando à futura e eventual contratação, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, 12 (doze) meses, de empresa especializada em tecnologia da informação, para o fornecimento de um sistema de gestão da assistência social, em arquitetura web, que atenda aos requisitos da Lei 8.742/1993, ao Pacto de Aprimoramento do SUAS – Sistema Único de Assistência Social e demais normativas e regulamentações vigentes, direcionado aos municípios e à rede de assistência social, incluindo serviços iniciais de implantação (instalação, importação/conversão de dados e parametrização) e treinamento de usuários, assim como serviços contínuos de manutenção

legal e corretiva, suporte técnico e treinamento contínuo, conforme especificações contidas neste edital, notadamente o Anexo I – Termo de Referência.

O Pregoeiro declarou aberta a sessão e efetuou o credenciamento dos representantes legais dos licitantes participantes, mediante a verificação da documentação apresentada pelos credenciados para fins de habilitação no certame. As seguintes empresas participaram do certame: Sonio da Rosa Scheper EIRELI EPP, Inovadora Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI ME, Portabilis Tecnologia Ltda. ME e IDS Desenvolvimento de Software e Assessoria Ltda. Toda a documentação de identificação dos representantes das empresas participantes estavam adequadas e foram rubricadas pelo Pregoeiro. Após, o Pregoeiro recebeu os envelopes das Propostas de Preços e de Habilitação. O Pregoeiro e os credenciados das empresas licitantes rubricaram e conferiram as propostas de preços apresentadas, nas quais constam os valores globais para 48 meses.

As propostas de preços apresentadas, conforme análise do Pregoeiro, indicavam o MENOR PREÇO GLOBAL EM 48 MESES, em conformidade com a fórmula que consta do Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação, criada para compor o valor resultante das futuras e eventuais contratações pelos 283 ÓRGÃOS PARTICIPANTES, durante o prazo máximo permitido por lei para a vigência dos contratos, e aquelas que atendem ao disposto no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002.

A licitante com o menor valor global apresentado foi a Portabilis Tecnologia Ltda. ME com a proposta no valor de R\$ 19.506.000,00 (dezenove milhões, quinhentos e seis mil reais). Tendo em vista que as demais propostas foram superiores a 10% do valor da menor proposta, conforme previsto no item 12.4.5 do Edital, no caso de não haver pelo menos três propostas comerciais aptas à fase de lances nas condições definidas no subitem 12.4.1, foram admitidas à etapa de lances aquelas superiores ao limite definido no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, até que se completou o número de três licitantes, conforme preceitua o Edital e a Lei 10.520/2002.

Desta forma, as empresas habilitadas para a fase de lances foram as seguintes: Portabilis Tecnologia Ltda. ME, Sonio da Rosa Scheper EIRELI EPP e Inovadora Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI ME.

Após a finalização da etapa de lances, conforme documentado no documento anexo à presente Ata, o menor preço global em 48 meses foi da licitante Sonio da Rosa Scheper EIRELI EPP, com o valor de R\$ 14.900.000,00 (quatorze milhões e novecentos mil reais).

O Pregoeiro em negociação com a empresa vencedora da etapa de lances questionou se a proposta apresentada seria o lance final, sendo que o representante da licitante informou que o valor final seria mantido, totalizando R\$ 14.900.000,00 (quatorze milhões e novecentos mil reais). Ato contínuo, o licitante classificado em primeiro lugar na etapa de lances informou que não seria possível a imediata recomposição dos preços resultantes dos lances. Assim, o Pregoeiro estabeleceu um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente nova proposta à Comissão de Licitação, no endereço citado no item 3 do Edital, em original assinado, ou envie para e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br assinada e digitalizada, sob pena de desclassificação.

Em seguida, o Pregoeiro procedeu com a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das três empresas classificadas, para fins de verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas pelo Edital. Primeiramente, procedeu-se com a consulta das licitantes junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e nada constou, bem como foram obtidas as Certidões Negativas de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, cumprindo, desta forma, o item 6.5.1 do Edital. Na sequência, o Pregoeiro prosseguiu com a verificação dos documentos de habilitação, validou os documentos obtidos pela Internet, mediante verificação de autenticidade nos sites das entidades que os emitiram, e rubricou toda a documentação exigida, sendo que todos estavam dentro do prazo de validade. Dessa forma, o Pregoeiro considerou as 3 (três) empresas devidamente habilitadas, sendo que a empresa vencedora da etapa de lances foi a Sonio da Rosa Scheper EIRELI EPP.

Desde já, o pregoeiro convocou as empresas licitantes para a 1ª Sessão Pública da Prova de Conceito – POC, a realizar-se nesta data, às 13h30m.

Anota-se que o Pregoeiro, tendo em vista a complexidade das questões objeto desta licitação e o grande número de manifestações, solicitou a todos os licitantes participantes, que manifestaram imediata e motivadamente a intenção de recorrer desta sessão pública (credenciamento, etapa de lances e habilitação), que apresentem em suas razões recursais os motivos de seu recurso.

Nota-se, ainda, que o prazo recursal de 3 (três) dias começa a contar desta data, findando em 14 de fevereiro de 2016. Não sendo dia útil, desde já prorroga-se para o primeiro dia útil seguinte, qual seja, o dia 15 de fevereiro de 2016, segunda-feira.

O Pregoeiro deu por encerrada a Sessão Pública.

Da Sessão Pública lavrou-se a respectiva ata circunstanciada, assinada pelo Pregoeiro, seus Assistentes e por todos os licitantes presentes.

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2016.

Marcello André Previdi

Pregoeiro

Morgana Arent Michels Bagini

Presidente da Comissão de Licitação

Licitantes:

Sonio da Rosa Scheper

Sonio da Rosa Scheper EIRELI EPP

Tiago de Faveri Giusti

Portabilis Tecnologia Ltda. ME

Fabio Moschen Antunes

IDS Desenvolvimento de Software e Assessoria Ltda.

Celso Antonio Bevilaqua

Inovadora Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI ME.

## CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

## CREDENCIAMENTO

Licitante	CNPJ	Credenciado	CPF
IDS DESENVOLVIMENTO DE DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA	05982200000100	FABIO MOSCHEN ANTUNES	58938966968
PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME	11258607000192	TIAGO DE FAVERI GIUSTI	05331125913
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	SONIO DA ROSA SCHEFER	01784574937
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	CELSO ANTONIO BEVILAQUA	29478952900

## PROPOSTAS DE PREÇOS

Licitante	CNPJ	Valor da Proposta	Classificado para etapa de lances
IDS DESENVOLVIMENTO DE DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA	05982200000100	R\$ 30.224.500,00	
PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME	11258607000192	R\$ 19.506.000,00	X
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 24.886.000,00	X
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 29.967.700,00	X

## ETAPA DE LANCES

Licitante	CNPJ	Valor do Lance	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 24.524.500,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 19.450.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 19.000.000,00	
PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME	11258607000192	R\$ 18.946.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 18.930.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 18.500.000,00	
PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME	11258607000192	R\$ 18.369.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 18.350.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 18.300.000,00	
PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME	11258607000192	R\$ 18.282.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 18.200.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 18.114.500,00	
PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME	11258607000192	R\$ 18.057.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 18.000.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 17.979.500,00	
PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME	11258607000192	R\$ 17.977.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 17.900.000,00	

INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 17.810.750,00	
PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME	11258607000192	R\$ 17.612.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 17.500.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 17.414.500,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 17.400.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 17.245.750,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 17.200.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 17.191.750,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 17.150.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 17.023.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 17.000.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 16.973.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 16.900.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 16.893.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 16.850.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 16.823.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 16.800.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 16.773.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 16.750.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 16.673.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 16.600.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 16.573.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 16.550.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 16.393.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 16.300.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 16.273.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 16.250.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 16.104.250,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 16.000.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 15.922.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 15.900.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 15.822.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 15.800.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 15.772.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 15.750.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 15.722.000,00	
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 15.700.000,00	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 15.000.000,00	

BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 14.900.000,00	
CLASSIFICAÇÃO FINAL			
Licitante	CNPJ	Lance final	Ordem de classificação
BRANET INFORMATICA LTDA ME	09380075000110	R\$ 14.900.000,00	1
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	12234834000140	R\$ 15.000.000,00	2
PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME	11258607000192	R\$ 17.612.000,00	3
MARCELLO ANDRE PREVIDI		FABIO MOSCHEN ANTUNES	
Pregoeiro		IDS DESENVOLVIMENTO DE DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA	
TIAGO DE FAVERI GIUSTI		SONIO DA ROSA SCHEFER	
PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME		BRANET INFORMATICA LTDA ME	
CELSO ANTONIO BEVILAQUA		MORGANA ARENT MICHELS BAGINI	
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA		PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2016 - LINHA LIVRE INTERNET**

Extrato de Contrato nº 011/2016

Processo de Licitação Nº 28/2015

Pregão Presencial Nº 02/2015

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: LINHA LIVRE INTERNET LTDA. ME

CNPJ: 04.324.565/0001-85

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e a Rede Mundial de Computadores – Internet, 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de link de comunicação de dados a ser instalado na Sede Administrativa do CIGA usando infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, com as seguintes características:

- Link simétrico com velocidades idênticas de download e upload;
  - A Taxa de Transmissão inicial (velocidade do link) será de 15 Mbps (Quinze Megabits por segundo);
  - Tipo de conexão: Fiber to the Customer ou Fiber to the Building, com entrega final (após conversão) em Ethernet com cabo UTP;
  - Nenhuma restrição de uso e nenhuma quota de utilização de banda (tráfego ilimitado);
  - Bloco IPv4 de endereços com 8 IPs "reais";
  - Nenhum tipo de filtragem IP, com todo tráfego liberado, em especial nas portas 22, 25, 53, 80 e 443 TCP/IP e UDP/IP;
  - Parâmetros mínimos de qualidade:
  - Latência (ping) até o primeiro salto no provedor de acesso: < 5ms;
  - Latência (ping) até o ponto de troca de tráfego PTT-SP: < 40ms;
  - Latência (ping) até o ponto de troca de tráfego em Miami (EUA): < 150ms;
- Taxa de perda de pacotes inferior a 0.1% por minuto (até o primeiro salto).



**PREVISÃO LEGAL:** Edital de Pregão Presencial nº 02/2015 e Leis n.ºs 8.666/93 e 10.520/02.

**VALOR MENSAL:** R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais)  
**VALOR ANUAL ESTIMADO:** R\$ 8.280,00 (oito mil e duzentos e oitenta reais).

**VIGÊNCIA:** 12 de janeiro até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, por meio de Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

Florianópolis, 12 de janeiro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2016 - WIK-TEL**

Extrato de Contrato nº 012/2016

Processo de Licitação Nº 28/2015  
Pregão Presencial Nº 02/2015  
CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: WIK-TEL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES EIRELI

CNPJ: 07.783.609/0001-23

**OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e a Rede Mundial de Computadores – Internet, 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de link de comunicação de dados a ser instalado na Sede Administrativa do CIGA usando infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, com as seguintes características:

- Link do tipo assimétrico;
  - Velocidade de download de 30MB/s (megabits por segundo) e de upload de 3MB/s;
  - Tipo de conexão: Fibra óptica, cabo ou xDSL. Não será aceito link de rádio de qualquer modalidade (exemplos: 4G, LTE, Wifi, WiMax, ...) devido à inadequação deles para o fim objetivado;
  - Nenhuma restrição de uso e nenhuma quota de utilização de banda (tráfego ilimitado);
  - Parâmetros mínimos de qualidade:
  - Latência (ping) até o primeiro salto no provedor de acesso: < 5ms;
  - Latência (ping) até o ponto de troca de tráfego PTT-SP: < 40ms;
  - Latência (ping) até o ponto de troca de tráfego em Miami (EUA): < 150ms;
- Taxa de perda de pacotes inferior a 0.5% por minuto (até o primeiro salto).

**PREVISÃO LEGAL:** Edital de Pregão Presencial nº 02/2015 e Leis n.ºs 8.666/93 e 10.520/02.

**VALOR MENSAL:** R\$ 200,00 (duzentos reais)  
**VALOR ANUAL ESTIMADO:** R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

**VIGÊNCIA:** 12 de janeiro até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, por meio de Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

Florianópolis, 12 de janeiro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2016 - CLARO**

Extrato de Contrato nº 013/2016

Processo de Licitação Nº 28/2015

Pregão Presencial Nº 02/2015

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: CLARO S/A

CNPJ: 40.432.544/0001-47

**OBJETO:** O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de Telefonia Fixa e Móvel, para comunicação de dados e voz, em conformidade com as características dispostas no Edital de Pregão Presencial, notadamente em seu Anexo I – Termo de Referência.

**PREVISÃO LEGAL:** Edital de Pregão Presencial nº 02/2015 e Leis n.ºs 8.666/93 e 10.520/02.

**VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO-TELEFONIA FIXA:** R\$ 15.416,00 (quinze mil e quatrocentos e dezesseis reais).

**VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO-TELEFONIA MÓVEL:** R\$ 5.362,71 (cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos)

**VIGÊNCIA:** 12 de janeiro até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, por meio de Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

Florianópolis, 12 de janeiro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**CIS/AMMVI****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO 003/2015**

Republicado por incorreção no texto anterior (Esta publicação substituiu o texto publicado na Edição nº 1930 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC de 11 de fevereiro de 2016).

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Pedro Celso Zuchi, considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2015, RESOLVE, registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de fitas/tiras reagentes para teste de determinação de glicemia, lancetas descartáveis para punção digital e seringas, conforme especificações contidas no ANEXO I do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2015.

1.2. Os produtos descritos no ANEXO I do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2015 deverão ser entregues em 14 (quatorze) cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, denominadas "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no ANEXO II do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2015, na forma programada pelo Consórcio Público.

1.3. As aquisições serão realizadas mensalmente, com pedido sendo realizado em datas estipuladas pelo CISAMVI, conforme emissão de requisição de entrega realizada por cada município participante.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelo(s) fornecedor(es) vencedor(es) da menor proposta são os que seguem:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na Estrada Boa Esperança, nº 2320 – Fundo Canoas, em Rio do Sul – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 50 UI, sem espaço morto, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 50 UI com divisões de 1 em 1 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa extremidade proximal do embulo com pistão de vedação de borracha, agulha de dimensões de 6 mm de comprimento por 0,25 mm de diâmetro em aço inoxidável siliconizada, nivelada polida, cilíndrica reta, oca, bisel bifacetado, afiada com canhão translúcido provida de protetor que permita a adaptação ao canhão. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. Caixa com 100.	SR	378.000 AMP	R\$ 0,720	R\$ 272.160,00
				Total	R\$ 272.160,00
COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na Rua Tupy, nº 1.723, bairro Nova Brasília, em Joinville – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.800.317/0001-09					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 50 UI, sem espaço morto, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 50 UI com divisões de 1 em 1 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa extremidade proximal do embulo com pistão de vedação de borracha, agulha de dimensões de 8,0 mm de comprimento por 0,30 mm de diâmetro) em aço inoxidável siliconizada, nivelada polida, cilíndrica reta, oca, bisel bifacetado, afiada com canhão translúcido provida de protetor que permita a adaptação ao canhão. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. Caixa com 100.	SR	414.750 SRG	R\$ 0,370	R\$ 153.457,50
				Total	R\$ 153.457,50
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, com sede na Av. Ary Miguel da Silveira, nº 391, Bairro Jd. Eldorado, Palhoça (SC), inscrito no CNPJ sob nº 05.531.725/0001-20					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

1	Fitas/Tiras reagentes para teste de determinação de glicemia, para testar glicose no sangue capilar, venoso, arterial e neonatal, com tecnologia de glicose desidrogenase, método de leitura através de amperometria ou fotometria, com faixa de medição entre 20mg/dl a 500 mg/dl, aceitando-se valores inferiores a 20 mg/dl e superiores a 500 mg/dl. Deverão ser fornecidos a título de doação: - Aparelhos glicosímetros novos, sem uso, com bateria, de acordo com as solicitações, sendo aproximadamente 4.214 aparelhos, bem como assistência técnica e treinamento em todos os municípios que fizerem uso do produto, quando solicitado. - Baterias, conforme especificação do fabricante do aparelho, pelo prazo de vigência do contrato. - Cabos USB, de acordo com as solicitações, sendo aproximadamente 82 cabos, para transferência de dados do aparelho para microcomputador e a instalação de software para leitura dos dados dos aparelhos e emissão de relatórios e estatísticas.	ROCHE	2.072.700 UN	R\$ 0,340	R\$ 704.718,00
				Total	R\$ 704.718,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede na Rua Colibri, nº 425, Bairro Salto Weissbach, Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.505.263/0001-40					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 100 UI, sem espaço morto, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 100 UI com divisões de 2 em 2 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa extremidade proximal do embulo com pistão de vedação de borracha, agulha de dimensões de 8,0 mm de comprimento por 0,30 mm de diâmetro em aço inoxidável siliconizada, nivelada polida, cilíndrica reta, oca, biseltifacetado, afiada com canhão translúcido provida de protetor que permita a adaptação ao canhão. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. Caixa com 100.	SOLIDOR	646.800 SRG	R\$ 0,350	R\$ 226.380,00
				Total	R\$ 226.380,00
VOLPI DISTRIBUIDORA DE DROGAS LTDA, com sede na Rua Curitiba, nº 21, Bairro Jd. Guanabara, em Goiânia (SC), inscrito no CNPJ sob nº 64.533.797/0002-56					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	Lanceta descartável para punção digital, com dispositivo perfuro-cortante mantido com agulha protegida e esterilizada, acoplado à lancetador descartável, de uso único, que não permite ser remontado ou reutilizado. Agulha em aço inoxidável, com profundidade de penetração máxima de 1,8 mm, que retrai automaticamente após o uso. A empresa vencedora deve apresentar registro comprovando que este material atende a NR 32 (Norma regulamentadora).	MEDSAFE	1.717.800 UN	R\$ 0,199	R\$ 341.842,20
				Total	R\$ 341.842,20

### 3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de 11/02/2016, tendo validade até 10/02/2017.

### 4. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

4.1. O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2015.

4.2. A presente ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o(s) fornecedor(es) vencedor(es) obrigado(s) a atender(em) todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

### 5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. O(s) fornecedor(es) vencedor(es) que, sem justa causa, não cumprir(em) com as obrigações correspondentes aos produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

5.1.1. Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2015, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

5.1.2. Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida; O atraso, para efeito de cálculo da multa será

contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido na licitação;  
b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

5.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao CISAMVI, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

5.2. Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CISAMVI poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços, relativamente ao(s) item(ns) do(s) fornecedor(es) vencedor(es), aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

5.3. Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CISAMVI, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

5.4. No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

5.5. A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do(s) fornecedor(es) vencedor(es) inadimplente(s) por eventuais perdas e danos causados ao CISAMVI ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

## 6. DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1. O CISAMVI não se obriga a adquirir do(s) fornecedor(es) vencedor(es) os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

6.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2015 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

6.3. A detecção, pelo CISAMVI, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.4. Caso a empresa fabricante e/ou produto vier a ser interdito ou descontinuado o(s) fornecedor(es) vencedor(es) deverá(ão) substituir o produto, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação para o produto substituto proposto.

6.5. Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 003/2015, em relação ao(s) fornecedor(es) vencedor(es), ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

Blumenau (SC), 10 de fevereiro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo do CISAMVI

---

## CIS/AMOSC

---

### RESOLUÇÃO Nº 02/2016

RESOLUÇÃO Nº 02/2016

VILMAR FOPPA, Prefeito de Caxambu do Sul, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelos art. 23 e 24 do Estatuto Social:

### RESOLVE

Art. 1º Contratar SONIA MARA DE BASTIANI DOS SANTOS, para exercer o emprego público de Técnico Administrativo, nível superior, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, aprovado no Concurso Público nº 01/2015, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) mais vale alimentação de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 11 de fevereiro de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito de Caxambu do Sul

Presidente do CIS-AMOSC

**CIS/AMUREL****EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 39/2016 - CLINICA IUDI****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 39/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: IUDI CLÍNICA MÉDICA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Ultrassonografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 27/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Valter Eduardo Kerber pelo Contratado.

**CIS/AMURES****ATA REUNIÃO CIR Nº 11 / 2015**

Ata da reunião ordinária do colegiado de gestores regionais da serra catarinense de nº 11/2015

Aos onze dias de dezembro de dois mil e quinze, às dezoito horas, reuniram-se na Sala de Eventos do Hotel Paraíso em Correia Pinto, os Secretários municipais da Saúde da Serra Catarinense para reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional da Serra Catarinense - CIR, representantes da 27ª Secretaria Regional de Saúde, representantes da 28ª Secretaria Regional de Saúde para debaterem a seguinte pauta: 01) Leitura e aprovação da ata anterior referente à novembro; 02) Correspondências expedidas e recebidas; 03) Reuniões CIR 2016; 04) Assuntos Gerais. O coordenador da CIR deu boas vindas aos presentes, avisando que hoje a pauta será curta devido ao encontro ser uma reunião de confraternização entre os Secretários. A Secretaria de Saúde de Correia Pinto, Beatriz Mesquita deu boas vindas aos colegas Secretários agradecendo a presença de todos. O Prefeito de Correia Pinto Vanio Foster agradeceu a presença e falou dos desafios diários enfrentados na área da Saúde. Leandro comentou que passará na CIB o documento com a solicitação do credenciamento do Hospital de São Joaquim. Rose falou que a respeito do Programa Melhor em Casa, conversou com o Prefeito e se manterá em Lages conforme a proposta inicial e sobre o convênio do Hospital Nossa Senhora dos Prazeres informou que antes era convênio, agora é contrato e que poderá ser reavaliado a cada 03 meses inclusive com auditoria dos documentos. Rose comentou ainda sobre o encontro de Contas com o estado que foi realizado o do ano de 2014, e 2015 por enquanto não. Rose repassou que a Karin da GECON do Estado questionou em reunião sobre a produção do HNSP. Leandro falou sobre aderir os leitos de longa permanência. Rose repassou que hoje a ocupação do HSNP é de 100% e pacientes aguardando na fila. Será feito uma apresentação da produção da emergência/urgência. Blevio comentou que mais importante que isto é rever a produção do HTR, que é do Estado. Leandro questionou como foi feito o contrato junto ao HNSP e Soraya comentou que o HNSP não está ajudando em nada, os pacientes estão indo para fora da região pra conseguir os procedimentos. Gilmar comentou que já foi discutido com a Regional, com a Promotoria, MP para chegar ao médico e até agora nada, como exemplo repassou a situação do HTR com 20 médicos obstetras e a dificuldade das cirurgias ginecológicas. Jane comentou que como somos referência, outros municípios ainda vem pra cá. Leandro pediu para deixar em ata registrando que protesta a assinatura do contrato do HNSP dessa forma, sem o aval dos demais secretários. Terezinha falou sobre a importância da Regulação das Urgências. Blevio comentou sobre a Avaliação Hospitalar. Foi composta uma comissão da CIR para o estudo do Contrato com HNSP com os seguintes membros: Jane, Blevio, Lisiana, Soraya, Beatriz, Rose e Gilmar. A Reunião será no dia 08/01 na Secretaria de Saúde de Lages. A próxima reunião da CIR ficou agendada para o dia 11/02, em Lages as 09hs, local a confirmar, serão encaminhadas por email à pauta aos Secretários. Claudia do Controle de Zoonoses/Programa de Controle da Dengue/Vigilância Epidemiológica da 27ª Gerência Regional de Saúde veio apresentar aos Secretários a Proposta para o Enfrentamento da Dengue, Chikungunya e Zika no Planalto Catarinense, na apresentação demonstrou que nos últimos 50 anos, a incidência da transmissão aumentou 30 vezes, com ampliação da expansão geográfica para novos países e, na presente década, para pequenas cidades e áreas rurais. A doença que mata cresceu em proporção em 2015, os casos notificados no país no ano de 2015 foram de 1.534.932, sendo casos graves 1.488 e óbitos 811, dados do Ministério da Saúde. Claudia repassou a situação da Dengue no sul do Brasil, o significado da palavra Chikungunya e as classificações da doença, quais as manifestações clínicas tanto da Zika quanto da Chikungunya. O Cenário em Santa Catarina há municípios não infestados por Aedes aegypti, municípios infestados sem circulação viral, municípios infestados com baixas taxas de transmissão de dengue, municípios infestados com altas taxas de transmissão de dengue. No Programa de Municípios não infestados é realizado o monitoramento da entrada do mosquito no município através: Inspeção na rede de armadilhas, Inspeção em pontos estratégicos, Claudia apresentou como é feita a armadilha pelos agentes e que os pontos estratégicos são em locais em que há grande concentração de depósitos, os preferenciais para o Aedes Aegypti é colocar os ovos como ferros-velhos, borracharias, cemitérios, floriculturas e recicladoras. Claudia apresentou a bolsa da Dengue e os materiais utilizados pelos agentes. Na apresentação os municípios infestados em Santa Catarina no ano de 2015 foram: Itapema, Joinville, Nova Horizonte, Nova Itaberaba, Palmitos, Passo de Torres, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Princesa, São Bernardino, São Lourenço do Oeste, Serra Alta, União do Oeste, Xanxerê, Xaxim, Cunha Porã. Em nota técnica da DIVE, a Diretoria da Vigilância Sanitária de Santa Catarina - DIVS/SC, a Diretoria da Vigilância Epidemiológica e a Superintendência de Vigilância em Saúde, orientam sobre as ações a serem adotadas pelas equipes de vigilância sanitária e epidemiológica das Gerências Regionais de Saúde e dos municípios, para o cumprimento da lei estadual 15.243 de 29 de julho de 2010. Sobre a Legislação que trata a respeito do assunto existe a Lei nº15.243 de 29 de julho de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de ferros velhos, empresas de transporte de carga, lojas de material de construção, borracharias, recauchutadoras e afins adotarem medidas para evitar a existência de criadores de Aedes aegypti e Aedes albopictus. E Decreto nº 3.687 de 07 de dezembro de 2010 que Regulamenta a Lei nº 15.243. Pontos estratégicos regulares: Cobertura e proteção adequada de depósitos que possam acumular água; Manter os reservatórios, caixas de água, cisternas ou similares tampados; Ferros-velhos: Acondicionamento dos materiais em cavaletes e/ou estrados com cobertura adequada. Cemitérios: recipientes perfurados e preenchidos com areia e piscina: tratamento semanal a base de cloro. O Programa da Dengue e



Atenção Básica: conforme legislação a PORTARIA Nº 648 DE 28 DE MARÇO DE 2006, que Determina as atribuições dos profissionais das equipes de saúde... Dos agentes comunitários de saúde....- cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002. A Portaria Nº 2.757 de 11 de dezembro de 2014 autoriza repasse no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) para qualificação das ações de vigilância, prevenção e controle da dengue e febre chikungunya. A utilização do recurso pode ser aplicado em Capacitações e participação em reuniões técnicas; Confeção e reprodução de material informativo, educativo (folders, cartazes, banners etc); Aquisição de veículo (dependendo do porte do município), manutenção, combustível; Computadores e internet, mobiliário; Bolsa e material de consumo dos agentes de campo (pesca larva, pipetas, pipetão, concha, álcool, algodão, tubitos, etc); Uniforme, protetor solar, repelente de insetos; Material de escritório (lápis, borracha, prancheta etc); Equipamento de aspersão de inseticida; Gratificação de supervisores e coordenadores. O Plano de ação para o combate ao mosquito transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika, aos Secretários de Saúde cabe: contribuir para o funcionamento do Programa da Dengue (otimizar o recurso financeiro, disponibilizar veículo para o trabalho do agente de campo, promover campanhas de prevenção), articular o programa da Dengue com demais setores da SMS, como Atenção Básica, VISA. As Secretarias de Desenvolvimento Regional cabe: verificar depósitos de carros, ônibus, garagem de veículos públicos a céu aberto e transferi-los para local coberto, mobilizar os prefeitos para apoiar o plano de enfrentamento. Os Correios e CELESC/SEMASA e CASAN irão: observar possíveis criadouros e notificar o programa da Dengue Municipal. A GERSA se compromete em oferecer uma capacitação para os agentes volantes dos Correios e Celesc, além de verificar possíveis vazamentos na tubulação de água no perímetro urbano que possam contribuir para possíveis criadouros do mosquito. A Polícia Ambiental e Militar cabe: observar possíveis criadouros e notificar o programa da Dengue Municipal, dar apoio em vistorias de locais com possíveis criadouros (ferro velho, borracharia, residências, cooperativa de catadores, depósito de materiais recicláveis), no caso resistência do proprietário. A Polícia Rodoviária: retirar os veículos abandonados de área sem cobertura. Aos Bombeiros: observar possíveis criadouros e notificar o programa da Dengue Municipal. Acesso a locais de difícil acesso no momento de foco ou surto. O SAMU: Observar possíveis criadouros e notificar o programa da Dengue Municipal, participar da discussão dos protocolos da infecção por Vírus Zika e sua relação com microcefalia, atenção a queixas de gestantes com exantema febre, dores articulares e edema nas articulações. A Secretaria da Educação: informar a comunidade escolar, promover projetos de conscientização. Claudia falou da importância de todo este trabalho integrado e em rede comentando que o programa em Lages é referência no Estado. Daniela falou sobre a oficina dos ACS junto da Dengue. Claudia falou sobre os ecopontos, a parceria com a Prefeitura, para fazer a coleta das limpezas dos possíveis pontos de proliferação da Dengue. Claudia passará o contato da empresa. Daniela falou sobre o SIAB que o preenchimento até Dezembro. Adilson deu por encerrada a reunião e não havendo nada mais a tratar, eu, Dayane Minozzo lavro esta ata que após lida, será aprovada pelos presentes.

---

## CVC

---

### EDITAL DE LICITAÇÃO 002/2016

CONSORCIO INRTEMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2016 - CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 002/2016- CVC

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2016 - CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016 - CVC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34, e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, nº 1435, Centro, no município de União do Oeste - SC, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Municípios de: Águas de Chapecó, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Irati e União do Oeste.

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 15/02/2016 até às 17:00 horas do dia 25/02/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 às 12:00 horas do dia 26/02/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:00 horas do dia 26/02/2016.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas – SC.

Pregoeiro: EDIR ANTONIO BAGIO

E-mail: [compras@consorciocvc.sc.gov.br](mailto:compras@consorciocvc.sc.gov.br)

Telefone: (49) 3347-0819

As condições estatuídas neste Edital, que será regido pela Resolução nº 001, de 19 de março de 2015, Resolução nº 002, de 24 de março de 2015, Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, as quais se encontram disponível no site do CVC ([www.consorciocvc.sc.gov.br](http://www.consorciocvc.sc.gov.br)), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

#### 1. DO OBJETO



1.1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: Municípios de Águas de Chapecó, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Irati e União do Oeste, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

ITEM	QTD	Unidade	DESCRIÇÃO	Código Interno CVC
1	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	PN 002
2	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5	PN 003
3	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR.	PN 004
4	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	PN 006
5	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	PN 007
6	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA	PN 008
7	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	PN 009
8	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	PN 010
9	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	PN 011
10	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA	PN 013
11	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	PN 015
12	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	PN 016
13	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	PN 018
14	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO	PN 019
15	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA	PN 020
16	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	PN 021
17	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	PN 023
18	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	PN 024
19	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	PN 025
20	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	PN 026
21	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	PN 027
22	1	Unidade	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 032
23	1	Unidade	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 033
24	1	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 036
25	1	Unidade	PNEU 225/50R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 037
26	1	Unidade	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 039
27	1	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 043
28	1	Unidade	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 045
29	1	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 046
30	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 047
31	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 048
32	1	Unidade	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 049
33	1	Unidade	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 050

34	1	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 051
35	1	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 052
36	1	Unidade	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 053
37	1	Unidade	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 055
38	1	Unidade	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 056
39	1	Unidade	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 057
40	1	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 059
41	1	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 061
42	1	Unidade	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 064
43	1	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 065
44	1	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 066
45	1	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 067
46	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 068
47	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 069
48	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 070
49	1	Unidade	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 079
50	1	Unidade	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 083
51	1	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 092
52	1	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 103
53	1	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 104

54	1	Unidade	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 105
55	1	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 106
56	1	Unidade	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 107
57	1	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 108
58	1	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 109
59	1	Unidade	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 110
60	1	Unidade	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 111
61	1	Unidade	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 112
62	1	Unidade	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 113
63	1	Unidade	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 114
64	1	Unidade	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 116
65	1	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 117
66	1	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 119
67	1	Unidade	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 122
68	1	Unidade	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 123
69	1	Unidade	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 125
70	1	Unidade	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 126
71	1	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 127
72	1	Unidade	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 128
73	1	Unidade	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 130
74	1	Unidade	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 133
75	1	Unidade	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	PN 134
76	1	Unidade	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	PN 137
77	1	Unidade	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 139
78	1	Unidade	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 140
79	1	Unidade	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	PN 141
80	1	Unidade	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	PN 142
81	1	Unidade	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 143
82	1	Unidade	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 144

83	1	Unidade	PNEU AGRICOLA 5.00/6 ARO 12	PN 146
84	1	Unidade	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO	PN 147
85	1	Unidade	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO	PN 159
86	1	Unidade	PROTETOR 1000 - 20	PN 160
87	1	Unidade	PROTETOR 1400 - 24	PN 162
88	1	Unidade	PROTETOR 750 -16	PN 163
89	1	Unidade	PROTETOR 900- 20	PN 164
90	1	Unidade	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	PN 165
91	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 201
92	1	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 202
93	1	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 205
94	1	Unidade	PNEU PARA TRATORITO 18X9-50	PN 502
95	1	Unidade	PNEU PARA TRATORITO 15X6-00	PN 503
96	1	Unidade	PNEU 195/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 504
97	1	Unidade	PNEU 225/65R16C TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA VEICULO: AMBULÂNCIA MASTER).	PN 505
98	1	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-26, PARA ROLO COMPACTADOR	PN 506
99	1	Unidade	PNEU 225/55R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 97, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 507
100	1	Unidade	PNEU 205/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 508

1.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de março de 2016 à 30 de junho de 2016.

1.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

1.3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

1.4. A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

## 2. DO EDITAL DE CHAMAMENTO/ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1. Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, somente poderão ser ofertadas pelas licitantes as marcas/ modelos que possuírem Atestados de Aprovação emitidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC devidamente publicados até a data anterior a abertura do certame conforme Edital de Chamamento nº 001/2015 de 26 de março de 2015 e o Edital de Chamamento nº 002/2015 de 17 de agosto de 2015 e seus complementares.

2.2. AS PROPONENTES INTERESSADAS PODERÃO CONSULTAR AS MARCAS/MODELOS JÁ APROVADAS NO SITE DO Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: [WWW.CONSORCIOCV.CVC.GOV.BR](http://WWW.CONSORCIOCV.CVC.GOV.BR) PARA A FORMULAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS.

2.3. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3.1. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.

2.3.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.3.3. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.4. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

2.4. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante, correrão por conta do Fornecedor.

2.4.1. - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

### 3. DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, as estimativas de consumo dos Órgãos Participantes estão quantificadas no ANEXO VI.

### 4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.

4.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

### 5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

### 6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

6.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

6.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, em tempo hábil para a apresentação das propostas.

6.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

A. Instrumento particular de mandato outorgando à empresa associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações e Leilões (ANEXO VII);

B. Ficha técnica descritiva, ANEXO VIII, com todas as especificações do produto objeto da licitação em conformidade com o item do total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes, Sob nenhuma hipótese será admitida a substituição da ficha técnica adicionada, nem mesmo antes do início da disputa de lances.

6.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto consoante com o modelo do Anexo VIII, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

### 7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

A. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

B. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

C. Abrir as propostas de preços;

D. Analisar a aceitabilidade das propostas;

E. Desclassificar propostas indicando os motivos;

F. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

G. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

H. Declarar o vencedor;

I. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

J. Elaborar a ata da sessão;

K. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;



L. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

#### CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 6.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

7.3. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.4. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.5. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

7.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

#### PARTICIPAÇÃO

7.8. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

#### ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.10. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.11. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.12. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;

7.15. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.18. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.



**FECHAMENTO RANDÔMICO**

7.19. Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

7.20. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.21. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.22. POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS COM VALORES INICIAIS, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL -CVC

AV. SANTA CATARINA, Nº 1022, CENTRO, CORONEL FREITAS - SC (CEP 89.840-000).

Pregoeiro: Edir Antonio Bagio

Telefone/Fax: (49) 3347 -0819

SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES

7.23. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.22.

7.24. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.7, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.25. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.26. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

7.27. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7.28. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

**8. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

8.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. (MODELO DO ANEXO VIII) O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES, MARCAS E MODELOS, PREÇOS UNITARIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. A não inserção de arquivos eletrônicos, bem como PROPOSTA ELETRÔNICA, PROPOSTA EM DESACORDO COM EDITAL ou informações contendo as especificações, marcas/modelos dos serviços e/ou produtos nos campos solicitados, implicará na DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

8.2.1. Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e etc, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

8.3. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONFLITEM COM AS NORMAS DESTE EDITAL OU DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

8.3.1. O OBJETO DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE E ESTRITAMENTE DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1.

8.4. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.5. Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (ANEXO VIII) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

8.6. As propostas deverão ser formuladas em formato texto (Word), planilha (Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas e que não puderem ser “abertas” pelo Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e posteriormente lidas e analisadas serão desclassificadas.

## 9. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1. Todas as Empresas devidamente habilitadas para o certame, deverão enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) na fase inicial para todos os itens que cotou, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 7.22, deste Edital.

### NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

A. Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;

B. Suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

C. Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

D. O prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

E. Conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

F. Conter discriminado o prazo de validade da Ata conforme o preambulo do presente Edital;

G. Conter discriminado o prazo de entrega dos itens de até 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador;

H. Especificação, marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital;

I. Valor unitário e valor total com a quantidade estimada;

J. Dados bancários, dados do representante legal e declaração de assinatura por certificação digital, conforme ANEXO II;

9.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## 10. GARANTIA

10.1. As Empresas vencedoras deverão prestar as garantias conforme particularidades e exigências de cada item, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

## 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 7.23, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2016 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016 - CVC  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

11.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

A. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

B. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

C. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando

condição.

D. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO V).

Os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

Esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

E. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

F. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

G. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

H. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

I. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

J. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011;

11.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura da mesma, na forma da Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014.

11.3.1. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro.

- Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX);
- Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

11.5. Em todas as hipótese referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, "protocolo" de documento necessário à habilitação.

11.5.1. Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "on line", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC;
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

### 13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

### 14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

14.2. Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

### 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1. As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será 01 de março de 2016 à 30 de junho de 2016.

15.1.1. Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, até o total de órgãos participantes.

15.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital, Anexo VI) no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

15.3. A ata de registro de preços, deverá ser assinada por certificação digital.

15.4. O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

15.5. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

15.6. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

15.7. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1. Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

### 17. DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.1.1. Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto a Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC.

17.1.2. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

17.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), No ITEM

sendo submetido este resultado ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para homologação.

17.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

17.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

17.6. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.6.1. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida a previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação às contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

A. advertência;

B. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

C. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

D. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

E. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

17.7. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

## 18. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993

18.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

III Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

a) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

b) manter o valor de sua proposta classificada;

c) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

18.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as



medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Tiver presentes razões de interesse público;

V. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI. For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;

VII. Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

19.2. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

19.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I. Por razão de interesse público; ou

II. A pedido do fornecedor.

## 20. DA DOTAÇÃO

20.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (município consorciado), referente o exercício de 2016 e seguintes.

20.1.1. O Órgão Participante (município consorciado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

21.1.1. O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

21.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

22.2. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC) ou os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados) a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

22.3.1. Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação



ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3.3. As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI)

22.3.4. Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Item 3, Anexo VI) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de compras do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, logo após sua homologação.

22.6. Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7. O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs, através dos telefones (49) 3347-0819, ou pessoalmente (Av Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

22.9. Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10. O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 001 de 04 de janeiro de 2016.

22.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- A. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- B. ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- C. ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- D. ANEXO IV – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- E. ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- F. ANEXO VI – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- G. ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- H. ANEXO VIII – Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
- I. ANEXO IX – Modelo de Proposta Eletrônica.

Coronel Freitas - SC, 12 de fevereiro de 2016.

EVERALDO LUIZ CASONATTO

Presidente.

#### ANEXO I

##### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

##### 2 – PREÇO

Deverá ser cotado, preço unitário e total, com apenas duas casas decimais, por item.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

##### 3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

##### VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL



De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

De acordo com item 9.1 letra "f": de 01 de março de 2016 à 30 de junho de 2016.

**LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DE MERCADORIAS**

De acordo com o especificado no Item 2.3, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**LOCAL E DATA****NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA****4 – OBJETO DA PROPOSTA:**

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
			CONTINUA....			

Local e Data.

Assinatura do representante  
e carimbo da empresa

**ANEXO II****1. DADOS BANCÁRIOS:**

TITULAR DA CONTA CORRENTE:
CNPJ:
NOME E NÚMERO DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:

TELEFONE PARA CONTATO:

E-MAIL:

**3. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da "Ata de Registro de Preços", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, através do e-CPF (CPF na versão eletrônica).

Local e Data.

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(NOME SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em (ENDEREÇO COMERCIAL), através de seu proprietário/administrador (NOME COMPLETO), (QUALIFICAÇÃO COMPLETA), (ENDEREÇO COMPLETO) declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante Legal da empresa

**ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante da empresa

**ANEXO V****1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR:**

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC	Av. Santa Catarina, nº 1022	14.688.861/0001-19	MAURI JOSE ZUCCO

**2 - RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Águas de Chapecó	Rua Porto União, 968, Centro	82.804.212/0001-96	André Max Tormen
Coronel Freitas	Av. Santa Catarina, 1022, Centro	83.021.824/0001-75	Mauri José Zucco
Formosa do Sul	Rua Antonio Cella, 173, Centro	80.637.424/0001-09	Jorge Antônio Comunello
Irati	Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro	95.990.230/0001-51	Antônio Grandó

União do Oeste	Av. São Luiz, 531, Centro	78.505.591/0001-46	Everaldo Luis Casonatto
----------------	---------------------------	--------------------	-------------------------

## ANEXO VI

## ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 82.804.212/0001-96, com sede na RUA PORTO UNIÃO,968 - CENTRO, na cidade de ÁGUAS DE CHAPECÓ -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, ANDRÉ MAX TORMEN:

Item/Quantidade: 1/6; 4/4; 5/8; 6/4; 9/20; 12/4; 13/4; 16/12; 21/10; 23/8; 27/20; 32/12; 35/24; 37/8; 39/20; 40/6; 42/4; 45/8; 47/8; 49/6; 53/8; 57/4; 58/4; 59/6; 60/6; 62/2; 64/6; 67/4; 71/2; 74/8; 87/12; 96/8; 99/4; 100/6.

2 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS , pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na AV. SANTA CATARINA,1022 - CENTRO, na cidade de CORONEL FREITAS -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, MAURI JOSÉ ZUCCO:

Item/Quantidade: 1/80; 3/10; 4/8; 5/4; 6/12; 9/60; 11/8; 13/16; 17/4; 18/4; 19/4; 20/4; 23/4; 24/8; 25/4; 30/10; 31/10; 32/2; 33/56; 34/8; 35/8; 36/4; 38/8; 39/10; 41/4; 42/8; 43/10; 44/10; 47/80; 51/4; 52/14; 55/10; 56/10; 57/12; 59/4; 60/4; 62/12; 64/4; 65/12; 66/10; 67/10; 71/12; 72/40; 75/4; 77/8; 78/8; 79/10; 80/10; 81/8; 82/12; 86/80; 87/60; 88/10; 90/4; 91/20; 92/80; 93/4; 97/4; 98/4.

3 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.637.424/0001-09, com sede na RUA ANTONIO CELLA,173 - CENTRO, na cidade de FORMOSA DO SUL-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, JORGE ANTÔNIO COMUNELLO:

Item/Quantidade: 1/30; 2/2; 4/4; 5/4; 6/6; 7/2; 8/2; 9/12; 10/2; 12/4; 13/4; 14/10; 15/2; 19/10; 21/10; 22/4; 24/10; 29/40; 30/8; 31/10; 32/4; 33/20; 34/16; 38/8; 39/8; 40/8; 44/6; 45/8; 46/8; 48/20; 56/4; 57/12; 58/8; 60/2; 62/4; 63/2; 64/4; 65/6; 67/4; 68/6; 70/4; 71/6; 73/4; 76/4; 78/6; 82/4; 86/50; 87/20; 89/20; 90/4; 94/2; 95/2; 96/8.

4 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE IRATI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.990.230/0001-51, com sede na RUA JOÃO BEUX SOBRINHO,385 - CENTRO, na cidade de IRATI-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, ANTÔNIO GRANDO:

Item/Quantidade: 13/10; 22/10; 23/16; 27/10; 31/30; 32/15; 33/12; 39/6; 71/10; 83/6; 84/6; 85/4.

5 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 78.505.591/0001-46, com sede na AV. SÃO LUIZ,531 - CENTRO, na cidade de UNIÃO DO OESTE-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, EVERALDO LUIS CASONATTO :

Item/Quantidade: 26/14; 28/8; 29/12; 31/8; 33/30; 34/10; 35/8; 39/12; 40/12; 43/4; 44/2; 46/4; 47/16; 50/6; 54/6; 57/22; 58/6; 59/8; 60/4; 61/2; 62/6; 63/2; 64/6; 66/12; 67/10; 69/2; 70/2; 71/6; 74/6; 76/2; 79/6; 81/6; 82/6.

6 - Total estimado para consumo de todos os Órgãos Participantes:

ITEM	QTD	Unidade	DESCRIÇÃO	Código Interno CVC
1	116	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	PN 002
2	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5	PN 003
3	10	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR.	PN 004
4	16	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	PN 006
5	16	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	PN 007
6	22	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRICOLA	PN 008
7	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	PN 009
8	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	PN 010
9	92	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	PN 011
10	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA	PN 013
11	8	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	PN 015
12	8	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	PN 016
13	34	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	PN 018
14	10	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO	PN 019
15	2	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRICOLA	PN 020
16	12	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	PN 021
17	4	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	PN 023
18	4	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	PN 024
19	14	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	PN 025

20	4	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	PN 026
21	20	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	PN 027
22	14	Unidade	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 032
23	28	Unidade	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 033
24	18	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 036
25	4	Unidade	PNEU 225/50R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 037
26	14	Unidade	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 039
27	30	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 043
28	8	Unidade	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 045
29	52	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 046
30	18	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 047
31	58	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 048
32	33	Unidade	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 049
33	118	Unidade	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 050
34	34	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 051
35	40	Unidade	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 052
36	4	Unidade	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 053
37	8	Unidade	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 055
38	16	Unidade	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 056
39	56	Unidade	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 057
40	26	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 059
41	4	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 061
42	12	Unidade	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 064
43	14	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 065

44	18	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 066
45	16	Unidade	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 067
46	12	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 068
47	104	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 069
48	20	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 070
49	6	Unidade	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 079
50	6	Unidade	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 083
51	4	Unidade	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 092
52	14	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 103
53	8	Unidade	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 104
54	6	Unidade	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 105
55	10	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 106
56	14	Unidade	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 107
57	50	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 108
58	18	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 109
59	18	Unidade	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 110
60	16	Unidade	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 111
61	2	Unidade	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 112
62	24	Unidade	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 113
63	4	Unidade	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 114
64	20	Unidade	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 116
65	18	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 117
66	22	Unidade	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 119



67	28	Unidade	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 122
68	6	Unidade	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 123
69	2	Unidade	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 125
70	6	Unidade	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 126
71	36	Unidade	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 127
72	40	Unidade	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 128
73	4	Unidade	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 130
74	14	Unidade	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 133
75	4	Unidade	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	PN 134
76	6	Unidade	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	PN 137
77	8	Unidade	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 139
78	14	Unidade	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 140
79	16	Unidade	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	PN 141
80	10	Unidade	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	PN 142
81	14	Unidade	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 143
82	22	Unidade	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 144
83	6	Unidade	PNEU AGRICOLA 5.00/6 ARO 12	PN 146
84	6	Unidade	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO	PN 147
85	4	Unidade	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO	PN 159
86	130	Unidade	PROTETOR 1000 - 20	PN 160
87	92	Unidade	PROTETOR 1400 - 24	PN 162
88	10	Unidade	PROTETOR 750 -16	PN 163
89	20	Unidade	PROTETOR 900- 20	PN 164
90	8	Unidade	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	PN 165
91	20	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 201
92	80	Unidade	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 202
93	4	Unidade	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 205
94	2	Unidade	PNEU PARA TRATORITO 18X9-50	PN 502
95	2	Unidade	PNEU PARA TRATORITO 15X6-00	PN 503
96	16	Unidade	PNEU 195/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 504
97	4	Unidade	PNEU 225/65R16C TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA VEÍCULO: AMBULÂNCIA MASTER).	PN 505
98	4	Unidade	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-26, PARA ROLO COMPACTADOR	PN 506
99	4	Unidade	PNEU 225/55R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 97, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 507
100	6	Unidade	PNEU 205/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PN 508

## ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2016 – CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 002/2016 - CVC  
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2016 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016 - CVC

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2016

Aos dias do mês de do ano de , presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Presidente, Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34, e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, nº 1435, Centro, no município de União do Oeste - SC, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o MUNICÍPIO ..... , pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ..... , inscrita no CNPJ sob nº ..... , neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. .... doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ..... , nº ..... , na cidade de ..... , inscrita no CNPJ sob o nº ..... , neste ato representada pelo ..... , Sr. .... , doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

## 1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: ..... , durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

## 2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

## 3 CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 Os itens adquiridos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 A data de validade dos medicamentos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos;

## 4 CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

4.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

## 5 CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

**5.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR:**

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**6 CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

**7 CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

7.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- a) Manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
  - b) Manter o valor de sua proposta classificada;
  - c) Realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados;

7.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**8 CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por

despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

#### 9 CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016 e seguintes.

9.2 O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### 10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 002/2016 – Consorcio CVC, Pregão Eletrônico nº 002/2016 – Consorcio CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2016 – Consorcio CVC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Órgão Gerenciador.

#### 11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de março de 2016 à 30 de junho de 2016.

11.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

11.2.1 O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### 12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consorcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

12.5.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.5.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.5.3 As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI do Edital de Licitação)

12.5.4 Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (item 3, Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

12.6 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$
..	..	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..

**14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO****14.1 Estimativa de consumo de cada item:****15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1 É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, .../ ..... / 2016.

EVERALDO LUIZ CASONATTO

Presidente.

Fornecedor	Órgão Participante
------------	--------------------

**ANEXO VIII****TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES**

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

**2 – São responsabilidades do Licitante:**

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO I;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 – (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo

qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- 5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- 5.2 – apresentar lance de preço;
- 5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- 5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;
- 5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- 5.6 – apresentar e retirar documentos;
- 5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- 5.8 – assinar documentos relativos às propostas;
- 5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;
- 5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6 – O presente Termo de Adesão é válido até / / , podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: (reconhecer firma em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto) Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

O Licitante reconhece que:

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;
- d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;
- e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável:

Assinatura: (reconhecer firma em cartório)

ANEXO IX



## MODELO DE PROPOSTA ELETRÔNICA

Ficha Técnica Descritiva do Objeto

Número do Item do edital:

Órgão comprador:

Marca/Modelo do produto:

Especificação do produto:

Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):

Quantidade do Item:

Preço inicial para o item (em R\$):

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 . [Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)]

Data:

**CIS/AMERIOS****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2016 – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DO CIS/AMERIOS**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2016

Assembleia Geral Extraordinária

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS - CIS/AMERIOS JUNTAMENTE COM A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AMERIOS.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS e da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, Sr. Rudimar Francisco Guth, Prefeito de Tigrinhos, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participar da Assembleia Geral Extraordinária do CIS/AMERIOS que se realizará no próximo dia 29 de fevereiro, segunda-feira, com início às 10h, na sala de Reuniões da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, com a seguinte ordem do dia:

- I- 10h - Abertura da Assembleia;
- II- 10h10min- Eleição e posse da Nova Diretoria Executiva do CIS/AMERIOS;
- III- 10h20min- Palavra Livre;
- IV- 10h30min – Encerramento;

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha- SC, 12 de fevereiro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Presidente do CIS/AMERIOS e da AMERIOS

Prefeito de Tigrinhos